

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE ESTUDOS ANGLÍSTICOS



MASON & BARRY E A CONSTRUÇÃO DA MINA DE SÃO DOMINGOS
INDÚSTRIA, TURISMO, GLOBALIZAÇÃO

Maria João B. Ramos Pinheiro da Silva

DOUTORAMENTO EM ESTUDOS DE LITERATURA E DE CULTURA

ESPECIALIDADE DE ESTUDOS INGLESES

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE ESTUDOS ANGLÍSTICOS



MASON & BARRY E A CONSTRUÇÃO DA MINA DE SÃO DOMINGOS
INDÚSTRIA, TURISMO, GLOBALIZAÇÃO

Maria João B. Ramos Pinheiro da Silva

Dissertação orientada por:

PROFESSOR DOUTOR ÁLVARO PINA

DOUTORAMENTO EM ESTUDOS DE LITERATURA E DE CULTURA

ESPECIALIDADE DE ESTUDOS INGLESES

2012

AGRADECIMENTOS

O trabalho que aqui se apresenta não teria sido possível sem o apoio e a ajuda de diversas pessoas que para ele contribuíram de diversas formas, e as quais não posso deixar de mencionar.

Aos meus pais, João e Iliete, agradeço o apoio permanente e incondicional; a eles devo o meu percurso académico, o gosto pela leitura e a curiosidade intelectual. Ao meu pai devo ainda o espírito crítico e a consciência política; à minha mãe a perseverança e o espírito combativo, que me permitiram ultrapassar dificuldades e obstáculos que em determinadas alturas se me afiguraram intransponíveis.

Ao meu marido João agradeço não só o apoio e o encorajamento permanentes, a compreensão e paciência infinitas perante a minha indisponibilidade e ausência e o modo como aceitou os constrangimentos que este trabalho, não sendo seu, causou na sua vida e no seu quotidiano.

Endereço os meus agradecimentos ao professor Álvaro Pina, a quem devo o percurso intelectual que desenvolvi no âmbito dos estudos culturais, e à professora Adelaide Meira Serras, que me deu alguns conselhos e sugestões preciosos.

À Maria João agradeço a amizade inestimável e o encorajamento permanente.

À Paula Horta e à Ana Isabel Lopes, duas grandes amigas que devo à Faculdade de Letras, agradeço a amizade, o carinho e a ajuda que me deram, de várias formas e em vários momentos deste percurso longo.

À minha tia Jacinta, à Mimi e a todos os familiares e amigos que me apoiaram, o meu muito obrigado.

À minha querida amiguinha Diana Rosa agradeço a preocupação demonstrada e as injeções de motivação.

Aos meus colegas Maria João Cordeiro, João Rodrigues e Florêncio Moniz agradeço o facto de me terem permitido ter um semestre sem aulas e de me terem aliviado de muitas tarefas profissionais. Sem a ajuda deles não teria sido possível chegar aqui.

À Sara Ribeiro, mais uma amiga que fiz por causa deste projeto, agradeço a disponibilidade e toda a ajuda prestada. Não esqueço também a forma como a Sara e a Bia me acolheram na Mina de São Domingos e o apoio inestimável que deram na aplicação dos inquéritos.

Ao Richard Harvey, um grande amigo e companheiro de aventuras genealógicas em busca da comunidade britânica de São Domingos, com quem partilhei alguns dos melhores momentos deste percurso intelectual.

Ao senhor João Martins, que apesar dos seus respeitáveis 97 anos, me recebeu sempre em sua casa e partilhou comigo a sua experiência de vida na Mina e na empresa Mason & Barry.

Ao John e à Madge Measures (falecida há um ano) agradeço o modo caloroso e amigo como me acolheram no seu lar e o facto de terem partilhado comigo o diário de Victor Allan.

Ao João Honrado, agradeço a amizade, a crença contagiante no projeto coletivo e o exemplo de perseverança, obstinação e abnegação. Agradeço também as informações prestadas sobre alguns presos políticos naturais da Mina de São Domingos.

Ao Jorge Simões, à Ana Paula e ao Victor Figueira que me ajudaram a elaborar os inquéritos e à Alexandrina Calado que me ajudou a tratá-los.

À Marta Páscoa, que me ajudou a conhecer e a mergulhar nos tesouros da Torre do Tombo.

Ao Manuel Passinhas agradeço a autorização facultada para consultar o que resta dos arquivos da Mason & Barry na Mina de São Domingos, assim como a sua arte inspiradora.

À Helena Lousinha, ao António Cunha, ao Pierre dos Santos agradeço a permissão para reproduzir as imagens das suas obras.

À Fundação Serrão Martins, ao João Matos, ao Luís Pinheiro da Silva, ao Richard Harvey e ao David Mason agradeço também a cedência de imagens.

Agradeço também à Adelaide (Biblioteca Municipal de Beja), à Dr.^a Olinda (Arquivo Distrital de Beja), à Beatriz e ao Dr. Paulo Tremoceiro (Torre do Tombo) pela disponibilidade, pela eficiência, pelo apoio prestado à consulta documental, bem como pelo carinho com que me trataram.

RESUMO

O presente trabalho constitui-se como uma reflexão teórica e crítica sobre algumas das transformações registadas nas últimas décadas nas estruturas e na organização das sociedades modernas norte-europeias e norte-americanas, no âmbito da chamada 'globalização'. O trabalho analisa em particular o surgimento e a expansão do turismo e das indústrias culturais, quer a nível substantivo quer epistemológico, no contexto da desindustrialização massiva e da substituição das indústrias da manufatura pelos setores dos serviços. O trabalho presta particular atenção à conversão de complexos industriais e mineiros em património, bem como à sua musealização e dinamização turística, centrando a sua análise no contexto português mas considerando-a à luz da experiência pioneira britânica. A requalificação, valorização e dinamização turística do património industrial e mineiro da Mina de São Domingos e a musealização da história e memória locais são tomadas como estudo de caso das transformações modernas previamente analisadas.

ABSTRACT

This study is a critical and theoretical reflection about structural and organisational transformations that have taken place during the last few decades, within the context of the so-called "globalisation", in modern North European and North American societies. In particular, it analyses, both substantively and epistemologically, the appearance and expansion of tourism and cultural industries in the wake of the large-scale deindustrialisation and substitution of manufacturing industries for the service sectors. The study examines the conversion of industrial and mining sites into heritage sites, along with their musealisation and touristic development, focusing on the Portuguese context against the backdrop of the innovative British experience. The regeneration, appreciation and touristic development of the industrial and mining heritage site of the São Domingos mine and the musealisation of the history and collective memory of the local community are considered as a case study of the modern transformations analysed previously.

Índice

Índice de imagens.....	9
Lista de acrónimos	11
Introdução.....	13
Capítulo 1 – Transformações modernas: trabalho, indústria e cultura	25
1. Modernidade e pós-modernidade	25
1.1. Teorias sobre o fim da modernidade	26
1.2. O conceito de modernidade.....	31
2. Da fábrica fordista à empresa mp3: transformações institucionais e laborais.....	32
2.1. A organização racional do trabalho e o sistema fordista	32
2.2. A reestruturação do capitalismo.....	38
3. Transformações na conceção do espaço e do tempo	43
3.1. A conquista e a domesticação moderna do espaço e do tempo	43
3.2. A compressão espaço-temporal e a reestruturação global do capitalismo.....	50
4. Da manufatura aos serviços: a ascensão da cultura na ‘sociedade do conhecimento’	54
4.1. Da ‘indústria cultural’ às indústrias culturais e criativas	56
4.2. A saga moderna da produção cultural: autonomização versus industrialização	73
4.3. A teorização sobre ‘cultura’ e ‘economia’	80
4.4. A produção material e simbólica das indústrias culturais e criativas	83
5. Modernidade, capitalismo e as teorias da transição	86
5.1 A revolução ininterrupta do capitalismo.....	86
5.2. Desindustrialização, globalização da produção e neoliberalismo.....	90
Capítulo 2 – Turismo, Cultura e Património Industrial e Mineiro	97
1. A expansão do turismo nas sociedades modernas tardias	97
1.1. O turismo como fenómeno moderno	100
1.2. A dimensão e promoção do turismo a nível mundial, europeu, britânico e português	103
2. A reflexão crítica e analítica sobre o turismo	106
2.1. Turismo, capitalismo e globalização	106
2.2. Turismo, cultura e identidade	113
3. O desenvolvimento do turismo cultural	127
3.1. Noções, relações e problemas do turismo cultural.....	127
3.2. Políticas de promoção do turismo cultural	132

3.3. O lazer dos portugueses e as tendências da oferta e da procura cultural.....	135
3.4. Desafios do turismo cultural	139
4. Património histórico-cultural e museus	143
4.1. Património: Conceitos, instituições e políticas de valorização	143
4.2. Museus: Princípios, instituições e práticas	148
5. O património industrial e mineiro.....	151
5.1. O património industrial britânico.....	151
5.2. O património industrial em Portugal	156
5.3. O património mineiro português	163
Capítulo 3 – História, Memória e Cultura: musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro	173
1. Os ‘debates sobre o património’	173
1.1. O desenvolvimento dos museus industriais na época moderna	175
1.2. Museus de sítio, ecomuseus e museus de história operária	183
1.3. O desenvolvimento da indústria do património na Grã-Bretanha	188
1.4. A privatização e comercialização do património histórico-cultural.....	196
1.5. A representação da história e da memória industrial e operária	199
2. A expansão e diversificação da reflexão crítica sobre o património.....	225
2.1. A abordagem construtivista das representações culturais	226
2.2. O património histórico-cultural, o turismo e a globalização.....	229
2.3. Representações culturais e a função social dos museus	233
2.4. Museus, cultura material e visual	240
3. A musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro	246
3.1. A musealização do património industrial nos EUA	247
3.2. A musealização e dinamização turística do património industrial em França.....	254
3.3. A conversão museológica e turística de minas desativadas e a representação das comunidades mineiras na Grã-Bretanha: Big Pit e Rhondda Heritage Park	255
4. Desafios da musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro...	263
Capítulo 4 – A musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro da Mina de São Domingos.....	273
1. A Mina de São Domingos: enquadramento histórico-geográfico.....	273
2. A exploração mineira de São Domingos.....	278
3. A conversão turística da Mina de São Domingos.....	289
3.1. O Programa de Comemorações dos 150 Anos da Mina de São Domingos.....	295
A Exposição ‘Mina de São Domingos: 150 Anos de História’	298

Fotogramas da Memória.....	308
Monumento ao Mineiro (Des)Conhecido	310
Exposição ‘Do Rosto que Olha para a Terra’	316
Filme documentário Biografia de uma Mina/Biography of a Mine	322
Casa do Mineiro	326
CD-ROM ‘Mina de São Domingos – 150 Anos de História’	328
Roteiro da Mina – Mina de São Domingos – O livro de António Martins.....	334
3.2. Exposição ‘Mina de S. Domingos: Olhares sobre um Lugar’ (2006-2007)	339
‘A Carcaça’ de Jean Pierre dos Santos.....	342
‘Minério’ de António Cunha	343
‘A Ferida’ de Helena Lousinha	347
4. Análise crítica da musealização do património industrial da Mina de São Domingos.....	352
5. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes	395
6. Inquérito por questionário aplicados aos visitantes	405
7. Práticas quotidianas e de sociabilidade nas experiências da Mina de São Domingos.....	418
8. A cultura britânica e o enriquecimento da oferta cultural e turística da Mina de São Domingos	420
Conclusão	425
Bibliografia	439

Índice de imagens

Imagem n.º 1: Visita guiada ao complexo com o Sr. Marciano (antigo operário)	291
Imagem n.º 2: Lazer na praia fluvial	292
Imagem n.º 3: O discurso de Presidente Jorge Sampaio no coreto (16/04/2004)	297
Imagem n.º 4: Vista exterior do recinto da exposição	298
Imagem n.º 5: Sala n.º 1 da exposição	299
Imagem n.º 6: Sala n.º 2 da exposição	301
Imagem n.º 7: Sala n.º 3 da exposição (vagonete e crivo)	302
Imagem n.º 8: Sala n.º 3 da exposição (elevador)	302
Imagem n.º 9: Sala n.º 3 da exposição (objetos mineiros)	303
Imagem n.º 10: Sala n.º 3 da exposição (aparelho de raio x)	304
Imagem n.º 11: Sala n.º 3 da exposição (estandarte do sindicato mineiro)	305
Imagem n.º 12: Sala n.º 3 da exposição (chapas de identificação dos mineiros)	305
Imagem n.º 13: Sala n.º 3 da exposição (objetos da banda filarmónica)	306
Imagem n.º 14: Sala n.º 3 da exposição (fotografia da entrada da mina)	307
Imagem n.º 15: Sala n.º 3 da exposição (projeção fotográfica)	308
Imagem n.º 16: Antigo cais de embarque do mineral	313
Imagem n.º 17: Antigo cais de embarque, visita guiada ao complexo mineiro	313
Imagem n.º 18: Ruínas da fábrica de enxofre da Achada do Gamo	314
Imagem n.º 19: Monumento ao Mineiro (Des)conhecido	314
Imagem n.º 20: Vista exterior da exposição ‘Do Rosto que Olha para a Terra’	316
Imagem n.º 21: Sala n.º 2: Exposição de trabalhos fotográficos	317
Imagem n.º 22: Pormenor da sala n.º 3 (objetos mineiros e painéis)	318
Imagem n.º 23: Painel informativo – ‘São Domingos e a greve de 1932’	319
Imagem n.º 25: Painel informativo – ‘São Domingos: as mulheres na greve de 1932’	320
Imagem n.º 25: <i>Rumores Subterraneos</i>	320
Imagem n.º 26: Casa do Mineiro (vista exterior)	326
Imagem n.º 27: Centro de documentação da Fundação Serrão Martins	326
Imagem n.º 28: Casa do Mineiro	327
Imagem n.º 29: Pormenor da Casa do Mineiro	327
Imagem n.º 30: ‘Olhares sobre um Lugar’ – aspeto geral da exposição de J. P. Santos	341
Imagem n.º 31: ‘Olhares sobre um Lugar’ Peça audiovisual de Jean Pierre dos Santos	342
Imagem n.º 32: ‘Olhares sobre um Lugar’ – Fotografia de Jean Pierre dos Santos	342
Imagem n.º 33: Fotografia de António Cunha (mercearia)	344

Imagem n.º 34: Fotografia de António Cunha (barbearia)	344
Imagem n.º 35: Fotografia de António Cunha (interior de uma casa de mineiros)	345
Imagem n.º 36: Fotografia de António Cunha (idosa apontando para a mina)	345
Imagem n.º 37: Fotografia de António Cunha (idoso apontando para a mina)	346
Imagem n.º 38: Fotografia de António Cunha (cemitério)	346
Imagem n.º 39: Helena Lousinha – “Fornos” (2003)	348
Imagem n.º 40: Achada do Gamo	349
Imagem n.º 41: Helena Lousinha – “Poço da Mina” (2002)	350
Imagem n.º 42: Helena Lousinha – “Sítio da corda”	351
Imagem n.º 43: Helena Lousinha – “Águas Fortes II” (2003)	351
Imagem n.º 44: Imagem da corta atual	352
Imagem n.º 45: Capa do programa da exposição comemorativa	358
Imagem n.º 46: Pessoal do armazém geral (1925)	359
Imagem n.º 47: Carpinteiros e caldeireiros (Anos 1930)	360
Imagem n.º 48: Casamento de familiares de mineiros (1921)	360
Imagem n.º 49: Jovem alimentando aves (c. 1920)	361
Imagem n.º 50: James Francis Mason com os chefes, os encarregados e o padre	362
Imagem n.º 51: Quadros superiores e famílias portuguesas e inglesas (c. 1920)	362
Imagem n.º 52: Portugueses e ingleses num baile de máscaras no palácio	363
Imagem n.º 53: Aspeto da construção mineira em banda (sem data)	363
Imagem n.º 54: Pessoal da oficina de carpintaria (1928)	364
Imagem n.º 55: Margens da ribeira de Chança (c. 1910)	365
Imagem n.º 56: Membros da família de Joseph Abecasis no lago	370
Imagem n.º 57: Camilla Torres (c. 1886)	372
Imagem n.º 58: Frederick Harvey e o filho Richard (Dick) (1886/1887)	373
Imagem n.º 59: Vagão abandonado no túnel da mina	387

Lista de acrónimos

AAIRL – Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa
ADB – Arquivo Distrital de Beja
ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
AHPH – Archivo Histórico Provincial de Huelva
AHPS – Archivo Histórico Provincial de Sevilla
ALVA – Association of Leading Visitor Attractions
ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo
APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial
APOM – Associação Portuguesa de Museus
APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial
ATC – Australian Tourism Council
ATLAS – Association for Tourism and Leisure Education
CBA – Council of Industrial Archaeology
CCRA – Comissão de Coordenação da Região Alentejo
CDA – Copper Development Association
CE – Comunidade Europeia
CMM – Câmara Municipal de Mértola
DCMS – Department for Culture Media and Sport
E-FAITH – European Federation of Associations of Industrial and Technical Heritage
ECTARC – European Centre for Training and Regional Co-operation
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro
ERIH – European Route of Industrial Heritage
GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
HEREIN – European Heritage Network
ICN – Instituto de Conservação da Natureza
ICOHTEC – International Committee for the History of Technology
ICOM – International Council of Museums
ICOMOS – International Council of Monuments and Sites
ICSG – International Copper Study Group
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.
IGM – Instituto Geológico e Mineiro
IMC – Instituto dos Museus e da Conservação
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPA – Instituto Português de Arquitetura
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico
ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão
IPPC – Instituto Português do Património Cultural
LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia
MC – Ministério da Cultura
MERL – Museum of English Rural Life, Reading (Reino Unido)
MINOM – International Movement for a New Museology
MPAT – Ministério do Planeamento e da Administração do Território
NAHMO – National Association of Mining History Organisations
NRIM – National Record of Industrial Monuments
OAC – Observatório das Atividades Culturais
OMT – Organização Mundial do Turismo
RPM – Rede Portuguesa de Museus
SOIMSD – Sindicato dos Operários da Indústria Mineira de São Domingos
TICCIH – The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage
UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
UTL – Universidade Técnica de Lisboa
WORKLAB – International Association of Labour Museums

Introdução

Em 2004 a Câmara Municipal de Mértola organizou um extenso programa de comemorações dos 150 anos de existência da Mina de São Domingos, povoação mineira localizada no Baixo Alentejo, e que incluiu a edificação de um monumento de homenagem aos mineiros de São Domingos, inaugurado em abril de 2004 pelo então Presidente da República Jorge Sampaio, a realização de colóquios e de outros eventos culturais, um livro de fotografias antigas da povoação, um CD-ROM interativo e duas exposições alusivas à história da localidade durante o período da exploração mineira. Estas iniciativas foram amplamente noticiadas nos média regionais e nacionais, chamando a atenção para a existência desta pequena povoação perdida, ou ‘esquecida’, no Portugal e no Alentejo profundos, e para a relevância histórica que ela possuía no contexto da história industrial portuguesa e no processo de industrialização britânico.

Foi através da imprensa regional que tomámos conhecimento da história da Mina de São Domingos, aldeia que, apesar de distar apenas cerca de 60 quilómetros do nosso local de residência (Beja), nunca tínhamos visitado e cuja história desconhecíamos por completo. A nossa formação académica, no domínio dos estudos de cultura e em particular da cultura inglesa, motivou o nosso interesse imediato não só pela história da povoação como também pelo programa de comemorações em curso. Este interesse foi aguçado pela visita, no verão de 2004, à exposição ‘Mina de São Domingos – 150 Anos de História’ e, em 2005, à exposição que se lhe seguiu, intitulada ‘Do Rosto que Olha para a Terra’. Em várias visitas à povoação, neste período de tempo, e também através dos média, fomos acompanhando aquele que se nos afigurava como o início do processo de requalificação turística da Mina de São Domingos num polo de turismo cultural, nomeadamente por via da valorização do património industrial e mineiro e da musealização do seu património histórico-cultural material e imaterial.

Este encontro com a Mina de São Domingos desencadeou um longo processo de reflexão, pesquisa e investigação, que deu origem e está patente no trabalho que agora se apresenta. A Mina de São Domingos constitui uma parte integrante e importante da reflexão desenvolvida; contudo, os 150 anos da história da mina de São Domingos, que incluem a edificação da povoação e a exploração da mina por parte da empresa britânica Mason & Barry durante um século (1858-1968), o abandono e o êxodo populacional que marcaram a vida da povoação entre as décadas de 1960 e 1980, a perceção gradual do potencial turístico da aldeia (1990) e

os projetos de requalificação turística implementados na última década, deram origem a uma reflexão teórica mais ampla.

Desde um estágio muito inicial do nosso projeto de investigação, constatámos que a história da exploração mineira de São Domingos e que a requalificação socioeconómica da aldeia por via da valorização e dinamização turística do seu património tinham de ser analisados no âmbito de uma reflexão mais lata, aprofundada e abrangente, do processo de desenvolvimento das sociedades modernas industriais e capitalistas, bem como de algumas das principais transformações verificadas nas últimas décadas nos países norte-europeus e norte-americanos: a desindustrialização massiva, o incremento dos setores dos serviços, nomeadamente do turismo e das indústrias culturais, e a expansão e diversificação da oferta e da procura culturais, com particular destaque para o surgimento de museus industriais e mineiros e do turismo industrial e mineiro.

Esta análise teórica, indispensável à consideração crítica da história da Mina de São Domingos, do processo de conversão turística da povoação e das iniciativas de valorização e de musealização do seu património histórico-cultural acabou por tornar-se também, em parte, o objeto de estudo do presente trabalho. Por seu turno, a consideração crítica das iniciativas de valorização e de musealização do património histórico-cultural material e imaterial da Mina de São Domingos, à luz da reflexão teórica desenvolvida na primeira parte do trabalho e da análise de fontes históricas primárias possibilita uma reperspetivação da história da localidade e ilumina alguns aspetos do estágio atual das sociedades industriais norte-atlânticas, contribuindo para a sua compreensão e/ou problematização.

O trabalho pretende também constituir um contributo para a reflexão crítica e teoricamente informada sobre o estado atual e as possibilidades futuras da valorização, musealização e dinamização do património histórico-cultural, particularmente de cariz mineiro, em Portugal. Neste contexto, a Mina de São Domingos constitui-se não só como um estudo de caso das transformações recentes das sociedades modernas, nomeadamente da substituição das indústrias manufatureiras pelas indústrias do turismo e da cultura, mas também, e simultaneamente, como objeto de estudo do presente trabalho. Neste âmbito, um dos objetivos do trabalho foi também o de analisar as iniciativas recentes de musealização do património histórico-cultural, de cariz industrial e mineiro, da Mina de São Domingos, nomeadamente enquanto representações públicas da história e da memória locais, e o

processo de conversão turística da localidade, com o objetivo de contribuir para a sua avaliação e consolidação e para o seu desenvolvimento futuro.

A projeto de investigação desenvolvido, e que se materializa no trabalho que agora se apresenta, traz vários contributos relevantes e vem colmatar lacunas existentes no âmbito dos estudos culturais, dos estudos do turismo, da musealização do património histórico-cultural português (particularmente de cariz industrial e mineiro) e da historiografia da Mina de São Domingos. O turismo tem sido claramente um objeto de estudo negligenciado pelos estudos culturais que, desde a década de 1990, se têm concentrado na análise da produção e do consumo culturais, com particular destaque para os média. O facto de o turismo não ser considerado uma indústria cultural tem sido, provavelmente, responsável, pelo menos em parte, por esta falta de atenção teórica e analítica. Por outro lado, a cultura tem sido alvo de tratamento superficial e simplista por parte dos estudos de turismo, sendo vista como um recurso a mobilizar no âmbito do turismo e do *marketing* turístico. Neste contexto, o presente trabalho ultrapassar a separação que tem marcado a reflexão crítica em torno do turismo e da cultura, demonstrando não só a sua indissociabilidade como também a necessidade de conceptualizar o turismo como uma indústria cultural.

A presente investigação oferece-se também como um contributo para colmatar a inexistência de reflexão crítica cultural sobre a musealização – num estágio ainda relativamente pouco desenvolvido – do património industrial e mineiro e da representação museológica da história e da memória industriais e operárias em Portugal. Neste contexto, a presente reflexão requereu não só o levantamento e a consideração da literatura crítica existente, nomeadamente no contexto anglo-saxónico, como também a visita a (e a análise de) museus industriais e mineiros de referência, também no contexto britânico.

No que diz respeito à Mina de São Domingos, o trabalho pretende contribuir para uma reflexão crítica (inexistente) e para a avaliação das iniciativas de valorização do património e de musealização da história e memória locais realizadas até à data, assim como para o planeamento não só de futuros projetos de musealização como também do desenvolvimento turístico previstos no Plano de Urbanização da povoação. É neste contexto que se inscreve não só a análise crítica dessas iniciativas de musealização como a aferição das opiniões dos residentes e dos turistas/visitantes da aldeia, apurados através da aplicação de questionários e da consideração do *feedback* dos visitantes a uma das exposições realizadas.

Numa fase inicial da investigação confrontámo-nos igualmente com a escassez de informação histórica sobre a Mina de São Domingos, que resulta da inexistência de estudos históricos aprofundados e do facto de os arquivos da empresa terem desaparecido quase por completo, no decurso do seu processo de falência. Neste contexto, e sentindo a necessidade de conhecer os factos históricos para podermos perspetivar não só o percurso da aldeia como as representações museológicas da história local, procedemos a uma aturada pesquisa de documentação histórica em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros. Em face dos objetivos principais do projeto, não nos é possível dar conta, de forma aprofundada e abrangente, dos resultados dessa pesquisa. No entanto, a constituição e reunião desse fundo documental constitui um contributo deste projeto de investigação. De igual forma, ela assume um papel fulcral no presente trabalho, uma vez que possibilitou a reconstituição e o conhecimento aprofundado da história local, imprescindíveis não só à perspetivação dessa mesma história no contexto do processo (histórico) mais lato das sociedades modernas, como também à análise crítica das representações museológicas.

O plano do trabalho reflete e decorre da reflexão desenvolvida, que acabámos de expor e justificar. A conversão de fábricas e de minas desativadas, no contexto do declínio da manufatura industrial e do incremento dos setores do turismo e das indústrias culturais, verificados nas últimas décadas, particularmente nos países norte-atlânticos, tem sido interpretado e apresentado como um exemplo paradigmático do fim das sociedades industriais (e da modernidade). No primeiro capítulo partimos da consideração das chamadas “teorias da transição” e abordamos algumas das principais transformações verificadas nas últimas décadas, que têm sido objeto de reflexão e de debate desde a década de 1980: as alterações nas estruturas institucionais e nas relações laborais, na conceção e na organização espaço-temporal e nas estruturas ocupacionais. No âmbito deste último aspeto, que se prende com o desenvolvimento do setor dos serviços (por exemplo, do turismo e da cultura), consideramos o incremento que as chamadas indústrias culturais têm registado nas últimas décadas. Fazemo-lo através de uma análise do discurso político sobre a importância das indústrias culturais na ‘nova economia’ e da produção teórica académica que o suportou e credibilizou, bem como dos contributos críticos de que tem sido objeto. Consideramos de seguida o debate crítico em torno das indústrias culturais e da comercialização da produção cultural, que as inscrevem no processo histórico de desenvolvimento das sociedades industriais modernas.

O segundo capítulo encontra-se organizado em duas secções principais. Na primeira abordamos o desenvolvimento do turismo como uma indústria global, o reconhecimento da sua importância económica no âmbito do discurso político e das políticas governamentais e os contributos teóricos e analíticos de que tem sido objeto no âmbito académico. Consideramos de seguida as relações e tensões existentes entre cultura e turismo, no âmbito da reflexão teórica sobre o turismo cultural. Na segunda parte do capítulo consideramos o processo de valorização e musealização do património industrial, dando conta da expansão e diversificação das políticas, das práticas e dos conceitos relativos ao património e aos museus. Por fim, analisamos o processo de valorização e musealização do património industrial e mineiro em Portugal e a produção académica nacional existente sobre estas temáticas.

No terceiro capítulo debruçamo-nos sobre o debate teórico e crítico que se desenvolveu no contexto anglo-saxónico a partir da década de 1980, nomeadamente, mas não só, no âmbito dos estudos culturais, sobre a musealização da história industrial e operária. Começamos por considerar a reflexão crítica sobre o surgimento dos museus industriais no século XIX e sobre os seus principais desenvolvimentos na segunda metade do século XX, nomeadamente o surgimento dos museus ao ar livre, ou de sítio, os ecomuseus e os museus dedicados à história operária. De seguida centramo-nos naquela que tem constituído a principal linha do debate: a análise da forma como estes museus representam a história industrial e operária através das estratégias de exibição que adotam e das narrativas que constroem. De seguida damos conta de alguns desenvolvimentos mais recentes no âmbito da reflexão sobre as representações museológicas, nomeadamente a análise construtivista destas representações, a ênfase na função social e política dos museus e o papel dos objetos e das fotografias – ou seja da cultura material e visual – nos sistemas de representação museológicos. Por fim, atentamos em algumas análises de museus e exposições especificamente de cariz industrial e mineiro.

No quarto capítulo centramos a nossa atenção no processo de valorização e de musealização do património histórico-cultural (material e imaterial) da Mina de São Domingos. Começamos por fazer um breve enquadramento histórico-geográfico da povoação e de seguida descrevemos o processo complexo e tortuoso que conduziu à requalificação das infraestruturas da aldeia e à delineação de uma estratégia de desenvolvimento socioeconómico local assente na valorização do seu património histórico-cultural. Descrevemos depois as iniciativas de musealização realizadas até à data e as representações da história e da memória locais a elas associadas. De seguida desenvolvemos uma análise crítica destas representações museológicas, à luz dos contributos teóricos e analíticos

considerados no capítulo anterior. Fazemos igualmente um cruzamento destas representações 'oficiais' da história e da memória locais com testemunhos extraídos de fontes documentais da época e de testemunhos pessoais, que permitem a identificação de alguns problemas ou limitações destas representações e iluminam alguns aspetos importantes e pouco conhecidos da história da povoação. Por fim, fazemos uma análise breve do *feedback* dos visitantes a uma das exposições realizadas e apresentamos os resultados dos inquéritos que realizámos aos residentes da Mina de São Domingos e do Pomarão e aos visitantes/turistas da Mina de São Domingos. Com base nestes resultados, fazemos algumas sugestões com vista à valorização, musealização e dinamização turística futuras do património histórico-cultural da Mina de São Domingos.

Na conclusão do trabalho fazemos uma síntese das principais ideias desenvolvidas e estabelecemos algumas ligações entre a reflexão teórica desenvolvida no primeiro e no segundo capítulos e a análise da história e do processo de conversão turística da aldeia. Neste contexto, demonstramos que a história da Mina só pode ser compreendida, e tem necessariamente de ser enquadrada, no processo histórico de constituição e desenvolvimento das sociedades capitalistas industriais, que foi objeto de reflexão no capítulo inicial. Para além disso, refletimos sobre algumas limitações ao desenvolvimento socioeconómico (por via do património e do turismo) da Mina de São Domingos. Consideramos igualmente de que forma é que a história da Mina de São Domingos ajuda a iluminar determinados aspetos da modernidade e a perspetivar o estágio atual da(s) sociedade(s) em que vivemos.

O presente trabalho inscreve-se no projeto intelectual dos estudos culturais, fundado na Grã-Bretanha na década de 1950 e que possui hoje um âmbito internacional. Assim, a elaboração do trabalho, os princípios orientadores, os métodos de pesquisa e as metodologias de análise adotadas são as dos estudos culturais, e que passamos a explicitar. Uma das características deste projeto, apontada por alguns dos seus proponentes como uma força e por outros como uma fraqueza, é a discordância que existe relativamente à sua própria definição. Apesar deste facto, a análise cultural, política e historicamente informada do mundo contemporâneo, com o objetivo de o problematizar e de contribuir para a sua compreensão, é um das características e um dos objetivos orientadores do projeto que têm sido reafirmados por vários dos seus proponentes:

(...) this work remained a kind of intellectual analysis which wanted to change the actual developments of society (...) (Williams, 1989: 158)

(...) cultural studies is an expanding space for sustained, rigorous and self-reflexive empirical research into the massive, power-laden complexity of contemporary culture. (...) (...) cultural studies thinks of culture in relation to issues of power: the power relations (whether driven by economics, politics or other forms of social discrimination) which affect who is represented and how, who speaks and who is silent, what counts as 'culture' and what does not. (...) (...) the values of cultural studies are those of political democracy and the progressive undermining of inequalities of power. (Couldry, 2001: 1, 2, 6)

Cultural studies matters because it is about the future, and about some of the work it will take, in the present, to shape the future. It is about understanding the present in the service of the future. By looking at how the contemporary world has been made to be what it is, it attempts to make visible ways in which it can become something else. (Grossberg, 2010: 1)

Na verdade, e tal como Jessica Munns e Gita Rajan lembram, este pendor interventivo não é “uma invenção do académico do final do século XX” mas constitui um aspeto discernível da crítica cultural na tradição humanista liberal (Munns e Rajan, 1995: 1). No entanto, segundo Meaghan Morris, os estudos culturais distinguem-se da teoria crítica e cultural na medida em que a teoria constitui para eles uma resposta a, ou o resultado de, práticas e de contextos específicos (Morris, 1997: 43). Neste âmbito, Morris define os estudos culturais como “uma teoria política de contextos”, e o seu método como uma “articulação” (43). Paul du Gay explicita o significado deste conceito:

By the term 'articulation' we are referring to the process of connecting disparate elements together to form a temporary unit. An 'articulation' is thus the form of the connection that can make a unity of two or more different or distinct elements, under certain conditions. It is a linkage which is not necessary, determined, or absolute and essential for all time, rather it is a linkage whose conditions of existence or emergence need to be located in the contingencies of circumstance. (du Gay, 1997a: 3)

Tal como Ann Gray afirma na sua reflexão sobre os métodos de análise dos estudos culturais, uma das características definidoras do projeto dos estudos culturais é o reconhecimento da materialidade da cultura, ou seja, de que a cultura consiste num conjunto de significados, de processos e de artefactos que não existem no vácuo mas que, pelo contrário são produzidos, distribuídos e consumidos em contextos materiais específicos (Gray, 2003: 12). Os estudos culturais afirmam não só o carácter material como também a centralidade social da cultura, o facto de ela existir em todos os domínios da vida e do mundo social, sendo entendida, de forma lata, como a “produção de significados”:

Culture is understood as being actively produced through complex processes. It is broadly the production of meaning, or signifying practice that happens at every level of the social and at every moment within cultural processes. (Gray, 2003: 12)

Stuart Hall salienta também a expansão que o domínio da cultura, tradicionalmente entendido como uma esfera à margem ou acima da vida social, adquiriu na segunda metade do século XX, quer a nível “substantivo” quer “epistemológico”, e a necessidade de termos em consideração estes dois domínios: por “substantivo” Hall entende “o lugar da cultura na estrutura empírica propriamente dita e na organização das atividades culturais, instituições e relações da sociedade num determinado momento histórico” (Hall, 1997b: 208); o domínio epistemológico consiste na “posição da cultura em relação a questões do conhecimento e da conceptualização, ou seja, de como a ‘cultura’ é utilizada para transformar a nossa compreensão, explicações e modelos teóricos do mundo” (208-209).

Neste contexto, du Gay, Hall, Janes, Mackay e Negus defendem que a análise dos processos culturais não pode, como muitas vezes acontece, privilegiar apenas um dos seus aspetos – por exemplo, a produção ou o consumo cultural. Pelo contrário afirmam que qualquer análise cultural de um determinado objeto cultural tem de ter em consideração, e dar conta, de quatro processos culturais principais e indissociáveis, a que eles chamam de “circuito da cultura”: nomeadamente a representação, a identidade, a produção, o consumo e a regulação. Segundo estes autores, o estudo adequado de um objeto ou texto cultural implica a consideração de como ele é representado, das identidades sociais que lhe estão associadas, de como ele é produzido e consumido e da forma como a sua distribuição e utilização é organizada, gerida e regulada (du Gay, 1997a; Thompson, 1997).

Um dos aspetos importantes desta formulação, e que importa notar, é o reconhecimento da necessidade de ter em consideração questões da política cultural (estatal), um tópico que provocou acesas dissensões no seio dos estudos culturais na década de 1990 (Bennett, 1999). Esta necessidade tem sido enfaticamente defendida por Tony Bennett, o qual considera que a abordagem crítica da política cultural pode não só contribuir para iluminar as suas limitações ou exclusões como também fomentar a produção e a distribuição de objetos e de conteúdos culturais mais abrangentes, equitativos e eficazes (em termos do seu contributo para o progresso socioeconómico e cultural), apontando os ecomuseus como um resultado concreto desta relação profícua entre a crítica e a política cultural (Bennett, 1999).

O pendor democrático que orienta e que deu origem ao projeto dos estudos culturais é responsável pela atenção teórica e analítica a todas as experiências culturais como igualmente válidas e relevantes, uma ideia defendida por Raymond Williams, por exemplo, no âmbito da sua defesa de uma cultura comum (Williams, 1993a), e que tem sido explorada e enfatizada por diversos autores, tais como Pickering (1997), Gray (2003) e Couldry (2000, 2010). O reconhecimento da validade e da relevância social e cultural de *todas* as experiências culturais, a constatação de que as experiências e os significados culturais de determinados grupos sociais têm sido sistematicamente desvalorizados, marginalizados ou mesmo silenciados, explica a centralidade que os estudos culturais atribuem às ‘culturas vividas’, à produção e ao consumo da cultura ‘popular’ e às práticas culturais quotidianas. Este aspeto traduz-se, por exemplo, na análise de um conjunto muito diversificado de textos (entendidos de forma lata, enquanto ‘produção de significados’) e de práticas sociais e culturais tradicionalmente marginalizadas na reflexão académica, tais como narrativas pessoais ou autobiográficas. Apesar deste facto, Couldry considera que os estudos culturais não têm prestado a devida atenção às experiências culturais individuais, aos modos como os indivíduos são formados e agem “no interior das culturas” (Couldry, 2000: 45). Também Ann Gray enfatiza a importância da consideração das “culturas vividas” para a compreensão cultural e social: “The attention to the lived, to how individuals account for their lives and how they position themselves in relation to their experience can produce new knowledges and the ‘shock of recognition’ of which Williams speaks” (Gray, 2003: 26).

Diversos autores, tais como Pickering (1997), Steedman (1992) e Couldry (2000) têm frisado a dimensão histórica dos estudos culturais. Esta dimensão, que teve um papel fulcral na constituição e no desenvolvimento dos estudos culturais, ter-se-á perdido a partir da década de 1970 (Pickering, 1997: 3-4). Também Couldry considera que a história continua, em geral, a ser subaproveitada ou subdesenvolvida no âmbito dos estudos de cultura e da crítica cultural, afirmando a sua relevância, nomeadamente para operar a necessária “desnaturalização do presente” (Couldry, 2000: 60). Além disso, e como Grossberg salienta num passo supracitado, o conhecimento do passado e a consciência histórica são imprescindíveis à compreensão crítica do presente. Também Rafael Samuel (1994) defendeu enfaticamente a importância cultural e social da análise das fontes históricas e dos testemunhos diretos da experiência histórica.

De acordo com Nick Couldry, a preocupação dos estudos culturais com questões de poder e a sua “insistência em certos valores democráticos”, fomentam uma abordagem à cultura, e às questões culturais, diferente da das “ciências tradicionais” e de disciplinas com as quais os estudos culturais possuem afinidades, tal como a sociologia da cultura (Couldry, 2005). Estes princípios repercutem-se não só nas abordagens teóricas e analíticas desenvolvidas no âmbito do projeto como também ao nível dos próprios métodos de análise:

By ‘cultural studies’ I mean the discipline (...) that studies the relations between culture and power, using a method the primary orientation of which is very broadly sociological rather than literary (but allowing for borrowings from literature and anthropological analysis and elsewhere). In terms of detailed methods, there is increasingly an interchange between historic disciplines, making absolute boundaries based on method outdated. (Couldry, 2000: 6)

A necessidade de adotar métodos e instrumentos de análise diversos e flexíveis, como intrínseca aos objetivos e aos princípios orientadores dos estudos culturais, é igualmente frisada por diversos autores, tais como Jim McGuigan, Ann Gray e Meagan Morris. McGuigan distingue entre “métodos” e “metodologia”. Para este autor, a metodologia diz respeito “às bases conceituais da pesquisa” e os métodos decorrem da metodologia e têm de ser adotados e adaptados de acordo com os objetivos metodológicos da análise (McGuigan, 1997: 2). Para Meaghan Morris, a interdisciplinaridade que é atribuída aos estudos culturais decorre das exigências da análise ou da articulação em causa:

If cultural studies draws on a variety of disciplinary methodologies – ethnography, textual analysis, survey research, archival investigations – its aim in doing so is not to ‘blur’ genres but rather to connect and remake practices (including genres), and the relations contextually holding between them, in precise and motivated ways. (Morris, 1997: 46)

Esta ideia é igualmente postulada por Ann Gray:

Culture is understood as being actively produced through complex processes. (...). This leads to questions about how and in what ways human beings make culture, why and to what end. How culture and the cultural shapes social relations and, more broadly, how culture takes its place in instigating or resisting social change. In order to begin to investigate these complex sets of relationships which are present in cultural processes we require a variety of methods ranging from textual analysis, observation, different ways of gathering knowledge and information from individuals and groups, such as diaries, different kinds of interviews and participant observation. (Gray, 2003; 12)

São estes princípios democráticos orientadores dos estudos culturais, o entendimento de cultura em que o projeto assenta e os aspetos metodológicos esquematicamente explicitados que nortearam e informam o trabalho: a atenção aos vários processos que integram o ‘circuito da cultura’, a importância da dimensão histórica, a atenção às narrativas pessoais e às fontes documentais primárias, bem como a necessidade de adotar diferentes métodos de pesquisa e metodologias de análise no âmbito da presente “articulação”. São também estes pressupostos que justificam a sua estrutura e a combinação da análise de diversos tipos de textos (textos escritos, relatos orais, imagens e filmes) com a observação participante, com as entrevistas e com a recolha estatística.

Por fim, destacamos uma última ideia, frisada por Nick Couldry, que também norteou a nossa reflexão: nomeadamente a necessidade de dar conta e de não evitar a abordagem da “complexidade cultural”: “We should always reject short cuts in cultural description, not because we want complexity for its own sake, but because this is the only way to think culture in a non-dominative way, to recognize it as a space of multiple voices and forces” (Couldry, 2000: 4).

Capítulo 1 – Transformações modernas: trabalho, indústria e cultura

1. Modernidade e pós-modernidade

Constant revolutionizing of production, uninterrupted disturbance of all social conditions, everlasting uncertainty and agitation distinguish the bourgeois epoch from all earlier ones. All fixed, fast-frozen relations, with their train of ancient and venerable prejudices and opinions are swept away, all new-formed ones become antiquated before they can ossify. All that is solid melts into air, all that is holy is profaned, and man is at last compelled to face with sober senses, his real conditions of life, and his relations with his kind. (Marx e Engels, 2011: 68)

Instability since Marx's day may seem capitalism's only constant. The upheavals of markets, the fast dancing of investors, the sudden rise, collapse, and movement of factories, the mass migration of workers seeking better jobs or any job: such images of capitalism's energy pervaded the nineteenth century and were conjured at the beginning of the last century in another famous phrase, this by the sociologist Joseph Schumpeter: "creative destruction". Today the modern economy seems full of just this unstable energy, due to the global spread of production, markets, and finance and the rise of the new technologies. Yet today those involved in making change argue that we are not plunged into more turmoil, but rather are on a fresh page of history. (Sennett, 2006: 16)

A requalificação e reconceptualização de minas e complexos industriais desativados como 'património industrial' ou 'património mineiro', e o seu reaproveitamento económico no âmbito de uma indústria turística que registou um crescimento e uma diversificação bastante significativos nas últimas décadas, constituem um objeto de estudo de inequívoca relevância atual no âmbito das ciências sociais e humanas, e particularmente no contexto da análise e da crítica cultural. O interesse – intrínseco e irrepetível – da história de cada um destes locais e do respetivo processo de valorização e dinamização patrimonial, principalmente no âmbito do turismo cultural, o património industrial constitui-se como um privilegiado estudo de caso de alguns vetores do processo histórico moderno e do estágio atual das sociedades norteadatlânticas. Além disso, permite ainda analisar criticamente a proposição – recorrente nos discursos académico, político e dos média – de que nos encontramos num período crucial e inequívoco de transição para um paradigma social distinto, marcadamente informacional e pós-industrial, da qual a transformação de sítios industriais em objetos turísticos é vista como um exemplo paradigmático (Bell, 1999). Por outro lado, a preservação e valorização do património mineiro beneficia claramente de uma abordagem crítica e cultural abrangente e multidisciplinar que contribua para o aprofundamento e enriquecimento dos seus conteúdos

culturais, assim como para o desenvolvimento das suas potencialidades socioeconómicas, particularmente nos contextos regional e local.

Lawrence Grossberg chama a atenção para o papel fulcral que a teoria desempenha na compreensão de um contexto e a sua capacidade de revelar possibilidades novas de alteração desse contexto (Grossberg, 1997: 262). A história da Mina de São Domingos, um dos primeiros entrepostos industriais portugueses modernos, edificada e gerida por uma empresa inglesa, com estreitas ligações ao processo de industrialização britânico, é um interessante e pertinente estudo de caso da constituição e do desenvolvimento das sociedades industriais norte-europeias e norte-americanas, assim como das profundas transformações económicas, geográficas, sociais e culturais que essas mesmas sociedades têm sofrido ao longo das últimas décadas, e que têm sido profusamente estudadas e analisadas e dado origem a diversas teorias, ou escolas de pensamento. Por outro lado, o percurso histórico da povoação e da sua comunidade, assim como o processo de requalificação patrimonial e turística – ainda em curso – só podem ser devidamente estudados e apreciados à luz destas transformações globais e de alguns dos contributos teóricos mais relevantes para a sua compreensão.

1.1. Teorias sobre o fim da modernidade

A perceção de importantes alterações nas estruturas institucionais e laborais, decorrentes da diminuição do peso e da dimensão da produção industrial nas economias norte-europeias, e da sua substituição pelas chamadas indústrias dos serviços, esteve na base das chamadas teorias da sociedade pós-industrial, inicialmente propostas por Alain Touraine (1964) e Daniel Bell (1973), que, na sua essência, aventavam o fim da sociedade industrial e o surgimento de uma configuração e organização sociais fundamentalmente distintas e novas, centradas no papel preponderante e sem precedentes detido pela informação e pelo conhecimento (cf. Touraine, 1974; Bell, 1999). A grave crise das economias capitalistas, registada no início da década de 1970, e o programa de reorganização político-económica subsequente foram responsáveis pelas extensas e profundas alterações políticas, económicas, sociais e culturais experimentadas nas últimas quatro décadas, ainda que de forma diferenciada, um pouco por todo o globo.

Este programa de reestruturação consistiu, por exemplo, na reorganização da produção e dos mercados à escala global, na divisão internacional do trabalho, nas políticas de privatização e de desregulação económica e no desenvolvimento de um sistema bancário/financeiro global com um poder e uma autonomia sem precedentes, politicamente implementado através, entre outros, da supressão do acordo de Bretton Woods e do estabelecimento do chamado ‘Consenso de Washington’, e significativamente coadjuvados por todo um conjunto de desenvolvimentos extraordinários de âmbito tecnológico, patentes por exemplo ao nível da automação industrial ou da informação e da comunicação. Algumas das consequências mais visíveis destas transformações, principalmente nos países europeus e norte-americanos, foram, sem dúvida, o declínio acentuado do emprego, particularmente mas não só na área da manufatura industrial, a deslocalização da produção industrial para outras zonas do globo, o surgimento e/ou expansão das atividades comerciais no âmbito dos chamados ‘serviços’, tais como o turismo ou a cultura, ou ligadas às novas tecnologias da informação e comunicação e ao setor financeiro, o crescimento do desemprego e do emprego precário, e o incremento substancial do consumo de produtos e serviços.

Neste contexto, outras análises e teorias interpretativas sobre as profundas transformações em curso surgiram e se afirmaram no contexto académico, por vezes em alternativa e de crítica às propostas de Touraine e Bell: cite-se exemplificativamente a teoria da sociedade da informação/em rede (Castells, 2000), da sociedade pós-moderna (Lyotard, 1984), da modernidade tardia (Jameson, 1991), da modernidade líquida (Bauman, 2000) e da modernidade reflexiva (Giddens, 1990) ou da sociedade do risco (Beck, 1992). Mais recentemente, muitas destas questões têm sido recolocadas e abordadas no âmbito do debate sobre a globalização (cf. Held et al., 1999; Held e McGrew, 2002, 2003; Held, 2004) e sobre a hegemonia neoliberal (Harvey, 2005a; McGuigan, 2009). Contudo, não obstante as diferenças – por vezes acentuadas – das várias abordagens, a natureza e dimensão das transformações e a hipótese de estarmos perante um corte civilizacional, uma transição para uma sociedade distinta ou nova, têm permanecido no centro do debate (Kumar, 1995; Jameson, 1991; Harvey, 1990; Sennett, 2006; Bauman, 2000; Castells, 1999, 2000; Beck, 1992; Held e McGrew, 2003).

Na introdução à edição de 1999 de *The Coming of the Post-Industrial Society*, Bell faz um balanço retrospectivo de algumas das principais transformações operadas a nível global, e particularmente nos países industrializados, e que vieram confirmar as suas previsões de uma transição para uma era dita pós-industrial. Bell enumera sete principais alterações que justificam esta conclusão: (1) o declínio acentuado das indústrias fabris e o incremento das

chamadas indústrias dos serviços; (2) as alterações na composição da força laboral, com um aumento exponencial das profissões técnicas e especializadas e um declínio correspondente dos trabalhadores pouco qualificados; (3) o papel da educação no prestígio e na mobilidade sociais; (4) a importância adquirida pelos conceitos de capital humano e social como fatores de produtividade e crescimento; (5) o desenvolvimento da alta tecnologia, particularmente do que o autor chama da “tecnologia intelectual” (baseada na matemática e na linguística), em detrimento da tecnologia mecânica que marcara/definira a era industrial; (6) a substituição da teoria do valor-trabalho, preconizada por Smith, Ricardo, Mill ou Marx e definidora da lógica económica da sociedade capitalista industrial, por uma teoria de valor-conhecimento (Bell, 1999: xv-xvii).

De facto, o incremento das novas tecnologias no processamento, na difusão e na partilha da informação, e o papel sem precedentes desempenhado pela informação e pelo conhecimento nos meios de produção económica, têm sido apontados como o principal fator subjacente à tese de uma terceira revolução tecnológica ou da transição para uma sociedade pós-industrial. Já na década de 1960 Touraine antevia os principais sinais de um novo tipo de sociedade (pós-industrial) no papel preponderante que o conhecimento, a criatividade, a educação e o consumo desempenhavam ao nível dos meios de produção e do crescimento económico (Touraine, 1969: 5). O novo estatuto detido pelo conhecimento nas ‘novas’ sociedades pós-industriais e nas culturas pós-modernas é também o principal foco de preocupação de Lyotard em *A Condição Pós-Moderna* (1984: 3).

Mais recentemente, e colocando-se na esteira das teorias de Touraine e de Bell, Manuel Castells defende que a revolução nas tecnologias da informação foi o principal fator responsável pela reestruturação global do sistema capitalista, a partir da década de 1980, e que a tecnologia da produção de conhecimento, processamento de informação e comunicação de símbolos é hoje a principal fonte de produtividade ou o principal modo de desenvolvimento (Castells, 2000: 13-16; 60). Para Castells, a característica diferenciadora desta terceira revolução industrial – tecnológica – não consiste na importância detida pela informação ou pelo conhecimento no desenvolvimento de novos sistemas de produção – já presentes nas ‘revoluções’ anteriores – mas na sua aplicação na produção subsequente de conhecimento e informação, ou seja, o facto de – pela primeira vez na história – a mente humana ser uma força produtiva direta (31). Esta ideia do conhecimento como um “bem de consumo informacional indispensável ao poder produtivo” já fora anteriormente defendida por Lyotard (1984: 4-5). Contudo, enquanto para Lyotard o objetivo da produção de conhecimento é a sua

comercialização ou “mercantilização”, (5) Castells perspetiva o desenvolvimento tecnológico e a produção de informação e conhecimento como o fim último do modo de desenvolvimento informacional, ao contrário do modo industrial, cujos objetivos eram a maximização da produção e o crescimento económico (2000: 17).

Para Bell, a popularidade e a generalização do uso do conceito ao longo das últimas décadas constituem outros indicadores relevantes de que está em curso uma mudança de paradigma social (1999: x). De facto, a ideia de que os países industrializados do norte europeu e americano se encontram num processo de transição fundamental para uma economia pós-industrial, assente na produção de informação e de conhecimento, em detrimento da produção industrial, tem persistido ao longo dos anos não só nos debates académicos como também nos discursos político e dos média. Um exemplo disto é a chamada ‘Estratégia de Lisboa’, que consistiu na definição, por parte do Conselho Europeu, no ano 2000, do novo objetivo estratégico para a década seguinte: preparar a União Europeia para a transição para uma economia baseada no conhecimento, tornando-a simultaneamente a mais competitiva e dinâmica do mundo, fomentando não só o crescimento económico como também a criação de emprego e a coesão social (European Parliament, 2000).

A requalificação de áreas industriais desativadas é frequentemente abordada nos média como um sinal inequívoco do fim da era industrial. Um exemplo interessante é o artigo ‘Refitting on the Clyde’, publicado no *The Economist* (20 de agosto de 1998):

The unprepared visitor to Glasgow looks in vain for teeming tenements blackened still by grime and soot, and searches an empty skyline for the thicket of cranes that rimmed the cacophonous shipyards. On the south side of the Clyde you half hope to find some true remnant of the Gorbals, the filthy, tightly-packed, big-hearted, crime-and disease-ridden warren of slums and pubs that housed Glasgow’s army of industrial workers. That Glasgow has gone – along with most of the ship-building and steelmaking that once made the city rich. The filthy river that delivered prosperity is clean and listless. Tenements have been thinned and tarted up. (...) And yet today’s Glasgow is no Victorian shell mourning the passing of its industrial glory. Manufacturing may be imprinted somewhere in the Clydeside soul – and the city council continues its fruitless efforts to attract new factories – but from the city centre Glasgow looks and feels like a successful post-industrial centre for tourism, services and shopping (...). (*The Economist*, 1998)

Como podemos constatar através deste excerto representativo, Glasgow é apresentada como um caso emblemático da passagem bem-sucedida para uma era pós-industrial, que parece ser sinónima de progresso e do fim de muitos dos problemas da industrialização, tais como a

degradação ambiental e social. A imagem negativa da outrora cidade industrial, suja, poluída e social e economicamente deprimida é oposta à representação positiva do atual centro urbano dinâmico, próspero e atrativo. O fim da era industrial parece ser confirmado pela incapacidade do município de captar o estabelecimento de fábricas na região, e a receita para uma transição bem-sucedida para a nova sociedade e para a prosperidade económica parece assentar em três pilares fundamentais – no comércio, no turismo (neste caso cultural) e nas novas indústrias tecnológicas.

O que é particularmente significativo nos exemplos supramencionados, extraídos dos discursos político e dos média, é o facto de a transição para uma era pós-industrial ser apresentada como inevitável, inquestionável e, em última análise, desejável e sinónima de prosperidade económica e social. Contudo, e no que concerne ao contexto académico, as chamadas teorias da sociedade industrial ou da sociedade da informação, esquematicamente abordadas acima, têm sido persistentemente criticadas e contrariadas (Allen, 1992: 176). A generalidade dos autores estudados, e que se têm debruçado sobre o assunto, não põe em causa a natureza e a extensão das transformações verificadas nas últimas décadas, mas sim a assunção de que elas sinalizam um corte civilizacional.

Antes de considerarmos as críticas que têm sido dirigidas às várias teorias que têm sucessivamente postulado o hipotético fim da era moderna, temos de partir do conceito de modernidade e considerar com algum detalhe algumas das principais transformações verificadas nas últimas décadas, que em grande medida têm marcado o debate académico desde a década de 1980, e que têm simultaneamente servido de base a essas mesmas teorias. Apesar do carácter complexo e multifacetado dos estudos considerados, o debate tem-se desenvolvido em torno de três eixos temáticos principais: as alterações (a) nas estruturas institucionais e nas relações laborais, (b) na conceção e organização espaço-temporal e (c) nas estruturas ocupacionais. Uma temática igualmente importante e transversal a todas estas discussões diz respeito às alterações simultâneas nas “dimensões simbólicas da vida social” (Hall, 1992: 13), ou seja, nos modos de viver, pensar e sentir individuais e coletivos. Apesar de muitos autores enfatizarem a multicausalidade destas alterações, e em geral dos processos de transformação social, a atribuição de um papel preponderante e decisivo à reestruturação das economias capitalistas, fomentado através de medidas políticas e facilitado pelos avanços tecnológicos supramencionados, é relativamente consensual.

1.2. O conceito de modernidade

Tal como Stuart Hall enfatiza na introdução ao primeiro de uma série de quatro volumes dedicados à análise – abrangente e aprofundada – da formação, das dimensões, transformações e do futuro das sociedades modernas, o conceito de ‘moderno’, longe de ser neutro ou puramente descritivo, tem uma longa e complexa história discursiva e que é impossível datar com exatidão (Hall, 1992: 14). Apesar de, segundo Raymond Williams (1983: 208), a utilização comum do termo na língua inglesa remontar ao final do século XVI, é apenas no século XVIII, e no âmbito da teorização iluminista que podemos falar no desenvolvimento da ideia de modernidade para descrever determinadas sociedades europeias com uma configuração nova e distinta (Hall, Held e McLennan, 1992: 2). Contudo, a ideia de modernidade adquire maior preponderância no final do século XIX, estando diretamente relacionada com os processos de industrialização e com as profundas alterações económicas, sociais e culturais globais deles decorrentes (Hall, 1992: 15). É também nesta altura que o termo adquire uma aceção positiva, ao contrário do que até então ocorrera (Williams, 1983: 208).

Apesar da complexa história e evolução do termo, parece não haver grandes discordâncias entre os autores considerados quanto àquilo que ele descreve: por modernidade, entende-se um modo (ou modos) de vida e organização social específicos e distintos, que se desenvolveu nas sociedades europeias a partir dos séculos XVII ou XVIII, e que progressivamente se expandiu um pouco por todo o mundo durante os séculos seguintes. Na sua análise da génese e desenvolvimentos da modernidade, Anthony Giddens enfatiza a extensão, a celeridade e o impacto extraordinários e dificilmente apreensíveis das alterações ocorridas nestes últimos três ou quatro séculos, e ainda a inexistência de algumas das configurações sociais em períodos históricos anteriores, tais como “o sistema político do estado-nação, a completa dependência da produção de fontes de energia inanimadas, ou a comercialização sistemática de produtos e do trabalho assalariado” (Giddens, 1990: 5-6).

Em termos da organização institucional moderna, e num esquema próximo da proposta de Hall, Held e McLennan (cf. 1992: 2-4), Giddens aponta quatro “dimensões” principais da modernidade, nomeadamente o capitalismo, o industrialismo, o poder militar (controlo dos meios de violência) e a vigilância (controlo social e da informação). Giddens destaca ainda três aspetos principais a seu ver responsáveis pelo extraordinário e constante dinamismo que distingue a era moderna das predecessoras, nomeadamente a separação e recombinação das

categorias de tempo e espaço, com vista ao estabelecimento de estruturas e modos de organização e experiência social 'à distância' e com um âmbito mundial; o desenvolvimento de mecanismos de desagregação das relações sociais da esfera local e potenciadores do seu distanciamento espaço-temporal; e a transformação da produção de conhecimento como motor de transformação social (Giddens, 1990: 17-32).

O autor indica ainda dois tipos principais de mecanismos de separação responsáveis pelo desenvolvimento da configuração institucional moderna: a criação de símbolos como meios de troca, e particularmente do dinheiro, no âmbito da implementação e expansão das economias e dos mercados capitalistas a uma escala global, e o estabelecimento de sistemas de especialização ("*expert systems*"), intimamente associados à confiança em pessoas ou em sistemas, com base no domínio de conhecimento técnico (33-34). Também Hall, no âmbito da ênfase que atribui à relevância dos processos culturais na constituição e no desenvolvimento das sociedades modernas, destaca o surgimento de processos cognitivos (ou seja, de produção e classificação do conhecimento) e a construção de identidades culturais e sociais, ou seja, desenvolvimento de um sentimento de pertença a "comunidades imaginadas", a entidades supralocais (como a nação), ou mesmo supranacionais (como a Europa) (Hall, 1992: 6-7).

2. Da fábrica fordista à empresa mp3: transformações institucionais e laborais

2.1. A organização racional do trabalho e o sistema fordista

Modern industry has converted the little workshop of the patriarchal master into the great factory of the industrial capitalist. Masses of labourers, crowded into the factory, are organized like soldiers. As privates of the industrial army they are placed under the command of a perfect hierarchy of officers and sergeants. Not only are they slaves of the bourgeois class, and of the bourgeois State; they are daily and hourly enslaved by the machine, by the overlooker, and, above all, by the individual bourgeois manufacturer himself. (Marx e Engels, 2011: 72)

In the world of structural unemployment no one can feel truly secure. Secure jobs in secure companies seem to be the yarn of grandfathers' nostalgia; nor are there many skills and experiences which, once acquired, would guarantee that the job will be offered, and once offered, will prove lasting. No one may reasonably assume to be insured against the next round of 'downsizing', 'streamlining' or 'rationalizing', against erratic shifts of market demand and whimsical yet irresistible, indomitable pressures of 'competitiveness', 'productivity' and 'effectiveness'. 'Flexibility' is the catchword of the day. It augurs jobs without in-built security, firm commitments or future entitlements, offering no more than fixed-term or rolling-term contracts, dismissal without notice and no right of compensation. No one can therefore feel truly irreplaceable (...)" (Bauman, 2000: 161-162).

Na introdução à sua tese sobre as origens religiosas do capitalismo, Max Weber defende que a aplicação sistemática de princípios racionais a todas as esferas da vida e das sociedades é o principal aspeto que diferencia a modernidade de épocas históricas transatas, e o desenvolvimento sem precedentes do sistema capitalista moderno de formas anteriores de realização de lucro e de acumulação de riqueza. Segundo ele, a principal característica da ordem económica capitalista moderna é a produção industrial ‘racionalmente’ organizada e direcionada para a comercialização sistemática, assente em três fatores inauditos: a separação do trabalho da esfera do lar e da vida familiar, a implementação de sistemas de contabilidade e, talvez o mais importante, a organização capitalista do trabalho livre (Weber, 1930: 21-22). Bastante crítico do carácter excessivamente materialista, insensível e burocrático das sociedades industriais modernas, Weber compara-as a uma gaiola de ferro da qual não é possível escapar.

A aplicação de um modelo militarista ou prisional à organização da produção e do trabalho industrial modernos já fora proposta por Jeremy Bentham no final do século XVIII, com o seu projeto do ‘panóptico’, um edifício concebido de forma a permitir a visibilidade, a supervisão e o controlo total de um elevado número de indivíduos, com múltiplas possibilidades de aplicação, desde prisões e hospitais a escolas e fábricas. Tal como Foucault viria a enfatizar, o panóptico não é apenas um edifício, mas “o princípio de um sistema” e uma “tecnologia de poder” desenhada para responder às exigências da produção industrial, facilitando simultaneamente o exercício do poder e a maximização do lucro (Foucault, 1980b: 148, 156, 161). Segundo Foucault, este novo tipo de poder “disciplinar” desempenhou um papel fulcral na constituição do sistema capitalista industrial (105), dada a sua capacidade ímpar de exploração do corpo/trabalho humano: “This new mechanism of power is more dependent upon bodies and what they do than upon the Earth and its products. It is a mechanism of power which permits time and labour, rather than wealth and commodities, to be extracted from bodies.” (104)

O controlo total não só do trabalho mas também do lazer e do consumo dos trabalhadores é também o objetivo final do ‘fordismo’. O termo está indelevelmente associado à implementação, por Henry Ford, por volta de 1913, de um sistema ‘revolucionário’ de produção do automóvel *Ford Model T*, baseado na produção estandardizada, em larga escala e com um custo de produção e de comercialização acessível à maioria da população (e aos operários que o produziam). Na verdade, o sistema implementado por Ford na sua fábrica de Dearborn (Michigan) consistiu na aplicação dos princípios de gestão científica preconizados

pelo engenheiro mecânico Frederick Taylor, com o objetivo de rentabilizar ao máximo o trabalho e a produção, proporcionando aos empresários industriais “a máxima prosperidade” (Taylor, 1919: 9). Contudo, a génese do conceito de fordismo é atribuída a Antonio Gramsci, que nos célebres ‘Cadernos da Prisão’ (caderno 5, 1933-34) analisa criticamente os princípios de Taylor e o sistema fordista de produção. Gramsci vê a racionalização da produção e do trabalho como o estágio mais recente – e talvez mais brutal – de um processo de mecanização ou automatização do trabalho humano endémico ao industrialismo, e que implicou profundas alterações nos hábitos, nos modos e nas condições de vida dos trabalhadores (Gramsci, 1971: 302).

Segundo Gramsci, a submissão dos trabalhadores aos novos métodos de trabalho foi conseguida não só de forma coerciva mas também através de métodos de persuasão, tais como o incremento dos salários e a consequente perspetiva da melhoria das condições de vida, um engodo que, segundo Gramsci, duraria apenas até que o sistema estivesse totalmente implementado e difundido (Gramsci, 1971: 308-312). Nas suas análises da ‘modernidade sólida’ ‘fordista’, David Harvey e Zygmunt Bauman abordam igualmente os mecanismos de sujeição – coercivos e ideológicos - dos trabalhadores à nova ordem capitalista industrial. Bauman enfatiza igualmente o papel fulcral que a “ética do trabalho” desempenhou na construção ideológica da sociedade industrial, ou seja, na destruição de hábitos e rotinas ancestrais de produção artesanal, no fim do controlo direto dos meios de produção pelos trabalhadores, e na subjugação de milhares de seres humanos às brutais exigências físicas e psíquicas do trabalho industrial e a uma nova ordem social inteiramente determinada pela economia (Bauman, 2000: 4). Harvey assinala o carácter moroso e complexo do processo de socialização dos operários industriais:

The socialization of the worker to conditions of capitalist production entails the social control of physical and mental powers on a very broad basis. Education, training, persuasion, the mobilization of certain social sentiments (the work ethic, company loyalty, national and local pride) and psychological propensities (the search for identity through work, individual initiative, or social solidarity) all play a role and are plainly mixed in with the formation of dominant ideologies cultivated by the mass media, religious and educational institutions, the various arms of the state apparatus, and asserted by the simple articulation of their experience on the part of those who do the work. (Harvey, 1990: 123-124)

A conceção do trabalho como vocação e dever moral foi, segundo Bauman, uma ‘invenção’ europeia, mais tarde suplantada e substituída pelos princípios materialistas do taylorismo e do

fordismo americanos, que eficazmente transformaram o trabalho num mero meio para atingir um fim: a capacidade de aquisição de bens de consumo. Esta alteração viria a ter consequências fundamentais para o desenvolvimento subsequente das sociedades industriais modernas: por um lado, destruiu a concepção igualitária da importância e da utilidade intrínsecas do trabalho, deslocando o seu valor e prestígio sociais para o montante do salário; por extensão, conduziu à tendência para medir o valor humano com base em princípios monetários; por fim, alterou as aspirações individuais da esfera do trabalho para a do consumo (Bauman, 1998a: 21, 33).

Na análise do conceito de comunidade, Bauman destaca duas tendências ou estratégias contraditórias que acompanham o desenvolvimento do capitalismo moderno, e que encontramos no modelo fordista: por um lado, o processo de individualização inerente à destruição das comunidades e das atividades tradicionais, pré-industriais, organizadas de acordo com os ritmos da natureza, e à sua substituição pela “organização científica do trabalho” e pela rotina impessoal e artificial das máquinas; por outro, a tentativa de reconstituição do sentimento perdido de pertença comunitária, de uma nova “comunidade de sentimento” centrada na fábrica (Bauman, 2001: 34-35). Um exemplo paradigmático desta estratégia ideológica, destacado por Bauman e também por Foucault e por Michelle Perrot (cf. Foucault, 1980b: 162-163), é o das chamadas ‘model villages’, povoações modelo/aldeias patronais concebidas e edificadas pelos proprietários industriais junto às fábricas ou às minas, que lhes permitiam preestabelecer e controlar completamente não só o trabalho como as vidas dos seus operários:

Model villages built around factories were equipped with decent dwellings, but also with chapels, primary schools, hospitals and basic social amenities – all predesigned by the factory owners along with the rest of the production complex. The bid was to recreate community centred around the place of work and, conversely, to make factory employment into a ‘whole life’ pursuit. (Bauman, 2001: 35)

Contudo, o desenvolvimento de novas formas de comunidade, de identificação e de associação coletiva não foi apenas externo e ideologicamente induzido, mas nasceu da experiência comum da industrialização e principalmente da resistência e da oposição à destruição da sociedade tradicional e à nova ordem industrial (Bauman, 2000: 33). Tal como E.P. Thompson demonstra, no seu aprofundado estudo *The Making of the English Working Class*, o surgimento da classe operária como uma formação social e cultural historicamente nova e específica, e de uma consciência coletiva, centrada na percepção de uma condição, de

um destino e de uma necessidade de luta comuns, constituiu de igual forma uma força ativa na construção da nova arquitetura social industrial, dando origem a uma cultura distinta e a importantes instituições modernas, como é o caso dos sindicatos, das cooperativas, das sociedades culturais e recreativas, etc. (Thompson, 1980: 10-12; 912-914).

Apesar da extraordinária resistência e contínua oposição à nova ordem industrial, o trabalho assumiu gradualmente um papel historicamente sem precedentes (Bauman, 1998a: 19). A ética do trabalho foi progressivamente interiorizada, e o trabalho – mesmo o mais insuportável ou enfadonho – passou a ser considerado socialmente útil e dignificante. O trabalho realizado passou a organizar – ou determinar – toda a existência individual, desde as condições materiais, as relações sociais, até às expectativas futuras e as rotinas e os hábitos não só de trabalho como de lazer:

The type of work coloured the totality of life; it determined not just the rights and duties directly relevant to the work process, but the expected standard of living, the pattern of the family, social life and leisure, norms of propriety and daily routine. It was that one 'independent variable' which allowed a person to shape up and forecast, with little error, all other aspects of their existence. Once the type of work had been decided and the scheme of career ascribed, all the rest fell into place and one could be pretty certain what was to be done in virtually every field of life. To sum up: work was the main orientation point, in reference to which all other life pursuits could be planned and ordered. (Bauman, 1998a: 17)

O fordismo, que segundo Harvey terá atingido o seu ponto máximo de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, é visto não apenas como um modelo de industrialização, assente na produção estandardizada e no consumo em massa, mas também, e principalmente, como “todo um modo de vida” (Harvey, 1990: 135). Tal como Bauman enfatiza, além da manufatura dos mais variados bens de consumo, as fábricas produziam igualmente cidadãos adequados ao estado moderno (Bauman, 1998a: 17-18). A configuração última e ideal da sociedade industrial era a do emprego universal, concebido simultânea e ambigualmente como um direito e um dever, e a principal *raison d'être* do estado social era garantir a existência e a boa condição da força laboral necessária ao funcionamento e à reprodução da ordem capitalista industrial (36, 52).

Por todas estas razões, este autor escolhe a fábrica fordista como a sua imagem de eleição para caracterizar a era da ‘modernidade sólida’ (Bauman, 2000: 56-57). Dado o carácter dinâmico e mesmo revolucionário que caracteriza o surgimento e a evolução das sociedades

industriais modernas, a escolha de Bauman do termo “sólido” para as definir pode causar alguma estranheza. Ele utiliza-o, a par de outros, como “pesado”, para enfatizar não só a obsessão moderna com o tamanho, a dimensão, e com a durabilidade, patente nas diversas obras de engenharia (edifícios, pontes, navios, comboios, etc.) (143-144), assim como também a confiança ilimitada no progresso da nova ordem gizada pela ‘racionalidade instrumental’ dos empresários e gestores industriais (como Ford) e assente na maximização do potencial lucrativo do trabalho humano (55, 131, 141). A ideia da solidez reporta-se ainda à legibilidade, previsibilidade e imobilidade fomentadas pela rígida organização panóptica, que vinculava tanto os supervisionados como os seus supervisores (Bauman, 2001: 33). Neste âmbito, Bauman enfatiza o elevado grau de dependência mútua que ligava o capital, a gestão e o trabalho – e os prendia numa ‘gaiola de ferro’ na fase fordista das sociedades modernas (Bauman, 2000: 57, 145).

Lash e Urry contrariam esta ideia da fixidez da modernidade sólida e analisam a importância não só da mobilidade como da organização social da viagem como uma das características principais e distintivas da construção da modernidade normalmente ignoradas ou menosprezadas pela generalidade dos estudos da fase do ‘capitalismo organizado’ (Lash e Urry, 1994: 253). De acordo com estes autores, a organização da mobilidade através de longas distâncias, paradigmática da experiência moderna, é um produto do capitalismo ocidental tão ou mais importante e abrangente do que a organização social da produção industrial (253), o que, segundo eles, tornaria defensável apelidar a fase do capitalismo organizado do século XX de ‘cookismo’ em vez de ‘fordismo’ (261).

De facto, o nascimento do fenómeno turístico, como um conjunto de atividades de lazer preestabelecidas e comercializadas é parte integrante dos processos de modernização acima analisados. A primeira excursão organizada em 1841 por Thomas Cook, um pastor batista, com o propósito de levar várias centenas de participantes a uma reunião do ‘Movimento da Temperança’, que advogava a abstinência de bebidas alcoólicas, inscreveu-se claramente na estratégia de socialização dos trabalhadores acima mencionada, e na tentativa de determinar e controlar não só as suas rotinas e os seus hábitos laborais como também as suas atividades de lazer. Assim, e a par da ética do trabalho, uma cruzada paralela foi levada a cabo com o propósito de substituir os passatempos tradicionais das classes inferiores – considerados violentos, irracionais e física e moralmente degradantes – pela chamada “recreação racional” – ou seja, a determinação e regulamentação de um conjunto de atividades lúdicas consideradas adequadas e edificantes para as ‘massas’. Entre estas atividades institucionalmente

sancionadas contavam-se, por exemplo, o usufruto devidamente controlado dos parques, as *'sunday schools'*, as bibliotecas e salas de leitura e, muito por obra de Thomas Cook, as excursões (Evans, 1996: 322-330; Lash e Urry, 1994: 262).

O desenvolvimento da indústria turística reproduz assim fielmente o modelo organizacional da fábrica fordista, baseado na ordem, na disciplina e no controlo total da operação, como demonstram algumas das principais inovações introduzidas por Cook, tais como a emissão de títulos de viagem (mesmo internacionais), a criação do *voucher* e das *'notas circulares'* precursoras dos cheques de viagem e o fornecimento de guias de viagem (Lash e Urry, 1994: 263-264). Tal como Lash e Urry também enfatizam, a experiência das férias replicava igualmente a rígida regulamentação da vida laboral, através da imposição de atividades a desenvolver, locais a visitar, horários a cumprir e normas de conduta a adotar (267). Este modelo disciplinar de férias atingiria o seu aperfeiçoamento máximo no auge do sistema fordista, no período pós-Segunda Guerra Mundial, com o sucesso dos campos de férias (Lash e Urry, 1994: 267; Urry, 2002: 34-35). Contudo, e a par do que se disse anteriormente sobre a agência da classe operária no desenvolvimento e na configuração de muitas das instituições das sociedades modernas industriais, há que destacar também, neste contexto, a obtenção progressiva de dias dedicados ao lazer, da semana de férias anual, e posteriormente das férias pagas como algumas conquistas difíceis e importantes desta classe (Lash e Urry, 1994: 267).

2.2. A reestruturação do capitalismo

O desenvolvimento do turismo internacional, a par de todo um conjunto de novas atividades comerciais, tais como os serviços bancários, os seguros, a indústria da aviação comercial, da hospitalidade, etc., têm, segundo David Harvey, de ser concebidos no âmbito da expansão internacional do sistema fordista que, após a Segunda Guerra Mundial, atingiu o seu auge e conduziu à formação de um mercado global, sob a égide do poderio económico, financeiro e militar dos EUA (Harvey, 1990: 137). Contudo, a partir de meados da década de 1960, a estabilidade e prosperidade económica e social relativamente alargadas, e o precário equilíbrio de forças alcançado entre o capital e o trabalho começaram a ceder e a degradar-se rápida e progressivamente. As causas deste processo de declínio são várias e demasiado complexas para serem tratadas aqui com o devido detalhe. Contudo, é importante destacar algumas das suas linhas de força, enfatizadas por Harvey: o descontentamento social relativo

às desigualdades existentes ou à excessiva padronização e rigidez do sistema, protagonizado, entre outros, pelos movimentos contraculturais dos anos 60; a diminuição relativa da força laboral industrial, em grande medida decorrente do sucesso das medidas de racionalização e da incapacidade do sistema de eliminar as contradições inerentes ao capitalismo, nomeadamente as crises cíclicas de acumulação, que marcaram o início da década de 1970 e conduziram a uma profunda reestruturação económica, política e social (Harvey, 1990: 145).

A mudança do regime de acumulação teve como objetivo principal destruir a rigidez da arquitetura institucional fordista, que tolhia a capacidade de resposta em conjunturas de crise, e garantir a viabilidade da economia capitalista. Esta reestruturação consistiu por isso, maioritariamente, numa estratégia abrangente de flexibilização do funcionamento do sistema, a nível da produção, do consumo, e dos processos e dos mercados laborais, que Harvey apelida provisoriamente de “acumulação flexível”. A flexibilização necessária à manutenção do sistema foi implementada, por exemplo, através da criação de novos setores de produção, novos mercados e serviços financeiros e de grande inovação comercial, tecnológica e organizacional, centrada em estratégias concertadas e sistemáticas de privatização, mercantilização e desregulação (financeira). Nos seus trabalhos mais recentes (2005a, 2010), Harvey reperspetivou a sua análise das transformações verificadas ao longo das últimas décadas no âmbito do neoliberalismo, que ele define da seguinte forma:

Neoliberalism is in the first instance a theory of political economic practices which proposes that human well-being can best be advanced by liberating individual entrepreneurial freedoms and skills within an institutional framework characterized by strong private property rights, free markets, and free trade. The role of the state is to create and preserve an institutional framework appropriate to such practices. (2005a: 2)

A profunda reestruturação neoliberal global das sociedades capitalistas levada a cabo ao longo das últimas décadas tem-se traduzido na destruição sistemática da arquitetura física e psíquica, infraestrutural e cultural, fordista. A competitividade das economias capitalistas foi fomentada, em grande medida, com recurso a estratégias de “racionalização, reestruturação e intensificação do controlo laboral” (Harvey, 1990: 145), materializadas, por exemplo, na progressiva automação da produção, na reorganização internacional da produção (deslocalização, desindustrialização, divisão internacional do trabalho) ou numa extensiva e profunda reestruturação e consolidação empresarial – por exemplo através da monopolização ou, em termos internos, da transferência dos poderes de gestão e decisão empresarial dos administradores para os acionistas, ávidos de lucros rápidos e vultuosos (Sennett, 2006: 37).

Uma das consequências mais visíveis – e mais dramáticas – destas medidas é, sem dúvida, o fim da centralidade do emprego em termos individuais, sociais e sistémicos, que caracterizara a ‘modernidade sólida’ (Bauman, 2000: 139). Outrora uma vocação, obrigação moral e norma social, a visão do emprego universal deu lugar, na nova configuração e mundividência neoliberal, ao flagelo do desemprego estrutural, especialmente nos países ditos ‘desenvolvidos’ do norte europeu e americano, um problema que se tem vindo a agudizar, e que dificilmente se solucionará sem o abandono das políticas neoliberais. A aplicação generalizada, aperfeiçoada e cada vez mais sofisticada das novas tecnologias industriais e informacionais aos processos laborais, aliada e fomentada pelas políticas neoliberais supramencionadas, tem conduzido a uma redução real e significativa na força laboral não só nas tradicionais indústrias manufatureiras como também nos setores dos serviços (Sennett, 2006: 99). Na sua análise da cultura do novo capitalismo, Richard Sennett defende que muitos trabalhadores enfrentam, talvez pela primeira vez na história, o “espectro da inutilidade” (83, 92).

A reorganização e coordenação do sistema financeiro a nível global, politicamente fomentado e facilitado pelos avanços extraordinários nas tecnologias da informação e comunicação, conferiram-lhe uma mobilidade e um poder extraordinários (Harvey, 1990: 160). Neste âmbito, Bauman contrasta a mobilidade sem precedentes do capital e das elites afluentes globais com a fixidez do trabalho e da maioria dos trabalhadores mundiais, e conclui que a mobilidade se tornou o principal fator de estratificação social das sociedades da “era do *software*” (2000: 121), libertando os detentores do capital das suas responsabilidades e obrigações sociais (Bauman, 1998b: 9). Este facto leva ainda o autor a constatar o fim do equilíbrio de forças, ou da relação de dependência mútua, que caracterizara a fase ‘sólida’ da modernidade (2000: 121).

Esta ideia, ainda que justificável, tem de ser vista com algum cuidado. Por um lado, o equilíbrio de forças entre o capital e o trabalho foi sempre extremamente precário e fruto de negociação contínua, e a dependência, ainda que existente, nunca foi equiparável. Por outro lado, há que evitar a todo o custo o perigo de incorrermos no determinismo tecnológico frequentemente associado à redução laboral decorrente de processos de automação. O desemprego estrutural e o controlo laboral que lhe está subjacente são fruto do mesmo sistema económico que há duas centenas de anos destruiu a agricultura tradicional e a indústria artesanal e subjugou milhões de seres humanos à disciplina do panóptico, da fábrica fordista ou da gaiola de ferro

da sociedade burocrática. Tal como Harvey, Bourdieu, Sennett ou o próprio Bauman enfatizam, perante condições e exigências novas ou diferentes, especialmente de competitividade global, a acumulação de capital – oficialmente apelidada de ‘crescimento económico’ ou de ‘progresso’ – tem sido alcançada e fomentada através da desvalorização do trabalho humano, conseguida, em primeira instância, através da criação deliberada da sua escassez (Harvey, 1990: 105, 160, 192; Harvey, 2006: 154). Os crescentes dividendos anuais exigidos pelos acionistas das grandes empresas, muitas vezes mascarados por declarações oficiais de dificuldades financeiras e da necessidade de redimensionamento em contexto de crise económica ou de retração do consumo, são frequentemente atingidos através de despedimentos (Bourdieu, 2003: 28-29; Bauman, 2000: 121-122).

Os mesmos objetivos têm conduzido à degradação das condições e dos direitos laborais, arduamente conquistados pela ação coletiva dos trabalhadores ao longo de várias gerações. Tal como os autores supracitados enfatizam, a prossecução do lucro rápido e o desequilíbrio deliberadamente criado entre a oferta e a procura laboral têm conduzido à precarização laboral, eufemisticamente apelidada de ‘flexibilização’, materializada nos contratos temporários ou a tempo parcial, no pagamento de salários miseráveis, na redução de vencimentos ou de benefícios sociais, no trabalho não remunerado, na ausência de limites horários, de pagamento de horas extraordinárias ou de progressão salarial/na carreira, numa sobrecarga de volume de trabalho, no estabelecimento de objetivos ou metas quase inatingíveis, etc. (Bauman, 2000: 161-162; Bourdieu, 2003: 28-29; Sennett, 2006). Bourdieu contrasta estas condições com formas anteriores de precariedade laboral, enfatizando a sua implementação deliberada (“gestão racional”) ou institucionalização, tanto ao nível estritamente organizacional como social (Bourdieu, 2003: 29), uma ideia igualmente defendida por Bauman (2000: 151) e Sennett (2006: 187).

Bauman opõe a solidez, ordem e ‘legibilidade’ do modelo organizacional e social do panóptico, da fábrica fordista, ou da “pirâmide racionalizada”, à insegurança e à instabilidade permanentes e generalizadas que caracterizam a experiência laboral e a vida institucional atuais (Bauman, 2000: 161-162). Sennett contrasta também a rígida arquitetura institucional e os *modus operandi* da pirâmide ou gaiola weberianas com a flexibilidade das novas estruturas organizacionais, projetadas à imagem de um leitor de mp3. Esta flexibilidade foi conseguida, segundo o autor, através da combinação de três estratégias principais: a precarização laboral, a redução dos níveis hierárquicos (“*delayering*”), facilitada pelo *outsourcing*, e a “sequencialização não linear”, ou seja, a alteração da sequência das tarefas e dos processos

laborais e produtivos, de acordo com a conveniência ou necessidade do momento (Sennett, 2006: 48-49). Estas técnicas tornam a estrutura organizacional muito mais maleável e capaz de responder rapidamente em conjunturas económicas adversas, permitindo igualmente uma gestão orientada para *performances* a curto prazo. Contudo, elas têm igualmente consequências extremamente negativas ao nível das relações laborais, da cultura empresarial e, em termos mais abrangentes, a nível social. Tal como Bauman enfatiza, a “flexibilidade” é unilateralmente atingida pelas empresas e às custas da inflexibilidade crescente das condições laborais impostas aos trabalhadores (Bauman, 1998b: 112).

A divisão bem definida e fixa das tarefas e funções do modelo organizacional fordista era transparente e potencialmente inclusiva e igualitária: cada trabalhador estava bem ciente da sua função no sistema e do seu contributo para o produto corporativo final; o longo horizonte temporal da vida profissional fomentava o aperfeiçoamento técnico e possibilitava a progressão na hierarquia, contribuindo igualmente para o desenvolvimento de um forte sentimento de solidariedade profissional e de identificação institucional. Pelo contrário, a nova estrutura organizacional tem efeitos devastadores ao nível da cultura empresarial, a que Sennett chama “défices sociais”: a precariedade laboral produz um baixo índice de lealdade institucional e uma diminuição do conhecimento institucional, impedindo ainda o desenvolvimento de relações de confiança e interdependência coletiva (Sennett, 2006: 52, 62; Bauman, 2000: 148). Neste âmbito, Bauman defende que a insegurança laboral contemporânea é uma “poderosa força individualizante”, uma vez que destrói a capacidade e as possibilidades de identificação e ação coletiva, da “comunidade de interesses” que florescera na modernidade sólida (Bauman, 2000: 33; 148-149; Bauman, 2001: 85; Harvey, 1990: 153).

Além disso, estes défices sociais são agravados por técnicas de gestão que valorizam a flexibilidade e disponibilidade incondicionais (e o baixo custo) em detrimento da experiência ou do conhecimento adquiridos, que desvalorizam o contributo prestado em prol do potencial futuro (“capacidade potencial”) e que privilegiam a rapidez da execução em detrimento da qualidade do trabalho executado (Sennett, 2006: 52). As exigentes (ou inumanas) metas de produtividade tornam desnecessária a supervisão panóptica (Bauman, 2001: 129) e são responsáveis por elevados níveis de ansiedade e stress permanente e, em última análise, pela degradação da saúde física e psíquica dos trabalhadores, um aspeto igualmente apontado por Sennett (1998: 28) e Bauman (2001: 129). Por outro lado, estas metas fomentam, segundo Sennett, uma “mentalidade superficial” (2006: 120) e o distanciamento emocional em face da

atividade profissional e da instituição empregadora. Em suma, estas exigências conduzem a uma concepção impessoal e puramente utilitarista das relações laborais, diametralmente oposta à ética do trabalho do modelo panóptico: “Labour must unlearn its hard-trained dedication to work and its hard-won attachment to the workplace as well as the personal involvement in its well-being.” (Bauman, 1998b: 112)

3. Transformações na concepção do espaço e do tempo

3.1. A conquista e a domesticação moderna do espaço e do tempo

The company is free to move, but the consequences of the move are bound to stay. Whoever is free to run away from the locality, is free to run away from the consequences. These are the most important spoils of victorious space war” (Bauman, 1998b: 8-9).

How can long-term purposes be pursued in a short-term society? How can durable social relations be sustained? How can a human being develop a narrative of identity and life history in a society composed of episodes and fragments? The conditions of the new economy feed instead on experience which drifts in time, from place to place, from job to job. (Sennett, 1998: 26-27).

A planificação ‘racional’ do espaço e do tempo está intimamente ligada ao nascimento das sociedades modernas e à fundação da arquitetura institucional industrial e ocupa por isso um lugar de destaque no pensamento analítico sobre a modernidade. As transformações organizacionais e sociais das últimas décadas, acima analisadas, foram acompanhadas de mudanças igualmente pronunciadas na concepção e na organização do espaço e do tempo. Simultaneamente, e em grande medida em resultado da intensa vaga de reestruturação espacial verificada na década de 1980 (Massey, 1992: 70), desenvolveu-se no contexto académico, com particular ênfase nas décadas de 1980 e 1990, um extenso e profícuo debate em torno da centralidade social e cultural das questões espaciais, subsequentemente apelidado de “spatial turn”, que culminou, na última década, com a adoção pluridisciplinar daquilo a que Soja chama uma “perspetiva crítica espacial” (Soja, 2009). Diversos autores, entre os quais se destacam Edward Soja (1993), Doreen Massey (1992) e David Harvey (1990), insurgiram-se contra uma postura analítica tradicional que valorizava a categoria temporal (vista como dinâmica e dialética) em detrimento da fixidez ou da superficialidade do espaço, reconhecida, por exemplo, por Michel Foucault (1980a: 70).

Em alternativa, estes autores defendem unanimemente a necessidade de perspetivar o tempo e o espaço como categorias fundamentais e indissociavelmente ligadas, que informam a perceção e a experiência do mundo em que vivemos (Massey, 1992: 77-80), e de reconhecer que as conceções espaço-temporais são socialmente construídas e produzem simultaneamente modos distintos e particulares de vida, de organização e funcionamento das sociedades (Massey, 1992: 70; Harvey, 1990: 203). Neste contexto, Edward Soja propõe uma abordagem teórica materialista assente numa “tripla dialética” ou num “nexo ontológico” do espaço, do tempo e do ser social que permite, na sua opinião, uma conceptualização ou teorização mais produtiva das relações entre a história, a geografia e a modernidade (Soja, 1993: 115, 123).

Com base nestes pressupostos, vários autores se têm debruçado sobre a relação dinâmica e dialética existente entre a constituição e o desenvolvimento da modernidade e os modos de conceptualização e organização do espaço e do tempo. Foucault estabelece uma ligação direta entre o nascimento das sociedades modernas industriais – e a problematização da própria ideia de sociedade – e de uma nova forma de conceção e de planeamento do espaço, e das relações entre a organização espacial e o exercício do poder disciplinar de que o panopticismo é um exemplo paradigmático (1980b: 148; 1991: 242-243). O cariz espacial da nova ordem social é também enfatizado por Bauman:

Engineered, modern space was to be solid, permanent, and non-negotiable. Concrete and steel were to be its flesh, the Web of railway tracks and highways its blood vessels. Writers of modern utopias did not distinguish between social and architectural order, social and territorial units and divisions; for them, as for their contemporaries, the key to an orderly society was to be found in the organization of space. (Bauman, 1998b: 17)

De acordo com vários autores, tais como Giddens, Harvey, Bauman ou Soja, um dos principais fatores constitutivos das sociedades modernas consistiu no esvaziamento das conceções tradicionais do espaço e do tempo, seguido da sua separação e recombinação, com vista à uniformização e sincronização da vida e das relações sociais através de distâncias cada vez maiores – por exemplo, do espaço da nação ou do império (Giddens, 1990: 16-20; Soja, 1993: 124). Alguns exemplos paradigmáticos deste processo são, sem dúvida, o estabelecimento de um sistema universal de datação histórica (Giddens, 1990: 20), com a adoção generalizada do calendário gregoriano (particularmente ao longo do século XIX) ou da coordenação horária mundial, ratificada pelo tratado internacional que em 1884 reconheceu o meridiano de Greenwich como o primeiro meridiano.

Também Harvey (1990) e Bauman (1998a, 2000) analisam as intrincadas relações entre a constituição e o desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas e a transformação radical da experiência humana do espaço e do tempo (Harvey, 1990: 222, 226; Bauman, 1998b: 33). Ambos os autores analisam a progressiva standardização mundial das categorias espaço-temporais. Neste âmbito, Bauman destaca a importância fulcral que a construção e a reorganização – racional e sistemática – do espaço a partir de um modelo cartográfico institucionalmente pré-definido tiveram na construção (e expansão) dos estados-nação (1998a: 31-33), chamando a atenção para a alteração fundamental da natureza e função do mapa cartográfico:

Before, it was the map which reflected and recorded the shapes of the territory. Now, it was the turn of the territory to become a reflection of the map, to be raised to the level of orderly transparency which the maps struggled to reach. It was the space itself which was to be reshaped or shaped up from scratch in the likeness of the map and according to the decisions of the cartographers. (Bauman, 1998b: 35)

Esta ideia está igualmente presente em de Certeau, segundo o qual o mapa moderno “coloniza o espaço” (1984: 121), e em Harvey, que descreve o mapa como “uma homogeneização e reificação da diversidade de itinerários e concepções espaciais” (1990: 253). Este autor associa ainda a cartografia mundial à apropriação e privatização do espaço (222) e enfatiza o facto de, no período compreendido entre 1850 e 1914, o mapa do domínio dos espaços do mundo ter mudado de forma radical (264). Tanto Bauman como Harvey relevam a importância que o domínio territorial assumiu no século XIX, no âmbito da expansão imperialista norte-europeia e do desenvolvimento do capitalismo industrial, de tal modo que a concepção de progresso estava indelevelmente ligada à amplitude do espaço detido:

Territory was among the most acute of modern obsessions, its acquisition among the most compulsive of modern urges – while guarding the boundaries figured high among the most ubiquitous, resilient and relentlessly growing modern addictions. Heavy modernity was the era of territorial conquest. Wealth and power was firmly rooted or deposited deep inside the land – bulky, ponderous and immovable like the beds of iron ore and deposits of coal. Empires spread to fill every nook and cranny of the globe: only other empires of equal or superior strength set limits to their expansion. (Bauman, 2000: 113-14)

Harvey estabelece uma relação direta entre a definição do espaço e do tempo e as práticas sociais necessárias à produção de bens de consumo e à obtenção do lucro, subjacentes à economia capitalista (Harvey, 1990: 239). Contudo, este autor enfatiza o cariz complexo e mesmo contraditório das relações entre o capitalismo e o espaço. Por um lado, e à semelhança

de Bauman, Harvey reconhece a importância que o controlo do tempo e do espaço tem na acumulação de capital e também na detenção de poder social (226); contudo, e dado que o volume de negócios depende diretamente dos tempos de produção e circulação do capital, a história do capitalismo caracteriza-se, segundo Harvey, pela tentativa sistemática de acelerar o retorno do capital investido e de maximizar o seu potencial lucrativo, por exemplo através da aceleração dos processos de produção ou da anulação de barreiras espaciais e temporais (229, 232).

Assim, a necessidade de fixação e rentabilização da força laboral, essencial à prossecução deste objetivo, teve uma influência preponderante na organização específica e funcional dos espaços na era moderna, ou seja, na segmentação rígida das diversas atividades humanas e sociais – tais como a vida familiar, o trabalho e o lazer – e na sua circunscrição a espaços – e tempos – distintos e pré-determinados (Bauman, 1998b: 42; Thompson, 1993: 398-399; Foucault, 1980b: 149; Harvey, 1990: 214-215; Lash e Urry, 1994: 267). Tanto Foucault (1980b) como Bauman (1998b) mencionam as ‘povoações-modelo’, acima referidas, como um exemplo paradigmático deste mecanismo panóptico de fixação, supervisão e controlo total dos operários ou daquilo a que Bauman chama a “artificialidade do espaço feito por encomenda” (Bauman, 1998b: 34).

A maximização da produtividade laboral foi igualmente conseguida através da mecanização progressiva, aliada a uma nova e rígida “disciplina temporal” (Thompson, 1993: 383), ou seja, à definição de (longos) horários de trabalho e à medição do trabalho em termos do tempo consumido e não da tarefa realizada, como acontecera nas sociedades pré-industriais (359). E.P. Thompson demonstra que a organização e compartimentalização da vida e das rotinas diárias com base numa mensuração horária única, precisa e comum, definida e executada pelo relógio, é uma inovação moderna que teve por base não só fatores tecnológicos – nomeadamente a sincronização dos processos mecânicos industriais – como também económicos – a exploração do trabalho humano com vista à maximização do lucro (361, 382), a partir de uma conceção utilitarista e monetizada do tempo e do trabalho humano: “(...) the employer must *use* the time of his labour, and see it is not wasted: not the task but the value of time when reduced to Money is dominant. Time is now currency: it is not passed but spent” (359).

Bauman enfatiza – de forma até algo excessiva – a fixidez espaço-temporal do capitalismo industrial, defendendo que a disciplina temporal e panóptica imobilizava simultaneamente o

capital e o trabalho no espaço da fábrica (Bauman, 2000: 116). Seguindo um raciocínio mais dinâmico e dialético, David Harvey defende que a mobilidade relativa do capital ou do trabalho tem variado bastante ao longo dos tempos, e a criação dos vários mecanismos já considerados para fixar a força laboral parecem constituir uma evidência disso (Harvey, 1990: 233). Outra ideia interessante e correlacionada, avançada por Anthony Giddens, é a capacidade de gizar a produção e configuração dos espaços à distância, alcançando o fito anteriormente impensável de ligar as dimensões local e global e influenciar assim as vidas de milhões de pessoas (Giddens, 1990: 20).

Tal como Thompson refere, a imposição da nova disciplina temporal foi levada a cabo não só na esfera laboral mas também na escola e até mesmo no controlo do lazer. A sua interiorização foi porém um processo longo e difícil, marcado pela resistência e oposição da população operária. Um dos exemplos disto é a obstinação dos operários britânicos e franceses em não trabalhar à segunda-feira, uma tradição pré-industrial conhecida como “Segunda-feira Santa” (“*Saint Monday*”/“*Saint Lundi*”) que nas minas britânicas terá persistido até ao século XX (Thompson, 1993: 375; Foucault, 1980b: 162). Outro exemplo importante é a manutenção do sistema do contrato à tarefa ou à empreitada, por exemplo na indústria mineira, favorecido pelas administrações das empresas como último recurso para combater a indolência da força laboral e a resistência à nova disciplina temporal (Thompson, 1993: 395). Este sistema trazia algumas vantagens aos próprios trabalhadores, não só em termos de negociação salarial como também de liberdade e autonomia. Por outro lado, a interiorização do valor do tempo levou os operários a conceber e a reivindicar os seus direitos e as suas condições laborais também em termos temporais: por exemplo, a redução do horário de trabalho diário ou semanal, ou a conquista de tempo de lazer (por exemplo, o descanso semanal ou as férias anuais) (Thompson, 1993: 390; Lash e Urry, 1994: 267). Tal como Harvey refere, a par da prossecução de objetivos monetários, também a luta social é responsável pela produção de alterações na configuração espaço-temporal (1990: 226).

Harvey chama a atenção para o cariz complexo e por vezes mesmo contraditório que as questões espaciais assumem nos processos de modernização das sociedades ocidentais, uma vez que o domínio do espaço se traduziu/materializou não só na produção frenética e imparável de espaços como também na tentativa de obliterar o espaço (e o tempo), ou seja de ultrapassar as barreiras espaciais. A conquista, expansão e controlo territoriais inerentes à constituição dos estados modernos e das economias de escala não teriam sido possíveis sem o progresso extraordinário e contínuo dos meios de transporte e de comunicação modernos.

Assim, a história da modernidade é também, e fundamentalmente, a história da mobilidade e da progressiva anulação – ou compressão – das distâncias espaço-temporais (Bauman, 1998b:14, 18; Virilio, 2005: 13; Lash e Urry, 1994: 253). Diversos autores enfatizam por isso as alterações que as inovações nos meios de transporte e de comunicação, nas técnicas de impressão/reprodução e mesmo na iluminação (a gás e depois elétrica) provocaram nas vidas das pessoas e na sua apreensão e experiência do tempo e do espaço ou, por outras palavras, do mundo (Williams, 1976: 9-12; Foucault, 1991: 243-244; Lash e Urry, 1994: 256; Harvey, 1990: 264; May e Thrift, 2001: 8, 11).

É difícil, mesmo volvidos quase dois séculos, avaliar a dimensão das transformações espaço-temporais verificadas e as repercussões não só a nível social mas especialmente a nível cultural, psicológico, identitário, quer individual quer coletivamente. David Harvey propõe o conceito de “compressão tempo-espaço” para designar “os processos que revolucionam de tal forma as qualidades objetivas do espaço e do tempo que somos obrigados a alterar, por vezes radicalmente, o modo como (auto)representamos o mundo” (1990: 240). Harvey fala mesmo de uma “crise de representação” derivada do reajustamento radical que as noções de espaço e tempo sofreram nas esferas económica, política e cultural e perspetiva o surgimento do movimento cultural e artístico comumente designado de ‘modernismo’ como um conjunto de reações e tentativas de apreensão e de adaptação a condições e configurações sociais, temporais e espaciais novas e diferentes, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo e da primeira crise europeia de acumulação do capital, registada no período de 1847-48 (262-63).

May e Thrift descrevem a perceção moderna de um mundo que se tornou simultânea e paradoxalmente mais pequeno (as distâncias entre os locais diminuíram a nível regional e nacional) e substancialmente maior (à medida que as pessoas contactam com acontecimentos e objetos de locais distantes) (May e Thrift, 2001: 8). Neste âmbito, destaca-se o desenvolvimento concomitante de um localismo e globalismo cultural, que assume várias facetas. À medida que o mundo se torna mais integrado e o número de locais conhecidos e acessíveis aumenta exponencialmente assiste-se a uma necessidade de valorização dos locais e das suas características únicas ou distintivas, por exemplo para captar o investimento capitalista ou os turistas (Harvey, 1990: 271; Lash e Urry, 1994: 260; Robins, 1999: 17). Lash e Urry enfatizam a manufatura dos locais e das imagens dos locais durante este período formativo das sociedades industriais, destacando os exemplos britânicos da constituição de Stratford-upon-Avon, terra natal de William Shakespeare, num “lugar-mito”, assim como a

‘Great Exhibition’ de 1851, como o primeiro grande evento turístico da história da Grã-Bretanha (1994: 260- 62, 264-65).

Também Harvey menciona as Exposições Mundiais e Internacionais realizadas na segunda metade no século XIX como formas de celebração do novo globalismo e do desenvolvimento industrial e comercial, do poder e da disputa dos estados-nação pelo domínio do globo (Harvey, 1990: 265). Por outro lado, tanto estas exposições como a criação de instituições modernas ligadas à preservação do passado e à formação de uma consciência histórica, tais como os museus e as bibliotecas, a constituição da própria história como domínio disciplinar ou científico, ou ainda a valorização e o comércio de antiguidades ou de objetos oriundos de lugares distantes têm de ser perspectivados no contexto desta crise de identidade provocada pela transformação radical das categorias espaço-temporais intrínsecos à constituição das sociedades modernas:

(...) the museum, the library, and the exhibition usually aspire to some kind of coherent ordering. The ideological labour of inventing tradition became of great significance in the late nineteenth-century precisely because this was the era when transformations in spatial and temporal practices implied a loss of identity with place and repeated radical breaks with any sense of historical continuity. (Harvey, 1990: 272).

Tal como diversos autores, desde Marx e Engels até David Harvey ou Marshall Berman, têm enfatizado, a resiliência histórica do capitalismo tem-se baseado no seu dinamismo e na sua mutabilidade constantes, materializados, entre outras coisas, na reestruturação sucessiva – e por vezes bastante profunda e generalizada – das configurações espaço-temporais, nomeadamente em conjunturas de crise. Neste contexto, Harvey e Soja estabelecem uma analogia entre a conjuntura vivida em meados de século XIX, decorrente da especulação exacerbada na indústria ferroviária, e o regime de acumulação capitalista das últimas três décadas do século XX, perspectivando-os como momentos comparáveis de crise de acumulação de capital e, simultaneamente, de uma acentuada “compressão espaço-temporal”, com repercussões profundas e abrangentes em todas as esferas da vida das sociedades (Harvey, 1990: 239, 260, 264, 284; Soja, 1993: 124).

A história do capitalismo e das sociedades modernas industriais é assim, significativamente, a história de uma crescente uniformização e sincronização global de modos de vida e de pensamento, de processos produtivos, de relações sociais, económicas e políticas, que nas últimas décadas tem sido designada por ‘globalização’. Esta sincronização não foi casual, mas

racional e sistematicamente implementada, através de uma série de inovações organizacionais e tecnológicas, que fomentaram uma crescente contração das distâncias temporais e espaciais e que, na segunda metade do século XX, culminaram na sua efetiva anulação, com o alegado “fim da geografia” (Virilio, 2005), nomeadamente através da criação da internet.

3.2. A compressão espaço-temporal e a reestruturação global do capitalismo

Uma das mais significativas alterações de cariz espacial produzidas pela flexibilização do regime de acumulação capitalista, auxiliado pela rapidez, pelo menor custo dos transportes e pela quase instantaneidade das comunicações, foi sem dúvida a mobilidade quase sem precedentes do capital e a consequente globalização da produção e dos mercados. A face mais visível – e também a mais devastadora, principalmente em termos sociais – deste processo tem sido a vaga massiva de deslocalização de empresas e entrepostos industriais, e a consequente desindustrialização de regiões inteiras, frisada por vários dos autores considerados (Harvey, 1990; Lash e Urry, 1994; Bauman, 1998b; Bürger, 2000; McGuigan, 2009). Neste contexto, Bauman defende que a mobilidade se tornou, nas últimas décadas, o principal fator de poder e de assimetria social e opõe a mobilidade das elites e do capital à imobilidade, ou fixidez, da maioria das populações, e particularmente dos trabalhadores, ou dos desempregados – de “todo um modo de vida” (Bauman, 1998b: 9; Bauman, 2000: 119;).

O autor contrasta ainda a ‘territorialidade’ do exercício do poder na era panóptica com o seu carácter virtual na era do ‘capitalismo do software’, ou seja, a capacidade de exercer o poder à distância: “On the one hand, everything can be done to faraway, other people’s places, without going anywhere. On the other, little can be prevented from being done to one’s own place, however vigilantly and stubbornly one tries to hold one’s ground. (Bauman 2001: 110) Tal como este autor lembra, o exercício do poder à distância isenta-o das obrigações que o acompanhavam na era do capitalismo sólido, tornando desnecessário o envolvimento com os trabalhadores ou com as populações locais (2000: 11); por outro lado, a facilidade e rapidez de movimento permitem a fuga às responsabilidades para com as mesmas populações (Bauman, 1998b: 8-9; 74-75).

Neste contexto, diversos autores refletem sobre a competição global entre locais pelo investimento capitalista, sobre a desvalorização dos locais (por exemplo, das regiões

desindustrializadas), assim como sobre a consciência exacerbada da necessidade de reconfigurar – ou ‘fabricar’ os locais de forma a torná-los mais atrativos ao investimento capitalista e à fixação humana (permanente ou temporária) (Bauman, 2000: 117; Harvey, 1990: 294-96; Lash e Urry: 303, 326). A requalificação urbana de áreas industriais degradadas em zonas de consumo e de lazer e a musealização de instalações e de equipamentos industriais e mineiros e a sua dinamização turística são um exemplo paradigmático deste processo. Uma outra ideia interessante, enfatizada por Harvey e também por Bauman, é o facto da anulação das barreiras espaciais requerer, paradoxalmente, a produção espacial: de portos, aeroportos, estações e linhas de metro ou de comboio, autoestradas, etc. Estes são alguns exemplos daquilo a que o etnólogo Marc Augé descreve como ‘não-lugares’ – pelo facto de serem vazios de história, relações ou identidade – e que são um aspeto definidor da experiência social da ‘supermodernidade’ (Augé, 1995: 77-78, 119; Bauman, 2000: 102).

Em termos temporais, a principal característica distintiva é sem dúvida a aceleração – talvez também sem precedentes – do ciclo do capital, ou seja, dos processos de produção, circulação e consumo, e a sua generalização nos vários domínios da vida social. Tal como vimos anteriormente, no que concerne ao funcionamento organizacional, uma das principais consequências deste processo é uma orientação generalizada para o curto prazo dos ciclos produtivos, dos projetos corporativos, dos contratos de trabalho ou da própria natureza, localização ou composição das empresas ou instituições. Tanto Sennett como Bauman refletem sobre as consequências disfuncionais desta inversão dos horizontes temporais da economia capitalista. Em termos individuais, estes autores contrastam o sentimento de desorientação, a falta de controlo, a ansiedade e a insegurança permanentes com a “âncora social” (Sennett, 2006: 178) ou com a “segurança ontológica” (164) que a disciplina temporal e a *longue durée* do capitalismo social fomentavam:

The time horizons of heavy capitalism were long-term. For the workers, the horizons were drawn by the prospect of life-long employment inside a company which might or might not be immortal, but whose life-span stretched nonetheless well beyond theirs. For the capitalists, the ‘family fortune’, which was meant to last beyond the life-span of any single family member, was synonymous with the plants they inherited, built or yet intended to add to their family heirloom. (Bauman, 2000: 146)

Time lay at the center of this military, social capitalism: long-term and incremental and above all predictable time. (...) Rationalized time enabled people to think about their lives as narratives – narratives not so much of what necessarily will happen as of how things should happen. (...) In the flux of the real world, particularly in the flux of the business cycle, reality did not of course proceed according to plan, but now the idea of being able to plan defined the realm of individual agency and power. (Sennett, 2006: 23)

No que concerne aos elevados custos sociais, Sennett considera que o “capitalismo do curto prazo” tem como consequência provável a “corrosão do caráter humano”, a degradação das relações sociais e o florescimento de uma cultura individualista, superficial e inibidora do progresso coletivo (Sennett, 1998: 26-27; Sennett, 2006: 177-178; 196-197). Bauman salienta o fim da experiência de comunidade que a interação humana intensa e duradoura – no local de trabalho ou residência – fomentavam (Bauman, 2001: 45-48), a “corrosão e desintegração gradual da cidadania” (34), com o declínio da ação coletiva eficaz e das respetivas instituições. Para Bauman, a desintegração da teia social não é um efeito colateral mas sim uma técnica de poder do novo capitalismo (Bauman, 2000: 14).

Neste âmbito, Bauman enfatiza a intensificação dos processos de individualização, decorrentes, por um lado, do esmorecer da crença positivista no progresso ilimitado que marcou os estágios iniciais da modernidade e, por outro, da desregulação e privatização da generalidade dos domínios da vida humana, que caracterizam a era do capitalismo neoliberal (Bauman, 2000: 29). Assim, o autor destaca o facto da nova insegurança e precariedade permanentes constituírem uma “poderosa força individualizante” que destrói ou impede o desenvolvimento de laços afetivos nas esferas laboral e pessoal (148, 163). Bauman nota ainda a individualização – ou privatização da noção de progresso, que já não é concebido em termos sociais, ou coletivos, mas sim a título individual (135), e a responsabilização crescente e inexorável dos indivíduos pelo seu bem-estar, pela sua segurança, por condições de vida que são socialmente produzidas (Bauman, 2000: 34; 2001: 112):

‘No more salvation by society’, famously proclaimed the apostle of the new business spirit, Peter Drucker. ‘There is no such thing as society’, declared Margaret Thatcher yet more bluntly. Don’t look back, or up; look inside yourself, where your cunning, will and power – all the tools that life’s improvement may require – are supposed to reside. (2000: 30)

A volatilidade e efemeridade da vida económica e social têm provocado reações distintas e mesmo antagónicas, notadas por vários autores. Por um lado, assiste-se a uma necessidade de construção de narrativas pessoais e de sentimentos de pertença, identificação e continuidade, que se exprimem, fundamentalmente, de forma espacial e temporal: por exemplo, através da valorização da localidade ou região natal, assim como da história local, familiar e coletiva (Lash e Urry, 1994: 250). Os autores considerados aliam este redobrado localismo e historicismo a uma busca de valores sólidos e duradouros num mundo marcado pela imprevisibilidade e incerteza constantes (Harvey, 1990: 292; Lash e Urry, 1994: 245; Bauman, 2001: 112-113;

Jameson, 1991: 16). Esta sensibilidade histórico-espacial traduz-se em práticas sociais e culturais tão diversas como a pesquisa genealógica, o colecionismo, a reconstituição histórica, o alargamento, a valorização e a preservação do património histórico-cultural, material e imaterial (especialmente de cariz local e regional).

Por outro lado, assiste-se a uma interiorização e disseminação de uma cultura do curto prazo, do imediatismo e do desprendimento, visível na mobilidade crescente, na frequência e facilidade com que as pessoas mudam de residência, de emprego, de amigos ou parceiros, na rápida obsolescência da moda, ou da substituição dos objetos de consumo, desde a casa, o automóvel, aos eletrodomésticos, vestuário ou mesmo a aparência e estilo pessoais (Bauman, 1998a: 31; 2000: 162). Bauman sinaliza ainda a substituição da ética da ‘gratificação adiada’ que caracterizara a sociedade fordista pela ‘gratificação instantânea’, ou seja, por uma vida concebida como “uma sequência de episódios”, orientada para o presente e para a satisfação imediata das necessidades e dos desejos (Bauman, 2000: 139, 162-163). Neste âmbito, Bauman reflete sobre a centralidade que o consumo tem vindo a assumir na vida das pessoas, substituindo algumas das funções anteriormente desempenhadas pelo trabalho. Por um lado, e como vimos anteriormente, a precarização laboral conduz a um desinvestimento psicológico e afetivo no trabalho realizado e à consequente procura da realização pessoal noutras áreas da vida, particularmente nas esferas do lazer e do consumo (Bauman, 1998a: 34).

Por outro lado, ainda de acordo com este autor, o ato de comprar – de consumir – confere um sentimento de segurança, poder e liberdade, potenciado pelo ambiente ‘controlado’ esterilizado e ordeiro das superfícies comerciais (Bauman, 2000: 81, 87). Cada vez mais, as pessoas definem-se e constroem as suas identidades não em torno da atividade profissional, mas sim em torno daquilo que ‘escolhem’ consumir. Neste contexto, Bauman defende que a ética do trabalho foi substituída pela “estética do consumo”, ou seja, pela aplicação da lógica do consumo à vida em geral e até mesmo à esfera do trabalho (Bauman, 1998a: 34; 1998b: 98). Enquanto a ética do trabalho era (relativamente) igualitária, uma vez que reconhecia a importância moral e social do trabalho *tout court*, a valorização estética estabelece uma distinção social mais vincada entre profissões com base em certas qualidades estéticas, normalmente sintetizadas no binómio “interessante”/“enfadonho” (Bauman, 1998a: 33-34):

The ‘elevated’ professions call for the same qualities which are demanded for the appreciation of art – good taste, sophistication, discernment, disinterested dedication and a lot of schooling. Other types of work are regarded as so uniformly abject and worthless

that by no stretch of imagination can they become objects of willing, unforced choice.
(Bauman, 1998a: 33)

Como o autor afirma, a experiência dos centros comerciais oferecer a ilusão de pertença a uma comunidade, ou de uma viagem no espaço (e por vezes também no tempo), o consumo é na realidade uma atividade individual, solitária, e que não fomenta a interação (Bauman 1998a: 30; 2000: 97-98, 100, 165); por outro lado, a liberdade de escolha, apesar de real, é poderosamente constrangida pelos ditames da moda, do *branding* e da publicidade (Sennett, 2006; McGuigan, 2009). Além disso, a cultura do consumismo é aditiva, e aquilo que parece ser um exercício de liberdade e de escolha torna-se um modo de vida e mesmo uma dependência. Os desejos uma vez satisfeitos são rapidamente substituídos por outros (Bauman, 2007: 31). Dada a generalidade e intensidade que o consumismo – ou seja, a cultura do consumo – atingiu nas sociedades contemporâneas, Bauman questiona-se se ainda seremos capazes de distinguir entre a vida e o consumo (Bauman 1998b: 81).

4. Da manufatura aos serviços: a ascensão da cultura na ‘sociedade do conhecimento’

These days it seems increasingly difficult to get away from ‘culture’. Once associated almost exclusively with the ‘arts’, the term now pops up in the most unlikely of places. In that seemingly most ‘material’ of domains – the world of business and the economic – for example, ‘culture’ has come to occupy an increasingly important position. (du Gay, 1997a: 1)

(...) in ‘the creative economy’, economy seems to be swallowing up creativity whole rather like a Pac-Man on the loose, which is not quite the same observation as denying that the industrialism of culture exists (...). (McGuigan, 2009: 161)

Segundo David Harvey, a análise das transformações verificadas nas economias capitalistas avançadas desde a década de 1970 não pode deixar de contemplar as profundas alterações verificadas ao nível da estrutura ocupacional destas sociedades, particularmente o acentuado declínio da manufatura, comumente designado de “desindustrialização”, e o crescimento significativo do emprego no setor dos chamados ‘serviços’ (uma designação problemática que será alvo de consideração crítica posterior) (Harvey, 1990: 145, 147, 156). Como vimos anteriormente, esta alteração é o primeiro argumento brandido por Daniel Bell, no final do

milénio, para constatar a concretização das suas previsões da chegada de uma nova sociedade pós-industrial, formuladas no início da década de 1970 (Bell, 1999: xv).

Neste contexto, destaca-se a expansão e a criação de novas atividades ou setores de produção, com particular destaque não só para os serviços financeiros e para as novas tecnologias da informação e da comunicação, como também para os seguros, o ramo imobiliário, a educação e a saúde (Harvey, 1990: 156). Segundo Harvey, uma das características distintivas da flexibilização do regime de acumulação capitalista foi a redução da duração do ciclo do capital. Isto implicou uma aceleração dos processos de produção e de consumo, conseguida, por exemplo, através da mobilização da publicidade e da moda como catalisadores do consumo, assim como através de uma aposta crescente na produção de eventos, em detrimento do fabrico de bens materiais (156, 285). O ciclo de vida manifestamente reduzido dos eventos – por exemplo, a ida a um concerto ou a um museu – relativamente aos produtos – a durabilidade de um leitor de mp3, de um automóvel ou de uma televisão, assim como os limites de acumulação e comercialização dos bens físicos são, para Harvey, as razões que explicarão a mercadorização progressiva, particularmente a partir da década de 1960, de vários setores da produção cultural (285, 298). A efemeridade e obsolescência rápida e planeada dos produtos e serviços são igualmente enfatizadas por diversos autores, tais como Ricardo Petrella ou Richard Sennett, que a apontam como uma característica distintiva da “cultura do novo capitalismo” (Petrella, 1997; Sennett, 2006: 178).

É neste contexto que temos de considerar o extraordinário incremento ou, se quisermos, a acentuada e acelerada ‘industrialização’ das áreas do lazer e da cultura, ou melhor, das chamadas ‘indústrias culturais ou criativas’ e do turismo, crescentemente apontados nos discursos político e dos média como setores determinantes das economias de um sem-número de países. O notório processo de dilatação das esferas dos conceitos, das instituições (públicas e privadas) e das práticas associadas tanto à cultura como ao turismo, ao longo das últimas décadas, tem sido acompanhado de uma crescente reflexividade, materializada, por exemplo, na constituição de novos tipos de formação académica e no surgimento ou expansão de domínios científicos associados a estas áreas, assim como na proliferação da teorização e do pensamento crítico não só sobre este mesmo processo, como também, e de forma mais lata, sobre a esfera do lazer e do consumo, em detrimento do trabalho e da produção (Urry, 2002; Meethan, 2000; Lash e Urry, 1994). O turismo será considerado em pormenor no próximo capítulo, não só pela sua relevância no âmbito do presente trabalho, mas também porque a

sua análise beneficia do enquadramento teórico desenvolvido neste primeiro capítulo e particularmente da abordagem à expansão da esfera da cultura e das indústrias culturais.

4.1. Da ‘indústria cultural’ às indústrias culturais e criativas

O conceito de ‘indústrias culturais’ possui uma história complexa e tortuosa, cujas raízes se encontram na gênese e evolução moderna dos termos ‘cultura’, ‘arte’ e ‘indústria’ e da sua complicada relação. A teorização sobre as indústrias culturais tem por isso de ser integrada na esfera mais lata do pensamento sobre cultura, sobre a sua natureza e as suas funções nas sociedades, que acompanha e se confunde com a história da própria modernidade, sendo por isso um debate dinâmico, contínuo e em curso. Em particular, ela tem de ser inscrita na reflexão que tem marcado as últimas décadas sobre a centralidade que a cultura adquiriu, desde meados do século XX até aos nossos dias, em todos os domínios da vida social – um processo cuja extensão e intensidade têm levado alguns autores a falar de uma “explosão da cultura” (du Gay, 1997a: 1) ou de uma “revolução cultural” (Hall, 1997b: 209).

Na sua consideração deste processo, du Gay (1997a) e também Hall (1997b) distinguem as dimensões *substantiva* e *epistemológica* da cultura: a primeira diz respeito ao lugar – e à expansão – da cultura “na estrutura e organização empírica das atividades e instituições sociais” (Hall, 1997b: 208; du Gay 1997a: 1); a segunda refere-se a questões de conceptualização e “ao modo como a cultura é utilizada para transformar a nossa compreensão, explicações e modelos teóricos do mundo” (Hall, 1997b: 208). A análise que se segue tem como principal objetivo considerar criticamente a ascensão – substantiva e epistemológica – das indústrias culturais no contexto das chamadas economias ‘pós-industriais’. Num primeiro momento, abordaremos a gênese do termo ‘indústria cultural’ e a sua metamorfose em ‘indústrias culturais’ e em ‘indústrias criativas’ no âmbito da política cultural (institucional, governamental) e da produção teórica que a suporta, considerando igualmente as críticas de que têm sido alvo por parte de vários académicos. Como veremos, uma das questões – e uma das dificuldades – centrais em torno das indústrias culturais e criativas tem a ver, por um lado, com a complexidade do conceito de cultura e, por outro, com a comercialização de bens culturais e artísticos. Neste contexto, consideraremos alguns contributos teóricos relevantes para um debate temporalmente dilatado, dinâmico e iminentemente dialético, sobre as relações – e tensões – entre a cultura e a economia, que nos

permitirão perspetivar mais adequadamente não só a tese das indústrias criativas como também o lugar da cultura nas sociedades norte-atlânticas contemporâneas.

O conceito de ‘indústria cultural’ foi utilizado pela primeira vez em 1947 pelos filósofos da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer, no texto ‘The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception’ (o terceiro capítulo do livro *Dialektik der Aufklärung – Dialectic of Enlightenment*) com um sentido profundamente crítico. Neste texto os autores denunciavam os efeitos perniciosos da comercialização da cultura, ou seja, o cariz socialmente homogeneizador e alienante da produção cultural capitalista, estandardizada, fabricada em larga escala para as ‘massas’ e exclusivamente com vista ao lucro. Nas décadas de 1970 e 1980, Adorno reafirmaria esta tese, particularmente nos ensaios ‘Culture Industry Reconsidered’ e ‘The Schema of Mass Culture’ (Adorno, 1991). A ‘teoria da indústria cultural’ de Adorno e Horkheimer é muitas vezes considerada ultrapassada e/ou relegada para uma tradição idealista de pensamento sobre arte e cultura que as concebe como a expressão dos valores mais elevados da sociedade e simultaneamente como agentes de transformação ou aperfeiçoamento individual e social, e que as eleva ou mesmo opõe às esferas da vida social e, em particular, da produção e da economia (Garnham, 1993: 54; Garnham, 2005: 17).

Contudo, e como veremos posteriormente, apesar das críticas de pessimismo ou elitismo cultural, a validade, relevância e atualidade das principais questões levantadas por Adorno e Horkheimer continuam a ser reconhecidas e a motivar a sua análise (cf. Featherstone, 1995: 7-20; Featherstone, 2007: viii-ix; Hesmondhalgh, 2007: 17; Negus, 1997: 70; Negus, 2006: 198).

De acordo com Hesmondhalgh e Pratt (2005: 4), a consideração das indústrias culturais em termos de política cultural, e o reconhecimento da sua dimensão económica e do seu potencial de desenvolvimento, aconteceu no início da década de 1980 ao nível supranacional, por parte da UNESCO. De facto, em 1978 este organismo aprovou a implementação de um estudo comparativo sobre “o lugar e o papel das indústrias culturais no desenvolvimento cultural da sociedade” (UNESCO, 1982: 4), que deu origem a uma conferência internacional e à publicação *Cultural Industries: A Challenge for the Future*, em 1982. Tal como Keith Negus (1997: 77) reconhece, a influência das ideias de Adorno e Horkheimer na produção do documento é clara desde o início, não só nos seus princípios e objetivos como também no conceito de indústrias culturais apresentado:

Generally speaking, a cultural industry is held to exist when cultural goods and services are produced, reproduced, stored and distributed on industrial and commercial lines, that is to say on a large scale and in accordance with a strategy based on economic consideration rather than any concern for cultural development. (UNESCO, 1982: 21)

Adotando uma posição dialética que reconhece simultaneamente os contributos, as ameaças e as potencialidades destas indústrias para o desenvolvimento cultural geral das populações do globo, o estudo reflete sobre os problemas culturais potencialmente decorrentes da expansão e internacionalização das grandes empresas dos média, nomeadamente o receio de uniformização cultural, choque de culturas e de destruição de identidades culturais locais (21) e também de que a cultura se tornasse um bem de consumo idêntico aos demais, sujeita às forças do mercado e às leis da oferta e da procura (UNESCO, 1982: 21, 37; Negus, 1997: 77). Apesar destas preocupações, Negus chama a atenção para o esbatimento do pendor crítico da problematização de Adorno e Horkheimer em prol de uma abordagem “revisionista” e “descritiva” patente na conceptualização da UNESCO (Negus, 2006: 199).

No início da década de 1980, o conceito começou a ser também utilizado no Reino Unido no âmbito da definição da política cultural (local) do Greater London Council (GLC), a partir dos contributos de um conjunto de académicos da área dos estudos dos média e que viriam a ser conhecidos como ‘political economy school’. Estes académicos partiam da crítica à superficialidade analítica da teoria da Escola de Frankfurt para defender um modelo de análise económica (marxista) mais detalhado dos processos de produção, distribuição e consumo de bens simbólicos (Garnham, 2005: 18). Assim, num documento de trabalho do GLC, publicado em 1983, e claramente influenciado pela teorização cultural de Raymond Williams, Garnham posicionou-se contra a tradição idealista de análise cultural e defendeu a pertinência e utilidade do conceito das indústrias culturais exatamente pelo facto de ‘reintroduzir’ a cultura – concebida como um processo material de produção e circulação ou troca de significados simbólicos – no seio da vida social e económica, fomentando uma maior atenção ao setor dominante da produção cultural privada e uma definição mais adequada da intervenção pública na área da cultura, especialmente como mecanismo de regulação das lacunas da operação do mercado (Garnham, 1993: 54-55; Garnham, 2005: 19).

Desta perspetiva, e de forma a intervir no contexto económico-social difícil da altura, o GLC definiu aquela que viria a ser conhecida como a ‘política da indústria cultural’, que em termos gerais consistia em repensar e mobilizar a produção cultural como atividade de regeneração

económica e como fonte de criação de emprego (Frith, 1993: 15). McGuigan destaca a importância de algumas das medidas definidas pelo GLC, nomeadamente de apoio a empresas culturais de pequena dimensão e com uma produção cultural alternativa que, apesar de não terem sido operacionalizadas em Londres devido à extinção daquele organismo em 1986 por parte do governo conservador, foram aproveitadas e implementadas por outros municípios trabalhistas (McGuigan, 2009: 154). Entre elas destaca-se o estabelecimento de um núcleo empresarial ligado às indústrias culturais locais em Sheffield, no final da década de 1980, no âmbito de um programa de requalificação económica e de combate ao desemprego decorrente da desindustrialização da cidade (Frith, 1993; Hesmondhalgh e Pratt, 2005: 5).

Durante a década de 1990, a ideia das indústrias culturais como agentes importantes de requalificação das economias ditas pós-industriais continuou a ganhar expressão na política cultural de vários países. Neste contexto, um desenvolvimento muito curioso foi a substituição do termo ‘indústrias culturais’ pelo conceito alternativo de ‘indústrias criativas’, levada a cabo no final da década de 1990 pelo governo trabalhista britânico no âmbito de um programa concertado de mobilização económica do setor cultural na ‘nova economia’. Assim, em 1997 o recém-formado governo de Tony Blair renomeou o ‘herdado’ Departamento (equivalente britânico do ministério português) do Património Nacional – Department for National Heritage – dando-lhe a designação de Department for Culture Media and Sport (DCMS), responsável, em termos gerais, pelas áreas das artes e da cultura, por algumas áreas dos média, do desporto, das telecomunicações e do turismo.

A missão deste ministério é “melhorar a qualidade de vida de todos através das atividades culturais e desportivas, apoiar a busca de excelência e defender as indústrias criativas e do turismo e lazer (DCMS, 2010: 2). Em 1998, o DCMS produziu o ‘Creative Industries Mapping Document’, com o objetivo de chamar a atenção para estas indústrias, avaliar o seu contributo económico nacional e orientar a política cultural governamental futura. O documento definia igualmente as indústrias criativas como “aquelas indústrias que têm a sua origem na criatividade, aptidão e talento individuais e que têm um potencial de produção de riqueza e emprego através da criação e exploração da propriedade intelectual” (DCMS, 2001: 5). As atividades abrangidas incluíam a publicidade, a arquitetura, o mercado de arte e antiguidades, os ofícios artesanais, o *design*, a moda, filme e vídeo, *software* interativo de lazer, música, artes performativas, o setor editorial, serviços de *software* e informática, televisão e rádio (5).

Na versão atualizada do documento, divulgada em 2001, a definição de indústrias criativas foi mantida, sendo contudo reconhecida e enfatizada a estreita relação entre estas indústrias e outros setores, designadamente do turismo, da hotelaria, dos museus e galerias, do património e do desporto. No prefácio ao documento, o ministro Chris Smith, responsável pelo DCMS, constata o reconhecimento crescente da importância destas indústrias para a riqueza nacional e descreve-as como “uma verdadeira história de sucesso” e “um elemento-chave da economia do conhecimento” (DCMS, 2001: 3). Smith aponta ainda a criatividade não só como o motor destas indústrias, como também do sucesso das economias do século XXI (3). Ambos os documentos incluem dados estatísticos indicadores da relevância económica e social destas indústrias (5). De acordo com a versão de 2001, as indústrias criativas gerariam lucros de cerca de £112.5 biliões, empregando cerca de 1.3 milhões de pessoas, contribuindo para mais de 5% do PIB do Reino Unido e registando uma taxa de crescimento de 16%, muito superior à da economia em geral, situada nos 6% (10). Segundo os números mais recentes, divulgados em dezembro de 2010, as indústrias criativas são constituídas por 182.100 empresas e terão sido responsáveis, em 2010, por 2.3 milhões de postos de trabalho, contribuindo para 5.6 % do PIB (2008) e para 4.1% das exportações (DCMS, 2010: 4).

À semelhança do Reino Unido, muitos outros países europeus e mundiais têm implementado estratégias de desenvolvimento das chamadas “indústrias criativas” e desenvolvido estudos com vista à avaliação do “valor económico” dos seus setores culturais, com abordagens diversificadas (cf. Flew, 2005: 344; KEA, 2006: 32-33). A necessidade de conhecer o impacto socioeconómico do setor cultural europeu e o seu potencial contributo para atingir o ambicioso objetivo traçado pela chamada ‘Agenda de Lisboa’ – tornar a União Europeia a economia do conhecimento mais desenvolvida do mundo até 2010 – levou a Comissão Europeia a encomendar um estudo sobre o tema, que foi divulgado em 2006 com o título ‘The Economy of Culture in Europe’. O estudo reconhece as múltiplas dimensões do conceito de cultura e enfatiza as suas funções políticas e sociais no contexto da Europa – e do mundo – atual, nomeadamente o seu contributo para “‘seduzir’ os cidadãos europeus para a ideia da integração europeia” (KEA, 2006: 1), para difundir os “‘valores’ europeus da tolerância, democracia, diversidade e pluralismo” (1), fomentar o diálogo intercultural e como “instrumento poderoso para a regeneração de regiões desindustrializadas e para a reintegração social dos ‘excluídos’” (30).

Contudo, este relatório é primordialmente de natureza económica e possui um triplo objetivo: em primeiro lugar, chamar a atenção para a importância económica destes setores de

atividade; em segundo lugar, medir o seu desempenho económico, uma ideia muito recente e controversa, segundo os seus autores, devido ao entendimento dominante de cultura como saber ou divertimento, e à consequente perceção da marginalidade das artes e da cultura em termos económicos (1). O estudo tenta desmistificar esta noção, demonstrando – através de dados quantitativos e da abordagem de casos de sucesso – o real contributo da cultura para o desenvolvimento económico, enfatizando ainda as suas estreitas ligações à criatividade e à inovação. Por último, o relatório apresenta um plano estratégico para concretizar o potencial destes setores, particularmente no âmbito da Estratégia de Lisboa, e estimular o desenvolvimento económico e social da União Europeia.

Em face da divergência de abordagens – nacionais e internacionais – a estes setores, e da premência de avaliar com a maior exatidão possível o seu verdadeiro peso económico, o estudo propõe uma conceção muito ampla e difusa destas ‘indústrias’, que denomina de “setor cultural e criativo”, e que possui como princípio orientador o facto de todas as atividades identificadas “encerrarem ideias, valores e criatividade que se tornam concretas e comerciáveis uma vez protegidas pelo copyright/pelos direitos de autor” (54). No âmbito do setor cultural, o estudo estabelece uma divisão entre aquilo a que chama os “setores não-industriais”, entendidos como aqueles que produzem “bens e serviços não reprodutíveis que são consumidos no momento/local”, e que incluem os setores das artes visuais e performativas, do património e do turismo cultural (museus, sítios patrimoniais e arqueológicos, bibliotecas e arquivos), e os setores industriais, que fabricam produtos culturais com vista à sua reprodução, distribuição e exportação em larga escala. Estes setores incluem aquelas indústrias convencionalmente apelidadas de culturais ou dos média. Por fim, o chamado ‘setor criativo’ é entendido como aquele em que a cultura funciona como “fonte de inovação”, sendo utilizada como “input criativo” na produção de bens não-culturais, e compreende as áreas da arquitetura, da publicidade, do design e dos videojogos. A matriz proposta integra ainda um campo designado de “indústrias relacionadas”, cuja definição é imprecisa, mas que pretende abranger ramos de atividade ligados ao setor cultural e criativo por via da produção de conteúdos, particularmente ligadas às tecnologias da informação e da comunicação. Assim, entre os exemplos apontados contam-se o fabrico de material informático, de leitores de mp3, de telemóveis e de instrumentos musicais (3, 55).

Os números apurados pelo estudo dificilmente corroboram a tese da importância destas indústrias no contexto económico europeu, muito menos permitem concluir que vivemos em economias da informação e do conhecimento: em 2003, o setor representou 2.1% do PIB da

EU e empregou 3.1% da população dos 25 países da União (sendo uma percentagem significativa composta por trabalhadores temporários ou a tempo parcial). Neste contexto, e à semelhança do DCMS, os autores do estudo consideram que a inexistência de dados estatísticos adequados e fiáveis resulta numa grave subestimação do peso económico real deste setor. Para além disso, estabelecem ao longo do estudo um conjunto de comparações entre a *performance* do setor cultural e criativo e o desempenho inferior de outras indústrias, tais como do fabrico automóvel, das bebidas e do tabaco, do setor têxtil ou dos produtos químicos, borracha e plástico (6). Enfatizam igualmente o facto de o setor ter registado um crescimento superior em 12.3% ao da economia em geral e de o emprego ter subido 1.85%, no período entre 2000 e 2004, em contraciclo com a descida do emprego total (6).

Em suma, apesar de os números não o confirmarem, os autores do estudo mantêm a conclusão de que o setor cultural e criativo possui um peso considerável na economia europeia, cujo impacto não é apenas direto e por isso dificilmente quantificável. O setor apresenta ainda um enorme potencial de crescimento que deverá ser concretizado, especialmente tendo em conta algumas das vantagens que oferece comparativamente a outros setores económicos. De acordo com os autores, a especificidade dos produtos culturais e criativos torna difícil (ou mesmo impossível) a sua deslocalização. O papel da cultura e da inovação na requalificação urbana e da imagem das cidades na construção da atratividade local e na captação de investimento, de talento e de turistas, tornam-nas fatores-chave de desenvolvimento regional. Por fim, o estudo enfatiza o facto de a cultura ser “a principal força motriz” do turismo, uma das indústrias europeias de maior sucesso, razão pela qual o turismo cultural é incluído nas estatísticas apresentadas e considerado com bastante detalhe no relatório (8; 135-164).

Em Portugal, o processo de avaliação e valorização do setor cultural e criativo parece encontrar-se numa fase inicial, uma vez que o primeiro estudo sobre a matéria, realizado pela firma de consultoria de Augusto Mateus (antigo professor universitário e ministro da economia, indústria, turismo e transportes) para o Ministério da Cultura (recentemente extinto pelo novo governo de coligação), data de 2010. O relatório reconhece a complexidade do conceito de cultura e defende a necessidade de se adotar um entendimento lato do termo, particularmente no contexto da “crescente interpenetração da economia e da cultura” e da emergência de uma “economia cultural” (Mateus 2010a: 8) que a aceção atual do termo “indústrias culturais” descreve. O relatório adota na sua essência o formato, a metodologia e os objetivos do estudo da Comissão Europeia acima considerado, assim como a definição e

composição abrangente do chamado “setor cultural e criativo” (SCC), integrando o património cultural no subsetor das atividades nucleares e as “atividades transversais” de ‘bens e equipamento’, ‘distribuição/comércio’ e do turismo cultural no subsetor das indústrias culturais.

No que respeita à avaliação do peso do setor na criação de riqueza e no emprego, o estudo revela que “o SCC [setor cultural e criativo] foi responsável por 2.8% de toda a riqueza criada em Portugal no ano de 2006”, um valor que é descrito como “relevante e significativo”, e por 2.6% do volume de emprego nacional (Mateus, 2010b: 2). À semelhança do documento da Comissão Europeia, o relatório compara positivamente o desempenho do setor relativamente a outros, tais como o têxtil e vestuário, alimentação e bebidas, mas, ao contrário do primeiro, menciona igualmente outros setores cujo contributo para o valor acrescentado bruto nacional foi consideravelmente superior, tais como o setor da construção (6.7%), do imobiliário (7.6%) da educação (7.1%) ou da hotelaria e restauração (4.5%) (2). O relatório diverge de forma significativa, em termos de conclusões, do estudo da Comissão Europeia, fazendo uma avaliação muito cautelosa da expressão económica do setor cultural na economia nacional e do seu posicionamento em termos internacionais (7). Contudo, e com base no desempenho positivo do “binómio formado pelo património histórico e cultural e pelo turismo cultural” (4), as principais recomendações do relatório, centradas nas diversas formas através das quais a cultura deverá ser mobilizada em prol da competitividade e do crescimento económico nacional, colocam particular ênfase “[n]a requalificação e dinamização do património e [n]a consolidação e desenvolvimento da museologia e de equipamentos culturais relevantes, como fatores de competitividade”, assim como na necessidade de “inserção em circuitos turísticos internacionais”, no âmbito da construção de modelos eficazes de desenvolvimento regional (8).

A crescente afirmação política da centralidade da cultura ou do conhecimento nas economias capitalistas avançadas é indissociável, por um lado, da produção paralela de um *corpus* teórico que suporta e/ou credibiliza o conceito de indústrias criativas e as teses da economia cultural ou criativa e da sociedade do conhecimento, patentes nos documentos governamentais acima analisados e também, por outro lado, de uma reflexão crítica sobre este ‘discurso dominante’. O livro *Creative Industries* (Hartley, 2005a) reúne alguns dos principais contributos que sustentam e/ou reforçam aquilo a que poderíamos apelidar de ‘tese das indústrias criativas’. Apesar da variedade de subtemas abordados pelos autores dos vários textos incluídos no volume, podemos identificar três eixos temáticos preponderantes e transversais: a) a ideia de

que vivemos em sociedades já não exatamente pós-industriais ou da informação, mas do conhecimento, ou criativas, e em economias baseadas na produção e no consumo não de produtos ou de serviços ‘tradicionais’, mas de conhecimento e de experiências, particularmente *culturais*; b) a ideia de que, no contexto da atual configuração das economias e das sociedades, a criatividade e a inovação são componentes-chave do sucesso individual e empresarial no mercado de trabalho, assim como do desenvolvimento económico e social local, regional e nacional; c) a ideia de que a cultura e as artes encerram uma dimensão económica que tem sido tradicionalmente marginalizada e/ou oposta à sua natureza estética, mas que tem de ser reconhecida e mobilizada, dada a sua importância nas sociedades atuais, designadamente através do conceito de “indústrias criativas”.

No âmbito do primeiro eixo identificado, podemos destacar o texto de Charles Leadbeater, consultor empresarial, conselheiro de Tony Blair e membro do *think tank* britânico DEMOS, intimamente ligado à produção dos *Mapping Documents* do DCMS. Neste texto, extraído do popular livro de 1999, *Living on Thin Air: The New Economy*, Leadbeater avança com a tese da ‘economia do conhecimento’, em que enfatiza o papel do conhecimento e da inovação como motores da produção de riqueza, a importância dos ‘empresários do conhecimento’ e o potencial comercial das aptidões intelectuais humanas na nova economia (Leadbeater, 2005: 130-132). A relevância atual da criatividade leva também John Howkins a concluir que nos encontramos num processo de transição de uma sociedade da informação para uma sociedade criativa (Howkins, 2005: 117). Contudo, e algo contraditoriamente, o autor reconhece simultaneamente a dimensão reduzida das indústrias criativas na economia britânica (119).

No contexto deste primeiro eixo temático temos ainda de referir o texto de Jeremy Rifkin – presidente do *think tank Foundation on Economic Terms* e conselheiro de José Sócrates, José Luis Zapatero, Nicholas Sarkozy e Angela Merkel, durante as respetivas presidências do Conselho Europeu – extraído do *bestseller The Age of Access* (2000), em que o autor defende a tese do capitalismo cultural. Rifkin reporta a génese da economia dos serviços ao século XIX e à generalização do consumo de um número cada vez mais amplo de bens e de serviços; muitas sociedades ocidentais contemporâneas estarão num estágio avançado desta economia, a que Rifkin chama de ‘novo capitalismo’, que se caracteriza pela comercialização não de produtos e serviços mas de experiências humanas ou culturais, ou do acesso a estas experiências no ciberespaço (Rifkin, 2005: 366-368). Esta constatação leva o autor a concluir que o capitalismo está a desmaterializar-se e a assumir uma natureza mais “cerebral” e “temporal”, baseada no controlo do acesso e não na posse de propriedade (368).

Esta ideia já tinha sido avançada em 1999 por Joseph Pine e James Gilmour – estranhamente não incluídos mas onnipresentes na coletânea *Creative Industries* – no livro *The Experience Economy: Work is a Theatre & Every Business A Stage*, em que os autores defendem a tese da “economia das experiências”. De acordo com Pine e Gilmour, as economias avançadas assentam na comercialização não de produtos ou serviços mas de experiências, que consistem na aquisição de tempo de fruição de eventos memoráveis (Pine e Gilmour, 1999: 2, 12). Esta é também a opinião de Richard Florida (incluído na antologia de Hartley), segundo o qual “o estilo de vida ativo e experiencial” está a difundir-se socialmente no contexto da economia criativa (Florida, 2005: 136).

Quanto ao segundo eixo temático identificado, os vários autores considerados defendem a centralidade da criatividade e da inovação nas sociedades contemporâneas, ainda que a explorem de vários ângulos. Alguns abordam o conceito de criatividade como qualidade imprescindível ao sucesso individual e empresarial na ‘nova’ ‘economia do conhecimento’. Por exemplo, para John Howkins, a ‘criatividade’ não significa apenas “ter uma ideia nova”, mas tem de reunir vários critérios, tal como a “utilidade” (Howkins, 2005: 117). Charles Landry também concebe a criatividade como um conjunto de capacidades extraordinárias exercidas na esfera profissional, particularmente a capacidade de superar os limites individuais, de “visualizar cenários futuros” e especialmente de “trabalhar no limite das suas competências” (Landry, 2005: 233). Num livro publicado em 1999 no âmbito do DEMOS, Leadbeater e Oakley analisam o setor britânico da produção cultural/criativa, concluindo que ele é maioritariamente constituído por produtores independentes e por microempresas, extremamente vulneráveis e com uma elevada percentagem de risco e de falência. Neste contexto, e num estilo mais próprio de um manual de autoajuda, os autores desvendam em 14 sugestões o segredo do sucesso do pequeno empresário cultural (Leadbeater e Oakley, 2005: 310).

A promoção de uma “cultura da criatividade” é ainda vista por Landry como imprescindível ao sucesso de estratégias de regeneração urbana e da afirmação das “cidades criativas” – como Londres – no contexto global (Landry, 2005: 234; Tay, 2005: 220). Segundo Tay, a natureza criativa destas cidades e o seu fator de atratividade e diferenciação no âmbito de uma feroz competição global entre locais do mundo por turistas, residentes e investimento consistem na oferta de um consumo “simbólico, inovador e independente” (Tay, 2005: 226-227). São estas cidades que atraem o grupo definido por Richard Florida como ‘classe criativa’, um conceito impreciso que pretende descrever um segmento de consumidores ecléticos que favorecem o

consumo ativo e participado de experiências intensas, estimulantes e de “elevada qualidade”, e que muitas vezes preferem formas culturais “orgânicas e indígenas”, da rua e do cotidiano, a formas de arte e cultura mais eruditas (Florida, 2005: 139).

No que respeita ao terceiro eixo temático identificado, não podemos deixar de abordar a persistente defesa do conceito de ‘indústrias criativas’ em detrimento do de ‘indústrias culturais’. Apesar de reconhecer que o conceito de indústrias criativas é “metodologicamente vago”, John Hartley (2005b: 25), editor do volume, prefere-o ao de indústrias culturais por ser “conceptualmente inovador” e por reunir as artes (sinónimas de cultura) e os média (que equaciona com o ‘mercado’) (6). Adotando uma posição bastante desconcertante dada a sua reputação académica no âmbito dos Estudos Culturais, Hartley descreve o surgimento das indústrias criativas como um processo de “democratização da cultura no contexto do comércio” e afirma que “a função social da criatividade só pode ser realizada através do mercado” (18, 28). Numa linha de raciocínio muito próxima, Stuart Cunningham, outro nome tradicionalmente associado aos Estudos Culturais, defende que o termo ‘indústrias criativas’ é preferível ao de designações anteriores porque enfatiza e difunde o papel e o valor económico das artes e dos média: “We can no longer afford to understand the social and creative disciplines as commercially irrelevant, merely “civilising acts”. Instead they must be recognized as one of the vanguards of the new economy.” (Cunningham, 2005: 293)

Admitindo que os termos ‘criatividade’ e ‘cultura’ levantam dificuldades, Landry defende a necessidade de reconhecer “a centralidade da cultura como uma força motriz de desenvolvimento” e simultaneamente de adotar uma visão mais ampla – e mais “imaginativa” da cultura, das indústrias culturais e das artes – ou seja, a par da “experiência estética” que proporcionam, reconhecer a sua ‘natureza multifacetada’ – particularmente o seu potencial económico, de regeneração urbanística e de inclusão social, e como fator de identidade local e de orgulho cívico (Landry, 2005: 239-241). Também Shalini Venturelli aponta as limitações da visão da cultura como “herança” e do “paradigma-museu da política cultural”, postulando que a cultura, concebida como criatividade e inovação atuais, constitui o “capital” ou o “ouro” da sociedade da informação e a principal fonte de riqueza e da capacidade de afirmação das nações no contexto global (Venturelli, 2005: 396-398).

O discurso político e teórico/académico sobre a centralidade das indústrias culturais e criativas nas sociedades contemporâneas, a que chamámos ‘tese das indústrias criativas’, tem sido objeto de consideração teórica crítica, particularmente no contexto britânico e nas áreas dos

Estudos Culturais, Estudos dos Média e da Economia Política (Garnham, 2005; Hesmondhalgh, 2007; McGuigan, 2009). Passaremos por isso à consideração de algumas das análises mais relevantes, nomeadamente de Hesmondhalgh (2007), McGuigan (2009) de McRobbie (1999 e 2005) e também de Garnham (2005), centrando-nos nos três principais eixos temáticos acima identificados, nomeadamente a) a tese da transição (em curso ou já finalizada) para sociedades criativas ou do conhecimento, baseada na produção de bens culturais; b) o papel preponderante da criatividade e da inovação para o sucesso individual e institucional/empresarial e para o desenvolvimento social e económico; c) a importância da reconceptualização das indústrias culturais como indústrias criativas de forma de potenciar a sua dimensão económica.

Quanto à primeira questão, tanto Hesmondhalgh (2007: 303) como McGuigan (2009: 37-38) rejeitam liminarmente a tese de que vivemos em sociedades ou economias pós-industriais, do conhecimento ou da criatividade e defendem que estes discursos têm de ser perspetivados como variantes da tese da ‘sociedade pós-industrial’, preconizada por Daniel Bell (Hesmondhalgh, 2007: 185; McGuigan, 2009: 37), ou da ‘cultura empresarial’, ambas ideologicamente mobilizadas por Margaret Thatcher na década de 1980 para justificar a desindustrialização massiva e legitimar um conjunto de medidas político-económicas neoliberais, implementadas naquela década e nas seguintes (McGuigan 2009: 140-141; Hesmondhalgh, 2007: 86; McRobbie, 2005: 385).

De facto, os paralelismos entre os discursos das ‘indústrias criativas’ do New Labour e da ‘cultura empresarial’ do ‘novo conservadorismo’ de Margaret Thatcher, analisados por vários autores no final da década de 1980 (cf. Keat e Abercrombie, 1991), dificilmente passam despercebidos. Segundo Paul Morris, o termo “*enterprise culture*” terá sido utilizado pela primeira vez no documento fundador do *think tank* conservador Centre for Policy Research (Morris, 1991: 22). Em vários documentos, este Centro afirmou a noção de “cultura empresarial” por um lado no âmbito da “defesa da extensão do modelo de mercado a novas áreas” e, por outro, através da ênfase em qualidades pessoais, tais como o espírito comercial e de iniciativa, a criatividade, a ambição e principalmente vontade de arriscar na vida pessoal e profissional (Morris, 1991: 21-24).

Russell Keat enfatiza também a dupla aceção do termo “*enterprise culture*” como defesa e aplicação de um modelo económico (comercial, neoliberal) à organização institucional e como aquisição e mobilização de um conjunto de características pessoais com vista ao sucesso

individual (e empresarial) (Keat, 1991: 3). A ideia desta ‘cultura empresarial’ justificou a reestruturação de muitas instituições públicas (para que funcionassem numa lógica comercial) e a promoção das qualidades ‘empresariais’ acima mencionadas, nomeadamente através de medidas que contrariassem a “cultura de dependência” que inibia o seu desenvolvimento (Keat, 1991: 2-6; Morris, 1991: 31).

Hesmondhalgh critica a superficialidade e a falta de sistematização e de enquadramento histórico que caracterizam os contributos que sustentam a chamada ‘tese das indústrias criativas’. Segundo o autor, a ideia de que nos encontramos numa fase totalmente nova da produção cultural tem necessariamente de ser consubstanciada por uma análise histórica das indústrias culturais e conceptualizada no âmbito do processo temporalmente dilatado de mercadorização da cultura e das artes. Assim, e apoiado no trabalho Raymond Williams (1981), Hesmondhalgh defende que a produção cultural dita ‘comercial’ foi progressivamente adquirindo uma relevância social e económica ao longo da época moderna e que se intensificou desde o início do século XX (Hesmondhalgh, 2007: 8, 10, 54-57). Este processo, que segundo o autor tem de ser visto como iminentemente complexo e dialético, agudizou-se no período do pós-guerra com o aumento da circulação internacional de produtos culturais e depois novamente a partir da década de 1970, no contexto da crise global, e nas décadas seguintes, com a ‘neo-liberalização’ das economias e a alteração das estratégias de investimento (86).

Hesmondhalgh frisa o facto de as alterações verificadas nas indústrias culturais nas últimas décadas não poderem ser vistas apenas como resposta à crise económica, mas sim como fruto de uma combinação complexa de processos sociais, culturais, económicos, políticos, institucionais e tecnológicos, alguns dos quais temporalmente mais dilatados, tais como a crescente ‘internacionalização’ dos negócios, a reestruturação interna das organizações e do trabalho, o aumento do tempo de lazer e do rendimento disponível, os desenvolvimentos nas tecnologias da informação e da comunicação, e de todo um programa concertado de medidas políticas governamentais centradas na liberalização e desregulação e na privatização das instituições culturais públicas (Hesmondhalgh, 85-101; 109-110). Neste contexto, a política cultural – e a cultura – passou a ser vista cada vez mais de uma perspetiva empresarial, como geradora de receitas e não como recetora de financiamento estatal, uma transição que a tese das indústrias criativas tenta legitimar (McRobbie, 1999: 4; Hesmondhalgh, 2007: 138-140).

A validade da tese da centralidade económica das indústrias culturais ou criativas no contexto nacional (Reino Unido) ou global é também contestada. Hesmondhalgh reconhece a dificuldade de avaliar o peso das indústrias culturais nas economias nacionais tendo em conta a diversidade de definições e de métodos de classificação. Apesar disso, e com base na análise da lista das 500 maiores empresas mundiais (em termos de lucros), publicada pela revista norte-americana *Fortune* (edição de 2004), Hesmondhalgh julga poder concluir-se que o peso destas indústrias tem crescido ligeiramente e acima da taxa de crescimento bruto em vários países (Hesmondhalgh, 2007: 181). Contudo, segundo o autor, isto não significa admitir a sua centralidade económica, que é contrariada pela análise do referido *ranking* da *Fortune* (2004), cujo top 10 era então dominado por empresas petrolíferas e de produção automóvel, sendo que a principal empresa do setor cultural – a Time Warner – ocupava a 100.^a posição.

Apesar das oscilações entre os dados de 2004, citados por Hesmondhalgh, e a lista mais recente, divulgada em maio de 2011, as conclusões deste autor mantêm-se válidas, e as indústrias culturais possuem um peso relativamente pequeno quando comparadas com outros setores, tais como o energético, o automóvel, dos serviços financeiros, da saúde ou da distribuição alimentar (CNNMoney, 2011). McGuigan chega a uma conclusão semelhante no contexto da economia do Reino Unido, afirmando que algumas das maiores indústrias nacionais são financeiras, farmacêuticas e de armamento (McGuigan, 2009: 159). Claro que, neste contexto, poderíamos igualmente questionar a própria classificação das atividades utilizada no *ranking* da *Fortune* e o facto de, no documento da União Europeia, as indústrias culturais serem apenas comparadas com setores de atividade que foram massivamente deslocalizados para outros países do mundo ou com outros setores minoritários, omitindo aqueles que são de facto preponderantes (cf. KEA, 2006: 6).

Com base na análise destes dados, Hesmondhalgh e McGuigan refutam a tese das indústrias criativas, segundo a qual o setor da produção cultural é nuclear no âmbito das economias contemporâneas (Hesmondhalgh, 2007: 303; McGuigan, 2009: 38, 152). McGuigan tece duras críticas a Jeremy Rifkin e à sua ‘tese’ do capitalismo cultural, considerando que o livro *The Age of Access* é uma “bíblia” – e um exemplo paradigmático – do ‘capitalismo cool’, um termo cunhado por McGuigan para enfatizar a capacidade de “incorporação e (...) de neutralização da crítica cultural e do anticapitalismo na teorização e na prática do próprio capitalismo” (McGuigan, 2009: 38).

Os autores considerados desmistificam igualmente a ideia de sofisticação das profissões ligadas à produção cultural, implícita na noção de criatividade, defendida pelos proponentes da tese das indústrias criativas, assim como a sua associação direta ao sucesso individual/empresarial e ao ‘progresso’ económico e social. Todos enfatizam o facto de as indústrias culturais serem atividades económicas com um risco elevado (e mesmo superior ao de outros setores) e que se caracterizam pela precariedade laboral (McRobbie chama-lhe “insegurança criativa”: trabalho temporário ou a tempo parcial, salários reduzidos, más condições de trabalho) (Hesmondhalgh, 2007: 18-19; 70; McGuigan, 2009: 162; McRobbie, 2005: 382; McRobbie, 1999: 8, 27). Angela McRobbie sublinha o facto de estas indústrias serem em grande medida compostas por microempresas, muitas vezes individuais, constituídas por pessoas desempregadas que tentam subsistir através da comercialização do que até então tinham sido atividades de lazer (McRobbie, 1999: 26-27). Entre as várias razões que explicarão a existência de um número significativo de pequenas empresas no âmbito das indústrias culturais, Hesmondhalgh refere a maior facilidade de acesso ao crédito bancário e também o discurso político-económico do empreendedorismo, omnipresente desde a ‘cultura empresarial’ de Thatcher à tese das ‘indústrias criativas’ do New Labour (Hesmondhalgh, 2007: 174-175).

Hesmondhalgh pondera ainda sobre a mobilização da noção de criatividade no âmbito de estratégias de regeneração urbana, postuladas por exemplo por Charles Landry e Jinna Tay, acima considerados. O autor reconhece a proliferação de estratégias de desenvolvimento baseadas nas indústrias culturais – e do turismo – no Reino Unido (e não só) a partir da década de 1980 e defende que têm características muito diversas e que devem ser objeto de tratamento individual. Contudo, e apesar de reconhecer o mérito de algumas destas iniciativas – tal como a do GLC ou de Sheffield, acima mencionadas – o autor é muito crítico destas estratégias: “(...) using ‘creativity’ and ‘urbanity’ for the competitive advantage of cities risks going beyond a reconciliation of economics and culture to being an annexation of the latter by the former.” (144) No seu mais recente livro, *Cultural Analysis*, Jim McGuigan analisa diversos projetos de requalificação urbana por via da cultura e do turismo cultural na Grã-Bretanha, concluindo que, além do apoio financeiro estatal a interesses privados, o sucesso a longo prazo de algumas destas iniciativas – em termos de reabilitação social e económica – é duvidoso e pouco visível (McGuigan, 2010: 56-57; 127-128). Tanto Hesmondhalgh como McGuigan atacam igualmente a tese de Richard Florida de que uma nova classe social – “a classe criativa” – compreenderia cerca de 30% da população norte-americana, demonstrando a sua inconsistência, não só em termos da sua caracterização e composição, abrangendo um

conjunto muito diverso e lato de atividades profissionais (Hesmondhalgh, 2007: 146-147; McGuigan, 2009: 162-165).

A necessidade de redefinição das indústrias culturais como indústrias criativas, particularmente para evidenciar o seu potencial económico, é igualmente criticado e contestado. Em termos conceptuais, Hesmondhalgh considera que o termo ‘criatividade’ é mais vago ou amplo do que o de ‘cultura’, o que o torna ainda mais problemático, particularmente quando tomado como ponto de partida para afirmações bombásticas sobre a centralidade destas indústrias na chamada ‘nova economia’ (Hesmondhalgh, 2007: 146). Neste contexto, o autor defende que o termo ‘indústrias criativas’ é o mais adequado e deve ser mantido, particularmente porque enfatiza o cariz iminentemente “complexo, ambivalente e controverso” destas indústrias e porque “assinala uma consciência dos problemas da industrialização da cultura, mas uma recusa de simplificar a [sua] avaliação e explicação” (17). O autor discorda igualmente da abrangência de certas conceções, especialmente ao nível das políticas governamentais de vários países (tal como a definição e o esquema de classificação do DCMS), que agregam atividades muito díspares – tais como o turismo, o desporto ou a produção de *software* – conduzindo a resultados e conclusões enganadoras e desajustadas da realidade:

It may sound as though a nation or a city is populated by musicians, writers, games designers and their ilk, but, in fact, such activities are likely to be dwarfed by activities such as computer software, gambling and education, which may well have sneaked into the definition because of political pressures and tensions. (Hesmondhalgh, 2007: 180)

Em alternativa, Hesmondhalgh postula uma noção mais restrita das indústrias culturais como aquelas “indústrias baseadas na produção e circulação industrial de textos”, entendidos de forma lata como objetos ou artefactos simbólicos (14-15), e propõe um esquema bipartido, composto pelas ‘indústrias culturais nucleares’ (que inclui os média tradicionais, conteúdos da Internet, jogos de vídeo e computador, publicidade e *marketing*), e pelas ‘indústrias culturais periféricas’, que apesar de se centrarem igualmente na produção de textos utilizam métodos de reprodução semi-industriais ou não-industriais (13). Não obstante o facto de o objeto de estudo de Hesmondhalgh consistir no grupo das indústrias culturais nucleares, o autor deveria ter sido mais preciso na definição deste subsector mais periférico, uma vez que se limita a fazer uma série de afirmações vagas que apenas permitem intuir que aqui se incluirão as artes visuais e performativas (13). Curiosamente, o autor é bastante mais concreto e explicativo

quanto aos “casos limite” que identifica, nomeadamente o desporto, a eletrónica de consumo e os equipamentos ligados às indústrias culturais (leitores de DVD, mp3, televisores, etc.), o *software* e a moda (14). Em face da definição proposta (e dos ‘casos limite’ incluídos), a exclusão do património e do turismo cultural da esfera destas indústrias parece-nos bastante questionável.

Vários autores denunciam o que unanimemente consideram ser o cariz político-ideológico da alteração da nomenclatura. Andy Pratt sugere que poderá ter-se tratado de uma tentativa do New Labour se demarcar das políticas culturais municipais ‘de esquerda’, levadas a cabo pelo GLC ou em Sheffield na década de 1980 (cf. Hesmondhalgh e Pratt, 2005: 5). Segundo Garnham, a afirmação do conceito de ‘indústrias criativas’ tem de ser relacionada com as políticas económicas desenvolvidas no âmbito das teorias da sociedade da informação e com a tendência crescente para fazer equivaler as noções de produção cultural e simbólica e de ‘informação’ ou de ‘conhecimento’ (Garnham, 2005: 21). Este autor associa igualmente a adoção do termo à alteração fundamental na política governamental, ocorrida durante o governo de Margaret Thatcher, da ideia de serviço público para a noção de mercado, retomada e continuada pelo New Labour (16), uma opinião partilhada por Angela McRobbie (2005: 384) e por Jim McGuigan, que considera a “alteração retórica do discurso teórico e político sintomática de uma redução generalizada da cultura à economia” (McGuigan, 2009: 152).

Hesmondhalgh e McGuigan criticam ainda a forma como alguns académicos tradicionalmente associados aos Estudos Culturais têm contribuído para a afirmação da tese das indústrias culturais. Hesmondhalgh refere-se a um artigo de John Hartley e Stuart Cunningham como “um manifesto para políticos e gestores do ensino superior” (Hesmondhalgh, 2007: 148) e McGuigan analisa o texto introdutório de John Hartley ao livro *The Creative Industries* (acima considerado), chamando a atenção para o facto de não se tratar de um texto sobre cultura mas sim maioritariamente sobre economia, evidenciado pela preocupação de Hartley não com a experiência cultural mas sim com a “vida e a experiência económica” e a “geração de riqueza” (McGuigan, 2009: 156). Neste contexto, McGuigan conclui: “(...) the latter-day discourse of the creative industries (...) draws a virtuous circle around culture and commerce, not only in business but (...) in government as well – that’s cool.” (157)

4.2. A saga moderna da produção cultural: autonomização versus industrialização

Da análise de algumas das linhas de força dos contributos acima considerados (quer dos documentos governamentais quer da ‘tese’ das indústrias criativas) destacam-se as dificuldades – muitas vezes abertamente admitidas – suscitadas pelo termo ‘cultura’ e a tensão permanente entre a noção de cultura que se pretende afirmar (iminentemente *comercial*) e entendimentos anteriores dominantes, considerados ultrapassados e desajustados da realidade e das necessidades contemporâneas. Hesmondhalgh reconhece que a controvérsia e a dificuldade inerentes à definição de ‘indústrias culturais’ decorrem diretamente desta dificuldade de definir cultura (e indústria) (Hesmondhalgh, 2007: 15).

Na sua abordagem à história – complexa e tortuosa – do conceito de cultura, Raymond Williams começa por afirmar que se trata de uma das mais complicadas palavras da língua inglesa, em grande medida devido ao seu “intricado desenvolvimento histórico”, de tal forma indissociável do processo de constituição e maturação das sociedades modernas industriais e capitalistas, que é possível abordar e compreender os últimos dois séculos (e a crise das últimas décadas do século XX) a partir do pensamento aturado e complexo sobre cultura ao longo deste período (Williams, 1983: 87; 1993a: v). Williams destaca três aceções modernas do termo surgidas nos séculos XVIII e XIX: (a) descrição de “um processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; (b) descrição de “um modo particular de vida”, ou de ‘modos de vida’, por exemplo, de diferentes grupos sociais e económicos, de povos e/ou períodos históricos diferentes, ou da humanidade em geral; (c) descrição de trabalhos/obras e práticas de atividade intelectual, particularmente artística (por vezes associadas à ideia do desenvolvimento intelectual, tal como preconizado por exemplo por Matthew Arnold (Williams, 1983: 89-91). De acordo com Williams, esta última noção tornou-se dominante, particularmente no século XX, e mantém uma relação tensa com a aceção antropológica e sociológica de ‘um modo de vida’ (Williams, 1981: 11; 1983: 90).

Um aspeto fulcral não só para o entendimento da noção moderna de cultura (em qualquer das aceções acima mencionadas) como para as dificuldades de que o termo ainda hoje se reveste é o facto de ela se ter constituído como reação às transformações sociais, económicas e políticas inerentes à constituição das sociedades capitalistas industriais no século XIX. A noção moderna de cultura surgiu como resposta ao perçecionado carácter mecânico, utilitarista ou desumano da industrialização, à formação e organização da classe operária, à extensão da representação política e à disseminação da literacia, fomentada pelas instituições educativas e indissociável

daquelas que viriam a ser chamadas de ‘indústrias culturais’ (tal como a imprensa escrita) (Williams, 1976: 14-27; 1980; Eagleton, 2000: 130).

Em resposta às ameaças que estas alterações potencialmente colocavam à manutenção da ordem vigente e à coesão de uma cultura ‘tradicional’ erudita e minoritária, as atividades e a produção intelectuais e artísticas – a cultura e a arte – foram conceptualizadas como esferas autónomas, ligadas ao aperfeiçoamento moral e espiritual (individual e coletivo/social), separadas e mesmo opostas à esfera material – da vida política ou da produção industrial – das sociedades a que pertenciam (Williams, 1981: 87, 110; 1983: 90; 1993a: xviii; Bourdieu, 1993: 113). Neste contexto, os termos ‘cultura’, ‘arte’/ ‘artista’, ‘criação’/‘criativo’ ou ‘inteligência’/‘intelectual’ foram alvo de uma redefinição e especialização, para, em vez de descreverem processos e atividades humanas comuns e gerais, passarem a reportar-se a qualidades especiais detidas por um grupo restrito e presentes num conjunto igualmente limitado de atividades (Williams, 1983: 82-83; 1992: 29).

Neste contexto, diversos autores enfatizam a ligação intrínseca entre a autonomização da esfera cultural e a construção do edifício moderno. Tanto Eagleton como Bauman veem a conceção moderna de cultura como uma categoria iminentemente normativa: um modo de imaginar e de gizar a organização e o funcionamento das sociedades modernas e de gerir os “modos de pensamento e de comportamento” dos seus cidadãos (Bauman, 2005: 52; Eagleton, 2000: 25). Eagleton (2000: 26) denuncia a parcialidade encapotada por detrás da aparente neutralidade política do seu cariz universal (enquanto aperfeiçoamento geral) (Eagleton, 2000: 26). No âmbito da sua problematização do papel da cultura na génese da “euro-modernidade”, Grossberg também frisa esta ideia, afirmando que a cultura – colocada numa esfera à parte ou acima do social não funcionava apenas como uma “tecnologia de poder” mas como uma espécie de ‘meta-ideologia’ ou “ideologia da ideologia”, só assim conseguindo afirmar a sua independência (por exemplo política) (Grossberg, 2010: 171-173).

A separação da esfera cultural, persistentemente ‘re-produzida’ e defendida através de uma tradição dominante de pensamento sobre cultura que durante cerca de um século circunscreveu a cultura – ou melhor aquilo que era validado como cultura – ao controlo e às atividades de um grupo restrito, teve consequências sociais profundamente negativas, enfatizadas por diversos autores (Williams, 1980; 1993a; 1993b; Storey, 1993, capítulo 2; Eagleton, 2000: 16). Por um lado, relegou a cultura e as artes para uma posição marginal e secundária relativamente a outras esferas e atividades sociais; por outro lado, foi responsável

por uma hostilidade não só à palavra cultura, como também ao termo ‘intelectual’ e a determinadas formas intelectuais, culturais e artísticas consideradas ‘superiores’ e opostas a formas de cultura, arte ou entretenimento populares (muitas vezes definidos como comerciais, e vulgares) (Williams, 1983: 92; 1993b).

Esta tradição de pensamento sobre cultura e sobre produção cultural e artística foi persistentemente contestada e descredibilizada a partir da década de 1950, particularmente no *corpus* teórico produzido por Raymond Williams entre as décadas de 1950 e 1980, por teóricos de diversas áreas das ciências sociais e também no âmbito dos Estudos Culturais, um novo domínio de investigação que Williams ajudou a fundar (cf. Steele, 1997, Milner, 2002; Munns e Rajan, 1995; Grossberg, Nelson e Treichler, 1992 e Grossberg, 1997). Contudo, e neste âmbito, há que destacar dois contributos importantes: por um lado, a reflexão de Walter Benjamin sobre a reprodução industrial de bens culturais (Benjamin, 2008) e a abordagem de Adorno e Horkheimer à indústria cultural, acima mencionada, que, não obstante o elitismo ‘idealista’ de que se possa revestir, constituiu uma análise pioneira da produção e do consumo culturais enquanto atividades económicas e sociais (Adorno, 1991).

A par da rejeição liminar das ideias destes autores, a ‘teoria da indústria cultural’ tem vindo, especialmente na última década, a ser alvo de reabilitação e de análises que reconhecem as suas limitações mas defendem a relevância de alguns dos principais argumentos. Por exemplo, Garnham refere o facto de, ao contrário dos teóricos da ‘sociedade de massas’, contra os quais se insurgiram, Adorno e Horkheimer terem deslocado o foco de atenção do conteúdo e das formas do produto cultural para a questão da relação entre os produtores e os consumidores de cultura (Garnham, 2005: 17). McGuigan defende que a tendência homogeneizante da produção cultural no âmbito do capitalismo, negada por uma “ideologia promocional” que enfatiza a liberdade e a multiplicidade de escolha do consumo cultural, foi corretamente apontada por Adorno e Horkheimer e que ainda se mantém (McGuigan, 1996: 78).

Negus considera que os autores exageraram o poder e a homogeneidade da indústria cultural e que menosprezam a interpretação e negociação inerentes ao consumo cultural, mas também defende a atualidade das ideias de Adorno e Horkheimer e a sua importância para a compreensão da produção cultural contemporânea (Negus, 1997: 84). Por exemplo, Negus considera que os autores demonstraram as semelhanças existentes entre a produção cultural e a dos bens de consumo em geral, quer ao nível dos processos e da organização da produção quer do seu objetivo último: a maximização do lucro (70). Além disso, eles chamaram a

atenção para as possíveis repercussões da estandardização da produção cultural ao nível da receção – meramente lúdica, superficial ou passiva – desses produtos (70). Negus enfatiza ainda a importância de, no contexto da produção cultural contemporânea, se reconhecer – à luz da teorização de Adorno e Horkheimer – a forma como a indústria capitalista constrange os agentes e as práticas da produção e do consumo culturais (Negus, 1997: 73) e de se conceber as possibilidades (e potencialidades) da produção cultural enquanto criatividade “criticamente reflexiva” (Negus, 2006: 198).

Raymond Williams dedicou grande parte do seu trabalho e esforço a enfatizar a ideia da *materialidade da cultura* – ou seja, a demonstrar que as práticas associadas à produção, à distribuição e ao consumo da cultura, assim como o discurso sobre cultura, são eminentemente sociais e que estão ao mesmo nível das restantes atividades e esferas da vida das sociedades. Fê-lo de diversas formas e com diversas ênfases, ao longo do seu percurso intelectual pessoal, desde a asserção elementar de que a cultura era uma prática humana comum, normal e geral, no ensaio ‘Culture is ordinary’, passando pela ênfase em “todo um modo de vida” para frisar a sua indissolubilidade das restantes esferas da vida social, até à formulação de uma completa metodologia de análise da produção cultural, designada de ‘sociologia da cultura’, e de um conceito de cultura como sistema e prática de significação/simbólica, que permitisse o estudo dos produtos, das atividades/práticas e das instituições simbólicas e das suas relações com outras atividades e instituições sociais. Em suma, Williams advogava um conceito que evidenciasse “a organização social da cultura” e o facto de os sistemas social e simbólico serem ‘mutuamente constitutivos’ (Williams, 1977, 1981: 9-10; 207-210, 217; 1992; 1993a; 1993b).

Vários aspetos do pensamento e da teorização de Williams são especialmente relevantes para a nossa reflexão sobre a expansão das indústrias culturais nas últimas décadas e a sua reconceptualização em ‘indústrias criativas’. Williams demonstra que, longe de ser um atributo excecional, possuído apenas por aqueles que desenvolvem atividades classificadas de ‘intelectuais’, a criatividade é uma faculdade humana inerente à percepção e comunicação e está presente em todas as atividades, independentemente da sua natureza ou complexidade (Williams, 1992: 3-40). A partir da reflexão de Gramsci acerca da constituição e função social dos ‘intelectuais’ (cf. Gramsci, 1971: 9), o autor critica também a particularização do conceito de ‘intelectual’ (e do termo subjacente de ‘inteligência’), para descrever um grupo restrito de produtores culturais, defendendo que “todas as atividades humanas sociais e produtivas envolvem inteligência” (Williams, 1981: 215). Williams desmonta assim a ‘fabricação’ histórica

e ideológica, com propósitos não só de distinção cultural como também social, da superioridade ou excecionalidade dos produtores e dos trabalhos culturais e artísticos.

De acordo com Williams, a especialização dos termos ‘criatividade’, ‘atividades criativas’ e as distinções subsequentes entre ‘comercial’ e ‘criativo’ no século XIX obscureceram as relações comerciais inerentes à atividade dos produtores culturais nas economias industriais (Williams, 1981: 50). Neste âmbito, um contributo fundamental de Williams para a presente reflexão é a sua análise da história moderna da produção cultural como um processo de progressiva industrialização e mercadorização, ou seja como um conjunto de atividades e instituições sociais e económicas integradas na organização geral das sociedades modernas e progressivamente incorporadas na lógica da produção material, ou seja, predominantemente definidas e organizadas nos termos do mercado e das relações dominantes do mercado (Williams, 1981: 44-50; Pinkney, 1996: 18). Neste contexto, Williams frisa que a industrialização e o capitalismo foram responsáveis não pela separação mas sim por uma integração, diversificação e disseminação social da cultura e da arte sem precedentes na história da humanidade, contribuindo decisivamente para que a maioria das pessoas tivesse – pela primeira vez – acesso a uma técnica que codificava grande parte da cultura humana dos últimos dois milénios (Williams, 1981: 95). O autor descreve a invenção dos meios modernos de produção cultural como “um capítulo extraordinário da história humana”, lamentando a sua habitual desvalorização comparativamente à invenção de outras tecnologias de produção (87).

Contudo, e no âmbito do raciocínio complexo e dialético que caracteriza o pensamento Williamsiano, o autor chama a atenção para a necessidade de, a par dos benefícios da produção cultural no âmbito do mercado, reconhecer também os seus constrangimentos. Assim, enfatiza várias formas de controlo e de seleção exercidas pelo mercado sobre os produtos culturais enquanto bens comerciáveis destinados à geração de lucro (104). Destaca, por exemplo, a pré-seleção dos produtos culturais que são de facto reproduzidos e distribuídos, e que constituem uma pequena parte da produção cultural total; a transformação dos modos de controlo da produção comercial em “modos culturais”, designadamente através do marketing e da publicidade (104), ou a interiorização, por parte de muitos produtores culturais, da lógica e das relações de mercado, conformando a sua produção às ‘exigências’ ou ‘tendências’ do mercado (105).

Uma ideia importante salientada por Williams consiste no facto de as percepções/conceptualizações, formas, práticas, formações e instituições culturais e artísticas serem socialmente constituídas, dinâmicas e historicamente variáveis (Williams, 1981: 130). Williams refere o exemplo da percepção social da arte, e da distinção entre arte e não arte, que, com a secularização e a complexificação das sociedades, requereu a criação de sinais convencionados de identificação ou legitimação, por exemplo, em torno de “locais” – tais como museus ou galerias – ou de determinados eventos (ou “ocasiões”), como as exposições (130-131).

Também Pierre Bourdieu, no âmbito do seu importante contributo para o entendimento histórico-social da produção cultural e artística, descreve o campo da produção cultural como um ‘universo de crença’, uma vez que está dependente do reconhecimento coletivo da sua natureza e do seu valor artísticos, por sua vez legitimados por um conjunto de instituições, ou “agências de consagração”, tais como as academias, os museus, as galerias, o sistema educativo e a produção de um discurso sobre a arte e a cultura – dos quais a crítica literária ou artística é um exemplo (Bourdieu, 1993: 15, 35-37; 82, 116). Neste contexto, Bourdieu defende que o objeto de estudo da sociologia da cultura e da literatura tem de incluir não só a produção material como também a produção simbólica de uma obra – ou seja, a produção da crença no valor dessa obra (37).

À semelhança de Williams, Bourdieu frisa a estreita relação entre “autonomização do campo intelectual e artístico” e a constituição de um mercado e o aumento exponencial do público consumidor, que fomentou a profissionalização e uma maior independência (económica e criativa) dos produtores face a relações de produção pré-industriais, como o patronato (Bourdieu, 1993: 112-114). Do mesmo modo, Bourdieu enfatiza a lógica económica subjacente à recusa da comercialização da cultura e da arte (74-75), isto é, o aparente paradoxo entre a constituição do mercado da arte e a recusa desse mesmo mercado. Neste contexto, o autor defende que a “ideologia da criação”, ou seja, a conceptualização da cultura como uma forma de criação livre e desinteressada, ou como “uma realidade superior não redutível à economia”, a construção dos ‘criadores’ intelectuais ou artistas como seres geniais, a oposição “comercial”/“não-comercial” por parte de um número crescente de “agências de consagração” têm de ser entendidas no âmbito da constituição das indústrias culturais e como um conjunto de reações à lógica comercial dominante (114).

É ainda neste âmbito que Bourdieu postula que o campo da produção cultural restrita funciona como um “mundo da economia invertido”, uma vez que o valor (artístico e económico) dos produtos (das ‘obras’) consiste não na sua quantidade ou reprodutibilidade mas sim na sua escassez e na sua natureza única, extraordinária e essencialmente ‘não-comercial’, avalizada por instituições ou indivíduos tidos como imparciais. Contudo, o autor enfatiza o conflito social e de classe, assim como as lutas de poder que se exercem no campo da produção cultural: as disputas pelo “monopólio do poder da consagração” (Bourdieu, 1993: 78), e que estão intimamente ligadas àquilo a que Bourdieu chama de “poder simbólico” (Bourdieu, 1989: 20-24). Os conceitos de ‘poder simbólico’ e de ‘capital simbólico’ são fundamentais para compreender o papel da cultura e da arte – como práticas simbólicas – na constituição, reprodução ou alteração da ordem social (Bourdieu, 1984: 7). O capital simbólico, que tem a ver com o grau de prestígio e de ratificação do conhecimento e da competência culturais (academicamente sancionados), é imprescindível para a detenção do poder simbólico, que consiste no poder de definir, legitimar e em última análise materializar uma determinada visão do mundo social, dos modos de perceção e interpretação desse mundo e dos objetos que o compõem (Bourdieu, 1989: 20-24). Tal como Bourdieu faz notar, a detenção do “poder de produzir e de impor uma visão legítima do mundo” é fonte de conflitos ou “lutas simbólicas”, e apesar de não coincidir obrigatoriamente com o poder político, económico ou social, está intimamente ligado a eles (tal como a análise do campo da produção cultural evidencia) (Bourdieu, 1984: 244-256; 1989, 22-24, 1990: 112-121;).

As análises de Williams e Bourdieu da história da organização social da produção cultural são, tal como Hesmondhalgh reconhece, extremamente importantes para compreender a génese, o papel e os desenvolvimentos das indústrias criativas no âmbito das sociedades modernas e para uma perspetiva temporalmente mais dilatada deste processo (Hesmondhalgh, 2007: 5, 51). Elas contextualizam a tensão e controvérsia inerentes à noção de ‘indústrias culturais’ e à incorporação progressiva da produção cultural e artística no sistema e na lógica comerciais gerais e dominantes, evidenciada pela ‘tese das indústrias criativas’ (Hesmondhalgh, 2007: 15). Por fim, elas ajudam-nos a perspetivar a estratégia de redefinição das indústrias culturais em indústrias criativas e da sua função nas sociedades contemporâneas.

4.3. A teorização sobre ‘cultura’ e ‘economia’

A expansão material e simbólica/discursiva das indústrias culturais a partir da década de 1980, no contexto da desindustrialização das economias ‘avançadas’, exemplificada pelas estratégias políticas e pelo discurso das indústrias criativas acima considerados, foi acompanhada de uma crescente centralidade epistemológica das questões culturais, e em particular, de uma reflexão crítica em torno das complicadas relações – e crescente interpenetração – da cultura e da economia, particularmente no âmbito do pós-modernismo, um termo complexo e controverso, aqui utilizado enquanto “modo específico de teoria cultural” (Storey, 2005: 271). Fredric Jameson define o pós-modernismo como o “dominante cultural” ou a “lógica cultural do capitalismo tardio”, cuja função ideológica é legitimar e celebrar não só as transformações sociais provocadas pelas mutações do capitalismo, como também a incorporação da produção estética e cultural na produção geral de bens de consumo, a colonização progressiva de toda a esfera da produção cultural por parte do capitalismo e a promoção de uma cultura superficial, amnésica, da imagem e do simulacro (Jameson, 1991: xiv; xix; 4-6, 17). O autor constata a extraordinária expansão social da cultura e as profundas alterações da esfera e da função social da cultura nas sociedades capitalistas ‘tardias’, e questiona se não estaremos perante o fim da autonomia relativa do domínio cultural perante a aparente fusão das esferas cultural e económica/comercial e social, ou seja, da aparente “culturalização da sociedade” (Grossberg, 2010: 177).

A teorização de Jameson tem sido alvo de crítica e questionação por parte de diversos autores. Por exemplo, Angela McRobbie acusa o autor de omitir por completo as “condições institucionais, comerciais e educativas da produção cultural” (McRobbie, 1999: 23). Apesar de louvar o facto de Jameson enquadrar a sua análise da produção cultural no âmbito da conjuntura contemporânea (do capitalismo tardio), também Mike Featherstone acusa o autor de reducionismo histórico – de conceber a lógica capitalista e o avanço tecnológico como causas determinantes da mutação histórica e de um certo elitismo nostálgico pela anulação da distinção entre cultura erudita e comercial e pela obliteração da função pedagógica da arte e da cultura em prol do entretenimento e da fruição superficial, algumas das características do pós-modernismo (Featherstone, 2007: 7, 51, 57, 61). Para Featherstone, o pós-modernismo teve o mérito de chamar a atenção para a intensificação da expansão ou saliência social da cultura, fomentando igualmente a teorização académica sobre cultura (xi; 11). No âmbito da sua análise crítica e dialética do desenvolvimento histórico de uma ‘cultura do consumo’, e das características e complexidade do consumo cultural nas sociedades contemporâneas,

Featherstone conclui que, longe de ser um fenómeno novo (ou ‘pós-moderno’), como Jameson ou Baudrillard (1983) preconizam, a “esteticização da vida quotidiana” tem a sua origem no desenvolvimento de uma cultura de consumo nas principais cidades das sociedades capitalistas do século XIX. Para o exemplificar, o autor frisa as semelhanças existentes entre os ambientes artificiais (‘simulacros’) pós-modernos (tais como os parques temáticos) e as exposições universais, os armazéns e galerias comerciais do século XIX (Featherstone, 2007: 69, 75). Este analista inscreve as posições de Jameson – e também de Baudrillard – na linhagem crítica das teorias das indústrias culturais de Adorno e Horkheimer (Featherstone, 1995: 17-20; 2007: viii-ix; 14-15).

Lash e Urry são dois dos críticos que se insurgem contra a visão marxista da comercialização da cultura patente na teoria das indústrias culturais (1994: 121, 137). Apoiados nos conceitos de “esteticização do quotidiano”, proposta por Featherstone, e de “*Kulturgesellschaft*”, de Hermann Schwengel (cf. Schwengel, 1991), aqueles autores constataam a colonização da sociedade pela cultura, bem como o crescimento extraordinário da produção e do consumo de bens simbólicos como características do terceiro estágio do capitalismo, que designam de ‘desorganizado’ ou ‘do consumo’ (2, 54, 143). Contudo, e ao contrário de Featherstone e Schwengel, Lash e Urry adotam uma postura iminentemente positiva – e muito pouco crítica – relativamente à crescente preponderância económica e social dos chamados serviços e particularmente de atividades comerciais ligadas à produção e ao consumo simbólicos, tais como o turismo e as indústrias culturais. Apesar de mencionarem alguns dos problemas inerentes a estas atividades, tais como a agudização de formas de discriminação e exclusão social assentes nas competências culturais ou simbólicas, ou a precariedade laboral característica do emprego nestes setores (143, 217), os autores enfatizam os benefícios da “comercialização da cultura moderna” nas últimas décadas (305). Apesar da importante ênfase na relevância – talvez sem precedentes – da produção, circulação e do consumo simbólicos nas sociedades contemporâneas, que explica decerto o facto do livro de Lash e Urry continuar a merecer atenção teórica, a celebração acrítica dos serviços e da comercialização da cultura tem sido alvo de críticas (McGuigan, 2009; Hesmondhalgh, 2007). Por exemplo, apesar de reconhecer o mérito de certos aspetos da análise de Lash e Urry, Hesmondhalgh considera que os autores incorrem no tipo de discurso e de raciocínio da tese da sociedade pós-industrial (2007: 184).

Os Estudos Culturais têm sido acusados de rejeitar a consideração de questões económicas (Tonkiss, 2007: 1) ou de política cultural, que ocupam uma posição central no pensamento

Williamsiano (Bennett, 1999: 480), e de privilegiarem o domínio do consumo em detrimento da produção cultural, negligenciando as implicações da produção cultural no contexto das economias capitalistas (Garnham, 1993: 495-501). Contudo, e ultrapassado um debate árido sobre estas questões, que opôs alguns proponentes dos Estudos Culturais e da economia política (cf. Garnham, 1993; Grossberg, 1995; Curran e Morley, 2006: 6; Grossberg, 2010: 104), tem havido, particularmente desde o final da década de 1990, um esforço crescente para repensar criticamente as relações entre a cultura e a economia, sem incorrer no reducionismo e na polarização (negação ou celebração) que caracteriza muitas das abordagens acima consideradas. Alguns destes contributos têm sido enquadrados na chamada ‘economia cultural’ (cf. du Gay, 1997b; du Gay e Pryke, 2002), uma perspetiva de análise explicitada por James Curran e David Morley:

(...) some of the most innovative work in cultural studies in recent years – on questions of ‘cultural economy’ (...) has taken economics itself as its object of study and has begun to address the ways in which economies themselves inevitably operate through cultural forms. This is not to pose cultural analysis as an ‘alternative’ to that of the economic but to enquire as to the modes of their articulation. (Curran e Morley, 2006: 5)

Neste contexto, e na introdução a *Cultural Economy* (2002: 1), du Gay e Pryke enfatizam a necessidade de rejeitar uma visão monolítica da economia e de reconhecer a importância fulcral da cultura e da análise cultural para tentar compreender as transformações verificadas ao nível dos “conjuntos de processos e relações”, que constituem aquilo que entendemos como economia, e para “intervir na vida económica e organizacional contemporânea”. No mesmo volume, John Law afirma que a oposição entre cultura e economia tem de ser entendida no âmbito da série de ‘dualismos infelizes’ através dos quais a cultura foi relegada para um plano ideal ou imaterial (Law, 2002: 22) e, com o intuito de demonstrar a sua interligação, frisa o papel fulcral que a cultura e as ciências sociais desempenharam na produção (material e simbólica, nos termos de Bourdieu) do mercado único europeu ou na globalização dos mercados (25). Do mesmo modo, Don Slater defende que “as categorias económicas e culturais estão fundidas nas estruturas das relações de mercado e da ação microeconómica” e desmascara o cariz ideológico da ‘monolitização’ e separação moderna das esferas cultural e económica: “What we are always witnessing is a world-historical clash of titans, such as (in neoliberalism) the purification of economy from all irrational cultural interventions, or (the traditionalist or Marxist) defence of culture from the virus of commodification.” (Slater, 2002: 59)

No seu livro mais recente, Lawrence Grossberg (2010) intervém neste debate, defendendo a necessidade de uma “contextualização radical das economias e do económico” (115) por parte dos Estudos Culturais, que implica (a) reconhecer que a distinção entre cultura e economia “é constituída e constitutiva da euro-modernidade” (115), (b) conceptualizar e explorar a “complexidade e multiplicidade das economias” e do capitalismo (102) e (c) desenvolver uma análise da produção discursiva do ‘económico’ e da ‘economia’ que explore adequadamente as lutas subjacentes à definição destas categorias e das atividades correspondentes (e que a economia cultural não problematiza) (102, 115). Grossberg questiona o facto de a economia ser a única disciplina da área das ciências sociais que conseguiu manter-se impermeável à crítica cultural ao longo do último meio século, sustentar a autonomia do seu objeto de estudo (defendendo que ele determina todos os outros) e manter intacta a sua credibilidade científica apesar do ‘mau currículo’ pautado por informações contraditórias e previsões erradas (109-110). Perante a discrepância que constata entre as teorias económicas e a realidade, o autor conclui:

In the end, I cannot help but believe that the privileged status of the discourses on economics (both as object and a discipline) is inseparable from its apparently dominant place in the conjuncture, not only in the sense of explanation and determination, but also in the sense of being the space within which people make sense of their lives. (Grossberg, 2010: 110)

4.4. A produção material e simbólica das indústrias culturais e criativas

Após esta análise dos desenvolvimentos – substantivos e epistemológicos – da cultura nas últimas décadas, particularmente a afirmação das indústrias culturais (ou ‘criativas’) como setores económicos preponderantes nos discursos políticos/governamentais e teóricos/académicos, das críticas que lhes têm sido dirigidas, e de alguns contributos importantes para a sua perspetivação adequada, é necessário destacar alguns dos pontos fulcrais que emanam do cruzamento destes vários debates.

Tal como Hesmondhalgh defende, e os contributos de Williams, Bourdieu e de Grossberg demonstram, os desenvolvimentos registados nas chamadas indústrias culturais, quer a nível empírico quer a nível epistemológico, têm de ser analisados à luz do processo de crescente mercadorização da cultura – e de todas as esferas da vida social – que caracterizam o desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas. As dificuldades inerentes ao termo

‘indústrias culturais’ ou ‘criativas’ não podem, por isso, ser dissociadas da conturbada evolução e mutação histórica da palavra ‘cultura’, ou dos termos associados ‘arte’, ‘artista’, ‘intelectual’ ou ‘criativo’, como reação a um conjunto de processos complexos e multifacetados inerentes ao desenvolvimento das sociedades modernas, e no contexto de uma tradição de pensamento que opôs a esfera da cultura à sociedade – e à economia – rejeitando liminarmente a industrialização e comercialização da produção cultural. Esta tradição de pensamento é muitas vezes equacionada, de forma simplista, com uma postura teórica materialista/marxista que se concentra na crítica a muitos dos problemas inerentes à produção e ao consumo de bens simbólicos no âmbito da lógica e do mercado capitalista (exemplificada por Adorno e Horkheimer, Jameson, ou McGuigan, acima considerados) (du Gay, 1997a: 1-2). Contudo, trata-se, de facto, de duas posturas diametralmente opostas: a primeira tem de ser entendida como construção ideológica ou, como Grossberg defende, meta-ideológica; a segunda não nega mas analisa criticamente a comercialização da cultura e o discurso ideológico que a sustenta.

As dificuldades – históricas e atuais – do termo ‘cultura’ prendem-se não só com a conturbada história do conceito, e que Williams descreve, mas com o facto de os vários entendimentos do termo continuarem a coexistir e a ser mobilizados ou descartados, comparados ou opostos, no âmbito de discursos e de propósitos diversos. Por outro lado, estas dificuldades têm de ser perspectivadas a partir do reconhecimento de que a cultura é socialmente construída e constitutiva e no contexto das múltiplas funções que a cultura tem desempenhado nas sociedades modernas, ou seja, das funções estético-educativas, económicas e político-ideológicas da cultura, que a transformam num *locus* de conflito permanente e que os debates acima considerados espelham.

Estes processos têm vindo crescentemente a ser alvo de análises teóricas que enfatizam e exploram as “relações mutuamente constitutivas entre a ‘cultura’ e a ‘economia’” (du Gay, 1997a: 2), tal como as abordagens de Hesmondhalgh, McGuigan, Grossberg, Hall e os vários contributos da ‘economia cultural’ acima mencionados sugerem. Uma proposta analítica particularmente importante, feita por du Gay, Hall, Janes, MacKay e Negus, é a do “circuito da cultura”, que identifica os cinco processos que a análise de qualquer artefacto cultural tem necessariamente de incluir, nomeadamente a representação, identidade, produção, consumo e regulação (du Gay, 1997a: 3).

No que respeita à chamada ‘tese das indústrias criativas’, torna-se claro que ela tem de ser perspectivada como uma variante do discurso da ‘cultura empresarial’, e no contexto mais lato das teorias da sociedade pós-industrial, da informação e do conhecimento, da economia criativa ou de experiências. A preponderância – ou mesmo centralidade – económica das indústrias culturais, afirmada nos discursos político-governamentais e teóricos analisados, é desmentida pelos números apurados com base nos sistemas de classificação institucionalmente definidos, e não obstante a expansão do conceito e a inclusão de subsetores em expansão (como o turismo ou as tecnologias da informação e da comunicação).

Além de a definição e a classificação das ‘indústrias culturais e criativas’ ser bastante discutível, como vimos, não podemos deixar de salientar, a partir do contributo importante de Williams, o cariz problemático – e ideológico – da utilização do termo ‘criativo’ para descrever estas indústrias, que mantém e replica distinções não só profissionais como ‘culturais’ e sociais – leia-se de classe – com base num conceito elitista de cultura que afirma estar ultrapassado. Na verdade, a tese das indústrias criativas assenta nas ideias de excecionalidade e de prestígio social associadas ao trabalho intelectual ou artístico. De facto, o verdadeiro problema que os conceitos – ou as teorizações – anteriores de cultura – ou de indústrias culturais – encerram é, em última análise, uma tradição epistemológica de crítica social e política que problematiza a produção e o consumo cultural no contexto das economias capitalistas, que defende a importância da cultura para o desenvolvimento de uma consciência crítica que questione a cultura dominante ou a ordem vigente, e que revela o papel da cultura na produção discursiva e material da realidade política, económica, social e cultural.

Neste contexto, e a partir do contributo importante de Pierre Bourdieu, aquilo a que chamámos a ‘tese das indústrias criativas’ tem de ser entendida no âmbito das lutas internas no campo da produção cultural (e particularmente da academia) pelo ‘poder simbólico’ de afirmar e legitimar uma noção de cultura que frise o seu potencial económico, em detrimento da longa tradição de crítica social e política. De igual forma, a partir das análises de Hesmondhalgh e de McGuigan, é forçoso concluir que o discurso das ‘indústrias criativas’, contrariado não só pelo peso real destas atividades nas economias nacionais e global como também pelos cortes sucessivos nos respetivos orçamentos governamentais (McRobbie, 1999: 23; DCMS, 2011a: 6) – e em Portugal também pela decisão em 2011 de extinguir o Ministério da Cultura – parece ter um duplo objetivo: fomentar o desenvolvimento económico das atividades definidas como ‘criativas’ ou ‘culturais’, e (re)produz simultânea e discursivamente a lógica, ou a ‘cultura’, neoliberal de que ele, em última análise, depende – uma cultura da

independência, da criatividade, do empreendedorismo, da liberdade e da responsabilidade individuais pelo sucesso – ou fracasso – na ‘nova’ economia.

5. Modernidade, capitalismo e as teorias da transição

5.1 A revolução ininterrupta do capitalismo

Capitalism, in short, is a social system internalizing rules that ensure it will remain a permanently revolutionary and disruptive force in its own world history. If therefore, ‘the only secure thing about modernity is insecurity’, then it is not hard to see from where that insecurity derives. (Harvey, 1990: 107)

A construction of a new common sense is always a fascinating occurrence. That so many taken-for-granted assumptions of life in the post-Second World War ‘social-welfare state’ should have been so suddenly swept aside and replaced by a pervasive market reasoning is truly remarkable. (McGuigan, 1996: 52-53).

Após a detalhada consideração de algumas das profundas transformações verificadas nas últimas décadas e que têm servido de base à afirmação de diversas e sucessivas teorias que advogam o fim da era moderna, ou das sociedades industriais, e a transição – em curso ou já efetivada – para configurações sociais eminentemente novas e distintas – tais como as teorias da sociedade pós-industrial, pós-moderna, da informação, do conhecimento, ou da globalização – encontramos-nos em condições de avaliar a natureza e dimensão das alterações, e a validade destas proposições teóricas.

Os vários autores considerados são unânimes no reconhecimento da importância e extensão dessas mesmas alterações e das suas consequências em termos do funcionamento das sociedades e dos modos de vida, hábitos e mentalidades individuais e coletivos (Harvey, 1990: 191-192). Todos reconhecem igualmente o caráter complexo e contraditório dos processos envolvidos nestas transformações; contudo, rejeitam unânime e firmemente a ideia de que nos encontramos perante um corte civilizacional. Assim, Harvey chama a atenção para o reducionismo inerente à tentativa de explicitação de relações (e mudanças) complexas através do contraste e da polarização (Harvey, 1990: 42) e para o perigo de se confundirem alterações transitórias com mudanças fundamentais ou estruturais (124). Sennett exprime uma opinião semelhante, alertando para a suspeição que os contrastes radicais devem suscitar, particularmente quando aliados à defesa ou constatação de progresso (Sennett, 2006: 15).

A generalidade dos autores enfatiza a necessidade de considerar as transformações verificadas no contexto mais lato dos processos e vetores do processo histórico moderno, ou seja, do desenvolvimento das sociedades capitalistas e industriais. Neste contexto, há duas ideias que importa relevar: em primeiro lugar, o facto de a história da própria modernidade se pautar pela persistência das teorias que advogam uma transição civilizacional (Kumar, 1995: 153-154). Segundo Hall, a intrincada história e a evolução do conceito de ‘moderno’ demonstram uma tendência recorrente de cada época se afirmar como a mais avançada e desenvolvida, demarcando-se de todas as anteriores, uma ideia que se revelou sucessivamente ilusória:

Each succeeding age – the Renaissance, the Enlightenment, the nineteenth-century (the age of revolutions), the twentieth-century – has a sense of itself as representing the culminating point of history, and each has tried to clinch this capture of history by claiming the epithet ‘modern’ for itself. Yet in each age this has proved illusory. Each age succumbed to the fantasy that *it* was the last word in advanced living, in material development, in knowledge and enlightenment. (...) It sometimes seems that what is quintessentially ‘modern’ is not so much any one period or any particular form of social organization so much as the fact that a society becomes seized with and pervaded by this idea of ceaseless development, progress and dynamic change (...) (Hall, 1992: 15)

Em segundo lugar, destaca-se a asserção, por parte de toda uma linhagem de pensadores, de que a mutação e transformação intensas e ininterruptas são características intrínsecas da modernidade. Tal como Berman (1984: 5), Harvey (1990: 12) ou Bauman (2000: 28-29) salientam, é a ideia de mudança ininterrupta e dialética e a percepção – avassaladora e simultaneamente inebriante e angustiadora – da descontinuidade, do efémero, da fragmentação, da permanente reconstituição do mundo, que caracterizam a experiência paradoxal de viver num mundo moderno e que perpassa a história (e a geografia) das sociedades modernas.

Assim, e a par de uma visão positivista do progresso ilimitado, a ideia ou o projeto da modernidade – e em particular a evolução do capitalismo e do industrialismo – está indelevelmente associada a uma imagem de caos e à devastação, a que Berman chama “a tragédia do desenvolvimento” (Berman, 1984: 37) e que Schumpeter apelidou de “destruição criativa” (Harvey, 1990: 16-17). Esta obsessão com a mudança ininterrupta leva também Bauman a descrever a história moderna como uma sequência de projetos de modernização e simultaneamente como um “museu/cemitério” de projetos descartados, cuja consequência inevitável tem sido a produção de lixo, não só físico como também, e tragicamente, humano (Bauman, 2004: 5, 23).

A proposição de que podemos estar perante uma transição de paradigma civilizacional tem de ter em consideração não só as transformações como também as continuidades percecionadas; neste âmbito, vários autores defendem que o modo de produção capitalista, que em grande medida condicionou o desenvolvimento das sociedades ocidentais, e cujo alcance se tem tornado cada vez mais global, continua a informar a organização destas sociedades, centrada no princípio económico da produção com vista ao lucro (Harvey, 1990: 121; McGuigan, 2009: 31). De uma perspetiva diferente, Raymond Williams defende esta mesma ideia, ao afirmar que o aspeto fulcral da revolução industrial consiste na introdução ou no desenvolvimento não das forças de produção mas das relações de produção (Williams, 1985: 83). Harvey chama a atenção para a persistência de muitos aspetos da ‘era fordista’, tais como a política de concentração empresarial ou a capacidade de intervenção estatal, particularmente evidente no domínio do controlo laboral (Harvey, 1990: 170). Na sua detalhada análise e caracterização das configurações ‘fordista’ e ‘pós-fordista’ (ou neoliberal), Harvey conclui que elas não podem ser vistas de forma dicotómica mas integrada, como configurações possíveis e variáveis, no âmbito de um sistema capitalista que é altamente complexo e contraditório, mas iminentemente orientado para o lucro (1990: 338, 344).

Diversos autores têm defendido que a instabilidade e a transformação permanente – a destruição criativa – são endémicas ao modo dominante de produção capitalista, o que explica a percecionada atualidade da análise do sistema capitalista realizada por Marx e Engels no século XIX (Harvey, 1990, 1999, 2000; Sennett, 2006; McGuigan, 2009; Berman, 2011). Esta inconstância decorre diretamente das suas características básicas, nomeadamente do facto de o capitalismo ser fundamentalmente expansionista, dinâmico e inovador – em termos quer organizacionais quer tecnológicos, e do seu crescimento assentar na exploração do trabalho humano (Harvey, 1990: 106, 180). Estas características, além de contraditórias, tornam inevitáveis as crises económicas decorrentes da sobreacumulação, como aconteceu, de forma mais evidente, nas décadas de 1930 e de 1970, e o recurso a medidas ‘corretivas’: a desvalorização dos bens de consumo e do trabalho (desemprego, redução salarial, aumento da carga laboral), a regulação macroeconómica ou a absorção da sobreacumulação (através da expansão dos mercados ou dos sistemas financeiros/de crédito) (Harvey, 1990: 106, 184-185).

Tal como não só Harvey como também Sennett ou McGuigan frisam, é neste contexto que têm de ser perspetivadas as transformações verificadas nas últimas décadas: por exemplo, a globalização da produção, cuja face mais visível é a deslocalização da manufatura para países onde os custos de produção são inferiores e as legislações laborais e ambientais mais brandas

ou inexistentes; a globalização dos mercados, com uma circulação de produtos à escala global historicamente sem precedentes; a redobrada racionalização (e desvalorização) do trabalho, através da inovação tecnológica, do despedimento e da precarização laboral; a promoção e disseminação de uma cultura do consumismo; a desvalorização e revalorização dos locais e a expansão do processo de mercadorização de novas áreas, segundo uma lógica de diversificação dos investimentos e das atividades comerciais (Harvey, 1990: 61, 294-298). Tal como já mencionado, a desindustrialização e posterior reabilitação ou requalificação de locais, cidades ou regiões – por exemplo por via da cultura e do turismo – é um exemplo paradigmático deste processo:

The growth and decline of cities represent two sides of a general phenomenon that connects richer and poorer parts of the world: neoliberal globalisation. This is an economic phenomenon that is driven politically and has significant cultural aspects. It is a mistake, however, to reduce cities to signs and symbols. That is at least as problematic, if not more so, as economic reductionism. (McGuigan, 2010: 124)

Diversos autores contrariam a ideia de que estas transformações são inevitáveis defendida por Lash e Urry ou Giddens, que ilustram o estágio atual das sociedades capitalistas avançadas respetivamente através do termo “capitalismo desorganizado” e da imagem do “*juggernaut*” (uma força destruidora e incontável, utilizada por Marx para se referir ao capital) (Lash e Urry, 1994: 10; Giddens, 1990: 139). Pelo contrário, estas alterações têm de ser vistas como institucionalmente fomentadas e avalizadas através de um conjunto de medidas políticas nacionais e supranacionais concertadas, no âmbito daquilo a que muitos analistas têm vindo a apelidar de neoliberalismo (Sennett, 2006: 10; Harvey, 2006: 145; Harvey, 2005a). Por exemplo, Williams frisa que o desemprego estrutural não deve ser visto como consequência dos desenvolvimentos nas tecnologias mas sim como “uma função das relações gerais de produção” (Williams, 1985: 87) e Habermas afirma que o esvaziamento da política pelos mercados é resultado do “voluntarismo político” (Habermas, 2003: 91).

A imprevisibilidade e a falta de controlo que Giddens (1990), Lash e Urry (1994), Urry (2003, 7) e Castells (1999: 56) defendem ser uma característica da vida e da experiência social contemporânea são muitas vezes associadas ao fenómeno da globalização, particularmente dos mercados financeiros. Esta ideia, tal como Bauman (1998b: 59) afirma, dificulta a compreensão e contribui para uma mistificação do fenómeno da globalização, que, na sua essência, tem a ver com a dilatação, intensificação e aceleração da interdependência global (Modelska, 2003: 55; Giddens, 2003: 60), intimamente ligada à expansão do capitalismo

industrial ocidental (Williams, 1985: 96; Hoffmann, 2003: 107-108), fomentada politicamente e facilitada pelos avanços tecnológicos, particularmente das últimas décadas (Nye Jr, 2003: 112). Contudo, a dificuldade de apreensão, por parte da maioria das pessoas, da estrutura e natureza complexas do sistema financeiro global é real e compreensível (Harvey, 1990: 160). Harvey defende que a explosão e coordenação global dos instrumentos e dos mercados financeiros, desde a década de 1970, e o facto do sistema financeiro ter aparentemente atingido uma autonomia sem precedentes da produção real, constituem talvez o único aspeto novo ou distinto das sociedades contemporâneas e da própria história do capitalismo (1990: 194). Esta opinião é também partilhada por Hall, Held e McLennan:

We live in an epoch where the manipulation of financial symbols on a screen is arguably truer to the spirit, and perhaps more crucial to the overall well-being, of global capitalist economy than the wrenching of coal from the earth or trading goods for banknotes or so it seems. (Hall, Held e McLennan, 1992: 8)

5.2. Desindustrialização, globalização da produção e neoliberalismo

Como vimos anteriormente, um dos principais argumentos das teorias da sociedade pós-industrial ou da informação prende-se com o declínio estatisticamente comprovado, nos países norte-europeus e norte-americanos, da manufatura industrial e com o crescimento exponencial do setor dos serviços, ou ‘terciário’, muitas vezes extrapolado para conclusões de que a produção simbólica suplantou a produção de bens físicos (Lash e Urry, 1994; Rifkin, 2004, 2005). Esta ideia é rebatida a vários níveis por diversos autores. Por exemplo, tanto Williams como Harvey e McGuigan chamam a atenção para o facto de a desindustrialização não resultar, de forma alguma, de um declínio da manufatura mas em parte do progresso tecnológico deliberadamente fomentado e também, e em grande medida, da deslocalização da produção – por parte das empresas norte-europeias e americanas – dos respetivos países para outras regiões do mundo, com vista à maximização do lucro (Williams, 1985: 93; Sennett, 2006: 88; McGuigan, 2009: 161-162; Bürger, 2000):

Because cultural production and circulation has become such a massive feature of the global economy, it is tempting to assume that capitalism has superseded the old smoke-stack world of material production and we now live in an ‘experience economy’, where it is meanings that are produced instead of things. That, however, is a skewed view of what is actually going on. It is a view of the world from the perspective of the Western ‘knowledge’ workers and the privileged consuming subjects of cultural capitalism. Somebody somewhere is making the things that bear those meanings. (McGuigan, 2010: 122)

Williams afirma ainda que a desindustrialização tem de ser vista como uma consequência do processo de industrialização, que esteve na base da criação de um mercado globalmente integrado (Williams, 1985: 96). Esta é uma ideia importante, a dois níveis: por um lado demonstra que, apesar de serem processos distintos, o industrialismo e o capitalismo não podem ser concebidos como dimensões independentes do processo moderno, como Giddens defende (1990: 55-56; McGuigan, 2009: 35). Por outro lado, permite-nos enfatizar um aspeto muitas vezes descurado, nomeadamente que a deslocalização ou internacionalização da produção tem constituído um fenómeno recorrente, ainda que não tão intenso ou sistemático, na história das sociedades modernas capitalistas.

Em meados da década de 1980, e antes da revolução das comunicações móveis ou da internet, que tem marcado as duas últimas décadas, Raymond Williams enfatizava o facto de os avanços tecnológicos significarem não o advento de uma sociedade pós-industrial mas talvez, e inversamente, o “clímax do industrialismo” (Williams, 1985: 93), e do declínio do trabalho ou do emprego industrial não ser sinónimo de uma diminuição, ou do fim, do industrialismo:

(...) a decline in manufacturing is not a decline in ‘industrialism’, and certainly not in industrial capitalism. The system of rationalised production by increasing applications of technology, within a system of regular wage-labour hired by the owners of the means of production, is not weakened, but in its immediate terms strengthened when smaller and smaller numbers of workers are required to operate it. (Williams, 1985: 94)

A alegada preponderância dos serviços nas ‘novas’ economias é igualmente analisada por diversos autores de diferentes perspetivas. Por exemplo, McGuigan chama a atenção para a necessidade de se evitar o contraste entre as economias assentes na produção e as economias baseadas no consumo, lembrando, a partir das ideias de Marx e de Stuart Hall, que a produção e o consumo são mutuamente determinantes (McGuigan, 2009: 100-101) e que o consumo está presente e tem uma importância fulcral em toda a modernidade capitalista, incluindo na sua fase ‘fordista’ (44).

Vários autores contestam a ideia, muitas vezes presente nas teorias da sociedade pós-industrial, de que os empregos extintos na área da manufatura industrial foram transferidos para os setores emergentes dos serviços (cf. Lash e Urry, 1994). Neste contexto, Sennett chama a atenção para dois aspetos importantes: por um lado, o facto da automação avançada suplantando e obliterando *de facto* o trabalho manual; por outro lado, o facto de as estratégias institucionais e empresariais de racionalização laboral serem responsáveis pela extinção de

postos de trabalho tanto nos setores da manufatura como dos serviços – tanto nas fábricas como nos escritórios (Sennett, 2006: 93, 99). Diversos autores enfatizam ainda a precariedade e/ou as más condições laborais que caracterizam grande parte dos trabalhos disponíveis na indústria dos ‘serviços’, por exemplo, na área financeira, no comércio, no turismo ou na restauração (Lash e Urry, 1994: 161-165; Hall, Held e McLennan, 1992: 3; Seabrook, 1988: 12; 151-158):

The American working class has experienced massive de-industrialisation over the past 30 years, hardly relieved by culture-led urban regeneration schemes that have been called ‘landscapes of deception’. Where there used to be a job in the local automobile factory, you are lucky now to be working in an out-of-town shopping mall or in an office downtown where the vehicle business management is based. You might, of course, merely be there to clean the mall or the office. This is all ‘service’ work, much of it as physically demanding as factory work. (McGuigan, 2009: 37-38)

A exploração do trabalho humano por parte das ‘grandes’ empresas multinacionais – muitas delas sediadas nos países norte-americanos – nas suas fábricas localizadas nos países industriais emergentes (como a China ou a Índia), reminiscentes das condições de trabalho inumanas na Inglaterra do século XIX, no estádio do chamado “capitalismo primitivo”, denunciadas por Engels em *The Condition of the English Working Class* (1971) são igualmente referidas por McGuigan (2009: 127-28).

Na sua consideração das teorias da sociedade pós-industrial, Raymond Williams questiona não só a designação do setor dos serviços, ou ‘terciário’, que inclui um número imenso de atividades profissionais completamente díspares (uma opinião partilhada por Harvey), como também o esquema tripartido de classificação das atividades profissionais, que reproduz as diversas fases da produção capitalista (e do circuito do capital), e o extrapola para a organização social: “A scheme of production for the market has then substituted itself for a society, even a society conceived primarily in terms of work.” (Williams, 1985: 88; Harvey, 1990: 157) Williams critica duramente algumas das consequências desta visão empresarial da sociedade, nomeadamente a secundarização (ou melhor, ‘terciarização’) de atividades sociais fulcrais, como a educação, e mesmo a exclusão da esfera do trabalho de uma série de atividades importantes mas não remuneradas, particularmente o cuidado e tratamento de crianças ou idosos (Williams, 1985: 88).

A generalidade dos autores reconhece e enfatiza a discrepância existente entre a defesa do neoliberalismo, responsável por muitas das transformações das últimas décadas, e o seu desempenho económico desastroso, patente nas estatísticas de crescimento – quase nulo – no aumento das desigualdades sociais e na degradação sucessiva e constante das condições de vida das populações, particularmente das sociedades norte-atlânticas, com o desmantelamento das instituições do estado social e da classe operária (Williams, 1985: 87; Harvey, 2006: 151; Sennett, 2006: 16-17; Bürger, 2000). Neste âmbito, Harvey expõe a contradição existente entre a retórica da liberdade e da justiça do mercado e a estratégia dominante de concentração e internacionalização empresarial, entre o discurso do progresso e do bem comum e o benefício efetivo de uma minoria da população mundial (Harvey, 2006: 157). Bauman é igualmente cáustico relativamente àquilo a que chama “a mentira da promessa do comércio livre” (Bauman, 1998b: 72).

Perante estas evidências, Harvey defende que o neoliberalismo deve ser perspectivado como um “novo imperialismo” (Harvey, 2005b: 1), como um projeto político cuidadosamente preparado e deliberadamente implementado ao longo das últimas três décadas, um pouco por todo o globo, com o duplo objetivo de fomentar a acumulação de capital e de restabelecer o poder das classes superiores, diminuídos na ‘era dourada’ do capitalismo fordista e do estado social (Harvey, 2006: 148-49). Esta ideia é secundada por Leslie Sklair, que defende a existência de uma “classe capitalista transnacional”:

Terms like elite, ruling class, and capitalist class have been out of favour in the social sciences for some time, and the idea of a “global ruling class” appears, frankly, ridiculous to many capable scholars. (...) My view is that it is ultimately connected with the way in which globalization has been conceptualized as a force outside human control, in the face of which fatalism is the only rational response. Fatalism in this case is both profoundly mistaken and profoundly immoral. Globalization, like its main driving force, capitalism on a world scale, does not just happen. It is thought out, organized, managed, promoted, and defended against its opponents by identifiable groups of people working in identifiable organizations. These make up the transnational capitalist class. (Sklair, 2001: x)

Harvey (2005a: 3) e McGuigan (2010: 120) frisam também o cariz hegemónico gradualmente alcançado pelo discurso neoliberal, mercê não só da sua aplicação político-económica, como também através da disseminação ideológica, levada a cabo pelos *think tanks* (especialistas) nas instituições de ensino universitário e nos órgãos dirigentes das instituições empresariais, financeiras e estatais (domésticas, transnacionais ou internacionais): “Neoliberalism has, in short, become hegemonic as a mode of discourse. It has pervasive effects on ways of thought

to the point where it has become incorporated into the common-sense way many of us interpret, live in, and understand the world.” (Harvey, 2005a: 3)

Como Harvey enfatiza, a “‘naturalização’ do neoliberalismo” foi conseguida através da apropriação e incorporação na retórica capitalista neoliberal de valores e ideais políticos basilares da cultura e civilização ocidentais modernas, nomeadamente a dignidade humana e a liberdade individual (Harvey, 2006: 146; 2005a: 5). Pierre Bourdieu constata igualmente a dificuldade em combater o neoliberalismo, dado o facto de ele ser apresentado como uma força progressiva, não obstante o seu cariz conservador intrínseco (Bourdieu, 2003: 34). Também McGuigan, no seu recente estudo sobre a afirmação hegemónica do sistema capitalista, e a apropriação do conceito de ‘cool’, destaca a extraordinária capacidade de o capitalismo se (re)legitimizar e fortalecer continuamente através da neutralização e incorporação da dissidência ou, como Raymond Williams diria, do oposicional (McGuigan, 2009: xi; Williams, 1977: 125). A construção discursiva do neoliberalismo é analisada com particular ênfase e eloquência por Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, que a apelidam de “*NewSpeak*” e a descrevem como “uma forma de violência simbólica” (Bourdieu e Wacquant, 2001: 2).

Também McGuigan chama a atenção para a progressiva omissão da palavra ‘capitalismo’ e a sua substituição sucessiva por uma série de termos, tais como ‘pós-industrialismo’, ‘pós-modernidade’, ‘sociedade da informação’, ‘sociedade do conhecimento’ ou ‘sociedade em rede’ (McGuigan, 2009: 36). Fredric Jameson já frisara, duas décadas antes, o cariz ideológico destas designações e de outras semelhantes, como ‘sociedade de consumo’ ou dos média’, cujo intuito era (re)legitimar o capitalismo industrial, anunciando paradoxalmente a sua transposição (Jameson, 1991: xiv, 2). Como vimos anteriormente, vários autores defendem a necessidade de perspetivar as teses da ‘cultura empresarial’, das ‘indústrias criativas’ e da ‘economia de experiências’ como variantes destas várias designações, ou seja, no contexto mais alargado do discurso neoliberal (McGuigan, 2009: 132). Sennett (2006: 17) descreve a globalização como a mais recente teoria da transição para uma configuração social nova e distinta, uma ideia que é também defendida por Bourdieu e Wacquant:

An empirical analysis of the trajectory of the advanced economies over the *longue durée* suggests (...) that ‘globalization’ is not a new phase of capitalism, but a ‘rhetoric’ invoked by governments in order to justify their fiduciary conception of the firm. Far from being – as we are constantly told – the inevitable result of the growth in foreign trade, deindustrialization, growing inequality and the retrenchment of social policies are the

result of *domestic political decisions* that reflect the tipping of the balance of class forces in favour of the owners of capital. (Bourdieu e Wacquant, 2001: 4).

Neste contexto, vários autores expressam especial preocupação com as consequências culturais – individuais e coletivas – da hegemonia do discurso neoliberal nas sociedades contemporâneas, visíveis na aceitação resignada da ‘realidade’, na interiorização dos “valores do mercado”, na sua generalização a concepções, estratégias e princípios de vida, e numa cultura que muitos analistas contemporâneos definem como superficial, individualista, privatizada, apática e, em última análise, pouco progressista (McGuigan, 2009: 8, 116, 132; Sennett, 2006: 197; Hesmondhalgh, 2007: 307; Bauman, 2000: 74; Bauman, 2011: 16-17; Harvey, 1990: 61; Williams, 1993a: 315-316).

Não obstante as críticas sistemáticas e acérrimas ao sistema capitalista e à sua estirpe neoliberal contemporânea, vários autores referem os benefícios e o progresso real fomentados pela ‘modernização capitalista’, reconhecidos já pelo próprio Marx no século XIX, tais como a eliminação dos constrangimentos da natureza sobre a vida humana (através do progresso tecnológico), as consequências positivas, especialmente culturais, da globalização da economia, tais como o acesso generalizado a uma diversidade de produtos de diferentes regiões do mundo, e o contacto e intercâmbio intercultural global, que Berman descreve como o princípio da primeira cultura universal da história da humanidade (Berman, 2011: 5-6; Harvey, 1990: 109-110).

Raymond Williams frisou também os imensos benefícios e o progresso real, sem precedentes históricos, que a Revolução Industrial trouxe às vidas das populações, particularmente nas sociedades ocidentais (Williams, 1993b: 11), não só em termos físicos como culturais. Neste âmbito, e como vimos anteriormente, todo um conjunto de autores, ao longo das últimas décadas, tem chamado a atenção para o desenvolvimento extraordinário da produção e do consumo de bens simbólicos, confirmando a atualidade da afirmação de Williams, em 1958, de que vivemos numa “cultura em expansão”, que assume as mais diversas formas, igualmente importantes, não obstante as persistentes distinções e polarizações (de cariz ideológico e social) entre erudito/popular; autêntico/comercial, etc., cada vez mais desacreditadas (Williams, 1993a: 308-310; Hesmondhalgh, 2007: 2).

Contudo, o reconhecimento do processo de democratização cultural não implica uma celebração populista das indústrias culturais, mas uma conceptualização complexa da cultura como uma multiplicidade de fluxos e de experiências e uma análise dialética dos objetos e das práticas culturais que considere não só as potencialidades (sociais, económicas) como os constrangimentos efetivos da produção e do consumo cultural nas sociedades contemporâneas e no âmbito da lógica comercial/capitalista (Couldry, 2000: 97-103, 141; Hesmondhalgh, 2007: 6; Williams, 1993a: 314-318; McGuigan, 1996: 78-79).

Por fim, diversos autores insurgem-se contra a chamada ‘teoria da modernização’, que preconiza a preponderância dos fatores económicos – e em particular do capitalismo e do industrialismo – como os agentes principais e únicos do ‘progresso’ social/civilizacional, preferindo enfatizar a complexa interligação de múltiplas causas (Hall, 1992: 10; Giddens, 1990: 55). Esta ideia é partilhada por Lawrence Grossberg, que no seu mais recente livro reafirma a necessidade de ultrapassar uma visão monolítica tanto da economia como do capitalismo, concebendo-os como fenómenos complexos, contraditórios, híbridos e heterogéneos (Grossberg, 2010: 121). Neste âmbito, o autor defende a existência de múltiplos capitalismo e modernidades (101, 121).

Estas ideias são extremamente pertinentes na medida em que reconhecem o processo moderno como fundamentalmente complexo, multidimensional e fruto da intervenção e conjugação de vários fatores – de cariz social, político, económico e cultural. Contudo, elas têm de ser vistas com cuidado, sob pena de ofuscarem a perceção da realidade, de debilitarem a crítica e de paradoxalmente fortalecerem o discurso dominante. Assim, não podemos simultaneamente deixar de constatar que os diversos fatores não interagiram de forma igual no desenvolvimento das sociedades modernas, que as várias formas de capitalismo não exerceram – ou exercem – uma influência equiparável nos processos de modernização que (re)configuraram o mundo em que vivemos, e que as sociedades contemporâneas globalizadas podem constituir modernidades diferentes, mas foram e são igualmente fruto de uma ‘longa revolução’ a que Grossberg chama ‘euro-modernidade’.

Capítulo 2 – Turismo, Cultura e Património Industrial e Mineiro

1. A expansão do turismo nas sociedades modernas tardias

No capítulo anterior atentámos na crescente aposta – pública e privada, nacional e supranacional – nas chamadas indústrias culturais, particularmente a partir da década de 1980, e na afirmação política da importância económica e social da produção e do consumo culturais. A par da cultura, e indissociavelmente ligados à produção e ao consumo culturais, assistimos a desenvolvimentos comparáveis na área do turismo, a nível substantivo e epistemológico, para usar os termos propostos por Stuart Hall (1997b). O crescimento extraordinário e a progressiva internacionalização do turismo desde a década de 1950 são indiscutivelmente fenómenos sociais e culturais de grande relevância (Böröcz, 1996: 4) e talvez sem precedentes históricos, o que explica sem dúvida a crescente atenção crítica e analítica a esta área de estudos, assim como a sua institucionalização académica. A constatação de que o turismo constitui porventura “o movimento em maior escala de bens, serviços e pessoas a que a humanidade já assistiu” (Greenwood, 1989: 171) tem levado diversos autores a refletir sobre as conexões indissolúveis existentes entre o turismo e a ordem global contemporânea (Urry, 2002; Meethan, 2001; Lanfant, Allcock e Bruner, 1995).

Contudo, e tal como estes autores frisam, o turismo tem de ser visto não só como um fenómeno cultural mas também económico e economicamente determinado. O turismo é uma das maiores indústrias globais e está organizado de acordo com a lógica do capitalismo internacional neoliberal, o que em grande medida determina as condições de produção e consumo turístico, evidentes, por exemplo, ao nível da estrutura do investimento, da natureza do mercado de trabalho e do cariz das próprias experiências culturais que promove e que, em última análise, comercializa (Held, McGrew, Glodblatt e Perraton, 1999: 360). O turismo internacional é em grande medida controlado por um conjunto de grandes empresas multinacionais sediadas na Europa ou na América do Norte; além disso, a atividade turística segue e reproduz os padrões de desigualdade socioeconómica regionais, nacionais e mundiais: apesar do seu crescimento exponencial, apenas uma minoria da população mundial pode viajar; apesar de alguma inversão recente da tendência dominante, os fluxos turísticos continuam a emanar maioritariamente dos países industrializados da Europa ocidental e da América do Norte (que são simultaneamente os principais recetores do turismo) (363). O poder económico determina também o padrão da viagem e o cariz das experiências culturais

auferidas no destino (Held, McGrew, Glodblatt e Perraton, 1999: 361; Urry, 2002). Neste contexto, diversos autores defendem a necessidade de perspetivar o desenvolvimento do turismo no contexto mais lato “das alterações económicas de longo prazo do capitalismo” (Roche, 1996: 318).

O crescimento exponencial do turismo na segunda metade do século XX tem ainda de ser equacionado no âmbito de instituições e políticas nacionais e internacionais concertadas que viabilizaram e que continuam a promover e a facilitar o desenvolvimento turístico. Assim, não podemos deixar de considerar a crescente preocupação e atenção política que o turismo tem vindo a merecer (especialmente ao longo da segunda metade do século XX e com maior ênfase nas últimas décadas), quer por parte de instituições supranacionais, como a Comissão Europeia, quer pelos governos dos vários países do globo. Tal facto decorre não só do crescimento exponencial dos fluxos como também de uma perceção do potencial de desenvolvimento (especialmente económico, mas também social e cultural) do turismo.

De igual forma, a aposta generalizada no desenvolvimento do turismo como uma das principais e mais promissoras atividades económicas nacionais, verificada nas últimas décadas e particularmente no contexto europeu, tem necessariamente de ser analisada à luz das transformações profundas verificadas desde a década de 1970, analisadas no capítulo anterior, e particularmente do processo de desindustrialização massiva e das estratégias de requalificação através do investimento em atividades económicas alternativas, ligadas aos setores comumente designados dos ‘serviços’. Neste contexto, verificamos que as indústrias culturais e o turismo têm sido mobilizados, em conjunto e de forma preferencial, nas últimas décadas, no âmbito de estratégias de regeneração económica e social de cidades ou regiões europeias desindustrializadas, como aconteceu, de forma pioneira, na Grã-Bretanha na década de 1980. Esta estratégia tem implicado uma visível dilatação dos conceitos e das práticas associadas à cultura, ao turismo e ao lazer, patente na expansão e diversificação dos locais, eventos ou experiências turísticos e culturais, assim como na sua comercialização (Urry, 2002: 6).

Contudo, a par da conceptualização e análise do turismo como um fenómeno económico, político, social e cultural global, apenas inteligível à luz da configuração contemporânea do capitalismo internacional neoliberal, é igualmente imprescindível enquadrar o turismo no âmbito temporalmente mais alargado do desenvolvimento das sociedades modernas ocidentais, algo já abordado no capítulo anterior. O turismo, entendido como um conjunto de

instituições, empresas, serviços, equipamentos e atividades envolvidos na organização comercial e em larga escala das viagens, é um fenómeno eminentemente moderno.

Diversos autores constataam as deficiências da literatura sobre o turismo – por um lado, a preponderância de estudos de cariz económico e ‘funcional’ sobre planeamento e desenvolvimento turístico que tendem a considerar, celebrar e promover o turismo como um modelo de desenvolvimento positivo e desejável (Crick, 1996: 16); por outro lado, a subteorização e/ou falta de rigor analítico de muitas das abordagens críticas desenvolvidas no âmbito das ciências sociais e humanas (Apostolopoulos, 1996: 3; Crick, 1996: 17). Contudo, uma análise pouco exaustiva da literatura crítica produzida ao longo das últimas quatro décadas permite-nos constatar, como veremos, e à semelhança de Watson e Kopachevsky (1996: 281-282), que não obstante as lacunas supramencionadas, existe um *corpus* significativo de estudos que exploram o fenómeno turístico de forma coerente, rigorosa e sistemática, ainda que de diversos ângulos e pontos de vista.

O carácter eclético e disperso que alguns autores apontam como uma das deficiências da literatura sobre o turismo, e outros como uma das suas mais-valias, prende-se sem dúvida com a própria natureza – complexa, multifacetada ou “multidimensional” (Apostolopoulos, 1996: 2) – do turismo, e que, tal como Rojek e Urry reconhecem, o torna uma categoria difusa e difícil de identificar. Neste âmbito, e apropriando o termo utilizado por Marx, estes autores defendem que o turismo é uma “conceção caótica”, que inclui um conjunto muito amplo de fenómenos diferentes, sendo por isso melhor conceptualizado como um “conjunto complexo de discursos e de práticas sociais” (Rojek e Urry, 1997: 1). Esta ideia já tinha sido igualmente avançada por Crick, ao atribuir a fragmentação e multidisciplinaridade do *corpus* teórico/analítico ao facto do turismo constituir “o resultado da interseção de vários fenómenos mais amplos”, eles próprios objetos de estudo, tais como o lazer e o consumo (Crick, 1996: 19).

A análise aprofundada da vasta literatura sobre o turismo não se inscreve nos objetivos do presente trabalho e tem sido alvo de consideração por vários académicos (por exemplo, Crick, 1996; Cohen, 1996a; Dann e Cohen, 1996; Urry, 2002; Meethan, 2001). No entanto, não deixa de ser necessário visitar alguns dos temas que em grande medida têm marcado o(s) debate(s) académicos e científicos e que se revestem de inquestionável relevância para o tópico em estudo, nomeadamente a consideração do turismo como um fenómeno social e económico eminentemente moderno, politicamente fomentado e indissociável do capitalismo

global e o debate sobre os chamados ‘impactos socioeconómicos’ e ‘socioculturais’ do turismo, que mais recentemente têm sido reequacionados no âmbito da reflexão sobre a globalização.

1.1. O turismo como fenómeno moderno

A ideia de que o turismo é tão velho como a história da humanidade, baseada na evidência de que a mobilidade e a viagem constituem uma realidade social discernível desde tempos imemoriais, é recorrente em livros e manuais sobre o turismo (McIntosh, Goeldner e Ritchie, 1995). Porém, como a reflexão desenvolvida no capítulo anterior evidencia, o turismo, e particularmente o turismo internacional, tem de ser conceptualizado como uma prática (ou conjunto de práticas) socialmente instituída e comercializada em larga escala nas sociedades modernas, envolvendo todo um conjunto de instituições, empresas, serviços, equipamentos e atividades. Assim, o turismo é um fenómeno moderno, e que tem de ser perspectivado no âmbito da industrialização, da constituição e expansão dos estados-nação e do sistema capitalista (internacional e global), e das transformações culturais e do consumo nas sociedades modernas. Na introdução a *The Tourist Gaze*, John Urry sublinha que o turismo não constitui uma experiência universal ou única, mas fundamentalmente moderna, “socialmente organizada e sistematizada”, multifacetada e historicamente variável (Urry, 2002: 1).

Tal como Böröcz (1996: 24) constata, apesar de vários dos autores admitirem a ligação existente entre o desenvolvimento do turismo (ele prefere o termo “migração de lazer”) e as profundas transformações que acompanharam o surgimento do capitalismo internacional, a maioria “não estabelece conexões conceptuais e empíricas claras entre os dois processos” (24). De facto, a literatura sobre a história do turismo em geral não reconhece a importância destas ligações nem as explora de forma sistemática, concentrando-se em análises da evolução e das alterações dos padrões da experiência turística (Urry, 2002; Löfgren, 1999; Inglis, 2000) ou da crítica da “industrialização da viagem” (Crick, 1996: 16), ou seja, a tradição intelectual e literária de valorização – ou mistificação – elitista da viagem ‘cultural’ pré-industrial, particularmente da aristocracia britânica masculina (o chamado *Grand Tour*) – e de derisão do turismo e dos turistas modernos (Boorstin, 1992; Fussell, 1980; Buzard, 1993). Alguns destes autores (como por exemplo Fred Inglis) revelam igualmente alguma falta de distanciamento face ao seu objeto de análise, sucumbindo a uma visão ‘deslumbrada’ da viagem e das férias – como felicidade pura, liberdade incondicional e realização máxima –

disseminada por um discurso ideológico cujas origens se confundem com a própria gênese do turismo (Inglis, 2002: ix; 2-3).

A ‘naturalização’ de uma prática social e politicamente instituída em Inglaterra no século XIX e das suas propriedades reparadoras é bastante criticada por Clarke e Critcher que afirmam perentoriamente: “That people may gain in leisure satisfactions that they do not derive from work is not a psychological but a historical phenomenon.” (Clarke e Critcher, 1985: 59) Böröcz (1996: 35-26) contesta também a teoria (academicamente dominante) de que o *Grand Tour* tenha constituído o modelo precursor do turismo moderno, apoiando-se para tal nos estudos de Towner e de Adler, que demonstraram a heterogeneidade social dos participantes neste tipo particular de viagem (Towner, 1985) e a existência de outras tradições históricas de mobilidade internacional, nomeadamente a itinerância dos artesãos europeus medievais no âmbito do seu processo de aprendizagem, já descrita por exemplo no conhecido tratado de mineração de Georgius Agricola de 1556 (Adler, 1985; Agricola, 1950).

Tanto Clarke e Critcher (1985) como Böröcz (1996) se distanciam deste padrão dominante de reflexão, analisando com pormenor a instituição do lazer e do turismo enquanto fenómenos não só relacionados como diretamente resultantes do desenvolvimento do capitalismo industrial. Contrariando igualmente uma visão algo ingénuo e excessivamente laudatória da democratização das férias como uma conquista da classe trabalhadora (cf. Inglis, 2000), estes autores analisam a expansão do lazer como resultado de um conjunto de processos diferentes e mesmo contraditórios e conflituais (Clarke e Critcher, 1985: 48). Böröcz destaca a disponibilidade de tempo e de rendimento, a luta dos trabalhadores pela redução do tempo laboral e a provisão de serviços e infraestruturas de comercialização da viagem (Böröcz, 1996: 28). Clarke e Critcher questionam a ideia de que o turismo cresceu espontaneamente a partir do momento em que as pessoas começaram a ter tempo e rendimento disponíveis e frisam o papel importante desempenhado pelas estratégias de imposição de uma maior disciplina e produtividade laborais por parte dos empregadores e também de controlo social, patentes nas medidas políticas de ‘recreação racional’ já abordadas no capítulo anterior (Böröcz, 1996: 28; Clarke e Critcher, 1985: 60).

De acordo com Clarke e Critcher, estas medidas instituíram e sancionaram aquilo a que eles apelidam de “capitalização do lazer” (Clarke e Critcher, 1985: 60), ou seja, a privatização, “profissionalização” e comercialização capitalista de todo um conjunto de atividades de lazer e de entretenimento, muitas delas de cariz popular (60). Da sua análise minuciosa das

transformações verificadas ao nível da organização do lazer na Grã-Bretanha desde 1840 até à década de 1980, os autores identificam um padrão dominante de intensificação e complexificação do lazer mediado pelo mercado, como forma de investimento e de consumo privados (78-88). De igual forma, Böröcz reflete sobre os diferentes modos através dos quais o capitalismo industrial fomentou a migração: por um lado, criou a necessidade de movimentação e migração de pessoas em larga escala, por motivos quer profissionais quer de lazer; por outro, edificou a própria estrutura institucional e organizacional necessária à comercialização estandardizada dessas mobilidades, que hoje opera à escala global (Böröcz, 1996: 50). Neste contexto, Böröcz descreve a indústria turística como “uma extensão lógica do princípio geral do capitalismo” (50) ou como “a migração de lazer do capitalismo industrial” (51).

Marie-Françoise Lanfant lembra ainda que o incremento extraordinário do turismo internacional verificado na segunda metade do século XX não foi espontâneo nem fortuito, mas sim fomentado por um “poderoso aparelho de promoção turística” politicamente sustentado ao mais alto nível, nomeadamente por um conjunto de organismos internacionais tais como as Nações Unidas e algumas das suas agências especializadas (por exemplo, a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, a UNESCO), o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, em estreita colaboração com as empresas multinacionais que controlam a organização do turismo internacional (Lanfant, 1995b: 29). De acordo com os dados apresentados por esta autora, entre 1969 e 1979 o Banco Mundial terá financiado 24 projetos de desenvolvimento turísticos em 18 países ‘em vias de desenvolvimento’ (27). Picard descreve também, com algum detalhe, a forma como o plano de desenvolvimento turístico de Bali foi “promovido por consultores franceses, finalizado pelos especialistas do Banco Mundial e imposto pelos tecnocratas de Jacarta” à população local (Picard, 1995: 50).

Não é por isso de estranhar que, tal como Böröcz demonstra, a promoção e expansão do turismo na segunda metade do século XIX tenha sido um processo geograficamente desigual, centrado exclusivamente nos países europeus industrializados (Böröcz, 1996: 45-46) e que, apesar das muitas transformações que os fluxos turísticos têm sofrido, particularmente nas últimas décadas, a Europa e a América do Norte continuem a ser as principais regiões emissoras e recetoras de turistas e as maiores beneficiárias das receitas do turismo internacional.

1.2. A dimensão e promoção do turismo a nível mundial, europeu, britânico e português

A Organização Mundial do Turismo (OMT) descreve o turismo como um dos fenómenos económicos e sociais mais extraordinários do século XX (OMT, 2011a). De acordo com os dados deste organismo internacional, nas últimas seis décadas o turismo cresceu e diversificou-se substancialmente, tornando-se uma das principais indústrias mundiais, um dos setores económicos com um crescimento mais rápido e um dos principais motores do progresso social e económico (OMT, 2011b). O turismo representa cerca de 5% da atividade económica mundial e 6-7% do emprego global (direto e indireto). Entre 1950 e 2010, o número de chegadas de turistas registou uma subida média anual de 6,2%, de 25 milhões para 940 milhões; a subida nas receitas económicas do turismo situou-se igualmente nos 6 pontos percentuais, tendo atingido (em 2010) 919 biliões de dólares americanos (o equivalente a 693 biliões de euros). Apesar do clima de instabilidade económica global dos últimos anos, e que influencia diretamente a atividade turística, a OMT mantém as suas previsões de crescimento para a próxima década, estimando que em 2020 as chegadas de turistas, a nível mundial, atinjam 1,6 biliões, dos quais 1,2 biliões representarão viagens intrarregionais (OMT, 2011c: 11).

A expansão global da atividade turística e a diversificação de destinos mundiais ao longo da segunda metade do século XX até aos nossos dias está bem patente no decréscimo sustentado do número de turistas captado pelos quinze principais destinos mundiais: de 88% em 1950 para 55% em 2010 (OMT, 2011b). Assim, e apesar de a Europa e de o continente americano serem as principais regiões recetoras de turistas, a sua cota de mercado conjunta tem vindo a decrescer significativamente, de 95% em 1950 para 66% em 2010, à medida que as restantes regiões mundiais se têm vindo a afirmar progressivamente num mercado turístico globalizado e altamente competitivo. Segundo a OMT, e no que concerne às chegadas de turistas, a cota de mercado das chamadas economias emergentes tem registado uma subida rápida e muito significativa, de 31% em 1990 para 47% em 2010 (contra 53% das chamadas 'economias avançadas') (OMT, 2011c: 2, 4). Assim, em 2010, as regiões da Ásia Pacífico e do Médio Oriente registaram taxas de crescimento de 13% e 14%, respetivamente, enquanto a América e a Europa se situaram nos 6% e 3% (3). Esta tendência refletiu-se, por exemplo, na subida da China do 4.º para o 3.º lugar da lista dos principais destinos mundiais, e de 5.º para 4.º em termos de receitas do turismo (com um crescimento de 15%) (5).

Apesar desta tendência, a Europa continua a ser a principal região recetora de turistas do mundo, com uma cota de mercado de 50,7%, e a principal beneficiária no que respeita às receitas do turismo, detendo cerca de 44,2% (cerca de \$406 mil milhões/€306 mil milhões) do total em 2010 (5). Esta preponderância é também visível no facto de 6 países europeus integrarem o *ranking* dos 10 principais destinos mundiais, nomeadamente a França (n.º1), a Espanha (n.º4), a Itália (n.º5), o Reino Unido (n.º6), a Turquia (n.º7) e Alemanha (n.º8) (6). A Europa comunitária recebe anualmente cerca de 370 milhões de turistas, o equivalente a 40% das chegadas internacionais (Comissão Europeia, 2010: 3). O turismo é o terceiro maior sector socioeconómico da UE, representando 5% do produto interno e 5,2% do emprego na União (cerca de 9,7 milhões de postos de trabalho diretos). É composto por cerca de 1,8 milhões de empresas, na sua grande maioria de pequena e média dimensão (Comissão Europeia, 2010: 3; 2011).

A importância económica, social e cultural do turismo no contexto da Europa Comunitária tem sido oficialmente reconhecida pela União Europeia (UE) e está patente num conjunto de decisões e de linhas políticas traçadas em diversos documentos oficiais. Por exemplo, o Tratado de Lisboa (artigo 6.º) estabelece a soberania da UE para decidir e agir sobre questões relacionadas com o turismo (e também com a cultura) e afirma (artigo 195.º) a legitimidade da União para “complementar a ação dos Estados Membros no setor do turismo”, e particularmente em termos da sua competitividade (União Europeia, 2010: 52, 135). A crescente competição dos países emergentes no mercado turístico global, as previsões desfavoráveis da OMT para a próxima década, que apontam para uma perda de 4% da cota de mercado atual (OMT, 2011c: 11), e o impacto negativo da conjuntura económica adversa, agravado pela erupção, em 2010, do vulcão Eyjafjöll, levaram a Comissão Europeia a refletir sobre os desafios (ou as ameaças) que o turismo europeu enfrenta, e sobre as medidas que se impõem para que a Europa mantenha a liderança do *ranking* de chegadas e de receitas turísticas mundiais (Comissão Europeia, 2010: 2-5). Assim, numa comunicação de 30 de junho de 2010, dirigida ao Conselho e Parlamento Europeus, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, a Comissão Europeia propôs um novo quadro político de referência para o turismo na Europa, com o intuito de aumentar a competitividade e a capacidade de crescimento sustentável do setor e de promover a Europa como um destino turístico “sustentável, responsável e de elevada qualidade” (Comissão Europeia, 2010: 2).

A ‘indústria do turismo e da hospitalidade’ é assumida pelo governo britânico como prioritária, dada não só a sua relevância económica no contexto do Reino Unido mas também enquanto

catalisadora da criação de emprego, da regeneração local, da qualidade de vida dos cidadãos e de orgulho cívico (DCMS e Penrose, 2011: 11-14). De acordo com o DCMS (Department for Culture Media and Sport), o turismo é a terceira maior indústria em termos das receitas da exportação e um dos 6 principais sectores da economia do país: contribui para 4% do PIB, em termos diretos, e 8,9 % em termos totais; é composto por 200.000 empresas e representa 4,4% do total do emprego nacional (DCMS e Penrose, 2011: 7; Deloitte e Oxford Economics, 2010: 4). Londres recebe mais de metade dos turistas internacionais e 52% das receitas totais do turismo; a Inglaterra acolhe cerca de 90% do turismo recetor do Reino Unido representa no país cerca de 82% do emprego no setor (VisitBritain, 2011; Deloitte e Oxford Economics, 2010: 18). Contudo, e tal como o estudo de Deloitte e Oxford Economics (2010: 22) demonstra, mais de metade dos postos de trabalho gerados pelo turismo no Reino Unido são a tempo parcial.

Apesar de constituir um dos principais beneficiários do turismo mundial, tanto em termos de chegadas (6.º) como de receitas (7.º), o Reino Unido tem um desempenho menos positivo em termos de competitividade internacional (11.º lugar). Possui também uma balança turística de pagamentos negativa, devido ao facto de ser um dos principais países emissores de turistas, e tem sido afetado, nos últimos anos, pelas condições adversas acima mencionadas, e que se traduziram numa queda de 10% das chegadas entre 2007 e 2010 (DCMS e Penrose, 16-17; VisitBritain, 2011). Em face destas ameaças, o governo britânico encomendou um estudo para avaliar “o contributo económico da economia de visitantes para o Reino Unido” (Deloitte e Oxford Economics, 2010) e deu a conhecer já em 2011 uma nova estratégia para impulsionar o desenvolvimento do turismo nacional ao longo dos próximos 10 anos, tornando-o “mais produtivo, competitivo e lucrativo” (DCMS e Penrose, 2011: 7).

Os países da Península Ibérica definem-se maioritariamente enquanto países recetores de turistas, pelo que a atividade turística assume grande importância nas suas economias. De acordo com Boniface e Cooper, eles reúnem todas as componentes necessárias à criação do ‘mix clássico’ de um destino turístico, designadamente o clima e a geografia mediterrânicos e um rico património histórico-cultural (Boniface e Cooper, 2001: 167). Contudo, o posicionamento de cada um dos países ibéricos no contexto do turismo mundial é profundamente distinto: a Espanha possui um sistema e uma organização turísticos altamente desenvolvidos e, com cerca de 52 milhões de chegadas anuais, é o 4.º destino mundial e o 2.º em termos de receitas do turismo (OMT, 2011c: 5-6). Portugal recebeu em 2010 perto de 7 milhões de turistas, sendo o 25.º destino mundial e o 16.º destino europeu (com uma cota de mercado de 1,4%) (Turismo de Portugal, 2010: 4-5; OMT, 2011c: 6). Com cerca de 6,9 mil

milhões de euros de receitas internas, o turismo contribuiu em cerca de 8,8% para o PIB nacional em 2009 e para um saldo positivo da balança turística nacional (Turismo de Portugal, 2010: 8; 2011a: 4-5).

Assumindo que o turismo é um “sector estratégico prioritário” da economia nacional, o governo português lançou em 2007 o ‘Plano Estratégico Nacional do Turismo’ (PENT), no qual definiu um quadro de referência e um conjunto de estratégias para desenvolver o turismo nacional e torná-lo “um dos principais motores de crescimento da economia nacional” (Turismo de Portugal, 2007: 1, 5). A crise económica e financeira global dos últimos anos e o declínio significativo das chegadas e das receitas internacionais do turismo em Portugal levaram o governo português a rever o PENT e a reequacionar os objetivos traçados, mantendo contudo a visão geral para o desenvolvimento do setor (até 2015).

No âmbito da aposta num modelo sustentável de desenvolvimento turístico do país, o documento enfatiza quatro linhas orientadoras a seguir, nomeadamente a) “contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais”, apoiando o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, e fomentando o emprego e a formação locais; b) “preservar e potenciar o património histórico-cultural”, apoiando a recuperação de museus e monumentos, e dinamizando “a cultura e [os] conteúdos locais”; c) “assegurar a sustentabilidade económica do turismo”, por exemplo através da criação de “produtos inovadores e diversificados” e minimizando a sazonalidade; e d) maximizar benefícios para o ambiente e reduzir impactos negativos” (33).

2. A reflexão crítica e analítica sobre o turismo

2.1. Turismo, capitalismo e globalização

Tal como diversos autores enfatizam, o crescimento exponencial do turismo internacional, particularmente nas décadas de 1950 e 1960, tem de ser analisado à luz desta estratégia concertada de promoção e desenvolvimento da indústria turística internacional, acompanhada de um poderoso discurso dominante, veiculado institucionalmente (por exemplo pela OMT), sobre o carácter eminentemente benéfico do turismo como agente do desenvolvimento

socioeconómico, do diálogo intercultural e da paz internacional¹. Tal como a nossa breve consideração de algumas das políticas institucionais de promoção turística demonstra, a visão do turismo como um modelo universal de desenvolvimento não só tem persistido, mas, tal como Lanfant afirma, tem vindo a ser cada vez mais defendida e promovida, quer nos países não industrializados quer nas sociedades capitalistas avançadas ocidentais (Lanfant, 1995a: 2-3).

Este discurso político-económico dominante tem sido alvo de crítica desde a década de 1970, no âmbito de um debate – que está longe de esgotado – sobre o ‘impacto socioeconómico’ ou a ‘economia política’ do turismo. Vários académicos e estudiosos, particularmente das ciências sociais, têm não só exposto os interesses político-económicos particularistas subjacentes à chamada retórica institucional da ‘panaceia’ do turismo internacional como agente de desenvolvimento e de ‘modernização’, como têm também apontado a sua falibilidade (Crick, 1996: 22-25). O mais destacado representante desta postura crítica é sem dúvida Stephen Britton (1996), que sublinhou não só as deficiências e limitações das teorias económicas baseadas na lógica simplista do custo-benefício, como também a necessidade de se considerar os impactos socioeconómicos do turismo num contexto histórico e político mais lato para perceber porque é que em vez de fomentar o propalado desenvolvimento dos países pobres, o turismo internacional tende a perpetuar não só os problemas e as desigualdades sociais e económicas já existentes como também a reproduzir e a reforçar as relações de dependência e subordinação dos “países do Terceiro Mundo” em relação aos “países desenvolvidos” (Britton, 1996: 155, 170).

Britton conclui que a principal razão pela qual o turismo não traz às regiões e às populações recetoras os benefícios prometidos e/ou antecipados se prende com o modelo de organização da indústria (de acordo com a lógica do capitalismo internacional/global) e com a estrutura e distribuição do poder económico e político, a nível quer local quer global. Neste contexto, tanto Britton como Böröcz e Urry salientam o facto de os fluxos turísticos internacionais serem em grande medida controlados e determinados por um grupo restrito (‘oligopolista’) de grandes conglomerados multinacionais sediados nos países ocidentais, que detêm e administram toda a operação turística (produção e comercialização, transporte e alojamento), e que colhem uma percentagem significativa das receitas do turismo (Britton, 1996: 155-157; Böröcz, 1996: 12). Segundo Britton, este modelo é igualmente reproduzido no destino, onde as

¹ Esta ideia está patente, por exemplo, no artigo 3 dos Estatutos da OMT (OMT 2009: 1).

elites locais detêm o poder político e económico que lhes permite controlar e auferir os benefícios desta atividade económica. Sem capacidade decisória ou financeira, as populações locais têm apenas acesso aos negócios menores e pouco lucrativos ou aos empregos muitas vezes precários e mal remunerados, oferecidos pelas mesmas empresas multinacionais instaladas no destino (Britton, 1996: 169).

Neste contexto, Britton defende que o turismo reproduz não só relações de dependência de tipo colonialista (161) como também os *modus operandi* de outros tipos de indústrias ou empresas organizadas internacionalmente, tais como a indústria agrícola ou mineira: “These firms profit from the commodities they manufacture, mine or grow in the periphery, as well as from cheap and ample labour.” (Britton, 1996: 161) A questão fulcral para este autor não é a do potencial de desenvolvimento do turismo – que ele não contesta – mas sim a da distribuição dos seus benefícios, ou seja, do seu contributo para uma redução das desigualdades económicas e sociais das populações, que para o autor são indissociáveis do conceito de desenvolvimento (170).

Böröcz considera que as análises sobre o impacto socioeconómico do turismo reproduzem em grande medida os debates mais amplos em torno das teorias da modernização e da dependência, e que estas apresentam limitações. No âmbito da primeira, o autor critica a conceptualização ‘abstrata’ do turismo como agente de desenvolvimento nacional pelo facto de preconizar uma visão simplista das nações e do próprio turismo como entidades autónomas e independentes do contexto internacional: “Tourism is thus assumed to be a modern-day economic *deus ex-machina*, a benevolent external factor that is completely independent of any global, regional, or subnational structural process or constraint.” (Böröcz, 1996: 16) No que respeita à chamada ‘teoria da dependência’ ou do subdesenvolvimento, e apesar de concordar com algumas das ideias defendidas por Britton, o autor considera-a simplista, “unidimensional” e “tendenciosa” (16), não permitindo explicar os casos particulares em que o turismo de facto contribui para o desenvolvimento socioeconómico nacional, nem conceber o papel ativo das regiões e das populações recetoras neste processo:

The critical literature (...) is dominated by a perspective which depicts tourism (...) as an instrument serving some kind of “master plan” of underdevelopment, relegating “native” societies to a passive, subordinate and/or comprador role serving the metropolitan interests and devoid of agency. (Böröcz, 1996: 16)

Para Böröcz, ambas as teorias pecam por não precisarem as condições necessárias para que o turismo contribua de facto para o desenvolvimento social e nacional, o que segundo o autor só será possível através de uma sociologia económica que seja política, cultural e ideologicamente informada e que considere as relações complexas existentes entre as dimensões económicas e não-económicas do turismo (17).

Diversos autores têm destacado o significativo contributo das abordagens ao turismo como forma de dependência (Young, 1973; Turner e Ash, 1975, Britton, 1996), ou de imperialismo (Nash, 1989), nomeadamente o facto de contestarem a retórica do turismo como modelo universal de desenvolvimento e agente de paz e amizade entre os povos, disseminada pelas agências internacionais supramencionadas (OMT, FMI, Banco Mundial, etc.) (Dann e Cohen, 1996: 308; Crick, 1996: 26; Greenwood, 1989: 171; Lanfant, 1995a: 3). A generalidade dos autores não rejeita a evidência de que, em muitos casos, e em grande medida devido à sua estrutura e aos seus *modus operandi*, a indústria turística internacional não só não potencia o desenvolvimento, como de facto agrava problemas existentes ou traz novos problemas, de natureza económica (por exemplo, repatriação das receitas, privatização de recursos naturais, inflação); de natureza social (relações de subordinação racial e/ou exploração laboral, prostituição e criminalidade, despersonalização e mercadorização das relações sociais e humanas); ou ambiental (poluição e deterioração ou destruição de recursos naturais/ambientais) (Böröcz, 1996: 15; Crick, 1996: 21-32; Urry, 2002: 56-57, Smith, 1989: 6).

No entanto, a generalidade dos autores concorda com as deficiências apontadas por Böröcz a esta postura crítica e com o cariz redutor e parcial dos modelos de análise centrados em dicotomias básicas de centro/periferia, moderno/primitivo, local/global etc. e numa visão do turismo como uma força autónoma e exógena, defendendo a necessidade de considerar a complexidade, o dinamismo, a ambivalência e a variabilidade que caracterizam o turismo internacional (Crick, 1996: 39, 42; Meethan, 2001: 15, 46; Greenwood, 1989: 172; Lanfant, 1995a: 1, 5-6). Neste contexto, e particularmente nas últimas décadas, a análise do fenómeno turístico, nas suas várias dimensões – política, económica, social e cultural –, tem vindo a ser perspectivada no âmbito de – ou em articulação com – o debate sobre a globalização. Por exemplo, Lanfant enfatiza o modo como o turismo tem constituído um agente da globalização, uma “força de integração a uma escala global”, ligando regiões do mundo normalmente opostas no discurso social (desenvolvidas/subdesenvolvidas; tradicionais/industriais) (Lanfant, 1995a: 2). Da mesma forma, Urry enfatiza a impossibilidade de dissociar os fenómenos do turismo e da globalização (2002:144), e Meethan defende que o turismo deve ser

conceptualizado como “um processo de comercialização e consumo que envolve fluxos de pessoas, capital, imagens e culturas” (2001: 4).

Todavia, e no que aos impactos socioeconómicos do turismo diz respeito, esta reperspetivação do turismo não implica a rejeição liminar dos principais pressupostos da ‘teoria da dependência’. Por exemplo, Apostopoulos defende que o turismo, tal como a migração ou a dívida estrangeira, constitui uma forma contemporânea de dependência (Apostolopoulos, 1996: 6). Da mesma forma, Meethan reconhece que, em determinadas situações, o turismo fomenta ou reproduz relações de subordinação e de dependência, não só internacionais como inter-regionais, e particularmente no âmbito das economias ditas desenvolvidas (Meethan, 2001: 46). Diversos autores reconhecem igualmente que a indústria turística global, em linha com a lógica capitalista dominante, continua a ser dominada por um grupo restrito de empresas multinacionais, e a que integração dos mercados tem fomentado a sua concentração e o recurso a diversas estratégias de ‘flexibilização’, com vista a um aumento da capacidade competitiva e, em última análise, à maximização dos lucros (Urry, 2002, 46; Böröcz, 1996: 12; Clarke e Critcher, 1985: 101). Neste âmbito, Böröcz nota que a indústria turística reproduz as tendências gerais de reorganização constante da produção características do capitalismo tardio, e que abordámos no capítulo anterior (Böröcz, 1996: 12). Diversos autores chamam ainda a atenção para a fragilidade económica de muitas pequenas e médias empresas turísticas, que representam uma percentagem muito significativa de diversos subsectores, como os do alojamento ou da restauração, e também a precariedade e más condições laborais, em nada diferentes das do trabalho industrial e por vezes mesmo de feição colonialista (Urry, 2002; Sinclair, 1997; Seabrook, 1976; Clarke e Critcher, 1985; Lash e Urry, 1994).

O crescimento exponencial da indústria a nível mundial e a integração global dos mercados vieram igualmente agravar a vulnerabilidade e imprevisibilidade que já caracterizavam esta atividade²: à medida que a aposta no turismo como uma das principais atividades económicas nacionais se torna, ela própria, uma estratégia de âmbito global, um número crescente de locais, regiões ou mesmo países – redefinidos e promovidos como produtos turísticos – são obrigados a competir entre si no mercado global, seja pelo investimento seja pelo consumo turísticos (Robins, 1991: 30-31; Meethan, 2001: 24). Apesar de admitir que o turismo reproduz

² A indústria turística caracteriza-se pela vulnerabilidade e elevada dependência de um conjunto diverso de fatores relativamente imponderáveis, tais como a instabilidade social ou política (terrorismo ou guerras), fenómenos climatéricos adversos (inundações, terremotos, furacões ou erupções vulcânicas), desastres ecológicos (incêndios, derramamentos de petróleo), etc.

os padrões globais de desigualdade económica, Meethan considera que os padrões de dependência e os fluxos turísticos possam estar a sofrer alterações importantes, e prefere salientar a complexidade do sistema e a necessidade de análises contextuais que deem conta da real diversidade de situações possíveis. Neste âmbito, Meethan chama a atenção para a necessidade de perspetivar as relações entre as dimensões global e local, tendo em consideração não só a organização e a operação da indústria turística internacional como também, e simultaneamente, a intervenção dos governos nacionais e dos seus organismos regionais/locais na definição e/ou implementação de estratégias e ações de desenvolvimento turístico (Meethan, 2001: 53).

Tanto Urry (2002: 143) como Lanfant, Allcock e Bruner (1995b: ix) defendem que muitas vezes é através do turismo que determinados países ou regiões periféricos e até então marginalizados conseguem integrar-se ou afirmar-se na ordem internacional. Neste âmbito, Nuñez chama a atenção para a dificuldade de provar que o turismo *per se* seja pernicioso ou destrutivo, e considera que por vezes os investigadores ignoram alguns dos benefícios reais que o seu desenvolvimento traz às populações locais, por exemplo ao nível da introdução ou da melhoria de infraestruturas básicas, ou ainda o facto de ele constituir a única (ou a melhor) alternativa disponível (Nuñez, 1989: 273). Esta opinião é partilhada por vários autores, que analisam casos específicos em que o turismo contribui para a subsistência ou autodeterminação das populações locais: Stanton, sobre o Centro Cultural da Polinésia (Oahu, Havai), Waldren, sobre Deià (Maiorca), de Vidas, sobre a produção e comercialização turística de artesanato nos Andes, e Morris sobre as possibilidades de autodeterminação que o turismo trouxe à comunidade aborígine de Ngukurr (Stanton, 1989: 255-257; Waldren, 1997: 52; de Vidas, 1995: 67; Morris, 1995: 189). Lanfant defende também que as comunidades locais não podem ser vistas como passivas mas sim como intervenientes ativos no sistema turístico, ainda que não como um todo homogéneo mas como um conjunto de interesses diferentes e por vezes contraditórios (Lanfant, 1995a: 6).

Estas questões têm sido também abordadas no âmbito dos debates sobre o ‘turismo sustentável’ e o ‘turismo alternativo’ (Smith e Eadington, 1992a; Wahab e Pigram, 1997a; Wall, 1997), que evidenciam o cariz problemático e controverso – e eminentemente político – dos conceitos de ‘desenvolvimento’, ‘turismo sustentável’ e de ‘turismo alternativo’, e se têm caracterizado, em termos gerais, por uma grande divergência de opiniões, não só quanto ao entendimento destes conceitos, como também, e principalmente, às formas e condições da sua operacionalização (Wall, 1997; Smith e Eadington, 1992b; Pearce, 1992; Lanfant e Graburn,

1992). Por exemplo, apesar de algumas noções de turismo alternativo resultarem de uma perspectiva integrada, outras privilegiam os benefícios culturais, e não socioeconómicos das populações locais³; esta tendência é igualmente observável no que concerne ao turismo sustentável, em que a par de visões holísticas existe também uma ênfase por vezes predominante no aspeto ambiental (Wahab e Pigram, 1997c). As opiniões dividem-se também quanto à necessidade de substituição do modelo dominante por modelos alternativos de desenvolvimento turístico ou quanto à possibilidade da sua coexistência (Dernoi, 1981; Smith e Eadington, 1992; Pearce, 1992; Lanfant e Graburn, 1992).

Das múltiplas dificuldades e controvérsias que têm marcado os debates ressalta o cariz eminentemente político dos conceitos de ‘desenvolvimento’, ‘turismo sustentável’ e de ‘turismo alternativo’. Por exemplo, a apropriação do conceito de ‘turismo sustentável’ no discurso político-económico e a sua incorporação no modelo de desenvolvimento turístico dominante, muitas vezes como uma estratégia de *marketing*, contribuem para as muitas reservas que Wall coloca à sua validade (1997: 43-44). Lanfant e De Kadt, por seu turno, rejeitam a utilidade científica deste conceito com base na variabilidade intrínseca do fenómeno turístico e também pelo facto de ele ter sido ideologicamente apropriado e apresentado como reação às consequências negativas do modelo turístico dominante (Nash, 1992: 216). Estas constatações, ainda que legítimas, contribuem muito pouco para a necessária reflexão sobre modelos mais desejáveis de desenvolvimento turístico, limitando-se a atacar e a descredibilizar os esforços teóricos e analíticos nesse sentido.

Contudo, alguns autores defendem que os modelos ‘alternativos’ de desenvolvimento turístico, baseados em estratégias delineadas e implementadas a nível local, com a participação da comunidade local, são não só os mais desejáveis como também aqueles que maiores garantias oferecem em termos do benefício das populações locais e de uma distribuição mais equitativa das receitas do turismo (Dernoi, 1981; Crick, 1996: 22; Wahab e Pigram, 1997b). Tal como Pigram afirma, para tal é necessário refletir seriamente sobre as condições necessárias ao sucesso da sua implementação (Pigram, 1992: 87). Neste contexto, existem alguns estudos de cariz económico recentes com o intuito de estudar as condições de

³ Por exemplo, enquanto a noção (supostamente original) de turismo alternativo proposta pela Ecumenical Coalition on Third World Tourism (em 1981) se concentra na natureza das relações entre os turistas e as populações locais (Lanfant e Graburn, 1992: 89-90; Pearce, 1992: 18), Eadington e Smith propõem uma definição mais abrangente e multifacetada “(...) forms of tourism that are consistent with natural, social, and community values and which allow both hosts and guests to enjoy positive and worthwhile interaction and shared experiences” (Smith e Eadington, 1992: 3).

operacionalização de um tipo de turismo que contribua para o bem-estar dos residentes e para a redução da pobreza (e por isso apelidado de “pro-poor tourism”), inscritos contudo numa ótica de otimização da atual operação dos mercados (Mitchell e Ashley, 2009).

2.2. Turismo, cultura e identidade

Held, McGrew, Goldblatt e Perraton descrevem o turismo como uma forma paradigmática, ainda que difícil de avaliar, de globalização cultural, questionando: “What other activity exposes so many people, from so many social strata, to such a wide, immediate and tangible experience of other cultures, locations and frames of reference?” (1999: 360) Esta percepção, partilhada particularmente por académicos e estudiosos das ciências sociais e humanas, deu origem a teorizações e análises dos chamados ‘impactos socioculturais do turismo’. Entre as principais temáticas tratadas destacam-se a natureza ou os significados da ‘experiência turística’, as relações entre turistas e residentes e as repercussões do turismo sobre as culturas e identidades locais ou ‘tradicionais’. Como veremos, e ainda que tal não seja muitas vezes reconhecido ou abertamente explorado – a questão central – eminentemente complexa e multifacetada – subjacente a estas reflexões prende-se com a conceptualização de cultura e identidade e, secundariamente, com a relação entre cultura e turismo.

Uma das características destes debates – e que constitui na verdade uma tendência discernível nas abordagens científicas a diversos outros objetos de estudo – é a de uma progressiva complexificação da análise. Este facto é particularmente evidente no que respeita à consideração da natureza simbólica do turismo: as reflexões iniciais definem a experiência turística como fixa, homogénea e eminentemente positiva ou negativa, singular ou banal. Citemos exemplificativamente a conceção do turismo como substituto moderno das peregrinações religiosas proposta por Graburn (1989) ou como fuga à alienação da experiência moderna e busca da identidade e da autenticidade preconizadas por MacCannell (1999) e ainda as visões elitistas de Boorstin (1992) e de Fussell (1980), para quem a democratização/comercialização da viagem significou a sua banalização e diluição.

A experiência turística ‘massificada’ é vista como superficial, passiva, insípida e artificial, nas palavras de Boorstin, um ‘pseudo-evento’ (1992: 43), e os turistas são provincianos, ignorantes e incapazes de aproveitar o potencial edificante da viagem (Boorstin, 1992: 43; Fussell, 1980:

39, 45). O único ponto de divergência destes autores diz respeito às motivações: enquanto para Boorstin os turistas viajam para confirmar impressões e estereótipos, Fussell, na esteira de Veblen, vê o turismo como expressão de aspirações sociais (Fussell, 1980: 44; Veblen, 1994). Apesar de frisar a natureza plural e a variação histórica e social do “olhar turístico”, Urry reproduz a visão (ainda dominante) de que o turismo se constitui por oposição à ‘normalidade’ do quotidiano laboral e doméstico, definindo-se pela busca da diferença e da singularidade (Urry, 2002: 1, 3, 12).

Estas concepções monolíticas e dualistas têm sido criticadas e rebatidas por diversos autores, que afirmam a complexidade e multiplicidade das motivações e das práticas turísticas, assim como dos significados de que são investidas (Smith, 1989: 1; Crick, 1996: 38; Cohen, 1996b; Watson e Kopachevsky, 1996: 281; Meethan, 2001: 81). Esta alteração – complexificação e relativização – das concepções da experiência turística tem igualmente de ser enquadrada no âmbito da apropriação de “modos de análise pós-modernistas” (Uriely, 2005: 202), visíveis por exemplo nos conceitos de “pós-turismo”/“pós-turista” (Feifer, 1985) ou de “de-diferenciação” (Lash, 1990: 5, 11; Lash e Urry, 1994: 272). Ambos os conceitos descrevem alterações significativas na experiência turística, decorrentes e indissociáveis de transformações sociais mais latas. Assim, a percepção de que a mobilidade se tornou parte integrante das rotinas pessoais e profissionais de muitas pessoas um pouco por todo o mundo leva Bauman a descrevê-las metaforicamente como ‘turistas’ (Bauman, 1996; Bauman, 1998b). Este facto, aliado à ‘virtualização’ da viagem e à sua incorporação na vida quotidiana, designadamente através dos média (televisão, vídeo, internet), levam Lash e Urry a constatar que “as pessoas são turistas a maior parte do tempo” e a equacionar mesmo “o fim do turismo” (Lash e Urry, 1994: 270-272). McCabe defende que a experiência turística não só faz parte “da cultura quotidiana e do consumo” como também replica e mantém muitas das preocupações, práticas e hábitos característicos da vida do dia-a-dia (McCabe, 2002: 63).

Perante a “esteticização da realidade” (ou seja, a expansão extraordinária da produção e do consumo de bens simbólicos) e a diversificação da produção e do consumo de objetos turísticos, aquilo a que Lash e Urry (1994) chamam “economia de signos”, e em particular de atrações turísticas ‘artificiais’ – de que os parques temáticos e as exposições internacionais são exemplos paradigmáticos – levaram vários autores a concluir que muitas das tendências identificadas no âmbito do pós-modernismo eram igualmente discerníveis ao nível do turismo, particularmente o colapso das distinções entre trabalho e lazer, vida quotidiana e turismo, cultura erudita e popular, educação e entretenimento, realidade e representação ou “hiper-

realidade” (Baudrillard, 1994: 166-167; Eco, 1986), autenticidade e artificialidade, original e simulacro (Feifer, 1985; Rojek, 1993; Lash e Urry, 1994; Urry, 2002). Neste contexto, a ênfase principal passou a ser no cariz eminentemente eclético, híbrido e lúdico das experiências turísticas, e numa visão dos turistas como ‘colecionadores’ conscientes, reflexivos e ‘semióticos’ desta panóplia de experiências, muitas delas ‘artificiais’ (“inautênticas”) (Culler, 1981; Rojek, 1993; Lash e Urry, 1994; Ritzer e Liska, 1997).

Esta reperspetivação do turismo à luz das teorias pós-modernistas contribuiu de forma significativa para um entendimento mais adequado do fenómeno turístico como eminentemente multifacetado e plural; para além disso chamou a atenção para um conjunto de transformações sociais e culturais importantes e para as suas conexões com as práticas turísticas, particularmente enquanto práticas simbólicas e formas de consumo. Contudo, não podemos deixar de notar alguns dos seus aspetos problemáticos ou mesmo contraditórios, como por exemplo a reprodução da mesma perspetiva dualística que rejeitam, particularmente no que concerne às conceptualizações e análises das experiências turísticas moderna e pós-moderna: organizada/‘desorganizada’; homogênea/heterogênea; educativa/lúdica; etc. Neste contexto, Meethan é particularmente enfático de que, não obstante a evidência de alterações ao nível dos padrões e das tendências das práticas turísticas e de lazer, particularmente no sentido da sua fragmentação e diversificação, não estamos perante uma mudança radical de ‘paradigma turístico’, sendo evidente a persistência de características do turismo ‘moderno’ (ou ‘fordista’), tais como a preferência pelas tradicionais férias anuais e familiares (Meethan, 2001: 32-33).

Esta é também a conclusão a que chegam Ritzer e Liska que, na sua aplicação da tese da “MacDonaldização” ao turismo, criticam a teoria do ‘pós-turista’ preconizada por Feifer (1985) e secundada por Rojek (1999), ou por Lash e Urry (1994) e enfatizam as semelhanças entre a natureza do turismo ‘fordista’ ou moderno e ‘pós-fordista’ ou ‘pós-moderno’, nomeadamente a continuidade dos programas de férias organizadas (o tradicional pacote turístico) e a preferência por férias controladas, seguras e previsíveis (‘MacDonaldizadas’) e por ambientes e atividades comuns e habituais (Ritzer e Liska, 1997: 98-100), aquilo que diversos autores – como Jennifer Craik – chamam de “bolha turística” (Craik, 1997: 115). Meethan insurge-se contra estas posições, defendendo que, a par deste tipo de férias, muitas pessoas procuram de facto experiências e locais novos e diferentes, pelo que é necessário ter em conta, em termos

analíticos, a coexistência de preferências e de formas de turismo diferentes e variadas⁴ (2001: 75).

Uma questão importante subjacente a estas posições e diretamente abordada por Clarke e Critcher (1985), Lanfant (1995a), Watson e Kopachevsky (1996), Craik (1997) e Meethan (2001) é a necessidade de perspetivar o turismo no âmbito mais lato dos padrões e das tendências do consumo – particularmente de bens culturais/simbólicos – nas sociedades capitalistas tardias. Por seu turno, estes autores inscrevem as suas reflexões numa discussão mais alargada em torno do turismo como uma forma de comercialização de culturas, que em grande medida reproduz e incorpora algumas das principais ideias dos debates sobre a industrialização da cultura nas sociedades modernas e a expansão das indústrias culturais, considerados com detalhe no capítulo anterior. Por exemplo, as supramencionadas posições de Boorstin e Fussell face à democratização e comercialização do turismo ecoam em grande medida as reações à expansão da literacia e do consumo de bens culturais consideradas no capítulo anterior. Contudo, e no âmbito dos estudos sobre turismo, a questão da comercialização cultural tem sido analisada em duas vertentes distintas, designadamente em termos das suas repercussões sobre a natureza ou qualidade da experiência turística e no que respeita às potenciais consequências sobre as culturas que são objeto dessa comercialização.

Boorstin e Fussell são, como já mencionado, os principais representantes de uma tradição elitista de pensamento sobre o turismo e os turistas, dominante desde o século XIX e durante grande parte do século XX, que atribui à industrialização da viagem a destruição do seu potencial ou cariz ‘autêntico’, benéfico e instrutivo, considerando-a como responsável pela depreciação da natureza da experiência turística. Esta tradição vê os turistas como seres intelectual e culturalmente ineptos:

(...) the tourist is the lowest of the low. No other group has such a uniformly bad press and so few defenders. Tourists are continually subject to sneers and have no anti-defamation league. Animal imagery seems their inevitable lot: they are said to move in herds, droves, flocks, or swarms; they are as docile as sheep but as annoying as a plague of insects when they descend on a spot. When granted human status they are the least perceptive, the most gullible, and generally most amazingly foolish of human beings. (Culler, 1981: 128)

⁴ Esta ideia é também postulada por Munt, que analisa a crescente procura de tipos de férias ‘diferentes’ ou alternativas, como tentativa de diferenciação (do turismo e dos turistas convencionais) por parte de uma determinada classe média (Munt, 1994).

A advertência de John Latouche (pseudónimo de Oswald Crawford), no prefácio ao seu livro *Travels in Portugal* (1875), que lhe valeu uma *review* algo dura no jornal *The Times* (1875), é particularmente elucidativa desta postura e por isso digna de menção:

I would wish my dissuasion from Portuguese travel to be accepted only by the mere tourist – the ignorant, conceited, incurious, moneyed tramp, for whom so much deserved contempt has been expressed in current literature. Those who go to Portugal to enjoy a pleasant winter climate will, as a rule, I think, do well to go. Those who go to see a strange people with a famous name in European history, to watch the successful working of a representative Constitution, to study archaeology, ecclesiology, or natural history; or, again, those who simply desire to take a month's holiday and a month's relaxation in spring, summer, or winter, in a quite new country (with no intention to "do" the country in ordinary tourist fashion) will, I think, not regret a visit to Portugal. (Latouche, 1875: vi-vii).

Tal como Culler afirma, esta ideia predominante impediu durante muito tempo (provavelmente até ao estudo pioneiro e 'fraturante' de Dean MacCannell) a consideração séria e aprofundada da experiência turística (Culler, 1981: 128). Ela poderá igualmente explicar o sentimento de desconforto, insegurança ou de ansiedade (de que tanto MacCannell como Culler dão exemplos concretos) de alguns turistas perante certas atrações, e a sua dependência de informação 'certificada' ou orientação especializada – que os guie na interpretação e validação da sua experiência turística (MacCannell, 1999: 10; Culler, 1981: 136-137). Esta reação é igualmente sintomática de um sentimento de inferioridade – cultural ou intelectual – que muitas pessoas ainda hoje experimentam em relação a um conjunto de artefactos culturais, fruto da afirmação ideológica de um conceito elitista de cultura (dominante) – erudita, elevada – que, apesar de contestado, ainda hoje vigora⁵.

Esta postura tem sido alvo de crítica e refutação por parte da generalidade dos autores considerados, que a veem como uma reação elitista à 'democratização' da viagem e frisam a relevância e o significado da experiência turística *per se*, independentemente do tipo ou da organização da viagem (MacCannell, 1999; Culler, 1981; Meethan, 2001). Neste contexto, MacCannell afirma que todos os turistas são iguais perante o objeto turístico (1999: 146); mais recentemente, e apesar de reconhecer os constrangimentos 'estruturais' que a comercialização da cultura por via do turismo coloca, Lanfant frisa as possibilidades múltiplas e até contraditórias de receção/interpretação (Lanfant, 1995a: 289; 293); da mesma forma, Meethan defende que a comercialização não oblitera nem diminui a qualidade da experiência

⁵ O surgimento e afirmação deste conceito de cultura, preconizado em particular por Matthew Arnold, na segunda metade do século XIX, foi objeto de abordagem detalhada no capítulo anterior.

turística (2001: 86). A receção é assim vista como um processo individual/pessoal, ativo, complexo de influenciado por uma diversidade de fatores de natureza sociocultural e psicológica (31, 81, 83).

Diversos autores admitem, no entanto, a carência de estudos – desejavelmente de cariz interdisciplinar – que fomentem um melhor conhecimento e compreensão do processo de receção ou consumo turísticos (Roche, 1996: 317; Nuñez, 1989: 270; Meethan, 2001). Parece-nos também que a interpretação dos artefactos turísticos deve ser enquadrada no âmbito mais amplo da receção cultural, afluída já no capítulo anterior, e ter em conta os estudos e as teorizações em torno de outros objetos culturais/simbólicos, por exemplo no âmbito dos média e da cultura material e visual, um tema a que regressaremos posteriormente. Porém, no presente contexto, vale a pena evocar a opinião de Morley, que critica uma certa visão exagerada – e algo romantizada – do poder, da autonomia e da liberdade dos consumidores na reinterpretação dos “textos” (neste caso dos média) – como se estivessem permanentemente envolvidos numa espécie de “guerrilha semiótica” (Morley, 2006: 39).

Apesar de Davydd Greenwood ser apontado e especialmente visado pela crítica como o principal defensor da tese da “mercadorização da cultura” e da destruição das culturas tradicionais por via do turismo⁶, uma análise atenta do argumento do autor revela o cariz simplista e injusto desta apreciação. Greenwood (1989: 173) defende que o turismo tem de ser inscrito e conceptualizado no âmbito da lógica da produção capitalista dominante, em que tudo – incluindo a cultura – é transformado num bem de consumo, uma ideia secundada particularmente por Meethan e Watson e Kopachevsky (Meethan, 2001: 66; Watson e Kopachevsky, 1996: 202). Contudo, o autor admite o cariz eminentemente complexo, diverso e variável da operação da indústria turística e a necessidade de desenvolver análises específicas e contextuais, tomando como exemplo a comercialização turística de uma festividade religiosa basca (‘El Alarde’) sem o consentimento da população local e a sua subsequente degradação. Não obstante esta conclusão, e a convicção de que a cultura ou a história locais não podem ser apropriadas como ‘simples’ recursos ou bens de consumo, e à revelia das populações residentes (Greenwood, 1989: 179), Greenwood vê as culturas como entidades fluídas, instáveis e historicamente sujeitas a mutações constantes, não só por via do turismo, e admite as potencialidades positivas da sua dinamização turística: “(...) the objectification of local

⁶ A visão do turismo como agente de destruição da autenticidade e da identidade cultural é preconizada por Turner e Ash (1975: 39).

culture via tourism does not always destroy it; on occasion it transforms and even stimulates its further proliferation.” (1989: 183)

A grande maioria dos estudos subsequentes tem rejeitado as teses da aculturação e da destruição das culturas e identidades tradicionais por via do turismo e reforçado a ideia fulcral da hibridização, diversidade interna e mutação constante das culturas locais, destacando a complexidade daquilo que se entende como ‘culturas’, ‘comunidade’, e também das relações que se estabelecem entre residentes e turistas, constatando a necessidade de investigações interdisciplinares que partam destes pressupostos⁷ (Roche, 1996: 317; Abram e Waldren, 1997: 3, 9; Abram, 1997: 46; Waldren, 1997: 52; Crick, 1996: 39; Böröcz, 1996: 10-11). Neste contexto, e a título exemplificativo, podemos citar os estudos de Picard (1995: 47), que defende a necessidade de conceptualizar o turismo como endógeno à sociedade balinesa, e as comunidades locais como intervenientes ativos no processo de comercialização/dinamização do seu património cultural no âmbito da atividade turística, e de Abram, que demonstra o esbatimento real das fronteiras entre turistas e residentes na região francesa de Cantal, dado que uma percentagem muito significativa dos visitantes/turistas têm raízes familiares e uma segunda residência na zona (Abram, 1997: 46).

Mais recentemente, e à semelhança do que vimos acima no que respeita ao impacto socioeconómico do turismo, estas questões têm sido igualmente – ou paralelamente – abordadas no âmbito de um debate mais lato sobre a dimensão cultural da globalização. Assim, verificamos que a tese da aculturação ou da destruição das culturas tradicionais por via do turismo reproduz em grande medida a lógica da ‘teoria do imperialismo cultural’ que, segundo John Tomlinson, constituiu a “primeira teoria da globalização cultural” (1997: 122). De acordo com o autor, esta teoria afirmou-se e ganhou força ao longo de todo o século XX, com base na perceção dos efeitos potencialmente perniciosos da disseminação da cultura norte-americana na Europa e no mundo, indissociável da expansão global do capitalismo multinacional (maioritariamente sediado nos Estados Unidos da América) e da sua legitimação cultural (Tomlinson, 1997; Schiller, 1997; Said, 1993: 350, 352).

⁷ As principais críticas dirigidas à tese da aculturação e/ou da destruição de culturas têm alegado que estas posições emanam de uma conceptualização do turismo como um fenómeno exógeno e da comunidade local como passiva ou ‘intocada’ (Crick, 1996: 39-40; Picard, 1995: 46), e ainda de uma excessiva simplificação das relações entre residentes e turistas (uma das críticas de Böröcz tanto a Boorstin como a MacCannell) (Böröcz, 1996: 11).

À semelhança de autores como Ritzer e Liska (1997), os teóricos do imperialismo cultural veem a “americanização”, e a “ocidentalização”, ou seja, a homogeneização cultural e a destruição das culturas e identidades nacionais ou locais, como consequência deste processo. Esta posição tem sido alvo de inúmeras críticas; por exemplo, Morley opõe-se à teoria da homogeneização cultural operada pelas indústrias multinacionais dos média pelo facto de simplificar a natureza complexa dos fluxos das comunicações internacionais, de não dar conta das estratégias de ‘glocalização’⁸ adotadas pelos produtores dos média e de ignorar a interpretação e negociação (e por vezes mesmo rejeição) inerentes ao ato de receção destes produtos culturais (Morley, 1997: 34-40).

Apesar de rejeitar a ideia fulcral da tese do imperialismo cultural – de que as culturas dominantes destroem as culturas minoritárias, periféricas ou mais vulneráveis – Tomlinson (1997: 119, 126) defende que este discurso – ele próprio complexo e heterogéneo – não pode ser liminarmente descartado, dado que chama a atenção para aspetos importantes/pertinentes da globalização cultural, nomeadamente (a) o facto incontornável da disseminação global (e sem precedentes) de bens, práticas e estilos marcadamente ocidentais (norte-americanos e europeus ocidentais), uma ideia que é igualmente constatada e enfatizada por Said (1993: 387) e Nye Jr (2003), (b) as implicações culturais da expansão do capitalismo transnacional (ou seja, em que medida e de que forma é que esta cultura ocidental dominante é localmente rececionada) e (c) o facto de a globalização constituir um “projeto ocidental” e a continuação de um longo processo histórico de expansão ocidental imperialista (Tomlinson, 1997: 134-145).

Diversos autores – como Robins (1991, 1997) e Tomlinson (1997, 1999, 2003) – têm abordado as implicações culturais da globalização a partir da constatação básica do cariz complexo, diverso e dialético não só das dinâmicas culturais em curso como também dos próprios conceitos de ‘cultura’ e de ‘identidade’. Segundo Robins, a criação dos mercados mundiais, a intensificação dos fluxos das comunicações internacionais e o turismo internacional – agentes privilegiados da ‘integração’ global – têm tido repercussões inequívocas ao nível dos modos de vida e concepções do mundo. Tem havido a tendência para interpretar estas alterações univocamente, quer como celebração da fusão/hibridização cultural e do cosmopolitismo, quer como homogeneização cultural/destruição da diversidade e especificidade culturais

⁸ O termo ‘glocalização’ foi apropriado por Roland Robertson do discurso empresarial (japonês) para descrever a ênfase no cariz distintivo de produtos ou na especificidade cultural de locais como estratégia de *marketing*, no âmbito de um mercado internacional ou global (Robertson, 1995: 28).

(Robins, 1997: 38). Pelo contrário, Robins defende o cariz complexo, diverso e contraditório das implicações culturais da globalização, apontando três dimensões (ou tendências) distintas mas simultaneamente observáveis: a disseminação de uma cultura dominante – ou seja, uma certa standardização cultural vulgarmente apelidada de ‘MacDonaldisação’ ou ‘Coca-Colização’) e fomentada pelos interesses dos grandes conglomerados globais; uma interpenetração cultural efetiva, com a geração de significados culturais híbridos e novos, e, por último, a revalorização de culturas e identidades particulares, de hábitos e práticas tradicionais, de âmbito local, regional ou mesmo nacional, e que se traduzem no incremento da diversidade cultural (13, 33, 39-41).

Neste contexto, Tomlinson refere algumas reações exemplificativas de ‘protecionismo cultural’, tais como preferências individuais por produtos locais, ações concertadas de grupos específicos (de âmbito local ou regional), ou ainda a promoção, defesa ou valorização da cultura ou identidade nacional a nível estatal (Tomlinson, 1999: 270). Contudo, e tal como Robins sustenta, o revivalismo de hábitos e práticas tradicionais, ou a ligação a determinados locais e valorização das ‘raízes’ pessoais e coletivas pode nem sempre constituir uma reação de proteção face à percebida ameaça de uma ‘cultura global’, sendo também uma estratégia de posicionamento na nova geografia (física e cultural) global (Robins, 1997: 41). No âmbito da competição dos locais e/ou das regiões pelo investimento e pelos turistas no novo mercado global, a afirmação da diferença é muitas vezes exacerbada (ou ‘fabricada’), com objetivos claramente económicos (Robins, 1991: 31).

Apesar de, à semelhança de Robins, reconhecer que o capitalismo global tenta erradicar a diferença e minimizar o choque cultural no âmbito da viagem (especialmente de negócios/empresarial), Tomlinson rejeita a tese da homogeneização cultural e defende enfaticamente a persistência da diversidade cultural, da “confusão e particularidade das práticas culturais reais” (Tomlinson, 1999: 6), ignorável apenas por aqueles que se recusam a aventurar-se para além da segurança, da “proximidade funcional” e da ‘insularidade cultural’ fomentada pela padronização – e familiaridade ‘fabricada’ – dos espaços artificiais globais como os aeroportos ou as cadeias hoteleiras internacionais (1999: 6-7). Neste contexto, o autor afirma: “The assertion of global homogenization of culture is a little like arriving by plane but never leaving the terminal, spending all one’s time browsing amongst the global brands of the duty-free shops.” (Tomlinson, 1999: 6)

Tanto Tomlinson como outros autores considerados sinalizam o facto de a globalização estar a fomentar um processo de reflexão – e de questionação – dos conceitos de cultura e de identidade (Tomlinson, 1997: 1; Morley, 2006; Robins, 1991, 1997). Para este autor, o problema põe-se ao nível da definição de cultura como expressão de ‘valores’ nacionais (a questão da cultura nacional) ou como multiplicidade de práticas simbólicas e de consumo individuais existentes num determinado momento histórico (Tomlinson, 1997: 133). Ainda segundo Tomlinson, a globalização – ou “o mundo da conectividade complexa” (1999: 25) global está a destabilizar a identificação dominante entre cultura e localidade, ou seja, a conceptualização da cultura como produção de significados inscrita num determinado espaço geográfico e político-administrativo (27-28). Este processo decorre, segundo o autor, das alterações que a globalização provoca nos modos de vida das populações locais, dotando-as de um “recurso cultural” que antes não possuíam, ou seja, uma consciência cultural global, que este autor descreve como uma forma de “desterritorialização” e que para ele constitui o principal tropo da transformação cultural operada pela globalização, em vez da mobilidade ou da viagem (29).

Da mesma forma, tanto a tese do imperialismo cultural como a do protecionismo cultural têm vindo a ser rejeitadas pelo facto de se basearem numa noção igualmente “existencialista” (Morley, 2006: 36) ou ‘orgânica’ de identidade como uma entidade bem definida e geograficamente circunscrita: aquilo a que Tomlinson chama de “uma espécie de tesouro coletivo das comunidades locais” (2000: 269) e que está próxima da noção convencional de “identificação” como “reconhecimento de alguma origem comum ou de características partilhadas com outra pessoa ou grupo” (Hall, 1996: 2). Contudo, tanto Tomlinson como Hall rejeitam esta noção ‘essencialista’ de identidade como uma entidade unificada ou singular, e defendem o seu cariz socialmente construído, eminentemente complexo, múltiplo e historicamente variável:

(...) identities are never unified and, in late modern times, increasingly fragmented and fractured; never singular but multiply constructed across different, often intersecting and antagonistic, discourses, practices and positions. They are subject to radical historicization, and are constantly in the process of change and transformation. (Hall, 1996: 4)

Apesar de considerar que a identidade enquanto construção de significados através de experiências culturais é uma característica humana universal, Tomlinson chama igualmente a atenção para o facto de a configuração que ela pode assumir ser histórica e socialmente

variável e potencialmente distinta da noção moderna e ocidental de identidade – designadamente de identidade nacional – que foi política e ideologicamente fomentada no âmbito da construção dos estados modernos, e que constitui ainda “uma dimensão considerável das vida social institucionalizada” moderna (Tomlinson, 2000: 271-272). Esta forma de identidade, que parece estar a ser desestabilizada ou comprometida (mas que continua a ser afirmada e defendida) no âmbito da globalização cultural, nunca foi estável – aliás, tal como Hall enfatiza, a ‘identificação’ define-se exatamente pela permanente instabilidade e oscilação entre o excesso e o defeito (Hall, 1996: 3) – mas permanentemente desestabilizada pela circulação de pessoas e pelo contacto intercultural inerente ao processo moderno (Tomlinson, 2000: 271; Said, 1993: 407). Tal como Bhabha (1990: 5) afirma, a expansão dos mercados capitalistas e o imperialismo ocidental gizaram “a demografia do novo internacionalismo” contemporâneo, uma ideia igualmente postulada por Edward Said:

No one today is purely *one* thing. Labels like Indian, or woman, or Muslim, or American are no more than starting-points, which if followed into actual experience for only a moment are quickly left behind. Imperialism consolidated the mixture of cultures and identities on a global scale. But its worst and most paradoxical gift was to allow people to believe that they were only, mainly, exclusively, white, or black, or Western, or Oriental. Yet, just as human beings make their own history, they also make their cultures and ethnic identities. (Said, 1993: 407)

Esta ideia da interpenetração e hibridização cultural como uma constante ao longo da história moderna é pormenorizadamente abordada por Hannerz (2000), no âmbito da sua exploração da interculturalidade por via dos termos ‘fluxos’, ‘fronteiras’ e ‘híbridos’, e por Clifford, na sua análise da noção de “culturas itinerantes” (Clifford, 1997, capítulo 1). Este autor destaca a omnipresença da viagem nas culturas modernas num duplo sentido, quer no âmbito da experiência da viagem ou da migração propriamente dita, quer da experiência intercultural que ocorre nos próprios locais, fruto dos mesmos fluxos migratórios e dos processos modernos globalizantes. Sem negar a importância cultural da mobilidade na época moderna, Tomlinson coloca algumas reservas à ideia de “culturas itinerantes”, privilegiando na sua análise a experiência local do global:

(...) the paradigmatic experience of global modernity for most people – and this is not of course unrelated to the correlation between income and mobility – is that of staying in one place but experiencing the ‘dis-placement’ that global modernity *brings to them*. (Tomlinson, 1999: 9)

Este reconhecimento coloca muitas dificuldades à noção 'orgânica' de cultura ou de identidade como centradas numa vivência coletiva particular, 'autêntica', perene e geograficamente circunscrita, que muito deve à antropologia 'clássica' e aos seus conceitos metodológicos (nomeadamente a noção de 'campo') (Clifford, 1997: 3, 20-21; Morley, 2006: 37; Robins, 1999: 28). Pelo contrário, Clifford enfatiza os processos locais e transnacionais que têm operado simultaneamente ao nível das culturas e das identidades modernas, e que em última análise se definem – quer a nível individual quer coletivo – pela fluidez, multiplicidade, dinamismo e mutação constantes, pela vivência local e pela migração/diáspora, pelo contacto intercultural e pela “experiência de ligações duplas ou múltiplas” (Clifford, 1997: 6; Bhabha, 1990: 1; Hannerz, 2000: 6). Esta perceção tem conduzido inevitavelmente a uma reflexão e reconsideração dos entendimentos de “comunidade”, de “local” e “nacional” (Bhabha, 1990: 4, 6; Hannerz, 2000: 6), e a uma ênfase na multiplicidade de práticas e de significados diferentes e por vezes conflituais que representam, particularmente para os diversos grupos que neles intervêm:

How do groups negotiate themselves in external relationships, and how is a culture also a site of travel for others? How are spaces traversed from outside? To what extent is one group's core another's periphery? If we looked at the matter in this way, there would be no question of relegating to the margins a long list of actors: missionaries, converts, literate or educated informants, people of mixed blood, translators, government officers, police, merchants, explorers, prospectors, tourists, travelers, ethnographers, pilgrims, servants, entertainers, migrant laborers, recent immigrants. (Clifford, 1997: 25)

Esta ideia assume particular relevância não só no âmbito do imperialismo ou do capitalismo/industrialismo internacional, como também do turismo, e ao nível dos modos como os locais são percecionados e vividos por parte dos residentes e dos visitantes ou turistas. Outro contributo importante, desta feita de Hannerz, é a ideia de que as fronteiras, longe de serem espaços de demarcação, descontinuidade, constituem na verdade zonas de interseção e de encontro cultural; para além disso, e dada a intensidade e extensão dos fluxos culturais extraterritoriais e virtuais, a noção de fronteiras (assim como de culturas e de identidades 'localizadas') é cada vez mais difusa e implausível (Hannerz, 2000: 7-8; Bhabha, 1990: 5). Neste contexto, Alejandro Portes destaca a constituição de comunidades transnacionais como resposta ao processo de globalização e considera-a indissociável da lógica do capitalismo (1997: 3-4). Esta ideia é igualmente defendida por Clifford, que se interroga sobre as redes e os “mundos complexos” que se estabelecem para além das fronteiras (e das culturas) nacionais (Clifford, 1997: 10), e por Bhabha, para quem o surgimento de uma consciência cultural internacional ou transnacional fornece uma “base diferente para

estabelecer ligações internacionais” e também uma “revisão radical do conceito de comunidade humana” (Bhabha, 1990: 6).

Por outro lado, Clifford destaca a ideia de que a afirmação de identidades culturais ‘autênticas’, particulares ou estáveis ocorre – ou é “taticamente” forjada – exatamente nas “zonas de contacto” de culturas, como reação “às forças históricas de movimento e contaminação” (Clifford, 1997: 7). Neste contexto, tanto Clifford como Hannerz reconhecem a importância que a noção de cultura ou identidade como memória, ‘herança’ e pertença comum, temporal e espacialmente delimitada, ou de categorias identitárias ‘estáveis’, continuam a ter em termos individuais e coletivos, o que explica sem dúvida, e como Anthony Smith defende, a tenacidade da ideia de identidade ou cultura nacionais (Clifford, 1997: 36; Hannerz, 9, 15; Smith, 2003: 279-280). Da mesma forma, Robins defende que “a particularidade do local e da cultura” nunca poderão ser abolidos ou ultrapassados (1991: 34) e também que a globalização não oblitera tudo aquilo que a precede, enfatizando por isso a diversidade e a complexidade das tendências e respostas que a globalização cultural promove, e das relações intrínsecas mas dialéticas entre as dimensões global e local, algo que os vários contributos acima considerados amplamente demonstram.

Uma temática transversal e omnipresente nos debates sobre a experiência turística e sobre a representação cultural no âmbito turístico, e que as reflexões em torno das teorias da globalização cultural ajudam a (re)perspetivar, é a da autenticidade. Apesar de o termo estar muito ligado à noção orgânica, essencialista e localizada de cultura, e de reforçar a oposição entre culturas tradicionais e modernas, ele foi introduzido nos estudos de turismo por MacCannell, como reação direta às ‘tradicionais’ visões derisórias dos turistas e das motivações e experiências turísticas preconizadas por exemplo por Fussell ou Boorstin e em defesa da relevância social e cultural da experiência turística (MacCannell, 1999: 103-107). A partir de então, o conceito de autenticidade tem constituído uma temática incontornável na literatura crítica sobre turismo, dando origem a um *corpus* analítico que é revisitado com algum pormenor por Wang (1999). Contudo, é necessário distinguir a sua utilização no âmbito de duas temáticas distintas, designadamente a das experiências turísticas e a dos objetos turísticos (Wang, 1999: 351) – quer em termos da natureza ou características das atrações, quer das representações que lhes estão associadas – particularmente da história ou cultura locais.

O conceito tem sido alvo de questionação por parte de diversos autores devido à sua ambiguidade e limitações (não sendo válido, por exemplo, para descrever diversas motivações ou práticas) (Wang, 1999: 349). Neste contexto, Lanfant enfatiza o facto de a autenticidade não constituir uma característica intrínseca dos objetos turísticos mas uma predisposição ou atitude – variável, conjuntural – verificada ao nível da receção (Lanfant, 1995a: 18; 1995b: 36). Pelo contrário, Abram e Waldren (1997: 9-10) consideram que, para além de cientificamente “persistente”, a noção de autenticidade continua a orientar algumas práticas de turismo, particularmente as consideradas “alternativas”. Wang (1999) desenvolve uma análise mais elaborada do conceito, distinguindo três abordagens teóricas distintas – objetiva, construtiva e pós-modernista – e três tipos de autenticidade correspondentes, que designa de objetiva, simbólica (ou construtiva) e existencial. Segundo este autor, tanto a “autenticidade objetiva” – ligada à originalidade ou genuinidade ‘certificada’ dos objetos (por exemplo nos museus) – como a “autenticidade simbólica” – vista como socialmente construída pelos produtores e/ou consumidores turísticos, variável e contextual – prendem-se com determinadas características atribuídas aos objetos turísticos, o que as torna problemáticas.

Wang propõe o conceito de “autenticidade existencial”, que não depende do objeto turístico mas reside na experiência extraordinária, “existencial”, liminar, que ocorre no contexto do turismo, e da suspensão e distanciamento da vida e das preocupações do quotidiano (351-352). Apesar de Wang desenvolver uma reflexão elaborada e detalhada sobre as diversas abordagens ao conceito de autenticidade, e de sinalizar o facto de muitos turistas continuarem a procurar e a valorizar experiências, locais e objetos turísticos autênticos/genuínos, a verdade é que o conceito de “autenticidade existencial” não resolve as dificuldades, limitações ou ambiguidade do termo e das experiências que ele descreve. Além disso, adiciona dois aspetos igualmente problemáticos e muito contestados, nomeadamente a noção de turismo como suspensão da vida quotidiana (Urry, 2002) ou como uma experiência extraordinária/sagrada (MacCannell, 1999; Graburn, 1989).

No decurso da consideração das reflexões críticas em torno da globalização cultural, torna-se de facto difícil, ou mesmo insustentável, defender ou provar epistemologicamente a existência de culturas ‘autênticas’. Não obstante esta conclusão, o reconhecimento do papel fulcral que a ideia de autenticidade do objeto turístico – enquanto símbolo (ou selo) do seu cariz único, particular, mesmo único – desempenha na sua construção, afirmação e diferenciação, particularmente no contexto de um mercado turístico internacional ou global, é inequívoca. Como vimos anteriormente, esta ideia é enfaticamente defendida por Kevin Robins no âmbito

da sua reflexão sobre a revalorização das culturas e das identidades culturais locais como um dos aspetos da globalização.

3. O desenvolvimento do turismo cultural

3.1. Noções, relações e problemas do turismo cultural

Os debates sobre as implicações culturais do turismo ou, em termos mais particulares, sobre as questões da homogeneização ou da autenticidade cultural são reveladores da complexidade das relações entre turismo e cultura, as quais têm vindo a ser alvo de crescente atenção nas últimas duas décadas, especialmente no contexto do chamado ‘turismo cultural’. Até há relativamente pouco tempo, e como diversos autores referem, as esferas do turismo e da cultura eram vistas como distintas e bem demarcadas, sendo o turismo entendido como um conjunto de atividades circunscritas no tempo e no espaço (Rojek e Urry, 1997: 2) e com um cariz predominantemente lúdico. Talvez devido a esta perceção, a cultura e o turismo têm permanecido – salvo algumas exceções importantes e que serão posteriormente consideradas – relativamente impermeáveis enquanto domínios epistemológicos. Para além disso, e como Clarke e Meethan salientam, muitos dos estudos desenvolvidos no âmbito do turismo têm tratado a cultura de forma simplista, não problematizada (Clarke, 2001: 1-2), quer como um conjunto de características sociais distintivas de pessoas ou lugares, quer para descrever determinados tipos de atrações turísticas (Meethan, 2001: 127).

No entanto, o desenvolvimento extraordinário do chamado “capitalismo do consumo” ou das “economias simbólicas” (Lash e Urry, 1994), caracterizado por um incremento da produção e do consumo de bens simbólicos e da mobilidade de pessoas, objetos e culturas a nível global, assim como as repercussões destas alterações no âmbito do turismo – nomeadamente a expansão e diversificação de tipos de turismo e de objetos turísticos e uma maior consciência da importância dos significados simbólicos na construção, promoção e consumo das atrações turísticas – têm levado muitos autores a refletir sobre a convergência ou mesmo sobreposição das duas categorias, bem como das práticas que elas descrevem (Rojek e Urry, 1997: 3; Urry, 2002: 93; Craik, 1997: 71). Neste contexto, Rojek e Urry questionam: “Where does tourism end and leisure or culture or hobbying and strolling begin?” (Rojek e Urry, 1997: 1)

A ideia de que o turismo é fundamentalmente uma prática cultural há muito que vinha sendo enfatizada, particularmente no âmbito de análises sociológicas e culturais do turismo. Na sua análise pioneira sobre a complexidade da experiência turística, já MacCannell reconheceu a natureza intrinsecamente cultural do turismo, afirmando por exemplo que todas as atrações turísticas, ou o lazer em geral, constituíam experiências culturais (MacCannell, 1999: 23, 35). Na esteira de MacCannell, e no âmbito do seu estudo sobre o cariz semiótico do turismo, Culler chamou igualmente a atenção para o facto de a experiência turística ser uma prática sobretudo cultural (Culler, 1981: 127). Também Clarke e Critcher fundamentam a aplicação de instrumentos de análise dos estudos culturais ao lazer a partir da assunção básica de que “o lazer é uma forma de cultura” (1985: 226).

Foi a expansão extraordinária dos objetos e das práticas consideradas ‘culturais’, decorrente daquilo a que poderíamos chamar a ‘legitimação’ social da cultura popular e do esbatimento da dicotomia cultura erudita/popular, e a diversificação dos tipos de turismo entendidos como ‘culturais’, assim como a convergência destes processos no âmbito do turismo cultural, que tornaram a cultura um foco central e um problema analítico no âmbito dos estudos de turismo. Até há algumas décadas atrás, a noção socialmente dominante de cultura como um conjunto restrito de práticas e bens culturais eruditos determinara em grande medida a visão do turismo cultural como um tipo de turismo ligado à educação e à cultivação intelectual e à visita de determinados locais ‘certificados’ como culturais (neste sentido ‘elevado’ de cultura e herdeiro do chamado *Grand Tour*). A associação desta noção de cultura a um segmento populacional socioeconómico privilegiado, e em termos mais genéricos as distinções entre cultura erudita e cultura popular (esta última com uma conotação negativa, aliada às massas e à falta de qualidade e de gosto), foram igualmente transpostas para o turismo. Assim, o turismo cultural era (e em parte continua a ser) visto como claramente distinto – ou mesmo oposto – ao chamado ‘turismo de massas’, circunscrevendo-se a um segmento de mercado composto por consumidores com um nível socioeconómico e cultural mais elevado, e logo potencialmente mais lucrativo.

A afirmação e generalização de entendimentos de cultura mais latos, inclusivos de artefactos e de práticas simbólicas de cariz popular e de grupos sociais tradicionalmente marginalizados ou considerados culturalmente ‘inferiores’, aliada à crescente perceção do potencial comercial dos bens culturais, fomentaram a construção de equipamentos culturais dedicados à representação destes grupos, contribuindo sem dúvida para a expansão extraordinária do número de museus e outros monumentos, muitos deles de cariz popular, verificada nas

últimas décadas e particularmente no contexto europeu (Richards, 2005: 38; Smith, 2003: 31; Smith e Robinson, 2006: 5). Sendo o turismo e a cultura fenómenos indissociáveis, estes desenvolvimentos traduziram-se na proliferação de uma série de nichos ou subtipos de turismo identificados como culturais e difíceis de destringir, tal como Greg Richards constata: “Cultural tourism, heritage tourism, arts tourism and a host of other terms seem to be almost interchangeable in their usage, but it is rarely clear whether people are talking about the same thing.” (2003: 2)

O reconhecimento crescente de que a cultura abrange não só equipamentos e/ou práticas simbólicas institucionalizadas como também práticas sociais informais e quotidianas (aquilo a que Richards chama “cultura como produto e como processo”) teve também diversas implicações evidentes ao nível do turismo e do entendimento de turismo cultural. Por exemplo, no seu estudo das diferentes representações de Amesterdão enquanto destino ou atração turística, Heidi Dahles descreve os passeios pedestres organizados por uma fundação social local (em conjunto com a entidade de turismo da cidade), e com a participação de residentes seniores no papel de guias, como uma forma de turismo cultural ‘alternativo’, centrado nas experiências e no conhecimento diretos dos espaços e das vivências quotidianas locais (Dahles, 1996). Também Clarke (2001), na sua abordagem à “dinâmica cultural do turismo”, salienta a necessidade de ultrapassar as limitações e o elitismo da noção de cultura ligada às artes e ao património histórico-cultural e valorizada na maioria das conceptualizações de turismo cultural em detrimento das “realidades vividas das vidas quotidianas das pessoas comuns” (Clarke, 2001: 2). Neste contexto, o autor defende que o turismo cultural deve ser concebido também como um “processo de absorver a atmosfera do destino, de provar a gastronomia local, de visitar os bairros e as casas dos habitantes locais” (8). Smith e Robinson postularam recentemente esta noção mais abrangente da experiência turística cultural:

Destinations, their peoples and cultures are experienced by the tourist and not just gazed upon. Observing tourists reveals that they actually spend considerably less time than we think in formalised cultural settings such as galleries, museums and historic buildings. Rather more time is spent in restaurants, cafes, bars, shops, the airport and the hotel. Indeed, tourists spend large amounts of time ‘walking around’ and ‘people watching’, and in this process observing and encountering aspects of the host’s culture in the form of everyday practices and behaviours. (Smith e Robinson, 2006: 8)

Greg Richards salienta os problemas – de natureza conceptual e operacional – colocados por esta dilatação dos entendimentos de cultura e de turismo cultural e das práticas sociais que

eles compreendem. Perante a constatação de que o turismo *per se* inclui sempre e necessariamente elementos culturais, o autor questiona-se sobre a própria viabilidade e relevância do conceito de turismo cultural. A abrangência e a diversidade do fenómeno tem-se refletido na coexistência de diferentes definições, que tornam difícil – ou mesmo impossível – a adoção de uma noção única e consensual (Richards, 2003: 3; McKercher e Du Cros, 2002:3).

Na sua consideração crítica das várias concepções de turismo cultural, Richards (2003) distingue e analisa quatro abordagens ou definições principais que designa de ‘conceptuais’, de ‘mensuração’, baseadas nos ‘recursos’ e nos ‘turistas’. Segundo este autor, as abordagens conceptuais centram-se nas motivações dos turistas culturais e enfatizam o cariz educativo – o desejo de aquisição de conhecimentos – da experiência turística. Contudo, o facto de serem muito abrangentes inviabiliza a sua operacionalização, nomeadamente para efeitos de identificação, avaliação e gestão deste tipo de turismo. Entre este tipo de abordagens conta-se a definição genérica da OMT, que descreve como turismo cultural “todos os movimentos de pessoas (...) que satisfazem a necessidade humana de diversidade e tendem a aumentar o nível cultural dos indivíduos, dando origem a novos conhecimentos, experiência e encontros” (Richards, 2003: 4), e a de McIntosh, Goeldner e Ritchie, de acordo com os quais “o turismo cultural engloba todos os aspetos da viagem através dos quais as pessoas aprendem sobre outros modos de vida e de pensamento” (1995: 191).

Um outro aspeto relevante no que respeita a algumas destas definições é a sua progressiva ampliação: uma versão anterior da supracitada definição de McIntosh, Goeldner e Ritchie referia igualmente a história e o património (McIntosh e Goeldner, 1986; Richards, 2003: 4). Também a ‘Carta do Turismo Cultural’ da ICOMOS, originalmente publicada em 1976, identificava como objeto do turismo cultural “a descoberta de monumentos e sítios [patrimoniais] ” (ICOMOS, 1976). Contudo, a versão revista do documento, datada de 1999, expande consideravelmente a noção de património cultural para incluir práticas culturais, experiências e saberes passados e presentes” (ICOMOS, 1999). A definição ampla da ATLAS (1996) destaca igualmente a cultura e os modos de vida locais e contemporâneos como componentes do turismo cultural, a par do património histórico-cultural (Richards, 2005: 4-5; Richards, 2003: 4).

A definição ‘estreita’ de turismo cultural da OMT (1985), assim como a ‘definição técnica’ proposta pela ATLAS (1996), com uma maior ênfase nas motivações de natureza educativa, e na visita a locais e eventos de cariz histórico-cultural e artístico, têm, segundo Richards, a

vantagem de permitir a identificação e monitorização dos turistas culturais. No entanto, elas não permitem aferir o grau de motivação dos visitantes, limitando-se a contabilizar as visitas a determinados locais ou eventos. Este facto pode obviamente conduzir a resultados inexatos e pouco fiáveis, tal como Clarke exemplifica, referindo o caso de alguns participantes numa visita turística a Roma, que são contabilizados como turistas culturais, apesar de entrarem no Coliseu apenas para utilizar os sanitários, regressando de seguida ao autocarro (Clarke, 2001: 8).

Esta pode igualmente ser apontada como uma deficiência das noções de turismo cultural baseadas em tipologias de recursos turísticos identificados como ‘culturais’, tal como o da ECTARC (1989), que inclui locais e eventos de cariz artístico e histórico-cultural, artes performativas, visitas e eventos ligados ao estudo de línguas e literaturas, assim como culturas e subculturas tradicionais (Richards, 2003: 6). Para Richards, este tipo de definições tem a vantagem de dar conta da abrangência e diversidade do turismo cultural, mas pode oferecer alguns problemas pelo facto de incluir atrações de pendor mais educativo a par de outras com um cariz maioritariamente lúdico. Tal como este autor, também Craik se posiciona criticamente em relação a certas definições que a seu ver são demasiado latas, e em particular à do ATC (a entidade nacional de turismo australiana), questionando: “Is it fair to ask whether there should be a particular focus on the cultural or educational dimension of these types of tourism in order for them to be counted as cultural tourism?” (Craik, 2001: 105)

Por fim, Richards considera que as conceções de turismo cultural centradas no propósito da visita, adotadas particularmente pelas entidades públicas de turismo (regional/local) e para fins estatísticos, não são muito úteis uma vez que adotam categorias muito genéricas para caracterizar o objetivo das visitas (por exemplo, ‘lazer’ ou ‘visita a familiares e amigos’) e que não aferem o grau de motivação dos turistas. De acordo com as sondagens desenvolvidas pela ATLAS em diversas atrações turísticas, a maioria dos visitantes não se autoidentificam como ‘turistas culturais’, apesar do consumo de bens culturais fazer muitas vezes parte das suas viagens (Richards, 2003: 8).

Tanto Richards como Craik são bastante críticos das noções mais latas e abrangentes de turismo cultural, propostas em particular por organismos internacionais e nacionais de turismo, que generalizam e aplicam a cultura – associada à qualidade e à sofisticação – a um número crescente de formas de turismo, com o objetivo de as tornar mais apelativas, ou seja, como uma estratégia de marketing que tenta aumentar a procura através da valorização da

oferta (Richards, 2007: 1; Craik, 2001: 105). Já McKercher e Du Cros, que abordam o turismo cultural de um ponto de vista da promoção e comercialização, acolhem com satisfação a conceptualização do turismo cultural como uma atividade de qualidade destinada ao ‘mercado de massas’ e como um produto primordialmente económico que consiste na capitalização dos bens culturais (McKercher e Du Cros, 2002: 1, 8). De facto, uma breve análise do papel atribuído ao turismo cultural no âmbito das políticas turísticas nacionais e transnacionais no contexto europeu confirma a opinião de Richards de que o turismo cultural se tornou, e é percecionado, como “o santo graal do turismo de qualidade” (Richards, 2007: 1), ou como a última tendência da moda no mundo do turismo (McKercher e Du Cros, 2002: 1).

3.2. Políticas de promoção do turismo cultural

No documento de apresentação do novo quadro político de referência para o turismo na Europa, a Comissão Europeia enfatiza a importância da cultura na promoção da Europa como um destino turístico “sustentável, responsável e de elevada qualidade” (Comissão Europeia, 2010: 2). Para tal, e de acordo com o documento, é essencial mobilizar ou “capitalizar” os aspetos que constituem a vantagem competitiva do destino ‘Europa’, nomeadamente a diversidade paisagística e a “extraordinária riqueza cultural”, evidente no facto de 300 dos 800 sítios classificados como ‘Património da Humanidade’ se localizarem no espaço europeu (5). A valorização do património europeu comum aos vários Estados-membros, através da criação da marca ‘Património Europeu’ e da consolidação e diversificação da oferta existente – particularmente através do desenvolvimento de rotas/produtos temáticos transversais em todas as áreas do património natural e cultural (7-8) – é também uma das principais medidas apontadas para estimular a competitividade do sector turístico europeu. Como vimos anteriormente, a cultura e o património constituem também os principais ‘produtos’ turísticos do Reino Unido: 24 dos 28 sítios classificados como ‘Património da Humanidade’ no país são de cariz histórico-cultural (Boniface e Cooper, 2001: 83; DCMS, 2011b).

Apesar de o principal produto turístico português ser indiscutivelmente o “sol e mar”, o novo Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) (Turismo de Portugal, 2007) reconhece a importância do turismo cultural ao identificar o “*touring* cultural e paisagístico” como um dos 10 produtos estratégicos a desenvolver ou a consolidar, particularmente no Alentejo. Este estudo aponta ainda a “história, cultura e tradição” como um dos fatores diferenciadores do

país que deverá ser mobilizado para o “enriquecimento da oferta”, por exemplo através da criação e do desenvolvimento de conteúdos museológicos distintivos e da criação de rotas temáticas de monumentos (5-7, 82, 96-98). De acordo com um estudo de 2006, encomendado pela entidade de turismo nacional, o *touring* caracteriza-se pelo desejo de “descobrir e conhecer o território através da sua paisagem, povoações e cidades, história e cultura, gentes, etc.” (Turismo de Portugal e THR, 2006: 39) e representa cerca de “18% do total das viagens de lazer realizadas pelos europeus”, tendo uma taxa estimada de crescimento de 5 a 7% (9).

Os dois principais países emissores do *touring* a nível europeu – a Alemanha e o Reino Unido – responsáveis por 63% destas viagens, integram igualmente a lista dos principais mercados do turismo externo nacional e deverão constituir mercados-alvo prioritários, a par da Espanha e da França (Turismo de Portugal e THR, 2006: 10; Turismo de Portugal, 2011b: 34). De acordo com este estudo, e apesar de Portugal possuir os recursos básicos para a aposta neste tipo de turismo – nomeadamente a riqueza e variedade do património histórico e cultural (material e intangível) – a sua afirmação dependerá de um conjunto de requisitos e de ações a implementar, tais como a melhoria das acessibilidades, da sinalização turística, da produção de material informativo em vários idiomas, do aumento de postos de informação turística, da adequação dos horários dos museus e monumentos à procura e do desenvolvimento de “uma ampla oferta de rotas e circuitos, quer de conteúdo geral quer de conteúdo temático” (Turismo de Portugal, 2011b: 18, 25).

Esta estratégia de valorização e promoção do turismo cultural como uma forma de turismo emergente, a nível público e privado, nacional e internacional, tem de ser considerada com cautela e distanciamento crítico. Richards lembra que, longe de ser um fenómeno recente, o turismo cultural é talvez a forma mais antiga e mais relevante de turismo europeu na era moderna e chama a atenção para o papel importante que os museus e as exposições (nomeadamente as Exposições Internacionais) desempenharam no desenvolvimento do próprio turismo ao longo dos séculos XIX e XX (Richards, 2005: 12). Como as conclusões dos estudos da ATLAS sugerem, o crescimento desta forma de turismo nas últimas décadas – constatado por muitas entidades de turismo – deve-se principalmente ao aumento da oferta, que excede o da procura (38). No que concerne à política governamental australiana, Craik sugere que a importância oficialmente atribuída a este tipo de turismo tem sido principalmente retórica e não se tem traduzido num apoio efetivo ao seu desenvolvimento, ficando o investimento no turismo muito aquém do verificado noutros setores industriais, tais como a agricultura, as minas e as comunicações (Craik, 2001: 92).

Um outro problema referido por Craik e também por Kercher e Du Cros, e que na opinião destes autores dificulta o planeamento e a implementação de ações estatais de desenvolvimento deste tipo de turismo, tem a ver com a separação e as dificuldades de relacionamento dos sectores turístico e cultural. O facto de, por um lado, os promotores turísticos privilegiarem a realização do potencial económico dos produtos culturais e de, por outro, as principais instituições culturais revelarem hostilidade em relação à indústria turística e continuarem a prosseguir (em grande medida) políticas elitistas de desenvolvimento cultural dirigido apenas aos “conhecedores culturais”, tem inviabilizado o estabelecimento de parcerias ativas, eficazes e duradouras entre os dois sectores (Craik, 2001: 96).

Esta ideia é de certa forma também veiculada por Melanie Smith e por Greg Richards, que referem o facto de o turismo cultural – centrado no património histórico-cultural ‘consagrado’ – ser um fenómeno predominantemente urbano e, por isso, concentrado nas principais cidades e capitais europeias, onde se situa a maioria dos monumentos, museus e galerias (Smith, 2003: 73; Richards, 2005: 49). Smith chama ainda a atenção para a grande quantidade de sítios de património histórico-cultural que permanecem por descobrir um pouco por toda a Europa, e também para as dificuldades de sobrevivência de muitos destes locais que, devido à sua localização em zonas interiores e afastadas dos principais centros urbanos, têm muitas dificuldades em atrair o número de visitantes necessário à sua sustentabilidade económica (Smith, 2001: 74).

No seu contributo para o estudo da ATLAS de 1996 (Richards, 2005), Hermínio Curado reconheceu as enormes dificuldades de se avaliar a dimensão, a importância e as tendências do turismo cultural em Portugal, dada a ausência de uma definição e de recolha estatística (Curado, 2005: 181). No entanto, e a partir do cruzamento dos diversos dados estatísticos disponíveis, o autor concluiu que tinha havido (ao longo da década de 1980 e até meados da década de 1990) um aumento não só ao nível da oferta cultural – com o incremento do número de museus, de 255 em 1989 para 330 em 1993 (188) – mas também da procura, com uma subida expressiva das visitas a museus (185). De facto, e volvida mais de uma década, estas conclusões parecem continuar a ser válidas. Mantêm-se as deficiências apontadas: apesar da importância atribuída ao turismo cultural por parte do Turismo de Portugal, esta entidade não o reconhece em termos conceptuais, adotando a designação alternativa – mais lata, difusa e ambivalente – de “touring cultural e paisagístico”. Como podemos aferir da análise dos relatórios mais recentes (Turismo de Portugal, 2010; 2011a), a recolha estatística (baseada em sistemas e diretrizes da OMT e da CE) continua a centrar-se nos fluxos turísticos

(turismo recetor e interno) e nas dormidas, totais e regionais, e numa aferição das motivações, que, por ser demasiado lata ('lazer, recreio e férias', 'visita a familiares e amigos' e 'negócios/profissionais'), é de muito pouca utilidade em termos da caracterização dos turistas (Turismo de Portugal, 2011a: 25-26).

A separação e a falta de coordenação e de ligação efetivas e sustentadas entre as entidades públicas que tutelam as áreas do turismo e da cultura (ao contrário, por exemplo, do que acontece no Reino Unido) é manifesta na total omissão nos relatórios e anuários turísticos oficiais dos dados relativos ao consumo de bens culturais – visita a museus e monumentos nacionais e participação em eventos culturais – compilados pelo Observatório das Atividades Culturais (OAC)/Ministério da Cultura (OAC, 2010) ou pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2010b). Uma breve consideração destes documentos leva-nos a constatar que as tendências identificadas por Richards/pela ATLAS relativamente ao espaço europeu, e por Curado em relação a Portugal, se mantiveram na última década, nomeadamente um aumento significativo ao nível quer da oferta quer da procura cultural.

3.3. O lazer dos portugueses e as tendências da oferta e da procura cultural

O consumo de bens culturais tem de ser perspetivado no âmbito mais lato da ocupação dos tempos livres e das práticas de lazer. O estudo realizado em 2000 pelo INE (em conjunto com diversas entidades) sobre a ocupação do tempo permitiu concluir que 25% do tempo livre dos portugueses era passado a 'não fazer nada' ou a conviver com os amigos ou com a família. O lazer tinha um cariz maioritariamente doméstico, sendo constituído principalmente pelo visionamento televisivo (97%), seguido da leitura de jornais (58%), revistas (54%) ou livros (31%) (INE, 2001: 112, 116). No respeitante ao lazer 'extra-domiciliário', o estudo distinguiu entre "práticas culturais de saída" (cinema, espetáculos ao vivo e visitas ao património artístico e cultural) e "práticas socioculturais" ou "de sociabilidade" (visitar e ser visitado, frequentar restaurantes, festas populares e bailes, discotecas, associações recreativas, participar em jogos de mesa, atividades desportivas ou práticas artísticas amadoras).

O estudo demonstrou que a principal modalidade de lazer da população portuguesa, com uma taxa de participação de 91%, consistia na chamada 'sociabilidade inter-domiciliar' (visitar e ser visitado), seguida das 'saídas comensais' (ir a restaurantes com familiares e amigos) (73%) e da

‘sociabilidade local’ (frequência de festas populares e bailes) (50%) (INE, 2001: 125). No que concerne às práticas culturais, 31% dos inquiridos afirmou frequentar museus e exposições (apesar de apenas 2% o fazer com regularidade e 21% apenas em férias (121-123); cerca de 30% ia ao cinema, sendo que um terço o fazia com regularidade. De acordo com os dados apurados, apenas 30% dos portugueses que integraram o estudo (8.389 indivíduos com 15 ou mais anos representativos da população) afirmaram participar em eventos culturais/espetáculos ao vivo – ou seja, cada 7 em 10 portugueses não iam a qualquer espetáculo ao vivo por ano (Neves, 2001: 1-2; INE, 2001: 122).

Verificavam-se igualmente grandes clivagens entre os vários tipos de eventos frequentados: os concertos de música popular/contemporânea registavam o maior número de participantes – cerca de 23% – e a intensidade de prática mais elevada (60% dos participantes afirmaram ir a mais de três eventos anualmente). Seguiram-se-lhes as idas ao teatro (10%) e a espetáculos de dança (7%). Os eventos que contavam com uma menor taxa de participação eram os concertos de música clássica/erudita (5%) e a ópera (3%) (INE, 2000: 122; Neves, 2001: 2). O estudo revelou igualmente uma correspondência entre o nível de participação nas atividades ‘extra-domiciliárias’, e com maior expressão na ida a museus, exposições e bibliotecas, e o nível de escolaridade e de rendimento, com exceção dos concertos de música popular que contavam com uma menor participação de indivíduos dos escalões socioeconómicos mais elevados (Neves, 2001: 3-5; INE, 2001: 124; 130-131). Os “lazer de saída” (frequência de restaurantes, bares e discotecas e a visita a museus e exposições) revelaram possuir um cariz predominantemente urbano, com maior expressividade nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se verifica a maior concentração populacional (Neves, 2001: 11; INE, 2001: 123).

Os estudos e as recolhas estatísticas mais recentes sobre as atividades culturais dos portugueses revelam um crescimento assinalável da frequência de bibliotecas, concertos, teatros e exposições ao longo das últimas duas décadas (Gomes e Martinho, 2011: 32; INE 2002; INE, 2010a; Gomes, 2001; Neves, 2001). Os dados colhidos pelo INE sobre o consumo cultural ao longo da última década indicam um crescimento bastante significativo da participação em eventos culturais, em termos gerais, e em particular da assistência a concertos de música popular/contemporânea e a sessões de teatro. Os dados do INE relativos à participação cultural no ano de 2009 mostram uma tendência de crescimento bastante significativa, com uma assistência a espetáculos ao vivo por parte de cerca de 58% da população (apesar de uma diminuição significativa da frequência) (INE, 2010a: 37). A análise breve dos dados constantes das tabelas 1 e 2, relativos a um conjunto selecionado de

espetáculos ao vivo, permite-nos concluir que no período em apreço (2000-2009) se verificou um aumento generalizado quer da oferta quer do consumo de espetáculos ao vivo. Contudo, verificamos também que o aumento da oferta nem sempre se traduziu num incremento comparável da procura, à exceção dos concertos de música popular/contemporânea, do teatro e do folclore.

Tabela 1

Espectáculos ao vivo (espetadores)

Espectáculo noturno (nº espetadores)	2000	2009	Variação
Total nacional	1.810.000	7.067.434	290%
Teatro	371.000 (20%)	1.088.355 (15%)	193%
Ópera	86.000 (5%)	66.220 (1%)	-23%
Concerto clássica	270.000 (15%)	490.687 (7%)	81%
Concerto ligeira	490.000 (27%)	3.483.611 (49%)	610%
Dança clássica	44.000 (2%)	77.971 (1%)	77%
Dança moderna	77.000 (4%)	167.607 (2%)	117%
Folclore	95.000 (5%)	272.090 (4%)	186%
Mista (Variedades)	101.000 (6%)	409.182 (6%)	305%

Fonte: INE (2002; 2010a)

Tabela 2

Espectáculos ao vivo (sessões)

Sessões noturnas (nº)	2000	2009	Variação
Total nacional	5.907	18.296	209%
Teatro	3.141 (53%)*	7.294 (40%)*	132%
Ópera	89 (1,5%)*	124 (0.7%)*	39%
Concerto clássica	762 (13%)*	1.766 (10%)*	131%
Concerto ligeira	797 (14%)*	4.855 (27%)*	509%
Dança clássica	113 (2%)*	202 (1%)*	78%
Dança moderna	246 (4%)*	660 (4%)*	168%
Folclore	170 (3%)*	434 (2%)*	155%
Mista (Variedades)	152 (3%)*	1.008 (6%)*	563%

Fonte: INE (2002; 2010a)

*percentagem do total anual

Verificou-se uma tendência idêntica no que respeita à produção e ao consumo de eventos em equipamentos culturais geridos pelo Ministério da Cultura: por exemplo, o número de peças teatrais registadas aumentou de 361 em 2004 para 526 em 2008 (OAC, 2010: 69). O número de recintos de artes e espetáculos quadruplicou entre 2004 e 2008, de 85 para 340 (71).

Os dados estatísticos disponíveis permitem concluir que ao longo da última década se verificou igualmente um aumento da oferta e da procura ligadas ao património cultural. Na sua análise da evolução dos museus em Portugal no período 2000-2005, Neves e Santos assinalam um crescimento de 52% do número de museus abertos ao público, e de 153% do número de projetos e de intenções de criação de novos museus (Neves e Santos, 2006: 5). De acordo com os dados estatísticos compilados pelo Ministério da Cultura (MC), o número de monumentos tutelados por esta entidade nacional quase quintuplicou entre 2000 e 2008, de 10 para 49 (OAC, 2010: 17). O número de bens imóveis classificados tem igualmente aumentado e contabilizava em 2008 3.463, 799 dos quais museus nacionais (20)⁹. O número de visitantes a monumentos e museus sob a alçada do MC registou uma subida assinalável, de 55% e 25%, respetivamente (17, 24, 26). Em 2008, 62% dos visitantes a monumentos eram de origem nacional, o que não deixa de ser indicador da importância do turismo doméstico. Por outro lado, 57% dos visitantes aos palácios nacionais eram estrangeiros, o que é um indicador igualmente relevante no contexto de uma reflexão sobre o turismo cultural em Portugal. Os dados apurados pelo INE, e reproduzidos nas tabelas 3 e 4, corroboram estas tendências, revelando um incremento bastante significativo tanto do número de museus e de galerias como também do número de visitantes (nacionais e estrangeiros) a estes locais.

Tabela 3

Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários (equipamentos e visitantes)

	2000	2007	2009	Variação
Nº equipamentos	201	292	863	329%
Total visitantes (em milhares)	7.368	9.971	12.932	75%
Visitantes estrangeiros (em milhares)	----	1.511	3.357	122%

Fonte: INE (2002; 2010a)

⁹ Contudo, e de acordo com os dados do INE, o total de imóveis protegidos diminuiu de 4.032 em 2000 para 3.760 em 2009; o número de monumentos aumentou 16% entre 2007 e 2009, e o número de monumentos nacionais diminuiu ligeiramente entre 2000 e 2009 (de 834 para 800). Esta discrepância poderá dever-se aos diferentes critérios subjacentes à recolha (INE, 2010: 38).

Tabela 4

Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias (equipamentos, eventos e visitantes)

	2000	2007	2009	Variação
Nº equipamentos	479	804	885	84%
Nº exposições	4.255	6.609	7.235	70%
Visitantes (em milhares)	3.787	6.890	8.625	127%

(Fonte: INE, 2010a)

3.4. Desafios do turismo cultural

Apesar da tendência de dilatação dos conceitos e das práticas de turismo cultural, e do reconhecimento do seu potencial económico, a verdade é que é difícil – se não mesmo impossível – aferir a sua dimensão, desde logo devido ao facto de não existir uma definição consensual de turismo cultural e que esteja contemplada nas diretrizes e nos sistemas de recolha estatística do turismo, definidos pela OMT e implementados num grande número de países, tal como Portugal (Turismo de Portugal, 2008). A pluralidade de noções de turismo cultural existente decorre dos diversos propósitos que as norteiam, o que tornará difícil a adoção de uma definição consensual e universalmente válida (Richards, 2003; Smith, 2003: 29). Por outro lado, e à semelhança do que Craik afirma relativamente ao caso da Austrália, também em Portugal existe uma grande discrepância entre a afirmação política da relevância do turismo cultural e a implementação de estratégias concertadas com vista ao seu desenvolvimento, particularmente através do investimento público. Este facto é particularmente evidente se considerarmos a percentagem do orçamento geral do Estado alocada ao Ministério da Cultura, que se situou nos 0.5% nos últimos 13 anos, tendo atingido os 0.3% em 2009. Os gastos governamentais com a cultura entre 2002 e 2007 constituíram apenas 1% do PIB (Gomes e Martinho, 2011: 24). Em 2009, as autarquias foram responsáveis por cerca de 73% das despesas estatais com a cultura, contra 27% da administração central, uma tendência que se tem registado e agudizado desde meados da década de 1990 (25).

Quanto aos dados estatísticos disponíveis relativos ao consumo cultural, verificamos que a metodologia de recolha utilizada tem subjacente um entendimento muito restrito de cultura e de atividades culturais, centrando-se em grande medida nas visitas aos sítios de património cultural e na participação em determinados eventos culturais, em grande medida tutelados ou promovidos pelas entidades estatais. Assim, reportam-se apenas a um número muito reduzido do total dos equipamentos existentes ou dos eventos realizados a nível nacional, inviabilizando por isso uma perceção ajustada da sua real dimensão. Há também todo um conjunto de atividades de lazer que, como o *Inquérito da Ocupação do Tempo* (INE, 2002) revelou, colhe a preferência dos portugueses (e talvez dos turistas estrangeiros) mas que – talvez por não serem consideradas ‘atividades culturais’ – não são alvo de estudo/aferição (por exemplo, a restauração ou as festas e bailes populares). Assim, apesar do reconhecimento e da afirmação de conceitos de cultura mais inclusivos, não só em termos da literatura crítica do turismo, como por parte das entidades turísticas públicas e privadas, e da sua repercussão em termos da criação e promoção de equipamentos e eventos culturais – por exemplo museus etnográficos ou festivais gastronómicos – não há uma política concertada de desenvolvimento cultural nem a aferição da sua dimensão e relevância em termos turísticos.

A cultura continua a ser percecionada maioritariamente como um conjunto de atividades de cariz sério e educativo, e não propriamente como lazer, algo que podemos constatar ao determo-nos na conceção de turista cultural de Smith (2003: 35) ou de Meethan:

To be a cultural tourist is to attempt, I would suggest, to go beyond idle leisure and to return enriched with knowledge of other places and other people even if this involves ‘gazing at’, or collecting in some other way, the commodified essences of otherness. In this way cultural tourism is clearly demarcated as a distinct form of tourism. (...) it may also be seen as a means of acquiring knowledge that can then be worked at past the immediate point of consumption. (Meethan, 2001: 128)

Este facto poderá em parte explicar a conclusão das sondagens realizadas pela ATLAS, que revelam que a maioria dos turistas que visita atrações culturais não se identifica como turistas culturais, enquadrando estas atividades em tipos de turismo mais latos (Richards, 2005: 36). Apenas uma minoria de turistas, com um nível de escolaridade superior e particularmente estudantes do ensino superior ou ‘profissionais culturais’, se autoidentificam como turistas culturais, o que demonstra a continuidade entre os interesses e as práticas quotidianas (e profissionais) e as preferências e atividades turísticas (Richards, 2007: 7, 15). Tal como os

estudos da ATLAS também apuraram, muitos dos frequentadores de atrações culturais não são turistas mas residentes ou excursionistas que vivem na região (Richards, 2007: 14).

Por fim, e tal como Smith (2003: 22) e Richards (2007: 18-19) realçam, a verdade é que as viagens e as férias consistem para a maior parte das pessoas numa combinação de diferentes experiências, que incluem a cultura e o entretenimento, a visita a monumentos/museus e o descanso, as compras ou a ida a restaurantes, cafés, bares ou discotecas, atividades culturais de cariz mais erudito e institucionalizado, a par de outras de cariz informal e popular, nem sempre reconhecidas (mesmo pelos próprios) como ‘culturais’. Tal como os estudos da ATLAS e o *Inquérito da Ocupação do Tempo* do INE indiciam, as atividades de lazer que colhem uma maior preferência são exatamente as que envolvem convivialidade, informalidade, relaxamento e entretenimento. Este facto pode, por exemplo, explicar a popularidade das atrações ligadas ao património histórico-cultural (museus ao ar livre, museus vivos ou parques históricos), em detrimento dos equipamentos culturais mais eruditos (Richards, 2005: 41).

Dadas todas estas questões, que decorrem não só da coexistência de entendimentos diferentes de cultura, como também da dilatação das esferas das práticas e dos conceitos associados à cultura e ao turismo, será que o conceito de turismo cultural é válido, útil ou mesmo necessário? Segundo Richards, a adoção de uma definição consensual de turismo cultural é imprescindível, particularmente ao nível do planeamento e do *marketing* turísticos, mas também no âmbito da reflexão e comunicação sobre este fenómeno cultural (Richards, 2003: 12). Apesar de não se referirem concretamente a este assunto, parece-nos legítimo concluir, da análise das reflexões de Meethan e de Craik, que a aquisição de conhecimentos, como motivação consciente e principal da deslocação, é um elemento que deve integrar ou definir o turismo cultural (Meethan, 2001: 128; Craik, 2001: 105). Pelo contrário, Melanie Smith frisa a complexidade e diversidade, a fluidez e o dinamismo como características do turismo cultural, afirmando, por isso, que o equilíbrio entre a educação e o entretenimento – elementos constituintes do turismo cultural – é o verdadeiro desafio que se coloca (Smith, 2003: 173).

A posição desta autora parece-nos a mais adequada, sendo a única que reconhece e acolhe a diversidade das práticas culturais associadas quer à oferta quer à procura turística, postulando que todos somos turistas culturais (42-43). Smith defende a importância, manutenção e operacionalidade do conceito, ultrapassando as dificuldades atribuídas (por exemplo por Richards) à sua amplitude através da diferenciação das atividades que lhe estão associadas:

“(…) cultural tourism can no longer be considered as a special interest or niche sector, but instead as an umbrella term for a range of tourism typologies and diverse activities which have a cultural focus.” (Smith, 2003: 29)

Neste contexto, a autora propõe as tipologias de turismo cultural e de turistas culturais (reproduzimos nas tabelas 5 e 6), que, não sendo exaustivas, dão conta da abrangência das práticas culturais no âmbito do turismo, e que poderiam servir de base à construção dos instrumentos metodológicos destinados à sua aferição.

Tabela 5

Tipologia do turismo cultural

Tipos	Locais (exemplos)
Sítios de património histórico-cultural	Sítios arqueológicos, povoações, monumentos, museus.
Espaços de artes performativas	Teatros, salas de espetáculo, centros culturais
Artes visuais	Galerias, parques de esculturas, museus de fotografia, arquitetura
Festivais e eventos especiais	Festivais de música, eventos desportivos, carnavais
Locais religiosos	Catedrais, templos, destinos de peregrinação, retiros espirituais
Zonas rurais	Aldeias, herdades, parques nacionais, ecomuseus
Comunidades e tradições indígenas/locais	Povos tribais, grupos étnicos, culturas minoritárias
Artes e ofícios	Têxteis, artesanato de barro, pintura, escultura
Línguas	Aprendizagem ou prática
Gastronomia	Provas de vinhos e de comida, cursos de culinária
Indústria e comércio	Visitas a fábricas, minas, fábricas de cerveja e destilarias, passeios em canais
Cultura popular contemporânea	Música popular, compras, moda, média, design, tecnologia
Atividades de lazer especializadas	Pintura, fotografia, tecelagem

(Fonte: Smith, 2003: 31)

Tabela 6

Tipologia dos turistas culturais

Tipo de turista cultural	Locais/Atividades de interesse
Turista do património	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas a castelos, palácios, solares • Sítios arqueológicos • Monumentos • Arquitetura • Museus • Sítios religiosos

Turista de artes	<ul style="list-style-type: none"> • Idas ao teatro • Concertos • Galerias • Festivais, carnavais e eventos • Sítios literários
Turista criativo	<ul style="list-style-type: none"> • Fotografia • Pintura • Artesanato • Culinária • Ofícios artesanais • Aprendizagem linguística
Turista cultural urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Cidades históricas • Cidades industriais requalificadas • Zonas ribeirinhas requalificadas • Atrações de artes e património • Compras • Entretenimento noturno
Turista cultural rural	<ul style="list-style-type: none"> • Agroturismo e turismo rural • Ecomuseus • Paisagens culturais • Parques nacionais • Roteiros enológicos
Turista cultural indígena	<ul style="list-style-type: none"> • Caminhada, montanhismo e passeios no deserto • Visitas a centros culturais/etnográficos • Artes e ofícios • Performances culturais • Festivais
Turista cultural popular	<ul style="list-style-type: none"> • Atrações e parques temáticos • Centros comerciais • Concertos de música popular • Eventos desportivos • Cenários cinematográficos • Sítios de património industrial • Museus de moda e de design

(Fonte: Smith, 2003: 37)

4. Património histórico-cultural e museus

4.1. Património: Conceitos, instituições e políticas de valorização

A tipologia de turismo cultural proposta por Melanie Smith é reveladora do carácter dinâmico do conceito de património cultural e das práticas que lhe estão associadas, particularmente nas últimas décadas do século XX. A partir do século XIX, o termo “património” – utilizado pelo menos desde o século XIII no sentido de ‘herança’ (de bens materiais ou culturais) (Schwarz, 2005: 154) – passou a ser associado, na Grã-Bretanha, às práticas e aos movimentos

emergentes de conservação de edifícios e de monumentos antigos¹⁰. Os escritos de John Ruskin sobre a necessidade de preservação dos edifícios medievais (1849), o ‘Manifesto’ de William Morris sobre os princípios da conservação (1877), a fundação da Associação Arqueológica Britânica (1843), da Sociedade para a Proteção de Monumentos Antigos (1876) e do National Trust (1895) são exemplos importantes destes movimentos iniciais de conservação, bem como da noção de património enquanto conjunto de bens imóveis concebidos como um legado histórico-cultural coletivo que importava preservar para as gerações futuras (Ruskin, 1852; Morris, 2009; Delafons, 1997: 16-21; Schwarz, 2005: 155).

Esta noção mantém-se e é reafirmada ao longo de grande parte do século XX por várias organizações internacionais criadas com o objetivo de zelar pela preservação dos monumentos, tais como o ICOM (fundado em 1946) e o ICOMOS (criado em 1964), e também pela UNESCO e pelo Conselho da Europa. Por exemplo, a ‘Carta de Atenas’, lavrada em 1931 no ‘1.º Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos’, constituiu uma iniciativa pioneira e contribuiu para o desenvolvimento de um movimento internacional de salvaguarda dos monumentos antigos “como herança comum” (ICOMOS, 2011a). No 2.º Congresso desta associação foi constituído o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) e ratificado um novo documento, conhecido como a ‘Carta de Veneza’, que expande consideravelmente a noção de ‘monumento histórico’, passando a abranger não só edifícios individuais mas o contexto (urbano ou rural) em que estão inseridos, não só edifícios de reconhecido valor estético ou artístico mas “obras mais modestas do passado que tenham adquirido importância cultural” – frisando assim a relevância histórica em detrimento de critérios estéticos (ICOMOS, 2011b, artigos 3 e 7).

A causa internacional da conservação do património ganhou novo fôlego em 1972 com a ‘Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural’, lavrada em 1972 pela UNESCO (UNESCO, 1972). Este documento reconheceu o valor universal de determinados locais do mundo, responsabilizando os respetivos estados pela sua identificação, preservação e valorização (art.ºs 6.º, 11.º) e assumindo-se como agência de consagração deste ‘património mundial’ (art.º 8º). Este documento estabeleceu igualmente uma distinção entre património natural e cultural, definindo este último como os monumentos, grupos de edifícios e sítios (por exemplo arqueológicos) “de excecionalidade universal do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (UNESCO, 1972, art.º 1.º). Esta definição foi igualmente adotada

¹⁰ Segundo John Delafons, as políticas de conservação de monumentos antigos em Inglaterra remontam a séculos anteriores, e pelo menos ao reinado de Isabel I (Delafons, 1997: 9).

pelo ICOMOS em 1978 aquando da aprovação dos seus estatutos (ICOMOS, 1978). Curiosamente, e tal como se pode ler no art.º 3.º do texto respetivo, este organismo não reconheceu como monumentos os conjuntos museológicos industriais criados em Inglaterra na década de 1970 – nomeadamente Ironbridge e Beamish – designados como ‘museus de sítio’ ou ‘museus ao ar livre (*open-air museums*)’ (ICOMOS, 1978).

Também o Conselho da Europa desenvolveu, ao longo da segunda metade do século XX, todo um conjunto de iniciativas com o intuito de chamar a atenção para a importância da salvaguarda e do “desenvolvimento do património cultural europeu comum” (Conselho da Europa, 2011), nomeadamente através da ratificação da ‘Convenção Cultural Europeia’ (Conselho da Europa, 1954), da ‘Convenção para a Proteção do Património Arquitetónico Europeu’ (Conselho da Europa, 1985) e da ‘Convenção para a Proteção do Património Arqueológico da Europa’ (Conselho da Europa, 1969, 1992). Em 1999, este organismo foi igualmente responsável pela criação da ‘Rede de Património Europeu’ (HEREIN), com o intuito de monitorizar as convenções realizadas e constituir uma base de dados das políticas de defesa e valorização patrimonial dos estados-membro (HEREIN, 2011).

Ainda no que diz respeito à política internacional de salvaguarda do património cultural, a última década ficou marcada pelo reconhecimento da necessidade de proteção e de valorização de todo um conjunto de práticas culturais simbólicas. Após a implementação, nas décadas de 1980 e 1990, de diversas iniciativas destinadas à proteção e valorização de manifestações culturais, tais como a música tradicional, as línguas, a literatura oral, os costumes, entre outros, a UNESCO aprovou, em 2003, a ‘Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial’¹¹, entendido como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte do seu património cultural” (UNESCO, 2003).

Esta dilatação do conceito de património cultural, centrado, até há poucas décadas, no património edificado (monumentos, museus e sítios), para incluir práticas culturais intangíveis, diversas e de cariz popular, assim como a atenção aos grupos que as detêm, é igualmente visível na ‘Convenção sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade’, aprovada pelo Conselho da Europa em 2005. Este documento reconhece que “os direitos relativos ao

¹¹ Este documento, lavrado em 2003, entrou em vigor apenas em 2006, tendo sido ratificado por Portugal em 2008.

património cultural estão inerentes ao direito de participar na vida cultural, como definido na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Conselho da Europa, 2005: art.º 1.º), afirmando por isso “a necessidade de colocar as pessoas e os valores humanos no centro de um conceito mais lato e transdisciplinar de património cultural”. Esta Convenção define o património cultural como

um grupo de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente dos direitos de propriedade, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, conhecimentos e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os locais através do tempo (Conselho da Europa, 2005)

Dado o reconhecimento da importância do património histórico-cultural para a sociedade e o seu potencial enquanto “recurso para o desenvolvimento sustentável”, o documento vincula igualmente os estados subscritores a reconhecer o interesse público dos elementos do património cultural e a valorizá-los “através da sua identificação, estudo, interpretação, proteção, conservação e apresentação” (Conselho da Europa, 2005). Todas estas políticas e iniciativas de reconhecimento, conservação e valorização de um conjunto cada vez mais abrangente de elementos histórico-culturais definidos como ‘património’ tem-se refletido no aumento exponencial do número de locais – edifícios, museus, monumentos, sítios e áreas – identificados como ‘património cultural’, que são sustentados e dinamizados através do turismo cultural. Por exemplo, na Grã-Bretanha, a primeira lista de classificação de património legalmente definida (1882) continha 21 monumentos na Inglaterra e no País de Gales, 21 na Escócia e 18 na Irlanda do Norte; hoje existem só na Inglaterra mais de 374.000 edifícios classificados, entre eles 19.717 como monumentos de interesse nacional (*scheduled monuments*), 9.800 como áreas protegidas (*conservation areas*) e 17 sítios classificados como Património da Humanidade (English Heritage, 2011; Delafons, 1997: 1; Taylor, 2011).

Em Portugal, a gestão, salvaguarda, classificação, conservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico nacional constituem a missão do IGESPAR, um instituto público integrado no Ministério da Cultura, criado em 2007, que resultou da fusão do IPPAR e do IPA, incorporando igualmente algumas das atribuições da extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A “salvaguarda e valorização do património cultural do povo português”, nomeadamente através da sua proteção legal, foram afirmadas como obrigação estatal pela Lei n.º13/85 (6 de Julho) (Assembleia da República, 1985), que reconheceu e definiu como património cultural não só os bens materiais móveis e imóveis (art.º 8.º) como os

bens imateriais (art.º 43.º). Contudo, esta lei permaneceu sem regulamentação por mais de uma década, até à promulgação da Lei n.º 107/2001 (8 de Setembro) (Assembleia da República, 2001), que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural português.

Esta lei definiu como património cultural “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização” (art.º 2.º, n.º1), sendo interessante atentar no cariz amplo do conceito de ‘interesse cultural’: “designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico” (art.º 2.º, n.º 3). Tal como já acontecera na Lei de 1985, foram também reconhecidos como património cultural “aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas” (art.º 2.º, n.º4). Esta lei reafirmou, mais uma vez, que “o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado (...) e das autarquias locais” (art.º 3.º, n.º 3), nomeadamente através da inventariação, do planeamento, da inspeção e prevenção da sua degradação (art.º 6.º) e, em termos mais específicos, da “definição de orientações estratégicas para todas as áreas do património cultural” e da “adopção de medidas de fomento à criação cultural” (entre outras) (art.º 13.º). Neste contexto, e mais recentemente, foi promulgado o decreto-lei n.º 309/2009, que define o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, assim como o regime das zonas de proteção e as regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda (Ministério da Cultura, 2009).

Como já foi referido anteriormente, a valorização do património cultural, particularmente no âmbito da sua potencial dinamização por via do turismo cultural, tem dado origem não só à expansão da noção deste património como também a um incremento muito significativo de imóveis classificados e de pedidos de classificação. Estas tendências são amplamente comprovadas pelo número extraordinário de procedimentos de classificação em curso – cerca de 600¹² – discriminados no Despacho nº 19338/2010 (20 de Dezembro) do IGESPAR, bem como pela diversidade de tipos de imóveis incluídos (sítios arqueológicos, arquitetura religiosa,

¹² O número é apontado no Decreto-Lei n.º 115/2011 de 5 de dezembro, que determina o alargamento, por um ano, do prazo para conclusão dos procedimentos em curso (estipulado em 1 ano pelo Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro), devido à incapacidade do IGESPAR de dar conta deste volume de procedimentos, em face dos recursos humanos disponíveis (Presidência do Conselho de Ministros (2011) ‘Decreto-Lei n.º 115/2011’, *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 155, 19 de março, p. 5206).

civil e militar, edifícios industriais, arquitetura urbana, etc.) (Presidência do Conselho de Ministros, 2011; IGESPAR, 2010).

4.2. Museus: Princípios, instituições e práticas

No contexto desta breve reflexão sobre a dilatação do conceito e das práticas ligadas à salvaguarda do património, não podemos deixar de referir alguns desenvolvimentos paralelos e indissociáveis verificados no domínio da museologia, particularmente na segunda metade do século XX, e que têm de ser inscritos nas profundas mudanças verificadas nas sociedades norte-atlânticas anteriormente consideradas, nomeadamente no contexto da deslocalização da produção industrial para outras zonas do globo e de uma crescente aposta e desenvolvimento das chamadas indústrias culturais. No quadro destas transformações, verificou-se – em particular nas últimas décadas – um crescimento e uma diversificação assinaláveis dos museus, assim como uma expansão progressiva e muito significativa da conceção de museu, acompanhada de uma crescente reflexividade sobre a missão desta instituição e a natureza das suas coleções.

Através de uma análise breve da evolução do conceito de museu definido pelo ICOM, o principal organismo internacional dos museus (ICOM, 2005), é-nos possível constatar estas tendências: a definição inicial muito sucinta de museu como “todas as coleções abertas ao público, de materiais artísticos, técnicos, científicos, históricos ou arqueológicos” (estatutos de 1946), foi sendo sucessivamente alterada, nas décadas seguintes, para precisar a natureza da instituição “qualquer instituição permanente” (estatutos de 1956), “sem fins lucrativos” (estatutos de 1974); tornar mais abrangentes as suas funções sociais, de “para propósitos de estudo, educação ou fruição” (estatutos de 1961) para “ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento” (estatutos de 1974 a 2007), e incorporar (potencialmente) um número cada vez mais amplo (e detalhado) de locais, tais como monumentos históricos e sítios arqueológicos e naturais (estatutos de 1961), monumentos etnográficos, reservas naturais, centros de ciência e planetários (estatutos de 1974); organizações de museus, ministérios e agências estatais responsáveis por museus, e instituições sem fins lucrativos dedicadas a atividades de investigação, educação, formação e documentação na área da museologia (estatutos de 1995), galerias de arte e “centros culturais e outras entidades que facilitem a preservação, continuidade e gestão de recursos patrimoniais tangíveis e intangíveis

(património vivo e atividades digitais criativas)” (estatutos de 2001) (ICOM, 2005a). Na verdade, e na sequência da aprovação da Convenção da UNESCO para a salvaguarda do património imaterial (acima mencionada), o ICOM desenvolveu, ao longo da última década, várias iniciativas no âmbito dos museus e do património imaterial e incorporou este tipo de património na sua mais recente definição (estatutos de 2007):

A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment. (ICOM, 2011a)

Assumindo “a proteção, conservação e transmissão de bens culturais” (ICOM, 2011b) como a sua função social nas sociedades contemporâneas, consciente de que “o *homo turisticus* parece ter substituído o visitante como alvo principal do marketing dos museus” (Desvallés e Mairesse, 2010: 21), e receoso de que o crescimento do turismo cultural possa de alguma forma degradar a integridade do património cultural, o ICOM desenvolveu, ao longo da última década, um conjunto de ações de sensibilização para esta questão, tal como a proposta de uma ‘Carta de Princípios para os Museus e o Turismo Cultural’ (ICOM, 2005b), que releva a importância dos museus enquanto recursos do turismo cultural e apela à necessidade de cooperação entre as instituições museológicas, do setor do turismo e das comunidades locais envolvidas. Um dos aspetos mais interessantes desta proposta reside na importância atribuída ao envolvimento direto das comunidades no planeamento e implementação dos processos de utilização turística dos recursos culturais locais (ICOM, 2005b).

Esta ênfase nas comunidades locais, patente neste documento, há muito que se manifestara no seio deste organismo internacional, nomeadamente no início da década de 1970 com a formulação, por parte de George Henri Rivière e Hugues de Varine, do conceito de ecomuseu (Rivière, 1985: 182; de Varine, 1985: 185), que se afasta da conceção tradicional de museu por defender e privilegiar a sua integração no território envolvente, o envolvimento das comunidades locais e o desenvolvimento económico-social como objetivo da sua implementação (Davis, 2007: 199). Estas ideias estiveram também na base do ‘Movimento Internacional da Nova Museologia’, que teve a sua génese em 1972, no âmbito de uma mesa redonda organizada pelo ICOM em Santiago do Chile, em que foi reconhecida a necessidade de incrementar o papel (e a intervenção) social dos museus, em particular ao nível da educação e do desenvolvimento cultural, e de um contributo para a reflexão sobre os problemas sociais

contemporâneos, através de uma ligação entre o passado e o presente – nomeadamente através de uma noção integrada de museu e de novas abordagens e técnicas museográficas (MINOM, 2011a).

Este movimento ganhou dimensão na década de 1980, com a adoção, no âmbito do ‘1.º Workshop Internacional da Nova Museologia’, da chamada ‘Declaração do Quebec’ por parte de museologistas de 15 países. Neste documento foram reafirmados os princípios deste novo paradigma museológico ‘activo’ definido na década anterior, e foi criado o comité internacional ‘Ecomuseus/Museus Comunitários’ no seio do ICOM (MINOM, 2011b). Outro desenvolvimento importante foi a fundação, em 1985, em Lisboa, do ‘Movimento Internacional para uma Nova Museologia’ (MINOM), com o objetivo de congregar todos os defensores de uma conceção de museu como “instrumento de construção de identidade e de desenvolvimento no seio das comunidades”, informado por uma preocupação mais ampla de “transformação social e cultural” (MINOM, 2011c). Este organismo reafirmou recentemente os seus princípios fundadores e reformulou os seus objetivos programáticos, enfatizando a necessidade de promover a ‘socio-museologia’ como “um campo multidisciplinar de conhecimento e de ação”, e a sua intenção de contribuir para “o desenvolvimento de políticas estatais nas áreas da cultura, da educação e do património” (MINOM, 2011d).

Este movimento tem tido uma participação portuguesa importante, como demonstra o facto de ele ter sido criado em Portugal, de a sua direção integrar membros de nacionalidade portuguesa, de um grande número dos encontros realizados ao longo das últimas décadas ter tido lugar no nosso país e de a próxima conferência internacional – *First International Conference on Ecomuseums, Community Museums and Living Communities* – estar agendada para Setembro de 2012 no Ecomuseu do Seixal (MINOM, 2011e). Há ainda que referir o desenvolvimento da museologia e museografia em Portugal, a par das tendências internacionais, nas últimas décadas, evidente por exemplo ao nível da atividade do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), da Comissão Portuguesa do ICOM¹³ e da crescente reflexividade em torno das questões museológicas e museográficas relacionadas com o contexto português, tal como denotam, por exemplo, a evolução do *Boletim Semestral da Comissão Nacional do ICOM* (em termos de estrutura, dimensão e conteúdos) e a crescente oferta de formações académicas (cursos graduados e pós-graduados) nas áreas da Museologia e do Património.

¹³ A história e atividade da Comissão Portuguesa do ICOM entre 1986 e 2001 foi recentemente revista (ainda que de forma sumária) por Natália Guedes (Guedes, 2009).

No entanto, há algumas opiniões muito críticas relativamente à política museológica nacional, como é o caso do investigador, docente universitário e comissário de exposições Fernando António Baptista Pereira. Numa entrevista concedida à revista *Arquivos da Memória*, este académico contrastou o trabalho notável realizado por Natália Correia Guedes¹⁴ na década de 1980, a qual “definiu e parcialmente pôs em prática uma estratégia futurante para os Museus Portugueses” (Pereira, 2001: 115), com “o deserto de ideias estratégicas do IPM” na segunda metade da década de 1990. Pereira afirmou a necessidade imperiosa de implementação de uma lei-quadro dos museus e de uma “definição clara de uma Política Museológica Nacional” (116), advogando uma reforma estrutural do sistema museológico nacional (117). Esta lei, que viria a ser aprovada em 2004, com o objetivo (entre outros) de “definir os princípios da política museológica nacional” (Assembleia da República, 2004: 5379) atribui ao estado uma série de responsabilidades no âmbito da criação, gestão e supervisão dos museus (art.º 2.º) e apresenta uma definição extremamente abrangente de ‘museu’ e da natureza das suas coleções (art.º 3.º). Este diploma identifica como funções do museu o estudo e a investigação, a incorporação, o inventário e a documentação, a conservação, a segurança, a interpretação e exposição e a educação (art.º 7.º), dedicando um artigo próprio ao dever do museu de promover e desenvolver atividades científicas, nomeadamente no âmbito do estudo e da investigação das suas coleções (art.º 9.º).

5. O património industrial e mineiro

5.1. O património industrial britânico

A noção moderna de património cultural, as supramencionadas iniciativas de salvaguarda e de valorização do património imóvel – de edifícios e de sítios – socialmente constituídos e reconhecidos como monumentos ou museus, assim como de todo um conjunto de objetos imbuídos de relevância histórica ou estética e artística, têm de ser perspetivados no contexto das mutações constantes e profundas que caracterizam a história das sociedades modernas industriais. Se no século XIX os movimentos de conservação tiveram como principal objeto os monumentos antigos, pré-industriais, a partir da segunda metade do século XX são os próprios edifícios e sítios industriais destruídos durante a Segunda Guerra, desativados ou obsoletos,

¹⁴ Natália Correia Guedes foi presidente do IPPC no final da década de 1970 e início da década de 1980 (Pereira, 2001: 115; Custódio, 1991a: 4).

que se tornam objeto de ações concertadas e sistemáticas de salvaguarda e valorização, particularmente na Grã-Bretanha, e no âmbito da história e da arqueologia industriais¹⁵. Segundo Walsh, o crescente interesse popular quer pela preservação do património quer pelo estudo da história, têm de ser perspetivados no contexto de um sentimento de perda e de desenraizamento causados pela guerra e também pela demolição de um número muito elevado de habitações – cerca de 350.000 em Inglaterra e no País de Gales na década de 1970 – assim como no contexto da expansão da educação em geral e do ensino superior, em particular a partir da década de 1960 (Walsh, 1992: 74).

Segundo Buchanan, o conceito de ‘arqueologia industrial’, para descrever “a investigação do processo de industrialização [britânico] através de um estudo sistemático dos seus monumentos e artefactos”, concebidos como “aquele património comum do povo britânico que é o seu passado coletivo” (Buchanan, 1974: 19), surgiu de forma espontânea, através de preocupações e iniciativas populares dispersas de salvaguarda do património industrial em risco de destruição (50). Depois da formação do Conselho da Arqueologia Britânica (CBA) em 1945, o conceito terá sido popularizado por Michael Rix em meados da década de 1950 nos seus cursos de educação de adultos (Buchanan, 1974: 55; Falconer, 2006: 3). Em 1959, no âmbito da 1.ª conferência nacional organizada pelo CBA, foi criado um comité de investigação sobre a temática e defendida a necessidade de levar a cabo um inventário nacional dos monumentos industriais, com vista à sua preservação. Este inventário foi realizado na década de 1960 sob a direção do CBA, com a ajuda das muitas sociedades arqueológicas que foram surgindo por todo o país e com o apoio financeiro da Secretaria de Estado dos Edifícios e Obras Públicas (Falconer, 2006: 3).

A demolição, em 1962, de um arco monumental que adornava a fachada da estação londrina de Euston causou uma grande indignação popular e ajudou a sensibilizar – ao nível estatal e também da sociedade civil – para a causa da salvaguarda do património industrial (Falconer, 2006: 3; Walsh, 1992: 74). A mobilização e participação popular massiva na elaboração deste inventário é um aspeto curioso e digno de nota: as fichas de registo dos monumentos, elaboradas pelo CBA, e que vieram a dar origem a um fundo documental conhecido como o ‘Registo Nacional de Monumentos Industriais’ (NRIM), foram preenchidas por um sem-número de pessoas – desde crianças, estudantes a arquitetos – um pouco por todo o país (Buchanan,

¹⁵ Ao longo do século XX, e com maior expressão a partir do período pós II Guerra Mundial, sucederam-se iniciativas e políticas de levantamento e conservação de edifícios e monumentos, revistas por Michael Pearce (Pearce, 2000).

1974: 56). De acordo com Buchanan, em meados da década de 1970 este registo continha já cerca de 7.000 entradas (56).

Tanto Buchanan como Falconer frisam o significativo incremento do interesse popular e da mídia pelo património industrial, patente na multiplicação de sociedades locais de arqueologia industrial, nas várias conferências de âmbito regional e local promovidas (muitas vezes por estas mesmas agremiações), assim como nos livros publicados e na realização de programas televisivos (Buchanan, 1974: 60-62; Falconer, 2006: 4). Falconer releva ainda as conferências de âmbito nacional (mas que atraíram participantes estrangeiros) realizadas em Bath (1969) e em Bradford, Glasgow e Isle of Man (1971), que deram origem à formação da Associação Nacional da Arqueologia Industrial, formalmente constituída em 1973 (Falconer, 2006: 4). Neste mesmo ano realizou-se também a ‘1.ª Conferência Internacional sobre a Conservação de Monumentos Industriais’, que teve lugar no ‘Ironbridge Gorge Museum’, o primeiro museu industrial britânico com a designação de ‘museu de sítio’ ou ‘museu ao ar livre’ (*open-air museum*) e também o primeiro monumento britânico deste tipo a merecer a atribuição da classificação de ‘Património da Humanidade’ pela UNESCO em 1984 (Falconer, 2006: 5).

No rescaldo desta conferência foi criado o TICCIH, o Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial, que constitui hoje o fórum mundial dedicado não só à arqueologia industrial como também, e em termos mais gerais, à “promoção, conservação, pesquisa, registo e educação em todos os aspetos do património industrial” (TICCIH, 2011). O sucesso do evento motivou a realização de encontros subsequentes, nomeadamente na Alemanha (1976) e na Suécia (1978). Desde então, o TICCIH – em conjunto com os seus membros nacionais – tem organizado conferências internacionais com uma periodicidade trianual, e um pouco por todo o globo¹⁶. Este organismo edita igualmente uma *newsletter* quadrimestral e constitui o comité científico do ICOMOS para o património industrial.

Na década de 1980, a destruição do edifício *art deco* da fábrica da *Firestone* perto de Londres provocou uma onda de indignação popular e acelerou a realização – ordenada pelo próprio governo britânico – de um novo levantamento de monumentos históricos que, segundo Falconer, terá ditado a salvaguarda de milhares de sítios industriais (2006: 3). Vários desenvolvimentos importantes são indissociáveis deste conjunto de iniciativas de preservação

¹⁶ O XV Congresso do TICCIH, com o título ‘Post-Colonialism & Reinterpretation of Industrial Heritage’ terá lugar em Novembro de 2012 em Taipé, Taiwan (TICCIH, 2011).

dos monumentos e sítios industriais, tais como, por exemplo, a institucionalização da arqueologia industrial como disciplina académica, com um cariz pluridisciplinar, e o desenvolvimento da investigação histórica ligada à indústria, às técnicas, e ao trabalho – e aos trabalhadores – industriais. Assistimos também nas últimas décadas – particularmente, e de forma pioneira, na Grã-Bretanha mas também um pouco por toda a Europa – a um aumento exponencial do número de monumentos, sítios e museus de cariz industrial. Verificou-se igualmente uma incorporação progressiva dos monumentos e sítios industriais no âmbito do conceito de património histórico-cultural. Este processo, visível por exemplo na alteração da designação do TICCIH (inicialmente TICCIM), com a substituição da palavra ‘monumentos’ por ‘património’, e (em 1984) da própria entidade nacional de proteção do património britânica (de Directorate of Ancient Monuments and Historic Buildings para English Heritage) esteve longe de ser pacífico, como veremos subseqüentemente (Falconer, 2006: 5).

Apesar de a preocupação com a preservação e a valorização do património industrial ter sido desencadeada de forma pioneira em Inglaterra, esta tendência tem-se repercutido nas últimas décadas em diversos países (particularmente do norte europeu e americano mas também um pouco por todo o mundo), sendo visível não só em termos de políticas estatais de salvaguarda deste património, nomeadamente através da sua classificação, como também ao nível da multiplicação de projetos de musealização e de investigação, da edição de publicações, da criação de associações e da realização de encontros científicos. No que concerne a organismos internacionais, há ainda a destacar o estabelecimento, em 1968 (Paris), do Comité Internacional para a História da Tecnologia (ICOHTEC), com o intuito de promover “a cooperação internacional no âmbito do estudo e desenvolvimento da história da tecnologia”, e que conta hoje com associados em todo o mundo (ICOHTEC, 2011). No entanto, foi principalmente a partir da década de 1980 que se verificou um progressivo reconhecimento internacional da importância deste tipo de património. Por exemplo, em 1985, o Conselho da Europa, em conjunto com a secção francesa do ICOMOS, realizou um colóquio internacional especialmente dedicado ao património industrial e à reflexão sobre o seu lugar “no contexto das políticas europeias do património cultural” (Conselho da Europa, 1987: 5). Outro desenvolvimento importante foi a classificação, por parte da UNESCO, de sítios e paisagens industriais como Património da Humanidade. Da lista britânica de 21 sítios potencialmente candidatos a esta distinção internacional (publicada em 1999) 11 eram industriais (Falconer, 2006: 5). No entanto, o número de monumentos de natureza industrial constitui ainda uma

minoria do total de sítios britânicos (e não só) classificados como Património da Humanidade¹⁷ (UNESCO, 2011).

Nas últimas duas décadas, a importância atribuída ao património industrial manifestou-se também na criação de novas associações, redes e parcerias europeias ou internacionais relacionadas com esta temática. Fundada em 1999, a federação europeia das associações de património industrial e técnico – E-FAITH – constitui uma plataforma de cooperação entre todos aqueles que, no espaço europeu, desenvolvem atividades ligadas à investigação, ao registo, à conservação, à gestão, ao desenvolvimento e à interpretação do património técnico e industrial, e tem neste momento em curso uma campanha para que seja decretado o ‘Ano Europeu do Património Industrial e Técnico’ (E-FAITH, 2011). A ‘Rota Europeia do Património Industrial’ – conhecida como ERIH – assume-se como “a rede de informação turística do património industrial europeu” (ERIH, 2011). Tendo sido criada em 2003 como um projeto Interreg IIIB com a duração de 5 anos, esta Rota foi registada com o estatuto de associação em 2008 na Alemanha e conta já com 150 membros de 17 países europeus (ERIH, 2011).

Fundada em 1997 em Copenhaga, a WORKLAB – International Association of Labour Museums – é igualmente digna de registo, uma vez que se centra na componente humana do processo de industrialização, dedicando-se à promoção da “compilação, conservação e interpretação da cultura da classe operária, dos processos laborais e do movimento operário” (WORKLAB, 2011). Esta organização, que reconhece como “museu operário” “qualquer instituição permanente que cumpra os requisitos do ICOM e que seja integral ou parcialmente dedicada à história das vidas dos operários”, é composta por 28 museus associados, localizados na Europa, na América do Norte e na África do Sul, dos quais faz parte o Museu de Portimão. A organização conjunta da conferência internacional ‘Reusing the Industrial Past’ pelo ICOHTEC, pelo TICCIH e pelo WORKLAB (Tampere, Finlândia, 2010) é um exemplo do incremento de parcerias internacionais com vista à realização de iniciativas conjuntas e concertadas no âmbito da defesa, valorização e promoção do património industrial (WORKLAB, 2011).

Uma outra iniciativa de grande relevância verificada em 2003 foi sem dúvida a elaboração e aprovação, por parte do TICCIH, da ‘Carta do Património Industrial’ – conhecida como ‘The Nizhny Tagil Charter for the Industrial Heritage’. Este documento salienta a importância histórica fulcral da Revolução Industrial enquanto processo histórico em curso que tem

¹⁷ Dos 28 sítios classificados como Património da Humanidade na Grã-Bretanha, apenas 8 são de cariz industrial.

afetado as vidas de uma parte muito significativa da população mundial e de diversas formas de vida do planeta. Neste contexto, a Carta afirma o valor universal, social, tecnológico e científico do património industrial e a necessidade de identificação, proteção e de estudo dos vários elementos ligados à história da atividade industrial, desde os edifícios e as estruturas, às povoações e paisagens envolventes, assim como a todas as suas manifestações tangíveis e intangíveis. O documento inclui igualmente a seguinte definição de património industrial:

Industrial heritage consists of the remains of industrial culture which are of historical, technological, social, architectural or scientific value. These remains consist of buildings and machinery, workshops, mills and factories, mines and sites for processing and refining, warehouses and stores, places where energy is generated, transmitted and used, transport and all its infrastructures, as well as places used for social activities related to industry such as housing, religious worship or education. (TICCIH, 2003)

Apesar de o enfoque da definição ser exclusivamente no património material, o documento menciona a documentação escrita, as memórias e os costumes como elementos intrínsecos do património industrial, chamando igualmente a atenção para a necessidade de os preservar e registar. A ‘Carta Internacional do Património’ apela ainda à UNESCO para que, através da chancela do ‘Património da Humanidade’, “reconheça devidamente o impacto tremendo que a industrialização tem tido na cultura humana”, e defende a necessidade de encarar o património industrial como parte integrante do património cultural e de desenvolver programas concertados para a sua conservação, no âmbito das estratégias de planeamento nacional e regional (TICCIH, 2003).

5.2. O património industrial em Portugal

No seu livro, *A Guide to the Industrial Archaeology of Europe*, de 1971, Kenneth Hudson faz o ponto da situação do património industrial português, constatando a inexistência de um museu da ciência e da tecnologia e de museus industriais de sítio, e a valorização governamental exclusiva do património artístico e histórico-cultural ligado à expansão marítima e colonial (Hudson, 1990: 48). O autor parece lamentar esta situação, particularmente em face da rica história industrial do país – ligada à extração mineral, à produção de vinho e de sal, à construção naval – e do património móvel e imóvel existente, que segundo o autor oferecia muitas potencialidades em termos de musealização e dinamização turística, mas que se encontrava em grande risco de degradação e destruição

rápida (48-49). Entre os exemplos concretos apontados pelo autor contam-se a criação de um Museu Mineiro em São Domingos, de um Museu Ferroviário e dos Transportes (no Porto ou em Lisboa), de museus de cortiça, da indústria conserveira e do vinho do Porto (49).

O desinteresse e desvalorização estatal pelo passado e pelo património industriais nacionais viriam a alterar-se a muito breve trecho, e particularmente no período a seguir ao 25 de Abril de 1974, que, segundo Armando Silva, ficou marcado pela reabertura de “todo o *dossier* patrimonial (...) com uma intensidade antes desconhecida”, traduzida em políticas estatais de defesa do património e por um “acentuado activismo de grupos populares que tudo pretend[ia] salvaguardar” (Silva, 1990a: 75). Assim, e à semelhança do que aconteceu, de forma pioneira, na Grã-Bretanha, mas também em vários países norte-europeus e norte-americanos, assistimos nas últimas três décadas em Portugal a uma progressiva preocupação com o património industrial, manifesta não só ao nível académico – com o desenvolvimento da investigação e da oferta de programas de formação – como ao nível das iniciativas de identificação, classificação, conservação, valorização e reutilização (particularmente por via do turismo) deste tipo de património. Tal como ocorreu em Inglaterra, em Portugal este processo foi desencadeado no âmbito da arqueologia industrial a partir dos anos de 1977-78 (Custódio, 1991a: 3). A demolição da Fábrica de Cerâmica Lusitânia, localizada no Campo Pequeno, no espaço onde hoje se encontra o edifício da Caixa Geral de Depósitos, terá suscitado a indignação popular e um debate público, tendo contribuído para uma maior atenção e sensibilização política para a necessidade de salvaguarda do património industrial¹⁸ (APAI, 1990b: 765).

Foi, contudo, na década de 1980 que a causa do património industrial se afirmou e se desenvolveu, de forma extraordinária, em Portugal, com a criação, em 1980, da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL), que nos anos seguintes desenvolveu uma série de iniciativas com vista à defesa e valorização do património industrial, nomeadamente de sensibilização da opinião pública, criação de núcleos de investigação, realização de eventos científicos de âmbito regional ou local (conferências, seminários, encontros) e de cursos de formação específica (ligados à arqueologia e ao património industriais e também ao turismo) e participação em projetos de musealização¹⁹ (APAI, 1990b: 765). De acordo com Custódio

¹⁸ O único elemento sobrevivente deste edifício, que permanece e está visível *in situ*, é uma chaminé de um dos fornos da fábrica. Foi recentemente publicada uma breve resenha da história desta fábrica, da autoria de Isabel Cameira (2008).

¹⁹ O pormenorizado *curriculum vitae* da professora Maria Luísa Nunes dos Santos, com uma extensa atividade no âmbito da investigação e da conservação e valorização do património industrial em

(1991a: 3), uma das maiores preocupações desta associação era a “necessidade de salvaguarda do património industrial móvel e imóvel, suporte da história industrial portuguesa, com fins museológicos”, particularmente através da criação de um Museu Nacional da Indústria e dos Transportes.

Esta aspiração pareceu próxima de se concretizar com a realização da primeira exposição de arqueologia industrial em Portugal, organizada pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e por uma equipa de especialistas ligados à arqueologia industrial, especialmente nomeada para o efeito. Os objetivos da exposição centravam-se na sensibilização para a importância e para o estudo da história portuguesa industrial e dos transportes, na inventariação do património industrial nacional e na exibição do espólio industrial armazenado em depósitos de museus (Custódio, 1991a: 3-4). Com o título ‘Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Preservar’, esta exposição consistiu na musealização de um espaço de cerca de 6.000 m² da Central Tejo (hoje Museu da Eletricidade) entre Maio e Dezembro de 1985 e constituiu um verdadeiro sucesso, quer a nível nacional quer internacional, tendo merecido a visita de especialistas estrangeiros da área da arqueologia industrial (Custódio, 1991a: 3-5; Barblan, 1991).

Após o encerramento da exposição, a ideia do Museu da Indústria não teve continuidade. Este facto, aliado à inexistência de um catálogo da exposição, saldou-se, segundo Custódio, num prejuízo imenso para a causa da salvaguarda do património e da memória histórica industriais, no desaproveitamento do investimento estatal realizado, e de todo o trabalho desenvolvido, nomeadamente “a pesquisa, a investigação científica, a recolha de documentação, o levantamento e recolha de materiais, ferramentas e máquinas, o seu restauro e musealização” (Custódio, 1991a: 4). Todavia, e apesar destes factos, a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) destacou, pouco tempo depois, os resultados positivos do evento, tal como a recuperação da Central Tejo, a preservação do espólio recolhido e o estreitamento das relações entre as equipas ligadas à arqueologia industrial e as entidades públicas e privadas com responsabilidades em matéria de património industrial (APAI, 1990b: 766).

Na sequência de uma sugestão feita à delegação portuguesa presente na 5.^a Conferência Internacional do TICCIH (Boston, EUA, 1984), foi criada em Coimbra a comissão organizadora

Portugal (sócia fundadora da AAIRL, presidente da APAI (1994-2004), membro do TICCIH (desde 1986) e diretora da revista *Arqueologia & Indústria* (1998-2004), disponível em linha, é muito elucidativo da dimensão e abrangência das iniciativas de cariz científico e pedagógico e de algumas das intervenções museológicas desenvolvidas em Portugal nas décadas de 1980 e 1990 (Santos, 2008).

do *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, que se realizou em 1986. No decurso das atividades de preparação deste evento, foi constituída a secção portuguesa do TICCIH (APAI, 1990b: 766). É impossível não reconhecer a importância nacional e histórica deste evento, organizado por académicos e membros da AAIRL e patrocinado por cerca de trinta entidades públicas e empresas privadas, tais como as Secretarias de Estado da Cultura e da Indústria, o IPCC, a Direção-Geral da Indústria, a Direção-Geral de Turismo, a Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses, a Siderurgia Nacional, a Cinemateca Portuguesa, câmaras municipais e a Universidade de Coimbra. O evento, cuja adesão ultrapassou as expectativas da organização, contou com mais de duas centenas de participantes, na sua maioria nacionais, entre estudantes, investigadores e professores tanto das ciências sociais e humanas como das ciências naturais e das engenharias, membros de associações diversas, profissionais de entidades públicas ligadas à cultura ao património, à museologia e às indústrias e técnicas, membros de empresas industriais privadas, etc.

Em consonância com os objetivos traçados pela comissão organizadora, o Encontro constituiu um fórum de reflexão e de discussão não só de questões conceptuais do património industrial, como também da comunicação e partilha de projetos de investigação – de cariz multi e interdisciplinar – em torno da história industrial portuguesa e da salvaguarda e reutilização do património industrial, fomentando igualmente o diálogo entre todos os interessados e envolvidos neste processo (investigadores, profissionais, organismos estatais e empresas privadas). No decurso destas sinergias, este Encontro tinha também como objetivos lançar as questões da necessidade urgente de realizar o Inventário do Património Industrial Nacional e de constituir um Museu Industrial, idealizado como

(...) uma instituição de âmbito nacional onde estejam representadas as empresas e se coordenem todas as conquistas e valores da história técnica e da cultura material, as suas diversas componentes económicas, sociais, humanas e mentais. Pretende-se um Museu que seja um espelho da industrialização portuguesa e uma fonte de informação e pedagogia das novas gerações. Pretende-se uma instituição, não centralizada, mas descentralizada. Não um museu tradicional mas um consórcio de museus, viabilizados economicamente. (Custódio, 1990a: 32)

Uma análise – ainda que breve – das comunicações apresentadas neste evento e coligidas em dois volumes (APAI, 1989 e 1990a) permite-nos aferir não só o grande interesse e entusiasmo que o património industrial motivou, nesta altura, a nível científico e académico, como também o seu cariz eminentemente multidisciplinar, apesar da afinidade mais estreita e

imediate com a área científica da história (económica e social). Este facto é particularmente visível, por um lado, através da diversidade de temáticas abordadas nesta conferência e, por outro, da preponderância de comunicações sobre a história industrial portuguesa e sobre o seu ensino. A título exemplificativo, podemos referir as comunicações de Mendes (1990), Felgueiras (1990), Valente (1990) e Ribeiro (1989), sobre a importância e as potencialidades pedagógicas do ensino do património cultural e industrial e da arqueologia industrial; as reflexões em torno dos conceitos de património e de arqueologia industrial (Silva, 1990a; Custódio 1990a), das fontes e dos métodos do estudo do património e da arqueologia industriais, tais como as fontes orais (Basílio, 1990), o postal ilustrado (Sousa, 1990), a fotografia (Silva, 1990b) ou os arquivos históricos (Custódio, 1990b; Silva, 1989), e dos desafios que o cariz multidisciplinar do património industrial coloca, enquanto objeto de estudo, às disciplinas de sociologia, história ou antropologia (Freire, 1990; Moutinho, 1990).

Salientamos ainda os diversos estudos ligados à história da industrialização portuguesa, por exemplo sobre as estreitas ligações entre o fomento e o ensino industriais em Portugal nos séculos XVIII e XIX (Cunha, 1990), sobre as primeiras manufaturas de curtumes (Oliveira, 1990), sobre a indústria do papel (Ribeiro e Santos, 1990), sobre a Real Fábrica de Fiação de Tomar (Custódio e Santos, 1990) ou sobre a Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (Matos, 1990). Neste Encontro foram igualmente apresentadas várias comunicações no âmbito da salvaguarda e da reutilização do património industrial, começando pela preleção inaugural de Kenneth Hudson, convidado especial do evento e um dos mais destacados académicos britânicos ligados ao movimento pioneiro da arqueologia industrial naquele país, autor de várias publicações e editor da revista *Industrial Archaeology* (Hudson, 1990: 35-36). Na comunicação apresentada, este especialista exaltou a importância da cultura material (neste caso dos edifícios industriais) como a única forma disponível de “recapturar a relação entre as pessoas e o espaço no passado” (Hudson, 1990: 41) e a necessidade de reconhecer o património industrial como parte integrante do património cultural de cada país, a par de outros tipos de património (militar, religioso). Hudson defendeu também a prioridade de salvar o património típico, local e modesto, em detrimento de grandes edifícios, com um custo de recuperação e manutenção demasiado avultados (Hudson, 1990: 46-48). Quanto às intervenções de oradores nacionais sobre esta temática, destaca-se a de Cordeiro (1990), que salientou a necessidade urgente de incluir o inventário do património industrial na elaboração da Carta Arqueológica Portuguesa (então em curso) e que apresentou um projeto de inventariação do património industrial da Bacia do Ave. Também Mendes (1989) e Nunes

(1989) enfatizaram, nas suas comunicações, as potencialidades da valorização e dinamização do património industrial português, particularmente no âmbito do turismo cultural.

Este Encontro incluiu ainda três visitas guiadas a vários sítios industriais significativos localizados na área da Grande Lisboa, organizadas em torno de três temáticas principais: ‘Indústria da Pólvora’, ‘Indústria Metalúrgica e Siderúrgica’ e ‘Indústria Química’²⁰, assim como uma ‘Sessão de Cinema Industrial’, que consistiu na projeção de diversos filmes/documentários industriais realizados em Portugal entre 1896 e 1979²¹. A comissão organizadora frisou ainda “a urgência do inventário do património industrial de âmbito nacional”, sugerindo que este constituísse mesmo a primeira tarefa a levar a cabo pela Associação instituída como departamento estatal (767). Por fim, a comissão propôs “a salvaguarda, classificação e reutilização” de dez sítios e monumentos industriais localizados de norte a sul de Portugal, entre os quais a Mina de São Domingos “como conjunto paisagístico, urbanístico e arqueológico” (767-768). Reconhecendo igualmente “a importância dos arquivos em geral para os estudos e a salvaguarda do património industrial”, deixou várias sugestões concretas com vista à proteção legal e salvaguarda dos arquivos históricos públicos e privados (768).

A comissão organizadora deste Encontro fez igualmente uma série de recomendações concretas com vista à conservação e valorização deste património, tais como um apelo às autarquias para realizarem inventários do património industrial local e regional e às empresas para apoiarem a causa da sua salvaguarda e valorização. Paralelamente a este evento, e sob os auspícios da AAIRL e das respetivas autarquias, bem como de associações locais ligadas à defesa patrimonial, realizaram-se igualmente três ‘Seminários sobre Arqueologia Industrial’, designadamente em Espinho, Aveiro e Mértola. Estes encontros, cujas conclusões foram incluídas nas atas do Encontro, tiveram como propósito estabelecer parcerias entre estas instituições com vista ao desenvolvimento de projetos de salvaguarda, valorização e reutilização do património industrial mais significativo destas regiões. Do ‘Seminário sobre Arqueologia da Indústria, Arqueologia Industrial e Arqueologia Mineira’, realizado em Mértola resultaram as decisões de implementar projetos de investigação e de musealização no

²⁰ Os itinerários destas visitas, bem como os detalhados ‘cadernos de apoio’ elaborados por membros da comissão organizadora ou por participantes nacionais neste Encontro, estão incluídos nos anexos do 2.º volume do livro de atas do Encontro (APAI, 1990b: 779-852).

²¹ Esta sessão, coordenada por Luís de Pina e intitulada ‘Crónica de Um Esforço Filmado’, foi acompanhada de um breve apontamento explicativo, que se encontra como anexo do 2.º volume do livro de atas do evento (Pina, 1990: 847-852).

contexto da faixa piritosa alentejana, e em particular do ‘Museu das Pirites Alentejanas’, com dois núcleos principais em Aljustrel e São Domingos, assim como de “pedir a classificação, como monumento nacional, da Mina de S. Domingos”, entendida como “todo o conjunto urbano e paisagístico, incluindo os vestígios da antiga exploração mineira, exemplo de como não se deve conduzir, na nossa sociedade, a geopolítica mineira” (APAI, 1990c: 859-860).

A década de 1980 caracterizou-se também por outros desenvolvimentos significativos no âmbito do património industrial nacional, tais como a constituição da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) em 1987 e a fundação da revista científica *Arqueologia Industrial* (no mesmo ano), assim como a conceção, implementação e mesmo abertura de vários museus de cariz técnico-industrial: por exemplo, o Ecomuseu do Seixal (1982), o Museu Rural e do Vinho do Cartaxo (1985) e o Museu da Água (1987). Este processo intensificou-se nas últimas duas décadas, tendo-se verificado um aumento exponencial do número de museus de âmbito industrial, com a abertura: do Museu da Eletricidade (Lisboa, 1990), do Núcleo do Sal do Museu Municipal de Alcochete (1990), do Museu da Fábrica de Cimento Maceira-Lis (Leiria, 1991), do Museu da Indústria Têxtil Vale do Ave (Famalicão, 1992), do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (Covilhã, 1992), do Museu do Carro Elétrico (Porto, 1992), do Museu da Ciência da Universidade de Lisboa (1993), do Museu do Trabalho Michel Giacometti (Setúbal, 1995), do Museu da Pólvora Negra (Oeiras, 1998), do Museu do Vidro (Marinha Grande, 1998), do Museu da Carris (Lisboa, 1999), do Museu Nacional da Imprensa (Porto, 1999), do Museu dos Transportes e das Comunicações (Porto, 2000), do Museu da Cerâmica de Sacavém (2001), do Museu do Papel de Santa Maria da Feira (2001), do Museu da Imagem em Movimento (Leiria, 2003), do Museu da Chapelaria (São João da Madeira, 2005), do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (2006) e do Museu de Portimão (2008)²².

As últimas décadas ficaram ainda marcadas pela realização de um número bastante significativo de exposições dedicadas à história da indústria portuguesa, das quais podemos destacar ‘Um Século de Indústria no Norte, 1834-1933’, comemorativa dos 150 Anos da Associação Industrial Portuguesa (Porto, 1999), as exposições ‘Água, Fogo, Ar, Cortiça’ (2000) e ‘Com os Homens do Aço’ (2002), levadas a cabo pelo Ecomuseu do Seixal, ou a exposição ‘Engenho e Obra: Engenharia em Portugal no Século XX’ (Lisboa, 2003), organizada pelo Instituto Superior Técnico e pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade

²² A maioria destes museus integra a Rede Portuguesa de Museus (RPM), criada em 2000 e tutelada pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC)/Ministério da Cultural (MC). A lista dos museus que integram esta rede está disponível em linha no sítio da internet deste organismo estatal (IMC, 2011).

Nova de Lisboa. Realizaram-se igualmente diversos eventos científicos de cariz regional, nacional e internacional dedicados ao património industrial, tais como as ‘2.ªs Jornadas Ibéricas do Património Industrial’ (Lisboa, 1994), a conferência internacional ‘Cortiça, Património Industrial e Museologia’ e o ‘Encontro Internacional Sobre Moinhos de Maré na Europa Ocidental’ (Seixal, 2000 e 2005) (APAI, 1998: 12; Cordeiro, 1998; 2006). Em 1997, foi também criada no Porto a Associação Portuguesa do Património Industrial (APPI), que constitui o representante nacional do TICCIH e edita, com uma periodicidade quadrimestral, um boletim informativo. No ano seguinte foi também fundada pela APAI a revista científica *Arqueologia & Indústria*, com o objetivo de dar a conhecer “os trabalhos desenvolvidos nas áreas da arqueologia e do património industriais, da história empresarial e da indústria” (APAI, 1998: 9).

No domínio da investigação foram igualmente levados a cabo diversos estudos e projetos relevantes no âmbito da história e do património industriais portugueses, alguns deles diretamente relacionados com projetos museológicos implementados: é o caso dos estudos de Jorge Custódio (1991c e 1991d) sobre o Museu do Ferro de Moncorvo, sobre o Museu do Vidro da Marinha Grande (1991e) e sobre o empresariado português (1994), de Isabel Ribeiro e Maria Luísa Santos (1991) sobre um potencial Museu do Papel em Tomar, e de Custódio, Ribeiro e Santos (1991) sobre o Museu dos Lanifícios da Covilhã, assim como de muitos outros que se encontram registados nos relatórios nacionais submetidos pelo presidente da APPI ao TICCIH em 1997 e 2006 (Cordeiro, 1998: 4-5; 7-8; Cordeiro, 2006). No que respeita à educação, há ainda que referir a inclusão de disciplinas ligadas à arqueologia, museologia e património industriais em alguns *curricula* de cursos de licenciatura e de pós-graduação de algumas universidades nacionais (nomeadamente a Universidade de Coimbra e a Universidade Nova de Lisboa) (Cordeiro, 1998: 5).

5.3. O património mineiro português

Como vimos acima, o património mineiro inscreve-se no conceito mais lato de património industrial, e também neste âmbito houve ao longo das últimas três décadas alguns desenvolvimentos que importa singularizar, tal como a criação dos seguintes espaços/núcleos museológicos: o Museu do Ferro e da Região de Moncorvo (1983), a Casa da Malta/Museu Mineiro (São Pedro da Cova, 1989), o Museu Mineiro do Lousal (2001), o Museu Municipal de

Aljustrel (Núcleo do Museu Arqueológico, 2002, e Núcleo da Central de Compressores, 2004), a Casa do Mineiro (Mina de São Domingos, 2006), o Complexo Mineiro de Tresminas (2009) e o Centro de Ciência Viva do Lousal – ‘Mina de Ciência’ (2010). Há ainda a destacar a realização de vários eventos de carácter científico dedicados ao património geológico e mineiro, tais como o Colóquio ‘Mineração e Metalurgia do Ferro’, organizado pelo Museu do Ferro e da Região de Moncorvo (1996), o Seminário ‘Arqueologia e Museologia Mineiras’, coorganizado pelo Instituto Geológico e Mineiro (IGM), pela APAI e pela Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (Lisboa e Lousal, 1998) (Brandão, 1998a), o ‘Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro’ (Beja, 2001) (Brandão, 2002b)²³ e as 6 edições dos ‘Encontros das Comunidades Mineiras’, realizadas em Aljustrel entre 2001 e 2011 (Câmara de Aljustrel).

Há ainda a destacar algumas publicações decorrentes de projetos de investigação no âmbito da história, da sociologia e da antropologia e com o enfoque nas principais minas da Faixa Piritosa Ibérica e nas suas comunidades, nomeadamente de Helena Alves (Alves, 1997) sobre a Mina de São Domingos, Paulo Guimarães (Guimarães, 2001), centrado nas Minas de Aljustrel e São Domingos; Paula Rodrigues (Rodrigues, 2005), sobre a Mina do Lousal e Inês Fonseca (Fonseca, 2007), sobre Aljustrel. O interesse multidisciplinar que a causa do património mineiro suscita é também evidenciado pela realização, na última década, de diversos trabalhos de investigação, tais como as teses de mestrado de José Brandão (Brandão, 2002a) sobre a musealização de espaços mineiros (museologia, caso de estudo: Museu das Minas de Argozelo), de David Teixeira (2005) sobre o Ecomuseu do Barroso (área do Património e Turismo), de Mário Barroqueiro (2005) sobre a sustentabilidade de projetos de reabilitação e reconversão de polos de indústria mineira (Geografia Humana e Planeamento), ou a de Nuno Rocha (História de Arte), sobre o couto mineiro do Espadanal (Rio Maior) (Rocha, 2010). Nas últimas duas décadas foram também publicadas em atas de congressos e conferências (nacionais e estrangeiras) e em publicações periódicas nacionais (da área da história, do património ou das geociências) diversos trabalhos de menor dimensão, de autores nacionais, muitos deles dedicados à história mineira (especialmente na Antiguidade), ao património mineiro e a projetos de musealização e de dinamização turística de sítios geológicos e mineiros (Rego, 1996; Rego, 2002 Brandão 1998a; Brãndão, 2002b; APAI, 1998; APAI, 1999/2000; Rábano, Manteca e García, 2003; Rábano e Mata-Perelló, 2006; Rábano e Florido, 2010).

²³ O cariz multidisciplinar deste congresso está patente nas secções temáticas em que foram agrupadas as várias comunicações apresentadas: ‘património geológico’; ‘história, património e arqueologia mineira’; ‘ambiente e áreas mineiras abandonadas’ e ‘experiências museológicas’ (Brandão, 2002b).

Igualmente digna de menção é a atenção crescente dedicada não só ao património geológico e mineiro como à sua musealização e dinamização turística por parte do antigo Instituto Geológico e Mineiro (IGM) (posteriormente INETI e atualmente LNEG) ao longo das últimas décadas, e que se tem manifestado na organização de eventos científicos (como os supramencionados), na participação em projetos de requalificação, musealização e dinamização turística de áreas mineiras (Argozelo, Aljustrel, Lousal, São Domingos), assim como na realização e publicação de trabalhos de investigação no âmbito das ciências geológicas e do património mineiro por parte de alguns dos seus investigadores/quadros superiores, e com maior destaque por José Brandão e João X. Matos²⁴ (Brandão, 1998b; Brandão, 2002a; Brandão, 2004; Brandão e Rocha, 2007; Matos et al., 2002; Matos et al., 2006; Matos, 2009; Matos, Pereira e Oliveira, 2010). Muitos destes trabalhos encontram-se disponíveis em várias publicações (especialmente nacionais e espanholas) da especialidade e nas atas de vários congressos, nomeadamente os organizados pelo IGM (agora LNEG) e pelo Instituto Geológico e Mineiro de Espanha (Brandão, 1998a; Brandão, 2002a; Rábano, Manteca e García, 2003; Rábano e Mata-Perelló, 2006; Rábano e Florido, 2010).

No âmbito da valorização do património geológico e mineiro por parte do LNEG há ainda que mencionar a implementação de um inventário nacional do património geológico (Brilha et al., 2010) e a participação desta entidade em parcerias e projetos internacionais sobre esta temática, tais como o Atlanterra e o RUMYS²⁵. No âmbito deste último projeto foi definida a chamada ‘Rota da Pirite’, que integra as principais minas portuguesas da Faixa Piritosa Ibérica (São Domingos, Aljustrel, Lousal e Caveira) e que tem como principais objetivos dinamizar o turismo temático – geológico-mineiro – nesta zona e inserir esta rota em redes internacionais homólogas (Matos, Pereira e Oliveira, 2010: 2; Matos et al., 2006). A Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) lançaram em 2010 um sítio em linha com a designação de ‘Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal’, com vista à promoção turística dos sítios de património geológico e

²⁴ Não nos sendo possível dar conta de todas as publicações (mais relevantes) destes autores, dado o seu volume, limitar-nos-emos a indicar alguns. Contudo, estes trabalhos podem ser consultados, e estão disponíveis em linha, no Repositório Científico do LNEG.

²⁵ O projeto Atlanterra é um projeto comunitário (Interreg IV B – espaço atlântico) em curso, com membros de Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Irlanda, que tem como principal objetivo a requalificação e valorização do património geológico e mineiro de antigas regiões mineiras (Matos, Pereira, Amaro e Oliveira, 2010). O projeto RUMYS é um projeto ibero-americano de rotas minerais, com o objetivo de mobilizar o património geológico e mineiro em prol do desenvolvimento regional sustentável (RUMYS, 2011).

mineiro aderentes ao projeto, bem como à divulgação de eventos relacionados com estas temáticas (DGEG e EDM, 2011; Lemos, 2010).

As últimas três décadas caracterizaram-se por uma progressiva sensibilização do Estado, da sociedade civil e da comunidade científica portuguesas para a importância do legado industrial nacional, um facto que se traduziu, como vimos acima, no reconhecimento estatal do património industrial e mineiro como património cultural, nomeadamente através da sua classificação, na implementação de diversos projetos de musealização e de dinamização turística deste património, assim como numa crescente atenção científica ao património industrial e mineiro no âmbito das artes, das ciências sociais e humanas, das ciências naturais e das engenharias, patente no número de trabalhos desenvolvidos e/ou publicados.

Não obstante a inegável relevância destes desenvolvimentos, a causa da salvaguarda, da conservação e da valorização deste património em Portugal, e em particular a sua musealização e dinamização turística, encontra-se num estado embrionário, particularmente quando comparada com o panorama europeu (não só dos países do norte europeu, como a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, etc., como dos países mediterrânicos, como a Espanha ou a Itália). Esta ideia é veiculada por José Lopes Cordeiro, presidente da APPI e representante português no TICCIH, nos relatórios que apresentou a este organismo internacional em 1997 e 2006. Em ambos os documentos, Cordeiro descreve como “preocupante” a situação do património industrial nacional, atribuindo ao estado a principal responsabilidade perante a degradação e destruição do património industrial nacional. No final da década de 1990, o autor apontou a ausência de regulamentação da lei do património promulgada em 1985, “uma característica única no panorama dos países da CE” (APPI, 1999: 3; Cordeiro, 1998: 4), o “desinteresse e a ineficiência” e a “crónica incapacidade que os organismos e autoridades governamentais revelam no que respeita ao cumprimento das suas obrigações de salvaguarda desta herança cultural”, como os principais fatores responsáveis pelo agravamento da situação de falta de proteção (e da consequente degradação e destruição) não só do património imóvel como móvel, especialmente de máquinas, instrumentos e documentação histórica. No relatório de 2006, Cordeiro critica a ausência de linhas orientadoras específicas para a salvaguarda do património industrial na lei do património aprovada em 2001, que contraria a tendência dominante da legislação dos vários países da UE, e demonstra uma preocupação crescente relativamente ao património técnico e industrial (APPI, 1999: 3; Cordeiro, 2006). Este académico lamenta ainda a falta de uma política museológica na área do património industrial:

A falta de uma política museológica na área do património industrial é uma das mais gritantes carências que se fazem sentir em Portugal. Também aqui se verifica um total desinteresse por parte do poder central, apenas muito timidamente contrabalançado pelo poder autárquico, a quem se deve o surgimento de alguns projectos de museus industriais, não obstante a sua quase totalidade se encontrar numa fase muito embrionária. (Cordeiro, 1998: 4)

Em ambos os relatórios, Cordeiro salienta três setores patrimoniais que, na sua opinião, se encontram mais ameaçados e que por isso merecem uma atenção maior e mais urgente: as fábricas históricas da industrialização portuguesa, minas recentemente encerradas e linhas de caminho-de-ferro de via estreita (Cordeiro, 1998: 4; 2006). Tanto no relatório de 2006 como nos boletins da APPI são igualmente referidos os inúmeros casos de degradação ou mesmo de destruição do património industrial nacional (Cordeiro, 2006; APPI, 1998a, 1998b; 1999).

No entanto, Cordeiro refere como um desenvolvimento positivo a classificação de diversos sítios ligados ao património industrial e mineiro. De facto, o sítio do IGESPAR na internet tem uma secção dedicada ao património industrial (no âmbito dos 'itinerários e inventários temáticos') onde, para além de uma breve descrição da história "muito recente" da valorização deste tipo de património 'vernáculo', indica 23 edifícios classificados, agrupados nas categorias de manufatura (século XVIII) (por exemplo, Fábrica de Tecidos de Seda, Real Fábrica de Panos da Covilhã, Real Fábrica de Vidros de Coima), indústria (séculos XIX e XX) (por exemplo, Fábrica da Romeira, Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego, Kodac e Central Tejo), estruturas sociais associadas (séculos XVIII-XX) (Residência de Guilherme e Diogo Stephens, Bairro Grandella, Villa Berta, entre outros) e obras públicas/infraestruturas (Aqueduto das Águas Livres, Ponte D. Maria Pia, Edifício da Estação de Caminho-de-Ferro do Rossio, etc.) (IGESPAR, 2011).

Há ainda a destacar o facto de a lista de sítios em vias de classificação incluir vários locais ligados à industrialização portuguesa, tais como a Fábrica de Cortiça Robinson (Portalegre), o conjunto industrial da Fonte do Lameiro (Covilhã), as Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos – cuja ponte a Administração do Porto de Lisboa designara como 'sucata' no final da década de 1990 (APPI, 1999: 16) – a Fábrica 'A Nacional', a estação ferroviária do Cais do Sodré e o imóvel da Voz do Operário (Lisboa), o Alto Forno da Siderurgia Nacional e a Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços (Seixal), entre outros (IGESPAR, 2010). Esta lista inclui igualmente dois sítios de património mineiro cujos processos de classificação se encontram em

curso, nomeadamente o Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva (Boticas) e o Complexo Mineiro de São Domingos e Pomarão (Mértola).

Não podemos deixar de referir que apenas uma parte muito pequena destes imóveis se encontra valorizada, musealizada ou integrada em roteiros patrimoniais ou turísticos. O número de imóveis industriais classificados constitui uma parte diminuta do total de sítios classificados que, como vimos anteriormente, ultrapassa os três milhares. Estes factos, aliados à inexistência – apesar de todos os esforços desenvolvidos na década de 1980 pela AAAIRL e pela APAI – de um Museu Nacional da Indústria – leva-nos a concordar com o diagnóstico extremamente negativo feito pelo presidente da APPI sobre o desinteresse que o estado português tem demonstrado pela conservação e valorização do património industrial nacional. Neste contexto, constatamos também que tanto o património classificado como os núcleos museológicos existentes, apesar de extremamente importantes, não representam nem conseguem transmitir, de uma forma consistente, uma noção aproximada (e global) do processo histórico da industrialização nacional.

No que respeita ao património mineiro, existe uma discrepância gritante entre a importância dos recursos minerais do território nacional e a ausência total de uma política estatal de salvaguarda e de valorização do património mineiro que lhe está associado. Este facto é particularmente visível no número irrisório de sítios classificados, e que são apenas três: as Minas Romanas de Tresminas em Vila Pouca de Aguiar, o Complexo Mineiro da época romana do Couço do Monte Furado (Viana do Castelo) (ambos classificados em 1997) e o Cavalete de extração de carvão e instalações do poço de São Vicente da mina de São Pedro da Cova (Gondomar) (classificado em 2010). O facto de apenas um destes sítios estar ligado ao processo moderno de industrialização (assim como a sua recente classificação) não deixa de ser indicativo da ausência de interesse e da inoperância do estado português (a nível quer central quer local) relativamente ao património industrial e mineiro moderno nacional.

No contexto académico, os estudos e projetos desenvolvidos, os eventos científicos realizados, as associações e publicações criadas, a participação em encontros e em redes e em projetos internacionais e a inclusão da temática do património industrial nos *curricula* académicos são indicativos de um interesse e de uma atenção crescentes e pluridisciplinares pelas problemáticas relativas a este património. Muitos destes investigadores e académicos têm desenvolvido um trabalho assinalável não só ao nível da produção de conhecimento sobre a história industrial portuguesa, como também ao nível da sensibilização para a importância e

necessidade de salvaguarda e de requalificação do património industrial, e da intervenção no âmbito da arqueologia, da inventariação do património industrial e da conceção e implementação de projetos museológicos. Contudo, verificamos que a maior parte dos estudos realizados é de pequena dimensão, de pouca profundidade e teorização, e de cariz essencialmente descritivo, algo que Silva já fizera notar no final da década de 1980 (Silva, 1990a: 76).

O património industrial e particularmente o património mineiro caracterizam-se pelo seu interesse e cariz multidisciplinares, o que tem levado alguns autores a afirmar o seu potencial de aproximação e de diálogo entre as culturas humanística e científica, vítimas de uma cisão artificial e perniciosa nas sociedades e culturas ocidentais (Snow, 1963; Mendes, 1990: 326). De facto, diversas entidades e disciplinas têm interesse – e intervêm ou deverão intervir – não só no conhecimento/estudo do património industrial como nos processos específicos da sua valorização e do seu reaproveitamento, nomeadamente por via da musealização e da dinamização turística. Contudo, tal como Silva nota, o princípio da interdisciplinaridade afirmado em tese não tem, em termos gerais e sistemáticos, sido implementado, resultando muitas vezes, nas palavras de Silva, numa mera “colagem de testemunhos humanísticos e técnicos” (Silva, 1990a: 76). Apenas em casos de projetos pontuais se verificam, de facto, a constituição e o trabalho conjunto de equipas multidisciplinares; em muitos outros casos, assiste-se ao desenvolvimento de projetos de musealização ou de dinamização turística que encerram apenas a componente humanística ou a componente técnica ou científica. As atividades e os projetos desenvolvidos pelo LNEG, no âmbito da dinamização turística do património geológico e mineiro, são um bom exemplo disto e traduzem-se num empobrecimento das iniciativas, que se revestem de um interesse temático, especializado e consequentemente limitado (nomeadamente em termos dos públicos que atraem). Os trabalhos desenvolvidos por investigadores e especialistas da área da geologia no âmbito do turismo mineiro revelam também uma abordagem simplista, não problematizada, da história e da cultura, tratando-as como recursos turísticos a mobilizar (por exemplo, Brandão, 2002b; Matos, 2009).

A ausência de uma política estatal (sustentada) de estudo, salvaguarda e de valorização deste património tem tido igualmente reflexos bastante negativos ao nível científico, inviabilizando a manutenção de associações e parcerias com um carácter continuado e sistemático. O não aproveitamento de alguns dos projetos desenvolvidos dita muitas vezes a sua descontinuidade. A ausência de apoio estatal à investigação e ao trabalho científico nestas

áreas deverá igualmente ter contribuído, de forma significativa, para a extinção da APAI e da revista *Arqueologia & Indústria*, editada por esta associação, no final da década de 1990, assim como para o caráter pontual e descoordenado das iniciativas realizadas – por exemplo, no âmbito da arqueologia industrial – que Silva notara já no final da década de 1980 (Silva, 1990: 76).

O estágio embrionário em que se encontra o processo de conservação, valorização e requalificação do património industrial nacional é também visível ao nível do conteúdo da maioria dos estudos desenvolvidos, de escopo limitado, pouco teorizado e aprofundado e descritivo, que se centram na historiografia de sítios ou de atividades particulares, na sensibilização para a necessidade da sua salvaguarda – por exemplo, do património documental – ou de projetos de inventariação ou de musealização do património. Com menor expressão, têm sido desenvolvidas algumas análises sociológicas, históricas ou antropológicas aprofundadas e teoricamente suportadas, de determinadas comunidades industriais e mineiras. São particularmente escassos – senão mesmo inexistentes – os estudos aprofundados, teoricamente informados, de reflexão e análise crítica dos projetos de requalificação – nomeadamente por via da musealização e da dinamização turística – já existentes, em curso, ou a desenvolver.

Este cenário é bastante diferente noutros países europeus, e particularmente naqueles onde os processos de industrialização e de desindustrialização tiveram uma expressão maior, como é o caso, por exemplo, da Grã-Bretanha, da França ou da Alemanha, onde o processo de valorização e de reutilização do património industrial já se iniciou há mais tempo e se encontra num estágio mais avançado de desenvolvimento. Por exemplo, no que concerne à Grã-Bretanha, verificou-se, desde a década de 1970, um aumento extraordinário do número de museus industriais, que hoje atingem várias centenas, sendo de uma natureza extremamente variada, quer em termos de conteúdos, quer de dimensão ou de classificação (sítios de património da humanidade, museus nacionais, regionais e locais, públicos e privados). No que diz respeito ao património mineiro, verificamos, ao contrário do que acontece em Portugal, que a riqueza mineral do Reino Unido está patente na quantidade (e qualidade) do património musealizado, com a existência de dois sítios mineiros classificados como património da humanidade – Big Pit/Blaenavon (País de Gales) e o património mineiro da Cornualha e de West Devon (constituído por 17 áreas/sítios) – de três museus mineiros nacionais – o ‘National Coal Mining Museum for England’, o ‘Big Pit National Coal Museum/National Museum Wales’ e o ‘National Mining Museum Scotland’ – e ao todo cerca de meia centena de museus de minas

e de história mineira no Reino Unido (Vernon, 2006). Este facto tem tido repercussões importantes ao nível científico, com a existência de várias dezenas de associações ligadas à história e património mineiros, com uma oferta formativa considerável nas áreas do património e da museologia, assim como uma assinalável produção de conhecimento nestes domínios. Existe, por isso, e em particular no contexto anglo-saxónico, um *corpus* bastante significativo de estudos académicos – de cariz bastante diversificado e aprofundado – de reflexão crítica sobre o património cultural, sobre os museus e a museologia em geral e, em menor escala, sobre o património industrial e mineiro, que importa analisar no contexto da presente reflexão.

Capítulo 3 – História, Memória e Cultura: musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro

1. Os ‘debates sobre o património’

(...) let us consider the terrain of industrial heritage (...). By terrain I mean the huge range of projects, initiatives, approaches, and models that can be collectively gathered around the notion of industrial heritage. Under an often bewildering array of private, public, and community auspices, these involve museum and other public exhibitions celebrating industrial work and community; artifact, archival, and landscape documentation programs; preservation of sites, buildings, neighborhoods, artifacts, and environments; conversion and re-use of abandoned facilities; industrial neighborhood preservation and revitalization; and establishment of landmarks, tours, regional trails, and other activities aimed at attracting visitors and tourists while also paying tribute to industrial heritage and the people and communities at its heart. (Frisch, 1998: 242-243)

Nas últimas décadas, a musealização e dinamização turística de sítios industriais e mineiros, e da história e memória operárias a eles associada, assim como a inclusão progressiva do património histórico-cultural tangível e intangível de cariz vernáculo no ‘cânone’ do património nacional ou mesmo universal, foram alvo de uma extensa, aprofundada e diversificada reflexão académica no contexto anglo-saxónico, particularmente no âmbito de uma série de disciplinas e de (sub)campos de estudo – estabelecidos ou emergentes – integrados nas ciências sociais e humanas, tais como os estudos culturais, a história (económica e social, popular, industrial ou mineira), a arqueologia, a sociologia, a antropologia, a etnologia, o turismo, a museologia, os estudos do património (*heritage studies*), os estudos da cultura visual e da cultura material, entre outros. Este imenso *corpus* teórico e analítico tem de ser perspectivado na sua relação permanente e dinâmica com o seu objeto de estudo, na medida em que ambos se constituíram e modificaram mutuamente: por exemplo, a análise crítica das práticas museológicas teve repercussões importantes sobre essas mesmas práticas, o que por sua vez se refletiu no cariz das abordagens subsequentes. Como veremos, este aspeto é salientado por Stuart Hall e Jo Littler nas suas reflexões sobre a evolução das representações culturais no contexto dos museus e monumentos de natureza histórico-cultural (Hall, 2005; Littler, 2005).

A conversão de sítios industriais e mineiros em património histórico-cultural deu origem, como vimos anteriormente, a transformações muito significativas no próprio conceito de museu,

quer de forma direta, através do surgimento de novos tipos de museus – nomeadamente os ecomuseus, os museus ao ar livre, os museus laborais, os museus vivos e os parques históricos – quer de forma indireta, através das alterações que produziu ao nível da natureza, características, objetivos e estratégias de exibição dos museus tradicionais. Estes museus surgiram no decurso, e muitas vezes no contexto imediato, da reestruturação do capitalismo industrial, e da desindustrialização massiva de povoações e regiões, com propósitos não só de regeneração económica e social como também de cariz político-ideológico, como forma de tentar gerir ao nível cultural os traumas da desindustrialização e a transição para economias e sociedades ditas pós-industriais, informacionais, renovadas e inscritas numa nova ordem mundial global.

Todos estes aspetos informam a reflexão sobre a ‘patrimonialização’ e musealização da indústria e do trabalho industrial. A abrangência e a complexidade do contexto repercutem-se no pensamento teórico e analítico, com a abordagem – em separado ou conjuntamente, e de diversos ângulos e perspetivas – de temáticas tão diversas como o potencial da ‘indústria do património’ para a regeneração económica e social, o cariz político-ideológico da produção de representações museológicas da história e da memória (industrial, coletiva, nacional), a transformação dos museus em empresas comerciais e do património histórico-cultural tangível e intangível num produto de consumo destinado ao mercado turístico, as perceções dos residentes e dos turistas das representações da história e da memória, a natureza, conceção de estratégias de exibição das representações museológicas, assim como a sua receção, entre outras.

Muitas destas questões foram objeto de análise pioneira na década de 1980 no âmbito dos estudos culturais, e no contexto da desindustrialização e política de reestruturação económico-social levada a cabo pelos governos conservadores de Margaret Thatcher. O *corpus* de pensamento crítico produzido, comumente designado de ‘debates sobre o património’, não só fomentou um debate público alargado sobre a transformação do património-cultural e do turismo histórico numa indústria nacional, substituta do tecido industrial tradicional, e sobre as atividades de lazer/práticas culturais a ela associadas, como influenciou também o pensamento subsequente sobre as temáticas ligadas ao património histórico-cultural, e em particular à musealização da história e da memória (Lumley, 2005). Os ‘debates sobre o património’, que contaram com o contributo muito significativo de investigadores e académicos da área dos estudos culturais, constituíram igualmente o primeiro fórum de reflexão crítica aprofundada e abrangente não só sobre a musealização da história industrial e

da história e memória operárias britânicas, como também sobre questões de representação cultural no âmbito dos museus.

Por estas razões, a nossa consideração da literatura crítica sobre a musealização da história e do trabalho industrial e mineiro centrar-se-á, em primeiro lugar, na análise destes contributos fundadores e da revisão crítica de que foram alvo nas últimas décadas. De seguida abordaremos, ainda que de forma breve, alguns estudos realizados sobre a representação da história e cultura locais no âmbito do turismo, bem como desenvolvimentos verificados ao nível da análise da cultura material e da cultura visual, e que trazem contributos importantes para o estudo das representações museológicas da cultura e da história e dos museus industriais e mineiros. Por último, consideraremos também algumas das análises desenvolvidas nas duas últimas décadas e no espaço académico anglo-saxónico em torno das temáticas diversas ligadas à musealização de sítios industriais e mineiros / à representação museológica da indústria e do trabalho industrial e mineiro.

1.1. O desenvolvimento dos museus industriais na época moderna

(...) the museum's formation – whether understood as a developmental process or as an achieved form – cannot be adequately understood unless viewed in the light of a more general set of developments through which culture, in coming to be thought of as useful for governing, was fashioned as a vehicle for the exercise of new forms of power. (Bennett, 1995: 19)

Museums of science can be regarded as cultural technologies which define both certain kinds of 'knowledge' (and certain knowledges as 'Knowledge' or 'science') and certain kinds of publics. Museums of science have not, however, remained constant over time: the types of science displayed, the types of public enlisted, the representational strategies and the institutional contexts, political motivations and effects have all undergone transformation. (Macdonald, 1998b: 5)

A expansão e diversificação extraordinárias dos museus em geral, assim como os desenvolvimentos registados ao nível dos museus industriais têm de ser perspectivados, e só podem ser devidamente compreendidos, no contexto historicamente mais lato do desenvolvimento e das transformações das sociedades modernas industriais, que considerámos com atenção no primeiro capítulo. Assim, diversos autores têm analisado criticamente o surgimento do museu público moderno – e dos museus industriais e da ciência – no âmbito da formação dos estados-nações, da sua expansão colonialista/imperialista e do

desenvolvimento do capitalismo industrial (Bennett, 1995; Macdonald, 1998b: 9; Anderson, 1991: 163). Neste âmbito, Bennett salienta a necessidade de analisar o processo de formação do museu moderno e a sua transmutação de uma instituição elitista, de cariz privado e de acesso restrito, num organismo público aberto à população em geral (ocorrida na primeira metade do século XIX em países como a Inglaterra ou a França) no quadro de uma crescente conceção e utilização da cultura como “objeto governamental” (Bennett, 1995: 19), como “um recurso para regular o campo do comportamento social” (20), em suma, um instrumento ideológico através do qual a nova ordem – política, social e económica – era comunicada e inculcada.

Assim, e segundo Bennett, o desenvolvimento dos museus modernos não pode ser estudado apenas em termos das suas transformações internas, mas tem de ser considerado a par das alterações paralelas de todo um conjunto de instituições culturais, como é o caso das galerias de arte, das bibliotecas, dos parques públicos, dos teatros, cujo estabelecimento foi fomentado pelo Estado britânico – particularmente na segunda metade do século XIX – com o propósito de educar as populações para a nova ordem social, de formar os cidadãos da sociedade industrial moderna (6; 20):

Museums might help lift the level of the popular taste and design; they might diminish the appeal of the tavern, thus increasing the sobriety and industriousness of the populace; they might help prevent riot and sedition. Whichever the case, the embroilment of the institutions and practices of high culture in such tasks entailed a profound transformation in their conception and in their relation to the exercise of social and political power. (Bennett, 1995: 21)

Estes desenvolvimentos têm por isso de ser enquadrados no âmbito das estratégias de disciplina e de controlo das classes trabalhadoras, que analisámos no âmbito do primeiro capítulo, nomeadamente através do controlo do lazer e das estratégias de substituição de alguns dos seus hábitos e passatempos – as feiras, os *pubs*, etc. – por atividades mais edificantes, de ‘recreação racional’.

Tanto Bennett como Macdonald destacam as várias formas através das quais os museus – e em particular os museus da ciência e as exposições industriais e internacionais – funcionaram como “tecnologias de progresso”: por um lado, isto implicou uma estratégia de diferenciação da nova conceção de museu, que obedecia aos princípios de ordem e classificação racionais e científicos e cujo principal objetivo era o de ensinar, de transmitir os novos conhecimentos

científicos e industriais – da desorganização e da falta de rigor dos anteriores gabinetes de curiosidades, destinados apenas a espantar e maravilhar os seus seletos visitantes (Bennett, 1995: 41; Macdonald, 1998b: 8-9; Goodman, 1999: 259). Por outro lado, tanto os museus como as exposições internacionais se constituíram como alternativas ‘racionais’ e instrutivas a espaços e eventos lúdicos análogos de cariz popular, tais como as feiras, consideradas moralmente perniciosas devido ao seu cariz sobretudo carnavalesco, ou seja, ao excesso, ao divertimento irracional e potencialmente violento (Bennett, 1995: 74). A crença no potencial social e culturalmente edificante dos museus e das exposições é particularmente visível na reflexão apologética de John Ruskin a propósito da abertura do Crystal Palace no seu local definitivo, em 1854:

For the first time in the history of the world, a national museum is formed in which a whole nation is interested; formed on a scale which permits the exhibition of monuments of art in unbroken symmetry, and of the productions of nature in unthwarted growth, – formed under the auspices of science which can hardly err, and of wealth which can hardly be exhausted; and placed in the close neighbourhood of a metropolis overflowing with a population weary of labour, yet thirsting for knowledge, where contemplation may be consistent with rest, and instruction with enjoyment. It is impossible, I repeat, to estimate the influence of such an institution on the minds of the working-classes. How many hours once wasted may now be profitably dedicated to pursuits in which interest was first awakened by some accidental display in the Norwood palace; how many constitutions, almost broken, may be restored by the healthy temptation into the country air, – how many intellects, once dormant, may be roused into activity within the crystal walls, and how these noble results may go on multiplying and increasing and bearing fruit seventy times sevenfold, as the nation pursues its career, – are questions as full of hope as incapable of calculation. (Ruskin, 1986: 174).

Por oposição a estes espaços de lazer populares, a frequência dos museus, dos parques, das bibliotecas ou das exposições implicava a obediência estrita de padrões de apresentação/aparência e de conduta socialmente adequados e ‘respeitáveis’. Richard Altick refere o facto de, em 1807, a cobrança de bilhetes para entrada no Museu Britânico (British Museum) ter sido substituída pela admissão gratuita de todas as pessoas que tivessem uma “aparência decente” até ao limite de 120 visitas diárias, o que terá feito disparar o número de visitantes (Altick, 1999: 241). Também Toshio Kusamitsu refere os códigos de vestuário que regiam a frequência das exposições industriais organizadas pelos Mechanics Institutes ao longo da primeira metade do século XIX um pouco por toda a Inglaterra, e onde se solicitava aos trabalhadores que as visitavam que não viessem com as roupas de trabalho (Kusamitsu, 1980: 76).

Além da disciplina que incutiam em termos comportamentais, os museus e as exposições funcionavam também como “tecnologias de progresso”, não só através da noção de ordem que os seus métodos de organização e de apresentação ‘científicos’ reproduziam e transmitiam, mas também – e fundamentalmente – através dos seus conteúdos ou coleções, destinados a comunicar e a tornar inteligível a nova ordem política, económica e social, simultaneamente legitimados e legitimadores das novas disciplinas ‘científicas’ que em grande medida ajudaram a gizar e afirmar essa mesma ordem, assim como das próprias noções de “conhecimento” ou de “ciência” (Bennett, 1995; 75-77; Macdonald, 1998b: 5). Tal como Bennett frisa, através da conjugação das várias novas disciplinas, criou-se, no contexto do museu e das exposições internacionais, um espaço de representação onde a visão positivista da história e da evolução gradual e contínuo dos seres vivos, dos povos, das civilizações e dos estados era comunicada (Bennett, 1995: 75):

If developments within history and archaeology thus allowed for the emergence of new forms of classification and display through which the stories of nations could be told and related to the longer story of Western civilization’s development, the discursive formations of 19th century geology and biology allowed the cultural series to be inserted within the longer developmental series of geological and natural time. (Bennett, 1995: 77).

Foi contudo, e tal como Bennett salienta, nos museus da ciência e da tecnologia e nas exposições industriais e internacionais emergentes que a nova ordem industrial capitalista foi ideologicamente transmitida e legitimada, através da representação de uma história de sucesso e de progresso contínuo:

Museums of science and technology, heirs to the rhetorics of progress developed in national and international exhibitions, completed the evolutionary picture in representing the history of industry and manufactures as a series of progressive innovations leading up to the contemporary triumphs of industrial capitalism. (Bennett, 1995: 77)

Na sua breve revisão da história dos museus da ciência desde o período da Renascença até aos nossos dias, Macdonald enfatiza o cariz industrial e tecnológico das exposições universais que floresceram na segunda metade do século XIX e a natureza científica da maioria dos museus criados ao longo do século XIX (com exceção das galerias de arte), destacando também o surgimento de museus públicos especializados não só da ciência mas de cariz técnico-

industrial, tais como o Conservatoire National des Arts et Métiers²⁶ (Paris), o Industrial Museum of Scotland (1855), ou o South Kensington Museum (originalmente chamado de Museum of Manufactures, hoje Victoria and Albert Museum), muitas vezes com o intuito de albergar as coleções das exposições internacionais (Macdonald, 1998: 10). Tal como esta autora salienta, no início do século XX, a maioria dos estados modernos possuía não um museu nacional mas vários museus nacionais especializados, por exemplo dedicados à história natural, à ciência e à tecnologia, à história da arte, etc. (10).

The Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations, a Grande Exposição londrina de 1851, é considerada, em termos genéricos, como a primeira feira ou exposição ‘mundial’ e também, como vimos no primeiro capítulo, como o primeiro grande evento turístico da Grã-Bretanha (Lash e Urry, 1994: 262), e foi seguida de múltiplos certames similares, realizadas ao longo da segunda metade do século, não só em vários países europeus como nos Estados Unidos da América, na Austrália e no Japão, com o intuito de demonstrar ao mundo o poderio económico e o desenvolvimento industrial dos países organizadores e participantes, conjugando, como Bennett defende, de forma dinâmica, e de acordo com objetivos mais imediatos, as retóricas do nacionalismo, do imperialismo e do progresso industrial (Bennett, 1995: 80). Contudo, é importante lembrar que, excetuando a sua dimensão e o seu âmbito manifestamente internacional ou ‘universal’, a exposição de 1851 foi mais uma de uma série de exposições industriais que se realizaram, com crescente regularidade, desde o final do século XVIII, designadamente em França e em Inglaterra.

Kusamitsu liga a genealogia da Grande Exposição de 1851 a um “movimento de exposições” industriais desenvolvido no âmbito dos Mechanics Institutes no final da década de 1830 e ao longo da década seguinte, com o intuito declarado de fornecer instrução prática aos operários nos seus vários ofícios (Kusamitsu, 1980: 72). Na verdade, este era também o objetivo destas associações filantrópicas fundadas na Escócia (Edimburgo e Glasgow) e em Londres na década de 1820, e que em meados do século se encontravam presentes, de acordo com Kusamitsu, em mais de 200 cidades inglesas (73-74). Segundo este autor, em quase todas estas cidades foram realizadas exposições industriais; só em Manchester, entre 1837 e 1842 tiveram lugar quatro exposições, que terão atraído cerca de 300.000 participantes; apoiando-se em fontes históricas da época, o autor estima que o certame realizado em Leeds em 1840 tenha contado com cerca de 200.000 visitantes. Tal como outras associações, também os Mechanics

²⁶ Este museu, que terá sido o primeiro no seu género, foi fundado em 1794 (Macdonald, 1998b: 10).

Institutes tiraram partido da existência recente dos comboios para organizar excursões a algumas destas exposições (82). Apesar da sua natureza técnica e especializada, estes eventos assumiam também um cariz lúdico e festivo, em que participavam não só os operários como as suas famílias (71).

Estas exposições, como já referido, tinham como público-alvo principal os operários industriais e como principal objetivo a educação – não só técnica mas também moral – das classes trabalhadoras (75-76), o que se traduzia, por exemplo, no preço baixo dos bilhetes e no horário de funcionamento noturno (até cerca das 22 horas), altura em que se registava a maior afluência de público (75). Tal como acontecia nos museus e em outras exposições, também aqui os participantes eram previamente instruídos não só em termos de códigos de conduta como também de indumentária (76). No que respeita ao seu conteúdo, estas exposições incluíam uma grande diversidade de instrumentos e de objetos de cariz científico e técnico-industrial, desde miniaturas de lagos, canais ou das mais variadas máquinas operadas a vapor, e que eram fabricadas especificamente para estes certames, dada a impossibilidade, pela sua dimensão, de exhibir os exemplares originais (77). Para além de permitirem a demonstração do funcionamento destas máquinas modernas, as exposições davam a conhecer os diversos estágios dos processos de fabrico, exibindo também (e por vezes comercializando) amostras não só das matérias-primas como dos produtos finais respetivos (79-80).

Kusamitsu reflete sobre o papel importante que estas exposições tiveram como precursoras da Grande Exposição de 1851, não só em termos dos objetos e instrumentos exibidos, como da própria camada da classe trabalhadora que atraíam, e que consistia maioritariamente nos operários qualificados e especializados, por vezes apelidados da ‘aristocracia do trabalho’, que não só visitavam os certames como participavam também na sua produção, contribuindo com peças/exemplares fabricados por eles próprios (74; 86-87). Apesar das suas características comuns, Bennett aponta dois aspetos que diferenciam a exposição de 1851 (e as exposições internacionais subsequentes) das exposições organizadas pelos Mechanics Institutes, nomeadamente a ênfase progressiva nos produtos em detrimento dos processos industriais, e o objetivo de deslumbrar os trabalhadores em vez de os educar: “After 1851, world fairs were to function less as vehicles for the technical education of the working classes than as instruments for their stupefaction before the reified products of their labour, ‘places of pilgrimage, as Benjamin put it, ‘to the fetish Commodity’.” (Bennett, 1995: 81) Esta tentativa de seduzir os trabalhadores para as ‘maravilhas’ da industrialização, e assim vencer e fazer

soçobrar a resistência organizada contra a nova ordem industrial, está também presente, de certa forma, na crítica de Marx e Engels a esta mesma exposição:

This exhibition is a striking proof of the concentrated power with which modern large-scale industry is everywhere demolishing national barriers and increasingly blurring local peculiarities of production, society and national character among all peoples. By putting on show the massed resources of modern industry in a small concentrated space, just at a time when modern bourgeois society is being undermined from all sides, it is also displaying materials which have been produced, and are still being produced day after day in these turbulent times, for the construction of a new society. With this exhibition, the bourgeoisie of the world has erected in the modern Rome its Pantheon, where, with self-satisfied pride, it exhibits the gods which it has made for itself. (Marx e Engels, 1978: 499-500)

A exposição (temporária e permanente) da magnitude das realizações científicas, tecnológicas e industriais funcionou assim como um recurso ideológico através do qual as elites políticas e económicas tentaram levar as populações não só a aceitar como também a interiorizar a nova ordem social. De facto, a boa receptividade que estes espaços e eventos mereceram está patente nos números impressionantes de visitantes não só da exposição de 1851, como também de outros museus londrinos, tanto durante o período da exposição como nas décadas subsequentes: de acordo com Bennett, o South Kensington Museum, que foi o primeiro museu verdadeiramente aberto ao público em geral, atraiu 15 milhões de visitantes entre 1857 e 1883, dos quais 6.5 milhões em horário noturno (Bennett, 1995: 70). Contudo, este facto não indicará a aceitação da ordem social vigente mas tão só, como Kusamitsu refere a propósito das exposições dos Mechanics Institutes, a curiosidade intelectual como uma característica geral, partilhada pelas populações em geral e pelas classes trabalhadoras em particular.

Se a Grande Exposição de 1851 é genericamente apontada como o primeiro grande evento turístico britânico, também as exposições industriais, internacionais e mundiais podem ser vistas como exemplos pioneiros do turismo industrial, que é sem dúvida uma vertente significativa – ainda que muito pouco reconhecida ou explorada – da análise histórica do turismo no século XIX, geralmente centrada nas viagens de cariz cultural sucedâneas do *Grand Tour*. Uma exceção – também ela pioneira – e digna de menção é a interessante e pertinente análise de Dean MacCannell de dois guias turísticos de 1900 sobre Paris, e que revelam a inclusão de uma série de locais de cariz industrial ou mais genericamente ligados ao funcionamento de uma metrópole simultaneamente apresentada como representação metonímica de uma sociedade industrial moderna: a casa da moeda, a bolsa de valores, o açougue, o sistema de esgotos, o tribunal, a fábrica de tapetes ou de tabaco, a morgue

(MacCannell, 1999: 57). MacCannell vê estas visitas turísticas a locais de trabalho como “lazer alienado”, uma vez que pervertem aquele que é supostamente o seu objetivo principal (o lazer), devolvendo os trabalhadores ao contexto laboral (57). Na verdade, elas aproximam-se dos museus e das exposições industriais, constituindo, como Bennett frisa, uma forma de exibição da própria sociedade industrial moderna, com o intuito de comunicar, de tornar inteligível, a sua organização, as suas instituições, a divisão e a comercialização do trabalho pago, a produção em massa, etc. (Bennett, 1995: 65).

Jorge Custódio (1991b) revisita também a (atribulada) história dos museus industriais em Portugal, inscrevendo-a no contexto mais amplo do surgimento dos museus da indústria e das técnicas em diversos países do norte-europeu ao longo do século XIX, bem como da realização das exposições internacionais de cariz industrial. À semelhança dos autores supracitados, também Custódio defende que estes museus desempenhavam uma dupla função, educativa e político-ideológica, constituindo “extensões pedagógico-culturais do ensino industrial e técnico” e promovendo a nova ordem industrial e comercial modernas (Custódio, 1991b: 9). O autor salienta ainda o facto de muitos destes museus terem, em certa medida, complementado ou substituído as exposições industriais, constituindo-se por vezes com o intuito de albergar os objetos provenientes destes certames e/ou oferecidos por produtores e empresários.

Custódio analisa no seu estudo a promoção estatal dos museus industriais em Portugal ao longo do século XIX, intimamente ligada à instituição do ensino industrial e influenciada pelos exemplos dos novos museus industriais europeus e particularmente britânicos (10). Tal como o autor demonstra, as intenções da criação de museus de cariz industrial, expressas em medidas legislativas, não se traduziram muitas vezes na sua implementação, que se pautou por avanços, recuos e múltiplas dificuldades. Assim, e apesar de um decreto de 1836, de Passos Manuel, criar e definir o Conservatório de Artes e Ofícios, e de um outro, de 1852, de Fontes Pereira de Melo, mencionar o estabelecimento de um Museu Industrial foi, segundo Custódio, apenas na década de 1870 que se conheceram os primeiros catálogos do Museu Tecnológico, da autoria do professor Fonseca Benevides (10-11). Foi, contudo, apenas na sequência de um decreto, de 1884, de António Augusto de Aguiar, que nasceram os Museus Industriais e Comerciais do Porto e de Lisboa, inaugurados em 1886 e 1887, respetivamente. A coleção do Museu Industrial e Comercial de Lisboa era composta por objetos oferecidos por produtores e empresários ao Conselho Geral das Alfândegas desde a década de 1860, bem como por ofertas provenientes da Exposição Universal de Viena de Áustria (11-12). A Exposição Industrial

Portuguesa de 1893 teve lugar neste museu, que ocupava parte do edifício da Real Casa Pia de Lisboa (11). Ambos os museus, de acordo com Custódio, terão encerrado com a implantação da República e após uma vida curta e atribulada (12).

1.2. *Museus de sítio, ecomuseus e museus de história operária*

Na sua abordagem à história dos museus da ciência, Macdonald lembra que, à semelhança de outros tipos de museus, de cariz genérico ou específico, também os museus da ciência se foram transformando ao longo do tempo, ao nível das suas coleções, das estratégias de exibição e dos públicos atraídos (Macdonald, 1998b: 5). Para esta autora os museus da ciência mantêm os princípios orientadores que norteavam os seus congéneres do século XIX – nomeadamente o de constituírem “mediadores especializados” que transmitiam, e tornavam inteligível, os conhecimentos científicos (13). Além dos desenvolvimentos supramencionados, comuns à generalidade dos museus, Macdonald destaca duas transformações a seu ver importantes registadas ao nível dos museus da ciência na segunda metade do século XX, nomeadamente o incremento extraordinário dos museus industriais (*industrial heritage*) e dos centros de ciência (14). Apesar de admitir que a identificação ou associação destes espaços aos museus da ciência não é consensual, Macdonald defende a afinidade entre eles, não só em termos temáticos como de estratégias de exposição e de modos de funcionamento. A autora reconhece, porém, as abordagens diferentes, se não mesmo contrárias, que os centros da ciência e os sítios industriais adotam relativamente à ciência: enquanto os primeiros se centram nas leis e nos princípios científicos universais, os sítios industriais inscrevem a ciência no contexto histórico local, de uma comunidade particular (14).

Este tipo de museus, habitualmente designados em inglês como *open-air museums* (museus ao ar livre) mas também e simplesmente como *industrial heritage* (sítios industriais), que surgiram em Inglaterra a partir do início da década de 1970, e cujos principais representantes são Blists Hill/Ironbridge Gorge Museum e Beamish – the North of England Open Air Museum, caracterizam-se pela recriação ‘total’ dos ambientes originais (Macdonald, 1998: 14), com a utilização de construções-modelo, de objetos originais ou de réplicas, de animais vivos e de performances por parte de profissionais/funcionários vestidos à época que desempenham ofícios e atividades tradicionais (Engström, 1985: 207; Pressenda e Sturani, 2007: 2-3). Este tipo de museus populares (no sentido de retratarem a história e a vida do povo) tiveram como

precursores o museu Skansen, na Suécia (aberto em 1891) e Greenfield Village, fundado por Henry Ford, em 1929, que além de ofícios artesanais continha também um museu industrial, que celebrava as invenções que tinham alimentado a industrialização e o progresso capitalista (Bennett, 1988: 72). Por vezes, estes museus são confundidos com os ecomuseus, que mencionámos acima e que se desenvolveram primeiramente em França e nos países da Escandinávia, mas que hoje existem um pouco por todo o mundo (Macdonald, 1998b: 15).

Esta confusão é compreensível, dada a característica comum destes dois tipos de museus: a representação da vida e da história de uma determinada comunidade ou região com objetivos primordialmente educativos, aquilo a que Pressenda e Sturani apelidam de “patrimonialização da paisagem” (Pressenda e Sturani, 2007: 2), ou seja, a assimilação de temas e objetos próprios dos museus, representados em diversos polos, ou sítios de interesse em espaços fechados ou ao ar livre, disseminados por uma determinada área geográfica. Na verdade, o próprio conceito de ecomuseu surgiu a partir da adaptação, por parte de George Henri Rivière, do modelo dos museus de sítio escandinavos (particularmente de Skansen) ao contexto francês (Hubert, 1985: 186; Engström, 1985: 207). Tanto Hubert como outros autores refletem sobre as discrepâncias entre os princípios teóricos e a prática dos ecomuseus e denunciam a apropriação oportunista da designação de ‘ecomuseus’ por parte de muitos museus que não se regem pelos seus princípios orientadores nem possuem as características deste tipo de museus (Hubert, 1985; Engström, 1985; Davis, 1999). A diferença entre os museus de sítio e os ecomuseus parece não ser também facilmente apreendida pelo público: em meados da década de 1980, e na sua análise crítica do desenvolvimento dos ecomuseus (e de outros tipos de museus populares) em França, François Hubert queixava-se que “o público em geral está convencido (...) que um ecomuseu é uma reconstrução de uma oficina ou de uma quinta antiga” (Hubert, 1985: 186).

Em face destas dificuldades, vários autores têm tentado explicitar as características definidoras dos ecomuseus, e que os diferenciam e afastam de outros tipos de museus de cariz popular. Por exemplo, Engström destaca três princípios fundamentais do conceito de ecomuseu, sendo o primeiro uma ênfase na ecologia, entendida como “a inter-relação entre os organismos e o seu meio ambiente” e que, transportada para o contexto do ecomuseu, implica necessariamente uma abordagem interdisciplinar, uma integração das várias disciplinas (Engström, 1985: 207). Também Hubert realça o objetivo fundador destes museus, tal como eles foram concebidos por Rivière, de representar e de transmitir, de forma holística, as

relações entre o homem e o meio ambiente, através de uma combinação (e estreita ligação) entre as ciências naturais e humanas (Hubert, 1985: 186).

O segundo princípio enunciado por Engström é o cariz regional do museu, sendo que o conceito de região não é aqui entendido em termos administrativos, nem necessariamente geográficos, mas sim em termos culturais, identitários: “(...) a zone that forms a whole, because of the unity of its traditions, natural setting and economic life – for example a mining region, a river valley, farming country or an industrial zone.” (Engström, 1985: 207) Esta ideia tinha já sido formulada por Hugues de Varine, no início da década de 1970, na sua descrição do projeto do ecomuseu francês Le Creusot – Monceau-les-Mines:

The museum's only boundaries are those of the community it serves. Just as, in classical geometry, a plane is composed of an infinite number of points, so the museum is composed of an infinite number of places, closed or open, natural or artificial, situated in a geographically delimited area. These places may be, and are in fact, a mill, a miner's house, the hangar of an ironworks, a prehistoric site, a bird sanctuary, a church, a bakery, a local beauty-spot with an extensive view, pit-head installations, a canal, and so on. Groups of places can also be envisaged such as part of a town, a village, a forest. The whole community constitutes a living museum, its public being permanently inside. (de Varine-Bohan, 1973: 244).

A descrição de Varine é desde logo elucidativa do terceiro princípio definidor dos ecomuseus destacado por Engström, nomeadamente o envolvimento e a participação ativa da população em todo o processo da musealização daquele que é, em primeiro lugar, o seu próprio património histórico-cultural (Engström, 1985: 207). Esta ideia estava também muito clara na apresentação de Varine do projeto de Creusot-Montceau-les-Mines, em que o autor defende que, independentemente dos direitos legais de propriedade, todo o património móvel e imóvel existente no perímetro da área geográfico-cultural abrangida pela comunidade em questão constitui a sua propriedade cultural e, logo, parte integrante do museu (Varine, 1973: 244). Hubert dá, neste contexto, um contributo importante para a compreensão do cariz específico e distintivo dos ecomuseus. Sem negar a importância da orientação do ecomuseu para a comunidade, o autor considera, contudo, que este aspeto não define por si só este tipo de museu, uma vez que ele é partilhado, de forma igualmente eficaz, por parte de outros tipos de museus (Hubert, 1985: 189). De acordo com este autor, a verdadeira originalidade do ecomuseu consiste na sua orientação para o presente, no seu confronto da atualidade para lhe conferir “um novo humanismo” (189-190). O objetivo de intervenção social partilhado pelo movimento dos ecomuseus, assim como, em termos mais genéricos, da chamada ‘nova

museologia' já foi referido acima. Esta ideia pressupõe igualmente a interrogação crítica do passado histórico no presente, uma ideia que está também presente no projeto de Le Creusot-Montceau-les-Mines, explanado por Varine:

(...) the museum is shortly going to open a scientific research centre on the problems arising from industrial development. Le Creusot and Montceau-les-Mines are symbols of the industrial revolution in France in the nineteenth-century, and are still interesting localities for a 'test tube' study of the development of industrial society. (de Varine-Bohan, 1973: 248)

São estes princípios distintivos dos ecomuseus que Engström encontra ausentes de vários museus similares, muitas vezes equiparados aos ecomuseus ou mesmo designados como tal, existentes por exemplo na Suécia (e não só), e que na sua opinião deviam, em rigor, ser identificados como “museus histórico-industriais ou museus ‘fragmentados’”, apontando como exemplo paradigmático o museu de Ironbridge em Inglaterra (Engström, 1985: 208). De facto, este museu, que foi pioneiro em termos dos museus de sítio de cariz industrial surgidos na segunda metade do século XX, foi fundado no mesmo ano que o ecomuseu Le Creusot – Montceau-les-Mines, mas com uma filosofia completamente distinta, desde logo em termos de estatuto legal – enquanto Le Creusot foi criado como uma associação, Ironbridge nasceu e desenvolveu-se como um projeto empresarial de natureza cultural e turística.

A leitura comparativa do texto de Varine (já mencionado) sobre Le Creusot, e de Cossons, sobre a implementação do empreendimento de Ironbridge (Cossons, 1980) é particularmente elucidativa sobre as diferenças abismais (especialmente de princípios/filosofia) que separam o conceito (francês) de ecomuseu e o conceito (britânico) de *open-air museum*. A descrição pormenorizada da génese, do desenvolvimento e da implementação do projeto do Ironbridge Gorge Museum de Cossons (que foi diretor do museu entre 1971 e 1983), publicada na revista da UNESCO *Museum* em 1980, é remanescente dos planos de negócio e dos relatórios empresariais, e bastante esclarecedora da natureza e filosofia empresariais do projeto, propriedade de uma empresa privada registada como instituição de beneficência, com o objetivo de auferir benefícios fiscais (Cossons, 1980: 140), e cujo primeiro presidente, E. Bruce Ball, tinha sido pouco tempo antes diretor executivo de uma empresa de engenharia, mas que estava “profundamente interessado na história da tecnologia” (Cossons, 1980: 140). Com o objetivo de angariar o capital necessário para garantir a realização da primeira parte do projeto – cerca de 1 milhão de libras esterlinas – foi fundada uma empresa afiliada de consultoria, o Ironbridge Gorge Museum Development Trust (144). A estrutura orgânica do

museu, descrita com pormenor por Cossons, reproduz fielmente a matriz de uma empresa clássica. Na verdade, e após constatar o sucesso do empreendimento através do número de visitantes – cerca de 220.000 em 1978 – Cossons admite abertamente a filosofia do empreendimento:

From all this it should be clear that Ironbridge is not simply a preservation exercise aimed at satisfying the interests of an enthusiast minority, nor is it an industrial archaeology safari park. The nature of the place and the geographical and political circumstances of the gorge to a great extent determined the way in which the Museum Trust came into being, and subsequent attitudes to conservation and industrial heritage, coupled with the financial facts of life, have substantially influenced not only the way in which it developed but the order in which its various projects have been achieved. (Cossons, 1980: 150-151)

Como vimos, Macdonald refere o surgimento (especialmente, mas não só) na Grã-Bretanha dos museus industriais (*industrial heritage*), ou seja, os novos museus ao ar livre, os museus vivos e os parques históricos, a par dos centros de ciência, como um dos principais desenvolvimentos registados na segunda metade do século XX. Contudo, tanto Macdonald como a maioria dos autores que se debruçam sobre os museus industriais omitem a criação, igualmente pioneira no espaço britânico, de museus dedicados especificamente à história da classe operária do seu papel no processo histórico industrial e de democratização das sociedades capitalistas e industriais, hoje associados, como vimos no capítulo anterior, à rede internacional de museus WORKLAB.

Kevin Moore contraria esta tendência de desvalorização e omissão deste tipo de museus, defendendo que, na década de 1980, a história da classe operária constituiu “uma das áreas chave de inovação e de desenvolvimento nos museus britânicos” (Moore, 1994: 142). Neste contexto, apesar de reconhecer a importância dos novos museus ao ar livre, museus vivos ou parques históricos (muitos deles privados), como Ironbridge, Beamish ou Wigan Pier, no que concerne à sua representação da história operária, ele critica o cariz despolitizado das suas abordagens históricas, e contrapõe-nas às metodologias seguidas por outros museus, tais como o People’s Palace (fundado em 1975 em Glasgow), o Salford Mining Museum, o National Museum of Labour History (estabelecido em 1975 em Londres, depois transferido para Manchester) ou o Merseyside Museum of Labour History (fundado em 1986) (148-151).

Moore lembra também que o interesse em preservar e representar a história do movimento operário não é novo, traçando a tradição de coleções privadas iniciada, no século XIX, desde a

intenção (não concretizada) do ativista e líder político Henry Hunt de estabelecer o Hunt's Radical Museum (1821), passando, no início do século XX, pela coleção de objetos do movimento operário de Walter Southgate que viria a integrar o National Museum of Labour History, pela abertura, em 1934, em Dorset, de um pequeno museu dedicado à história dos Tolpooddle Martyrs, até às inúmeras iniciativas desenvolvidas na segunda metade do século XX, ligadas às associações de história operária e a grupos como o History Workshop, fundado por Raphael Samuel (145-148).

Moore frisa a importância do desenvolvimento da história social e operária a partir da década de 1960, da sua institucionalização académica, e da colaboração dos municípios trabalhistas na constituição dos museus supramencionados. Ele menciona igualmente a crítica de que estes museus foram alvo, isto é, de possuírem um cariz excessivamente político e especializado, e a falta de apoio financeiro público, especialmente nos casos de mudança dos executivos municipais/locais. Estas dificuldades e os constrangimentos ditaram o encerramento, declínio ou a reorganização destes museus, não obstante a sua manifesta popularidade: por exemplo, o Merseyside Museum of Labour History foi encerrado, dando lugar a um museu dedicado à história da cidade (Museum of Liverpool) (153) e o People's Palace optou por uma orientação das suas representações para a história social da classe trabalhadora, em detrimento da abordagem de questões políticas (152). A continuação da ênfase na história do movimento operário, por parte do National Museum of Labour History, levou ao corte do financiamento público deste museu por parte do novo executivo local (liberal) em 1986, ao seu encerramento temporário (até 1990) e à mudança de instalações (152). Este museu, que é hoje o único museu de cariz nacional dedicado à história política da classe trabalhadora em Inglaterra, chama-se agora People's History Museum, o que é bastante indicativo da oposição política a aos museus da história política (e) operária. Tal como Moore salienta: "Labour history in museums might now be fashionable, but museums of labour history, in the sense of NMLH, were not." (Moore, 1994: 151)

1.3. O desenvolvimento da indústria do património na Grã-Bretanha

While the real world of industrial manufacturing decays, redundant and obsolete machinery flourishes – in museums. (...) Now that time has eroded their function, industrial monuments, defined as 'any relic of an obsolete phase of an industry or transport system, ranging from a Neolithic flint mine to a newly obsolete aircraft or electronic computer', can be accommodated into the safe and pleasing past. (Hewison, 1987: 91)

Heritage has become a key word in our national vocabulary; it is what Britain sells – to the tourists who come to visit its stately homes and, in the audio-visual industries, in the form of costume drama (the films of Merchant-Ivory et al.). These images affect not only how others see us, but also how we see ourselves and our future (...) (Morley e Robins, 2001: 8-9)

O crescente interesse popular e político na causa da preservação do património industrial na Grã-Bretanha e o aumento exponencial não só do número de museus em geral, como em particular dos museus de cariz industrial, verificado com maior expressão na década de 1980, deram origem a um debate público alargado e polémico, que se manifestou na esfera política, dos média, da sociedade civil e também no contexto académico, com a produção de um importante *corpus* crítico que viria a informar a reflexão académica subsequente em torno das questões do património e da museologia.

O facto de grande parte dos contributos para esta reflexão terem emanado dos estudos culturais é igualmente digna de menção, dada a orientação dominante subsequente deste campo de estudos para a análise da produção – mas principalmente do consumo – cultural dos média, em detrimento de outro tipo de produção cultural. Este *corpus* teórico e analítico constitui, sem dúvida, o contributo mais significativo dos estudos culturais para o estudo do turismo, que apesar de constituir um campo privilegiado de produção e consumo culturais, tem sido bastante negligenciado, ou mesmo ignorado, pelos estudos de cultura, talvez pelo facto de não ser reconhecido, como vimos anteriormente, como uma indústria cultural (Hesmondhalgh, 2007: 13-15).

Os ‘debates sobre o património’ (*heritage debates*), como vieram a ser conhecidos, desenvolveram-se na Grã-Bretanha no contexto difícil de desindustrialização e desemprego massivos e da conversão quase imediata dos edifícios e complexos industriais e mineiros em espaços museológicos destinados à comercialização turística, no âmbito de uma política de regeneração económica que assentou, de forma significativa, na comercialização do património histórico-cultural, ou seja, no desenvolvimento de uma verdadeira ‘indústria do património’²⁷. Esta conversão, fomentada politicamente pelo governo conservador liderado por Margaret Thatcher, inscreve-se no contexto do processo de reestruturação global do

²⁷ Apesar de o termo (*heritage industry*) não ter equivalente em português, ele é corrente em inglês e disseminou-se exatamente na década de 1980, no âmbito da reflexão crítica sobre esta política concertada de valorização e comercialização turística do património histórico-cultural. O mesmo acontece, ainda que com muito menor expressão, com o neologismo *heritagisation* (‘patrimonialização’).

capitalismo que considerámos no primeiro capítulo e de uma política de regeneração ou conversão económica centrada na iniciativa privada e no setor dos chamados serviços, e em particular por via do turismo e das indústrias culturais.

Na Grã-Bretanha, esta estratégia assentou desde o início, e de forma significativa, na valorização e na comercialização do património cultural, não só através do incentivo da iniciativa privada, como também através da promulgação das ‘Leis do Património’ (*Heritage Acts*) de 1980 e de 1983, que criaram organismos públicos não governamentais com o objetivo não só de preservar como principalmente de valorizar e de gerir – com uma filosofia mais ‘empresarial’ – o património nacional (nomeadamente o National Heritage Memorial Fund, em 1980, e a Historic Buildings and Monuments Commission, melhor conhecida como English Heritage, em 1983). A relevância atribuída pela ‘Nova Direita’ (*New Right*) britânica ao património histórico-cultural no âmbito da regeneração económica do país está igualmente patente na criação, em 1992 (no decurso da quarta vitória dos conservadores nas eleições legislativas), do Ministério da Cultura (uma pasta até então integrada noutros ministérios), com a designação de Department of National Heritage (Ministério do Património Nacional) (McGuigan, 1996: 117).

Além do papel crucial atribuído ao património no processo de regeneração económica da Grã-Bretanha, o conceito de património foi igualmente apropriado por parte de Thatcher e dos seus governos com propósitos ideológicos, nomeadamente como instrumento de pacificação social e de consolidação da identidade nacional, muito fragilizada no contexto da grave crise social e cultural causada pelo processo de desindustrialização massiva daquela que tinha sido a primeira nação e a ‘grande oficina do mundo’, pela perda do império onde outrora ‘o sol nunca se punha’ e pela perçecionada perda da soberania nacional provocada pela integração na União Europeia (Corner e Harvey, 1991b: 45, 49). Contudo, e de forma complexa e ambivalente, o património – enquanto repositório da história e da tradição – foi igualmente utilizado, de forma ambivalente e complexa, no processo de reformulação (ou ‘modernização’) da própria imagem nacional no contexto da globalização. A reflexão crítica desenvolvida incidiu assim sobre a mobilização – complexa e contraditória – do património e (de uma certa versão) da história e da cultura nacionais simultaneamente em termos económicos e ideológicos no processo de profunda reestruturação económica, sociocultural e geográfica da Grã-Bretanha, que Thompson apelida de “modernização conservadora” (Thompson, 1997: 25). Também Lumley frisa a contradição e conflitualidade dos termos que compõem o conceito de “indústria do património” (*heritage industry*) (Lumley, 2005: 19).

Robert Hewison (1987), um dos primeiros críticos da transformação da Grã-Bretanha num grande museu ao ar livre, inscreveu a sua análise crítica da ‘explosão dos museus’ e da ‘industrialização do património’ em curso no contexto da reestruturação e destruição incessantes, fomentadas pela lógica do capitalismo e traduzidas, por exemplo, no desmembramento de milhares de quilómetros de linhas férreas, no encerramento de milhares de estações de caminho-de-ferro, na demolição em larga escala dos bairros operários e no consequente realojamento – e desenraizamento – dos seus habitantes, mas também na desindustrialização e no desemprego massivos, e nos tumultos e conflitos sociais, de que a greve dos mineiros de 1984 é talvez o exemplo paradigmático.

Contudo, e influenciado pelo argumento de Martin Wiener (1981) de que as causas do declínio económico do país residiam em fatores culturais – nomeadamente numa mentalidade conservadora, rural, pré ou anti-moderna, Hewison vê a ‘indústria do património’, e a sua popularidade, como mais um sintoma da ‘doença britânica’, um mecanismo psicológico de compensação, e uma forma de lidar com um presente difícil e traumático, através da fuga para um passado em grande medida idealizado. Apesar de reconhecer a importância da consciência histórica, da memória coletiva e dos próprios mitos em termos da construção e manutenção da identidade cultural, e o cariz terapêutico da nostalgia enquanto mecanismo psicológico que contribui para própria estabilidade emocional dos indivíduos, Hewison salienta o carácter conservador – e alienante – do refúgio nostálgico no passado, ideologicamente fomentado pelo governo de Thatcher através desta “ênfase na ordem e na tradição”, e no “apelo à autoridade do passado” (Hewison, 1987: 47).

Hewison manifesta a sua descrença relativamente às potencialidades – politicamente propaladas – da comercialização do passado como um setor produtivo equivalente ao setor industrial moribundo, evidenciada pela manutenção de taxas muito elevadas de desemprego nas áreas requalificadas e/ou onde se implantaram os novos museus²⁸. O autor analisa vários exemplos concretos deste insucesso, entre os quais o de Beamish:

Beamish Open Air Museum trains the drivers of redundant 1920s trams, but at the end of twelve months, it is the man, not the tram, that goes.

²⁸ No prefácio à reedição de 2009 do seu livro *On Living in an Old Country*, de 1985, Patrick Wright relembra a própria incredulidade perante a perspectiva do desenvolvimento da indústria do património, aliada ao turismo, em alternativa – ou substituição – à manufatura industrial (Wright, 2009: xiv).

The economic justification for conservation schemes is often the result of a weakness: there is nothing else that can be done with the building except turn it into a museum; there is nothing else to be done with the people except temporarily to employ them as museum attendants (sic). When the heritage argument meets real financial forces it crumbles. (Hewison, 1987: 104)

Assim, Hewison teme que a ênfase na indústria e na cultura do património inviabilize a conceção de possibilidades económicas, sociais e culturais diferentes, alternativas e criativas, contribuindo assim não para a inversão mas para o agravamento do ciclo de declínio: “If the only new thing we have to offer is an improved version of the past, then today can only be inferior to yesterday. Hypnotised by images of the past, we risk losing all capacity for creative change.” (10)

Esta ideia já tinha na verdade sido veiculada alguns anos antes por David Lowenthal (1981, 1985), também no contexto da reflexão sobre a crescente valorização do património, tanto por parte do governo como da sociedade civil. Também este autor via a conservação do património como um fenómeno moderno e decorrente da experiência da volatilidade das vivências e da efemeridade dos objetos (Lowenthal, 1981: 2). Lowenthal reconhece e enfatiza não só a relevância do conhecimento da história e do passado como também os benefícios individuais e coletivos que ele proporciona, nomeadamente ao nível do sentimento de continuidade, de identidade/pertença coletiva, de enriquecimento pessoal e da fuga momentânea às pressões e tensões da vida quotidiana (Lowenthal, 1985: xx; 38). O autor nota ainda com satisfação a expansão gradual do interesse por edifícios e espaços ligados à história popular, a par da arquitetura artística e consagrada (Lowenthal, 1981: 220).

Contudo, e à semelhança de Hewison, também Lowenthal considerava excessiva a dimensão que a musealização do património atingira na Grã-Bretanha, particularmente no âmbito de uma estratégia concertada de dinamização turística, temendo que a criação da oferta pudesse vir a exceder largamente a procura turística (Hewison, 1981: 217; 1985: xvii). Para este autor, o interesse e a valorização do passado estavam a tornar-se “patológicos” e uma forma “epidémica” de nostalgia, constituindo uma fuga a um presente que era vivenciado com insatisfação e desgosto e oposto a um passado investido de uma série de qualidades positivas e superiores (Lowenthal, 1985: xx, 4, 11). Na sua análise da história do conceito de nostalgia – surgido no século XVII para descrever uma doença – o autor descreve a associação deste sentimento – ou estado mental – à insatisfação e revolta para com o presente e à descrença no futuro (11).

Lowenthal é também particularmente crítico dos propósitos – sobretudo comerciais e capitalistas – que estavam subjacentes a esta sobrevalorização do passado: “If the past is a foreign country, nostalgia has made it ‘the foreign country with the healthiest tourist trade of all’.” (4) Como o passo sugere, o problema principal para Lowenthal residia no facto de a transformação do passado e da história e da nostalgia num bem de consumo e num produto turístico ser conseguida através da sua separação e do seu contraste com o presente. Neste contexto, o autor compara (e contrasta) o funcionamento da preservação do património (tal como ela estava a ser realizada) com o da memória humana:

Recollections of what we have done, where we have been, how things looked and felt, alter with changing notions of how things *ought* to have been. Original recall is filtered through memories of our own earlier memories and by what others have told us; new experience and revised expectations continually reshape them. And we expect memories to alter as they recede into the past and our own self-image changes. Preservation, unlike memory, segregates a tangible past required to be unlike the present. (Lowenthal, 1985: 410)

Apesar desta diferença fundamental, o autor considera também que a preservação do passado se assemelha à operação da memória no sentido em que o que é uma representação do passado com determinados propósitos presentes e por vezes pouco fiel à realidade passada. O autor contesta esta separação artificial entre passado e presente e advoga uma abordagem diferente – mais ‘criativa’ – do passado e da história no âmbito da musealização e dinamização do património, uma abordagem que ponha em diálogo o presente e o passado: “(...) a fixed past is not what we really need, or at any rate not all we need. We require a heritage with which we continually interact, one which fuses past with present.” (1985: 410) Esta ideia é igualmente defendida por Patrick Wright que, à semelhança de Hewison e de Lowenthal, considerava que as visitas aos novos museus ao ar livre resultavam numa perceção entrópica da história como “um processo de degeneração e declínio” e constituíam uma “experiência momentânea de gratificação utópica” (Wright, 2009: 66, 72).

Estas ligações entre a valorização do passado e o declínio industrial da Grã-Bretanha, e entre o interesse popular no património e a fuga ao presente, ainda que pertinentes, têm sido contrariadas por alguns autores. Por exemplo, na sua revisão dos debates sobre o património, McGuigan (1996) posiciona-se criticamente em relação à teoria de Wiener das causas culturais do declínio da Grã-Bretanha, ecoadas nos argumentos de Hewison e Lowenthal, lembrando a origem e a longevidade deste processo:

The decline of Britain has a one-hundred-year-old history, dating from when it peaked as top nation economically and was still amassing the largest empire ever known. 'The first industrial nation' had attained dominance over international trade and commerce. In the period immediately preceding the First World War, both Germany and the USA were challenging British command over world markets. Their technologies and production systems were more advanced. Following the Second World War, France and Japan also surpassed Britain. The *longue durée* of decline accelerated during the 1960s and 1970s.

(...)

Britain's decline is fraught with irony. It was free trade that made Britain rich and powerful and it was free trade that brought it down. (McGuigan, 1996: 120)

McGuigan relembra que o declínio foi relativo, uma vez que no período do pós-guerra se registou uma melhoria substancial dos padrões de vida da população em geral (120). Este autor contraria ainda a ideia, patente nos argumentos de Hewison e Lowenthal, de que a valorização de comercialização turística do património histórico-cultural tenha constituído um fenómeno britânico, lembrando que ele se inscreve numa estratégia internacional, intimamente ligada à crescente 'culturalização' da sociedade, ao processo de reestruturação global das economias e aos desafios que ela colocou aos governos de muitos países, não só em termos económicos como ao nível da coesão das identidades nacionais:

Heritage is an international phenomenon promoted by governments concerned with national identity and tourist revenue and, also, by the commercial exploitation of ubiquitous and popular fascination with the past in diverse forms of entertainment, including theme parks and the nostalgia mode in cinema, television, music, fashion, home decoration and furnishing.

(...)

Playing the history card in international tourism is not, then, in E.P. Thompson's resonant phrase, one of 'the peculiarities of the English'. (McGuigan, 1996: 118)

Esta é, de resto, a temática orientadora de um conjunto de contributos sobre o processo britânico de musealização e de dinamização turística do património histórico-cultural, reunidos no volume *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of National Culture*, editado em 1991. Kevin Robins enquadra o surgimento/desenvolvimento concomitante das "culturas do património e da empresa/do empreendedorismo" na Grã-Bretanha no contexto mais lato da globalização do capitalismo e das reconfigurações geográficas que ele implicou, nomeadamente ao nível das transformações dos locais – das cidades e das regiões – para os reposicionar num mercado globalizado e altamente competitivo²⁹ (Robins, 1991: 17-18; 22). Neste âmbito, Robins inscreve a revalorização das culturas e das identidades locais, em particular por via da

²⁹ Esta ideia foi reafirmada subsequentemente por diversos autores, tais como John Urry (2002), Kevin Walsh (Wash, 1992: 136-138), McGuigan (1996) ou Thompson (1997).

preservação e da comercialização do património, no âmbito de estratégias de regeneração económica local e nacional, com vista à captação simultânea do investimento e do turismo:

Tradition and heritage are factors that enhance the 'quality of life' of particular places and make them attractive locations for investment. An emphasis on tradition and heritage is also, of course, important in the development of tourism as a major industry. Here, too, there is a premium on difference and particularity. In a world where differences are being erased, the commodification of place is about creating distinct-place identities in the eyes of global tourists. Even in the most disadvantaged places, heritage, or the simulacrum of heritage, can be mobilized to gain competitive advantage in the race between places. (Robins, 1991: 38).

No capítulo introdutório deste volume, sugestivamente intitulado 'Great Britain Limited', Corner e Harvey chamam a atenção para o facto de o conceito de património, apesar de habitualmente conotado com tradição, preservação do passado e continuidade, ter sido associado à ideia aparentemente contrária de 'empresa' ou de 'empreendedorismo' (com as suas conotações de dinamismo e de inovação) no âmbito da reestruturação – económica, social e cultural – da Grã-Bretanha na década de 1980 (Corner e Harvey, 1991a). Tal como os autores frisam, apesar de a apropriação política destes conceitos não ser nova, a sua combinação no discurso político-ideológico da 'Nova Direita' na década de 1980 foi absolutamente inovadora, assim como a dupla função – simultaneamente económica e sociocultural – que a sua mobilização ideológica servia. Por um lado, tinha como objetivo estimular a economia em crise, através da promoção tanto da produção e do consumo do património por via do turismo cultural, fomentando não só a criação de empresas ligadas à comercialização da história e do património nacionais, como também o interesse popular nos monumentos e nos museus, particularmente nos novos tipos de museu (maioritariamente privados) mais vocacionados para o entretenimento – os museus ao ar livre, os museus vivos e os parques históricos (*heritage parks*) (Corner e Harvey, 1991b: 46, 53):

(...) what has come to be called 'the heritage industry' is itself a major component of economic redevelopment, an 'enterprise', both in terms of large-scale civic programmes and the proliferation of private commercial activity around 'the past' in one commodified form or another. (Corner e Harvey, 1991b: 46)

Por outro lado, Corner e Harvey veem a combinação dos dois conceitos como um instrumento ideológico destinado a atenuar e a gerir a grave crise não só económica mas social e cultural

provocada pelo programa político de desmantelamento do estado social e da reestruturação do capitalismo britânico de acordo com os princípios neoliberais:

One cultural aspect of this process was the emphatic projection of new perspectives upon the national past and future, involving new ways of relating imaginatively to continuity, whilst admitting new principles of economic and cultural change. Both terms are thus (...) enlisted as devices of ideological mediation in a political project which needs not only to redesign the dominant versions of 'tradition' and of 'modernity', but to readjust the relationship between them. In this sense, heritage and enterprise form together a key mythic couplet for preserving hegemonic equilibrium and momentum during a period of major national reorientation. (Corner e Harvey, 1991b: 45-46)

A partir do exemplo concreto do nordeste da Inglaterra, Robins chama também a atenção para a ambivalência inerente a esta mobilização simultânea do empreendedorismo e da inovação, com o intuito de regenerar as economias regionais e locais desindustrializadas através do estabelecimento de empresas ligadas aos setores emergentes das novas tecnologias ou dos serviços financeiros, e da história e da tradição, através da valorização do património histórico-cultural, particularmente o de cariz industrial. No âmbito desta estratégia, o passado industrial constitui simultânea e contraditoriamente um “fardo” que se quer esquecer e ultrapassar e uma “herança” que é preciso valorizar e rentabilizar (Robins, 1991: 42).

1.4. A privatização e comercialização do património histórico-cultural

History is gradually being bent into something called Heritage, whose commodity values run from tea towels to the country house.

(...)

The time has come to argue that commerce is *not* culture, whether we define culture as the pursuit of music, literature or the fine arts, or whether we adopt Raymond Williams's definition of culture as 'a whole way of life'. You can't get a whole way of life into a Tesco's trolley or a V&A Enterprises shopping bag. (Hewison, 1991: 174-175)

Os 'debates sobre o património' refletiram também sobre o surgimento, a expansão e a popularidade dos museus de sítio ou ao ar livre, dos 'museus vivos' e dos 'parques históricos' (*heritage parks*), com um cariz marcadamente lúdico e centrados na oferta de 'experiências totais', através da recriação de ambientes históricos com recurso a *performances* e a tecnologia multimédia, assim como sobre a progressiva orientação comercial dos museus

públicos e a transformação das suas estratégias de exibição, com o intuito de tentarem competir com este novo tipo de museus. Vários autores, tais como Horne (1984), Hewison (1987) e Walsh (1992), posicionaram-se criticamente contra a transformação da cultura, da história e da memória coletiva nacionais em bens de consumo, e contra a conversão – politicamente fomentada – dos museus em empresas comerciais, ou “unidades de produção”, orientadas para o lucro e para a satisfação dos visitantes, agora percecionados como ‘consumidores’ e ‘clientes’ (Hewison, 1991: 163-167; Walsh, 1992: 78-79). Estes autores insurgiram-se igualmente contra o abandono dos princípios educativos que tinham norteados os museus públicos desde a sua fundação, no século XIX, nomeadamente a sua ênfase primordial no entretenimento e na comercialização de experiências lúdicas (Hewison, 1991: 166; Walsh, 1992: 112-113).

Apoiando-se nas ideias de Jameson (1991) acerca da mercadorização da cultura, da história e da memória no estágio do capitalismo tardio (que analisámos anteriormente), Hewison vê estas transformações dos museus como sintomas daquilo que ele considera ser uma crise de valores inerente à “cultura do empreendedorismo” das sociedades capitalistas coevas, em que os princípios exclusivamente materiais da rentabilidade económica – patentes, por exemplo, nos argumentos políticos de que o custo de criação de empregos no setor do turismo era muito inferior ao do setor industrial – se sobrepunham aos princípios do progresso sociocultural e do bem comum (Hewison, 1991: 167).

Neste contexto, Walsh denuncia e critica os objetivos, que a seu ver, nortearam a fundação dos organismos National Heritage Memorial Fund e English Heritage, nomeadamente de transformar o património e o ensino público (por exemplo da história e da arqueologia) de um serviço público num produto de consumo destinado ao mercado (Walsh, 1992: 78), considerando que tal contrariava em absoluto os princípios que tinham desencadeado o movimento popular de preservação do património histórico-cultural britânico nas décadas anteriores (78). O autor denuncia também os princípios antidemocráticos subjacentes à criação destes organismos autónomos e administrados por membros da elite social e política (nomeados, não eleitos) e critica o elitismo e a seletividade que norteavam a política de preservação e valorização do património cultural por parte destes organismos, manifesta na utilização da maioria dos fundos públicos do Fundo do Património (provenientes dos impostos

pagos pelos contribuintes britânicos) para a preservação do património ligado à aristocracia fundiária³⁰.

A título exemplificativo, o autor chama a atenção para a discrepância dos montantes atribuídos ao longo da década de 1980, sendo que o valor máximo – cerca de 9 milhões de libras – foi atribuído a uma mansão senhorial (Belton) e o valor mínimo – 30.000 libras esterlinas – ao museu de minas galês Big Pit, que faz hoje parte do Museu Nacional do País de Gales e é um dos sítios britânicos classificados como Património da Humanidade (78-82). Também Patrick Wright critica o favorecimento estatal das propriedades – maioritariamente de feição aristocrática – detidas pelo National Trust, denunciando a forma como a preservação da propriedade privada estava a ser apresentada em defesa do interesse público nacional, e o modo como o património de um grupo social minoritário era ideologicamente representado como “a alma da nação” (Wright, 2009: 51).

Além de criticarem esta deriva comercial dos museus públicos, muitos autores demonstram a sua preocupação perante o cariz privado dos novos museus industriais e de uma parte considerável da ‘nova’ ‘indústria do património’, resultante da aquisição vantajosa e da requalificação de complexos industriais e mineiros desativados por parte de empresas ou grupos empresariais (Hewison, 1987: 84; Hewison, 1991: 164; Urry, 2002: 95). Por exemplo, Ken Worpole inscreve a expansão deste novo tipo de museus privados na tendência mais ampla de uma crescente e intensa industrialização e privatização do lazer e da erosão dos princípios do acesso universal e gratuito e da cultura pública (1991: 145), que em última análise reproduzia e acentuava na esfera do lazer as desigualdades/clivagens económicas e sociais existentes, com o prejuízo dos grupos mais desfavorecidos:

Certainly a policy for leisure that only regards leisure as a mode of consumption will simply mirror the inequalities of wealth and power that already exist; if you can't afford it, you can't have it. Yet ironically it is the unemployed, the prematurely retired and the elderly, among others, who have additional time available for recreation and leisure, yet who precisely don't have the disposable income to buy it in the market-place. (Worpole, 1991: 147)

Worpole denuncia ainda a forma como esta privatização do lazer estava a ser politicamente fomentada através da degradação deliberada da oferta e da qualidade do lazer público, ou

³⁰ Esta é também a opinião de Jim McGuigan, segundo o qual a criação destes organismos teve como intuito salvar o património nacional de cariz aristocrático (McGuigan, 1996: 122).

seja, de medidas políticas destinadas ao desmantelamento da provisão cultural pública que caracterizara o estado social: por exemplo, a cobrança de entradas em museus, o encerramento de residências universitárias, os cortes no financiamento estatal da educação de adultos e de equipamentos culturais estatais, o apoio a associações culturais diversas, entre outras (144). Sue Kirby descreve as consequências negativas que os cortes do financiamento estatal tiveram na gestão e no funcionamento dos museus públicos: a cobrança de entradas, que se traduziu num decréscimo imediato e visível do número de visitantes, a degradação de instalações e equipamentos, a venda de coleções e o recurso a patrocínios de empresas privadas, com a consequente perda de independência em termos de conteúdos (por exemplo de exposições temporárias) (Kirby, 1988: 89-98). Tanto Kirby como Hewison salientam também a dependência dos chamados ‘museus independentes’ (ou seja, os museus privados) do financiamento público, não só nacional como da então Comunidade Europeia (Kirby, 1988: 89; Hewison, 1991: 166). Hewison denuncia ainda o facto de a viabilidade económica destes museus depender igualmente do recrutamento – economicamente muito vantajoso – de desempregados, nomeadamente através de parcerias com o estado (e com a Manpower Services Commission, o equivalente inglês ao IEFP português), concluindo com ironia:

The true ‘independence’ of these museums of recent foundation is their independence from the traditional educational and social welfare motivations that launched the museum movement in the nineteenth century. They perceive themselves as part of the leisure and tourism business, and have no inhibitions about charging – which they must do anyway, since they have a pressing need to generate revenue. (Hewison, 1991: 166)

1.5. A representação da história e da memória industrial e operária

The selective tradition thus creates, at one level, a general human culture; at another level, the historical record of a particular society; at a third level, most difficult to accept and assess, a rejection of considerable areas of what was once a living culture. Within a given society, selection will be governed by many kinds of special interest, including class interests. Just as the actual social situation will largely govern contemporary selection, so the development of the society, the process of historical change, will largely determine the selective tradition. The traditional culture of a society will always tend to correspond to its *contemporary* system of interests and values, for it is not an absolute body of work but a continual selection and interpretation. (Williams, 1992: 51-52)

Não obstante a importância das questões até agora abordadas no âmbito da reflexão em torno do desenvolvimento da indústria do património na década de 1980 na Grã-Bretanha, o cerne dos chamados debates sobre o património consistiu na forma como o passado e a história popular e do processo de industrialização britânico estavam a ser representados e transmitidos aos visitantes e aos turistas, em particular nos novos museus de cariz industrial. Neste contexto, diversos autores centraram a sua atenção nos processos da tradição seletiva descritos por Williams e no modo como a experiência da industrialização estava a ser representada ou branqueada pela ‘indústria do património’.

Um dos aspetos problemáticos da representação museológica da história industrial britânica consistia no facto de ela isolar completamente o passado do presente, ou seja, o facto de o passado ser apresentado como um produto acabado, um capítulo encerrado da história coletiva/nacional. Já MacCannell, na sua abordagem crítica pioneira à exibição – e experiência turística – do trabalho industrial, tinha constatado a ambivalência e inverosimilhança patentes na representação museológica do trabalho e da sociedade industriais como *passado*: “I could not personally undertake the task of explaining to an assembly worker that industrial society “no longer exists”.” (MacCannell, 1999: xvii) Como vimos anteriormente, também Lowenthal e Wright criticaram esta cisão entre o passado e o presente, operada pela visão da experiência turística do património como uma viagem no tempo e uma revisitação do apogeu da Grã-Bretanha como grande nação rural ou industrial e imperial (Lowenthal, 1985: 7-8; Wright, 2009: 138-139). Wright insurge-se veementemente contra o que descreve como a “petrificação” e “abstração da história” na definição e representação do património nacional:

Abstracted and redeployed, history seems to be purged of political tension; it becomes a unifying spectacle, the setting of all disputes. Like the guided tour as it proceeds from site to sanctioned site, the national past occurs in a dimension of its own – a dimension in which we appear to remember only in order to forget. ‘History’ is stressed to the same measure that active historicity – the possibility of any historical development in the present which is not simply a matter of polishing old statues with ever increasing vigour – is denied to a consequently devalued and meaningless present-day experience. (Wright, 2009: 65-66)

Esta ideia é igualmente defendida por Kevin Walsh; contudo, ao contrário de Wright, o autor inscreve esta cisão entre passado e presente no processo historicamente mais lato e ideologicamente informado de “racionalização institucionalizada do passado”, fomentado pela instituição das disciplinas e dos museus públicos modernos, e intensificado pela recente ‘indústria do património’:

One of the most important effects of heritage has been its intensification of the modern emphasis on promoting the past as that which is entirely complete and removed from the present. This has served to neuter the past and permits its manipulation and trivialization in the present. (Walsh, 1992: 4)

A maioria dos autores que se debruçaram criticamente sobre a representação da história industrial nos novos museus procurou também identificar as formas concretas através das quais operavam estes processos de seleção, exclusão e manipulação dos factos ou da realidade histórica. Por exemplo, MacCannell considera que a representação museológica do trabalho e dos trabalhadores em termos genéricos e abstratos, assim como a ênfase nos aspetos mecânicos e estéticos dos processos de fabrico em detrimento da experiência humana e social, obliteravam o papel ou a situação dos trabalhadores no processo industrial, e transformavam o trabalho num mero complemento ou elemento de uma experiência turística fundamentalmente estética (MacCannell, 1999: 6; 66-67). Neste context, o autor conclui: “The actual situation of the workers is elided and buried deep in the heart of modern society. Tourists are permitted to see the concrete situation of the industrial workers but not to understand it in any meaningful sense.” (67)

Esta reflexão foi retomada e aprofundada pelo australiano Donald Horne (1984) antes de os ‘debates sobre o património’ terem eclodido na Grã-Bretanha. Na sua apreciação crítica do desenvolvimento recente do turismo industrial, Horne chama a atenção para o interesse crescente na arquitetura industrial do século XIX (por exemplo, pontes, viadutos, coberturas de estações de caminho-de-ferro, fábricas e armazéns), que para ele sinaliza um importante paradoxo deste tipo de turismo: “It is one of the paradoxes of tourism that monuments to the most disorderly process in history – the industrial revolution – should be sought in buildings such as these. What is presented is an industrial revolution without the revolution.” (Horne, 1984: 111)

Na mesma linha de raciocínio, e apesar de concordar com a importância de preservar os edifícios representativos da “maior transformação da sociedade humana” desde a fundação das sociedades agrárias no período do Neolítico, também Walsh critica a valorização destes edifícios em detrimento da recolha e da transmissão da história e da memória das pessoas que neles trabalharam, assim como daquilo que eles metonimicamente representam (ou deviam representar), nomeadamente o custo social e o âmbito internacional do desenvolvimento do capitalismo industrial:

What these industrial buildings are, is a valuable resource which can help people understand the processes which led to the exploitation of millions of people world-wide, but at the same time, laid the foundations for what for most people in Europe is a comfortable lifestyle. Such buildings are also monuments to the suffering of people, as are the war memorials in every town and village. Frequently however, the conservative lobby wishes to transform these buildings into of images of grandeur, symbols of a magnificent past. Perhaps there is a wish that the public will forget what they represent (...). (Walsh, 1992: 83)

Horne também considerava que os percursos da arqueologia industrial “domestica[va]m a revolução industrial” e transformavam o património industrial num conjunto de ‘reliquias pitorescas” integradas na paisagem rural (Horne, 1984: 111). O mesmo acontecia com os museus da ciência e da tecnologia, através da sua ênfase primordial no cariz científico e tecnológico da revolução industrial. Neste contexto, Horne considera que a focalização primordial (ou exclusiva?) destes museus nos objetos³¹, que para ele é parte integrante do cariz materialista do capitalismo moderno, e em particular nas máquinas industriais, é uma forma de ofuscar a génese, a natureza e os aspetos fulcrais do processo de industrialização:

What was of overriding importance was not machines, but the part they played in a social invention – the factory system. (...) By concentrating on machines alone, the museums ignore social origin and content; it is as if machines, and not capitalists, were in charge. Reverence is encouraged towards machines for their own sake – as if all machines are necessarily good, and their results progressive: human progress can seem to depend on machine begetting machine, without human agency.

Yet, an accurate monument of the beginning of the industrial revolution would include more than James Watt in its statuary group. It would represent the kinds of people created by Britain’s transition to a profit-oriented society, with agricultural production ruthlessly modernised by expropriation: there would be depictions of the masters of the early cotton mills – and of the Indian manufacturers whose enterprises were ruined by a monopoly that gave Britain assured markets, as well as of the slaves who were bought in Africa and sold in America as part of the trade that accumulated cash in the great slave-trading centres such as Liverpool. In addition to the story of capital accumulation, there would be the story of that general ordering of human beings in the eighteenth century, of bringing them under rational control, that make the factory system possible. As it is, the industrial museums present industrialism without the story of its losers and winners. (Horne, 1984: 115)

A produção de uma narrativa histórica parcial, elitista, harmoniosa, totalizante e em última análise inexata, operada através da descontextualização espacial e temporal, é igualmente abordada por diversos autores, que se debruçaram sobre os casos mais exemplificativos,

³¹ Horne dá exemplos concretos desta prática, referindo-se, no contexto britânico, ao Science Museum (Londres), ao Birmingham Museum of Science and Industry e a Coalbrookdale (Ironbridge) (Horne, 1984: 113).

nomeadamente os novos museus de cariz industrial surgidos nas décadas de 1970 e 1980 na Grã-Bretanha: os museus ao ar livre, parques históricos ou museus vivos, tais como Ironbridge Gorge Museum (Telford), Beamish – The Living Museum of the North (Newcastle), Wigan Pier – The Way We Were (Wigan), Black Country Living Museum (Dudley) e Rhondda Heritage Park (Trehafod – País de Gales). Claramente influenciados pela organização e pelas estratégias de exibição dos parques temáticos, e declaradamente concebidos e orientados para o consumo turístico, estes museus têm por objetivo construir e oferecer ao visitante uma ‘experiência total’ e dinâmica do passado, através da recriação de ambientes históricos, conseguida pela combinação dos elementos museológicos tradicionais – edifícios e objetos – com o funcionamento de máquinas (originais ou réplicas), a utilização de animais vivos, o emprego de tecnologias multimédia, *performances* de atores e a demonstração de atividades e processos de fabrico por funcionários vestidos à época. Como veremos, um dos principais aspetos criticados pela generalidade dos autores é a artificialidade destes museus, resultante do facto de eles serem por vezes erigidos noutros locais que não aqueles onde os acontecimentos históricos decorreram e implicando a transladação de edifícios, máquinas e objetos dos seus locais originais, e de diferentes contextos não só espaciais como também temporais.

Na sua reflexão crítica sobre a representação museológica da história e da cultura populares, Tony Bennett (1988) começa por reconhecer a importância cultural do surgimento e da expansão deste tipo de museus, não só na Grã-Bretanha, ao longo da segunda metade do século XX. Neste âmbito, o autor faz uma breve retrospectiva do desenvolvimento dos museus no século XIX, da sua progressiva abertura ao público em geral e da sua orientação popular, destacando os seus propósitos político-ideológicos e lembrando que esta inclusividade social se restringia aos públicos mas não às coleções e representações museológicas, que não versavam sobre as vidas ou os hábitos e costumes da classe trabalhadora. Tal como o autor frisa, embora os museus fossem para o povo, eles não eram do povo ou sobre o povo (Bennett, 1988: 63-64). Neste âmbito, Bennett não deixa reconhecer que a extensão das práticas e dos conceitos museológicos para incluir aspetos da história e da cultura populares constituiu um avanço importante (64).

Partindo da reflexão de Antonio Gramsci sobre a forma como o folclore era estudado como um elemento pitoresco e sem ter em conta a sua existência real, contextual e complexa, Bennett conclui que, de forma semelhante, muitos destes museus representavam as vidas e as culturas das classes trabalhadoras de forma idealizada, sentimentalizada, destituída da sua complexidade e filtrada pela perspectiva das classes dominantes (64). Esta ideia tinha

igualmente sido veiculada, de forma imaginativa, por Raymond Williams, na sua referência àquele que terá sido o precursor britânico dos museus ao ar livre, o St Fagan's National History Museum, no romance *The Volunteers* (1978):

The idea that the museum embodies is of an old Wales, still in part surviving, but with all modern realities left outside in the car park, or brought inside only in the toilets which have replaced the privies. That is why it is called a folk museum. Folk is the past: an alternative to People. (Williams, 1978: 28)

Esta é também a principal preocupação revelada por Philippe Hoyau (1988) na sua análise do processo análogo de valorização e musealização do património industrial francês. Num texto bastante polémico, e muito suscetível a acusações de elitismo, o autor insurge-se contra a 'etno-história', ou história etnológica, centrada na investigação da história das vidas e dos quotidianos das classes trabalhadoras e das comunidades locais, e aplicada à musealização do património industrial, por ela constituir uma abstração e mitificação não só da história como da vida das comunidades representadas:

(...) dead labour is restaged, with the violence done to the producers and the environment spirited away in a search for lived experiences and past forms of social life.

(...)

History is absorbed by and cancelled out in ethnology, while the elements of what we may call 'open' history – conflicts, interests, resistance, illusions, specific sequences of events – fade into the unchanging landscape and become fixed in a temporality which is one of repetition. The pacified, neutralized 'past', divested of its residual burden of uncertainty may then be offered up for us collectively to identify with. (Hoyau, 1988: 30)

Na sua detalhada análise de Beamish – The North of England Open Air Museum (hoje com a designação de Beamish – The Living Museum of the North), perto de Newcastle, Bennett demonstra como a combinação de diversos elementos resulta na construção de uma visão mítica, estilizada e idealizada da história industrial da região. O autor destaca, por exemplo, o facto de um número considerável não só de objetos como de infraestruturas – tais como uma linha férrea, um coreto e conjuntos de casas de mineiros oriundos de diversos locais e períodos históricos terem sido reunidos no museu, contribuindo para uma imagem abstrata, homogénea e 'petrificada' da história industrial da região: "At Beamish, everything – no matter how old it is – is frozen at the same point in time: the transition from a rural to an industrial society." (Bennett, 1988: 67)

Ecoando as reservas de Hoyau, acima consideradas, Bennett também critica o facto de a representação museológica de Beamish se concentrar nas tarefas quotidianas (laborais e domésticas) e nas condições de vida dos mineiros (no passado remoto), bem como na tecnologia industrial, omitindo por completo a componente social da história industrial da região. Neste contexto, o autor chama a atenção para a importância de atentar não só naquilo que os museus representam, como naquilo que eles excluem das suas representações, exemplificando com o caso de Beamish:

Undoubtedly, the significance of 'the Beamish experience' consists as much as in what it excludes as what it includes. No museum can include everything, of course, but at Beamish, there is a pattern to the exclusions which suggests that the museum embodies, indeed is committed to, an institutionalized mode of amnesia. One would be hard put, for example, to find any materials relating to the history of the region's labour and trade-union movements, and the activities of the women of the north-east in suffrage and feminist campaigns go entirely unremarked. In short, the conception of the regional people installed at Beamish is very much that of a people without a politics. (Bennett, 1988: 67)

Além destas omissões, Bennett frisa também o modo como a organização e os conteúdos do próprio museu contribuem para a construção desta imagem. Por exemplo, Bennett é bastante crítico do facto de o museu ter sido erigido numa propriedade rural e de ter como “centro administrativo” a mansão senhorial de Beamish Hall, discorrendo sobre as repercussões que isso tem ao nível da narrativa museológica:

Beamish Hall still stands, serving as the administrative centre of the museum and housing a further exhibition of local history artefacts. But it is also the museum's controlling ideological centre, a bourgeois country house under whose controlling gaze there is organized a harmonious set of relationships – between town and country, agriculture and industry, for example, as well as between classes which, in occupying separate zones (the middle classes dominate the town while the working classes live by the colliery), seem to live side-by-side and in harmony with one another, each accepting its allotted place. The consequence is that the story of industrial development in the north-east, rather than being told as one of ruptures, conflicts and transformations, emerges as a process that is essentially continuous with the deeper and longer history of the countryside in which the power of the bourgeoisie has become naturalized. (Bennett, 1988: 68-69)

A partir da análise do documentário que serve de introdução à visita ao museu, e que apresenta a “histórica mítica” de uma região rica em recursos minerais e de um povo extraordinário, capaz de os explorar, Bennett reflete ainda sobre o modo como os meios audiovisuais utilizados reforçam igualmente esta narrativa (65). Na sua análise, o autor nota

que a voz do narrador principal – com a pronúncia neutra própria do discurso telejornalístico – exerce uma posição de domínio e autoridade relativamente às intervenções pontuais de um habitante local ‘típico’ (Jonti), com uma vincada pronúncia regional, e que confirma a visão sentimental e idealizada do ‘povo’:

The device is a familiar one from many television documentaries where the voice of the dominant culture is usually accorded the authoritative role while regional voices, often reduced to signs of some local quirkiness and eccentricity, occupy clearly subordinated positions. And so it is here. It is the voice of the south that is dominant in the narrative (...)

(...)
It is, in short, simultaneously the voice of the dominant culture and that of impersonal truth. Jonti’s voice, by contrast, is the voice of local experience. It embodies the people – but the people as envisaged within the dominant culture, as a regional folk which is as endlessly cheerful and good-natured as it is enterprising and industrious. (Bennett, 1988: 65)

Bennett demonstra a sua preocupação relativamente à forma insidiosa e dissimulada como a cultura popular é subordinada a uma visão burguesa da história da industrialização em museus industriais como Beamish, e às repercussões que isso pode ter em termos de receção. O autor receia que o facto de estes museus – em contraste agudo com os do século XIX – representarem objetos e vivências familiares e do quotidiano, com os quais os visitantes se podem identificar, possam conduzir a uma aceitação passiva desta narrativa dominante. Contudo, ele espera que a experiência pessoal e o capital cultural dos visitantes os levem a identificar as suas incongruências e exclusões (73-74). Esta visão otimista não é, contudo, partilhada por Kevin Walsh, no âmbito da sua análise deste museu:

(...) thus Beamish is located in a mythological map of the mind, and exists only in a form of hyperspace – abstract space which is unmappable. This contrivance encourages a universal sigh of relief from those who witnessed these processes of industrial capital. And for those of us who were not there, we can say, ‘well, it wasn’t that bad was it?’ We can then return to lives in the service sector, and happily forget that the processes of industrial capital have been moved to the Third World. The relegation of heavy industry into a dim and distant heritage-past is an element of the wider attempt to dislocate us from historical processes and de-politicize the past. (Walsh, 1992: 104)

Não obstante a sua visão profundamente crítica e discordante do formato e das características dos novos museus ao ar livre, de que Beamish era um exemplo, Bennett salienta não só a relevância cultural como as possibilidades alternativas de representação da história social e cultural, que não oblitere a sua componente política e que, ao invés de afirmar concepções dominantes da história e do passado, as questione, estabelecendo igualmente as relações

entre o presente e o passado. O autor demonstra exemplificativamente estas possibilidades através da comparação (ainda que sucinta) da representação da história de Beamish com a de outros dois museus (Hyde Park Barracks em Sydney e People's Palace em Glasgow). A partir das semelhanças que identifica nos objetos exibidos nos museus que analisada, Bennett conclui que não são as coleções mas sobretudo as estruturas de representação museológicas que, em grande medida, não só determinam os significados comunicados, como também organizam e orientam a experiência do visitante (Bennett, 1988: 83-84).

Esta é também a ideia com que Bob West (1988) inicia a sua análise crítica de um dos mais conhecidos museus ao ar livre de Inglaterra – o Ironbridge Gorge Museum – afirmando que o passado pode ser manipulado e alterado, reescrito para contar a história heroica e mítica da nação e do seu povo (West, 1988: 37). Neste âmbito, West estabelece uma distinção interessante entre 'o passado' que é representado e transmitido por museus como Ironbridge e a história enquanto disciplina ou campo de estudos, e que para ele oferece possibilidades mais progressistas de diálogo entre o passado e o presente:

Into 'the past' all manners of stories can be inserted; romantic blockbusters about the 'civilizing' role of Empire, fantastic tales of the English people and their boundless love for nation and monarch, industrial epics about the heroic doings of good chaps like Abraham Darby, Thomas Telford, and Richard Trevithic. History, on the other hand, which is also a work of some fiction, at least allows for the possibility of telling the past as a different story; a story perhaps to inform the present of progressive ideas and struggles against the old oppressions of class, race, and gender. (West, 1988: 38).

West posiciona-se assim, de forma crítica, sobre a forma como a história nacional é representada pela recente 'indústria do património': uma história mítica, que celebra o império, a cultura erudita e masculina (39). No que concerne ao museu de Ironbridge, o autor começa por refletir criticamente sobre a sua natureza e estrutura declaradamente empresariais, orientadas para "o negócio do fabrico da história" (38), a sua dependência de patrocínios de grupos empresariais como a petrolífera BP, a sua apropriação da história popular e industrial, bem como o emprego de mão-de-obra barata (desempregada) com vista ao lucro (40-43).

Tal como Bennett, também West critica a "ruralização" – ou seja, a esteticização e integração harmoniosa e "orgânica" do processo industrial na paisagem rural inglesa, que não é apenas física mas também ideológica, e uma forma de neutralização da realidade de que ela decorre,

nomeadamente o processo traumático e socialmente devastador da desindustrialização³², consequência da reestruturação do capitalismo global e da deslocalização da produção:

One of the over-arching effects of 'the past' as a representation of history is the extent to which once-industrial sites have become ruralized by design or neglect, or the shifting geographical movement of capital and productive industry. The same has happened here, and surely part of the appeal of Ironbridge is that its industry is countrified, another important aspect of the repertoire of English national-popular culture that helps the process of forgetfulness. (West, 1988: 54)

Na verdade, esta ideia e este propósito tinham sido já enfatizados por Neil Cossons em 1980, na qualidade de diretor do museu:

The landscape, which has matured in cask for 250 years, unaffected by large-scale nineteenth-century industrial activity or urban growth, provides the vital context for the specific sites of technological achievement. The idiosyncratic townscape spread up the south-facing slopes of the gorge, the dramatic hanging woods of Benthall across the river, the thrown-togetherness of town and country, the unselfconscious ordinariness, are an essential setting for the sites themselves. (Cossons, 1980: 139-140)

À semelhança de Bennett, também West refere o facto de a maioria dos edifícios, máquinas e objetos que compõem o museu ser proveniente de outros locais e ter sido adquirida e artificialmente reunida e combinada para construir uma narrativa abstrata, descontextualizada e mitificada da vida de uma comunidade industrial (West, 1988: 56). O facto de a ponte de Ironbridge constituir o centro do museu, simbolizando metonimicamente a génese do processo industrial e servindo de pretexto à musealização da área envolvente como “o berço da revolução industrial” é também alvo da crítica de West. A ênfase do museu na componente tecnológica do processo industrial, assim como no papel dos ‘capitães da indústria’, em detrimento da história político-social, ou ideologicamente reconciliada com ela, a ‘colagem’ harmoniosa da história industrial local e nacional, assim como a sua inscrição no processo histórico não só britânico como universal, estão bem patentes na descrição do seu diretor:

Coalbrookdale, a side valley of the River Severn, is where the area's historical significance has its origins. Here, at the head of the dale, the Museum Trust administers the Old Furnace, where Abraham Darby I first melted iron with coke in 1709, and the Museum of Iron opened by H.R.H. the Prince of Wales in July 1979. The Museum occupies the Great

³² Esta opinião foi também expressa subsequentemente, por exemplo, por Kevin Walsh, que vê esta ‘ruralização’ e neutralização do conflito, e das lutas sociais, como uma característica comum aos museus aos ar livre e aos parques temáticos (Walsh, 1992: 97).

Warehouse, a fine three-storey building bought by the Coalbrookdale Company in 1838 (...). The museum tells the story of iron from man's earliest use of the metal through to the Coalbrookdale period in the eighteenth and early nineteenth-centuries, culminating with the introduction of large-scale steel-making based on the Bessemer and open-hearth processes. The top floor is devoted to the community of Coalbrookdale, the Darbys, the company, and the people on whose skill and enterprise the area depended. (Cossons, 1980: 146)

A visão de West da ponte – cujo restauro teve um custo de £180.000, pago com os patrocínios de empresas privadas e com financiamento público (Cossons, 1980) – e do seu significado é completamente diferente da do diretor do museu:

I'll avoid the temptation of stating – as others have done – that the iron bridge is the 'eighth wonder of the world'. Instead I'll begin by saying that it's an impressive symbol of innovative manufacturing and engineering skills that stands as a monument to the emergent industrial bourgeoisie of the latter half of the eighteenth century. I will also say that it represents exploited labour, a shift in work patterns, discipline and time, and that it stands as a monument to manufacturing and commodity production. (West, 1988: 54)

O autor critica ainda a descontextualização dos objetos exibidos das suas “relações sociais de produção e de consumo” (40), a recriação e apresentação ‘autêntica’ de atividades laborais passadas – tais como o fabrico de velas, a serração ou a forja – por parte de funcionários vestidos à época como um elemento pitoresco, e extraídas do seu contexto social, marcado por dificuldades, tensões e conflitos de classe (59). Na opinião do autor, o conteúdo educativo é desvalorizado e secundarizado relativamente à função principal (comercial) do museu enquanto empresa privada (57). A partir da sua experiência do ambiente claustrofóbico e insalubre da fábrica de velas (uma das componentes do museu), West insurge-se veementemente contra a forma como o museu não só não alude às precárias e difíceis condições de trabalho que caracterizavam o trabalho industrial – os salários baixos, as longas horas de trabalho, a falta de segurança e de higiene – como também as reproduz, recrutando jovens desempregados através de contratos precários e mal remunerados e sujeitando-os às mesmas condições laborais suportadas pelos antepassados que eles personificam. Neste contexto West conclui:

Now the spectacle of Blists Hill falls into place. It represents *'the past' that worked*, in the double sense of being a successful one for capital and one where 'idle' hands were busy. The little Utopia of Blists Hill 'resolves' unemployment, the result of ancient and modern crises of capital, by appealing to 'the past' and by deploying the most vulnerable sectors of present-day society. The poorly-paid MSC employee is forced to carry the burden of

exploitation, in a historical process that changes just to remain the same, but where exploitation now is made to tell the story of harmony in the days of yore. (West, 1988: 60)

O autor questiona ainda o contributo do museu para a regeneração da economia local, dando exemplos concretos da volatilidade, precariedade e mesmo do encerramento de muitos estabelecimentos comerciais locais. Contudo, e apesar do cariz marcadamente negativo da sua análise e avaliação não só do Ironbridge Gorge Museum como dos museus ao ar livre em geral, o autor não deixa de reconhecer os aspetos positivos do surgimento e da expansão desta nova geração de museus, nomeadamente o facto de eles terem incrementado de forma muito significativa o interesse no passado como objeto de conhecimento, o seu contributo para a requalificação de áreas degradadas pelo processo de desindustrialização e para a inovação das estratégias de exibição museológicas (59). No que respeita à questão da receção desta ‘versão dominante’, parcial, sentimentalizada e em última análise antidemocrática do passado e das comunidades industriais, West – à semelhança de Bennett – espera que, através do confronto dos seus conhecimentos e das suas experiências pessoais, os visitantes adotem uma postura crítica face à representação do passado em Ironbridge Gorge (60-61).

As ideias de Bennett e de West são em grande medida reafirmadas por Bill Schwarz na sua apreciação do processo de requalificação da zona desindustrializada e degradada de Docklands (East End, Londres), frequentemente abordado nos manuais de turismo como um caso de sucesso de regeneração urbana mas também criticado, nomeadamente por não ter beneficiado as comunidades locais (Boniface e Cooper, 2001: 106-107). Esta é também uma das principais críticas de Schwarz, que enquadra este projeto de requalificação no contexto da reestruturação internacional das economias capitalistas e na política contraditória de Thatcher de destruição e simultaneamente de preservação e valorização do património histórico-cultural, de acordo com os interesses e as oportunidades de negócio do momento. Confirmando a opinião de David Harvey de que a desindustrialização/destruição de áreas e regiões é (deliberadamente) realizada com vista à sua posterior rentabilização (Harvey, 2006: 155), Schwarz denuncia o favorecimento estatal do grupo empresarial imobiliário LDDC (London Docklands Development Corporation), cuja aquisição a preços irrisórios de cerca de 80% da área total de Docklands, na sua maioria terrenos públicos, e a sua consequente inflação, lhes permitiu auferir lucros rápidos e avultados (Schwarz, 1991: 84).

Schwarz descreve ainda o modo como o processo de requalificação e reconstrução de Docklands como uma área moderna e cosmopolita – patente na arquitetura arrojada dos arranha-céus que hoje albergam as sedes de alguns dos maiores grupos financeiros globais – implicou a destruição da identidade e memória – histórica, cultural e também arquitetónica, visual – daquela área industrial e operária de Londres. Schwarz salienta ainda o facto de determinados aspetos da história local terem sido simultânea e *seletivamente* mobilizados no processo de valorização da zona, insurgindo-se contra o aproveitamento oportunista da história e da memória locais que identifica como uma característica da nova ‘indústria do património’:

The reification of the current designation – Docklands – is in its way perfect, for it mystifies the history of the riverside in East London by eliminating reference to one of its central constituents, the human labour of the dockers. The place – archetypal, rooted in the first Elizabethan age, boasting the oldest pubs in the land, etc. – predominates over the human, transmuting in the process to heritage. One of the more notable victories for the Thatcherites in the eighties lay not only in the final liquidation, as a historic force, of those unions based on the old staple industries of the first industrial revolution but also in effectively expunging even their memory from public comment.

(...)

In the pit villages ageing silicotic miners have none but their own to haunt. In East London broke-backed dockers of a certain age possess that distinctive hunch which, when they walk, makes them roll from side to side, like the ships they once serviced; these days they can be observed sitting in fold-up chairs on little squares of grass, gently nodding to the rhythmic thud of pile-drivers. Unless they can dance a jig or produce a quick line in the muvver tongue they are not *Heritage*. (Schwarz, 1991: 82-83)

Na sua reflexão sobre a representação do passado nos novos museus industriais e no âmbito do processo de musealização da história industrial britânica por parte da ‘indústria do património’, com vista ao seu consumo turístico, Kevin Walsh (1992: 97-99) revisita as análises de Bennett e de West, reafirmando integralmente as principais críticas feitas por estes autores a estes museus em particular (100). Walsh salienta as semelhanças entre estes museus (e os novos museus ao ar livre em geral) e os parques temáticos, descrevendo-os como “ilhas de fantasia” (100), “cápsulas do tempo” ou meros “simulacros”, que privilegiam o espetáculo em detrimento da educação (105), e fomentam não o conhecimento dos locais e do seu passado mas uma “amnésia histórica” (103, 105). O autor demonstra igualmente a sua preocupação relativamente ao facto de os museus públicos estarem progressivamente a adotar as estratégias de exibição introduzidas por estes tipos de museus e a orientar-se para a oferta de experiências multissensoriais, nomeadamente através da utilização de recursos multimédia. Apesar de admitir que estes recursos podem ser úteis e didáticos, o autor teme que estes

“artifícios de *marketing*” possam tornar-se eles próprios o objeto dos museus, em detrimento dos seus conteúdos educativos (111).

A utilização de recursos tecnológicos, nomeadamente de bonecos animados, que narram a história da comunidade mineira de Wigan em 1900 no ‘parque histórico’ de Wigan Pier – *The Way We Were* é também criticada por Robert Hewison como um dos elementos que concorrem para uma representação parcial e despolitizada da história da cidade: “Although the displays cannot avoid the realities of working life, even in a relatively prosperous 1900, they are seriously neutral when dealing with the responsibility for such conditions, or for catastrophes like the Maypole Pit Disaster of 1908, when seventy-five miners died.” (Hewison, 1987: 21) Neste contexto, o autor contrasta a representação idealizada da comunidade com a descrição crítica e pungente (mas não desprovida de preconceitos de classe) das suas condições miseráveis de vida feita por George Orwell no livro cujo título e fama foram utilizados na criação do museu e da sua imagem. Vale a pena atentarmos na descrição que Orwell faz da sua visão fugaz de um bairro operário degradado:

The train bore me away, through the monstrous scenery of slag-heaps, chimneys, piled scrap-iron, foul canals, paths of cindery, mud criss-crossed by the prints of clogs. This was March, but the weather had been horribly cold and everywhere there were mounds of blackened snow. As we moved slowly through the outskirts of the town we passed row after row of little grey slum houses running at right angles to the embankment. At the back of one of the houses a young woman was kneeling on the stones, poking a stick up the leaden waste-pipe which ran from the sink inside and which I suppose was blocked. I had time to see everything about her – her sacking apron, her clumsy clogs, her arms reddened by the cold. She looked up as the train passed, and I was almost near enough to catch her eye. She had a round, pale face, the usual exhausted face of the slum girl who is twenty-five and looks forty, thanks to miscarriages and drudgery; and it wore, for the second in which I saw it, the most desolate, hopeless expression I have ever seen. It struck me then that we are mistaken when we say that ‘It isn’t the same for them as it would be for us’, and that people bred in the slums can imagine nothing but the slums. For what I saw in her face was not the ignorant suffering of an animal. She knew well enough what was happening to her – understood as well as I did how dreadful a destiny it was to be kneeling there in the bitter cold, on the slimy stones of a slum backyard, poking a stick up a foul-pipe. (Orwell, 1989: 14-15)

Hewison estabelece paralelos entre a pobreza atroz da classe operária de Wigan durante a recessão económica da década de 1930 e a devastação causada pela desindustrialização – um ciclo análogo de recessão – na mesma cidade nas décadas de 1970 e 1980. Após o encerramento, ao longo do século, de cerca de 400 minas e de mais de um milhar de fábricas têxteis, cerca de 30% da área municipal urbana estava degradada e o desemprego aproximava-se dos 20% ,embora, segundo o autor, atingisse os 90% em determinados bairros da cidade. O

projeto museológico-turístico de Wigan Pier, uma parceria público privada com financiamento estatal e do Fundo Social Europeu, e com um custo total de 3.5 milhões de libras esterlinas, tinha tido o objetivo de requalificar a cidade em termos ambientais e principalmente económicos. Contudo, e apesar do elevado número de visitantes que o museu atraía no ano da sua abertura (1986), Hewison manifesta as suas dúvidas relativamente à capacidade do projeto de regenerar de forma eficaz a economia local e de a sustentar a longo prazo, parecendo lamentar o facto do elevado montante financeiro investido não ter sido empregue em atividades económicas que oferecessem mais garantias a este nível. Os receios do autor parecem ter-se confirmado, uma vez que o museu encerrou as suas portas no final de 2007, aparentemente por falta de viabilidade económica. A empresa detentora do museu prepara agora a implementação de um novo empreendimento cultural – um ‘centro de artes e património’ com uma galeria de exposições, oficinas e estúdios artísticos e um teatro, com um custo previsto de 4 milhões de libras (Wigan Council, 2007). Hewison manifesta receios semelhantes a outros exemplos britânicos de aplicação daquilo a que ele chama “a solução do património”, nomeadamente Ironbridge, Beamish e Rhondda, contrastando a abertura e popularidade dos museus com as persistentes e elevadas taxas de desemprego das respetivas regiões envolventes (Hewison, 1987: 93-97).

Apesar de reconhecer a importância de refletir sobre a recente ‘indústria do património’, Angus Buchanan (1989), precursor do movimento da arqueologia industrial em Inglaterra, posiciona-se criticamente em relação ao livro e aos principais argumentos de Hewison. Segundo Buchanan, a requalificação urbana e ambiental que o projeto museológico e turístico de Wigan fomentou constituiu um benefício inequívoco para a cidade e para os seus habitantes; da mesma forma, o autor enfatiza os benefícios que o desenvolvimento das indústrias do património e do turismo trouxeram não só a Wigan como à Grã-Bretanha, no contexto da desindustrialização e do desemprego, fomentando a regeneração económica e ambiental, gerando emprego e receitas, e contribuindo para a autoestima e o espírito empreendedor das populações (Buchanan, 1989: 5-6). O autor considera ainda que Hewison, assim como outros críticos do património tendem a desvalorizar os objetos e artefactos históricos e a sua capacidade de fomentar o conhecimento e a compreensão do passado (6). O autor reflete ainda sobre os contributos da arqueologia industrial para o interesse popular e académico no estudo e na preservação dos artefactos e monumentos industriais, lamentando as dificuldades de institucionalização académica deste campo de estudos (7).

No seu livro *Theatres of Memory* (1994), Raphael Samuel inscreveu também a expansão da ‘indústria do património’ e destes novos museus sobre a história industrial e popular no contexto economicamente devastador e socialmente traumático da desindustrialização massiva e do declínio – em termos numéricos e enquanto força política e social – da classe trabalhadora britânica. À semelhança de Hewison (1987), de Lowenthal (1985) e de Fredric Jameson (1991), Samuel interpretou o crescente apelo da nostalgia do passado – patente em diversas atividades culturais, incluindo a visita dos novos museus ‘vivos’ ou ao ar livre – como uma resposta à sensação de perda e de volatilidade provocada pela instabilidade do presente e pelas profundas transformações verificadas nas últimas décadas (Samuel, 1994: 139-149). Tal como os autores anteriormente considerados, também Samuel reconheceu e lamentou a apropriação político-ideológica e a ‘domesticação’ da cultura e da história populares por parte dos governos conservadores no âmbito da revisão e reconstituição da narrativa oficial da história nacional e do passado industrial, ironicamente facilitada por movimentos académicos e cívicos progressistas, tais como as sociedades históricas e de conservação (162-164).

No entanto, a posição de Samuel relativamente à ‘indústria do património’ e em particular aos museus supramencionados diverge, de forma bastante significativa, da destes autores, uma vez que ele valoriza fundamentalmente o seu importante contributo para o alargamento da noção de património, para a democratização da história nacional e para a disseminação, popularização e “dignificação retrospectiva”, não só do processo de industrialização e urbanização (tradicionalmente lamentado e repudiado por críticos de ambos os lados do espectro político), como da história e da cultura da classe trabalhadora britânica e de outros grupos até há pouco tempo excluídos e silenciados, não só dos museus como da própria historiografia:

The new version of the national past, notwithstanding the efforts of the National Trust to promote a country-house version of ‘Englishness’, is inconceivably more democratic than earlier ones, offering more points of access to ‘ordinary people’, and a wider form of belonging. (...)

Labour, far from being despised, as it was so often in the real historical past, is retrospectively dignified. Its artefacts are lovingly preserved at the industrial museums, and subject to ‘hands-on’ interactive displays with aproned artisans playing their trades, and machinery moving on its wheels and pulleys (...)

The new version of the national past is not only more democratic than earlier ones but also more feminine and domestic. It privileges the private over the public sphere, and sees people as consumers rather than – or as well as – producers. Hearth and home, rather than sceptre and sword, become the symbols of national existence; samplers and patchwork quilts the tradition-bearers. (Samuel, 1994: 161)

Samuel enquadrado igualmente o crescente interesse nesta forma de turismo histórico-cultural no processo cívico mais lato de valorização e de estudo da história social e industrial, materializado no desenvolvimento de redes nacionais de associações de conservação do património, de arqueologia industrial e de história local, ao longo da segunda metade do século XX. O autor lembra também o papel importante que a investigação desenvolvida no âmbito da história social e em particular da história e da cultura operárias, a nível académico mas em estreita colaboração com alguns destes movimentos, desempenhou na sua popularização e legitimação como parte integrante e relevante da história e do património nacionais. Tal como Thompson refere na sua revisão dos ‘debates sobre o património’, a abordagem de Samuel é compreensível e tem de ser perspectivada à luz da vida e dos interesses intelectuais de Samuel e do seu contributo para a afirmação da história operária (Thompson, 1997: 29).

De facto, Samuel foi um dos principais precursores do estudo, do ensino, da afirmação e reabilitação da história e da memória operárias, causa a que se dedicou durante toda a sua vida: no final da década de 1950 fundou (em conjunto com Stuart Hall e Charles Taylor) a publicação *New Left Review*. Entre 1962 e 1996 esteve envolvido na educação de adultos (da classe trabalhadora), nomeadamente no ‘Ruskin College’ (Oxford), e depois, pouco antes da sua morte, também como professor da ‘University of East London’, onde constituiu um centro de estudos da história daquela área de Londres, hoje designado ‘Raphael Samuel Research Centre’. No obituário de Samuel, publicado na *New Left Review*, Stuart Hall relembra com alguma emoção a experiência docente de Samuel no ‘Ruskin College’, cujos alunos eram maioritariamente da classe trabalhadora e/ou sindicalistas:

Instead of teaching them social history, he gave them a historical sense of themselves and made them into the social historians of their own lives and cultures and the active custodians of their own popular memories. The testimonies of the transforming impact of Raphael’s passionate conviction that ‘history is for everyone and everyone can be a historian’ on the lives of several generations of Ruskin students are enough in themselves to move one to tears about how the idea of education, teaching and learning has been obscenely diminished and abused in these harsh and cynical times. (Hall, 1997c: 124)

No seu funeral, Alun Howkins, amigo de Samuel e seu aluno no Ruskin College na década de 1960, deu o seu testemunho pessoal sobre esta experiência intelectual e pedagógica: “Raph’s insistence that history was about people like my parents and grandparents, and that their lives mattered, was a revelation which has never left me.” (Hall, Howkins, Alexander e Walsh, 1997:

vii) Também Carolyn Steedman reflete sobre a importância – e peculiaridade – da combinação da reflexão e investigação histórica com a experiência pedagógica da educação de adultos praticada por Samuel, Williams e Thompson: “Like Raymond Williams and Edward Thompson, he produced his historical work in interaction with working-class adult returners to education – a peculiarity of English educational history and English historiography that awaits its historian.” (Steedman, 1997: 53)

Na década de 1960, e a partir da sua crença nas “propriedades democráticas do estudo da história” (Schwarz, 1996), Samuel formou o ‘History Workshop’, que ainda hoje subsiste, dedicado ao estudo e à divulgação da história e cultura populares, e que Hall descreve como “an astonishing intervention in the redefinition, the deprofessionalization and rewriting of social history” (Hall, 1997c: 124). Com um cariz informal e pouco institucionalizado, este ‘movimento’ começou por ser essencialmente um fórum de discussão e de partilha de conhecimentos, centrado na organização de encontros, seminários e conferências que gradualmente atingiram um âmbito internacional. O primeiro encontro, organizado em 1967, teve o sugestivo título de ‘A Day with the Chartists’ (Schwarz, 1996). Gareth Steedman Jones relembra o caráter precursor destes *workshops*:

(...) beginning in 1966, Samuel also launched a series of national workshops on topics which were then unheard of as the stuff of history and are now the sine qua non of every history course: women’s history, the history of childhood, empire and patriotism, the changing definitions of nations, the cultural diversity of Britain. (Jones, 1996)

Em 1975 o History Workshop materializou-se também na edição de uma publicação periódica, o *History Workshop Journal*, hoje uma publicação internacional de referência editada pela Oxford University Press. Esta publicação tinha uma natureza abrangente e democrática, incluindo trabalhos não só de académicos como também de estudantes e de historiadores amadores, que para Jones é um exemplo de como Samuel gostava de desafiar e de transgredir (ou destruir) as convenções e hierarquias académicas. Samuel destacou-se igualmente pelos seus projetos de recolha da história oral e por uma abordagem à história que privilegiava as fontes primárias, quer orais quer escritas (Schwarz, 1996). Por altura do seu falecimento, um grupo de académicos reputados, nomeadamente da área dos Estudos Culturais, tais como Bill Schwarz (1996), Stuart Hall (1997c) e Carolyn Steedman (1997) refletiram sobre o contributo intelectual fulcral de Samuel para o estudo, reconhecimento e valorização da história e da cultura populares e operárias. Contudo, alguns destes autores não deixam de mencionar as

críticas de que o autor e o seu trabalho foram alvo. Por exemplo, Steedman (1997: 53) alude a críticas de excessivo empiricismo e de falta de distanciamento crítico face ao objeto de estudo que a abordagem do autor à história motivara. No que respeita ao livro *Theatres of Memory*, Hall (1997c: 126) não deixa de reconhecer “o populismo teimoso e militante” da posição de Samuel no âmbito do ‘debate sobre o património’, a qual, segundo Schwarz, motivou opiniões discordantes no meio académico e no seio do seu grupo de amigos (Schwarz, 1996).

De facto, o próprio Samuel fomentou uma acesa polémica no âmbito dos ‘debates sobre o património’, e em particular nos ataques diretos e bastante contundentes aos críticos da ‘indústria do património’ acima considerados, desferidos em particular num dos capítulos de *Theatres of Memory*, com o título de ‘Heritage-baiting’ (Samuel, 1994). Neste texto, Samuel insurge-se contra as principais críticas que tinham sido formuladas aos museus industriais/ao ar livre, nomeadamente o seu carácter artificial e lúdico (semelhante ao dos parques temáticos), a sua trivialização, manipulação da história, bem como a sua transformação num bem de consumo. Samuel insurgiu-se particularmente contra as críticas dirigidas à ‘indústria do património’ por parte de uma certa “intelligentsia metropolitana” (especialmente literária), bem como por parte dos Estudos Culturais: “Heritage has also emerged as one of the principal whipping-boys of Cultural Studies, a prime example of those tutelary complexes which it is the vocation of critical inquiry to unmask.” (Samuel, 1994: 259-260) O autor mostra-se particularmente incomodado com o facto de esta visão crítica ter extravasado o contexto académico e ter-se alastrado ao domínio público, dando lugar a debates nos média (com a intervenção de académicos e ‘especialistas’), e inclusivamente a uma exposição fotográfica, da autoria de Paul Reas – sugestivamente intitulada ‘Flogging a Dead Horse’ – e com o patrocínio do *Arts Council* (Samuel, 1994: 263- 267; Reas e Cosgrove, 1993).

Samuel inscreveu a crítica do património no âmbito mais lato das teorias da ideologia dominante ou do hegemónico, que descreve como “teorias da conspiração” (dando Foucault e Bourdieu como casos exemplificativos) (Samuel, 1994: 264) e acusa os seus proponentes de elitismo, “snobismo literário” (266), “condescendência social” e conservadorismo político e intelectual³³:

³³ Por altura da publicação do livro, Patrick Wright e o jornalista Neil Ascherson, ambos visados pelas críticas do autor, reagiram aos ataques de Samuel nas suas revisões críticas do livro, publicadas na imprensa, dando azo a um debate polémico e azedo (Samuel, 1995; Ascherson, 1995; Wright, 1995), que é revisitado por McGuigan (1996) e por Wright (2009: xv-xvi).

The denigration of 'heritage', though voiced in the name of radical politics, is pedagogically quite conservative and echoes some of the right-wing jeremiads directed against 'new history' in the schools.

(...)

Something might be said too about social condescension. The idea that the masses, if left to their own devices, are moronic; that their pleasures are unthinking; their tastes cheapo and nasty, is a favourite conceit of the aesthete – as it was of their predecessors, the moralists and philanthropists (...). (Samuel, 1994: 265; 267)

Neste contexto, Samuel conclui o seu argumento com uma defesa eloquente da forma não só como a educação e o entretenimento se conjugam, em particular nas atividades de lazer, assim como do consumo crítico e ativo dos bens culturais:

The perceived opposition between 'education' and 'entertainment', and the unspoken and unargued-for assumption that pleasure is almost by definition mindless, ought not to go unchallenged. There is no reason to think that people are more passive looking at old photographs or film footage, handling a museum exhibit, following a local history trail, or even buying a historical souvenir, than when reading a book. People do not simply 'consume' images in the way in which, say, they buy a bar of chocolate. As in any reading, they assimilate them as best they can to pre-existing images and narratives. The pleasures of the gaze (...) are different in kind from those of the written word but not necessarily less taxing on historical reflection and thought. (Samuel, 1994: 271)

Na sua revisão dos 'debates sobre o património', Jim McGuigan manifesta a sua concordância com a generalidade das opiniões formuladas por Bennett, West e Walsh relativamente à representação da história nos novos museus vivos ou ao ar livre, e também com as críticas de "populismo acrítico" que tinham sido dirigidas a Samuel (McGuigan, 1996: 125-127). Segundo McGuigan, o livro de Samuel, *Theatres of Memory* (1994), inscreve-se no conceito de 'populismo cultural' sobre o qual o autor tinha refletido criticamente (McGuigan, 1992), e que segundo ele – se aplicava também a trabalhos e abordagens mais recentes dos estudos culturais:

Cultural populism is anti-elitist by definition: it calls into question established hierarchies of value and seeks to interpret the meanings of popular culture appreciatively. Mainstream cultural studies can still be characterised largely in these terms, regardless of Samuel's claim that cultural studies has a closer affinity to 'heritage-baiting' than to this position. At one time, cultural studies saw popular culture as the product of 'the people', in creative tension with, though not necessarily direct opposition to, mass-consumer culture. In the later development of cultural studies there was a discernible switch from interest in the historical production of popular culture from below, which included, for example, youth subcultures, to mainstream practices of consumption; although consumption, in this sense, is theorised in a productivist framework, stressing the role of the reader, the active audience and discerning shopper.

(...)

I have argued previously (...) that this exclusively consumptionist perspective ceases, quite irresponsibly, to be at all critical of mass-popular culture and it has become, in many respects, virtually indistinguishable from the free-market ideology of sovereign consumption. (McGuigan, 1996: 126)

Segundo McGuigan, o livro de Samuel reproduz e inscreve-se nesta deriva populista dos estudos culturais, e diverge fundamentalmente da abordagem à história da classe trabalhadora preconizada por autores como E. P. Thompson. Neste contexto, McGuigan esclarece a sua posição relativamente aos debates sobre o património: o autor não concorda com o ataque ou a rejeição liminar da comercialização da história e do património, mas considera que é imprescindível analisar criticamente e questionar a forma como o passado é representado e utilizado política e ideologicamente no âmbito da ‘indústria do património’, o que Samuel se recusa a fazer (1996: 127). No entanto, e talvez para se defender da acusação de condescendência ou menorização cultural do público, que Samuel faz aos críticos do património, McGuigan salienta o cariz complexo da ‘mensagem’ museológica, e a sua consequente suscetibilidade de interpretações múltiplas e imprevisíveis (128).

À semelhança de autores anteriormente considerados, McGuigan acusa Samuel de ignorar o cariz privado e a orientação comercial (turística) destes novos museus, bem como a sua orientação para a oferta de experiências lúdicas, semelhantes (mas por vezes inferiores) às dos parques temáticos, e desprovidas do cariz educativo que afirmam possuir, dando o exemplo do ‘Jorvik Viking Centre’ (York) (1996: 127-128). Tal como alguns dos autores já considerados, McGuigan reflete também sobre as transformações operadas nos museus tradicionais, que ele designa de “popularização”, em grande medida desencadeadas pela ‘concorrência’ destes novos museus, manifestando receios similares de que as funções de conservação e de investigação, e a qualidade dos seus conteúdos, se degradem e trivializem com a adoção progressiva de uma filosofia primordialmente empresarial, comercial e orientada para o “marketing frívolo” (131). No que respeita ao recurso progressivo às novas tecnologias multimédia, o autor admite as suas potencialidades positivas e criativas de enriquecimento dos conteúdos museológicos, dando como exemplo concreto o National Museum of Photography, Film and Television – hoje National Media Museum – em Bradford (132).

Nas suas reflexões e contributos sobre o ‘debate sobre o património’, alguns autores, como Adrian Mellor (1991) e John Urry (2002) adotam uma postura intermédia e que tenta destacar e conciliar os aspetos que consideram mais relevantes das opiniões dos vários analistas da

‘indústria do património’. Também estes autores enquadram a valorização e ‘turistificação’ do património no âmbito do processo mais lato – e de âmbito internacional – de reestruturação político-ideológica e económica do capitalismo, levado a cabo na Grã-Bretanha pelos governos de Margaret Thatcher ao longo da década de 1980. Ambos reconhecem a parcialidade, o artificialismo, a superficialidade e a ‘despolitização’ que caracterizam as representações da história e do passado industriais e/ou populares nos novos museus comumente englobados na designação de ‘indústria do património’, bem como a sua excessiva orientação comercial (Mellor, 1991: 98; Urry, 2002: 102). Na sua análise da musealização e dinamização turística da cidade e zona portuária de Liverpool, Mellor (1991: 98) dá como exemplo paradigmático disto a forma como a ligação da história local ao comércio de escravos está representada no Maritime Museum, e que subsequentemente foi alvo de duras críticas por parte de Kevin Walsh:

This museum’s consideration of the slave trade is dispassionate to say the least. The discussion of trade is remarkably brief, and is dealt with as if the slaves were just another commodity, like the tobacco and sugar. Certainly, during the period of slave-trading this would have been the common perception of those involved with slavery, but it might be expected that a museum in the twentieth century could afford to take a more critical stance, unless we want our children to equate slaves with cigarettes and bags of sugar.

Is the visitor meant to consider slave-traders with greater benevolence when we discover that they managed to reduce the death rate amongst slaves from 12 per cent to 4 per cent? Why was there a slave trade to start with? What were their living conditions like? How did the slave trade come to an end? None of these questions are really broached by the museum. (Walsh, 1992: 141)

Tanto Mellor como Urry salientam os aspetos positivos da expansão e popularidade destes novos museus, não só em termos económicos, através do seu contributo para a requalificação de áreas desindustrializadas, como em termos culturais. Enquadrando as suas análises – não só da ‘indústria do património’ como do debate a que ela deu azo – no âmbito mais lato do incremento da produção e do consumo de bens culturais, ambos os autores estabelecem paralelos entre os ‘debates sobre o património’ – que Mellor apelida de “uma indústria académica menor” (1991: 96) – e as discussões académicas e teóricas em torno das indústrias culturais, que analisámos com detalhe no primeiro capítulo. À semelhança de Samuel, mas num registo neutro e criticamente distanciado, ambos os autores refletem sobre o elitismo cultural inerente a muitas das apreciações críticas dos novos museus, que comparam com o das chamadas teorias da ‘sociedade de massas’ ou da ‘cultura de massas’ (Mellor, 1991: 95-96; Urry, 2002: 100). Mellor não deixa de dirigir algumas críticas à tendência recente que identifica

nos Estudos Culturais de uma excessiva – ou exclusiva – concentração na análise textual, em detrimento do trabalho de campo, nomeadamente da atenção às pessoas reais e do estudo de práticas culturais reais:

People's accounts of their lives and culture don't simply speak for themselves; they require interpretation and understanding.
In the bad old days, when cultural studies still retained, as one of its contributing strands, some of the traditions of European sociology, cultural analysts used to engage periodically with this difficult task of trying to understand what ordinary people made of their own cultural practices. (Mellor, 1991: 95)

Mellor condena os 'críticos do património' por eles abordarem a 'indústria do património' como um fenómeno homogéneo, quando na verdade ela inclui uma grande diversidade de museus e de sítios com naturezas, características, práticas e filosofias muito distintas, desde museus que abordam a história e cultura políticas da classe operária – como o 'Labour History Museum' em Manchester ou o Merseyside Museum of Labour History (já extinto) – aos museus vivos ou parques históricos como Wigan Pier ou Jorvik Viking Centre (98-99). Contudo, o principal argumento deste autor é o de que as análises destes museus partiram de uma estrutura analítica errada, ao centrar-se nas representações (ou seja, na produção dos conteúdos) em vez de prestar atenção às atividades e às motivações dos visitantes, ou seja, no consumo destes bens culturais (113).

Neste contexto, e a partir da observação direta e participativa de visitantes ou turistas a Wigan Pier e a Albert Dock, Mellor destaca alguns dos dados que apurou e também algumas das ilações que eles lhe permitiram retirar acerca da experiência da visita a estas atrações turísticas. Um dos aspetos referidos pelo autor é o facto de as pessoas terem motivações comuns e despretensiosas, tais como recordar o passado (razão apontada por alguns visitantes seniores a Wigan Pier) ou simplesmente sair de casa, descansar e espairecer, quebrar a rotina laboral e doméstica, passear e divertir-se, socializar com familiares e amigos e comprar lembranças (Mellor, 1991: 100, 106-107). Uma outra conclusão importante, enfatizada por Mellor, é a forma ativa, criativa e potencialmente crítica como as pessoas interpretam as representações museológicas e as apropriam de acordo com as suas próprias preconcepções, princípios e propósitos, dando como exemplo algumas impressões de visitantes a Wigan Pier, particularmente em relação reconstituições e dramatizações do museu³⁴:

³⁴ A descrição do artificialismo do *pub* é uma alusão e resposta à crítica de Wigan Pier formulada em 1987 por Robert Hewison, que critica não só as recriações e representações dramáticas como

(...) we have neglected to ask the punters what they think. Gloomily sitting in the Orwell Pub at Wigan Pier, worrying about fake Tiffany lamps and the genuine space invaders, we have assumed that others share our disorientation and deracination. In fact, when you ask other visitors what they are doing here, it turns out that many of them – especially the older ones – are reminiscing. They do so, not simply in passive deference to Wigan Pier's own construction of Wigan life at the turn of the century, but actively using the displays, reconstructions, and discourse of the actors (who wander around playing early-Edwardian schoolteachers, mill-workers and clerks), as the point of departure for their own memories of a way of life in which economic hardship and exploited labour were offset by a sense of community, neighbourliness and mutuality. (Mellor, 1991: 100).

Assim, e numa linha de argumentação muito próxima da de Samuel, supracitado, Mellor parece acusar os analistas – académicos, intelectuais, da classe média – da ‘indústria do património’ de condescendência cultural, defendendo a interpretação ativa e o cariz iminentemente diverso das experiências culturais e de lazer:

We have assumed (...) that people are not in active negotiation with their symbolic environment, but are passively shaped by it.

(...)

The alternative is to treat people as active agents interacting with real structures. People make their own cultures, albeit not in circumstances of their own choosing. Amongst those circumstances – within and towards which their activity is directed – are structures of representation; but so too, are structures of class, ethnicity and gender, along which deliberate economic and political strategies that bear upon these. These things are real. They do not merely exist in discourse. Their reality and their consequences exceed their representation. But people are not passively constructed by them. Even in leisure, people act intentionally; although in doing so they may slice a world along a different grain to that expected by the melancholic intellectual. (Mellor, 1991: 114)

Esta é também a posição de John Urry que, no âmbito da sua revisão do ‘debate sobre o património’, frisa a importância da valorização do património e da representação da história para as comunidades locais, nomeadamente como uma fonte de orgulho e de afirmação das identidades e culturais locais (Urry, 2002: 100), assim como para os visitantes e turistas, como forma de acesso ao conhecimento dessa mesma história e cultura. Partilhando a visão de Mellor da receção e interpretação ativa das representações museológicas, e defendendo o cariz e conteúdos educativos de alguns dos museus visados pela crítica (nomeadamente de Wigan Pier e de Rhondda Heritage Park), Urry coloca a hipótese de estes museus serem mais eficazes do que o estudo académico da história em termos educativos e da forma como

inclusivamente os candeeiros do *pub*, utilizando as mesmas palavras, “(...) Orwell pub, with its fake lamps and genuine space invaders (...)” (Hewison, 1987: 21).

contribuem para a transmissão e disseminação do conhecimento da história (102). Segundo Urry, um dos aspetos problemáticos da ‘indústria do património’ (e dos museus?) é o facto de as suas representações assentarem em grande medida nos objetos (aquilo a que subsequentemente se veio a chamar de ‘cultura material’), que não conseguem transmitir a profundidade e complexidade da história social:

(...) what needs emphasising is that heritage history is problematic because of the emphasis upon visualisation. Visitors see an array of artefacts, including buildings (with ‘real’ or ‘manufactured’), and they then have to imagine the patterns of life that would have emerged around those seen objects. This is an ‘artefactual’ history, in which various kinds of *social* experiences are in effect ignored or trivialised, such as the relations of war, exploitation, hunger, disease, the law, and so on (...). (Urry, 2002: 102)

Apesar disto, Urry considera que um dos aspetos mais relevantes e positivos no âmbito das transformações recentes dos museus é, sem dúvida, o alargamento do conceito de história (e de património?), do número e da natureza dos objetos assim como das histórias representadas, e o crescente interesse popular e a procura turística destes locais:

(...) there has been a marked broadening of the objects deemed worthy of being preserved. This stems from a changed conception of history. There has been a decline in the strength of a given and uncontested national history, which the national museums then exemplify. Instead, a proliferation of alternative or vernacular histories has developed – social, economic, populist, feminist, ethnic, industrial, and so on. There is a pluralisation and indeed a ‘contemporary-isation’ of history. (Urry, 2002: 118)

Tal como Urry, também Rojek defende o cariz e os objetivos educativos destes novos museus, dando os exemplos concretos de Wigan Pier e de Jorvik. À semelhança de Hewison e de Wright, o autor vê estes museus, e as experiências que eles oferecem, como formas de escape ou de fuga ao presente, e o “culto da nostalgia” como “uma consequência inevitável do progresso da modernidade” (Rojek, 1999: 189). Partindo dos principais pressupostos pós-modernistas para a sua análise – superficial e inconsistente – destas novas atrações turísticas, o autor desvaloriza as principais críticas de que elas têm sido alvo, declarando a irrelevância das distinções entre autêntico e artificial (manifestas na combinação de objetos originais com réplicas, recriações ou dispositivos multimédia), entre a cultura elevada e a cultura popular, entre a educação e o entretenimento (202-204). Contudo, e reproduzindo as inconsistências e contradições deste tipo de abordagem, anteriormente abordadas no âmbito dos estudos do turismo, o autor acaba por reafirmar as separações que simultaneamente rejeita –

nomeadamente entre presente e passado – ao equacionar o turismo de cariz histórico como uma forma de evasão do presente.

Tanto Rojek (1999: 194) como, de forma mais explícita, Urry (2002), interpretam não só o surgimento deste tipo de museus, assim como o redobrado interesse pelas representações do trabalho, como uma consequência direta da desindustrialização e da extinção do trabalho industrial e mineiro. Neste âmbito, Urry vê a transformação de antigos mineiros em guias turísticos como um exemplo paradigmático da transição das sociedades para um novo estágio civilizacional pós-moderno e pós-industrial:

The ex-miner, now employed at the former coalmine to show tourists around, is a metonym for the structural changes in the economy from one based on heavy industry to one based on services. The development of the industrial museum in an old mill is a metonymic sign of the development of a post-industrial society. (Urry, 2002: 117)

Nas suas breves reflexões sobre a musealização do trabalho industrial e da sua crescente popularidade enquanto objeto turístico, tanto Urry como Rojek aludem a Dean MacCannell, o autor que, de forma pioneira, se debruçou sobre esta temática. De facto, também MacCannell inseriu a conversão do trabalho em objeto turístico a que ele estava a assistir na década de 1970 no contexto das transformações mais latas, complexas e profundas, que se estavam a verificar, nomeadamente a desindustrialização, o desenvolvimento dos setores dos serviços e em particular da indústria turística, e também a crescente valorização do lazer, em detrimento do trabalho, como o fulcro das vidas das pessoas (1999: 58). As referências contrastivas que o autor faz à ‘sociedade industrial’ e à ‘sociedade moderna’ para descrever algumas destas transformações, e em particular a musealização do trabalho industrial, têm por vezes sido interpretadas (nomeadamente por Rojek e Urry) como o reconhecimento por parte de MacCannell da deriva pós-industrial ou pós-moderna. Contudo, a consideração atenta da sua reflexão crítica revela que o autor vê esta “mitificação do trabalho” não como uma evidência do fim da sociedade industrial mas como parte integrante de um discurso ideológico que tenta afirmar e legitimar não só o seu fim como a falência dos seus valores (57-58), tal como ele clarifica na introdução à edição de 1989 de *The Tourist*:

On the basis of my own observations (...) I am not prepared to argue that the accumulation of materials called “postmodern” constitute the end of history, or even a distinct historical epoch, nor can I say that I believe they touch humanity in its tenderest parts. They are more a repression and denial necessary to the dirty work of modernity so

it can continue to elaborate its forms while seeming to have passed out of existence or to have changed into something “new” and different”. (MacCannell, 1999: xvii)

Dada a sua filiação intelectual marxista, este autor era extremamente crítico da transformação do trabalho industrial em objeto turístico (operada já, como vimos anteriormente, no século XIX), considerando-o uma forma de alienação, ao dramatizar e tentar legitimar a divisão moderna e capitalista do trabalho e dos processos laborais e ao ‘naturalizar’ ou ‘normalizar’ o trabalho industrial, através da sua esteticização (62, 72).

2. A expansão e diversificação da reflexão crítica sobre o património

Em 2005, na sua revisão da reflexão crítica e académica sobre o património desenvolvida no contexto britânico desde a década de 1980, a que sugestivamente chama de “the heritage of heritage” (Littler, 2005: 2), Jo Littler salienta a dimensão e a diversidade do *corpus* intelectual produzido ao longo das últimas décadas sobre ou em torno da chamada ‘indústria do património’. A autora destaca o facto de, a par dos ‘debates sobre o património’, que tiveram lugar no âmbito dos estudos culturais e da história da cultura, a questão do património ter sido objeto de reflexão noutros contextos académicos e científicos, tal como o campo emergente dos *heritage studies*, próximo dos estudos do turismo e dos museus (4).

De facto, a crescente importância do património histórico-cultural enquanto setor económico intimamente ligado ao turismo, concomitantemente alvo de atenção e intervenção político-governamental, tem sido acompanhada de uma comparável atenção em termos epistemológicos, quer no âmbito de diversas disciplinas ‘tradicionais’ ou instituídas, tanto das ciências sociais e humanas ou das ciências empresariais, tais como o turismo, a história, a antropologia, ou os estudos culturais, como de domínios de investigação e formação emergentes ou de cariz mais específico, como os estudos do património, dos museus, da memória, da cultura visual ou da cultura material.

Tal como Lumley frisa, os chamados ‘debates sobre o património’ influenciaram de forma decisiva a reflexão crítica em torno da noção de património subsequentemente desenvolvida no espaço anglo-saxónico (Lumley, 2005: 15). Neste contexto, e não sendo nosso propósito dar conta destes desenvolvimentos – tarefa que para além de extravasar o âmbito do presente

estudo seria quase impossível dada a amplitude dos trabalhos desenvolvidos, iremos dar conta de algumas análises e reflexões mais relevantes, de áreas diferentes, em torno do próprio conceito de património e das representações museológicas da história, cultura e memória populares ou coletivas, prestando de seguida uma maior atenção ao património industrial e mineiro.

2.1. A abordagem construtivista das representações culturais

Em termos genéricos, e tal como Henrietta Lidchi (1997) e Sharon Macdonald (1998b) reconhecem, um dos desenvolvimentos mais significativos foi a adoção progressiva de uma abordagem construtivista, ao nível não só das práticas museológicas como da reflexão crítica sobre as representações da história e da cultura no âmbito do património, dos museus, e do turismo cultural. Tal como Hall explicita (1997a), esta visão construtivista da representação (resultante da semiologia, da semiótica e da teoria foucauldiana do discurso), consubstancia-se na análise não só dos signos icónicos – ou seja, visuais – como dos signos indexicais – ou seja, dos textos e das enunciações verbais – enquanto práticas de significação social e culturalmente produzidas, e logo contextuais e variáveis:

Representation is the process by which members of a culture use language (broadly defined as any system which deploys signs, any signifying system) to produce meaning. (...) things – objects, people, events, in the world – do not have in themselves any fixed, final or true meaning. It is us – in society, within human cultures – who make things mean, who signify. (Hall, 1997a: 61)

A um outro nível, estes signos são também objeto de análise enquanto sistemas de representação, práticas discursivas que afirmam e legitimam determinadas ideias e conceções sociais dominantes e formas de poder – aquilo que vários autores apelidam de ‘políticas da exposição/exibição’ (Lidchi, 1997; Macdonald, 1998a), e que têm de ser analisadas a partir do reconhecimento das ligações indissolúveis entre o poder institucional, a produção (e legitimação) do conhecimento e a regulação social, postuladas por Foucault (1980c):

(...) a museum does not deal solely with objects but, more importantly, with what we could call, for the moment, ideas – notions of what the world is, or should be. Museums do not simply issue objective descriptions or form logical assemblages; they generate representations and attribute value and meaning in line with certain perspectives or classificatory schemas which are historically specific. They do not so much reflect the world through objects as use them to mobilize representations of world past and present. (Lidchi, 1997: 160)

Na verdade, os próprios debates sobre o património, ou a reflexão crítica em torno da história dos museus modernos que considerámos anteriormente, exemplificam este tipo de abordagem teórica e analítica. No âmbito de uma conferência organizada pelo *Arts Council* em 1999, Stuart Hall fez uma intervenção intitulada ‘Whose heritage? Un-settling ‘the Heritage’’, re-imagining the post-nation’ (Hall, 2005), em que o autor reflete sobre a institucionalização e popularização da noção de património, verificada nas últimas décadas na Grã-Bretanha:

(...) the quaintness of the very term, ‘Heritage’. It has slipped so innocently into everyday speech! I take it to refer to the whole complex of organizations, institutions and practices devoted to the preservation and presentation of culture and the arts – art galleries, specialist collections, public and private, museums of all kinds (general, survey or themed, historical or scientific, national or local) and sites of special historical interest. (Hall, 2005: 23)

O autor inscreve a sua análise no contexto histórico mais lato, lembrando o papel que a criação dos museus modernos desempenhou na construção das culturas públicas nacionais e da própria ideia de uma cultura e de uma identidade nacionais – da utilização da “cultura como incorporação social” (24) – salientando a importância que a noção de “Património Nacional” desempenhou – e continua a desempenhar – no projeto dinâmico e em constante atualização da construção e coesão das identidades nacionais (25).

Neste contexto, Hall defende a necessidade de conceptualizar a noção de património como uma prática discursiva através da qual “a nação constitui para si própria uma espécie de memória social coletiva” (25). Esta construção é feita através de uma apropriação seletiva do passado – um exemplo daquilo a que Williams chamou de “tradição seletiva” (Williams, 1992: 51-52) – e de acordo com interesses dominantes num determinado contexto histórico:

Like personal memory, social memory is highly selective. It highlights and foregrounds, imposes beginnings, middles and ends on the random and contingent. But equally, it foreshortens, silences, disavows, forgets and elides many episodes which – from another perspective – could be the start of a different narrative. This process of selective ‘canonisation’ confers authority and a material and institutional facticity on the ‘selective tradition’, making it extremely difficult to shift or revise. The institutions responsible for making the ‘selective tradition’ work develop a deep investment in their own ‘truth’.

The Heritage inevitably reflects the governing assumptions of its time and context. It is always inflected by the power and authority of those who have colonized the past, whose versions of history matter. These assumptions and co-ordinates of power are inhabited as natural – given, timeless, true and inevitable. But it takes only the passage of time, the shift of circumstances, or the reversals of history to reveal those assumptions as time- and context-bound, historically specific and open to contestation, re-negotiation, and revision. (Hall, 2005: 26)

Hall salienta assim a neutralização das diferenças, ruturas, fraturas e conflitos inerentes à constituição e história moderna da Grã-Bretanha como nação – por exemplo, em termos de classe, género, ou geografia – ou a negação progressiva da questão do império, na “versão do Património da narrativa nacional dominante” (27). O autor destaca “dois grandes desafios” que se colocaram às instituições do ‘Património’ nas últimas décadas, nomeadamente a inclusão progressiva da história e da cultura popular britânica no conceito de património, através da sua representação museológica, a que Hall chama de “processo de democratização” do património³⁵, bem como a crescente crítica e contestação da ‘autoridade’ das narrativas dominantes das representações museológicas, que o autor inscreve na crítica intelectual do ideal iluminista da verdade universal, e que segundo ele provocaram uma verdadeira “crise de autoridade”, particularmente no âmbito dos museus (27).

Segundo Hall, estes dois aspetos refletem por seu turno um conjunto de mudanças conceptuais na “cultura intelectual global”, tais como a perceção por parte dos grupos tradicionalmente marginalizados do “poder simbólico” inerente ao processo de representação, e da afirmação, por parte destes grupos, do direito à autor-representação e ao reconhecimento da sua história ou cultura (28), uma consciência crescente das relações entre cultura e identidade, uma maior reflexividade sobre a natureza construída – e logo questionável – da autoridade no processo de afirmação e representação cultural (28). O autor dá diversos exemplos concretos destes desenvolvimentos no âmbito das práticas museológicas, nomeadamente no que respeita à sua produção, quer dos próprios conteúdos textuais e das estratégias de exibição, quer da explicitação dos princípios, perspetivas e objetivos das exposições (29). Todas estas mudanças indiciam, segundo Hall, “uma profunda e lenta revolução em curso nas práticas de representação cultural” (29).

Os desenvolvimentos salientados por Lidchi (1997) e Hall (2005), para os quais os chamados ‘debates sobre o património’ terão contribuído de forma importante, estão patentes, de várias formas, em muitas das reflexões realizadas nas últimas décadas em torno da representação histórica ou cultural (nomeadamente popular) no contexto dos museus, do património e do turismo. Contudo, e tal como Littler lembra, as abordagens divergem significativamente entre as várias disciplinas, coexistindo vários entendimentos do conceito de património bem como

³⁵ Esta ideia é também frisada por Priscilla Boniface, na sua análise dos desenvolvimentos recentes da transmissão e receção da história no Reino Unido, nomeadamente no âmbito da indústria do património, dos média e do ensino público (Boniface, 1995).

discussões paralelas e isoladas sobre temáticas ligadas ao património, o que leva esta autora a falar na existência de vários “paradigmas do património” (2005: 5). De facto, uma análise abrangente da literatura permite-nos constatar diferenças entre a conceção do património de um ponto de vista predominantemente económico – patente em alguns estudos de turismo – e a sua perspetivação enquanto objeto (de estudo) iminentemente cultural. Há também uma grande diversidade não só das temáticas abordadas como também do grau de teorização ou de especificidade.

2.2. O património histórico-cultural, o turismo e a globalização

No âmbito do turismo, o estudo de McKercher (2001) é exemplificativo de uma abordagem ao património primordialmente como um recurso económico. Neste artigo, o autor analisa o problemático encerramento de um sítio de património histórico – uma réplica de um barco a vapor construído na década de 1980 com o propósito de constituir uma atração turística – por falta de viabilidade económica e firmemente contestado pelos residentes. A partir deste estudo de caso, McKercher pretende chamar a atenção para os riscos da consulta às populações sobre matérias de turismo – advogadas por diversos teóricos do turismo, e destacadamente por Murphy (1985) – dado que as suas posições são norteadas pelo envolvimento emocional que neutraliza a sua capacidade de “decisão racional” (McKercher, 2001: 30).

Também Kirshenblatt-Gimblett (1998) e Graham, Ashworth e Tunbridge (2000) refletem sobre o património enquanto recurso económico e sobre as suas estreitas (ou indissociáveis) relações com o turismo. Contudo, as análises desenvolvidas por estes autores são bastante mais complexas do que a de McKercher, dado que conceptualizam o património não só em termos económicos como culturais. Todos estes autores salientam o facto de o património representar uma prática ou um conjunto de práticas económicas e culturais presentes que consistem na apropriação ou mobilização do passado com fins contemporâneos:

While it looks old, heritage is actually something new. Heritage is a mode of cultural production in the present that has recourse to the past. Heritage thus defined depends on display to give dying economies and dead sites a second life as exhibitions of themselves. (Kirshenblatt-Gimblett, 1998: 7)

(...) the wider conceptualization of heritage raises many of the same issues that attend the debate on the role of the past and the meaning of place. To reiterate, heritage is that part

of the past which we select in the present of contemporary purposes, be they economic, cultural, political or social. The worth attributed to these artefacts rests less in their intrinsic merit than in a complex array of contemporary values, demands and even moralities (Graham, Ashworth e Tunbridge, 2000: 17)

Kirshenblatt-Gimblett reafirma de forma bastante enfática esta ideia de que o património – constituído através da musealização e dinamizado através do turismo é um “modo de produção cultural”, que reinveste determinados objetos, locais, ou práticas não só de valor simbólico como comercial – dando como exemplos tecnologias obsoletas, minas abandonadas ou estilos de vida tradicionais. A autora frisa igualmente a relação estreita entre o património e o turismo, lembrando que o património constitui uma estratégia de valorização e de afirmação do cariz distintivo, extraordinário ou único dos locais, e que o turismo fornece aos museus os visitantes de que eles necessitam para sobreviver (132, 136):

Heritage and tourism are collaborative industries, heritage converting locations into destinations and tourism making them economically viable as exhibits of themselves. Locations become museums of themselves within a tourism economy. Once sites, buildings, objects, technologies, or ways of life can no longer sustain themselves as they formerly did, they “survive” – they are made economically viable – as representations of themselves. (Kirshenblatt-Gimblett, 1998: 151)

Apesar de a argumentação da autora apontar para a relação simbiótica entre o turismo e o património, e de ela não parecer questionar a viabilidade económica destes projetos, Kirshenblatt-Gimblett aponta dois problemas possíveis, a que chama de “baixa densidade” e de “saturação”: o primeiro consiste na escassez de atrações turísticas numa determinada região, que pode condicionar a sua atratividade, e que segundo esta autora pode ser solucionado através da criação de “corredores de património”, ou seja de rotas patrimoniais e turísticas; o segundo problema, que tem a ver com a degradação do destino e das atrações devido ao número excessivo de turistas, pode, em sua opinião, ser ultrapassado através de estratégias de promoção dirigidas a um segmento de mercado com maior poder de compra e numericamente menor (145-146). Ecoando as questões que também têm sido colocadas no âmbito da reflexão sobre o turismo cultural (e que vimos anteriormente), Kirshenblatt-Gimblett refere as disparidades (e conflitos) de filosofias ou orientações dos consultores e planeadores turísticos, centradas na comercialização do património, e as dos curadores e de outros profissionais culturais, mais focalizadas na missão social, ou seja no cariz científico e educativo, ligado à noção de serviço público, destes espaços patrimoniais (137-138).

Apesar de reconhecerem que o património (entendido de forma lata) é o recurso mais importante do turismo internacional, Graham, Ashworth e Tunbridge (2000) questionam abertamente o carácter simbiótico da relação entre património e turismo, considerando que é difícil estimar tanto os custos como principalmente os benefícios que o turismo proporciona aos equipamentos culturais que o sustentam, mas assumindo claramente uma postura de descrença e de apreensão:

Tourism is an industry with substantial externalities in that its costs are visited upon those who are not involved in tourism consumption (...). Thus tourism is parasitic upon culture, to which it may contribute nothing. If taken to the extreme, the economic commodification of the past will so trivialize it that arguably it can result in the destruction of the heritage resource which is its *raison d'être*. (Graham, Ashworth e Tunbridge, 2000: 20)

Estes autores consideram que o cariz dual do património – ou seja, o facto de ser um recurso simultaneamente económico e cultural – faz com que ele seja objeto – e se defina – pela tensão e conflito permanentes (22). A partir da proposta de Tunbridge e Ashworth (1996), estes autores utilizam o termo “património dissonante” para frisar a pluralidade de concepções do património, não só em termos desta dualidade economia/cultura como também em termos simbólicos, ou seja, como foco de disputas pela afirmação de determinadas representações culturais. Neste contexto, os autores refletem sobre o cariz político do património e sobre a forma como ele pode ser mobilizado com propósitos inversos, ou seja, como “uma força conservadora que apoia e reforça padrões de poder dominantes, ou uma força radical que desafia e tenta subverter as estruturas de poder vigentes (Graham, Ashworth e Tunbridge, 2000: 25).

Jo Littler (2005) considera que o conceito de “dissonância do património” proposto por Tunbridge e Ashworth possui vantagens e desvantagens: se por um lado enfatiza e ajuda a pensar sobre a multiplicidade de ‘patrimónios’, por outro lado pode fomentar a sua consideração individual e paralela, uma ideia que se confirma de facto na abordagem mais recente destes autores ao património, em termos do seu cariz multicultural e da sua “pluralização dos passados” (Ashworth, Graham e Tunbridge, 2007). Neste contexto, a autora propõe um modelo conceptual e interpretativo diferente:

We would argue instead for a framework which can understand heritage as a more open process, one which shows how various inheritances interconnect, and can be changed

through encounters, rather than the constantly individualised model of elevating 'someone's heritage at the expense of someone else's'. (Littler, 2005: 7).

Não obstante a pertinência das questões colocadas por Littler, a ideia da 'dissonância' do património é bastante útil e eficaz na medida em que destaca não só a existência de uma multiplicidade de conceções e de discursos sobre o património cultural coletivo como também a sua conflitualidade e as lutas de poder que se estabelecem pela sua afirmação. Na verdade, e tal como Hall (2005) frisa, estas questões conduziram a uma verdadeira 'revolução' não só ao nível das práticas e dos conceitos museológicos como do pensamento crítico sobre eles, refletindo-se na 'explosão', particularmente nas últimas duas décadas, não só de conferências e de encontros científicos como de um sem-número de publicações (especialmente de carácter coletivo), dos quais destacamos, a título exemplificativo, *Museum Ethics* (Edson, 1997), *The Politics of Display: Museums, Science, Culture* (Macdonald, 1998a), *Museums, Society, Inequality* (Sandell, 2002a), *The Politics of Heritage: The Legacies of 'Race'* (Littler e Naidoo, 2005) e a série editada pela 'Smithsonian Institution', *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display* (Karp e Lavine, 1991), *Museums and Communities: the Politics of Public Culture* (Karp, Kreamer e Lavine, 1992) e *Museum Frictions: Public Cultures/Global Transformations* (Karp, Kratz, Szwaja e Ybarra-Frausto, 2006).

A globalização da indústria do património, consequência da reestruturação global do capitalismo, da desindustrialização e da 'mercadorização' da cultura – no contexto de uma aposta progressiva dos governos nacionais nas indústrias da cultura e do turismo – tem sido também abordada na produção académica recente sobre o património, e na reflexão progressiva do fenómeno em termos da sua interseção entre o local e o global (frisadas de forma talvez pioneira, por Kevin Robins, anteriormente considerado), e da análise de casos de estudo de vários países e regiões do globo. Assim, podemos destacar algumas publicações muito recentes, nomeadamente o livro *Heritage and Globalisation* (Labadi e Long, 2010) e a edição universitária (Manchester University Press e Open University Press) da série 'Understanding Global Heritage', dirigida principalmente ao público estudantil (internacional), e que constitui uma abordagem de cariz introdutório, interdisciplinar e abrangente aos "estudos críticos do património como uma disciplina global" (Manchester University Press, 2010).

A série aborda a importância do património no mundo contemporâneo, a sua complexidade enquanto recurso simultaneamente económico, político e cultural, e é composta por três volumes multi-autorais. O primeiro, *Understanding the Politics of Heritage* (Harrison, 2010), centra-se no cariz político das representações culturais no âmbito do património, nas lutas de poder pela afirmação de determinadas representações culturais, na relação entre o património, a globalização, o nacionalismo e o ativismo social, e nas formas como “as políticas do passado são mediadas no presente”, nomeadamente através incorporação e representação de “noções de identidade, classe social, e nação” (Manchester University Press, 2011). O segundo, *Understanding Heritage in Practice* (West, 2010) aborda a história, assim como os processos de produção e de consumo do património, analisando as suas relações com o turismo e com o ativismo social, assim como questões relacionadas com as práticas museológicas e a sua interpretação. O terceiro e último volume desta série, *Understanding Heritage and Memory* (Benton, 2010), aborda a forma como o património pode fomentar ou obliterar a memória social e coletiva, assim como a natureza complexa e contestada da memória e da identidade.

2.3. Representações culturais e a função social dos museus

Tal como esta abordagem esquemática indicia, apesar do cariz diverso das abordagens ao património, verificamos que as questões da representação cultural têm constituído o objeto privilegiado da reflexão crítica. Neste contexto, vamos destacar alguns dos contributos mais relevantes para o presente estudo, no âmbito das transformações mencionadas por Stuart Hall, e nomeadamente no que se refere às políticas e práticas museológicas (2005). Uma das linhas mais relevantes do debate crítico e académico tem incidido sobre a função social dos museus. Neste contexto, importa salientar o contributo de Richard Sandell (2002b: xvii), em que o autor enfatiza “o potencial dos museus para atuarem como agentes da mudança social”, que apesar de não ser uma ideia nova, tem sido muito pouco implementada. Segundo o autor, os museus têm uma responsabilidade social e podem (e devem), através das suas coleções e exposições, contribuir para combater o desfavorecimento e as desigualdades sociais e fomentar a inclusividade, a igualdade e o respeito sociais, em três dimensões distintas: dos indivíduos, de determinados grupos sociais e da sociedade em geral (Sandell, 2002c: 4). Também Silas Okita considera que o multiculturalismo e a globalização constituem os principais desafios que se colocaram aos museus nas últimas décadas, e defende que os

museus têm a “função básica” e a “responsabilidade ética” de servir a sociedade e o seu desenvolvimento, tendo em consideração, em termos do seu papel de preservação, representação e promoção de culturas e identidades, as vertentes local (das comunidades), nacional e global (a “humanidade comum”) (Okita, 1997: 132).

Abram (2002) relata a formação, em 1999, e no decurso de uma conferência internacional, da International Coalition of Historic Site Museums of Conscience formada pelos diretores de dez museus localizados em quatro continentes, relacionados com a memória coletiva, particularmente traumática (tais como hospícios, prisões políticas, campos de concentração, etc.), e cita a declaração de princípios assinada pelos membros fundadores desta nova organização:

We are historic site museums in many different parts of the World, at many stages of development, presenting and interpreting a wide variety of historic issues, events and people.

We hold in common the belief that it is the obligation of historic sites to assist the public in drawing connections between the history of our sites and its contemporary implications.

We view stimulating dialogue on pressing social issues and promoting humanitarian and democratic values as primary function.

To advance this concept, we have formed an International Coalition of Historic Site Museums of Conscience to work with one another. (Abram, 2002: 125)

A própria autora fomentou o estabelecimento desta rede enquanto fundadora e presidente do Lower East Side Tenement Museum ou (Tenement Museum, Nova Iorque). A partir da sua experiência na constituição deste museu (que apresenta como caso de estudo), a autora critica o modo como muitas representações e apresentações museológicas (visitas guiadas) obliteram os factos negativos e controversos e apresentam narrativas coesas que deixam pouca ou nenhuma margem de interpretação (ou seja, de interpretações múltiplas e de escolhas por parte do público). Abram considera que a manipulação da verdade histórica conduz à trivialização e ao empobrecimento da história (131-132) e destaca as potencialidades sociais progressistas da musealização da história e da memória:

Our sites and history museums are important not because of the stories they tell but rather because implicit in these stories are lessons so powerful that they, if fully understood, could improve our lives. Such is the power of history. Our challenge is to harness that potential to improve society. (Abram, 2002: 140)

No seu livro *Museums and Popular Culture*, Kevin Moore defende que a representação museológica da cultura popular tem de ser enquadrada numa questionação mais lata da função social dos museus. O autor defende que, dado que os museus se destinam às populações em geral, eles deveriam representar a história e a cultura de todos (Moore, 1997: 4). Moore critica o facto de os museus se terem tornado concorrentes de outros tipos de instituições culturais, de cariz educativo, lúdico e cívico (universidades, postos de turismo, parques temáticos ou centros comunitários), muitas vezes perdendo a sua identidade (22). O autor defende que, apesar de os museus serem instituições iminentemente políticas, e de poderem e deverem estimular uma compreensão política do mundo contemporâneo, a sua missão não é a de fomentar a transformação social e política (22). Neste contexto, e considerando que a especificidade dos museus relativamente a outras instituições culturais reside nas suas coleções – na ‘cultura material’ – o autor conclui a sua argumentação – de forma algo contraditória – com a ênfase no potencial político dos museus e dos objetos museológicos:

(...) museums are inevitably political institutions, (...) political issues can be addressed through material culture even if museums do not tend to do this as yet (...) and (...) political issues are as valid a place for the discussion of political ideas as any other. Indeed, museums, by dealing with the material world, are perhaps the *best* place to consider some of the key ‘political’ issues of our time. For what is poverty but an unequal distribution of material culture? What is environmentalism but a concern to preserve material culture? (Moore, 1997: 31)

Tal como Sandell (2002c: 8) refere, uma parte muito significativa da (vasta) literatura que aborda o potencial progressista das representações museológicas centra-se na crítica à forma como os museus excluem, silenciam ou estereotipam a diferença e constroem narrativas culturais que frisam a coesão e identidade coletiva através do processo de seleção e das estratégias de representação e de exibição. De facto, as análises dos museus industriais/ao ar livre desenvolvidas no âmbito dos debates sobre o património exemplificam esta postura crítica. Mais recentemente, estas questões têm sido abordadas no contexto da (re)definição das imagens ‘oficiais’ das culturas e identidades nacionais, no âmbito do turismo internacional ou da globalização. Por exemplo, D. C. Harvey enfatiza o modo como os monumentos antigos são mobilizados no presente com propósitos iminentemente políticos, nomeadamente no âmbito do processo de afirmação de determinadas noções oficiais de nação, e discorre, em termos mais genéricos, sobre os vários significados que os monumentos e o património em geral vão assumindo ao longo dos tempos, defendendo por isso a relevância do estudo da

“história do património” para um melhor conhecimento das sociedades que o edificaram (Harvey, 2003: 475). A revista internacional *Culture Unbound* editou muito recentemente um número especial, dedicado à análise de como a ideia da Europa enquanto ‘comunidade imaginada’ está a ser afirmada e consolidada através das coleções e exposições museológicas (Krakenhagen, 2011a). No capítulo introdutório deste volume, Stefan Krakenhagen estabelece uma ligação direta entre a “Europeização contemporânea” e os processos de musealização em curso, inscrevendo-a no projeto político e cultural de construção de uma identidade europeia da UE, e apontando as dificuldades e tensões inerentes à tentativa contemporânea de harmonização de narrativas nacionais e europeias (Krakenhagen, 2011b: 269-273).

Na sua reflexão sobre a forma como determinadas versões de identidade local e de coesão nacional são forjadas através da valorização do património e da sua dinamização turística (apresentando estudos de caso de património tangível e intangível macedónio e croata), Allcock (1995) também reflete sobre o cariz político do património e do discurso do património, nomeadamente no modo como seletivamente se apropria, (re)constrói e ‘objetifica’ não só o passado como as identidades culturais dos próprios locais, e ainda sobre a forma como este discurso é reforçado, disseminado e legitimado – por via do turismo:

The identification of heritage (...) involves an attempt to create a sense of there being a moral bond which draws together a given community (the Macedonian or the Croatian nation) around the object in question (a historic site or folklore) and sets it off in significant respects from others. Because the identities in question relate to national cohesion and thus to the legitimization of state structures, and aspects of the past are being appropriated by the state, it is appropriate to say that in this process the past is being politicized.

(...)

Tourism is an integral part of the process described in two respects. It provides institutionalized and prestigious *forms* through which these ideological processes can be mediated (the presentation of a site; the performance). It also provides the ready-made *rhetorics* of presentation which conjure these politicized views of the past into being. (Allcock, 1995: 198-109)

Patricia Davison também reflete sobre a forma como os museus constroem, afirmam e legitimam determinadas narrativas – seletivas, parciais – como memória coletiva, nacional:

(...) unlike personal memory, which is animated by an individual’s lived experience, museums give material form to authorized versions of the past, which in time become institutionalized as public memory. In this way, museums anchor official memory. Ironically, the process involves both remembering and forgetting, inclusion and exclusion.

In making decisions about collecting policy, museum curators determine criteria of significance, define cultural hierarchies and shape historical consciousness. (Davison, 2005: 186)

Apesar de, à semelhança de Allcock, Davison reconhecer o facto de os museus (especialmente os museus públicos e nacionais) serem utilizados pelos estados para afirmar determinadas concepções oficiais e dominantes da identidade, história ou cultura nacionais, e do poder que as tradicionais associações dos museus a noções de autenticidade e de objetividade conferem às suas representações, a autora possui uma visão mais complexa destas questões, preferindo enfatizar as tensões existentes entre os interesses e as narrativas de diferentes grupos, e que se revelam não só ao nível da produção como da interpretação das representações museológicas. Na sua análise de vários museus e exposições sul-africanos, esta autora pondera sobre a intervenção dos museus no processo recente de revisão da história e memória nacionais, e demonstra como – no caso dos museus nacionais sul-africanos – as relações de poder se manifestam nas políticas de representação. Apesar da ênfase recente na democratização dos museus, nomeadamente através da representação de histórias previamente marginalizadas ou silenciadas e da valorização dos testemunhos pessoais, esta autora defende que o poder de decisão sobre as coleções e as exposições continua a ser detido pelas equipas de especialistas e curadores dos museus e não se estendeu à população sul-africana nem aos grupos representados, mantendo assim as relações de poder tradicionais e vigentes (Davison, 2005: 188-189). A partir de estudos de caso, a autora demonstra ainda a forma como a seleção e disposição dos objetos, assim como as estratégias de exibição, determinam o cariz das representações (186).

A complexidade inerente aos processos de produção das representações museológicas de outros povos ou culturas, no contexto dos países ocidentais e (pós-)imperiais, já tinha também sido objeto de análise por James Clifford (1997). A partir da sua experiência como consultor no processo de musealização de uma coleção de artefactos provenientes de uma tribo nativa do Alasca, Clifford reflete simultaneamente sobre o envolvimento da comunidade representada no processo de produção da representação museológica, assim como sobre os diferentes significados atribuídos – pelos curadores e pelos membros da comunidade tribal – aos objetos da coleção. Enquanto para os primeiros estes objetos tinham um valor estético e representavam uma cultura passada, tradicional, para os últimos eles tinham um significado iminentemente político, simbolizando uma história de perda, de espoliação e de luta *contínua*, inacabada, e que devia ser enfatizada (Clifford, 1997: 191).

Este encontro, confronto e esta negociação de diferentes concepções e significados culturais no espaço do museu leva Clifford a postular a ideia de que os museus constituem “zonas de contacto” e de relacionamento de povos e de culturas histórica e geograficamente separados (192), e que isto requer dos museus a adoção de um papel que vai para além da preservação, exibição e contextualização dos objetos:

The museum was urged to act on behalf of Tinglit communities, not simply to represent the history of tribal objects completely or accurately. A kind of reciprocity was claimed, but not a give-and-take that could lead to a final meeting of minds, a coming together that would erase the discrepancies, the ongoing power imbalances of contact relations (Clifford, 1997: 193)

Esta política de reconhecimento de narrativas de povos e grupos marginalizados e excluídos do discurso museológico, igualmente enfatizada por Rowlands (2002), e defendida em termos abstratos quer a nível epistemológico quer ao nível das políticas museológicas, continua a ser difícil e controversa, nomeadamente no que respeita à sua operacionalização. Neste contexto, Clifford reconhece as limitações da perspectiva do ‘contacto’ ou da ideia da reciprocidade, que apesar de deverem ser exploradas e fomentadas, continuam a desenvolver-se no contexto de relações de poder desiguais vigentes, concluindo:

Until museums do more than consult (often after the curatorial vision is firmly in place), until they bring a wider range of historical experiences and political agendas into the actual planning of exhibits and the control of museum collections, they will be perceived as merely paternalistic by people whose contact history with museums has been one of exclusion and condescension. It may, indeed, be utopian to imagine museums as public spaces of collaboration, shared control, complex translation, and honest disagreement. Indeed, the current proliferation of museums may reflect the fact that, historically, such institutions tend to reflect unified community visions rather than overlapping, discrepant histories. (Clifford, 1997: 208).

Vários estudos sobre turismo, património e museologia reconhecem igualmente o cariz ideológico das representações culturais no âmbito do património histórico-cultural mas exploram, e preferem enfatizar, a forma como elas podem ser objeto de apropriações alternativas. Por exemplo, Sharon Macdonald (1997) aborda o processo de produção das representações da história local na sua análise da constituição do museu (*heritage centre*) Aros: The Skye Story na ilha de Skye (Ilhas Hébridas – Escócia), declaradamente inspirado no modelo do Jorvik Heritage Park (Macdonald, 1997: 157). A partir das discussões em torno da comercialização da cultura, tanto no âmbito dos estudos de turismo como dos debates do

património (cf. Greenwood, 1989; Hewison, 1987 e 1991), Macdonald explora as questões da utilização da cultura e da identidade local como um produto turístico, centrando a sua análise no museu supramencionado.

No decurso da sua análise, que incluiu entrevistas não só aos profissionais responsáveis pela criação do museu como aos habitantes locais, Macdonald conclui que este museu constitui um exemplo da apropriação por parte dos locais das potencialidades oferecidas pelas indústrias do património e do turismo, não só em termos de sustentação das economias locais como também da afirmação ou do fortalecimento das culturas, tradições e história locais (1997: 159-169). No que respeita à representação da história no museu, Macdonald salienta a preocupação dos organizadores em explicitar a natureza e o ponto de vista da abordagem museológica da história:

In using the term 'story', Donald signals awareness of the fact that the exhibition, as with historical accounts in a book, is a particular version of history, told from a particular 'point of view'. It is also only a very small part of what might potentially be told ('we could only go into so much'); and is significantly different from many other accounts of Skye history ('it's a very different story from that told elsewhere'). (Macdonald, 1997: 161)

Macdonald contrasta esta visão de narrativas históricas diferentes e alternativas com a “oposição crua” que Hewison (1987) faz entre história verdadeira e falsa (Macdonald, 1997: 161) e destaca ainda o cariz político da representação da história neste museu, assim como das associações que são estabelecidas entre o passado e o presente: por exemplo, as causas políticas do despovoamento da região ou do declínio da cultura e da língua gaélicas e a ligação entre esta língua e a resistência política (162-163). Neste contexto, a autora conclui, a propósito da perspectiva de Donald, um dos organizadores da exposição: “His vision, and that of the others involved in creating The Skye Story, is one in which history is a matter of highly politicised contemporary significance” (Macdonald, 1997: 167-168). Contudo, a autora reconhece que esta componente política está representada de forma subtil, com o intuito de não causar polémica nem afastar os visitantes (168). No que diz respeito às estratégias de exibição, e tendo em conta as questões da autenticidade (colocadas como vimos não só no âmbito dos estudos de turismo como nos ‘debates sobre o património’), a autora refere o facto de a exposição incluir poucos artefactos originais e muitas réplicas em tamanho real, assim como recursos audiovisuais, sendo que a questão fulcral para os organizadores não era a da autenticidade ou do ‘realismo’ mas a da mobilização dos vários objetos e técnicas para a construção e coesão da narrativa histórica (169-171).

À semelhança de Macdonald, também Simone Abram questionou os significados da representação – e ‘mercadorização’ – da história e da cultura populares locais no âmbito da valorização e comercialização turística do património, tanto para as comunidades residentes – elas próprias objeto do olhar turístico – como para os próprios turistas (Abram, 1997). Centrando a sua análise na região rural francesa de Cantal, Abram contesta a assunção da desvirtuação das culturas tradicionais pela sua comercialização, comum em alguns estudos de turismo (por exemplo, Greenwood, 1989), e conclui que, no caso particular que analisa, a representação cultural no âmbito do turismo conduziu à sua ‘redescoberta’ ou revalorização por parte dos residentes, e ao reforço da identidade local (Abram, 1997: 46).

2.4. *Museus, cultura material e visual*

Few people still believe that physical objects “speak for themselves”, but neither are they mute. They signify within narrative systems. (...) Objects, like language, serve as principal media for the formation, expression, and confirmation of human relationships, and so museums that preserve objects are mines of knowledge about the workings of human society. (Hein, 2000: 31)

A análise da natureza social e simbólica dos objetos foi desenvolvida na segunda metade do século XX no âmbito da arqueologia, da semiologia e da semiótica (Pearce, 1994a: 2; Tilley, 1994: 67; Buchli, 2002b) e aprofundada mais recentemente nos campos de estudo emergentes da cultura material e da cultura visual, e nas suas abordagens ao papel dos objetos nas representações museológicas³⁶. Na verdade, trata-se da abordagem construtivista ao objeto material ou visual, concebendo-o como um texto, como “uma forma silenciosa de escrita ou de discurso”, “um modo não-verbal de comunicação” (Tilley, 1994: 70, 73). Neste contexto Tilley, frisa o facto de o estudo da cultura material implicar obrigatoriamente a sua transformação em conceito linguístico, uma vez que não há produção de sentido externa à linguagem (73). No âmbito desta abordagem, vários autores têm frisado – e analisado – as “políticas culturais da representação” (Hallam, 2000: 261) e os “efeitos políticos” (Hooper-Greenhill, 2000: 148) produzidos pela seleção, disposição e interpretação dos objetos no contexto museológico:

³⁶ Podemos referir algumas publicações de referência, tais como Evans e Hall, 1999; Mirzoeff, 2002; Buchli, 2002a, Wells, 2003 e Woodward, 2007.

The ways in which objects are selected, put together, and written or spoken about have political effects. These effects are not those of the objects *per se*; it is the use made of these objects and their interpretive frameworks that can open up or close down historical, social and cultural possibilities. (Hooper-Greenhill, 2000: 148)

Segundo Susan Pearce, o facto de o valor do objeto estar sujeito a flutuações, evidente na valorização e musealização de artefactos que até então eram desprezados ou considerados ‘lixo’, dando origem a mudanças sociais, é das suas características mais admiráveis (Pearce, 1994a: 2). Esta autora reflete ainda sobre o poder que, através da sua materialidade e originalidade, bem como da sua carga simbólica, os objetos possuem no âmbito das coleções museológicas: “(...) the sign which carries meaning is able to do so because, unlike we ourselves who must die, it bears an ‘eternal’ relationship to the receding past, and it is this that we experience as the power of ‘the actual object’.” (Pearce, 1994b: 25)

A “história social” e a “biografia cultural” dos objetos já tinham de resto sido também analisadas por Appadurai (1986: 34), na sua crítica à visão marxista da valorização dos objetos com base na sua natureza comercial. O autor demonstra que o valor dos objetos é socialmente contextual e variável, assente em determinados “regimes de valor”, e pode aumentar inversamente ao seu potencial comercial, dando como exemplo a descontextualização e esteticização de objetos comuns, nomeadamente através da sua musealização (ou coleção) (26-28). De igual forma, Kopytoff salienta a importância de analisar a biografia dos objetos, como se de pessoas se tratasse, chamando igualmente a atenção para o facto de eles não serem bens de consumo *per se*, mas para o facto de, ao longo das suas vidas, eles poderem ser investidos, destituídos e reinvestidos de valor comercial (Kopytoff, 1986: 66, 76). Este autor lembra ainda que, quando exonerados da sua natureza transacionável, estes objetos podem ser sujeitos a vários processos de singularização e de redefinição, tal como acontece no âmbito do património (76).

Vários autores enfatizam ainda o cariz polissémico dos objetos, que decorre do facto de eles não possuírem significados *per se*, mas de serem investidos de determinados significados, no âmbito de sistemas de representação particulares e específicos. Neste contexto, Lidchi reflete sobre o modo como os objetos são mobilizados para produzir significados no âmbito dos museus e das exposições, de acordo não só com a sua colocação mas também com o modo como são articulados com os textos ou as imagens para criar determinadas representações de povos, culturas e histórias (Lidchi, 1997: 154). Segundo Lidchi, a materialidade ou ‘fisicalidade’

dos objetos museológicos confere-lhes uma aparente estabilidade, que é contrariada pelas suas possibilidades múltiplas de significação. Neste contexto, a autora defende que a história social dos objetos, bem como o seu cariz simbólico – por exemplo metonímico e/ou metafórico – faz com que eles contenham várias ‘camadas’ de significados, razão pela qual ela propõe que sejam concebidos como “palimpsestos de significados” (167)

Vários autores enfatizam o papel importante que os objetos, pela natureza polissémica e “história social”, podem desempenhar nas representações museológicas, criando tensões ou dissonâncias com as narrativas textuais, e possibilitando ou fomentando interpretações múltiplas (e ‘incontroláveis’ ao nível da produção). Esta ideia é afirmada, por exemplo, por Anthony Shelton, que critica uma certa tendência contemporânea de subordinar a importância dos objetos à ‘autoridade’ dos textos, perpetuando os sistemas de classificação dominantes:

Objects, however, have both an iconic and a material symbolic value which are redolent with past meanings and associations that are never totally disclaimed. This sedimentary symbolic valency always guarantees an object’s potentiality, latent or actual, to create unexpected or unintentional associations either through engendering relations between signifiers or between signifiers and signifieds. (Shelton, 2000: 155)

Neste contexto, uma outra ideia importante, salientada por Susan Pearce, é a de que o significado do objeto reside num espaço virtual e é criado no processo de interpretação, que por sua vez é seletivo e depende de múltiplos aspetos, tais como a experiência, os conhecimentos ou a predisposição do recetor. A autora afirma assim que os objetos se definem pela sua natureza dinâmica, e pelo facto de serem portadores latentes de significados múltiplos, que excedem sempre os significados de que são investidos quer no processo de produção quer no de receção (Pearce, 1994b: 26-27). No que respeita à produção e receção do passado, a autora lembra as várias componentes que estão presentes e que intervêm neste processo, nomeadamente a cultura material, constituída pela paisagem física e pelos objetos, as narrativas textuais ou visuais, e a memória individual (27). Também Patricia Davison reflete sobre os significados que os objetos podem comunicar (ou não), particularmente quando extraídos dos seus contextos originais (Davison, 2005: 191). Apesar de reconhecer que o contexto em que os objetos são colocados influencia de forma determinante os seus potenciais significados, a autora considera que o seu carácter tangível, e as memórias que eles condensam, investem-nos de um “excesso de significado” que pode destabilizar as narrativas museológicas (193). Na sua análise da exposição ‘Paradise, Portraying the New Guinea Highlands’ (Museum of Mankind, Londres, 1993), James Clifford considera que a utilização de

imagens fotográficas dos objetos nos seus contextos originais é preferível à sua exposição descontextualizada no espaço do museu, sendo igualmente mais eficaz em termos da representação/receção³⁷ (Clifford, 1997: 160).

Tal como Daniel Miller (1994: 16) afirma, à semelhança dos objetos, também as imagens, e em particular a fotografia, há muito têm sido analisadas a partir de uma perspectiva construtivista, no âmbito da semiótica e mais recentemente no campo de estudos da cultura visual, o que tem trazido contributos importantes para a compreensão do papel que as imagens – especialmente fotográficas – desempenham no âmbito das representações culturais museológicas. Assim, sem pretender dar conta da extensa literatura sobre esta temática, iremos apenas refletir sobre alguns aspetos relevantes para o presente estudo, a partir de alguns contributos selecionados. Já na década de 1960 Roland Barthes desenvolveu uma (pioneira) análise cultural da publicidade em que demonstrou o cariz simbólico, social e culturalmente construído das imagens fotográficas, contrariando a visão dominante de que elas “re-presentavam” ou constituíam uma cópia exata e fiel do objeto ou sujeito representados (Barthes, 1993: 15).

Barthes frisou igualmente o cariz polissémico das imagens e a tentativa de fixar, restringir e reprimir alguns dos significados potenciais que elas transportam, nomeadamente através de legendas textuais (20). Por outro lado, a utilização autónoma destas imagens reforça, segundo o autor, o mito da objetividade da fotografia, produzida mecanicamente e sem a intervenção humana (22), e uma certa visão da imagem fotográfica como testemunho fiel do passado (23). Segundo o autor, a componente denotativa da imagem naturaliza, e simultaneamente ofusca, o seu cariz simbólico, social e culturalmente constituído (23). Também Pierre Bourdieu frisa o facto de a conceção da fotografia como uma representação realista e objetiva do mundo ser uma construção social, fácil de desmontar:

It is all too easy to show that this social representation is based on the false evidence of prejudices; in fact, photography captures an aspect of reality which is only ever the result of an arbitrary selection, and, consequently, a transcription; among all the qualities of the object the only ones retained are the visual qualities which appear for a moment and from one sole viewpoint (...). (Bourdieu, 1999: 162)

³⁷ Esta ideia é também reforçada por Henrietta Lidchi, na sua análise desta exposição (Lidchi, 1997: 176).

Peter Hamilton também refere o surgimento, no século XIX, de um paradigma dominante e refletivo da fotografia, segundo qual ela constituía uma “imagem verdadeira”, factual e documental do mundo e da realidade (por exemplo, social) (Hamilton, 1997: 83). Contudo, no âmbito da sua análise da fotografia humanista ou documentarista francesa do período pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de uma abordagem construtivista da representação, este autor demonstra e sublinha o cariz subjetivo das imagens fotográficas e da fotografia documentarista. O autor frisa ainda a capacidade que a imagem possui de conferir “legitimidade representativa” a um texto ou discurso – no caso da fotografia documentarista francesa, de transmitir uma determinada ideia de identidade nacional. O autor demonstra o modo como, no contexto da desindustrialização, as imagens que analisa contribuíram para uma representação idealizada da classe operária, fomentando um contraste entre o presente e o passado e um sentimento de nostalgia para com uma época em que as condições socioeconómicas eram (supostamente) melhores:

We could easily multiply the examples in which the imagery of the humanists provides an apparent contrast with contemporary life. What is most evident in the contrasts, however, is that life ‘then’ appears to be a ‘golden age’: hard, but rewarding, not bereft of conflicts and disputes, but warm and communal – a sense in which everybody shared the hardships of the era, in which social, cultural and ethnic differences were levelled. The humanist paradigm appears, then, to offer an ‘ideal’ image of French identity, from which all contemporary problems have been miraculously erased: as in L.P. Hartley’s famous view that ‘The past is another country, they do things differently there’. (Hamilton, 1997: 148)

A análise de um arquivo fotográfico de meados do século XX sobre uma comunidade mineira canadiana contextualiza a reflexão de Alan Sekula sobre “a relação entre a cultura fotográfica e a vida económica”, e sobre o modo como a memória histórica e social é representada através da fotografia, e como “a fotografia constrói um mundo imaginário que apresenta como realidade” (Sekula, 2003: 443). Muito crítico daquilo a que ele chama a “despolitização do significado fotográfico” (444), Sekula chama a atenção para um conjunto de questões que têm de ser colocadas no âmbito da análise de imagens ou arquivos fotográficos:

How does photography serve to legitimate and normalize existing power relations? How does it serve as the voice of authority, while simultaneously claiming to constitute a token of exchange between equal partners? (...) What resistances are encouraged and strengthened? How is historical and social memory preserved, transformed, restricted and obliterated by photographs? What futures are promised; what futures are forgotten? (Sekula, 2003: 443-444)

Na sua consideração do processo de seleção e reprodução bibliográfica de fotografias de um determinado arquivo, o autor frisa o modo como o contexto original de utilização das imagens é muitas vezes obliterado, dando origem à supressão de significados e à sua substituição por significados novos e diferentes (444-445). Neste âmbito, o autor dá o exemplo concreto da reprodução de imagens do arquivo fotográfico da comunidade industrial e mineira de Glace Bay (Cape Breton, Canadá), que, em sua opinião, silencia não só os contextos espaciais originais (e distintos) das fotografias, como a diferença – e o antagonismo – dos olhares de que foram objeto:

(...) some of the photographs in this book were originally reproduced in the annual reports of the Dominion Steel and Coal Company, others were carried in miner's wallets or framed on the mantelpieces of working-class homes. Imagine two different gazes. Imagine the gaze of a stockholder (who may or may not have ever visited a coal mine) thumbing his way to the table of earnings and lingering for a moment on the picture of a mining machine, presumably the concrete source of the abstract wealth being accounted for in those pages. Imagine the gaze of a miner, or of a miner's spouse, child, parent, sibling, lover or friend drifting to a portrait during breaks or odd moments during the working day. Most mine workers would agree that the investments behind these looks – financial on the one hand, emotional on the other – are not compatible. But in an archive, the difference, the *radical antagonism* between these looks is eclipsed. Instead we have two carefully made negatives available for reproduction in a book in which all their similarities and differences could easily be reduced to 'purely visual' concerns. (Sekula, 2003: 445)

No decurso da sua reflexão crítica, Sekula conclui que, pela sua estrutura, os arquivos fotográficos “mantêm uma ligação oculta entre o conhecimento e o poder” (447). Contudo, o autor frisa igualmente o cariz contextual do processo de significação e a função que diversos aspetos – tais como o formato das imagens, as legendas e os textos que as acompanham, bem como os locais e formas de exibição – desempenham na construção de significados (445). O autor reflete ainda sobre a multiplicidade de significados latentes e potenciais do arquivo fotográfico:

Thus, since photographic archives tend to suspend meaning and use, within the archive meaning exists in a state that is both residual and potential. The suggestion of past coexists with a plenitude of possibilities. In functional terms, an archive is like a toolshed, a dormant archive like an abandoned toolshed. (Archives are not like coal mines: meaning is not extracted from nature, but from culture.) (Sekula, 2003: 445)

3. A musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro

Não podemos deixar de começar por referir o facto de, nas últimas décadas, e após o fecho de muitas centenas de minas no Reino Unido, ter havido um incremento extraordinário no número de publicações (não só impressas mas em formato multimédia) – quer de cariz académico quer ‘amador’ e autobiográfico (e em alguns casos literário) – sobre a história e a memória de diversas comunidades mineiras, com particular ênfase sobre as da Cornualha e do sul do País de Gales (a título exemplificativo podemos citar Buckey, 2002a; Buckley, 2002b; Buckley, 2007a; Buckley, 2007b; Payton, 2004; Payton, 2005; Richards, B., 2003; Crowden e Wright, 2000; Owen, 2002; Preece, 1998; Rees, 2000; Eckley e Jenkins, 2003; Elliott, 2005; Artsmagic, 2004 (DVD); Wales Video Gallery, 2000). Para além destas publicações, e no âmbito da história e da antropologia mineiras, temos ainda de destacar os trabalhos (na sua maioria de autores de origem anglo-saxónica) que têm sido desenvolvidos e apresentados em encontros científicos de cariz internacional, posteriormente coligidos e editados – citamos, a título exemplificativo, Knapp, Piggot e Herbert (1998), uma publicação que reúne contributos muito variados no âmbito da análise social (histórica e/ou antropológica e/ou etnográfica) das comunidades mineiras, e Cloughton e Mills (2009), mais especificamente sobre a história mineira³⁸. O impacto social da desindustrialização de áreas mineiras britânicas e o seu processo de regeneração (não só por via do património e do turismo) foram também objeto de análise crítica, por exemplo por parte de Waddington, Critcher, Dicks e Parry (2001).

Tal como referimos inicialmente, os ‘debates sobre o património’ constituíram um espaço pioneiro de reflexão e de discussão, relativamente abrangente e aprofundada, sobre a musealização da história industrial e operária. Subsequentemente, esta temática tem, em geral, sido objeto de análises isoladas, com enfoques e graus de profundidade e de perspetiva crítica diversos, e pulverizadas por diversas áreas e publicações científicas de âmbito internacional, mas centradas particularmente no contexto norte-americano e britânico. A título exemplificativo podemos referir o estudo de Malone (1997), de cariz descritivo e pouco crítico, sobre a história e o património industriais únicos e extraordinários da cidade mineira de Butte (Montana), a análise de Donnachie (2004) do perfil dos turistas de New Lanark (Inglaterra), (classificado como Património da Humanidade) desde a sua fundação até à atualidade, a reflexão crítica de Hardesty (2001) sobre a utilidade (económica, social e cultural)

³⁸ Esta publicação, que consiste num conjunto de artigos apresentados no ‘Eighth International Mining History Congress’ realizado em Redruth, Inglaterra, em 2009, posteriormente selecionados para publicação pela comissão científica e sujeitos a revisão externa, integra um artigo da nossa autoria (Silva, 2011), que se apensa ao presente trabalho.

da conversão de sítios industriais e mineiros – enquanto repositórios de lixo tóxico – em locais de património e lazer, ou a abordagem de Rudd e Davis (1998) sobre a forma como o turismo industrial é dinamizado pela empresa exploradora da Bingham Copper Mine (Utah) – apresentada como a maior escavação humana do mundo – como ‘instrumento de relações públicas’ e forma de dirimir as críticas persistentes de que tinha sido alvo ao longo dos últimos 30 anos (nomeadamente de poluição, credibilidade da empresa como empregadora, etc.).

3.1. A musealização do património industrial nos EUA

Apesar desta disparidade, têm sido publicados/produzidos alguns trabalhos que abordam criticamente alguns dos temas já colocados no âmbito dos debates do património, com particular ênfase na representação museológica da história e da memória industriais, constituindo contributos importantes para a continuidade e o aprofundamento da reflexão sobre estas questões. Por exemplo, no ano em que Robert Hewison publicou o seu livro pioneiro sobre o surgimento da ‘indústria do património’ britânica, Mike Wallace (1987) desenvolveu uma análise muito interessante sobre o desenvolvimento dos museus industriais nos Estados Unidos da América, no contexto de um processo análogo de desindustrialização. Neste texto, o autor acolheu a mudança recente de enfoque verificada neste tipo de museus, nomeadamente dos objetos e dos processos industriais ou dos empresários para a classe operária, assim como uma maior abertura para representar os conflitos sociais inerentes às relações industriais (Wallace, 1987: 9-10).

O objetivo primordial do autor é o de apontar “possibilidades de novas abordagens criativas” (10) do processo industrial moderno. Neste contexto, Wallace refere vários aspetos, nomeadamente a necessidade de estabelecer ou realçar as relações entre o passado, o presente e o futuro nas exposições, para ultrapassar a visão (dominante) do passado como um capítulo encerrado da história: “Exhibits should be analogous not to snapshots, but to frames from an ongoing movie.” (Wallace, 1987: 10) Para tal, as apresentações deveriam ser enquadradas em contextos espaciais e temporais mais latos, inserindo o ‘local’ no ‘global’. O autor refere ainda a necessidade de perspetivar os operários industriais como cidadãos, por forma a enfatizar o papel do estado nos processos industriais (10). Por forma a ilustrar as suas ideias e propostas, o autor analisa o modo ou modos como o processo de desindustrialização deveria ser abordado nos museus industriais, defendendo que o tema não só era atual – dado

que o processo estava em curso – como os próprios visitantes dos museus colocavam também questões a este respeito: “Guides who lead tours around industrial museums tell me that people repeatedly ask: “Why did the factories leave?” and “Where did they go?” Yet it seems to me that most industrial museums deal with this matter at best tangentially.” (Wallace, 1987: 10-11)

O autor critica o facto de a representação do próprio processo de industrialização omitir as suas relações indissociáveis ao capitalismo, assim como o próprio termo ‘capitalismo’, um aspeto que a seu ver não é menor:

There are a host of reasons why adding the word “capitalist” is not merely a nominalological quibble but makes a great deal of difference for interpretive strategies. It forces a shift of attention, not only from technology to the social relations of production, but then beyond (and to some degree behind) those relations, to the way in which participants of all classes find their actions profoundly constrained (though not determined) by the rules of the capitalist game, by the logic of the capitalist system. (Wallace, 1987: 11)

O autor ressalva que não está a advogar uma análise abstrata das relações entre capital e trabalho, mas uma representação da história local que considere questões mais latas como de género, de mobilidade laboral (nacional e internacional), do papel do estado (por exemplo ao nível de reformas laborais e de apoio social, e dos *modus operandi* do capitalismo global noutras geografias, assim como o seu desenvolvimento histórico (12). Um outro aspeto que o autor considera fundamental é a necessidade de realçar a continuidade e vigência do sistema capitalista instituído no século XIX e de inscrever a desindustrialização no processo de reorganização global do capitalismo. Esta abordagem produziria uma transformação importante no próprio conceito de museu industrial, uma vez que a conceção dominante da desindustrialização como o fim – ou a transcendência – da sociedade industrial relega os museus industriais para “o caixote do lixo da história” e transforma-os em “provedores/fornecedores de nostalgia” (14):

But see how different matters become if we think not about “deindustrialization” but about the global reorganization of capitalism in the twentieth century. Industry, after all, has not been surpassed; it has just *moved*. Why not call a spade a spade, and re-conceptualize our subject not as de-industrialization but as capital flight – the story of how corporations have sidestepped organized labor, and pressures to pay their share of social costs, by moving to more quiescent pastures, first to the U.S. South and then abroad, in a restless search for areas willing to provide tax breaks, cheap land, or the muscle needed to repress the economic and political organization of labor. What has emerged – seen in a planetary perspective – is not a de-industrialized society, but a global assembly line.

Such an approach situates deindustrialization not in some mystical urge toward a “service” economy inherent in the industrial order, but in the recent history and current logic of contemporary capitalism. (Wallace, 1987: 14)

Neste âmbito, Wallace considera que seria interessante traçar os movimentos das empresas americanas deslocalizadas, comparar as condições de trabalho na América do século XIX com as dos ‘novos’ países industrializados, onde estas empresas se instalaram (17). Defendendo implicitamente as potencialidades dos museus industriais de fomentarem não só a reflexão crítica sobre as sociedades contemporâneas como as possibilidades de mudança social, o autor afirma que esta abordagem museológica à desindustrialização como consequência não de forças abstratas e incontroláveis mas de decisões concretas políticas e económicas/empresariais facilitaria a contestação da “irracionalidade social da fuga do capital” (15). Na parte final do seu artigo, Wallace reflete ainda sobre a complexidade e as dificuldades da implementação desta exposição, não só em termos de conteúdos e estratégias de exibição, como em termos financeiros (nomeadamente de patrocínios), fazendo algumas propostas para as ultrapassar (16-19).

A musealização do património industrial em cidades e regiões norte-americanas desindustrializadas é também objeto de análise por parte de Brian O’Donnell (O’Donnell, 1996), que considera criticamente as exposições de três museus (localizados nos estados de Connecticut, Massachusetts e Nova Iorque). O autor congratula-se com o papel importante que as entidades municipais e as populações locais desempenharam na implementação destas exposições, e com o facto de elas representarem a história industrial sem obliterar os conflitos sociais e políticos que a marcaram, transmitindo informação importante sobre questões como a urbanização, a tecnologia, ou a imigração (817; 827). Contudo, O’Donnell lamenta o facto de estas exposições na sua generalidade não abordarem a questão da desindustrialização e de não estabelecerem paralelos entre o passado e o presente (827).

Também James Lane (1993) reflete sobre o desenvolvimento de novos tipos de museus industriais nos EUA, acolhendo o facto de, em contraste com tradicionais museus da ciência e da indústria, que se centravam nas máquinas e nos desenvolvimentos tecnológicos, eles representarem a história social e cultural, e as consequências humanas, da industrialização americana. Neste contexto, o autor defende que a história oral constitui um recurso fundamental neste tipo de representação e que deve ser aproveitado e explorado por estes museus, analisando no seu artigo diversos exemplos concretos não só desta prática como de

parcerias produtivas entre académicos/historiadores, arquivistas e curadores de museus, de recolha e apresentação museológica da história oral (610-615). Lane apela ainda para que os historiadores norte-americanos prestem mais atenção a estes museus, dado que eles incorporam em grande medida a missão académica de documentação, representação e interpretação da história com propósitos educativos (608). O autor considera que os historiadores, com as suas competências específicas, podem desempenhar um papel fulcral na conceção e transmissão dos conteúdos (históricos) destes museus: “Historians (...) can help teach about the past to large numbers of people by suggesting critical, analytical, and comparative frameworks for presentational Works.” (Lane, 1993: 608)

As ideias de Wallace, acima consideradas, foram em grande medida reafirmadas por Michael Frisch (1998), que problematiza a musealização do passado industrial no contexto da experiência presente da desindustrialização, colocando uma série de interrogações:

What is to be done with the heritage of industrialization at a time when industrial jobs are disappearing and the communities based on them are collapsing? What is the role of memory and public memorializing in digesting changes so profound and traumatic? Even more, what is the role of memory, memorializing, and history itself in shaping the present and future of communities and regions devastated by such change? What choices do they face, and what role, if any, should publicly enacted memory play in defining, much less making and managing these choices? Whose history should be remembered and memorialized, by whom, and to what ends? In such settings, it is not simply the meanings and memory that have been contested. It is, quite literally, policy and politics for the present and the future. (Frisch, 1998: 241)

Neste contexto, Frisch reconhece que a história e a memória se tornaram objeto de disputa política e de conflitos de ideias e de interesses dos diversos atores envolvidos no processo de representação pública da história industrial (antigos trabalhadores, especialistas académicos, ativistas sociais, consultores e entidades estatais) (243-244). À semelhança de Wallace, também este autor defende as potencialidades dos projetos de musealização do património industrial para estabelecer ligações entre o passado, o presente e o futuro:

(...) industrial heritage projects provide a crucial public place and space for negotiating that core tension between continuity and discontinuity, between expanding choices and accepting the inevitable, between history as remembered and history as embodied and lived experience, between, in this case, a post-industrial and a re-industrialized future. (Frisch, 1998: 248-249)

A fundação do National Museum of Industrial History em Bethlehem (Pensilvânia, EUA) organizou, em 1998, uma conferência que reuniu académicos, especialistas e profissionais de alguma forma ligados a museus industriais, com o objetivo de ajudar a conceber a organização das coleções e as exposições que o museu iria albergar. Ao mesmo tempo, pretendeu constituir um fórum de discussão em torno dos desafios que se colocavam aos museus de história industrial num “mundo pós-industrial” (Cutcliffe e Lubar, 2000). Esta conferência, co-organizada pelo museu, pelo Smithsonian National Museum of American History e pela Lehigh University, contou com a apresentação de dezoito artigos que abordaram temáticas tão diversas como a missão dos museus de história industrial, as estratégias de exibição e estruturas interpretativas, exposições de referência na área, questões educativas, de financiamento, entre outras. Uma seleção dos artigos apresentados, na sua maioria por profissionais graduados de museus americanos, foi publicada na revista científica *The Public Historian* (vol. 22, n.º 3, 2000), e é reveladora da divergência de opiniões e de visões sobre a natureza e as funções dos museus industriais. Apesar do cariz primordialmente funcional da maioria das apresentações, iremos destacar alguns contributos relevantes para a presente reflexão.

Harold Skramstad, um dos oradores principais, e antigo presidente do Henry Ford Museum, refletiu sobre a missão dos museus industriais na era pós-industrial e sobre o modo como os museus industriais poderiam inverter a tendência decrescente do número de visitantes. Skramstad considera que esta tendência é fruto de uma cultura profissional dos museus centrada nos conteúdos (académicos, especializados) que pretende transmitir, relegando para segundo plano os desejos dos seus públicos (Skramstad, 2000: 28). Neste contexto, o autor defende uma mudança de paradigma na missão dos museus industriais, centrada no fornecimento de uma “experiência” apelativa, e em que os artefactos e conteúdos textuais ou icónicos constituem não o objeto museológico mas elementos que devem convergir para a constituição desta experiência (29). Matthew Roth, por seu turno, considera que os objetos industriais devem ser a componente principal dos museus e que os significados que eles emanam não deveriam ser submetidos a narrativas textuais interpretativas. Contudo, no decurso da sua argumentação torna-se claro que este autor privilegia o cariz estético dos objetos industriais, considerando que qualquer informação adicional – por exemplo, sobre o seu contexto de produção – é dispensável e irrelevante, impedindo a sua apreciação em termos meramente estéticos, tal como acontece com objetos artísticos de outros museus (Roth, 2000: 40).

Com base na sua apreciação de diversos museus de cariz industrial não só nos EUA como na Europa, Leary e Sholes (2000) exprimem uma opinião contrária, defendendo que o sucesso dos museus industriais parece residir na sua capacidade de estabelecer ligações entre o passado e o presente nomeadamente através da exibição de objetos originais e de testemunhos ou narrativas orais. O artigo mais aprofundado e consistente deste volume é o de Peter Liebhold, um dos curadores responsáveis pela conceção de uma exposição que abordou um tema politicamente sensível – a exploração laboral nas fábricas clandestinas americanas – e que provocou não só controvérsia pública como também uma grande popularidade e boa receção por parte do público. Esta exposição temporária, que esteve patente no Smithsonian's National Museum of American History, em 1999, inscreveu-se numa iniciativa mais lata do museu de “explorar e documentar a história do trabalho precário” (Liebhold, 2000: 69) e decorreu da aquisição, em 1995, de diversos artefactos apreendidos numa operação policial a uma fábrica ilegal de vestuário em El Monte, na Califórnia (69). Nesta operação foram presos os oito proprietários da fábrica, de origem chinesa e tailandesa, e libertados cerca de setenta trabalhadores tailandeses a residir ilegalmente nos EUA, e que viviam e trabalhavam em condições sub-humanas (69). Dado que a temática estava a ser debatida de forma acesa e polémica na imprensa, a equipa curatorial do museu acreditava que o museu podia constituir um “espaço neutro” que fomentasse uma melhor compreensão de um tema complexo e estimulasse o debate construtivo (69).

A direção do museu temeu as pressões políticas do congresso americano e dos empresários da indústria têxtil e, de facto, houve mesmo uma associação do setor que tentou impedir a realização da exposição, tendo igualmente existido dificuldades de angariação de patrocínios (80). O autor frisa que o objeto da exposição não era o da indústria do vestuário, mas apenas as fábricas ilegais. Tal como o título indica, a exposição ‘Between a Rock and a Hard Place: A History of American Sweatshops, 1820-Present’ abordava a história destas fábricas desde o século XIX até ao presente; era constituída por várias outras secções, tais como o caso de El Monte, os testemunhos orais de diversos intervenientes na operação, a cadeia de produção do vestuário (intitulada ‘The Fashion Food Chain’), e uma secção intitulada ‘Diálogo’, constituída por pequenas exposições organizadas por seis pessoas externas ao museu, a partir da questão ““What should Americans know about sweatshop production in the U.S.?”” (Liebhold, 2000: 76). Estas exposições pretendiam ilustrar as diferentes perspetivas desta temática – por exemplo, a de um fabricante, de um ativista comunitário, de um comerciante, etc. (76). Segundo Liebhold, alguns visitantes criticaram a ausência da perspetiva de um trabalhador destas fábricas nesta secção, o que segundo o autor se deveu à “incapacidade de encontrar

uma pessoa representativa” (77). Nesta exposição, os visitantes eram interpelados a participar de diversas formas, consistindo uma das quais em responder por escrito à questão supramencionada. No final do artigo, este autor confirma o sucesso da exposição, manifesto na elevada afluência de visitantes, e, entre as várias ideias que enumera em jeito de conclusão, refere a importância das representações museológicas da história laboral (82).

A partir da sua análise das cerca de 1.600 respostas dos visitantes à questão colocada nesta exposição, Mary Alexander destaca a inteligência, boa articulação e elaboração da esmagadora maioria dos comentários, assim como o facto de os visitantes acolherem com agrado a atualidade e a natureza controversa da exposição. Para citar alguns exemplos: “The museum should be applauded for establishing this exhibit...the purpose of our study of history has to be connected to what is relevant [sic] in our present.” (Alexander, 2000: 87); “I appreciate your attempt not to isolate ‘history’ in the safe past and replace it with idolatrous ‘heritage’.” (90) A autora refere ainda o facto de muitos visitantes estabelecerem ligações entre a exposição e a sua experiência e vida pessoais e familiares e ainda de enquadrarem o tema da exposição num contexto histórico e geográfico mais lato (88). Neste contexto, a autora tece algumas conclusões sobre o cariz educativo do lazer e sobre o interesse popular em temáticas de pendor histórico e social ainda que controversas (90).

Algumas das impressões colhidas por Alexander foram também confirmadas por Cameron e Gatewood na sondagem que realizaram em 1995 em vários museus da cidade de Bethlehem (Pensilvânia, EUA) com o objetivo de indagar sobre as motivações da visita aos museus históricos (Cameron e Gatewood, 2000: 108-109). A maioria dos 255 entrevistados declarou ter muito interesse em visitar estes locais; no que concerne ao tipo de museus, os mais favorecidos foram os museus ou sítios coloniais ou de história americana e os menos procurados foram os museus industriais (modernos). A maioria dos entrevistados afirmou considerar mais importante o conteúdo dos museus do que as suas infraestruturas (116), e as principais motivações indicadas foram a aquisição de informação e de conhecimentos, seguida da experiência pessoal, sendo o divertimento o aspeto menos expressivo (117). Neste contexto, os autores concluíram que, além do aspeto lúdico ou educativo, muitos visitantes destes museus procuram uma ligação pessoal mais profunda com o local ou com o período histórico retratado (109).

3.2. A musealização e dinamização turística do património industrial em França

Já no contexto europeu, e na sua análise da transformação do património industrial francês em património cultural nacional e em objeto turístico, também Bazin explora o cariz complexo da conceção dos museus e sítios de património industrial, dada a diversidade de visões sobre o passado e sobre a sua musealização. Na sua reflexão, Bazin salienta as conexões existentes – e nem sempre exploradas – entre o reconhecimento (e a construção) de determinados sítios como ‘património’ e o seu desenvolvimento turístico (Bazin, 1995: 115). A autora considera que esta associação é importante para analisar a complexidade do processo de conversão – patrimonial e turística – destes locais, e da construção das representações da história e da cultura locais. Partindo do estudo de caso da musealização de uma forja na região de Périgord, Bazin enfatiza não só a divergência de opiniões em relação à conservação ou restauro do edifício, como a dificuldade de conciliação das visões dos investigadores e das dos consultores turísticos, a dos primeiros centrada nos aspetos educativos do museu, e a dos últimos focalizada na sua atratividade e viabilidade comercial. Bazin frisa ainda as dificuldades de construção da representação museológica da história do local, dada a pluralidade e conflitualidade de diferentes representações por parte dos diversos atores envolvidos, nomeadamente os investigadores, os familiares dos antigos proprietários da forja, os seus antigos trabalhadores e os habitantes locais:

All these representations supported, conflicted with or ignored each other. So, which criteria should be chosen? Which convergences should be favoured? Conflicts of signification emerged; multiple and diverging discourses appeared. Each protagonist claimed to possess the ‘original truth’ as the basis of his construction (...) (Bazin, 1995: 119)

Como podemos constatar, as questões colocadas por Bazin são muito semelhantes às de Frisch, supracitadas; contudo, Bazin é muito menos otimista do que aquele autor sobre a possibilidade de convergência e de conjugação das várias perspetivas, interesses e narrativas.

O estudo de Octave Debary (2004) reflete também sobre a desindustrialização e a consequente musealização do património industrial e mineiro e centra-se no museu mineiro de Le Creusot. Debary tem uma visão muito negativa da musealização do passado, vendo-a como uma característica e uma prática cultural das sociedades modernas destinada não à preservação da memória mas sim à sua obliteração – uma estratégia de “amnésia intencional” (Debary, 2004: 123). Neste contexto, o autor assume uma posição declaradamente contrária à de Pierre Nora, e à sua ideia dos museus enquanto ‘lugares de memória’ – lugares onde a

memória é preservada através da representação da história, do passado e de memórias irrecuperáveis (Nora, 1989: 7-9; Debary, 2004: 123). O autor sugere que a constituição dos museus industriais é parte integrante do processo (físico e psicológico) de desindustrialização e também uma forma de gestão e pacificação deste processo traumático em termos sociais e humanos:

The theatres of memory are laid out like exhumation tables, and the operation of the heritage industry consists in preserving the leftovers that cannot be sacrificed. The burial of Le Creusot's industry took almost thirty years.

(...)

Memories turn into images and can be contemplated like curios, cultural – perhaps even touristic – daydreams. If museum culture originates in this fascination with loss, it also serves as a consolation. It is this culture that leads to the appeasement of a restored memory. But can the memory of Le Creusot be appeased? (Debary, 2004: 131)

O autor considera ainda que os museus ‘objetificam’ a memória e a experiência humana e separam a experiência da história, considerando, por isso, que é impossível os museus representarem experiências passadas e, em última análise, reconciliarem o passado e o presente, que na realidade coexistem e colidem Debary conclui:

(...) the history of the Ecomuseum of Le Creusot is the tale of the impossible return of the past, of the quest for an object that can neither be found nor exhibited: class war. The impossibility of reducing human experience to an object is the mirror image of the impossible reconciliation of discordant times: how can one say that the past is indeed past if one has not yet mourned its passing? (Debary, 2004: 132)

3.3. A conversão museológica e turística de minas desativadas e a representação das comunidades mineiras na Grã-Bretanha: Big Pit e Rhondda Heritage Park

Outros autores, tais como Edwards e Llurdés i Coit (1996), Wanhill (2000) e Jones e Munday (2001), centram as suas análises especialmente nos processos de implementação de museus industriais e mineiros enquanto projetos turísticos, com o objetivo não só de transmitir significados culturais mas também, e especialmente, de requalificar e dinamizar economicamente as regiões em que se encontram. Edwards e Llurdés i Coit frisam a importância de enquadrar o património industrial e mineiro no âmbito da ‘indústria do património’ e do turismo cultural. Estes autores chamam a atenção para três problemas que os sítios de turismo industrial e mineiro colocam no que respeita à sua viabilidade económica, nomeadamente o custo elevado da recuperação das instalações, normalmente de grandes

dimensões, a degradação das áreas envolventes, que pode constituir um problema em termos da sua atratividade, e a sua localização – muitas vezes periférica e distante das principais rotas turísticas (Edwards e Llurdés i Coit, 1996: 353). Os autores concluem que as possibilidades de sucesso de muitas das minas convertidas em museus e orientadas para o turismo residem na sua integração em redes mais alargadas de atrações e circuitos turísticos da região envolvente (360).

O estudo de Stephen Wanhill (2000) relata e analisa a história do Big Pit Mining Museum enquanto projeto museológico e turístico, desde a compra desta mina de carvão encerrada em 1980, pelo valor simbólico de £1 por parte do município local, passando pela sua inauguração em 1983 e a sua integração na rede de museus nacionais do País de Gales, em 1999. Wanhill enfatiza os objetivos culturais/educativos e económicos da implementação deste museu público, mas reflete sobre as dificuldades de conjugar estes dois interesses no caso específico do Big Pit. Segundo o autor, apesar do número significativo de visitantes – que oscilou entre 85.000 e 120.000, no período de 1983 a 1998 – os elevados custos de operação do museu, em grande medida decorrentes da manutenção da mina em funcionamento com todas as condições de segurança, têm posto em causa a sua viabilidade económica e têm também motivado dificuldades económicas permanentes (Wanhill, 2000: 62, 64-65) . Em 1998, o encerramento do museu foi considerado, mas evitado através do apoio financeiro estatal (do Heritage Lottery Fund).

Tal como o autor reconhece, a experiência da descida a 90 metros de profundidade e a visita subterrânea (que dura cerca de 1 hora) é única no País de Gales e um dos fatores de maior atratividade do Big Pit enquanto ‘produto turístico’ (62). O autor menciona ainda, *en passant*, a discrepância do número de postos de trabalho que a mina assegurava (cerca de 250, quando encerrou) e que o Big Pit empregava em 1998/1999 (43, dos quais 50% a tempo parcial) (62-63). É importante acrescentar que em 2000, ano de publicação do estudo de Wanhill, a paisagem industrial de Blaenavon, que inclui este museu e outros sítios de património industrial localizados na área circundante, foi classificada como ‘Património Mundial’ pela UNESCO; no início da década, o museu foi alvo de remodelações, com o apoio estatal (Heritage Lottery Fund) e em 2005 foi-lhe atribuído o prémio Gulbenkian ‘Museu do Ano’, o que, segundo a informação disponibilizada no sítio da internet do museu, fez disparar o número de visitantes. De acordo com os dados da associação britânica ALVA (Association of Leading

Visitor Attractions), o Big Pit recebeu, em 2010, 155.631 visitantes, menos 5% do que no ano anterior, não estando entre os 100 museus mais visitados da Grã-Bretanha³⁹ (ALVA, 2011).

O estudo académico mais abrangente e aprofundado sobre a conversão de uma mina desativada em museu e em atração turística que conhecemos é o de Bella Dicks (Dicks, 2000) sobre o Rhondda Heritage Park, no sul de Gales. Este ‘museu ao ar livre’ ou ‘parque histórico’, aberto em 1989 e fruto de uma parceria público-privada, constitui, segundo Wanhill, o principal concorrente do Big Pit (Wanhill, 2000: 63). O estudo de Dicks, declaradamente herdeiro da ‘linhagem’ crítica dos debates sobre o património (que a autora revê), analisa crítica e detalhadamente o processo (atribulado) de conversão turística da mina de Lewis Merthyr (Trehafod), o impacto social e económico da instalação do museu e a representação museológica da história e da memória da comunidade mineira local, incluindo as estratégias de exibição utilizadas. Este estudo inclui ainda a análise das opiniões dos residentes, assim como das interpretações dos visitantes das representações museológicas da história local, resultantes de entrevistas realizadas pela autora. Contudo, e como Dicks frisa na introdução, o seu livro não pretende descrever a implementação deste museu, mas inscrevê-la no contexto socio-cultural e económico mais lato da região, bem como refletir criticamente sobre o fenómeno complexo da musealização e comercialização do património histórico-cultural:

It seeks to trace some of the ways in which the study of heritage opens up wider questions of representation and politics. These include the questions of how culture is intertwined with the economy, how the local is implicated in wider spatial and social formations, how the past is produced as a set of stories told in the present, and how ‘community’ is appropriated in the business of representing both the past, the present and the future. In contrast to approaches which disaggregate heritage into separate areas of enquiry, this book provides an analysis which brings together the economic, cultural, social and political dimensions of heritage production and consumption. (Dicks, 2000: 7).

No capítulo inicial, Dicks (2000) descreve o contexto socioeconómico e político em que o museu surgiu, nomeadamente o processo de desindustrialização massiva da região na década de 1980, a extinção de cerca de 90.000 postos de trabalho, as políticas de favorecimento do empreendedorismo e da iniciativa privada, fomentadas pelos governos conservadores, e os projetos regionais de regeneração económica implementados na região. Desde logo a autora reflete sobre as dificuldades e o insucesso de muitos deles, particularmente nas zonas interiores e mais afastadas dos principais eixos viários e das áreas urbanas (10-18). Dicks

³⁹ De acordo com os dados desta associação, o museu mais visitado em 2010 foi o British Museum, que registou 5.842.138 visitantes (ALVA, 2011).

reflete sobre as dificuldades, resultantes destes constrangimentos geográficos, não só de Rhondda como do Big Pit, de atrair visitantes e especialmente turistas (ou seja, pessoas que permaneçam na região), contando maioritariamente com visitantes ou excursionistas. À semelhança de Wanhill, também Dicks menciona os problemas de viabilidade económica deste museu, que segundo a autora são mais graves do que os do Big Pit, que na altura se encontrava em vias de classificação como Património da Humanidade (17).

No âmbito da sua análise da situação económico-social da região no final da década de 1990, Dicks considera que as estratégias de regeneração desenvolvidas nas últimas décadas – quer através do turismo, quer da tentativa de reindustrialização da região – não conseguiram inverter o longo ciclo de declínio económico. As conclusões de Dicks vão, de resto, ao encontro das do estudo de Waddigton, Critcher, Dicks e Parry (2001), no qual a autora também participou, e confirmam em grande medida os receios iniciais, quer de alguns membros das entidades governamentais locais quer das próprias populações, de que os setores dos ‘serviços’ não conseguiriam substituir as indústrias desativadas em termos de desenvolvimento económico e social, e particularmente de empregabilidade (19).

Ainda no âmbito do enquadramento do projeto, Dicks reflete sobre o modo como as narrativas da identidade regional e a imagem das comunidades mineiras, enquanto exemplos de independência, resiliência, solidariedade e coesão social, foram mobilizados quer a nível político quer por movimentos cívicos, primeiramente no âmbito da luta contra o encerramento das minas (22) e, posteriormente, na construção da imagem e da temática organizadora de museus como Rhondda e Big Pit (28). Contudo, Dicks chama a atenção para a mobilização – simultânea e problemática – de uma imagem destas comunidades como económica e socialmente deprimidas e desfavorecidas, para justificar estes projetos e tentar captar financiamento (30-31).

À semelhança de outros autores, também Dicks frisa os propósitos simultaneamente económicos e político-culturais da valorização, expansão e diversificação do património histórico-cultural galês, destacando o seu papel na complexa afirmação e (re)definição da identidade nacional:

(...) heritage is enmeshed in a tangle of contrasting images which continue to ensnare attempts to define what Wales is by mythologizing what it was. (...) This point serves to underline the fact that heritage proliferates in conditions not of secure, complacent, hegemonic cultural identity, but of fragmented, contested and competing historical

identifications. By examining the forms it takes, and the ways in which it echoes the faultlines that characterize other forms of public historical representation – such as the popular media or academic historiography – it is possible to understand heritage as a positive forcefield in the interplay of collective representations. (Dicks, 2000: 84)

A autora analisa ainda com pormenor a mitificação e reificação progressiva das comunidades operárias, quer no âmbito dos museus populares desenvolvidos na primeira metade do século XX – dando o exemplo do St Fagan’s Museum, anteriormente referido, quer posteriormente no âmbito da historiografia da classe operária, desenvolvida por investigadores e académicos de esquerda, quer, mais recentemente, no âmbito da nova museologia, nomeadamente dos museus de comunidade, ou ecomuseus (88-97). Dicks enfatiza a forma acrítica como muitos destes museus incorporam e reproduzem as representações mitificadas (já existentes) das comunidades e dos locais, e que servem de base à construção das suas próprias narrativas (97).

Apesar de compreender que esta mitificação resulta do facto de a ‘comunidade-como-património’ surgir no decurso da dissolução da comunidade real, como consequência da desindustrialização, e de não discordar das críticas de que esta visão idealizada e nostálgica de comunidade tem sido alvo, a autora considera que ela oferece algumas potencialidades políticas progressistas, podendo inspirar formas de resistência e de ação coletiva futuras (100-101). Segundo a autora, foi a experiência cultural comum destas comunidades e não apenas a sua identificação profissional que conduziu à ação coletiva (106).

Bella Dicks enumera um conjunto de aspetos que caracterizam as noções de comunidades mineiras como ‘comunidades imaginadas’ ou arquétipas e que as constroem como unidades sociais, temporais e espaciais (Dicks, 2000: 109): a solidariedade, os valores e significados comuns, os constrangimentos e limitações, a ação coletiva, a identidade histórica, o seu cariz residual ou ameaçado, a identidade de classe, a segregação de género e a localização geográfica (107-108). A partir desta caracterização, Dicks analisa a forma como estes aspetos se encontram presentes na representação museológica de Rhondda Heritage Park, concluindo que ela reafirma e reproduz esta imagem abstrata da comunidade mineira ideal ou arquétipica, que é prontamente reconhecida e compreendida pelos turistas (111).

A par de esta representação ‘generalista’ são incorporados na mensagem do museu aspetos da história e da cultura locais e quotidianas que lhe conferem alguma especificidade. Segundo

a autora, estas representações têm de ser analisadas nesta dupla dimensão genérica e simultaneamente específica: “I argue that heritage is characterized by a tension between the general evocation of community, and more detailed accounts of history which have a particular local resonance.” (Dicks, 2000: 112) No caso concreto do Rhondda Heritage Park, a autora demonstra como a importância histórica transnacional de Rhondda é enfatizada, e tem de compreendida, no âmbito da sua posição periférica e marginal no contexto do império britânico e da ausência deste reconhecimento nas narrativas hegemónicas da história do Reino Unido (113).

Neste contexto, Dicks realça o facto de a representação da história de Rhondda ter um cariz político e oposicional, e de – ao contrário de outras apresentações museológicas – não legitimar as relações de índole capitalista, expondo a luta heroica e a vida difícil dos mineiros em face da exploração e da indiferença dos proprietários e dos empresários mineiros. Contudo, as oposições e tensões entre a Inglaterra e o País de Gales não são mencionadas nos textos das exposições (120-121). Neste museu, a história de Rhondda não é representada em termos da afirmação de uma identidade galesa, ou por oposição à Grã-Bretanha e ao império, mas é inscrita nessa mesma história nacional e imperial:

Here, the (single) mention of Wales makes the claim that it is to coal – not to anything else – that the ‘Welsh nation’ owes its true identity. In the process, it hitches this identity to a British imperial one, seeming to claim Wales’s place at the heart of the Empire. Indeed, the narratives flag up what the Empire and Wales share: a debt of gratitude to the miners of the Rhondda. (Dicks, 2000: 121).

A autora critica a ênfase dos textos das exposições no contexto e na história e na comunidade local e regional, considerando que ela inviabiliza a sua ligação a narrativas mais largas dos processos de industrialização, desindustrialização e da crise e reestruturação capitalistas (123).

No que diz respeito à posição dos residentes face à criação do museu, e a partir da análise e citação parcial das entrevistas realizadas, a autora demonstra como as opiniões se dividiram, sendo que alguns dos entrevistados concordaram com a importância de registar e transmitir a experiência e história coletiva local, enquanto outros preferiam que as memórias de tempos difíceis, de pobreza, doença e sofrimento desaparecem, em vez de serem perpetuadas no museu (162). Apesar de os habitantes locais terem contribuído, através dos seus testemunhos orais, para as narrativas do museu, muitos discordaram da forma particular que essas representações assumiram, nomeadamente em termos das estratégias de exibição,

consideradas ‘inautênticas’ por recorrerem na sua grande maioria a animações multimédia, incluindo a simulação da descida e visita subterrânea à mina (168-169). De facto, a autora reflete sobre a transmutação que os testemunhos orais sofrem no processo de conceção dos textos das exposições – no caso de Rhondda, os mineiros são representados visualmente por bonecos animados e as suas vozes substituídas pela de um narrador (186-187). Muitos dos residentes insurgiram-se também contra o facto de o museu não resolver os problemas da cidade, principalmente o do desemprego, assim como contra o facto da criação do museu ter implicado a privatização – e logo a espoliação da comunidade local – de espaços públicos (169-170).

A parte final do estudo de Bella Dicks é dedicado à análise do perfil (académico) dos visitantes do Rhondda Heritage Park, das suas motivações e da sua apreciação global da representação da experiência da história e cultura locais no museu, a partir de entrevistas a 20 grupos de visitantes (45 entrevistados). No que respeita ao perfil dos visitantes, o estudo da autora revelou uma percentagem idêntica de visitantes com e sem qualificações académicas, o que contrariou os dados apurados num estudo anterior, que apontavam para uma preponderância de visitantes detentores de curso superior (207-208). Quanto às motivações, Dicks apurou que a maioria dos entrevistados tinha ligações familiares à região ou declara possuir conhecimentos e/ou interesse na história local ou associados à história ou indústria mineiras (208-209). No que diz respeito à receção da exposição e da representação da história, Dicks distingue os visitantes em três grupos, de acordo com o grau de familiaridade que demonstraram possuir com a história de Rhondda ou com a história mineira de outros contextos geográficos. Assim, a autora conclui que aqueles que possuíam mais conhecimentos tendiam a interpretar de forma mais crítica a narrativa do museu, enquanto os menos familiarizados com o tema a aceitavam sem questionar. Contudo, Dicks realça o facto de todos participarem ativamente no processo de interpretação, estabelecendo ligações entre a informação colhida e as suas vidas e experiências pessoais (220-229).

A maioria dos visitantes identificou igualmente a história de Rhondda com a de uma comunidade coesa, mesmo antes de iniciar a visita (229). No que respeita à componente política das exposições, os dados apurados levam a autora a concluir que a generalidade dos visitantes exprime a sua simpatia para com a situação dos mineiros e a sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, considerando-a uma “luta pela justiça” (232). Contudo, no que respeita às ligações entre o presente e o passado, a autora verificou que as opiniões variavam muito, sendo que alguns visitantes contrastavam o passado com o presente e o viam

como um capítulo encerrado e sem paralelo no presente, enquanto outros estabeleciam paralelos entre as experiências e situações passadas e relatadas nas exposições com o contexto presente e com as suas próprias realidades e vivências (234-235). Outros ainda mostraram dúvidas e incerteza quando tentaram estabelecer estas ligações (236-237).

Na conclusão do seu estudo sobre o Rhondda Heritage Park, Bella Dicks tece algumas considerações sobre a natureza – iminentemente complexa e contraditória – da representação das comunidades locais no âmbito do turismo cultural: por um lado, e enquanto produto comercial, elas são utilizadas na construção do cariz único e extraordinário – mesmo mítico – dos locais; por outro lado, elas constituem uma “arena cultural” no âmbito da qual podem ser estabelecidas relações produtivas entre vivências e realidades passadas e presentes (241). Do mesmo modo, são mobilizadas duas concepções diferentes de comunidade, uma caracterizada pela nostalgia relativamente a vivências passadas e irrecuperáveis, outra de cariz utópico, destinada a fazer ouvir “a voz do povo”, com o intuito de dignificar – ainda que retrospectivamente – as suas realizações (240). De qualquer forma, ambas convergem para uma representação da “comunidade mineira arquetipa”, que inscreve as comunidades num determinado contexto espaço-temporal (passado) em vez de as enquadrar em termos de classe, tentando talvez assim relegar para o passado também a validade do próprio conceito de classe (242). Contudo, e à semelhança de outros autores, Dicks considera que muitos visitantes estabelecem ligações entre a história de Rhondda e as lutas sociais e políticas da atualidade, assim como com a sua própria vida e experiência, concluindo: “This indicates that the nature of the interaction between visitors and heritage is not only about the hermeneutic decoding of messages but also about self-recognition and identity.” (Dicks, 2000: 243)

Da mesma forma, a ênfase do museu na comunidade ‘original’ local e passada é contrariada no discurso dos guias do museu – residentes e antigos mineiros – que recusam a ‘objetificação’ da história e da comunidade e que, pelo contrário, a tornam real e presente, fomentando o ‘encontro’ dos turistas com a população local (243-244). As tensões existentes no discurso museológico refletem, segundo Dicks, as disputas que marcaram o processo de conceção e implementação do projeto, que envolveram a população, as comunidades locais e os consultores e que, em última análise, impediram que o museu se tornasse um *safari park* (como alguns consultores defendiam) ou um museu modesto e despretensioso sobre a história local (como a população e as autoridades locais pretendiam), e que condicionaram o projeto final – em grande medida inspirado em museus como Beamish e Wigan Pier – e liderado por consultores associados a esses projetos. A autora termina numa nota pouco otimista,

concluindo que o museu permanece sob controlo estatal/municipal porque falhou como empreendimento comercial e necessita do financiamento público para continuar a funcionar. Da mesma forma, constata que o museu pouco ou nada contribuiu para a regeneração económica e social da região, que continua a caracterizar-se por taxas elevadas de desemprego, doença e uma população envelhecida, e à espera de soluções mais eficazes para estes problemas sociais persistentes (247-248).

4. Desafios da musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro

Tal como a análise desenvolvida no presente capítulo nos permite constatar, a crescente valorização, requalificação, expansão e diversificação do património histórico-cultural, registadas nas últimas décadas, principalmente com vista à sua dinamização no âmbito do turismo, deu origem à criação de uma verdadeira ‘indústria do património’, particularmente nos países norte-europeus e norte-americanos e no contexto da desindustrialização. Um dos aspetos mais relevantes deste processo consistiu, sem dúvida, no surgimento de novos tipos de museus de cariz industrial ou mineiro, nomeadamente os chamados ‘museus ao ar livre’, ‘museus vivos’ ou ‘parques históricos’, particularmente – mas não só – na Grã-Bretanha. Estes espaços museológicos, inspirados no modelo dos parques temáticos, diferenciaram-se dos museus tradicionais, em termos de estrutura (grandes dimensões, componente exterior), das estratégias de exibição (réplicas, recriações, recursos multimédia) e dos objetivos (fornecer experiências totais e de cariz misto – educativo e lúdico). A imensa popularidade destes museus, aliada a uma progressiva visão ‘empresarial’ da gestão dos equipamentos culturais, conduziu igualmente à reestruturação de muitos museus públicos e ‘tradicionais’, não só em termos de conteúdos como das estratégias de exibição. De entre as várias transformações verificadas destaca-se a adoção de um conceito mais ‘dinâmico’ e interativo de museu, caracterizado por uma orientação progressiva para a construção e oferta de ‘experiências’ em detrimento da preservação e exposição de objetos, pela utilização progressiva de recursos multimédia e por uma atenção crescente à satisfação do visitante *qua* cliente.

No contexto britânico, como vimos, o desenvolvimento da ‘indústria do património’ motivou a reflexão crítica de um conjunto de investigadores e académicos, muitos deles da área dos estudos culturais, dando origem a um *corpus* intelectual considerável posteriormente

apelidado de ‘debates sobre o património’. Como vimos, este *corpus* de pensamento forneceu o contexto teórico e analítico que serviria de base a muitas das análises que subsequentemente foram desenvolvidas no âmbito de diversas disciplinas e campos de estudo, alguns deles emergentes, como o dos estudos do património, da cultura material e da cultura visual, e em torno de diferentes temáticas, tais como a musealização do património (especialmente industrial e mineiro), a representação museológica da história, cultura e memória nacionais ou coletivas, ou a sua comercialização no âmbito da indústria turística. Tal como a análise desenvolvida demonstrou, todos estes contributos – muitos deles de cariz interdisciplinar – expandiram, aprofundaram e complexificaram significativamente a reflexão em torno do património, contribuindo para uma melhor compreensão não só deste fenómeno como também das sociedades contemporâneas.

Vários autores frisam o cariz multidimensional do património – ou seja, o facto de ele constituir simultaneamente um recurso económico, político e cultural, o que o torna um foco permanente e inevitável de tensões e contradições. Defendem também a necessidade de conceptualizar o património como uma “formação discursiva” (Hall, 2005) e um “modo de produção cultural” (Kirshenblatt-Gimblett, 1998) sobre o passado mas com propósitos presentes e futuros. No que concerne à sua dimensão económica, a maior parte dos autores inscreve a constituição e valorização do património industrial e mineiro, particularmente por via da sua musealização e dinamização turísticas, no âmbito do processo de desindustrialização – particularmente dos países norte-europeus e norte-americanos – e do desenvolvimento das indústrias culturais e do turismo como setores económicos nacionais. Assim, diversos autores não só enfatizam as relações (indissociáveis) entre a valorização ou musealização do património e a sua dinamização turística, como questionam a sua natureza aparentemente simbiótica, os benefícios que o turismo traz aos equipamentos culturais que o sustentam, assim como a viabilidade económica do património industrial e mineiro constituído como atração turística, particularmente devido ao seu cariz específico, que o transforma num nicho de mercado, como também devido aos seus elevados custos de conceção e de manutenção e à sua localização muitas vezes rural e periférica. Neste contexto, alguns autores (tais como Cameron e Gatewood, 2000) defendem que este processo pode ser revertido através de uma orientação destes museus para componente social e cultural da história industrial, em detrimento da sua componente científico-tecnológica, algo que já acontece, e que leva Hilde Hein a enfatizar as semelhanças entre muitos museus de tecnologia e indústria e os museus de história e arqueologia (Hein, 2000: 29). Outros autores consideram que a requalificação, musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro

constituíram estratégias válidas e importantes de regeneração ambiental, económica e social das regiões desindustrializadas, nomeadamente em face da inexistência de outras soluções.

Muitos autores revelam igualmente alguns receios relativamente ao modo como a orientação comercial e turística destes sítios e museus pode condicionar os seus conteúdos, trivializando-os e subordinando o seu cariz educativo ao fornecimento de experiências lúdicas, que satisfaçam os turistas e fomentem a atratividade dos locais. De facto, o património histórico-cultural (e também natural) constitui um fator importante na construção da imagem distintiva dos locais, das regiões e mesmo dos países, no âmbito do seu (re)posicionamento na nova ordem global e do incremento da sua capacidade competitiva no mercado turístico internacional. Neste âmbito, diversos contributos abordam criticamente o modo como o património é mobilizado como recurso político-ideológico para afirmar determinadas ideias dominantes de identidade nacional, regional e local, por vezes através de representações parciais, unificadas e idealizadas da história e da cultura coletivas. No contexto britânico, vários autores chamaram a atenção para o facto da valorização do património nacional (e especialmente industrial) ter constituído não só uma estratégia de regeneração económica como também um modo de gerir, ao nível cultural, os traumas da desindustrialização e do processo de reestruturação – económica e social – neoliberal do capitalismo. Como Stefan Krakenhagen afirma, o património está igualmente a ser utilizado, e a desempenhar um papel importante, no processo – inacabado – de afirmação e consolidação de uma ‘identidade europeia’, indissociável da legitimação política da União Europeia (Krankenhausen, 2011b).

Muitos autores criticam igualmente o facto de as representações museológicas da história e da cultura operarem uma cisão entre o passado e o presente, dissimulando assim a continuidade de realidades ou problemas aludidos ou representados, e inviabilizando a consideração crítica do presente à luz da experiência do passado histórico. Este facto é especialmente pertinente no que respeita ao processo industrial, em que os problemas da industrialização – tais como a exploração laboral, a falta de condições de trabalho e de habitação, ou a degradação e destruição ambiental – são apresentados como um capítulo encerrado da história e desligados do processo mais amplo do capitalismo moderno. Além disso, a apresentação da história industrial como eminentemente passada reforça o discurso dominante do fim das sociedades industriais e da transição civilizacional para novos ‘modelos’ sociais e económicos – descritos como a “era da informação” ou as “economias do conhecimento”. Tal como diversos autores frisam, este discurso mascara o facto – real, tangível – da continuidade do sistema capitalista, do qual decorrem os problemas passados e presentes da industrialização e da

desindustrialização, tais como a exploração laboral e do desemprego, as profundas clivagens económicas, sociais e culturais a nível nacional e global e a degradação inexorável dos recursos naturais e ambientais do planeta.

Neste contexto, alguns autores criticam a forma como as representações museológicas reforçam e perpetuam esta e outras narrativas oficiais, enquanto outros preferem enfatizar as possibilidades alternativas e/ou dão conta de projetos inovadores que estabelecem ligações entre o passado e o presente, entre o local e o global, entre culturas, histórias e narrativas diferentes e conflituantes, e que fomentam a reflexão crítica sobre questões – passadas ou presentes – controversas e politicamente ‘sensíveis’.

Estas questões são, por seu turno, indissociáveis da problematização da função e da responsabilidade social dos museus, um tópico igualmente polémico, e sobre o qual as opiniões se dividem: enquanto alguns autores consideram que o objetivo primordial dos museus é o de conservar e exhibir objetos e manter uma postura de isenção relativamente às suas coleções e representações, a maioria admite a impossibilidade da neutralidade e da objetividade da representação (e do significado destas mesmas noções), preferindo enfatizar o conflito, a negociação e as relações de poder inerentes à produção das narrativas museológicas (por exemplo, McGuigan, 1996; Kirby, 1988; Lumley, 2005; Ashworth, Graham e Tunbridge, 2000). Neste âmbito, diversos autores salientam o facto de o património e de a representação cultural constituírem focos de lutas de poder e de afirmação de discursos político-ideológicos, quer de cariz conservador e legitimador das estruturas de poder vigentes, quer de cariz progressista e subversor destas mesmas estruturas.

O papel que as estratégias de exibição implementadas desempenham na construção de um determinado ‘sistema de representação’ museológico, bem como do seu cariz conservador, liberal ou alternativo/radical é também explorado por diversos autores. Como vimos, as opiniões dividem-se muito no que respeita à importância, disposição e combinação dos objetos, das imagens fotográficas, dos textos e dos recursos multimédia nas exposições museológicas. Alguns autores defendem a centralidade dos objetos no contexto dos museus e consideram que eles produzem significados *per se* (por exemplo, Roth, 2000). Contudo, esta posição é muito difícil de defender e tem sido criticada (Hein, 2000) e contrariada em termos teóricos e analíticos, sendo que a maioria dos autores frisa o cariz simbólico, social e culturalmente constituído dos significados dos objetos e das imagens fotográficas, e os efeitos

(políticos) que a sua seleção, disposição, interpretação (textual) e combinação têm ao nível das coleções e exposições museológicas enquanto sistemas de representação.

Ao longo da nossa reflexão, constatámos igualmente a progressiva atenção ao público dos museus e à sua receção e interpretação das representações museológicas, não só por parte destas instituições como ao nível da análise crítica e reflexiva. Sendo inequívoco que as questões em torno do cariz educativo e/ou lúdico das experiências culturais fornecidas pelos museus e sítios patrimoniais continuam a constituir objeto de debate e de dissensão, parece-nos que a maioria das opiniões considera que os museus devem primar pelo seu cariz educativo, baseado no rigor e na consistência da informação e dos conhecimentos transmitidos, reconhecendo igualmente o cariz simultaneamente educativo e lúdico da visita, decorrente desde logo do facto de ela constituir uma atividade de lazer e/ou turismo. Muitos autores salientam ainda a receção ativa e crítica dos conteúdos, assim como as ligações que os visitantes tendem a estabelecer entre as representações museológicas e as suas vidas e experiências pessoais, tornando a receção cultural um processo individual e de certa forma imprevisível. Este facto é ainda agudizado pelo cariz polissémico dos objetos, das imagens e dos textos que compõem as coleções e exposições.

Um dos desenvolvimentos mais significativos das últimas décadas no âmbito do património e dos museus foi a valorização de sítios de cariz industrial e mineiro e o seu reconhecimento enquanto património histórico-cultural, bem como a sua inclusão no cânone do 'património nacional', a par do património das elites sociais, económicas e religiosas. Da mesma forma, as representações museológicas passaram a incluir a história e a cultura de povos e de grupos sociais tradicionalmente excluídos ou desprestigiados – nomeadamente a classe operária, as mulheres, as crianças, outros povos e raças. Estes desenvolvimentos, comumente entendidos como uma 'democratização' ou 'popularização' dos museus, apesar de genericamente celebrados, têm igualmente fomentado o debate, por vezes polémico, tal como aconteceu, de forma mais expressiva, no âmbito dos 'debates sobre o património'.

Enquanto alguns autores acolheram a representação da história e cultura populares, particularmente nos novos museus, e a dignificação, ainda que retrospectiva, dos operários industriais e mineiros, assim como das comunidades e culturas operárias e industriais que eles constituíram, outros autores criticaram a forma como as representações museológicas deturpavam a verdade histórica, apresentando uma imagem despolitizada e idealizada destas comunidades e da sua história e cultura, neutralizando a sua natureza social e política de

classe, o seu cariz oposicional e os conflitos sociais e políticos que caracterizaram a sua intervenção no processo industrial. Alguns autores colocam mesmo a hipótese desta despolitização da história operária, e a omissão do próprio conceito de ‘classe’, fazer parte de um discurso político dominante que advoga não só a extinção da classe trabalhadora (convenientemente associada ao trabalho industrial tradicional), como também a invalidade do próprio conceito de classe como categoria de identificação social, o que é enfatizado por Sally Munt:

(...) against all the evidence, common-sense approaches to class amongst the contemporary intelligentsia insist that it is irrelevant, to both the public and the private spheres. Talking about class is unpopular (...) as one journalist recently put it, ‘the very phrase “working class” tends to stick in the throat like a large chunk of stale Hovis’. Class, it appears, is a dead issue; regurgitating it tortures us with the misplaced belief in heroic struggle, reminding us of the failure of ‘collective dreams and noble intentions’.

Despite its objective existence as an empirical category, and its enduring subjective existence as lived experience, the effects of relative deprivation not only affect life-chances (quantifiably), but also lifestyles, in the way we measure and differentiate our social status (qualifiably).

(...) There is a tendency to depoliticize class analysis so that it naturalizes social divisions, to take the engine of protest and replace it with a resigned, imperceptible social organicism. (Munt, 2000: 3)

Outros autores lamentam ainda a escassez de museus especialmente dedicados à história e cultura operárias, de que o People’s History Museum em Manchester constitui ainda uma exceção digna de referência no contexto britânico (Kirby, 1988; Moore, 1994). Contudo, e apesar da pertinência das críticas em torno da representação da história e cultura operárias em muitos museus, especialmente nos novos museus ao ar livre britânicos, e de cariz privado, não podemos deixar de concordar com a opinião expressa por Mellor, segundo o qual os analistas culturais tendem por vezes a generalizar as suas críticas aos museus em geral, quando na verdade existem diversos tipos de museus industriais e mineiros, com estruturas, características e filosofias muito distintas e com representações também elas muito díspares. Tivemos oportunidade de constatar este facto nas visitas que, no âmbito deste projeto de investigação, fizemos a um número significativo de museus e sítios patrimoniais de cariz industrial e/ou mineiro na Grã-Bretanha, nomeadamente os museus nacionais de minas ingleses e galês (The National Coal Mining Museum for England e Big Pit – National Coal Museum – National Museum Wales, respetivamente), o Museu da Ciência e da Indústria de Manchester, (Bradford), People’s History Museum (Manchester), Saltaire (Bradford), Kelham Island Museum (Sheffield), Wigan Pier (Wigan), Geevor Tin Mine, Levant Mine and Beam Engine e Morwellham Quay (Cornualha) e The Rhondda Heritage Park (Trehafod, País de Gales).

Apesar de todos estes museus estarem ligados à história industrial e/ou mineira, eles são muito diferentes entre si, quer em termos de natureza jurídica (pública, privada ou mista) estrutura, características, filosofia, representações da história e estratégias de exibição. As visitas a Morwellham Quay, a Rhondda e a Wigan Pier permitiram-nos constatar e concordar com muitas das críticas formuladas por muitos analistas quanto ao cariz iminentemente lúdico e artificial e à superficialidade das representações históricas e culturais destes museus ao ar livre, museus vivos ou parques históricos. Contudo, consideramos que todos eles contêm alguma componente educativa, e lembramos ainda com agrado a qualidade da recriação teatral de uma aula da época vitoriana em Wigan Pier perante uma plateia de alunos do ensino primário, que ficaram decerto com uma ideia vívida da disciplina rigorosa e do ambiente autoritário que marcavam a experiência educativa de outros tempos, talvez não muito distantes. Destacamos ainda a ênfase que alguns museus industriais colocam na componente tecnológica, centrando-se na exposição de objetos e máquinas industriais e nos processos de produção, dando como exemplos Geevor Tin Mine, Levant Mine, Kelham Island Museum e o Museu da Ciência e Tecnologia de Manchester. Neste contexto, destacamos o facto de a demonstração do funcionamento de máquinas ou motores a vapor (por exemplo, em Kelham Island e no Museu da Ciência e Tecnologia em Manchester) ajudarem à compreensão dos processos de produção, dinamizarem a exposição e enriquecerem a visita.

Os Museus Nacionais de Minas de Inglaterra e do País de Gales diferenciam-se claramente dos restantes, pela abrangência das temáticas tratadas e pela forma como conseguem combinar as componentes educativa e lúdica. A descida e visita guiada às minas que estes museus proporcionam constitui uma experiência marcante mas também profundamente educativa, permitindo ao visitante adquirir muitos conhecimentos sobre o funcionamento destas minas são em termos quer técnicos quer das condições e das rotinas laborais. No que respeita às representações da história industrial, estes museus focam não só os aspetos técnicos, como também questões da história social, tais como as condições de trabalho e de habitação dos mineiros, os acidentes de trabalho e os conflitos laborais, o trabalho feminino doméstico e nas minas, o papel das mulheres nas greves. Ambos os museus abordam o encerramento massivo e traumático das minas de carvão na década de 1980 e as greves a que deram origem, dando particular destaque à grande greve de 1984. Estes museus estabelecem ligações entre o passado e o presente e abordam as consequências sociais e humanas das políticas energéticas e económicas que ditaram o fim da mineração do carvão.

Apesar de as representações destes museus não escaparem a alguma mitificação das comunidades mineiras, há igualmente uma tentativa visível de representar de forma realista estas comunidades, assim como os membros que as compõem. Através das suas imagens fotográficas, tanto antigas como recentes, os museus dão rosto às comunidades e aos operários que trabalharam nestas minas; através das representações textuais ou audiovisuais, eles dão-lhes também voz. A título exemplificativo, evocamos as fotografias e as notas biográficas de diversos mineiros nos cacifos existentes nos balneários de Big Pit: Idris Davies, ajudante de mineiro, professor e poeta (1905-1953); Kenvin Thomas, encarregado do poço da mina, “ordinary bloke, extraordinary job” (1927-); Bert Coombes, mineiro e autor, entre outros, de um trabalho autobiográfico intitulado *These Poor Hands* (1939) (1897-1974). Neste museu reproduzem-se igualmente alguns comentários pessoais a propósito do encerramento das minas da região no início da década de 1980, dando conta da diversidade de opiniões e contrariando a ideia (e as representações de outros museus) de uma comunidade uniforme e mitificada:

‘What’s the sense of sacking 30,000 men and paying them dole when they could be mining coal profitably?’
‘I worked underground for 40 years. It’s the best thing they ever did, they should have closed the pits years ago’
‘Can’t afford to run a loss-making pit’
‘I’ve worked in other industries, but there’s nothing to beat mining. You relied on each other, trusted each other to watch your backs, and that bred a comradeship that you just don’t find elsewhere.’
‘I don’t miss the muck and filth but I do miss the men.’
‘I’d never want any son of mine underground.’
(Big Pit)

Contudo, e ainda no que respeita à história operária, temos de destacar a secção do Museu da Ciência e da Tecnologia de Manchester, dedicada à história da cidade, que aborda a história industrial, os problemas da urbanização, as condições de vida e de trabalho operários, o trabalho infantil nas fábricas e minas, as lutas operárias (com destaque para o movimento cartista e o chamado ‘massacre de Peterloo’). Esta secção não existia inicialmente e a sua ausência tinha sido motivo de críticas, por exemplo por parte de Sue Kirby (Kirby, 1988: 100). Esta exposição, que narra a história da cidade até aos nossos dias, projeta, nos painéis textuais, a ideia de Manchester como uma cidade multicultural, resultado de séculos de imigração, referindo ainda os benefícios que a requalificação económica levada a cabo na década de 1980 trouxe à cidade, atraindo novos residentes, criando emprego e desenvolvendo o turismo.

Temos igualmente de mencionar o People's History Museum, que constitui um exemplo talvez único de abordagem à história e à cultura política e social da classe trabalhadora britânica e o único que faz jus ao contributo fulcral desta classe para a democratização das sociedades modernas, para a justiça social e para a obtenção de direitos políticos e sociais que ainda hoje auferimos, ou que – no caso português – têm vindo recentemente a ser coartados – como é o caso do subsídio de férias (instituído em Inglaterra em 1936, em Portugal apenas após o 25 de Abril de 1974). Neste museu, há uma preocupação em ligar o passado e o presente, utilizando as exposições históricas e as conquistas de direitos políticos e sociais ao longo dos últimos dois séculos para fomentar a reflexão crítica sobre as sociedades 'democráticas' contemporâneas e sobre a participação dos cidadãos na vida política e no processo de decisão sobre questões coletivas. Ao longo das exposições, os visitantes eram convidados a exprimir a sua opinião relativamente a conjunto de questões, exibidas também num painel, onde figurava o número total das respostas dadas. A título exemplificativo, citamos as questões colocadas, bem como o número de respostas que figuravam no dia da nossa visita (6 de Julho de 2006):

Should everyone be able to express his or her opinion? (Yes: 10.985; No: 1.788)
Do you feel you have a say in the running of the country? (Y: 4.862; N: 6.030)
Should you try to find out all the facts before you make a decision? (Y: 7.658; N: 4.891)
Does it take a special person to change things that are unfair in the world? (Y: 2.106; N: 4161)
Would you buy a pair of trainers if you knew the people who made them were underpaid? (Y: 6.745; N: 6.214)
Is it everyone's responsibility to be involved in his or her local community? (Y: 4.316; N: 2.272) (People's History Museum)

Destacamos ainda o facto de alguns deles museus – em particular o National Coal Mining Museum for England e o People's History Museum – incluírem bibliotecas e arquivos bem apetrechados e que são procurados por estudantes, académicos e investigadores. Contudo, e como podemos constatar através da consideração da extensa literatura crítica sobre museus e património industrial, verificamos uma ausência quase completa de análises destes museus, na sua maioria públicos e alguns de carácter nacional, e uma concentração quase exclusiva nos museus ao ar livre, museus vivos ou parques históricos, na sua maioria de cariz privado ou público-privado.

Todos estes exemplos, ainda que breves, evidenciam as possibilidades inerentes às representações não só da história industrial e mineira como da cultura operária, assim como as potencialidades dos museus – especialmente de cariz industrial e mineiro – de

representarem a história da industrialização em termos da sua complexidade e dos seus conflitos, abordando não só a sua vertente tecnológica mas também social, cultural e política, e inscrevendo-a no processo mais amplo do desenvolvimento das sociedades modernas capitalistas. Os exemplos ilustram ainda a possibilidade de estes museus estabelecerem ligações entre o passado e o presente, fomentando não só o conhecimento da história como a reflexão crítica sobre as continuidades e roturas do processo histórico moderno e capitalista, e a sua indissociabilidade das culturas, das vidas e da organização e funcionamento das sociedades contemporâneas:

(...) industrial heritage may be constructively understood as a generative domain rather than as just contested terrain. It is a domain that provides a publicly useful space within which we may work to confront our collective implication in a complex past and an as yet undetermined future. (Frisch, 1998: 249)

Capítulo 4 – A musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro da Mina de São Domingos

1. A Mina de São Domingos: enquadramento histórico-geográfico

Ao longo da história, e desde que o Homem descobriu e aprendeu a utilizar os metais, a procura, o aproveitamento e a exploração dos recursos metalíferos foi responsável por importantes processos e desenvolvimentos civilizacionais e por movimentações e migrações para regiões longínquas e com características geoclimáticas adversas e difíceis de suportar. As empresas mineiras contam-se decerto entre os primeiros negócios transnacionais da época moderna, ou da fase do chamado “capitalismo liberal” do século XIX. Desde então – e até aos nossos dias – estas empresas têm operado em condições de grande potencial lucrativo mas também de permanente instabilidade, ditada pelo preço incerto dos metais nas principais praças de um mercado capitalista cada vez mais globalizado. O empobrecimento ou esgotamento das jazidas, assim como a descoberta imprevisível de depósitos mais ricos num qualquer local remoto de um mundo em constante expansão, ditou – e ainda dita – o desaire económico e social de minas e regiões mineiras inteiras, transformando centros em periferias, desmembrando e extinguindo comunidades, votando ao abandono, à degradação ambiental e ao desaparecimento, instalações, equipamentos e paisagens industriais. A tentativa de reversão do ciclo de declínio destes sítios mineiros e industriais tem-se manifestado em diversas estratégias de requalificação económica das localidades e regiões envolventes, por exemplo por via da musealização do património e da sua dinamização turística. Estes são sem dúvida alguns dos traços distintivos e comuns da história de muitas minas, um pouco por todo o mundo e, em particular, das minas de cobre do Sul da Península Ibérica, entre as quais se conta a Mina de São Domingos.

A aldeia de São Domingos – mais conhecida como Mina de São Domingos devido à jazida mineral que determinou a sua fundação – localiza-se no Baixo Alentejo, uma das regiões mais pobres da União Europeia, e integra o município de Mértola, um dos maiores do país, em termos de superfície geográfica, mas também um dos mais despovoados e economicamente deprimidos, com a segunda menor densidade populacional (a seguir ao município algarvio limítrofe de Alcoutim), um elevado índice de envelhecimento populacional e uma tendência demográfica de persistente declínio (Censos, 2001; Eurostat, 2011). Esta situação é favorecida

– pelo menos parcialmente – pelas características geomorfológicas e climáticas particulares da região. O clima é mediterrânico, caracterizado por verões quentes e secos e invernos frios e pouco chuvosos, registando os índices mais baixos de precipitação e simultaneamente os mais elevados de exposição solar/insolação e de temperatura, a nível nacional (ICN, 2006). No que concerne à sua morfologia, a região de Mértola é marcada pelas serras de Mértola, de Alcaria Ruiva, de São Baiol e de Alvares, apresentando por isso um relevo bastante acidentado e uma paisagem tipicamente serrana, que contrasta vivamente com a imagem turística da vasta planície alentejana.

Contudo, a “maior individualidade física do Concelho de Mértola” (Casimiro, 1993: 2) consiste, segundo Pedro Casimiro, na extrema pobreza dos seus solos, sendo cerca de 80.7% da área total do concelho composta por solos de classe E, que colocam grandes limitações às práticas agrícolas e agropecuárias, adequando-se apenas à “vegetação natural ou florestal de protecção” (24). A esta improdutividade dos solos contrapõe-se a extraordinária riqueza mineral do subsolo da região – e em particular da zona de São Domingos – que terá condicionado, de forma indelével, a história milenar desta povoação até à atualidade.

A Mina de São Domingos está integrada na chamada ‘Faixa Piritosa Ibérica’, uma vasta área geográfica localizada no sudoeste da Península Ibérica e descrita pelos geólogos João Matos e Luís Martins como “um largo arco com cerca de 300 km de comprimento e 30 a 60 km de largura que se estende desde Sevilha até à região de Marateca-Águas de Moura” (Matos e Martins, 2006: 290). Com cerca de 90 jazigos identificados, a importância geológica da Faixa Piritosa Ibérica no contexto mundial é indiscutível: Matos e Martins descrevem-na como uma “província metalogenética de classe mundial” (2006: 290), e Oliveira e Oliveira como “o maior distrito mineiro europeu para metais básicos e, certamente, um dos maiores do mundo” (Oliveira e Oliveira 1996: 9). Entre os seus principais depósitos podemos destacar, a título exemplificativo, Rio Tinto, Tharsis e Sotiel Coronada, situadas na província espanhola vizinha de Andaluzia, e São Domingos, Lousal, Caveira e Aljustrel, no Alentejo. Muitas das minas da Faixa Piritosa Ibérica foram intensamente exploradas e encontram-se já abandonadas ou desativadas. No caso português, apenas Aljustrel e Neves-Corvo estão ainda em fase de lavra ativa.

A extraordinária riqueza mineral da Faixa influenciou de forma determinante o desenvolvimento do sudoeste peninsular ao longo de quatro mil anos de história, desde o período calcolítico até à era moderna, tendo sido responsável não só pela fixação humana

nesta região inóspita, assim como pela atração de diversos povos antigos – Fenícios, Cartagineses, Romanos – cujo poderio económico e desenvolvimento civilizacional assentou, em grande medida, na exploração dos seus recursos minerais⁴⁰. A Faixa Piritosa Ibérica reveste-se, assim, um carácter extraordinário não só em termos geológicos como também em termos histórico-culturais. Tal como S.G. Checkland – professor de história económica e autor do mais desenvolvido e aprofundado estudo sobre as minas de Tharsis – enfatiza, “no other mineral field has played so great a part in two eras, sustaining both Roman and British Empires at the peak of their wealth and power” (Checkland, 1967: 13).

O principal mineral existente na Mina de São Domingos – tal como em muitas das outras minas da Faixa – é a chamada pirite cúprica, composta por uma percentagem elevada de enxofre (45-48%) e por teores variáveis de cobre (entre 1.25 e 7%) e de zinco (2-3%), podendo ainda conter outros metais, tais como o ouro e a prata, em menores ou mesmo diminutas percentagens. Estes metais podiam ainda encontrar-se, em proporções consideráveis, nas camadas mais superficiais da massa, onde se formavam, através de processos de oxidação ou lixiviação (por contato com o ar e a água). Por estes processos, a pirite perdia a sua componente de enxofre, e o terreno superficial assumia uma cor avermelhada, conhecida como ‘chapéu de ferro’ ou ‘gossan’ (possível adaptação para castelhano da expressão inglesa ‘gold sand’). Além da pirite, o jazigo de São Domingos continha/contém ainda outros minerais tais como a esfarelite, a calcopirite, a galena, entre outros (Webb, 1958: 135; Matos, Soares e Cardoso: 2006: 741). A Faixa inclui também depósitos de ferro e manganês (Matos e Martins, 2006: 290). Apesar de alguma controvérsia relativamente ao mineral extraído no período pré-romano (cobre ou prata), não há dúvida de que o cobre foi o principal metal extraído das pirites do sudoeste peninsular, especialmente até à época moderna e à descoberta das possíveis utilizações do enxofre por parte da indústria química.

Devido às suas propriedades químicas, físicas e estéticas, o cobre foi um dos principais metais utilizados ao longo da história e até à atualidade. O cobre é maleável, resistente à corrosão, e o melhor excelente condutor elétrico de entre os metais não preciosos. Através de processos químicos, pode ser combinado com outros metais, como o zinco, o alumínio ou o estanho, e também com o níquel, dando origem a ligas metálicas (tais como o latão ou o bronze), com

⁴⁰ Sobre este tema veja-se o texto (não publicado) da nossa autoria, com o título ‘A génese da Mina de São Domingos e a mineração antiga na Faixa Piritosa Ibérica’, que se encontra apenas ao presente trabalho.

variadas utilizações, algumas bastante especializadas, particularmente em domínios industriais e tecnológicos (ICSG, 2007; 2010).

O cobre foi um dos primeiros metais a ser utilizado pelo Homem e desempenhou, ao longo da história e até aos nossos dias, um papel preponderante no desenvolvimento das sociedades e na identificação e datação de transições histórico-civilizacionais: na era pré-histórica, a sua descoberta assinala a transição da Idade da Pedra para a Era dos Metais, e a sua combinação com o estanho marca o início da chamada Idade do Bronze. O cobre está também indissociavelmente ligado aos processos de industrialização iniciados na Grã-Bretanha na segunda metade do século XVIII, nos quais desempenhou um papel decisivo (CDA, 1948: 1-2; ICSG, 2010: 5). Podemos referir dois exemplos paradigmáticos: em primeiro lugar, o modo como a mineração do cobre na Cornualha potenciou, na segunda metade do século XVIII, um verdadeiro *boom* de experiências, descobertas e aperfeiçoamentos tecnológicos verdadeiramente revolucionários, como foram as bombas a vapor de Thomas Newcomen e de James Watt (Buckley, 2007a; CDA, 1948; Smith, 1965); em segundo lugar, as várias experiências que, a partir da segunda metade do século XVIII, se desenvolveram em torno das propriedades condutoras do cobre, dando origem a descobertas como o para-raios, por Benjamin Franklin (1752), a primeira pilha elétrica ou bateria, por Alessandro Volta (1800), e o princípio da indução magnética, por Michael Faraday (1831). Em última instância, o cobre esteve, mais uma vez, diretamente ligado àquela que alguns autores designam como a segunda revolução industrial, desencadeada pela descoberta da eletricidade (CDA, 1948; Smith, 1965), que por sua vez elevou exponencialmente a importância e dependência deste metal.

O cobre continua a deter uma importância fulcral no mundo contemporâneo. Graças às propriedades supramencionadas, este metal continua a ser o material preferido em muitos sectores das sociedades atuais, tais como o da eletricidade, da eletrónica e comunicações, da construção civil, dos transportes, da maquinaria e equipamentos industriais e dos produtos de consumo. O cobre é empregue, por exemplo, no fabrico de todo o tipo de cabos elétricos e de equipamentos de produção energética, tais como geradores, motores elétricos e painéis solares; é também o suporte das tecnologias de transmissão de dados e de voz de alta velocidade e também de grande largura de banda, como é o caso das ADSL, HDSL, e ISDN (RDIS), constituindo-se como uma alternativa mais económica à fibra ótica. Este metal é ainda utilizado no fabrico de componentes eletrónicos vários (cabos, transformadores, condutores, interruptores), e em particular de computadores pessoais e de telemóveis, desempenhando

um papel particularmente importante ao nível dos microprocessadores, pela velocidade de processamento que permite (comparativamente ao alumínio, anteriormente utilizado). O cobre é ainda utilizado como revestimento de superfícies com o objetivo de bloquear ondas rádio, nomeadamente em áreas como a segurança e saúde. Pelas suas propriedades físico-químicas e estéticas, possui ainda um larguíssimo espetro de utilizações no âmbito da construção civil, por exemplo em canalizações e revestimentos, estando também presente, de forma significativa, nos meios de transporte atuais (ao nível do revestimento e da cablagem) (ICSG, 2007; 2010).

A produção mundial de cobre registou ao longo do século XX um aumento anual de cerca de 4%: de menos de 500,000 toneladas em 1900 para cerca de 16 milhões em 2009 (ICSG, 2010: 8). O consumo mundial de cobre aumentou cerca de 300% nos últimos 50 anos, sem dúvida devido à sua utilização não só nos sectores industriais clássicos como nas indústrias mais recentes da eletrónica e das telecomunicações. Apesar de tanto a produção mundial de cobre como a capacidade produtiva desde metal terem vindo a crescer desde 2002, a diminuição das reservas conhecidas, aliada a uma multiplicidade de outros fatores que variam ao segundo, num mundo globalizado e permanentemente sintonizado em tempo real (por exemplo: uma greve nas minas do Chile, inventários baixos dos stocks efetuados nas bolsas de metais, aumento dos custos dos transportes, procura elevada na China, problemas nos mercados de crédito e consequente diminuição da construção civil, etc.), o preço do cobre nos mercados globais tem vindo a registar subidas sem precedentes. Na *London Metal Exchange* (LME), uma das principais praças mundiais de comercialização de produtos metalíferos, a cotação do cobre subiu mais de 330% entre 2002 e 2006, de cerca de 1,500 dólares americanos por tonelada para valores muito próximos dos 7,000 dólares por tonelada (ICSG, 2007: 61). A escalada do preço da tonelada cobre tem-se agudizado nos últimos três anos, tendo atingido no início de Fevereiro de 2011 o valor recorde histórico de 10,000 dólares nas praças de Londres (LME) e Nova Iorque (COMEX) (Reuters, 2011).

Tal como tem sido noticiado em diversos média nacionais e regionais, este facto tem conduzido, um pouco por todo o país, a um incremento significativo da criminalidade violenta e organizada ligada ao furto de cobre, de linhas férreas, cabos de alta tensão, postos de transformação de energia elétrica, e de equipamentos de rega de explorações agrícolas, causando danos prejuízos avultados não só a particulares como a empresas privadas e públicas (particularmente a REFER e a REN) (*Diário de Notícias*, 2010; *O Setubalense*, 2011).

2. A exploração mineira de São Domingos

A Mina de São Domingos, à semelhança de outras das principais minas da Faixa Piritosa Ibérica (Rio Tinto, Tharsis, Aljustrel e Caveira), foi explorada desde tempos imemoriais, mas de forma sistemática e comprovada pelos Romanos, entre os séculos I e IV da era cristã. Com o final do império, estas minas foram votadas ao abandono e assim terão permanecido durante muitos séculos. As primeiras tentativas de exploração moderna ocorreram em Rio Tinto, cerca de 1725, mas revelaram-se infrutíferas, não só devido aos avultados custos de produção, como também à complexa metalurgia das pirites e à limitação das técnicas e meios de transporte existentes na época (Checkland, 1967: 57-58; Avery; 1974; Nash, 1904). Em meados do século XIX, dois fatores principais conduziram à redescoberta, reativação e exploração intensiva e sistemática das principais minas de pirite da Faixa. Os processos de industrialização acima mencionados deram origem a um aumento exponencial das necessidades de cobre, a que as minas da Cornualha – as principais produtoras mundiais desde a segunda metade do século XVIII – já não conseguiam dar resposta. A descoberta de um método eficaz de extração do enxofre presente nas pirites permitiu também a sua utilização no fabrico de ácido sulfúrico, fundamental na indústria química emergente e na agricultura (Checkland, 1967: 88).

A partir da década de 1850, a região foi palco de uma verdadeira “febre mineira” (Guimarães, 1996: 115), com o registo de descoberta de centenas de minas e de novas empresas mineiras, especialmente de capitais estrangeiros (britânicos e franceses) com vista à sua exploração industrial. A ‘descoberta’ de três das mais importantes minas da parte portuguesa da Faixa Piritosa Ibérica – nomeadamente São Domingos, Aljustrel e Caveira – foi reclamada em Junho e Julho de 1854 por Nicolas Biava e Jean Malbouisson, capatazes enviados pelo engenheiro francês Ernest Deligny, que já detinha os direitos de exploração das minas de Tharsis e La Zarza, na vizinha província espanhola de Huelva (AHPH, 1855). Em Novembro de 1855, Ernest Deligny e os sócios Louis Decazes, e Eugène Duclerc, ligados à indústria e finança francesas e acionistas da Compagnie des Mines de Cuivre de Huelva (detentora de Tharsis), registam em Sevilha a empresa mineira La Sabina, com o objetivo de explorar as minas portuguesas e particularmente São Domingos (AHPS, 1855).

Assim que obtém do estado português a concessão desta mina, em Maio de 1858, a La Sabina arrenda-a a James Mason, engenheiro de minas inglês a trabalhar há vários anos em Espanha que, em associação com o cunhado Francis Tress Barry, empresário e cônsul britânico de Biscaia, irão gerir conjuntamente, e de forma particular, a exploração desta mina durante

cerca de 20 anos (ADB, 1858a; ADB, 1858b). Em 1878, as exigências colocadas pela dimensão do empreendimento conduziram à formação, em Londres, da nova sociedade por quotas, Mason & Barry Limited, com um capital de cerca de 1 milhão de libras esterlinas, detido pelas famílias Mason & Barry e alguns amigos (National Archives, 1878; Stock Exchange, 1899). As primeiras ações da empresa começaram a ser cotadas nas bolsas de Londres e Paris a partir de 1881 (*The Times*, 1881). Entre 1859 (ano em que a primeira carga de mineral saiu de São Domingos rumo a Inglaterra), até ao fim da laboração, em 1965, a Mason & Barry Ltd produziu e transacionou cerca de 25 milhões de toneladas de minério (Oliveira e Oliveira, 1996; Custódio 1996; Rego, 2004a; Matos e Martins, 2006).

A Mina de São Domingos constitui o primeiro empreendimento industrial e mineiro de grande envergadura levado a cabo em Portugal, sendo difícil exprimir a magnitude das transformações que operou não só a nível local como regional. A exploração da mina alterou radical e completamente a paisagem da região envolvente: a exploração mineira contribuiu de forma decisiva para o povoamento de uma das regiões mais remotas e desabitadas do país, conduzindo ao nascimento de várias povoações, de entre as quais se destacam a aldeia de São Domingos, erigida junto à mina, que em poucos anos atingiu uma população de vários milhares de habitantes, e a aldeia do Pomarão, localizada junto ao porto fluvial homónimo, construído nas margens do rio Guadiana. Conduziu igualmente ao desenvolvimento de povoações já existentes, como as vizinhas Corte do Pinto, Santana de Cambas, Morianes, da sede do concelho, Mértola, ou mesmo da cidade algarvia de Vila Real de Santo António, sede da alfândega e de um consulado britânico.

Em termos industriais e tecnológicos, o empreendimento de São Domingos foi absolutamente revolucionário em Portugal, constituindo por isso um verdadeiro estudo de caso nacional. As suas modernas infraestruturas e equipamentos industriais de ponta, na sua esmagadora maioria importados da Grã-Bretanha, atraíam visitantes de todo o país e também do estrangeiro, justificando inclusivamente uma ‘digressão’ do rei D. Pedro V ao Alentejo, em Outubro de 1860 (*O Bejense*, 1860). Além das operações de mineração propriamente ditas, os principais motivos de interesse eram, sem dúvida, a aldeia e o porto fluvial do Pomarão, onde a partir de então aportariam anualmente centenas de embarcações, assim como a linha férrea de linha estreita, de cerca de 18 quilómetros, que ligava a mina ao Pomarão, inaugurada a 24 de Junho de 1862, que foi uma das primeiras a operar em Portugal, e a primeira no Alentejo (*O Bejense*, 1882). A construção tanto do porto fluvial, da linha de caminho-de-ferro, ou até (mais

tarde) de duas represas de grande capacidade, constituiu na época um importante feito de engenharia.

James Mason concebeu ainda e mandou edificar, de raiz, a aldeia de São Domingos, reproduzindo não só os modelos urbanísticos britânicos da época como a rígida hierarquia social da empresa, bem patente na separação clara e características muito diferentes das habitações dos vários grupos profissionais. Mason dotou a aldeia de todo um conjunto de equipamentos e amenidades claramente destinados a torná-la uma autêntica povoação-modelo, à semelhança de outras aldeias patronais – *model villages* – existentes em Inglaterra e França (tais como Saltaire, hoje património da humanidade, e Decazeville): hospital, biblioteca, teatro, jardim, pensão, igreja, etc. (Mason, 1865; Mason, 1873). Ao longo da sua história, a mina de São Domingos foi exaltada como um exemplo em território nacional do progresso tecnológico e civilizacional britânico e/ou norte-europeu, patentes na introdução pioneira não só de processos, tecnologias e diversos materiais, equipamentos e infraestruturas mineiros e industriais, como também, em termos mais gerais, da linha de caminho-de-ferro e das locomotivas a vapor, da eletricidade, do telégrafo, do cinema, etc. A sofisticação das festas realizadas no ‘Palácio’ (edifício da direção da empresa) eram igualmente afamadas pela sua sofisticação e noticiadas na imprensa regional.

Como já aflorado acima, a mina de São Domingos foi em grande medida responsável pelo povoamento da região, produzindo em poucos anos profundas alterações demográficas, com a vinda e fixação de gentes de vários pontos do país – na sua maioria do Algarve e das Beiras, bem como de muitos estrangeiros – particularmente de espanhóis da vizinha província de Andaluzia, empregues nos trabalhos de mineração, e de britânicos, que viriam desempenhar tarefas mais especializadas e de direção das várias secções da operação mineira (Guimarães, 2005). Este facto deu origem à fixação local de uma pequena comunidade britânica, que aqui viveu praticamente durante todo o período de vida da mina, de acordo com os padrões e códigos sociais e culturais britânicos vigentes.

À semelhança do que aconteceu em Inglaterra, a experiência coletiva da industrialização deu origem à constituição, em São Domingos, de uma importante comunidade operária, que se organizou, fundou instituições de classe (de cariz regional e nacional) e desenvolveu formas de luta em prol dos seus interesses e da melhoria das suas condições de trabalho e de vida. Particularmente dignos de destaque são a fundação do sindicato mineiro, a edição do jornal A

Voz do Mineiro e a intervenção no único atentado (malogrado) contra a vida do ditador António de Oliveira Salazar.

A longa história da atividade extrativa da mina de São Domingos caracterizou-se também pela utilização de processos de tratamento e transformação do minério profundamente nocivos para o meio ambiente e para a saúde das populações locais. A inalação dos fumos sulfurosos dos processos de ustulação do minério e, já no século XX, expelidos pelas chaminés da fábrica de enxofre, provocaram danos ainda hoje desconhecidos na saúde dos trabalhadores e habitantes locais; a sua libertação para a atmosfera teve também um efeito letal sobre a vegetação circundante, dando origem a uma paisagem estéril, bizarra e singular. A construção dos fornos para ustulação das pirites, em 1863, na Achada do Gamo, deu azo a uma reclamação pública, popular, com cerca de 160 subscritores (na sua grande maioria analfabetos) que poderá ter constituído uma das primeiras iniciativas modernas de defesa ambiental no nosso país (ADB, 1864-1866). Da mesma forma, os processos de tratamento do minério por via húmida, em tanques de lixiviação, e a drenagem destas águas ácidas, que desaguavam em última instância nos rios Chança e Guadiana, provocaram danos profundos nos ecossistemas existentes nestes rios e a esterilidade irreversível de vastas áreas na zona do complexo mineiro.

A Mina de São Domingos tem sido descrita como ‘uma ilha industrial’ num Alentejo rural ou como um ‘potentado estrangeiro’ na região: as expressões indiciam de facto a característica distintiva da história desta povoação, nomeadamente as suas ligações britânicas, presentes por exemplo no seu traçado arquitetónico, nas características da operação mineira, na fixação e nos *modus vivendi* da comunidade britânica, na constituição e desenvolvimento de uma importante comunidade operária, e das suas instituições.

O esgotamento progressivo dos depósitos minerais e a inviabilidade económica da exploração ditaram, em 1965, o encerramento da mina, a falência coerciva da empresa Mason & Barry Ltd, em 1968 (*The Times*, 1968; Travers, 1968), e o declínio inexorável da povoação, marcado pelo desemprego e consequente êxodo massivo da esmagadora maioria da sua população que, confrontada com uma situação social dramática, partiu em busca de trabalho, fixando-se noutras povoações mineiras da região, na cintura industrial de Lisboa, ou além-fronteiras, particularmente em França, na Alemanha, na Bélgica e na Holanda. O desmantelamento e a venda das infraestruturas e equipamento mineiros, incluindo da linha férrea, e o abandono por parte da empresa exploradora transformaram o complexo mineiro num local lúgubre e

decadente, tornando esta aldeia, outrora incapaz de albergar todos aqueles que ali desejavam estabelecer-se, grande demais para as poucas centenas de habitantes que ficaram: um local algo fantasmagórico, como que parado no tempo, sem luz elétrica ou saneamento básico, repleto de casas fechadas e edifícios degradados, que se reavivava com o calor do verão e a vinda de férias dos familiares emigrados.

O complicado estatuto legal da aldeia, que, tal como todo o complexo mineiro (numa área total de 20 km²) passou a ser propriedade da empresa La Sabina na sequência da falência da Mason & Barry Limited, prolongaram esta situação de abandono durante décadas e agudizaram o irónico atraso de uma povoação que possuía outrora infraestruturas e equipamentos pioneiros e inexistentes no resto do país.

O encerramento e abandono da exploração mineira vieram agudizar os impactes ambientais negativos acima descritos, que marcaram indelevelmente toda a paisagem envolvente. De acordo com estudos do extinto Instituto Geológico e Mineiro (entretanto reconvertido em INETI, e mais recentemente LNEG), São Domingos encontra-se entre as minas que apresentam um maior grau de perigosidade ambiental (Matos, Soares & Cardoso, 2006: 742). Segundo estes especialistas em matéria de geologia e geotecnia: “com o fim da atividade extrativa a corta de São Domingos foi progressivamente inundada por águas ácidas com pH inferior a 2,5-3” (743). O processo de abandono conduziu também à erosão dos solos e à crescente instabilidade e ao risco geotécnicos dos taludes (742). Os autores destacam ainda a elevada concentração de metais nas escombreyas depositadas, ao longo das várias épocas de exploração mineira, nas proximidades da corta, e que são arrastados – ou lixiviados – por ação das águas pluviais, contaminando uma ribeira próxima (afluente do rio Chança) (742-43).

Foi no início da década de 1990 que se deu uma viragem significativa na história da aldeia, com o início das negociações entre a CMM e a La Sabina com vista à resolução do problema do estatuto das aldeias e das habitações, bem como da sua requalificação, e com a aprovação governamental, em 13 de Julho de 1994, do ‘Plano Geral de Urbanização da Mina de São Domingos e do Pomarão’, submetido para ratificação por parte da Câmara Municipal de Mértola (MPAT, 1994). Este plano, fruto de um aturado estudo prévio, constituiu o primeiro e decisivo passo no processo de requalificação e na tentativa de revitalização socioeconómica das localidades da Mina de São Domingos e do Pomarão. A caracterização geomorfológica e económico-social realizada no âmbito deste estudo levou à conclusão de que a requalificação deveria ser feita por via do “desenvolvimento turístico de carácter cultural”, algo que está bem

patente no Plano de Urbanização proposto (e aprovado), que prevê a instalação de diversas infraestruturas e equipamentos vocacionados para o turismo, tais como hotéis, parque de campismo, zonas ajardinadas/de lazer, equipamentos desportivos (pista de atletismo, campo polidesportivo, piscina olímpica coberta, campo de golfe), três cais no Pomarão, criação de diversos núcleos museológicos e requalificação da linha férrea com fins turísticos (MPAT, 1994).

Contudo, a implementação deste Plano de Urbanização revelou-se extremamente complexa devido às dificuldades de entendimento entre as partes envolvidas, nomeadamente a Comissão de Coordenação da Região Alentejo (CCRA), representante do Estado Português, a Câmara Municipal de Mértola (CMM) e a La Sabina, empresa proprietária das povoações no perímetro do couto mineiro de São Domingos. Em causa esteve o incumprimento, por parte da empresa, de um difícil acordo de cooperação firmado em 25 de outubro de 1994 por estas três entidades, com vista à requalificação destas povoações, centrado na realização, por parte do executivo camarário, das obras de requalificação de infraestruturas e equipamentos públicos, que a empresa transferiria para o município, com a contrapartida de que a La Sabina, além de implementar os projetos económico-turísticos que afirmava possuir, vendesse as habitações, a preços simbólicos, aos mineiros ou seus descendentes que nelas habitavam, com cariz permanente ou temporário. Além disso, tanto a CMM como a CCRA apoiariam a La Sabina na candidatura dos seus projetos turísticos aos programas de financiamento nacional e comunitário (21). Segundo um documento camarário datado de Janeiro de 1995, e intitulado ‘O Processo Histórico da Mina de São Domingos e Pomarão – Um Profundo Esquecimento’, a La Sabina recuou na posição acordada, admitindo não possuir capacidade financeira para desenvolver qualquer projeto e pretendendo vender as habitações ao preço em vigor no mercado, o que terá merecido a anuência da CCRA.

Perante esta situação, a Câmara Municipal redigiu e tornou pública, através deste documento, a situação destas povoações, que considerava insustentável. O documento, que traça a história do empreendimento comercial da Mina de São Domingos, denuncia a situação jurídica destas aldeias, ímpar no panorama nacional e inconcebível no panorama da Europa Comunitária do fim do milénio, bem como as responsabilidades do Estado Português na sua manutenção:

No limiar do segundo milénio, duas localidades alentejanas, inseridas numa propriedade estrangeira de 2 300 ha, em posse da LA SABINA, Sociedade Mineira e Turística, SA, constituem um dos mais antigos enclaves existentes na Europa Comunitária.
(...)

O Estado português continua a adiar uma tomada de posição firme perante esta situação anómala que tem indignado cada cidadão que dela tomou conhecimento, ao ponto de considerar uma vergonhosa subserviência, pois tal situação dificilmente subsistiria com uma empresa nacional, bem como seria impossível esta situação terceiro-mundista verificar-se nos restantes países da União Europeia (Câmara Municipal de Mértola, 1995:

1)

Neste extenso documento, de mais de quarenta páginas, os seus autores denunciam a estreita ligação existente, desde a sua génese, entre as empresas Mason & Barry e La Sabina, que apelidam de “um só corpo com duas cabeças” (29), e o facto da sua separação jurídica ter tido o propósito de assegurar a posse legal da terra no caso de extinção da atividade de extração mineira, como se veio a verificar. O documento acusa ainda a Mason & Barry de não se ter esforçado por manter a viabilidade económica da empresa, o que teria sido possível através do aproveitamento das suas bem apetrechadas infraestruturas para outros fins industriais, por exemplo ligados à metalomecânica ou ao fabrico de produtos destinados à construção civil (atividades que já eram realizadas pela empresa durante a sua longa atividade ligada à extração mineira) (6). Pelo contrário, nos últimos anos de existência, a Mason & Barry redirecionou o seu capital para dez empresas subsidiárias, sediadas em Portugal e em Inglaterra, transformando assim “o processo de reconversão num labirinto empresarial que lhes ofereceu um autêntico alibi contra qualquer acção de venda dos artigos pertencentes à Mason & Barry Lda, para liquidação de dívidas a credores e ao Estado português, simulando ao mesmo tempo uma imagem de grande dinamismo económico” (13).

Segundo o documento, em 1965, ano do encerramento definitivo da mina, existiam ainda 866 empregados cuja situação era “desesperante, quer pela falta de salários, quer pela precária situação relativamente à Segurança Social”, tendo a empresa dívidas de cerca de 4 mil contos para com os trabalhadores (relativos a salários, pensões de reforma e de acidentes de trabalho) e de cerca de 3 mil contos à Caixa de Previdência e ao Fundo de Desemprego. A separação das duas empresas permitiu, mais uma vez, que a La Sabina tomasse posse da sua propriedade furtando-se a todas as responsabilidades de natureza económica, social e ambiental:

Em 1968, a Mason & Barry Lda tinha alcançado os seus objectivos, encerrar a mina, anular os encargos de reconversão, faltava livrar-se das obrigações laborais e sociais, para tanto, em 22 de Abril de 1968, é declarada a primeira falência da Mason & Barry Lda., e no mês seguinte, em 9 de Maio, é feito o contrato de rescisão com a concessionária, La Sabina. Esta aparece como nova ao fim de 110 anos, engeitando [sic] qualquer paternidade sobre os problemas gerados pela sua arrendatária. E nas últimas três décadas tem pura e

simplesmente ignorado a grave situação social e económica entretanto criada. Mas, com muita perícia, vai mantendo a expectativa das populações e adiando a solução dos problemas existentes, dado que isso implicará sempre a revisão da soberania do seu estatuto de propriedade sobre a Mina de S. Domingos e o Pomarão.

O documento salienta a grave situação em que, desde o encerramento da mina, viviam os mais de 800 habitantes da Mina de São Domingos: em 1995, 52% da população tinha mais de 60 anos de idade, 47% eram pensionistas ou reformados e apenas 15% exerciam uma profissão remunerada; o abastecimento público de água não potável, através de autotanques, assim como a distribuição eléctrica provisória e de baixo consumo eram fornecidos pela CMM, com o objetivo de mitigar as difíceis condições de subsistência das populações; contudo, não havia rede de saneamento básico nem de escoamento de águas pluviais, e os arruamentos eram em terra batida. As habitações, na sua maioria compostas por um ou dois ‘quartos’ – correspondentes às habitações operárias originais, que consistiam numa única divisão sem janela, casa de banho, e tinham cerca de 16 m² – foram mantidas em condições mínimas de habitabilidade pelos seus ocupantes, dado que a La Sabina nunca realizou quaisquer obras de conservação (5, 17). Dado que muitos mineiros se viram privados das reformas a que tinham direito, a sobrevivência destes habitantes, na sua grande maioria idosos, foi assegurada pelos seus familiares:

(...) pelo que sabemos, a sua sobrevivência depende essencialmente do apoio financeiro prestado pela população emigrada, a qual funciona como rectaguarda protectora e responsável pelas acções de complementaridade económica, social e cultural que sustentam este frágil tecido social.

(...) estas populações estão desterradas na sua própria terra, vivendo em casas que não são suas e que não podem garantir como legado para os filhos ou os netos. (CMM, 1995: 18)

De igual forma, os autores deste estudo culpabilizam o estado português por ter sido conivente com a Mason & Barry e com a La Sabina ao longo de toda a história da mina, por exemplo, autorizando a expropriação de terrenos privados, requerida por James Mason em 1876, pactuando, por inércia, com as catástrofes ambientais provocadas pelos fumos sulfurosos ou pelo despejo das águas sulfatadas para a ribeira de Chança e para o rio Guadiana, autorizando (em 1966) o desmantelamento das infraestruturas – por exemplo da linha férrea –, requerido pela Mason & Barry, não obrigando a empresa a assumir as suas responsabilidades para com os trabalhadores e para com o crime ambiental provocado pelos resíduos industriais e tóxicos acumulados no perímetro ou pela inundações propositadas da

corta (31-32). O documento responsabiliza igualmente o estado português pela resolução de um problema que, pela sua dimensão, ultrapassa as capacidades de atuação da autarquia:

(...) talvez por simples inércia e falta de motivação da administração portuguesa na tomada de posições em defesa dos interesses das populações, trinta anos após o encerramento da mina, estas continuam sem ter garantido de facto um dos primeiros direitos constitucionais, o direito à habitação.

(...)

Se à La Sabina e a Mason & Barry Lda. couberam quase a totalidade dos lucros de toda a actividade mineira, foi porque o Estado Português assim o aceitou nas condições do negócio que com estas empresas veio a estabelecer. Será que após tão mau negócio, tem o país ainda que arcar com todo o prejuízo económico, social e ambiental, resultante do encerramento da mina?

(...)

A Autarquia não tem o dever de só por si assumir o pesado encargo de resolver esta grave situação, aliás as suas competências legais não permitem levar muito mais longe o esforço que tem desenvolvido. (32-33)

Os autores do documento acusam igualmente o estado de português de pactuar com a situação *sui generis* da manutenção do couto mineiro durante as décadas subsequentes à desativação efetiva da mina, não procedendo à sua expropriação, prolongando assim a existência de duas povoações e de quase um milhar de habitantes abandonados à sua sorte numa propriedade privada, em habitações degradadas, em condições de vida deploráveis (sem luz elétrica, saneamento básico, água canalizada). Os autores do documento referem a promessa de Cavaco Silva, então primeiro-ministro de Portugal, na sua visita à Mina em 1991, de levantar um inquérito perante a situação de abandono da aldeia e dos seus habitantes, o que nunca se veio a verificar (19). Os autores do documento citam também as declarações do sócio-gerente e representante em Portugal da La Sabina, Helmfried Horster, a um jornal nacional, em 1993, quando confrontado com a possibilidade da expropriação: “esta eventualidade” é “completamente excluída”. Seria “um escândalo nacional agravado pelo facto de Portugal ser um país da Comunidade Europeia” (31).

Perante esta posição, os autores denunciam como ‘escândalo internacional’ a situação de abandono e de miséria a que a La Sabina, com a conivência do estado português, deliberadamente votou as populações locais durante trinta anos, pretendendo depois extorquir-lhes dinheiro por habitações que, se não tiverem sido habitadas e conservadas pelos próprios, teriam há muito ruído:

Apesar de ter perdido os seus direitos de concessão mineira em 1984 e de ter a quase totalidade do parque habitacional ocupado por antigos funcionários e os seus

descendentes directos, a La Sabina mantem a sua irredutibilidade negocial, recusando-se a admitir a reestruturação do estatuto de propriedade destas localidades.

A sua atitude pode ser interpretada como de pura especulação imobiliária, uma vez que nos últimos trinta anos não realizou qualquer investimento válido, mantendo cativos dos seus vários interesses várias centenas de habitantes e impondo o desenvolvimento local de uma região com graves problemas sócio-económicos.

Neste sentido há uma pergunta que é legítimo colocar: Qual é a possível actividade económica de uma empresa mineira e turística, se esta já perdeu as suas concessões e depende da venda do seu património para poder investir qualquer capital? *Este sim, é um verdadeiro escândalo internacional para um país da União Europeia!* (31)

La Sabina é também acusada de ter apresentado, desde a década de 1980, sucessivas promessas vagas de projetos de desenvolvimento turístico, nunca concretizados, tendo mesmo em 1988 proposto à CMM “despejar na mina de São Domingos lamas tóxicas provenientes de dragagens no rio Elba. Em troca, oferecia um polidesportivo e outras compensações financeiras a negociar” (CMM, 1995: 14). A proposta, que foi depois negada, é alvo de duras críticas por parte dos autores deste documento:

Esta atitude revela bem a imagem que a La Sabina possui de Portugal, vendo-o como um país do Terceiro Mundo, a quem, primeiro, se esvazia das matérias-primas e, depois, se volta a encher com lixos da riqueza por outros transformada. Tudo isto em nome da criação de postos de trabalho. (15)

Em 1996, ultrapassou-se o impasse e foi firmado um acordo/contrato entre o estado português, a autarquia e a La Sabina (La Sabina, 2011). Na sequência deste contrato, e já no período de vigência de um novo executivo camarário, deu-se a transferência de zonas públicas e equipamentos comunitários para o domínio e gestão estatal, e a La Sabina encetou o processo de venda das habitações (cerca de 1.600) aos seus locatários ou a potenciais interessados, maioritariamente descendentes de habitantes locais. No decurso do supracitado acordo, e com recurso a programas de financiamento comunitário, o município de Mértola iniciou um programa de reabilitação da aldeia, com vista à sua regeneração económica e social por via do turismo. O município elaborou um ‘Plano de Ação Estratégica’ para a Mina de São Domingos, coordenado pelo arqueólogo e historiador Miguel Rego, que, a partir de uma conceção holística de desenvolvimento, destacou os “quatro grandes vectores de intervenção” do Plano:

o vector económico, que tem a ver com a dinamização do tecido económico da Mina, na perspectiva de que o turismo tenha aqui um papel importante; vem, depois, a questão patrimonial e urbanística, ligada a uma intervenção do ponto de vista da dignificação da

ruína da mina que importa fazer, até para valorizar a aldeia do ponto de vista turístico; em seguida, a perspectiva social – por um lado, há uma população muito envelhecida, que necessita de cuidados particulares, uma população muito fragilizada do ponto de vista económico, há que dar a essas pessoas condições diferentes e, por outro lado, há alguns jovens, sendo preciso criar estruturas que façam com que eles se fixem aqui, criar alternativas económicas que os levem a fixar-se; e, por último, o vector cultural, que tem a ver com a investigação histórica, a valorização da ruína, porque todos estes aspectos se interligam uns nos outros. (*Alentejo Ilustrado*, 2003)

Miguel Rego defendia o envolvimento de várias entidades locais, tais como a autarquia, a junta de freguesia de Corte do Pinto, a empresa La Sabina, a Misericórdia, o Centro Social de Montes Altos (aldeia próxima), o Campo Arqueológico de Mértola e a Associação de Defesa do Património de Mértola, na implementação deste Plano de Ação. O Plano tinha o fito original de mobilizar a requalificação urbanística da aldeia, a musealização e dinamização turística da mina, a par do estabelecimento de estruturas sociais de apoio à população idosa (nomeadamente a fundação de um lar de terceira idade), com vista ao objetivo último e integrador da fixação da população jovem e da melhoria das condições de vida (económicas, sociais e culturais) da população residente. Miguel Rego descreveu a criação do lar da terceira idade como “a pérola da coroa”, e que deveria gerar cerca de 40 postos de trabalho (*Alentejo Ilustrado*, 2003: 8-9).

Neste contexto, e já em meados da década de 2000, o município procedeu à instalação da rede de saneamento básico (inaugurada em 2004), à transformação da represa de maiores dimensões (Tapada Grande) numa moderna e bem equipada praia fluvial, assim como à beneficiação de alguns espaços comunitários, tais como o antigo cineteatro, o mercado, o Centro Republicano 5 de Outubro, o Clube Recreativo e Musical e o jardim da direção (2004-2005).

No decurso do acordo firmado, a Câmara Municipal de Mértola e a La Sabina cofundaram, em Novembro de 2004, a Fundação Serrão Martins, com o objetivo de coordenar a implementação e coordenação de espaços museológicos e de documentação sobre a história da mina, atividades culturais diversas de cariz cultural e científico, assim como promover e dinamizar atividades de índole turística na Mina de São Domingos e em toda a área do antigo couto mineiro. Com vista à prossecução destes fins, as entidades fundadoras doaram à instituição os edifícios do cineteatro e do clube musical e as habitações, que viriam a dar origem à Casa do Mineiro, da estação de caminho-de-ferro do Pomarão, bem como uma área

demarcada do complexo mineiro (nomeadamente em torno da corta e do complexo industrial da Achada do Gamo) (Cartório Notarial de Almodôvar, 2004).

A La Sabina, reconstituída em 1993 em Sociedade Mineira e Turística SA, procedeu, no início da década de 2000, com a ajuda de fundos comunitários e do capital realizado com a venda das habitações aos seus locatários, à recuperação e à transformação do antigo edifício da administração da Mason & Barry na Estalagem São Domingos, um moderno hotel de 4 estrelas, dispondo de 31 quartos, bar, restaurante, jardim e piscina, que foi inaugurado em 2005 e teve um custo de 1 milhão de euros (Hotel São Domingos, 2011; *Alentejo Popular*, 2004). Através do seu sítio da internet, a empresa convida os potenciais investidores a associar-se a si, no desenvolvimento de um conjunto de negócios diversos ligados à atividade turística, particularmente nas áreas do alojamento (construção de um parque de campismo na Mina de São Domingos e de um hotel no Pomarão) e da animação (instalação de equipamentos e de dinamização de atividades de lazer e desporto de natureza, aventura e náuticos) (La Sabina, 2011).

3. A conversão turística da Mina de São Domingos

Em 2004, e integrado nos objetivos do Plano de Ação Estratégica, o município organizou um programa comemorativo do 150.º aniversário da povoação, que incluiu a edificação de um monumento de homenagem aos mineiros (uma escultura do artista local Jorge Castanho, intitulado Monumento ao Mineiro (Des)conhecido), a realização de colóquios, de eventos musicais e de uma exposição temporária (com a designação ‘Mina de São Domingos: 150 Anos de História’), a publicação de uma fotobiografia da mina, de um livro alusivo à conceção do Monumento e de um CD-ROM⁴¹ sobre a história da povoação, com depoimentos de vários habitantes (e antigos operários) (Rego, 2004a; Castanho, 2004; Rego, 2006). O aniversário da aldeia, e as iniciativas comemorativas, com particular destaque para a exposição, amplamente divulgadas na imprensa nacional e regional, atraíram à aldeia milhares de visitantes, vindos de todo o país, obrigando mesmo ao adiamento do fecho da exposição, de 30 de Setembro para 31 de Dezembro (*Alentejo Ilustrado*, 2004).

⁴¹ Apesar de se inserir no programa de comemorações, este CD-ROM, cuja edição foi cofinanciada ao abrigo do Projeto Interreg III-A, e por isso não foi distribuída comercialmente, foi apenas lançado em 2006.

A exposição, descrita pelos organizadores como “o primeiro passo numa estratégia de revalorização e dignificação da memória da aldeia” (Rego, 2004b), e que terá tido cerca de 22.000 visitantes (*Alentejo Ilustrado*, 2004), foi seguida de uma outra, em 2005, intitulada ‘O Rosto que Olha para a Terra’, e que abordava duas temáticas mais específicas ligadas à história da povoação, nomeadamente as lutas operárias em São Domingos e a biografia de António Manuel Serrão Martins, primeiro presidente da Câmara Municipal de Mértola pós-25 de Abril, prematuramente falecido em 1982. Mais uma vez, o elevado número de visitantes – superior a 12.000 – justificou o prolongamento da exposição, face ao inicialmente previsto (*Diário Online Algarve*, 2005).

Em Junho de 2006, foi aberto ao público o espaço Casa do Mineiro – Centro de Documentação, que, conjugando as vertentes museológica (recriação de uma casa típica de uma família mineira de São Domingos) e documental (arquivo de espólio documental e material relativo à história da comunidade), foi concebido como “o primeiro polo permanente do Museu da Mina de São Domingos” (Câmara Municipal de Mértola, 2011). No mesmo mês, foi também inaugurada, desta feita em Montemor-o-Novo, uma exposição alusiva à história da Mina de São Domingos. Tratou-se de uma mostra conjunta – de fotografia, pintura e som/audiovisual – dos artistas António Cunha, Helena Lousinha e Pierre dos Santos, com o título ‘Mina de São Domingos: Olhares Sobre Um Lugar’, que durante cerca de ano e meio percorreu várias localidades do Alentejo, terminando na Mina de São Domingos em Novembro de 2007 (Cunha, Lousinha e Santos, 2006).

A par destas iniciativas municipais, iniciou-se também, em 2003, o processo de recuperação ambiental da Mina de São Domingos, levado a cabo pela EDM (Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA), cujas principais ações consistiram na elaboração de um estudo hidrológico e hidrogeológico-mineiro da corta e do complexo mineiro, na inspeção de barragens, na vedação, na sinalização e criação de pontos de observação em torno da corta e na reabilitação do edifício da antiga estação de caminho-de-ferro do Pomarão (EDM, 2011). Estas intervenções, concluídas em 2005, contribuíram de forma importante para atenuar os riscos de segurança inerentes à atividade turística no complexo mineiro, degradado e instável.

O INETI tem também desempenhado um papel importante na reabilitação e conversão da Mina para o turismo cultural e científico, particularmente no seu domínio de especialidade e atuação: as geociências. Este organismo estatal foi responsável pela conceção e pela montagem de uma das salas da exposição comemorativa dos 150 anos, alusiva à formação,

geologia e exploração mineira de São Domingos, e também pela elaboração de um folheto informativo sobre esta temática. No âmbito do projecto ITUR, desenvolvido através do programa comunitário de apoio Interreg IIIA, com o objetivo principal de fomentar a valorização do património geológico e mineiro da Faixa Piritosa Ibérica, o INETI (em parceria com a CCDRA e o Município de Mértola – Fundação Serrão Martins) foi também responsável pela implementação de um percurso geo-eco-mineiro entre a corta da mina e o porto fluvial do Pomarão. Ao longo do percurso foram definidas cinco áreas principais de observação (corta, oficinas ferroviárias, Moitinha, Achada do Gamo e Pomarão), onde foram colocados painéis educativos, com informação técnica (sobretudo de cariz geológico) sobre estes locais (Matos e Martins, 2006: 298-99; Matos, Soares e Cardoso, 2006: 749).

Mais recentemente, e no âmbito dos objetivos que conduziram à sua constituição, a Fundação Serrão Martins tem vindo a organizar visitas guiadas temáticas à aldeia e ao complexo mineiro. A Câmara Municipal de Mértola tem sido também responsável, nos últimos anos, pela animação cultural de verão na zona da praia fluvial, promovendo atividades desportivas, uma biblioteca de verão, a projeção de filmes e a realização de eventos musicais.



Imagem n.º 1: Visita guiada ao complexo com o Sr. Marciano (antigo operário)

(Fonte: Luís Pinheiro da Silva)

Este programa concertado de reabilitação da aldeia e de recuperação e dinamização do seu património material e imaterial com vista à sua requalificação/regeneração económica e social por via do turismo cultural, a que o município deu o *slogan* “Raízes no Passado, Olhos no Futuro”, tem dado, ao longo dos últimos anos, frutos visíveis, nomeadamente o destaque periódico da Mina como destino turístico em diversos media e o incremento constante do número de visitantes e turistas, nacionais e estrangeiros, ao longo de todo o ano, mas com particular ênfase nos meses do verão. Em 2008, e em face da constatação de que a praia fluvial da Mina estava “quase no limite da sua capacidade”, atingindo nos fins de semana de Agosto cerca de 2,000 visitantes e turistas, o município de Mértola anunciou, em 2008, a construção de uma nova praia fluvial na mesma represa (Tapada Grande), com um custo estimado de 100 mil euros, que até à data não foi realizada (*Diário do Alentejo*, 2008a; *Diário do Alentejo*, 2008b; Mértola AM/FM, 2010).



Imagem n.º 2: Lazer na praia fluvial

(Fonte: Luís Pinheiro da Silva)

Este facto tem conduzido ao surgimento de problemas associados à atividade turística intensa: a sobrelotação (particularmente da praia fluvial e da própria aldeia) e conflitos de uso do espaço (entre visitantes; entre residentes e visitantes)⁴². O aumento da procura turística pela

⁴² Estes problemas foram salientados pelo então presidente da autarquia local, Jorge Pulido Valente, na comunicação oral apresentada no seminário transnacional ‘Herança das Minas’, realizado na Mina de São Domingos, em 25 de setembro de 2007, no âmbito do projeto ‘Green Mines – Gestão ambiental

Mina de São Domingos vem também evidenciar diversas fraquezas existentes, de cariz diverso, por exemplo ao nível da adequação da oferta de alojamento, de restauração, de equipamentos e atividades de animação, das acessibilidades e mesmo da conservação, reabilitação e dinamização do património edificado ligado à atividade mineira.

Com a saída de Miguel Rego da Câmara Municipal de Mértola, e do projeto, em 2006, o Plano de Ação Estratégica, que este especialista tinha idealizado para a povoação parece ter sido abandonado: o lar de terceira idade nunca foi concretizado, e as várias iniciativas projetadas no âmbito da musealização e dinamização turística de vários espaços da mina, de acordo com uma conceção de ‘museu de sítio’ ou ‘ecomuseu’, e que incluíam a criação de vários núcleos museológicos e a recuperação e reativação da linha férrea com fins turístico, não tiveram continuidade. Desde então, os diversos coordenadores da Fundação Serrão Martins têm-se limitado a gerir de forma minimalista as estruturas criadas por Rego, nomeadamente o espaço museológico Casa do Mineiro, realizando algumas exposições temporárias, montadas com alguns dos painéis elaborados para as exposições ‘Mina de São Domingos 150 Anos de História’ e ‘O Rosto que Olha para a Terra’ e organizando visitas guiadas à aldeia e ao complexo mineiro, muitas vezes em resultado de solicitações externas.

Não obstante estas limitações, a Mina de São Domingos possui um conjunto de características que, à partida, lhe conferem um grande potencial de afirmação como destino de qualidade no âmbito do turismo cultural. As características excecionais do seu jazigo sobreviveram à fase da exploração, destacando-se a estranha mas extraordinária paisagem dela decorrente, patente na corta inundada, na magnitude dos escombros que a ladeiam, na aridez do imenso vale junto à fábrica de enxofre da Achada do Gamo, nas ruínas das infraestruturas industriais, ou no carácter quase único da tipologia, de feição tipicamente industrial e britânica. Ao património natural e material junta-se a herança imaterial da sua rica história, um filão ainda por explorar, e que poderá contribuir – talvez de forma decisiva – para o desenvolvimento e enriquecimento da sua oferta museológica/cultural. A estas características locais alia-se a importância dos recursos naturais e culturais do município em que a mina está inserida. Neste âmbito, há a destacar (1) o reconhecido valor do património histórico-cultural da sede do concelho, patente na designação de Vila Museu e no *slogan* municipal “Mértola – terra de Cultura e beleza natural”, (2) a beleza paisagística e riqueza da fauna e flora autóctones, que conduziram, em

sustentável dos espaços atlânticos deteriorados devido às actividades mineiras’, cofinanciado pelo programa Interreg III-B – Espaço Atlântico.

1995, à criação do Parque Natural do Vale do Guadiana e, mais recentemente, à definição de uma estratégia de desenvolvimento de um turismo de natureza nesta área protegida.

Tal como em São Domingos, outras minas já desativadas da Faixa Piritosa Ibérica (Rio Tinto e Tharsis em Espanha e Aljustrel e Lousal, no Alentejo) procederam à musealização do património mineiro com vista à sua requalificação e dinamização turística, encontrando-se em estágios diversos deste processo. Desde há alguns anos que têm decorrido – e sido noticiados na imprensa regional – diversos encontros e reuniões intermunicipais com vista à candidatura da Faixa Piritosa Ibérica a Património da Humanidade (Câmara Municipal de Aljustrel, 2004; Câmara Municipal de Almodôvar, 2010). Também com o objetivo comum de “contribuir para o desenvolvimento integrado e harmonioso desta vasta região mineira”, foi constituído, em Maio de 2010, o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial da Faixa Piritosa, que engloba, numa primeira fase, cinco autarquias alentejanas e oito municípios espanhóis da região de Huelva, assim como a Associação de Defesa do Património de Mértola e o Instituto de Desenvolvimento Social (Câmara Municipal de Almodôvar, 2010). O estabelecimento destas parcerias poderá também ter um papel importante no desenvolvimento em rede destes sítios mineiros de referência.

Em 2009, a imprensa regional noticiou igualmente a realização de uma reunião e de uma parceria regional envolvendo diversos municípios do Baixo Alentejo, a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e a entidade regional de turismo (Turismo do Alentejo), com vista ao desenvolvimento de uma Rota do Turismo Mineiro (*Diário do Alentejo*, 2009). Em Abril de 2010, teve início o projeto REHMINE, um projeto de investigação intitulado ‘Contribuição da Responsabilidade Social das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável’, desenvolvido por uma equipa multidisciplinar de investigadores ligados ao SOCIOS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações) do ISEG e à UTL, financiado pela FCT. Segundo a informação disponível no sítio do projeto na internet,

O objectivo maior deste projecto é contribuir para a maximização do valor gerado pela reabilitação de brownfields ou áreas industriais degradadas/poluídas, através da elaboração de um modelo conceptual de apoio à decisão, que integre os interesses das partes interessadas (stakeholders), tendo como base os princípios da responsabilidade social das organizações e do desenvolvimento sustentável. O projecto toma como estudo de caso a Mina de São Domingos e a reabilitação ambiental e socioeconómica a executar pela EDM, Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA e outras (potenciais) entidades. (RHEMINE, 2012).

No âmbito deste projeto, foram realizados vários encontros científicos na Mina de São Domingos, com a participação de especialistas das áreas do Turismo, do Planeamento do Território e Ambiente, do Desenvolvimento Rural e da Participação Social, com entidades locais e também com as populações. Foram recentemente realizados igualmente inquéritos aos residentes e aos visitantes⁴³ (RHEMINE, 2012).

3.1. O Programa de Comemorações dos 150 Anos da Mina de São Domingos

Como já referido acima, o ano de 2004 ficou marcado por diversas obras de requalificação de infraestruturas da aldeia da Mina de São Domingos, que vieram beneficiar a qualidade de vida das populações e constituíram igualmente passos importantes para a conversão turística da povoação. A autarquia organizou também uma série de iniciativas por forma a comemorar os 150 anos de existência da aldeia, simbolizados pelo registo de descoberta da mina por Nicolau Biava em 1854. Na verdade, a exploração moderna do jazigo só viria a iniciar-se em 1858, e a aldeia começaria a edificar-se nos anos seguintes. Como supramencionado, este programa de comemorações incluiu a inauguração de um monumento aos mineiros, a realização de colóquios, de espetáculos musicais e de uma exposição temporária no antigo cineteatro da aldeia, intitulada ‘Mina de São Domingos – 150 anos de História’, e o lançamento de duas publicações comemorativas.

A preparação desta exposição, e do programa de comemorações, mereceu o destaque da imprensa regional, que começou a noticiar, com largos meses de antecedência, as várias iniciativas que integrariam o programa de comemorações, a abordar os 150 anos da história da povoação mineira e a realçar a sua importância patrimonial e o seu potencial turístico. Por exemplo, o jornal regional *Diário do Alentejo* dedicou o número de Fevereiro de 2003 do *Alentejo Ilustrado* (separata cultural deste semanário) à Mina de São Domingos, intitulado ‘S. Domingos, uma pérola da arqueologia industrial em Portugal’, no qual o arquiteto Rui Carvalho, ligado à autarquia, defendeu “o carácter singular da Mina de S. Domingos”:

⁴³ A autora deste estudo foi contactada pela equipa de investigação deste projeto, no sentido de facultar os dados relativos aos inquéritos realizados aos residentes e aos visitantes da Mina de São Domingos em 2008. Dado que o trabalho estava ainda em curso, a autora facultou apenas os modelos dos inquéritos, bem como alguns resultados preliminares da análise dos inquéritos aos visitantes, apresentados em Setembro de 2010 na conferência internacional ‘Tourism and Seductions of Difference’, e no âmbito da comunicação intitulada ‘Tourism is ordinary: motivations and activities of the São Domingos mine’s tourists’, que se encontra no volume de anexos e apêndices.

Esta povoação foi constituída como uma aldeia patronal. Foi um modelo que restringia a população operária face a uma ordem estabelecida pela entidade patronal, não só social mas também do ponto de vista físico, através dos próprios espaços e das construções. Tudo foi organizado em função de estatutos sócio-profissionais – operários, operários qualificados, técnicos superiores ou quadros e dirigentes. Havia uma segregação desses sectores da comunidade que se traduziu no urbanismo e na arquitectura. O facto de a aldeia ter mantido essa matriz por ser uma povoação no interior e no espaço rural, não tendo estado sujeita ao desenvolvimento normal, como acontece noutros sítios, fez com que permanecesse intacta do ponto de vista dessa matriz urbana, o que a torna um caso único na Península Ibérica, assim tão preservada e com estas características. (*Alentejo Ilustrado*, 2003: 7)

A inauguração da exposição, que coincidiu com o lançamento dos livros comemorativos *Fotogramas da Memória* e *Monumento ao Mineiro (Des)conhecido*, e que contou com a presença de diversas individualidades e entidades nacionais, foi igualmente noticiada na imprensa regional (*Diário do Alentejo*, 2004a; *Diário do Alentejo*, 2004b; *Diário do Alentejo*, 2004c; *Jornal Alentejo*, 2004; *Alentejo Popular*, 2004). A sala principal do antigo anfiteatro encheu por completo na sessão inaugural, que se iniciou com a atuação do Grupo Coral da Mina de São Domingos, e contou com as intervenções do presidente da Câmara Municipal de Mértola, Jorge Pulido Valente, e do coordenador do programa das comemorações, Miguel Rego. Pulido Valente descreveu as comemorações como “uma acção de reencontro emocionante, e emocionado com o passado, (...) uma festa, (...) uma acção festiva de mobilização geral, para que possamos dar início a uma nova etapa na Mina de S. Domingos” (*Jornal Alentejo*, 2004: 12). O autarca salientou igualmente as iniciativas municipais já realizadas e previstas que iriam permitir:

não no curto prazo, mas no médio prazo realizar vários investimentos estruturantes, e construir equipamentos sociais, culturais, desportivos, religiosos que melhorem as condições de vida das populações e que através de uma aposta clara no desenvolvimento do turismo, vamos criar aqui uma base económica que sustente a população residente, e aquela que sendo de cá teve que sair mas que pretende voltar para as suas origens. (*Jornal Alentejo*, 2004: 12)

Na sua intervenção, Miguel Rego frisou que a exposição era fruto do trabalho de uma grande equipa e que a exposição que então se inaugurava constituía apenas uma pequena amostra da “riqueza daquela gente e daquela terra”, de que era difícil dar conta:

(...) chegar lá é quase impossível, esta terra durante anos foi delapidada, foi roubada, foi abandonada e nós também temos muita responsabilidade, mas ainda estamos a tempo de recuperarmos alguma coisa (...). A maioria das coisas que estão aqui vieram da lixeira, vieram da equipa que esteve aqui a trabalhar, a andar por aí a recolhê-la e portanto, se

isto foi possível com o que andava aí na lixeira, também é possível com aquilo que alguns de nós temos em casa (...) (*Jornal Alentejo*, 2004: 13)

Com estas palavras, Miguel Rego aludia decerto à recusa de alguns habitantes presentes de facultar objetos e fotografias relativos à história da mina, apesar dos esforços envidados pela equipa organizadora da exposição. Esta atitude não deixa de ser compreensível no quadro da história de contínua espoliação de que esta população foi alvo. Esta sessão inaugural incluiu também o lançamento do livro *Fotogramas da Memória*, que contém várias dezenas de reproduções de fotografias antigas e de postais ilustrados de vários momentos da história da mina, provenientes da La Sabina, do arquivo do Instituto Geológico e Mineiro (atual LNEG), da *Ilustração Portuguesa* e de particulares (nomeadamente José Manuel Vargas da Cruz, José Damásio Ribeiro e António Abecassis Vargas dos Santos Pessegueiro) (*Diário do Alentejo*, 2004a; Rego, 2004a).

Um dos pontos altos do programa das comemorações consistiu sem dúvida na visita do Presidente da República, Jorge Sampaio, em 16 de Abril de 2004, que se deslocou à Mina de São Domingos para inaugurar a escultura 'Monumento ao Mineiro (Des)Conhecido', ofertada à população por Jorge Castanho, artista originário desta localidade, assim como para "verificar o andamento dos projectos para a localidade apresentados na presidência aberta ao distrito de Beja realizada em Março de 2002" (Rego, 2006; *Jornal Público*, 2004).



Imagem n.º 3: O discurso de Presidente Jorge Sampaio no coreto (16/04/2004)

(Fonte: João X. Matos – LNEG)

O Presidente falou à população do coreto do 'Jardim da Direção', onde foi erigida a escultura inaugurada, e ter-se-á emocionado “ao enaltecer “o sentido de comunidade” que se vive no Alentejo:

“Desejo um país mais solidário, equilibrado e desenvolvido, mas não é possível fazer um Portugal assim sem esses factores”, afirmou Jorge Sampaio, num discurso emotivo, perante centenas de populares e rodeado de crianças.

Depois de se congratular com o facto de alguns dos projectos de desenvolvimento da antiga localidade mineira já estarem a ser concretizados, o chefe de Estado elogiou a determinação dos alentejanos. “É este sentido de comunidade unida que se vive no Alentejo, expressa nos vossos cânticos e determinação, que eu gostaria de ver espalhado por todo o país” acentuou. (*Jornal Público*, 2004)

No âmbito do seu discurso e desta sua vinda à Mina de São Domingos, que incluiu uma visita à estalagem de São Domingos e à exposição comemorativa dos 150 anos de história da povoação, Jorge Sampaio afirmou ainda que “Portugal não pode ser um museu” (Rego, 2006), e defendeu a preservação e mobilização do património natural e cultural nacional em prol do “desenvolvimento humano”:

“Nós não queremos Portugal transformado em montra. Deve ser preservado o património e protegida a bio-diversidade e os ecossistemas, mas queremos que a história seja posta ao serviço do desenvolvimento humano, com equilíbrio e capacidade para que estas comunidades não desapareçam”. (*Jornal Público*, 2004)

A Exposição 'Mina de São Domingos: 150 Anos de História'



Imagem n.º 4: Vista exterior do recinto da exposição

(Fonte: Rego, 2006)

Como já referido, a exposição teve lugar no antigo cineteatro da povoação e foi inaugurada a 31 de janeiro de 2004; aquando da visita do Presidente da República, em 16 de abril, já tinha registado cerca de 10.000 visitas (Rego, 2006). O elevado número de visitantes levou a adiar o encerramento do certame, inicialmente previsto para 30 de setembro, para 31 de dezembro de 2004. Segundo a imprensa regional, a exposição contou com cerca de 30.000 visitantes, na sua maioria portugueses, e cerca de oitocentos estrangeiros, de trinta nacionalidades diferentes mas incluindo um número considerável de cidadãos da vizinha Espanha (cerca de cento e setenta), seguidos dos visitantes de origem francesa, inglesa e alemã (*Alentejo Ilustrado*, 2004).

A exposição dividiu-se em três salas; na primeira, correspondente ao espaçoso *hall* de entrada do edifício do cineteatro, encontrava-se a receção, onde era feito o acolhimento dos visitantes e facultado o programa da exposição e onde se encontravam expostas algumas publicações alusivas à história da Mina, disponíveis para venda, tais como os livros comemorativos, editados pela Câmara Municipal de Mértola, *Fotogramas da Memória*, *Monumento ao Mineiro (Des)conhecido* e ainda o recém-publicado *Roteiro da Mina: Mina de S. Domingos*, da autoria de António Martins, um habitante local. Nesta sala de grandes dimensões, encontravam-se apenas dois objetos: a ata da Câmara Municipal de Mértola, que registava o pedido de descoberta legal da mina, solicitado pelo piemontês Nicolau Biava em 1854, e, junto ao documento, num plano inferior, encontrava-se uma peça mecânica, coberta de ferrugem e impossível de identificar.



Imagem n.º 5: Sala n.º 1 da exposição

(Fonte: Rego, 2006)

No programa da exposição, o seu coordenador, Miguel Rego, justifica o cariz relativamente minimalista ou despojado da exposição, em geral, e desta primeira sala, em particular, nomeadamente pelo facto de pouco ter restado da espoliação completa que marcou o processo de falência da empresa e as décadas de abandono dos equipamentos e das infraestruturas, algo que já tinha de resto frisado por altura da inauguração da exposição (*Diário do Alentejo*, 2004b: 18; Rego, 2004b). Este autor volta a salientar esta ideia na referência às peças expostas nesta primeira sala:

Olhamos nesta sala a acta da Câmara Municipal de Mértola que regista o pedido de descobridor legal solicitado por Nicolau Biava, corria o ano de 1854. Lado a lado, uma peça disforme, quase transformada num pedaço de sucata, como que representando o princípio e o fim deste gigante complexo industrial ao qual quase tudo foi retirado. O minério, o equipamento, as estruturas, os homens... *mas sobra a memória!* (Rego, 2004b)

A caminho da segunda sala, uma reprodução fotográfica de grandes dimensões, de uma imagem de 1908, mostrava alguns mineiros à boca da mina, prestes a iniciar o seu turno (ver imagem acima). A exposição da segunda sala, organizada pelo então INETI (agora LNEG), abordava a história e a natureza geológica do jazigo mineral de São Domingos, enquadrando-o na Faixa Piritosa Ibérica, “uma província metalogenética de jazigos de sulfuretos maciços vulcanogenéticos de classe mundial” (Rego, 2004b). Esta sala continha diversos painéis com mapas e cartas geológicas e representações da cartografia da mina, que foi explorada a uma profundidade máxima superior a 400 metros. Além disso, eram exibidos nesta sala “exemplares de minérios, de escórias, de rochas vulcânicas e sedimentares, de minerais e de fósseis que exemplifica[va]m a riqueza e a diversidade geológica do sítio mineiro” (Rego, 2004b).



Imagem n.º 6: Sala n.º 2 da exposição

(Fonte: João X. Matos – LNEG)

A terceira sala, que constituía o espaço nobre e mais amplo da exposição, correspondente à sala propriamente dita do cineteatro antigo, onde se realizavam diversos espetáculos mas principalmente sessões cinematográficas, exibia agora um conjunto muito diversificado de objetos, que retratavam as várias dimensões (laboral, social e cultural) da vida e da história da povoação. O espaço central era dominado pelos objetos de maiores dimensões, que eram igualmente destacados no programa da exposição:

(...) olhamos uma vagoneta que transportava o minério desde o interior da mina; estancamos o nosso olhar no primeiro elevador que levou e devolveu à superfície milhares de homens; contemplamos objectos tão simples como o rodo, o picareto, o maço, o crivo. Objectos de mil histórias que podemos imaginar e recintar na ilusão que cada um deles transpira. (Rego, 2004b)



Imagem n.º 7: Sala n.º 3 da exposição (vagonete e crivo)
(Fonte: Rego, 2006)



Imagem n.º 8: Sala n.º 3 da exposição (elevador)
(Fonte: Rego, 2006)



Imagem n.º 9: Sala n.º 3 da exposição (objetos mineiros)

(Fonte: João X. Matos – LNEG)

Além das máquinas e ferramentas associadas ao labor mineiro subterrâneo e das oficinas de fundição ou serralharia, esta mostra incluía também objetos diversos evocativos da vida profissional, tal como os pequenos cestos de verga onde os mineiros levavam a magra refeição para a mina ou os gasómetros que iluminavam o breu subterrâneo; além destes, outros objetos representavam as duras condições de vida – por exemplo, os baldes provenientes das latrinas públicas revelavam a miséria das exíguas habitações operárias, desprovidas de instalações sanitárias. Da mesma forma, diversos objetos provenientes do hospital da mina, tais como os frascos de laboratório da farmácia, e o aparelho de raio-x, representavam simbolicamente os frequentes acidentes de trabalho, assim como a doença que terá afligido e matado muitas centenas (ou milhares?) de mineiros ao longo da mais de uma centena de anos da exploração, não só no interior da mina mas nas famigeradas fábricas de enxofre da Achada do Gamo.



Imagem n.º 10: Sala n.º 3 da exposição (aparelho de raio x)

(Fonte: Rego, 2006)

A luta dos mineiros por melhores condições de vida e de trabalho, uma constante ao longo da história da exploração mineira, pautada por tumultos e por greves, a crescente consciência de classe e a consequente formação de instituições operárias, das quais o sindicato mineiro, fundado na década de 1920 e desmantelado após a última greve de 1932, narrada nos painéis textuais, era igualmente simbolicamente representada, por exemplo, na exibição do estandarte do sindicato:



Imagem n.º 11: Sala n.º 3 da exposição (estandarte do sindicato mineiro)
(Fonte: Rego, 2006)

Os mineiros eram ainda evocados, em termos individuais, através de um painel constituído por várias fileiras de chapas metálicas de identificação, onde estavam gravados os seus nomes e respetivos números:



Imagem n.º 12: Sala n.º 3 da exposição (chapas de identificação dos mineiros)
(Fonte: João X. Matos – LNEG)

A vida cultural da mina era também evocada através da exposição de diversos objetos pertencentes à banda filarmónica: “Ao fim da sala, junto do palco, o clarinete, a pauta, a estante, objectos de uma filarmónica fundada nos finais do século XIX e que acompanhou dezenas de procissões da aldeia, coloriu tardes de domingo no coreto, animou festas e comemorações.” (Rego, 2004b)



Imagem n.º 13: Sala n.º 3 da exposição (objetos da banda filarmónica)

(Fonte: João X. Matos – LNEG)

Todos estes objetos eram acompanhados, e complementados, por algumas imagens fotográficas de grandes dimensões, assim como por painéis textuais e com reproduções fotográficas, na sua maioria incluídas no livro *Fotogramas da Memória*. Nos painéis textuais era narrada cronologicamente a história da mina, dando conta de aspetos tão diversos como a edificação e o desenvolvimento da aldeia e do empreendimento mineiro e industrial propriamente dito (em termos técnicos e infraestruturais); as lutas e as instituições operárias políticas, sociais e culturais; as relações laborais, os acidentes de trabalho, os despedimentos e as prisões políticas; a visita de chefes de estado e outras individualidades; a atribuição de títulos nobiliárquicos aos sócios-gerentes da Mason & Barry, James Mason e Francis Tress

Barry; os problemas ambientais gerados pela exploração; doenças e epidemias; a visita de Ferreira de Castro à mina (1929)⁴⁴.

As reproduções fotográficas e de postais antigos ilustrados constituíam igualmente uma componente importante desta exposição, estando presentes em três formatos diferentes: dois painéis de grandes dimensões da entrada da mina estavam colocados estrategicamente à entrada da segunda sala (ver imagem acima) e na parede da sala principal correspondente ao final da exposição:



Imagem n.º 14: Sala n.º 3 da exposição (fotografia da entrada da mina)

(Fonte: Rego, 2006)

Os painéis textuais incorporavam igualmente diversas fotografias ilustrativas dos tópicos tratados nos textos; por fim, as fotografias eram igualmente projetadas num cenário colocado no palco do antigo cineteatro.

⁴⁴ Esta cronologia encontra-se também no CD-ROM editado no âmbito das comemorações dos 150 anos da Mina (Rego, 2006).



Imagem n.º 15: Sala n.º 3 da exposição (projeção fotográfica)
(Fonte: Rego, 2006)

Esta exposição, inserida no programa de comemorações dos 150 anos de existência da povoação, deu a conhecer a história desta povoação e desta comunidade mineiras, chamando a atenção para a importância não só deste jazigo mineral como também, e principalmente, para a envergadura deste empreendimento industrial e mineiro que é descrito no programa da exposição, bem como no livro comemorativo, como “um dos mais importantes e estruturantes investimentos industriais jamais realizados em Portugal” (Rego, 2004a; Rego, 2004b). Contudo, a exposição inseria-se, como já referido acima, num plano estratégico mais amplo, e dilatado no tempo, de requalificação económica e social da localidade, e, tal como o seu coordenador clarifica no programa da exposição, constituía uma iniciativa primeira (e pioneira) da “revalorização e da dignificação da memória” da comunidade mineira” e “da recolha do espólio que se salvou da espoliação a que a Mina de S. Domingos esteve, e está, sujeita depois do encerramento da mina, com o objectivo de criar o museu de sítio da aldeia mineira” (Rego, 2004b).

Fotogramas da Memória

A publicação deste livro de fotografias antigas constituiu uma das iniciativas levadas a cabo no programa de comemorações dos 150 anos da Mina, e o livro foi lançado na sessão de inauguração da exposição, em 31 de janeiro de 2004. Neste livro estão reunidas 95

reproduções de fotografias e de postais ilustrados, a preto e branco, e que abrangem quase todo o período da história da mina, desde a década de 1860 até aos anos de 1950. A seleção fotográfica é igualmente abrangente em termos temáticos, retratando a exploração mineira propriamente dita, com a inclusão de fotografias da entrada da mina, da corta, do cais de embarque do minério, das locomotivas e vagões no caminho-de-ferro, das oficinas (vistas interior e exterior), da estação de trituração do minério, da central elétrica, das fábricas de enxofre da Achada do Gamo, do porto fluvial do Pomarão, entre outras.

O livro inclui igualmente diversas fotografias da aldeia, contendo vistas gerais do conjunto urbanístico e dos bairros operários, bem como imagens de diversos locais, tais como a represa principal, Tapada Grande, o palácio da direção, a praça da direção, ou o mercado. Um número muito considerável de imagens retrata igualmente as gentes de São Domingos, dando conta da hierarquia social e profissional: há fotografias de várias secções da empresa, tais como o pessoal do armazém geral, da oficina de carpintaria, do pessoal de enfermagem do hospital, ou do corpo de polícia privativa da empresa; há fotografias de mulheres a lavar roupa na ribeira de Chança, junto ao hospital, ou no mercado, a par de fotografias do staff superior – português e britânico nos jardins das suas espaçosas moradias, em festas, receções e casamentos.

Por fim, diversos outros registos da vida social e cultural estão igualmente patentes nesta publicação, que integra diversas imagens da procissão das festas de Santa Bárbara, santa padroeira dos mineiros, da visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima à Mina em 1951, de alunos e alunas do ensino primário, das equipas dos clubes de futebol rivais (e de diferente composição social), o Guadiana Futebol Clube e o S. Domingos *Football Club* (fundados em 1918 e 1922, respetivamente), de um circo ambulante que visitou a mina em 1910 ou ainda do funeral do enfermeiro António Mendes Gomes, sindicalista e defensor dos mineiros.

No breve texto introdutório de apresentação do livro, o presidente da autarquia, Jorge Pulido Valente, evoca a capacidade de estas fotografias “estáticas, aparentemente sem vida” darem conta da multiplicidade de experiências que compuseram a história e a vida da povoação e da sua comunidade, transmitindo ao leitor “os instantes, os momentos, os acontecimentos de um mundo de intenso movimento, ruídos, sons, cheiros, cores, sensações, sentimentos, sofrimentos dores, tristezas e alegrias, como era o da Aldeia das Minas de São Domingos e do porto do Pomarão” (Rego, 2004a: 5). Pulido Valente destaca a vida de sofrimento dos mineiros, mas contrasta-a positivamente com o presente da aldeia, considerando-os “muito

ricos em vivências, em actividades, em novidades, em experiências” (5). O autarca reconhece que as fotografias poderão fomentar “uma visão romântica” dos tempos em que a Mina atingiu o “auge de exploração e da vida urbana”, chamando a atenção para a necessidade de não esquecermos “os dramas humanos que a História ou “estórias” ainda hão-de contar” (5).

Também Miguel Rego, na sua introdução ao livro, contrasta o presente e o passado da povoação, enfatizando o processo de despovoamento, espoliação e degradação não só infraestrutural mas também económica e social da aldeia decorrente do encerramento da mina. O autor contextualiza o objetivo das comemorações de “registar alguns desses momentos da vida desta terra” e, sobretudo, de “procurar mostrar e dignificar o passado de uma comunidade que vive ainda muito da lembrança de um tempo em que a Mina de S. Domingos era uma amálgama de gentes variadas” (8). Rego considera que este livro de imagens constitui “uma peça fundamental neste projecto de dignificação da Mina de S. Domingos” (9):

Este volume permitirá olhar a ruína antes dela. Devolver a roupagem humana ao vazio que sufoca esta paisagem centenária, mas que atrai pela rara beleza que encerra. Mas acima de tudo, vem devolver o respeito a todos aqueles que deram o seu contributo para o funcionamento deste grande empreendimento. Com este conjunto de fotografias, as ruas da Mina de S. Domingos voltam a encher-se de gente; o porto do Pomarão volta a receber os barcos que cruzarão o Atlântico para Norte com os porões cheios de cobre, prata e ouro; a banda de música volta a encher de bemóis o coreto do jardim (...)

(...)

As imagens reunidas neste volume são uma parte do que resistiu à fúria dos anos e dos homens. Apesar de residuais, são elementos fundamentais para compreender esta terra e a importância que ela teve no passado. São seguramente motivo de espanto para muitos de nós. Mas acima de tudo, o decifrar desta paisagem e do murmúrio calado de 150 anos.

O regresso não é possível.

Mas também não o será o esquecimento e a ignorância. (Rego, 2004a: 9)

Monumento ao Mineiro (Des)Conhecido

As comemorações dos 150 Anos da Mina de São Domingos incluíram a edificação de uma escultura encomendada pela Câmara Municipal ao escultor de origem local, a residir em Sevilha, Jorge Castanho. A par de *Fotogramas da Memória*, foi igualmente publicado o livro *Monumento ao Mineiro (Des)conhecido*, que documenta o processo de criação da escultura, incluindo um conjunto de desenhos e esboços do seu autor, bem como um breve texto do presidente da autarquia, intitulado ‘Que monumento?’, ‘Mineiro: nome de Homem’, um texto de evocação dos mineiros de São Domingos da autoria de Miguel Rego, e ainda a reflexão de

Mar Villaespesa, comissária de exposições e projetos de arte contemporânea de Sevilha, sobre o processo de criação da escultura.

Pulido Valente revelou o objetivo que norteara a decisão da Câmara Municipal “no quadro de uma estratégia de reconhecimento e valorização da Mina de S. Domingos, de erguer um monumento ao mineiro desconhecido que simbolize, evoque e homenageie o seu trabalho, a sua vida de sofrimento e perpetue a sua memória” (Castanho, 2004: 7). No seu texto evocativo, poético e pungente, Miguel Rego condensa metonimicamente na figura do mineiro desconhecido de São Domingos todos os operários mineiros que, pelo menos desde a época romana, laboraram e pereceram no subsolo de São Domingos, assim como todos aqueles que, desde tempos imemoriais e até à atualidade, têm desempenhado esta profissão que é decerto uma das mais difíceis, duras, arriscadas e penalizadoras da integridade física:

O mineiro de S. Domingos não tem nome. É uma massa enorme de homens que ali nasceu, ali trabalhou, morreu e voltou a baixar à terra, porque é isso que o mineiro acima de tudo sabe fazer. Mesmo quando escarra a morte.

(...)

O mineiro de S. Domingos não tem nome. É uma lápide anepígrafa, um hino de coragem na voz de todos aqueles que construíram uma obra de que só se conhece o nome do projectista. Mas em S. Domingos, um e outro são um mesmo nome. Desconhecido, mesclado na natureza da eternidade, um mesmo nome desde que os primeiros mineiros rasgaram a serra oxidada. É o mineiro. (Rego, 2004c: 26)

O autor descreve igualmente a dureza da rotina diária e semanal dos mineiros ‘modernos’ de São Domingos: a descida de mais de 900 lanços de escadas até ao piso 150, e, a partir daí, o percurso de elevador para as várias galerias que, separadas em 30 metros, iam até à profundidade cerca de 400 metros; as oito horas de trabalho (duramente conquistadas), seis dias por semana no interior da mina, com um breve intervalo para ingerir uma magra e pouco nutritiva refeição; as agrestes condições do trabalho diário e, no fim da jornada, a escalada dos mesmos 900 lanços de escadas para atingir de novo a superfície:

Durante seis dias por semana repetiam-se os mesmos gestos. Perfurar a rocha, abrir a braço a galeria rochosa que, quando resistia ao esforço hercúleo dos homens, se abalava com dois ou três tiros de dinamite. Depois, toda a pedra era baldeada a pá para uma “albarca” e carregada para a zorra que a traria à superfície. Oitocentos, novecentos, mil quilos de pedra sacados diariamente por cada dois homens em parelha, por cada canha. Agora um, depois o outro, revezando-se a rasgar a rocha dura, respirando o ar saturado das poeiras e a alta temperatura que invadia a contra-mina, comendo-lhes as faces gretadas e ressequidas. Os corpos estavam na maioria das vezes só cobertos por uns calções, gastos, deslavados, pouco mais que um trapo. A água ácida que escorria pelas paredes queimando os andrajos toscos que cada um trazia vestido. Os sapatos, se não

eram de borracha, em pouco tempo desapareciam pelo contacto com aquela água sulfurosa, ácida, abrasando ao contacto com as narinas. (Rego, 2004c: 14)

Rego evoca ainda, neste texto profundamente emotivo, os acidentes de trabalho, a revolta e as reivindicações dos mineiros por melhores condições de vida e de trabalho, a repressão policial, ordenada pela empresa e executada pelo estado português, sempre conivente com os interesses corporativos da Mason & Barry e contra os trabalhadores.

Na sua reflexão sobre a construção do monumento, Mar Villaespesa começa por discorrer sobre a arte pública, o seu direito de inserção no espaço público, refletindo também sobre a sua intervenção no processo de construção deste espaço (Villaespesa, 2004: 29). Dado o facto de a escultura ter sido encomendada por uma entidade política, a autora afirma a possibilidade e realidade da independência da criação artística, do papel social do artista e da capacidade da arte “de gerar pensamento crítico ao mesmo tempo que contribui para a recuperação da memória e do património colectivo” (31). A autora revisita também, de forma abreviada, a história milenar desta mina, a exploração moderna, as más condições laborais, as reivindicações e a repressão política, bem como o processo de falência da empresa e do êxodo da população mineira para outras regiões e países.

A autora percorre ainda o grande número de desenhos e de esboços através dos quais o escultor Jorge Castanho “procurava visualizar o personagem protagonista deste trabalho: o mineiro” (41). Villaespesa traça igualmente o modo como o escultor procurou visualizar e evocar o mineiro, e idealizar a sua obra, inspirando-se na observação das poucas estruturas edificadas – e em contínuo processo de destruição – do complexo mineiro, nomeadamente o antigo cais de embarque do minério, hoje com a aparência de um grande muro, que Jorge Castanho terá apelidado de “muro das lamentações”: “(...) o seu imponente volume e a imensa riqueza de texturas converte-o, de algum modo, num reservatório de memória da mina, num monumento a si mesmo.” (42)



Imagem n.º 16: Antigo cais de embarque do mineral
(Fonte: Maria João Ramos)



Imagem n.º 17: Antigo cais de embarque, visita guiada ao complexo mineiro
(Fonte: Luís Pinheiro da Silva)

A autora descreve ainda como a configuração final do monumento se inspirou nas ruínas, em estado contínuo de degradação, de uma das fábricas de enxofre da Achada do Gamo:

Estas incursões levam a encontrar-se com as antigas fábricas da velha mina, hoje totalmente em ruínas, que diariamente se desmoronam, como o comprovou Castanho nas várias visitas que ali realizou, vendo desmoronar-se imponentes placas de betão armado das duas torres que configuravam uma das fábricas (hoje em dia é impossível evitar a visão destas duas torres feridas de morte, neste caso, tanto pelo movimento dos capitais, como pelo peso do tempo, sem estabelecer um delirante paralelismo com as torres gémeas, conferindo ainda maior estranheza a toda aquela paisagem “futurista”). É precisamente a imagem de uma destas torres que finalmente Jorge Castanho resgata das ruínas e se apropria dela para representá-la, reduzindo-a às suas linhas construtivas mais elementares, enterrando no seu interior a figura do mineiro. (Villaespesa, 2004: 52)



Imagem n.º 18: Ruínas da fábrica de enxofre da Achada do Gamo
(Fonte: João Miguel Pinheiro da Silva)



Imagem n.º 19: Monumento ao Mineiro (Des)conhecido
(Fonte: Daniel Teixeira)

Tal como Mar Villaespesa explica, a torre tem 5 metros de altura por 2.5 metros de base. A estrutura interna vazia pretende representar o esvaziamento das estruturas da fábrica da maquinaria que um dia albergou. A escada colocada no seu interior é, de acordo com a explicação da autora, especialmente simbólica:

(...) uma escada principalmente simbólica e com uma forte carga tanto poética como psicológica, pela sua capacidade de ligar não o óbvio – superfície/subsolo – mas sim o “céu” e a “terra” ou, se tivermos em conta os documentos sociológicos e os testemunhos dos mineiros, o “inferno”.

A escada, pode-se subir por ela, conduz a uma altura que permite uma visão zenital, ao mesmo que distancia e ajuda a escutar as razões, não apenas do passado mas também do presente. No entanto, não é possível baixar para lá do nível do solo, apesar da escada se introduzir na terra, pois o espaço representativo do subsolo no monumento, onde está representado o mineiro, está coberto por placa de vidro que não podemos atravessar. A impossibilidade de baixar até ao último degrau da escada, e a visão do mineiro confinado debaixo da fronteira transparente, provoca o desejo de que não existam fronteiras – aqui e ali –, de que não se volte a baixar à terra na condição de “escravo” com que o fizeram os trabalhadores da Mina de S. Domingos, tal como ainda acontece em tantos lugares, próximos e distantes, deste planeta. (Villaespesa, 2004: 54-55)

A autora interpreta ainda a simbologia que se pretendeu imprimir à escultura do mineiro, em bronze, ‘presa’ na parte ‘subterrânea’ do monumento, que apenas podemos vislumbrar de cima e através do vidro:

A figura simbólica do mineiro, fundida em bronze e encerrada na terra, está em posição de trabalho, uma posição incómoda que força o olhar do espectador e o faz sentir-se, também ele, incómodo. Tratada com um tipo de realismo próximo do chamado “realismo socialista” da escola russa, só vemos as fortes costas e os braços musculosos, enquanto que as pernas se fundem na terra. Ao ver-se apenas um fragmento do corpo deste personagem central, aumenta o desassossego que já provocava a figura ali enterrada, ao mesmo tempo que obriga à reflexão, roçando o espaço de uma poesia crítica ou de uma poética política em busca de sentido. (Villaespesa, 2004: 55)

Apesar de não ser possível ver o rosto do mineiro, que olha para a terra, Villaespesa lembra que ele não tem só um rosto, como também um nome, mesmo que não saibamos qual é, sendo o propósito do monumento constituir uma memória individualizada (ainda que impossível) de todos e de cada um dos mineiros de São Domingos:

Da figura, muito menos vemos o rosto que olha para a terra, que olha os negros intestinos (como escrevia Ferreira de Castro), o que não significa que não o tenha. Também tem nome, se bem que não saibamos se é Manuel, Francisco, Valentim, ou o que cada um ponha a este representante de um colectivo que foi composto por mais de três mil

mineiros na primeira década do século XX, para baixar a pouco mais de mil, em meados do século. Todos com nome, todos conhecidos.

Recuperar a memória de cada um deles, assumindo essa impossibilidade técnica, é o que pretende este monumento *Ao Mineiro (des)Conhecido (...)*. (Villaespesa, 2004: 55)

Por fim, a autora refere ainda a localização escolhida para albergar o monumento, também ela com uma forte carga de significação, uma vez que quebrou a segregação espacial que separou a comunidade operária do *staff* britânico e português, e colocando-a num espaço que, com raras exceções, esteve sempre vedado aos operários e suas famílias: nomeadamente o jardim e a praça da administração, ladeados pelas moradias do pessoal técnico e administrativo superior:

O monumento *Ao Mineiro (des)Conhecido* ocupa, melhor dizendo, *okupa*, finalmente o lugar que tantos anos lhe esteve vedado na totalidade, um pequeno bosque de eucaliptos na periferia do jardim que rodeava as casas dos engenheiros e directores ingleses da mina. Agora repousa em paz junto a esse jardim. (Villaespesa, 2004: 64)

Exposição 'Do Rosto que Olha para a Terra'



Imagem n.º 20: Vista exterior da exposição 'Do Rosto que Olha para a Terra'

(Fonte: Maria João Ramos)

No âmbito do projeto de recuperação e musealização da história da povoação e da memória da sua população, e cumprindo a intenção que tinha sido manifestada publicamente, noticiada na imprensa, por altura do encerramento da exposição 'Mina de São Domingos – 150 Anos de História' (*Alentejo Ilustrado*, 2004: 6), foi inaugurada em Março de 2005, também no cineteatro, a exposição temporária com o título 'Do Rosto que Olha para a Terra'. Este

certame, que deveria terminar no final de Setembro, contou com a presença de cerca de 12.000 visitantes, o que motivou o seu prolongamento até ao final do mês de Outubro.

Esta exposição tinha uma configuração espacial semelhante à anterior, estando dividida em três salas, coincidentes com a tipologia do cineteatro. Contudo, e em termos de organização, esta era uma exposição com um formato diferente, e composta por três mostras de cariz diferenciado. A primeira sala, correspondente ao *hall* de entrada do cineteatro, albergava uma exposição intitulada 'Serrão Martins – Fotobiografia', onde através de diversos painéis com fotografias e textos se evocavam a vida e o percurso político de Serrão Martins, primeiro presidente da câmara de Mértola após o 25 de Abril (1976-1982) e impulsionador do desenvolvimento dos importantes projetos de cariz cultural e museológico que transformaram a localidade em 'Vila Museu'. A homenagem ao autarca incluiu igualmente a publicação do livro *Serrão Martins – Fotobiografia*, prematuramente falecido em 1982.

Na segunda sala, de menores dimensões, estava exposto um conjunto de fotografias sobre a aldeia mineira, de diversos autores, participantes num concurso fotográfico dinamizado pela autarquia, intitulado 'I Bienal de Fotografia António Maurício Vargas'.



Imagem n.º 21: Sala n.º 2: Exposição de trabalhos fotográficos

(Fonte: Luís Pinheiro da Silva)

Por fim, na terceira sala, correspondente ao auditório do cineteatro, estava patente uma exposição alusiva à história da povoação, composta por painéis que combinavam informação

textual e reproduções de fotografias antigas, bem como alguns expositores de objetos ligados à mina.



Imagem n.º 22: Pormenor da sala n.º 3 (objetos mineiros e painéis)

(Fonte: Luís Pinheiro da Silva)

Em termos de conteúdo, esta exposição era menos generalista do que a exposição comemorativa dos 150 anos, focando de forma mais direta e aprofundada as lutas operárias, a organização e as instituições operárias, e abordava em particular a greve de 1932, que durou cerca de um mês (com início a 12 de Outubro) e gerou uma forte repressão policial, despedimentos, a prisão dos dirigentes sindicalistas e ditou o encerramento do sindicato e o fim da publicação do jornal *A Voz do Mineiro*, editado por este órgão sediado na Mina de São Domingos. Estes temas eram abordados nos painéis textuais, que citavam fontes históricas da época, incluindo documentos do sindicato mineiro e relatórios da GNR.



Imagem n.º 23: Painel informativo – ‘São Domingos e a greve de 1932’

(Fonte: Luís Pinheiro da Silva)

Nos painéis, a greve de 1932 é inscrita no contexto político nacional coevo e, em particular, no quadro da deriva ditatorial fascizante. O ano de 1932 é descrito como “um ano fatídico para a jovem República portuguesa”, sendo referidas algumas das medidas políticas que coartaram os direitos e as liberdades constitucionais e deram início à repressão de todas as manifestações e dos movimentos de cariz oposicional. Neste e noutros painéis estavam inscritos e eram listados, em marca de água, os nomes de operários de São Domingos.

O papel das mulheres nesta greve não foi esquecido. Num dos painéis da exposição podia ler-se, sem serem identificadas as fontes: “As companheiras ocupam o mais importante papel nos protestos públicos, demonstrações e encorajamento. Há heroicas companheiras feridas já pela violência da cavalaria da GNR que com a cumplicidade da Empresa, procura aniquilar a cozinha comum, constroem os mineiros a ir trabalhar e os mineiros abandonam os povos onde vivem.”



Imagem n.º 24: Painel informativo – ‘São Domingos: as mulheres na greve de 1932’

(Fonte: Luís Pinheiro da Silva)

Nesta sala encontrava-se ainda exposto um documento da época em que eram enumeradas, numa tabela, as despesas médias mensais da família de um mineiro composta por três pessoas – o mineiro, a sua esposa e um filho – demonstrando que o salário recebido era insuficiente para lhes fazer face:

Designação dos géneros	Preços	Observações	Consumo de 3 pessoas em 7 dias
Pão «barato» . . .	\$20	(0,800 grs.) 10 1/2	2\$10
Pão caro . . .	1\$50	(0,800 grs.) 3	4\$50
Peixe (sardinha e carapau).	100/14\$00		7\$20
Café.	14\$40		4\$50
Assucar	4\$00		4\$00
Batatas	1\$00		3\$30
Legumes.	2\$00		4\$50
Carne (incluindo toucinho).			8\$70
Azeite	9\$00		6\$40
Arroz e Macarronete	3\$60		1\$50
Azeitonas	2\$00		2\$00
Queijo pequeno (queijinho)	1\$00	(0,80 grs.)	2\$00
Ovos	\$25		2\$00
Fruta			1\$70
Leite.	2\$20		3\$00
Sabão	4\$00		2\$00
Fósforos			\$20
Petróleo ou Carbueto	2\$00 litro		1\$50
Alpercatas	7\$00 par		3\$25
Cudimentos diversos			2\$10
Carbueto «barato»	\$12		\$15
Habitação	\$60 (renda mensal)	(?)	\$15
Combustível «mato».			7\$00
Soma total da importância do consumo já descrito em sete dias.			73\$75
73\$75 : 7 = 10\$53,5	consumo diário	Salário médio 10\$00	
× 30	dias		× 25 dias úteis
316\$05	consumo mensal	250\$00	
Déficit: 66\$05			
(Sessenta e seis escudos e cinco centavos)			

Imagem n.º 25: Rumores Subterraneos

(Fonte: SOIMSD, 1929: 17)

Mais tarde, e no âmbito da presente investigação, tivemos oportunidade de encontrar e de analisar o documento original de onde a referida tabela tinha sido extraída. Trata-se de um “folheto” com dezoito páginas, datado de Maio de 1929, intitulado *Rumores Subterraneos*, e da autoria do Sindicato dos Operários da Indústria Mineira de São Domingos (Associação de Classe), dirigida ao “Excelentíssimo Senhor Presidente do Ministério e mais Ministros da República Portuguesa”. Neste texto, o sindicato vem expor aos governantes nacionais as condições de miséria em que vivem os operários de São Domingos e suas famílias, e solicitar a ajuda estatal no sentido de “um alívio duradouro para os milhares de seres que constituem a família mineira (Sindicato dos Operários da Indústria Mineira de S. Domingos, 1929: 5). Os autores do documento denunciam igualmente a exploração laboral a que são sujeitos, mencionando a violência e o perigo do trabalho desempenhado em regime de empreitada, os acidentes de trabalho, muitos deles mortais – que já teriam ascendido a 800 nesse mesmo ano –, a obrigatoriedade de trabalhar além do horário previsto – chegando por vezes às 24 horas seguidas – sem pagamento do valor correspondente às horas extraordinárias, as doenças pulmonares causadas pela exalação dos fumos sulfurosos e a negação perentória, por parte da empresa, da existência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais. Os autores referem ainda as difíceis condições de vida: a fome, a magra refeição diária – “um manjar quasi sempre composto de pão e sardinha ou o costumado variante: pão e azeitonas” (9) –, a necessidade de desempenhar outras tarefas fora do horário de trabalho para complementar o salário insuficiente, os elevados índices de mortalidade das parturientes, as condições miseráveis de habitação, nomeadamente a exiguidade (4x4m²) dos quartos pelos quais os mineiros pagam à empresa uma renda mensal de \$60, e a falta de higiene:

A higiene, essa tão decantada higiene que se observa pelas residências dos Snrs. Inglezes e empregados, o conforto e modernismo, não existe pelas habitações dos operários porque se vêem em muitos locais a 4 ou 5 metros de distância das portas os modernos reservatórios de imundície só removida ao fim de dias e semanas, porque onde a Ex.ma Empresa empregava mais de 100 operários emprega actualmente 2 «Camions» e 1 dúzia de rapazes.

Perante a situação relatada, os mineiros solicitavam ao governo um conjunto de medidas concretas destinadas a melhorar as suas condições de vida e de trabalho, tais como a diminuição do horário laboral (para 6h30m) no interior da mina, com o objetivo de diminuir o tempo de exposição aos fumos tóxicos, o pagamento das horas extraordinárias, o aumento dos salários para que os operários pudessem fazer face às despesas mensais, um valor extra,

para “a assinatura de jornais e livros para escolares” e para “quotas à Assistência Jurídica e Futura Mutualidade” (16), e a construção de novas habitações operárias.

Filme documentário Biografia de uma Mina/Biography of a Mine

A componente central desta terceira sala da exposição era, contudo, o filme documentário de Filipe Verde⁴⁵, *Biografia de uma Mina*, realizado em 1997, com uma duração de 45 minutos, e que era projetado na tela localizada no palco do antigo cineteatro, e a que os visitantes podiam assistir ocupando o seu lugar na única (e primeira) fila das cadeiras da plateia do cineteatro. O filme, legendado em inglês⁴⁶, abre com as imagens a cores da aldeia atual e das ruínas dos vários equipamentos localizados no complexo mineiro: a corta inundada, o antigo cais de embarque do minério, as oficinas ferroviárias e as fábricas de enxofre da Achada do Gamo. O comentário em voz *off* descreve em traços gerais a história deste empreendimento mineiro: a exploração “até à exaustão” e ao longo de um período de pouco mais de 100 anos de mais de 20 milhões de toneladas de pirites cúpricas, de onde foi extraído cobre, ácido sulfúrico e enxofre. Nesta introdução é desde logo destacado o papel que a mina de São Domingos desempenhou, na segunda metade do século XIX, no processo de industrialização britânico e norte-europeu: “Em locais distantes alimentava o crescimento de indústrias metalúrgicas e químicas, o desenvolvimento imparável da Revolução Industrial.” (Verde e Norte, 1997)

Logo na introdução, o autor do filme reflete sobre o encerramento das minas, o consequente abandono e espoliação, indicando neste contexto o principal propósito do documentário:

Tudo isto pertence ao passado. (...) As minas morreram e foram abandonadas. Da história destas minas restam hoje estas ruínas, testemunhos escritos e imagens e a memória de uns poucos homens e mulheres que envelhecem. Este filme é uma evocação desta história a partir desses fragmentos – a biografia de uma mina. (Verde e Norte, 1997)

⁴⁵ O filme, da autoria de Filipe Verde, antropólogo, professor auxiliar do ISCTE e investigador do CRIA-CEAS, foi realizado pelo próprio e por Jorge Humberto Norte, com o apoio do CEAS (Centro de Estudos de Antropologia Social) do ISCTE e do MAP-TV (iniciativa do programa Media da comissão da União Europeia).

⁴⁶ O filme está disponível nas versões portuguesa e inglesa, que foi a que analisámos, comentada em português e com legendas em inglês. Não podemos deixar de notar o facto de a tradução ter sido realizada de forma amadora, e por alguém (não identificado) sem os conhecidos requeridos, estando repleta de incorreções, o que confere uma imagem de desleixo e de falta de rigor ao documentário.

O filme está estruturado em quatro partes e temáticas principais: a história do empreendimento, a construção da povoação, a experiência laboral e as lutas operárias e a hierarquia social e profissional. Assim, na primeira parte, e após um breve enquadramento geográfico da mina, o documentário percorre a história de cerca de 100 anos do empreendimento industrial e mineiro; e descreve a descoberta da mina por Nicolau Biava, a fundação da La Sabina, o arrendamento à Mason & Barry e a construção do complexo industrial e mineiro, dirigida por James Mason, engenheiro britânico e sócio-gerente da La Sabina. Destaca igualmente a evolução e as principais alterações verificadas ao nível dos processos de extração e de transformação: a exploração a céu aberto, na década de 1870, que obrigou à demolição de grande parte da aldeia original, situada junto à mina, a construção de represas e de diques com vista ao tratamento dos minerais pobres por via húmida (lixiviação ou cementação) na mesma década, a construção das fábricas de enxofre da Achada do Gamo na década de 1940, a extração do mineral a cada vez maiores profundidades, o declínio progressivo da exploração e a falência da empresa na década de 1960.

Na segunda parte, o documentário aborda a construção da aldeia mineira por parte da empresa, na década de 1860, no contexto de grandes problemas sociais ocasionados pelo ajuntamento de milhares de homens no local sem que existisse uma infraestrutura urbana que 2os albergasse e fixasse e que, em última análise, permitisse a sua organização e controlo. Neste âmbito, é descrita a edificação da urbanização a partir de um plano “racional” preestabelecido pela empresa e no âmbito de uma política paternalista de controlo dos operários. O narrador relata o crescimento da povoação, que no início do século contava com cerca de 8.000 habitantes permanentes.

De seguida é narrada a rotina semanal do trabalho mineiro e a precaridade que caracteriza as vidas da maioria dos mineiros de S. Domingos, que não eram empregues diretamente pela empresa mas subcontratados em regime de empreitada, e de acordo com as necessidades e o volume da produção, ditadas pela conjuntura sempre volátil do mercado internacional de minerais:

Quando há trabalho, recebem uma jorna semanal que desaparece se adoecem ou se caem em desgraça perante o capataz, ou se a empresa baixa a produção e contrata menos homens. Nesse momento eles e as suas famílias por vezes muito numerosas ficam reduzidas à mais absoluta das misérias. Vive-se assim permanentemente sob um sentimento latente de precaridade, de dependência e de injustiça num ambiente todo ele organizado e determinado pelo trabalho e pela sua rígida disciplina. (Verde e Norte, 1997)

É neste contexto de grandes dificuldades de subsistência e de más condições de habitação que o autor do documentário inscreve aquilo a que apelida de “explosões individuais e localizadas de revolta” que ocorreram na mina ao longo do século XIX, e depois, já no século XX, as greves de 1907 e 1932, fomentadas por dirigentes e propagandistas revolucionários (socialistas e anarquistas). A esta altura, as convulsões políticas e sociais de São Domingos, cujos momentos críticos foram de facto as greves supramencionadas, são enquadradas no movimento operário e sindicalista português de finais do século XIX e das primeiras duas décadas do século XX, aniquilado, segundo o autor, pela política repressiva do Estado Novo: “O movimento operário ficou para trás na história de Portugal e o período do seu desaparecimento foi também o período do ocaso progressivo de S. Domingos como centro industrial e populacional.” (Verde e Norte, 1997)

A quarta e última parte do documentário centra-se na descrição da rígida hierarquia social e profissional da empresa, transposta para a organização da trama urbana de São Domingos. A descrição faz-se de forma descendente, do topo para a base da hierarquia, estruturada (segundo o autor) em quatro grandes grupos: o *staff* britânico, uma minoria burguesa e letrada de origem nacional, composta pelos funcionários administrativos da empresa, médicos, professores e comerciantes, os operários especializados, e a “multidão mineira”. Os britânicos, ou os “ingleses” como eram comumente apelidados, são descritos no documentário como “o elemento central da Mina de São Domingos”, a “elite incontestada” que vive à parte, no seu bairro de residências confortáveis em torno do jardim da direção, reproduzindo um padrão de expansão imperialista: “Longe do bulício industrial e da aldeia mineira, repete-se no isolamento alentejano um modo de vida característico das comunidades britânicas do mundo imperial.” (Verde e Norte, 1997) O autor do documentário apoia-se em “crónicas de alguns visitantes da mina” – tais como Ferreira de Castro – que relataram “a eficiência do seu trabalho, a forma fria, cortês e reservada como recebiam os visitantes, o fausto que rodeava as receções reais de D. Pedro V e de D. Carlos” (Verde e Norte, 1997).

O autor contrasta a vida confortável dos britânicos à da “multidão mineira” que “ocupa a base da comunidade”, a qual é descrita como “uma população indefesa cujo horizonte de vida se resume a São Domingos, ao trabalho árduo e desgastante e a uma enorme pobreza”. O autor refere as más condições de trabalho e de habitação, o baixo salário e a necessidade de o complementar com tarefas agrícolas ou com o contrabando, concluindo: “o mundo mineiro é o elemento anónimo e triste da história da mina de São Domingos” (Verde e Norte, 1997). Por fim, e repetindo uma ideia que é referida por diversas vezes ao longo do filme, o

autor/narrador reflete sobre a demarcação não só social mas cultural, identitária, desta e da generalidade das comunidades mineiras do mundo rural circundante:

Em tudo diferente e em tudo maior que o mundo rural próximo, São Domingos tinha uma identidade própria e orgulhosa de si. O ruído do centro industrial e os ares sulfurosos, a agitação do grande mercado, a exuberância das festas de carnaval e de Santa Bárbara, o teatro e o cinema, os clubes recreativos, a boémia, o futebol, os passeios dominicais no lago ou no jardim onde tocava a filarmónica, uma forma de falar e um vocabulário característico, tudo isso fazia o espírito de São Domingos. (Verde e Norte, 1997)

O filme termina com um regresso ao presente da aldeia, e aos grandes planos a cores das ruínas do complexo industrial, do jardim da direção, do cais de embarque do porto do Pomarão, detendo-se na quietude e no ritmo cadenciado da maré do Guadiana. A imagem a cores do coreto vazio e semidestruído é oposta à imagem cinematográfica, dinâmica, a preto e branco, da atuação da filarmónica perante uma plateia de homens de fato domingueiro e de mulheres elegantes e de aparência urbana. A imagem antiga de crianças a correr alegremente pelas ruas da aldeia é repetidamente contrastada com os rostos desalentados, de uma tristeza profunda, de alguns habitantes idosos da aldeia atual. Por fim, a imagem dinâmica dos mineiros a empurrar os vagonetes carregados de mineral, no subsolo, é oposta ao plano aproximado dos habitantes idosos e imóveis. O documentário termina como uma imagem inquietante de um destes habitantes sentado numa cadeira, frente à sua casa, dobrado sobre si próprio, com os olhos fechados e o rosto apoiado numa bengala.

Com exceção das imagens a cores da aldeia, do complexo mineiro em ruínas e da paisagem circundante, apresentadas no início e no fim do documentário, a narração é sempre acompanhada de fotografias, de imagens cinematográficas ou de reproduções de documentos históricos de jornais da época, todos a preto e branco. Na verdade, um dos aspetos mais relevantes e até curiosos deste documentário, especialmente dado o quadro do desaparecimento da quase totalidade dos registos documentais da empresa, consiste exatamente no espólio fotográfico e fílmico que o filme contém.

Casa do Mineiro



Imagem n.º 26: Casa do Mineiro (vista exterior)

(Fonte: Câmara Municipal de Mértola, 2011 e Fundação Serrão Martins)

Integrada no programa de musealização do património mineiro local, foi inaugurada, em 26 de junho de 2006, a Casa do Mineiro, um espaço multifuncional, com três divisões, composto por uma área de receção dos visitantes, que funciona simultaneamente como posto de atendimento local da Câmara Municipal de Mértola, o Centro de Documentação da Fundação Serrão Martins e o núcleo museológico Casa do Mineiro. Este espaço foi edificado a partir da junção de quatro antigos alojamentos (ou ‘quartos’) operários.



Imagem n.º 27: Centro de documentação da Fundação Serrão Martins

(Fonte: Câmara Municipal de Mértola, 2011 e Fundação Serrão Martins)

O centro de documentação “fornece apoio à investigação de índole científica, escolar ou artística através do acervo documental de que dispõe e do conhecimento disponível entre os elementos que compõem o pessoal da Fundação” (Câmara Municipal de Mértola, 2011). A Casa do Mineiro é uma representação daquela que seria a habitação típica de uma família mineira e é apresentada como “o primeiro pólo permanente do Museu da Mina de São Domingos”:

A Casa do Mineiro mostra a realidade física do espaço de vivência de uma família mineira. Os objectos, as memórias, os símbolos e as carências estão nela representados. Acima de tudo, pretende provocar a imaginação e a sensibilidade do visitante para que ele possa procurar conceber a vivência diária duma família dentro de um espaço de 16m². (Câmara Municipal de Mértola, 2011)



Imagem n.º 28: Casa do Mineiro

(Fonte: Câmara Municipal de Mértola, 2011 e Fundação Serrão Martins)



Imagem n.º 29: Pormenor da Casa do Mineiro

(Fonte: Câmara Municipal de Mértola, 2011 e Fundação Serrão Martins)

Até à data, a Casa do Mineiro constitui o único núcleo museológico permanente da povoação e do Museu da Mina de São Domingos.

CD-ROM ‘Mina de São Domingos – 150 Anos de História’

Em 2006, e ainda inscrito no programa de comemorações dos 150 anos da aldeia mineira, a Câmara Municipal de Mértola editou o CD-ROM *Mina de São Domingos – 150 Anos de História* (Rego, 2006). Cofinanciado pelo projeto comunitário Interreg, o CD-ROM foi distribuído gratuitamente, não sendo objeto de comercialização. Este CD-ROM interativo está estruturado em quatro capítulos, com os títulos ‘Olhares da Aldeia Mineira’, ‘Historial da Mina’, ‘Geologia e Geografia da Região’ e ‘Programa de Comemorações’. No primeiro capítulo são apresentadas fotografias da aldeia atual, bem como fotografias e postais ilustrados antigos cedidos por alguns habitantes à Fundação e exibidos nas exposições comemorativas. No segundo capítulo é apresentada uma cronologia com os mais importantes acontecimentos da história da mina e da povoação, entre as datas extremas de 1852 e 1984. No terceiro capítulo faz-se o enquadramento geográfico da Mina e da região e são expostas as características geológicas da massa mineral, através de textos informativos e também de diversos mapas expostos na segunda sala da exposição comemorativa dos 150 anos da aldeia. No quarto e último capítulo revisitam-se as comemorações de 2004, através de textos e de imagens que descrevem a exposição, a edificação do monumento ao mineiro e a visita do presidente Jorge Sampaio. Enquanto explora este CD, o leitor pode igualmente ouvir, em pano de fundo, o ‘Hino dos Mineiros’, cantado pelo Grupo Coral de São Domingos e o tema ‘Oh Mina de S. Domingos’, interpretado por Maria Rocha Martins.

Contudo, o elemento mais relevante e sem dúvida inesperado deste CD-ROM é a transcrição de um conjunto de 10 entrevistas a habitantes locais, e antigos funcionários da empresa, realizadas por Miguel Rego e José Orta. Apesar do cariz relativamente ‘aberto’ destas entrevistas, e de ter sido dada uma grande liberdade aos entrevistados, que vão discorrendo livremente sobre a sua história de vida e as suas vivências na Mina, os entrevistadores direcionam as conversas para alguns tópicos particulares, tais como as relações laborais (com os colegas, com as chefias e com os ‘ingleses’), a experiência laboral e profissional, as condições de vida e de trabalho, o contrabando, e a consciência, as atividades e as prisões políticas, especialmente na conjuntura de repressão do Estado Novo.

No que respeita aos ingleses, apesar de a generalidade dos entrevistados referir o seu número reduzido e o grande distanciamento em relação aos operários e à população em geral, as opiniões divergem consoante o lugar que estes funcionários ocupavam na hierarquia da empresa e consoante as suas opiniões políticas. Por exemplo, José Damásio Ribeiro, que trabalhou na Caixa de Previdência da Empresa e que admite nunca ter lidado diretamente com “os ingleses”, declara: “Os ingleses às vezes não eram tão maus como os pintam. E alguma coisa que falam por aí... eu confirmo que fui sempre ao jardim e ninguém me expulsou do jardim.” (Rego, 2006) Esta ideia é reforçada por Pedro Esperança: “Os ingleses é que não contactavam cá muito com a gente porque eles tinham lá a maneira de ser deles. Mas dentro do serviço nunca tive nada que dizer dos chefes, nunca. Nem dos portugueses nem dos ingleses.” (Rego, 2006) Já Maria da Rocha Martins recorda o facto de as senhoras inglesas chamarem as crianças para lhes darem as laranjas provenientes dos seus jardins – mas apenas aquelas que caíam no chão.

Contudo, da análise das entrevistas verifica-se que a expressão ‘os ingleses’ é utilizada como sinédoque para descrever a administração da empresa, que é alvo de duras críticas e de muito ressentimento pelas condições de vida e de trabalho a que sujeitou muitos milhares de mineiros e as suas famílias ao longo de mais de um século, sempre com a conivência e o apoio das entidades governamentais nacionais. Esse ressentimento está bem patente nas palavras de Francisco António Chora que, já na fase final da exploração, estando empregado como motorista da direção, agrediu o patrão inglês em resultado de um tratamento vexatório e foi preso durante 75 dias:

Tinham médico... Bem, tinham o que queriam. Tanto que tinham um em Beja, que era o doutor Lima, esse que fazia as radiografias... e a gente ia lá com os operários. Eram todos a tuberculose. Não havia nenhum com silicose. Aquilo para mim era como quem me ditava (sic) fogo. (Rego, 2006)

Este aspeto é também frisado por Sebastião Adolfo, mineiro, filho e neto de mineiros, que trabalhou na mina entre 1949 e 1967. Sebastião Adolfo conta como o avó morreu de tuberculose, o pai de silicose e cancro e o tio também de tuberculose, deixando 6 filhos menores, e denuncia o facto de a empresa negar perentoriamente o cariz profissional da doença: “A empresa era a seguradora de todo o pessoal operário e, como tal, não admitia a silicose e todos os mineiros, ou quase todos, morriam de tuberculose.” (Rego, 2006) Contudo, Adolfo conta como, quando foi obrigatório fazer seguro, a seguradora ter feito radiografias a

todos os mineiros, tendo rejeitado o seguro a 50% dos operários. Adolfo destaca ainda a elevada mortalidade causada por doenças, em particular pela tuberculose que era transmitida em casa e que causara a morte a muitas crianças e jovens da povoação. Também Maria da Rocha Martins refere o facto de o pai ter trabalhado na fábrica de enxofre e de ter falecido prematuramente de “doença pulmonar”, deixando uma esposa grávida e vários filhos pequenos.

Também Silvestre António e Manuel Anastácio (entrevistados em conjunto) frisam o poder imenso da empresa, ao qual se curvavam as autoridades policiais e as entidades estatais locais e mesmo nacionais:

S.A.: Mas com os ingleses praticamente ninguém se metia...

MFA: Não... eles é que mandavam aqui... faziam aqui uma greve e eles pregavam aqui com um batalhão da GNR... Foi como fizeram na greve [de 1932].

(...)

S.A.: A GNR não se metia em barafundas com os ingleses. Os ingleses podiam com a GNR e tudo.

MFA: E até mandavam no governo...

(Rego, 2006)

Vários entrevistados mencionam a atividade do contrabando, justificando-a com a necessidade que os operários e as suas famílias tinham de complementar o magro e insuficiente salário auferido no trabalho mineiro, e salientando os perigos de que a atividade se revestia. Silvestre António explica que o contrabando não se restringia à zona próxima da raia, mas que às vezes implicava percorrer distâncias muito longas, dando o exemplo pessoal de, por vezes, ter ido até às minas de Tharsis, “no meio de Espanha”, com o medo permanente de ser intercetado pela guarda-fiscal ou pelos carabineiros, de perder a carga ou, na pior das hipóteses, de ser preso: “Já não prendem a gente. Antigamente, apanhavam-me a mim com uma carga, a este com outra, e era logo prisão.” (Rego, 2006) No âmbito da temática do contrabando, António discorre ainda sobre as relações existentes entre as comunidades (espanhola e portuguesa) desta região raiana: “Mas de qualquer maneira, ainda hoje os espanhóis vêm aqui buscar coisas. Ainda hoje as espanholas, quando têm falta, vêm aqui à nossa terra. E a gente também vai lá buscar coisas”. (Rego, 2006)

No que respeita ao trabalho na mina, vários entrevistados descrevem a dureza e dificuldade do trabalho subterrâneo da entiva e da safra: as galerias húmidas e quentes, os vapores sulfurosos e a água ácida que chovia copiosamente sobre os mineiros, os ratos e as ratazanas

que infestavam a mina e, no fim do dia, a escalada de cerca de 930 degraus entre o piso 150 e a superfície. Sebastião Adolfo lembra:

O meu pai foi reformado quando já sentia dificuldades respiratórias e já não podia subir o túnel. Na mina havia muito “tufo”, poeiras. As máscaras eram um pouco de pano, mas mesmo que fossem boas, não se podiam usar em galerias onde o calor era insuportável. A gente entrava numa galeria com 50 graus ou mais, e não havia nada que nos valesse. A água era inquinada, mas era o que se bebia lá em baixo. O rancho que se levava era muito pouco e alguns não levavam nada, era pouco mais que o cesto a fingir que tinham alguma coisa lá dentro, e o pouco que levavam até os ratos comiam... foi duro nessas alturas... (Rego, 2006)

Já Manuel José Fernandes, que trabalhou na contramina durante mais de vinte anos, como entivador de 1.^a classe, salienta o facto de nem todos os trabalhos mineiros serem igualmente duros:

Havia na mina lugares bons... Muitos dizem “trabalhei na mina”... muito sabem eles onde é que era a mina!... Havia lá lugares que estar na mina e estar aqui como a gente está agora não era diferente. Mas isso era para o afilhado de fulano, era para afilhado do senhor secretário. Em poços frescos, em lugares bons, havia sempre um afilhado.

(...)

Havia lugares que chovia como na rua e aquilo era tudo água-forte. Roupinha... um fulano saía lá da canha, vinha cá à torneira de água doce torcia e vestia... no outro dia estava tudo roído, estava tudo roído. (Rego, 2006)

Sebastião Adolfo salienta o facto de as coisas não terem necessariamente de ter sido assim e é particularmente crítico da empresa por esta nunca ter envidado quaisquer esforços para melhorar as condições laborais:

(...) a mina foi sempre muito difícil. Podia ter sido muito melhor. Foi um verdadeiro calvário para os mineiros... Imagine que depois de se trabalhar no fundo da mina ainda tinha que se subir...creio que eram 936 degraus de escada para chegar à rua. Porque não sei que ingleses espertos foram esses que não fizeram um elevador a partir da superfície a acompanhar a mina.

(...)

A empresa tinha condições para trazer isto melhor, podia ter feito mais e sem grandes despesas...e o Estado, que não fez nada porque isto era de uma entidade privada... e levámos nisto até há pouco tempo. Só há poucos dias, porque só há um ano ou dois é que se começou a fazer o saneamento básico e não sei quando acabará... e o Estado mais nada fez e, na mina, a empresa fazia o menos possível.

Sebastião Adolfo frisa a mesma ideia no que concerne às condições de habitação que a empresa proporcionava aos operários, contrastando-as com as do *staff* técnico e administrativo:

Aqui na Mina a vida podia ter sido muito melhor do que aquilo que foi. Porque não havia razão para que os operários não tivessem luz, uma vez que funcionava ali uma das melhores centrais do país, só o *staff* é que tinha. A água, digamos, potável, tinha de se carregar de poços que ficavam longe. Não havia casa-de-banho e o sistema básico era do pior que se possa imaginar. (Rego, 2006)

Quase todos os entrevistados, questionados sobre o assunto, abordam a consciência, o ativismo político operário, a greve de 1932, as atividades clandestinas e as prisões políticas subsequentes. Vários referem a leitura proibida do *Avante*, por exemplo nas latrinas públicas, apelidadas de ‘centinas’, e mencionam os amigos ou conhecidos levados pela PIDE: José Vaz Rodrigues, que nunca mais foi visto na povoação; António Chico Graça, preso durante um ou dois anos por ter sido apanhado com o *Avante*; Joaquim Cavaco, por ter sido apanhado na posse de cartuchos de dinamite, no rescaldo do atentado bombista contra Salazar em 1937. João Gonçalves Martins lembra o início das prisões políticas: “Pois. Começou com esse pessoal que tinha as suas ideias. Tinham as suas ideias e a PIDE... Ainda levaram daqui uns quantos, ainda. (...) Aqui pessoal que tinha as suas ideias e reunia clandestinamente.” (Rego, 2006)

Sebastião Adolfo também confirma a existência de consciência e organização reivindicativas e de reuniões políticas clandestinas: “Haver, havia... Eu estive em algumas. Mas era perigoso. A Pide espiolhava tudo e fazia com que toda a gente tivesse medo de falar. E toda a gente tinha medo e sempre desconfiado.” (Rego, 2006) Contudo, Adolfo salienta que muitas vezes as pessoas eram presas por dizer apenas “Isto está mal”:

Talvez com um copito gritassem “Viva a Rússia” ou “Viva Estaline” ou qualquer coisa. No outro dia sabia-se tudo...mas não eram políticos reivindicativos ao ponto de dizerem “nós estamos aqui e queremos isto”. Não. Eram mais estas conversas “o que está mal, o que está mal, o que está mal”, bastava dizer três ou quatro vezes que estava mal para ir parar ao Aljube. Pois, sempre tinham consciência, ouviam falar, se calhar não sabiam ler. (Rego, 2006)

No que respeita à greve de 1932, de que alguns ainda se lembram ou ouviram falar a seus pais, destacam a violência e a repressão policial de que os mineiros e suas famílias foram alvo, o facto de muitos mineiros terem tido de fugir para a serra ou para Espanha para não serem

presos e/ou obrigados a regressar ao trabalho. Todos reconhecem o fracasso da greve, dado que os mineiros não conseguiram o aumento de salários reivindicado, imperando aquela que tinha sido a decisão e resposta da administração “Nem mais um vintém”. Sebastião Adolfo lembra que o pai e outros mineiros “considerados mais activistas” foram suspensos durante sete ou oito anos, e só posteriormente reintegrados, o que agudizou as dificuldades de subsistência das suas famílias. Adolfo destaca ainda o papel importante desempenhado pelo tio Valentim Adolfo na organização operária e na ação reivindicativa em São Domingos. Valentim Adolfo fundou o sindicato mineiro, o jornal *Voz do Mineiro* e a publicação *Folha Subterrânea*⁴⁷. No rescaldo da greve, o sindicato foi encerrado e Valentim escapou a uma prisão certa por se ter evadido para Espanha. Esteve na clandestinidade até 1949, quando foi capturado pela PIDE e preso na sequência do julgamento e condenação *in absentia* (em 1939) pela participação no atentado bombista contra Salazar (ANTT, 1949a).

Alguns dos entrevistados abordam ainda o fim da exploração, a falência da empresa, a situação desesperada da população local que levou ao êxodo e à emigração. A este propósito, Manuel Anastácio afirma: “Tive que me ir daqui embora em 1967... já só tinha um par de sapatos que trazia nos pés e a roupa também... Fui obrigado a ir embora, eles já não davam dinheiro à gente, não pagavam.” (Rego, 2006) Sebastião Adolfo refere-se igualmente, de forma bastante crítica, ao processo de declínio e falência da Mason & Barry, acusando a empresa de não ter tentado uma conversão económica, que, a seu ver, era viável:

Eles estavam aqui para sacar. Até à última pedra. Não foi até à última pedra, mas a partir do momento em que deixou de dar rendimento eles abandonaram. Uma vez que tinham boas oficinas, tinham tudo o que podia dar seguimento a outra indústria, mas eles não quiseram saber disso. Acabou o minério, acabou a mina.

Tentaram camuflar a coisa com aquelas duas fabriquetas... uma fábrica de mármore numa região onde não havia mármore... como é que isso poderia ser? Uma fábrica de barcos num sítio onde não havia estaleiro, nem marés vivas, nem mortas... foi tudo uma maneira de gastar mais uns tostões para ver se adquiriam accionistas, mas eles não iam nisso... (Rego, 2006)

Na sequência de uma questão dos entrevistadores, a propósito do número reduzido do *staff* britânico, Sebastião Adolfo manifesta as suas dúvidas relativamente aos projetos turísticos da empresa La Sabina:

⁴⁷ Julgamos que esta publicação, referida por Sebastião Adolfo, corresponda ao ‘folheto’ *Rumores Subterrâneos* a que aludimos anteriormente (Sindicato dos Operários da Indústria Mineira de S. Domingos, 1929).

Ainda moravam aí uns quantos. Moravam aí na ilha, moravam além no palácio, onde andam agora a fazer aquele hotel de não sei quantas estrelas... que eu não sei quem é que irá lá (...)

(...) e o que La Sabina fez, tem feito, e continua a fazer é a vender as casas que eram residência dos mineiros ou dos filhos dos mineiros... mas é assim... (...) As casas foram sempre da empresa...ninguém podia pôr um adobe em cima de outro, se o fizesse era despedido. (Rego, 2006)

Roteiro da Mina – Mina de São Domingos – O livro de António Martins

Em 2004, ano da comemoração dos 150 anos da Mina de São Domingos, António Martins, natural da povoação, fez publicar um livro da sua autoria, intitulado *Roteiro da Mina – Mina de São Domingos*. A par de outras publicações alusivas à história da aldeia, o livro de António Martins encontrava-se exposto, e para venda, na exposição ‘Do Rosto que Olha para a Terra’, realizada em 2005. O título enganador poderá ter levado o visitante menos atento a adquiri-lo julgando tratar-se de um guia turístico. De facto, e ao longo de cento e cinco páginas, o leitor é conduzido pelo autor numa visita guiada pela história e memória da comunidade mineira de São Domingos, no período compreendido entre 1930 e 1960, em que António Martins residiu na aldeia. Contudo, o autor avisa desde logo, na introdução, que não se tratará de uma experiência agradável ou prazenteira:

Falamos do período decorrido entre os anos de 1930 e 1960, da nossa vida aqui passado, de que guardo lembranças as mais amargas e me incitaram a escrever este livrinho, a que chamei de “roteiro”, para assim fugir a pretensões de ordem literária, que as não tenho, e com o qual quis tentar descrever quanto dura, em muitos aspectos degradante, foi a vida dos meus conterrâneos mineiros aos quais as coisas aqui contadas dizem particularmente respeito, a mim próprio, às famílias, sempre, ao longo do tempo olhados de “cima”, como seres inferiores, mas tem avondo! (Martins, 2004: 7)

António Martins expressa igualmente, na breve introdução ao livro, as razões que o impeliram a escrever, nomeadamente o facto de a população de São Domingos estar a envelhecer, bem como a necessidade de registar a história e a memória da comunidade mineira:

Dentro de escassos anos já todos de nós terão partido, que a idade não perdoa, e mais não haverão que possam contar, ou escrever, deixando à vossa atenção um testemunho, embora modesto, do que foram tempos de miséria e sofrimento sem fim suportados pelas gentes humildes da Mina de S. Domingos. (Martins, 2004: 8)

O livro encontra-se estruturado em trinta e três breves capítulos, ou apontamentos temáticos, em que o autor aborda as várias dimensões da vida da comunidade, tais como: a empresa, Mason & Barry e ‘os ingleses’, as condições laborais e de habitação, os espaços da aldeia, as instituições sociais e culturais, a repressão policial, algumas práticas sociais (usos, costumes e festividades), o encerramento da exploração e alguns aspetos da vida subsequente da povoação. O testemunho de António Martins está muito próximo dos vários habitantes entrevistados por Miguel Rego e José Orta, acima considerados.

O ressentimento e a revolta do autor relativamente à empresa Mason & Barry e à sua administração percorrem todo o relato, em que são denunciadas as condições desumanas de trabalho e de habitação a que a empresa sujeitou os milhares de mineiros e suas famílias, a vigilância e repressão policial constantes, os crimes ambientais cometidos, a espoliação das instalações e dos equipamentos e o abandono da população indefesa aquando da falência “possivelmente precipitada” (9). O ‘palácio’ emblematiza, para António Martins, o centro do poder “que condicionou a vida de milhares de pessoas” (13) e lembra o misto de sentimentos que aquele espaço despertava na população:

(...) aquela casa grande [que] nos encantava, e ao mesmo tempo nos atemorizava, a dar-nos a sensação de um lugar habitado por seres irreais, que não poderíamos ver e, se os víssemos, os não poderíamos olhar, ou encarar, porque poderíamos ofender... tão repulsiva era considerada a natural curiosidade da população!

Nas raras visitas do “Cross-Brown”, o chefe supremo (...) reunia-se o “staff” da empresa, para a recepção no salão nobre, no banquete e festa animada por um grupo musical da banda local, algures colocado donde nada poderiam ver, mas unicamente fazer-se ouvir, em respeito pela proibição de quaisquer contactos com a população (...) (Martins, 2004: 13-14)

Contudo, e à semelhança de um dos entrevistados, também António Martins lembra alguns membros do *staff* britânico, especialmente jovens estagiários, que “ousaram esquecer semelhantes regras” e se aproximaram da população local: Mr Glass, que organizou um curso de inglês para jovens locais e Anthony, a quem António Martins ensinou português, em troca de lições de língua inglesa, na messe dos ingleses, no palácio, desafiando as ordens da empresa, comunicadas pela governanta: “(...) por volta da 3.ª lição, interveio a governanta: que não, eu não podia estar ali, tinha muita pena, mas eram as ordens; então o Anthony: “but he is my friend and I take full responsibility (sic). Obrigado amigo António!” (Martins, 2004: 14)

À semelhança dos entrevistados, também António Martins refere as difíceis condições de vida dos mineiros e de suas famílias: os salários que não davam para matar a fome, os acidentes de trabalho e as doenças incapacitantes e mortíferas, não só no subsolo como também nas fábricas de enxofre, onde também ele começou a trabalhar, ainda adolescente, como aguadeiro:

E o aguadeiro, doente e triste, aparência de gente, tirava a água do poço, barril após barril, matando a sede aos homens sedentos de tudo, mas de muita água, dias e noites, no terrífico campo de trabalho da Achada, um sítio impensado, a antecipação da morte, cujas vítimas haveriam de sucumbir por efeito dos gases, vindos de todas as fontes de poluição: produzidos pela fusão continuada dos minérios no ventre dos fornos; dos tanques cheios de matéria líquida os quais, ao sangrar, vomitavam caudais de lavas incandescentes e fumos mortíferos; das praças do enxofre sobre as quais se espalhava em líquido ardente, que logo ficava em pedra brilhante.

Quando a fábrica parou e a actividade se extinguiu ficou o cenário de horror: toda a terra em redor, toda a área envolvente, estava morta para sempre, nada mais poderia nela medrar e os homens, se reunidos, formariam uma legião de sobreviventes, contaminados e amarelecidos pelo enxofre, e com tosse, aquela tosse profunda de escarros e morte! (Martins, 2004: 89-90)

António Martins insurge-se ainda contra o facto de a administração nunca ter edificado na aldeia um cemitério para a população local, mas apenas para a comunidade britânica, obrigando os familiares e amigos dos mineiros falecidos (muitas vezes precocemente) a percorrer a pé os cerca de três quilómetros que separam a povoação do cemitério localizado em Corte do Pinto, sede da freguesia. O autor dedica ainda uma atenção especial à difícil faina quotidiana das mulheres dos mineiros, obrigadas a ir buscar água a poços distantes, a calcorrear muitos quilómetros de serra para acarretar o mato necessário ao aquecimento e à preparação das refeições; a amassar e a cozer o pão que era a base da alimentação familiar, a cuidar dos filhos, muitas vezes numerosos e, ao fim do dia, a ser por vezes vítima de violência doméstica. Tal como Sebastião Adolfo, também António Martins aborda o alcoolismo que afetava um número muito significativo de operários, descrevendo as inúmeras tabernas espalhadas pela aldeia como “uma necessidade que os ajudava a suportar melhor a vida tão vazia e adversa que levavam” (67).

O autor não esquece igualmente as muitas crianças que havia na mina, cujas vidas eram também marcadas pela pobreza atroz e pela fome. Através da narração de António Martins, vemo-las a dormir amontoadas “no mesmo catre” de um dos minúsculos ‘quartos’ mineiros, a deambular pelas ruas descalços, sujos e mal vestidos, a jogar com uma bola “feita de meias roubadas de algum estendal”, a alimentar-se do que conseguiam apanhar – e roubar – nas

hortas e quintais circundantes ou mesmo, como conta Martins, nas “estrumeiras dos ingleses, ricas em lixos nutrientes”, fugindo à perseguição dos polícias da empresa (38). Vemo-las ainda a gritar de contentamento ante a visão do pão que a mãe amassara a sair do forno (público) ou do manjar tão esperado da ceia de Natal – linguiça, toucinho e ovos – ou ainda da prenda colocada pela mãe durante a noite junto à chaminé: “(...) cedinho ao despertar, logo íamos para a chaminé, com natural ansiedade, e lá estavam, diante dos nossos olhares curiosos, coisas coloridas ali no chão: boletas embrulhadas em papel de cor, a fingir de rebuçados!” (Martins, 2004: 49)

Segundo Martins, o principal foco do medo geral não eram a fome, a doença ou a miséria, encaradas, por vezes, como “naturais e inerentes ao facto de sermos pobres” (17), mas sim as diversas forças policiais ao serviço da empresa: além de um corpo de polícia privativo, a Mason & Barry contava ainda com o apoio constante e incondicional da GNR, da PSP e da PIDE para a manutenção da ordem e repressão de quaisquer atividades reivindicativas. À semelhança dos testemunhos anteriormente considerados, também António Martins lembra as prisões políticas, os escritos subversivos nas retretes públicas e ainda o suicídio de alguns que, desesperados perante a falta de soluções e o insucesso da luta reivindicativa, punham termo à vida, por exemplo, por enforcamento (17).

No que respeita às instituições sociais e/ou culturais, António Martins descreve os clubes recreativos existentes, nomeadamente o ‘clube dos operários’ – “chamado o “clube do piolho”, por motivos facilmente espiolháveis, destinado ao pessoal assalariado em geral e dispondo de “ping-pong”, bilhar, rádio, leitura de jornais e cartas de jogar” (19), o ‘centro republicano 5 de Outubro’, com “vocação cultural e mesmo política, por isso um alvo das atenções da PIDE” (20), e de livre admissão, o ‘grupo musical e recreativo’, mais restrito, e o “clube recreativo”, chamado “clube dos ricos” por se pautar pelo cariz exclusivo, sendo apenas composto pelas “pessoas de maior relevo na terra, de elite local, ligadas ao comércio, funcionários da empresam, etc., apenas admitidos por unanimidade” (20-21). António Martins reflete ainda sobre o facto de a empresa ter fomentado o estabelecimento destas agremiações socioculturais, vendo-as como (mais) uma forma de controlo social dos trabalhadores (19). António Martins lembra ainda a AAP – Associação de Auxílio aos Pobres, que distribuía alimentos e roupas com as receitas das sessões de cinema realizadas no cineteatro, e a Cozinha Económica, que fornecia a “sopa dos pobres”, mas apenas mediante a apresentação de um atestado de pobreza passado pela Junta de Freguesia (24). O autor fala ainda da

fundação dos clubes desportivos locais, o S. Domingos Football Club, apoiado pela empresa e de composição elitista, e o rival Guadiana Futebol Clube, de cariz mais popular (64-65).

Apesar do tom predominante de tristeza e de mágoa, e do enfoque na exploração laboral e na vida difícil da comunidade, António Martins descreve ainda os dias de festa e alegria em São Domingos, com particular destaque para o dia do mercado mensal, conhecido como “o Pago” por coincidir com o dia do pagamento dos salários, os bailes de São João, ou as tardes de domingo em que a banda filarmónica enchia de música o coreto do jardim. Contudo, um dos aspetos mais interessantes – e relevantes – do livro de António Martins consiste na sua menção à vida da aldeia após o fecho da mina. Neste âmbito, e à semelhança de outros testemunhos, o autor reconhece a situação de desespero em que a população se viu aquando da falência da empresa: o êxodo massivo da população ativa, a permanência na terra dos doentes, dos incapacitados e dos mais velhos, que subsistiram à conta da ajuda financeira dos familiares emigrados. Contudo, ele refere ainda a esperança que o “fim da ocupação inglesa, trágica” (9) trouxe a muitos, que julgaram poder finalmente poder possuir as habitações onde tinham residido, em muitos casos, há já várias gerações. O relato do autor revela a mágoa dos habitantes perante o acordo realizado entre o Estado e a La Sabina, que lhes negou esta aspiração e que os obrigou, décadas mais tarde, a adquirir as habitações, que teriam já ruído, se não tivessem sido conservadas pelos próprios ao longo dos anos (9-10).

Martins dirige ainda críticas a alguns membros da comunidade que, após o 25 de Abril, se apossaram das casas que anteriormente tinham pertencido aos ingleses (15-16); além disso, refere as benfeitorias que muitos dos habitantes – ajudados pelos familiares – realizaram nas ‘suas’ casas, algo que sempre lhes tinha sido proibido pela administração:

abalei da minha terra,
olhei para trás chorando.
Ó terra da minha alma,
bem longe me vais ficando

Quando voltaram, logo se iniciou a recuperação das casinhas, na terra sempre lembrada e, como por encanto, o casario reapareceu, mais branco e limpo, com os arranjos levados a cabo à custa dos dinheiros ganhos lá fora, em França na Suíça ou na Alemanha, sei lá por que lugares desconhecidos; voltaram, enfim, com os marcos e os francos de limpar a alma, vieram, a tempo ainda de evitar a derrocada das habitações: uma janela aqui, uma porta acolá, a casa de banho e a fossa sanitária, a cozinha e o quintal, as paredes caiadas, quantas vezes telhados novos, fazendo brilhar a santa terrinha, agora mais bonita e acolhedora! (Martins, 2004: 28)

Neste contexto, Martins descreve o regresso dos emigrantes, tipicamente no mês de agosto, como uma das alturas mais felizes na vida destes expatriados e também da da aldeia. Segundo o autor, ainda que difícil, a emigração trouxe aos habitantes de São Domingos o fim da vida de miséria e uma prosperidade, um padrão e de um estilo de vida a que jamais tinham almejado:

No fim de contas, usando o provérbio popular de que “não há fome que não dê em fartura”, difícil de aceitar mas verdadeiro neste caso, os mineiros saíram, sabe Deus como, e regressaram felizes nos seus belos carrinhos, passeando-se pela terra, desde ao pé da loja dos “Paulinos”, passando pelo largo da Igreja até ao largo do Teatro e Pensão (paragem obrigatória), e mais adiante até à parede da tapada, em franca euforia, a ouvir-se dizer, em bom francês: “Bom jour, mona mi, comment ça va”, em regresso à francesa, feliz e bem humorado, a compensar os difíceis tempos por todos vividos: no fundo da “contramina”, nas cortes selvagens, enfim, que bom regressar que Deus seja louvado! (Martins, 2004: 29-30)

Na conclusão do livro, António Martins exprime a esperança de ter conseguido cumprir os objetivos que definira para este seu ‘roteiro’ despretensioso pela história das gentes da Mina de São Domingos e transmitir ao leitor

(...) a ideia de que os mineiros da Mina de S. Domingos terão sido humilhados e ofendidos em todas as circunstâncias das suas vidas, mesmo até nos seus sentimentos mais íntimos, que não poderemos descrever, mas que estão implícitos; os exploradores criaram e puseram ao seu serviço milhares de seres humanos, homens e mulheres, dos quais dispuseram sem limites, obrigando-os “a comer e calar”, já que não era possível reclamar dos desmandos cometidos contra tanta gente desprotegida. (Martins, 2004: 105)

Neste âmbito, o autor deixa a sugestão para que seja criado o Dia do Mineiro, “um evento anual em sua memória, alusivo a acontecimentos que não deverão ser esquecidos, como se o passado não existisse, ocultando-o ao saber e inteligência dos nossos vindouros!” (Martins, 2004: 105).

3.2. Exposição ‘Mina de S. Domingos: Olhares sobre um Lugar’ (2006-2007)

A exposição ‘Mina de São Domingos: Olhares sobre um Lugar’ não integrou o programa de comemorações dos 150 anos da aldeia. Consistiu numa iniciativa conjunta do fotógrafo e fotojornalista António Cunha, natural da região, da pintora Helena Lousinha e do sociólogo, fotógrafo, sonoplasta e *designer* gráfico Jean-Pierre dos Santos, apoiada pela direção artística

do Museu Jorge Vieira (Beja) e comissariada por Gisela Rosenthal. A exposição/installação era composta por um conjunto de fotografias artísticas de Jean-Pierre dos Santos, acompanhadas de uma peça audiovisual de cerca de seis minutos, realizada pelo mesmo autor, das fotografias de cariz (essencialmente) documentarista, que António Cunha realizara na povoação na década de 1980, e de um conjunto de telas a óleo de Helena Lousinha, datadas da década de 1990. A exposição teve um carácter itinerante e percorreu todo o Alentejo, sendo inaugurada em 24 de junho de 2006, em Montemor-o-Novo, passando por Alvito, Castro Verde, Almodôvar, Serpa, Sines, Beja e Estremoz e terminando na Mina de São Domingos mais de um ano depois, em Novembro de 2007.

No fim do seu périplo, a Câmara Municipal de Mértola fez alguma pressão para que a exposição tivesse lugar em Mértola e não na Mina de São Domingos como inicialmente previsto, o que mereceu a oposição firme dos seus autores, acabando por ter lugar no cineteatro da aldeia. Esta exposição não mereceu um destaque significativo nos média regionais, nem a extensa publicitação das exposições comemorativas. Na véspera da sua abertura na Mina de São Domingos, contactámos o posto de turismo de Mértola no sentido de colher informações relativamente à inauguração, tendo constatado que os seus funcionários não tinham conhecimento dela nem dispunham de qualquer informação.

No texto introdutório ao catálogo da exposição, Noémia Cruz, da direção artística do Museu Jorge Vieira, apresenta os trabalhos reunidos como uma revisitação do passado e da memória – difíceis, traumáticos, plenos de fome, miséria e morte – dos habitantes de São Domingos e como um cruzamento de muitos olhares do que restou da exploração mineira, fruto em particular da ligação de António Cunha e de Helena Lousinha a este lugar: “Desde os anos oitenta que (...) se sentem prisioneiros deste “monumento histórico do passado industrial e operário”:

Os trabalhos aqui apresentados são o resultado de muitos olhares sobre aquele monumento abandonado, das memórias que se desprendem das suas paredes e maquinarias em ruínas, das escórias que cobrem o solo, pobre, privado da sua riqueza, pela avidez desenfreada do homem, das águas paradas, mortas... (Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

Também a comissária da exposição, Gisela Rosenthal, reflete sobre o modo como, desde a década de 1970, testemunhou “incrédula e revoltada, o lento e irresistível processo que levou à ruína de uma das mais vastas e significativas paisagens industriais da Europa” (Cunha,

Lousinha e Santos, 2006). Tal como Noémia Cruz, também Gisela Rosenthal defende que o espaço – despido, arruinado, silencioso e fantasmagórico – da paisagem mineira é preñado de memórias que projeta e verbaliza visualmente: “Ao longo de um século tinham, incansavelmente, extraído das entranhas da terra o minério. Então e agora, o próprio espaço, que parece ter criado uma memória na dimensão da consciência das coisas, emite surdamente a sua história.” (Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

Apesar de reconhecer o valor estético, artístico e documentarista dos trabalhos apresentados *per se*, a comissária frisa, contudo, o objetivo mais amplo, de cariz social e interventivo, da exposição:

A proposta de cruzar estes três olhares sobre a Mina de S. Domingos conta evidentemente por si. Contudo, pretende também o relançamento da discussão acerca do futuro deste espaço-memória único, há muito votado ao esquecimento, simultaneamente testemunho de actividades arquétipas do Homem, da história da industrialização portuguesa e de uma cultura operária que marcou incontáveis destinos pessoais. Imagens e sons, reflectindo vibrações individuais face à estranha presença que continua a ecoar naquele território abandonado, reequacionam um passado recente e um presente à deriva com a procura de um novo destino. Para que, também em Portugal, os esforços dos antropólogos e da arqueologia industrial vinguem na resguarda de monumentos e tradições. (Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

Não tendo tido a possibilidade de visitar a exposição na Mina de São Domingos, fizemo-lo em Beja, onde ela esteve patente, na Galeria dos Escudeiros, entre 12 de maio e 30 de junho de 2007. Os textos da comissária, Gisela Rosenthal, e de Noémia Cruz, do Museu Jorge Vieira, constantes no correspondente catálogo/programa, estavam expostos à entrada da sala.



Imagem n.º 30: ‘Olhares sobre um Lugar’ – aspeto geral da exposição de Pierre dos Santos

(Fonte: Maria João Ramos)

‘A Carcaça’ de Jean Pierre dos Santos

(...) transforma algo da essência da mina em imagens e reaviva o seu mais recôndito em ambientes sonoros. (Gisela Rosenthal)

A exposição iniciava-se (na parede lateral esquerda) com o trabalho de Pierre dos Santos, intitulado ‘A Carcaça’. A peça audiovisual de Jean Pierre dos Santos, que consistia numa sequência de imagens que reproduziam a cartografia da mina vista do céu (ou do espaço?), as texturas rugosas amarelas e ocre da rocha mineral, com um buraco escuro ao centro, sobre as quais se ia desenhando primeiro a forma de uma mão, grande e sanguínea, e depois, progressivamente, uma série de esboços de formas retilíneas que se sobrepunham à mão e à imagem da mina, ofuscando-as e como que as aprisionando.



Imagem n.º 31: ‘Olhares sobre um Lugar’ Peça audiovisual de Jean Pierre dos Santos

(Fonte: Maria João Ramos)

A sequência de imagens era acompanhada de um registo sonoro, em que o silêncio vai dando lugar ao ruído crescente de máquinas e do labor mineiro – o som cadenciado das picaretas contra a rocha dura, entrecortado pelo instrumental de um coral alentejano pungente ou pelos aparentes risos e conversas infantis. Na parte final da peça, o ruído mecânico vai-se esbatendo, e as vozes do coral vão-se desvanecendo, até permanecer uma única voz – triste e lamentosa – que emudece no final da peça. No catálogo da exposição Jean Pierre dos Santos reflete sobre a peça sonora: “Reinventar um som para esse lugar, entre o imaginário do

trabalho mineiro e o canto ritual da meditação. Pistões, alavancas, rodas dentadas, rangido dos carris, cacofonia que imaginamos numa ausência de ergonomia auditiva. Cânticos longos face ao tempo puro, da morte.” (Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

Por seu turno, as fotografias a preto e branco de Jean Pierre dos Santos centram-se nos principais vestígios do empreendimento: a cratera escura de águas ácidas afigura-se-nos como um precipício negro, sem fim; a imagem dos fornos de ustulação do minério é dominada pelos arabescos que simulam os fumos sulfurosos que impregnavam toda a área circundante e eram respirados pelas populações; as ruínas das fábricas de enxofre, descarnadas e em decomposição, dominadas pela ferragem das infraestruturas, assemelham-se a uma prisão da qual não é possível escapar.

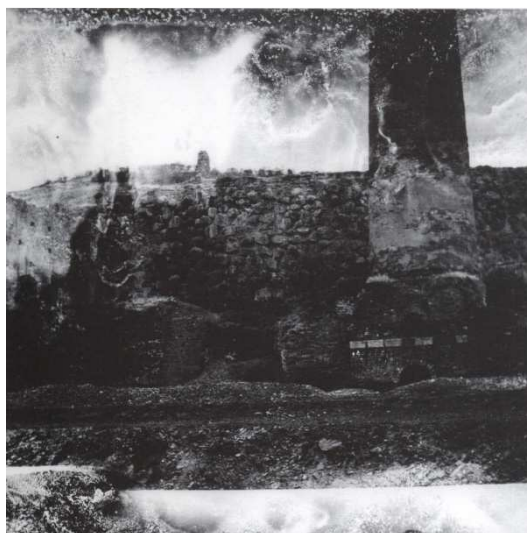


Imagem n.º 32: ‘Olhares sobre um Lugar’ – Fotografia de Jean Pierre dos Santos

(Fonte: Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

‘Minério’ de António Cunha

Através dos relatos contados na primeira pessoa, as paisagens vividas misturam-se com os participantes através das versáteis objectivas de A. Cunha e revelam o seu verdadeiro papel dinâmico na história e identidade local. Desde a arquitectura funcional dos edifícios construídos até à sua apropriação por parte dos habitantes, desvendando quadros da vida quotidiana, a história de vida mistura-se com a história local, com as imagens que captam as inúmeras transformações da paisagem construída ao longo destas últimas décadas. (Helena Lousinha, em Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

Na parede central da sala da exposição encontravam-se as fotografias de António Cunha, que além de documentar as ruínas do complexo industrial, retratam igualmente a comunidade envelhecida que permaneceu na povoação após o encerramento da mina, dominada pela memória da vida da aldeia populosa no auge da exploração, enquadrando-a nos vários locais de sociabilidade: na mercearia, na barbearia, na rua ou nas suas modestas casas:



Imagem n.º 33: Fotografia de António Cunha (mercearia)

(Fonte: António Cunha)



Imagem n.º 34: Fotografia de António Cunha (barbearia)

(Fonte: António Cunha)



Imagem n.º 35: Fotografia de António Cunha (interior de uma casa de mineiros)
(Fonte: António Cunha)

Da diversidade das fotografias exibidas, destaca-se a imagem recorrente dos habitantes idosos a apontar para o local da mina, representando assim, de forma simbólica, o modo como ela dominou e determinou a vida desta população, e como ela continua a estar omnipresente na sua memória e no seu pensamento.



Imagem n.º 36: Fotografia de António Cunha (idosa apontando para a mina)
(Fonte: António Cunha)



Imagem n.º 37: Fotografia de António Cunha (idoso apontando para a mina)
(Fonte: António Cunha)

A experiência da emigração, e do regresso dos expatriados, trazendo dos seus novos contextos sociais hábitos, costumes e estilos de vida diferentes, está igualmente patente numa das fotografias de António Cunha, em que duas mulheres visitam o cemitério levando um caniche pela trela⁴⁸:



Imagem n.º 38: Fotografia de António Cunha (cemitério)
(Fonte: António Cunha)

⁴⁸ Apesar de o regresso dos emigrantes não estar patente, de forma expressiva, nesta exposição, António Cunha retratou o tema de forma aprofundada e abrangente num conjunto de fotografias, da mesma época, que estão depositadas no Centro de Português de Fotografia (Porto) e, em formato digital, na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

‘A Ferida’ de Helena Lousinha

Visitar a Mina de São Domingos na década de 80, foi uma verdadeira revelação para mim... há lugares que nos atraem estranhamente e na altura este despertou em mim sentimentos confusos e perturbantes. Do caos das ruínas teimavam em erguer-se restos de construções como corpos desmembrados, queimados vivos, as peles pendendo, desafiando e exibindo magnificamente o seu drama. Na grande cratera dormia por entre ravinas sombrias um lago de águas fundas, nocturnas, de uma forte carga psíquica. Toda esta destruição era uma imagem da Morte e no entanto... No silêncio opaco das águas sussurravam vozes... as vozes dos homens que amaram, suaram e sofreram, labutando pelo pão, sonhando uma vida melhor. (Helena Lousinha, em Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

É com estas palavras que, no catálogo da exposição, Helena Lousinha contextualiza o seu trabalho, realizado em duas fases: a primeira, na década de 1990, deu origem a um conjunto de sete trípticos, de grandes dimensões, mostrados ao público numa exposição realizada na Galeria dos Escudeiros (Beja), em 1995, com o título ‘O Lugar secreto: Mina de São Domingos’. Em 2003, Helena Lousinha regressa ao tema e elabora um novo conjunto de telas, treze trípticos de média dimensão, que descreve e explica ao leitor/visitante no catálogo de ‘Olhares sobre um Lugar’:

Pequenos apontamentos localizam-nos no couto mineiro, outros são evocações do sofrimento dos homens... sofrimento pelo trabalho árduo mas também pela morte da Mina... o fim do sonho. As pequenas telas estão assentes sobre uma base que evoca o chão da mina com os seus ácidos que, destruindo inexoravelmente os edifícios, fornos, condutas, tanques..., constroem a paleta de cores de São Domingos. Talvez um dia a natureza cale o seu grito, mas enquanto restar desta ferida marcas ténues e linhas subtis, não esqueceremos a dor dos homens e manteremos viva a sua memória. (Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

O tema central das telas da artista é, assim, o sofrimento humano que marca a história das gentes da Mina de São Domingos durante a vida do empreendimento mineiro da Mason & Barry e depois com o seu encerramento e abandono por parte da empresa – o fim do sonho, nas palavras da autora, mas também talvez, do ponto de vista de António Martins, o fim do pesadelo. A data 1968, simbolizando a falência definitiva da empresa, está marcado no canto inferior direito das suas telas. “Fornos”, abaixo reproduzido, é um óleo sobre tela com cerca de 92cmx81cm e representa de forma expressiva a dureza do trabalho na fábrica de enxofre, onde o sol escaldante do estio alentejano se unia às altas temperaturas dos fornos e ao ar saturado de fumos sulfúreos, produzindo um ambiente infernal que nos é difícil imaginar. À esquerda, a autora engrandece a figura do mineiro – dando-lhe uma dimensão física que

muitas vezes não possuía. Contudo, ao mesmo tempo, consegue representar, de forma vívida, a sua fragilidade perante as condições laborais que o oprimiam, esmagavam e destruíam, e depois o desalento e o desespero da falta de trabalho, patentes no rosto disforme, na postura curvada, nos ombros caídos, nas mãos vazias. Por seu turno, a imagem das chaminés sobre um monte aparentemente oco assemelha-se às pernas hirtas da carcaça putrefacta de um animal sem vida, talvez representando o caos e a devastação que marcam o local, e que são evidentes nas fotografias atuais.

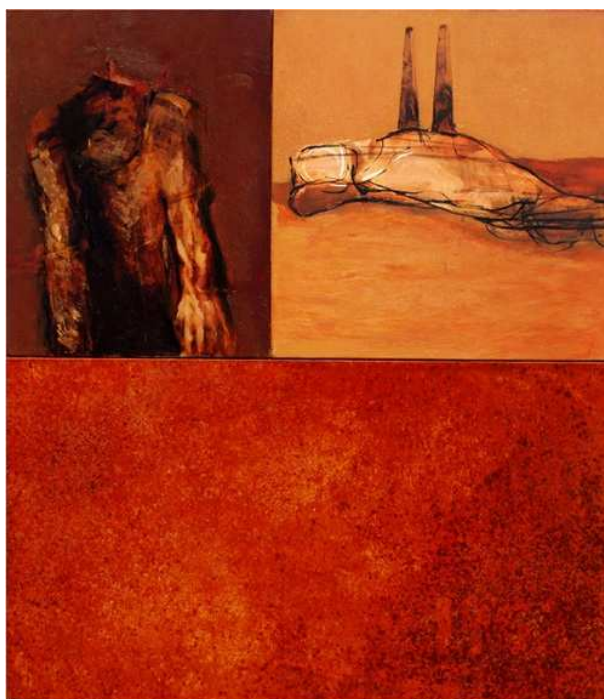


Imagem n.º 39: Helena Lousinha – “Fornos” (2003)

(Óleo sobre tela, 92x81 cm)

(Fonte: Helena Lousinha)



Imagem n.º 40: Achada do Gamo

(Fonte: João Miguel Silva)

“Poço da Mina”, tal como o nome indica, centra-se no labor mineiro no subsolo. A descida à mina é simbolicamente representada pela gradação de cores em que a tonalidade diáfana da claridade da superfície vai dando lugar a obscuridade progressiva, que é quase total na terceira e última imagem. Nas três imagens parecemos distinguir uma figura humana, que vai progressivamente ganhando dimensão numa sombra que na primeira imagem adivinhamos numa forma minúscula de cor avermelhada junto à base do malacate, surgindo na segunda como uma sombra maior e escurecida, destacando-se na última do breu das galerias, com uma tonalidade avermelhada que parece remeter para a fraca e bruxuleante aluminação produzida pelos candis de azeite ou petróleo.



Imagem n.º 41: Helena Lousinha – “Poço da Mina” (2002)

(Óleo sobre tela, 92x106 cm)

(Fonte: Helena Lousinha)

“Sítio da corda” evoca também a descida à mina, representando, à esquerda, a boca da mina e a escada – de cerca de 936 degraus – que os mineiros tinham de descer e de voltar a escalar no regresso à superfície. À direita encontra-se uma imagem da corta, que pela conjugação das tonalidades ocre e negra transmite o desconforto e até o temor que a visão da profunda cratera de águas ácidas provoca – ainda hoje – no visitante que a contempla. Na base da imagem, uma figura humana, de cor clara, parece deter-se à beira do abismo. Em “Águas fortes II”, uma outra tela sobre a mesma temática, a mesma figura humana, pintada a vermelho vivo, parece lançar-se sobre o abismo, simbolizando talvez não só a morte como também o suicídio que, como António Martins relata, constituía para alguns mineiros o único e derradeiro meio ao seu alcance para escapar a uma vida de sofrimento.

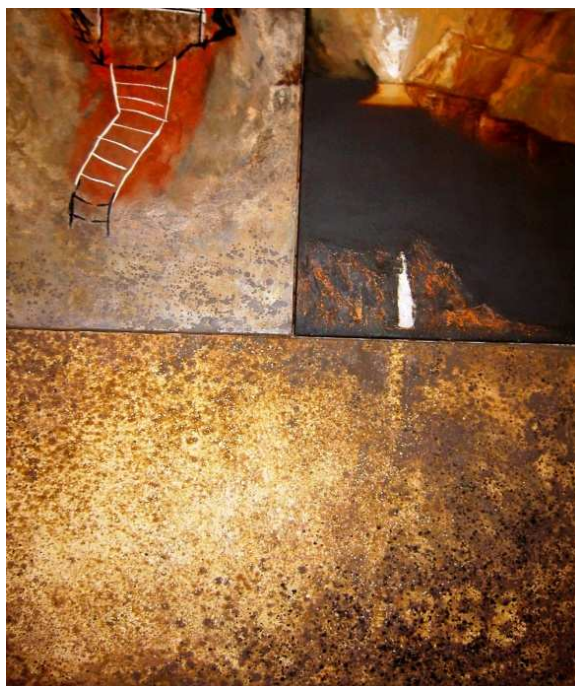


Imagem n.º 42: Helena Lousinha – “Sítio da corda”
(Fonte: Cunha, Lousinha e Santos, 2006)

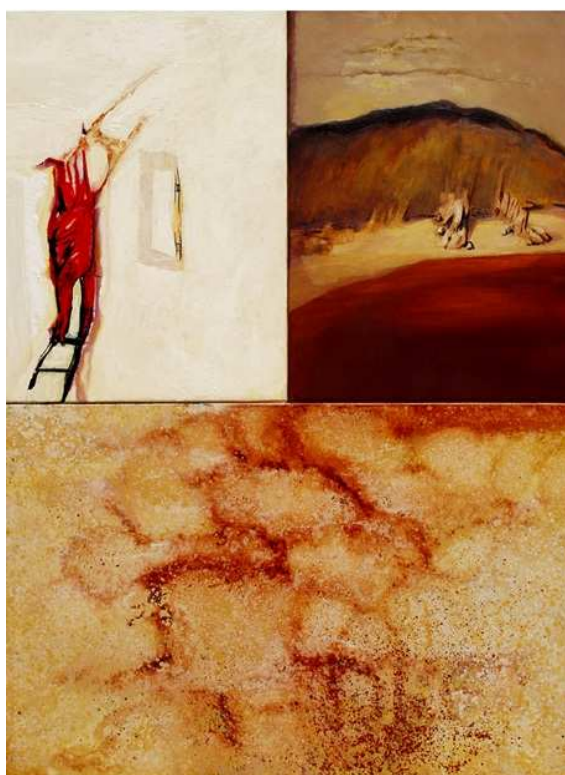


Imagem n.º 43: Helena Lousinha – “Águas Fortes II” (2003)
(Óleo sobre tela, 92x70 cm)
(Fonte: Helena Lousinha)



Imagem n.º 44: Imagem da corta atual

(Fonte: Maria João Ramos)

4. Análise crítica da musealização do património industrial da Mina de São Domingos

Após a descrição das iniciativas de musealização do património histórico-cultural, industrial e mineiro da Mina de São Domingos, das representações da história e da memória local a elas associadas, procederemos agora à sua análise crítica à luz do *corpus* teórico e analítico sobre a musealização da história e da cultura (particularmente em sítios industriais e mineiros), desenvolvido nas últimas décadas, em particular no contexto académico anglo-saxónico.

Não podemos deixar de começar por constatar a importância que o programa de comemorações dos 150 anos da Mina de São Domingos teve na comunicação, a um público muito alargado, e à escala nacional e internacional, da história da aldeia e do papel que o empreendimento industrial e mineiro da Mason & Barry e de São Domingos desempenhou no âmbito da história industrial portuguesa e também dos processos de industrialização britânico e norte-europeu. As iniciativas levadas a cabo, bem como a cobertura mediática de que foram alvo, conduziram não só à revisitação da história da povoação e do empreendimento mineiro, mas revelaram também – ainda que de forma subtil – as consequências da falência da empresa, o abandono a que as populações e a povoação foram votadas ao longo das décadas subsequentes. Neste sentido, as comemorações dos 150 anos da povoação, as exposições realizadas e a constituição da Casa do Mineiro permitiram que um público muito alargado contactasse e tivesse conhecimento da história desta povoação e da sua comunidade. Este

facto revela e confirma as potencialidades que a musealização e a dinamização turística do património histórico-cultural oferecem em termos da transmissão do conhecimento (da história, da cultura), frisadas por vários autores anteriormente considerados (tais como Urry, 2002; Dicks, 2000, West, 1991, entre outros), nomeadamente quando comparadas com outras formas de transmissão destes conhecimentos.

Estas iniciativas e a sua mediatização marcaram igualmente o início da projeção da imagem da Mina de São Domingos como destino turístico, chamando a atenção para as características da arquitetura da aldeia, da paisagem e do património industriais e mineiros, para a conversão da represa de água doce numa moderna e bem equipada praia fluvial, para a existência de um novo estabelecimento hoteleiro e para o programa das comemorações propriamente dito, com particular destaque para a exposição 'Mina de São Domingos – 150 Anos de História'.

De igual forma, temos de reconhecer o contributo fulcral do programa de comemorações para a reversão do processo histórico de silenciamento e de branqueamento da exploração, miséria, sofrimento, medo e repressão de que esta população foi alvo ao longo dos mais de 100 anos da exploração da mina por parte da empresa britânica Mason & Barry Ltd. A transmissão e o (re)conhecimento público desta história e memória traumáticas eram um ensejo e uma necessidade sentidos e declarados da população residente, patentes de resto nos testemunhos que analisámos anteriormente. Neste sentido, as exposições comemorativas, a edificação do Monumento ao Mineiro e a abertura do núcleo museológico Casa do Mineiro tiveram um papel de extrema relevância não só no processo de memorialização e de dignificação retrospectiva desta comunidade operária, como também ao nível do orgulho e da autoestima de uma população muito traumatizada por uma experiência de exploração, abandono e menosprezo que marcou a vida de três ou mais gerações. Este facto é confirmado pela forma entusiástica e orgulhosa como a população acolheu e participou no programa das comemorações, bem como no contributo dado por alguns dos seus membros, por exemplo, através da cedência de fotografias, que em grande medida tornou possível a edição do livro *Fotogramas da Memória*.

Como vimos no capítulo anterior, muitos dos autores considerados denunciaram o modo como a história industrial e operária estava a ser representada em muitos dos novos museus britânicos de cariz industrial e mineiro, nomeadamente nos museus ao ar livre, museus vivos ou parques históricos. Neste contexto, vários autores criticaram o cariz superficial, iminentemente lúdico e pouco educativo das representações museológicas, bem como a

trivialização, parcialidade e despolitização da história do processo industrial e das comunidades operárias, patente em vários museus britânicos, tais como Beamish, Wigan Pier, Ironbridge e Rhondda. Contudo, como também tivemos oportunidade de verificar, existe na Grã-Bretanha um leque muito alargado de museus ligados à representação da história e da memória operárias e industriais, que se caracterizam por uma grande diversidade de filosofias, tipologias, abordagens e estratégias de exibição, sendo que a crítica se concentrou num número restrito de museus e particularmente nos casos supramencionados.

De igual forma, julgamos que estas críticas não são válidas para as exposições comemorativas dos 150 anos da Mina de São Domingos. Ao contrário dos museus supramencionados, de cariz privado e criados com propósitos declaradamente comerciais, estas exposições – de acesso gratuito e sem fins lucrativos – tinham como principal objetivo, como vimos, exibir e transmitir a história local. Apesar desta constatação, não podemos deixar de notar, como já referido, o facto de a sua realização se inserir no quadro de implementação de uma estratégia política autárquica de requalificação turística da povoação, no qual terá desempenhado um papel importante.

No que respeita à representação da história e da memória, verificamos que ambas as exposições tiveram por base uma pesquisa histórica extensa e aprofundada, centrada em muitas das fontes históricas primárias conhecidas e disponíveis, tais como documentação (ainda que escassa) dos arquivos da empresa (em grande parte resgatada do lixo), da imprensa regional e nacional, e dos arquivos municipais e nacionais. No caso da primeira exposição, a informação histórica era de cariz muito diverso e abrangente, plenamente justificado, a nosso ver, por aquele que era o objetivo principal do evento, nomeadamente o de reconstituir e revisitar os 150 anos da povoação e a história do empreendimento industrial e mineiro. Além disso, a impossibilidade de tratar de forma aprofundada o processo histórico da aldeia, dada, por um lado, a escassez não só do espólio material (objetos, instrumentos, máquinas) como também documental e, por outro lado, a riqueza e as múltiplas vertentes que compõem esta mesma história, é desde logo reconhecida pelos organizadores, no programa de apresentação da exposição.

Ambas as exposições descrevem e frisam a exploração de que esta comunidade mineira foi alvo por parte da empresa britânica Mason & Barry, bem como a sua organização política e as lutas travadas pela conquista de melhores condições de vida e de trabalho. A falta de segurança, os acidentes laborais, os despedimentos, o ativismo político (as greves e as

reivindicações sucessivas), a constituição de instituições de classe (tais como o sindicato, o centro republicano, as sociedades cooperativas), a repressão policial e as prisões políticas são mencionadas em ambas as exposições, e com maior destaque na segunda 'Do Rosto que Olha para a Terra', que abordou a greve de 1932.

Alguns dos autores considerados posicionam-se criticamente em relação ao facto de muitos museus industriais e mineiros centrarem as suas exposições e representações nos objetos – instrumentos, máquinas – e na vertente tecnológica dos processos e da história industriais. A descrição destas exposições permite-nos constatar que estas críticas não se aplicam a elas. Por um lado, verificamos que em ambas as exposições, o número de objetos presentes é relativamente limitado, devido ao processo de espoliação que marcou o encerramento e a falência da empresa exploradora, facto que é frisado no programa da exposição 'Mina de São Domingos – 150 Anos de História'. Como vimos, a exibição de uma peça metálica ferrugenta e deformada, impossível de identificar, tinha o propósito declarado de salientar, de forma visual e simbólica, este processo de abandono e espoliação. Verificamos que os objetos selecionados e expostos (originais, na sua maioria) são simbólicos e ajudam a destacar aspetos relevantes da vida profissional, social e cultural da população, revelando o “poder do objeto real”, enfatizado por Susan Pearce (1994b).

No caso da primeira exposição, a colocação num plano central de objetos 'imponentes' como o elevador, o vagonete e o crivo constituíam um importante complemento visual da descrição do árduo labor mineiro representado nos painéis textuais. De igual forma, a exibição do aparelho de raio-X descrevia simbólica e iconicamente a doença profissional que incapacitou e matou tantos mineiros, a silicose, sempre negada pela empresa. O estandarte do sindicato mineiro complementava também (em ambas as exposições) a descrição textual das organizações e lutas operárias. Tanto no programa da exposição como nas breves legendas colocadas junto aos objetos era apresentado, na maioria dos casos, um breve apontamento biográfico. Os textos e os objetos expostos eram complementados por imagens, nomeadamente por reproduções de fotografias antigas da mina e da povoação. Temos de notar que, apesar de a história social ser a principal componente da exposição dos 150 anos da aldeia, a componente científica/técnica e geológica não foi esquecida, sendo que a segunda sala abordava, através de painéis textuais e pictóricos e de amostras minerais, a constituição, geografia e composição da massa mineral, bem como algumas características técnicas relativas à sua extração e transformação.

As imagens fotográficas, incluídas também na publicação *Fotogramas da Memória*, constituíram, como vimos anteriormente, um aspeto central de ambas as exposições. Na primeira exposição, três fotografias de grandes dimensões, colocadas à entrada da segunda sala e em locais estratégicos da terceira sala, representavam e frisavam em termos visuais aquela que foi a *raison d'être* da construção da aldeia e da vida tanto da empresa como da população, ou seja, a mina. As representações fotográficas que integravam os painéis textuais e que, no caso da primeira exposição, eram projetadas numa tela suspensa permitiam ao visitante das exposições visualizar a história do empreendimento e da povoação, descrita nos painéis textuais, sendo neste contexto um complemento fulcral da informação histórica fornecida. Tal como Miguel Rego afirma na introdução ao livro de fotografias antigas, as imagens permitem ao leitor/visitante visualizar os edifícios que hoje são ruínas disformes e irreconhecíveis, e a única forma de conhecer (mais uma vez de forma visual) a aldeia, o empreendimento industrial e mineiro e a vida (e o quotidiano) das populações que viveram e trabalharam na Mina de São Domingos ao longo dos 150 anos da exploração mineira. Podemos assim concluir que os objetos, as imagens e os textos foram conjugados de forma eficaz, concorrendo para uma representação coerente, consistente e sólida da história do empreendimento e da povoação não de forma “petrificada”, mas temporal e geograficamente localizada.

No que concerne às representações textuais, e apesar do cariz abrangente e sólido da abordagem histórica, em grande medida apoiada em documentos históricos e fontes primárias, e do enfoque na história, vida e experiência social e política da comunidade, não podemos deixar de notar a escassez de informação sobre empresa Mason & Barry, sobre seu fundador James Mason, sobre sua administração e presença no mercado (incluindo de valores) britânico, bem como sobre comunidade britânica que, apesar de pouco numerosa, esteve presente em São Domingos ao longo de todo o período da exploração mineira.

Este facto justifica-se, a nosso ver, pelos objetivos orientadores de ambas as exposições, centrados na comunidade mineira (os explorados) e na sua valorização e dignificação, contrariando um processo histórico marcado pelo controlo da representação desta comunidade por parte do poder instituído, ou seja, da própria Mason & Barry. Por outro lado, cremos que a ausência ou escassez de informação se deverá igualmente à inexistência, em Portugal, de fontes primárias substanciais sobre a Mason & Barry, cujos arquivos praticamente desapareceram, e do facto de as fontes existentes se reportarem na sua grande maioria a aspetos técnicos e contabilísticos das operações da empresa/exploração. Julgamos que a

informação existente e conhecida permitia uma abordagem mais detalhada da comunidade britânica; além disso, este tratamento vago e marginal contribuiu, a nosso ver, para a reprodução do mistério e de uma certa mistificação dos “ingleses”, que já existia e que está patente, por exemplo, nos testemunhos dos residentes que considerámos anteriormente.

Apesar do detalhe dos textos patentes em ambas as exposições, e que contribui para a solidez da informação histórica transmitida, constatamos – como julgamos que transparece nas imagens acima reproduzidas – que os painéis textuais se tornam densos, com muita (ou demasiada?) informação, e assentam um grafismo que torna a leitura difícil ou pouco apelativa. Esta é uma questão difícil e por resolver, como demonstra o cariz diverso das representações museológicas. No caso dos painéis em questão, parece-nos que esta dificuldade se agudizava com o facto de os painéis terem também imagens ou textos em marca de água, por detrás do texto, o que dificultava ainda mais a leitura.

No que respeita às imagens fotográficas, e apesar de reconhecermos o papel fulcral que elas desempenharam na possibilidade de visualização – de outro modo impossível – da dimensão e organização do empreendimento industrial e mineiro, da aldeia mineira e dos seus vários espaços, dos vários grupos que compunham a hierarquia profissional e social da população, do quotidiano da população e de vários momentos da sua história, não podemos deixar de notar o modo como elas contribuem não só para a “dignificação” da aldeia e da sua comunidade (como frisou Miguel Rego) como também para a sua mitificação. Esta possibilidade é, como vimos, admitida pelo então presidente da autarquia, Pulido Valente, que na introdução ao livro de fotografias alerta para a necessidade de transcender a “visão romântica”, que as imagens fomentam, e de não esquecer os “dramas humanos” que elas escondem ou não revelam (Rego, 2004a: 5). Apesar disto, Pulido Valente não deixou de contrastar positivamente os tempos da exploração mineira com os do presente, descrevendo-os como “mais ricos em vivências” e em “experiências” (5).

Tal como Raphael Samuel comenta a propósito da utilização de reproduções fotográficas antigas nas representações museológicas da história e da memória populares, torna-se difícil apreender as experiências de exploração, opressão ou sofrimento quando as fotografias parecem testemunhar a estabilidade, a felicidade ou o bem-estar (Samuel, 1994). No caso das exposições comemorativas, as imagens fotográficas dignificam, de facto, a memória da população mineira de São Domingos mas, simultaneamente, parecem contradizer a narrativa textual que descreve a exploração laboral, a miséria e o sofrimento. À semelhança da

fotografia documentarista francesa analisada por Peter Hamilton, também as fotografias exibidas nas exposições comemorativas dos 150 anos da história de São Domingos contribuem para uma imagem idealizada do passado e desta comunidade: a vida nos “tempos da mina” parece de facto ser uma “era dourada”, plena de dificuldades, é certo, mas rica em vivências humanas e comunitárias, marcada por uma forte proximidade, solidariedade e identificação coletivas e pela partilha das alegrias e dos problemas (Hamilton, 1997: 148).



Imagem n.º 45: Capa do programa da exposição comemorativa

(Fonte: Rego, 2004b e Fundação Serrão Martins)

Este facto é particularmente evidente na fotografia escolhida para a capa do folheto/programa da exposição ‘Mina de São Domingos – 150 Anos de História’ (acima reproduzida), na qual duas jovens mulheres da classe operária, bem vestidas e com um aspeto sadio, passeiam no mercado e sorriem para nós a partir de um passado aparentemente feliz e harmonioso. A imagem oferece um contraste bastante agudo com a descrição que António Martins, Maria Rocha Martins ou outros entrevistados anteriormente considerados fazem das condições de

vida dos operários e das suas famílias e, em particular, das mulheres destes operários: a experiência da subnutrição, do trabalho diário árduo a cozer pão, a acarretar água ou a percorrer a serra em busca de mato; os maus tratos físicos por parte de um pai ou de um marido embriagado, o desespero perante a morte do marido, fruto de acidente ou doença, e a necessidade de alimentar e criar um número muitas vezes numeroso de filhos.

Esta imagem não só de dignidade como também de bem-estar e de contentamento está patente em diversas outras fotografias exibidas nas exposições e incluídas no livro *Fotogramas da Memória*, das quais destacamos ainda as fotografias do pessoal do armazém, dos carpinteiros e caldeireiros, do casamento de familiares de mineiros, e de uma jovem alimentando aves, que reproduzimos baixo.



Imagem n.º 46: Pessoal do armazém geral (1925)

(Fonte: Rego, 2004a: 56)



Imagem n.º 47: Carpinteiros e caldeireiros (Anos 1930)

(Fonte: Rego, 2004a: 61)



Imagem n.º 48: Casamento de familiares de mineiros (1921)

(Fonte: Rego, 2004a: 65)



Imagem n.º 49: Jovem alimentando aves (c. 1920)

(Fonte: Rego, 2004a: 69)

As fotografias não eram acompanhadas de informação que as identificasse, o que contribuía para a construção de uma imagem intemporal e idealizada desta comunidade. Mesmo no livro *Fotogramas da Memória*, estas imagens são apenas identificadas em termos de data (quando conhecida) e do seu proprietário, omitindo (muito provavelmente devido à inexistência desta informação) dados sobre o seu autor, o contexto e o propósito com que foram realizadas. Esta é uma questão importante que, como vimos, é colocada por Alan Sekula no contexto da sua análise de um arquivo fotográfico de uma comunidade mineira canadiana (Sekula, 2003). No caso das fotografias exibidas nas exposições e reunidas no álbum comemorativo, parece-nos que muitas delas (incluindo as que acima reproduzimos) tiveram por base a iniciativa da empresa e transmitem a visão ‘empresarial’ da mina e dos seus ‘funcionários’. Note-se, por exemplo, a semelhança entre a imagem do pessoal do armazém geral, acima reproduzida, e a imagem abaixo, datada de 1898, aquando da visita anual do diretor executivo da Mason & Barry, James Francis Mason, e que reúne os chefes e encarregados dos vários departamentos⁴⁹:

⁴⁹ Esta fotografia, que pertence a um álbum da família Mason, foi-nos mostrada e facultada por David Mason, neto de James Francis Mason e bisneto de James Mason.



Imagem n.º 50: James Francis Mason com os chefes, os encarregados e o padre (1898)

(Fonte: David Mason)

Outras imagens provêm de famílias pertencentes à elite portuguesa, ligada ao comércio ou pertencente aos quadros administrativos da empresa, e que privava de perto com a comunidade britânica, como revelam as imagens que abaixo reproduzimos, em momentos de convívio e de festa.



Imagem n.º 51: Quadros superiores e famílias portuguesas e inglesas (c. 1920)

(Fonte: Rego, 2004a: 64)



Imagem n.º 52: Portugueses e ingleses num baile de máscaras no palácio (1920-1925)

(Fonte: Rego, 2004a: 80)

Se atentarmos em algumas das fotografias incluídas nas exposições e no livro, esta imagem prevalecente de bem-estar e de estabilidade é contrariada. As imagens das casas em banda, uma sequência de portas, desprovidas de janelas, com arruamentos em terra e expostas aos rigores do clima alentejano, revelam as condições de habitação desta comunidade operária e remetem-nos de imediato para outras imagens muito semelhantes dos bairros operários de tantas cidades industriais britânicas (e para a descrição de um deles, feita por George Orwell, num passo anteriormente considerado).



Imagem n.º 53: Aspeto da construção mineira em banda (sem data)

(Fonte: Rego, 2004a: 17)

A observação atenta da imagem do pessoal da oficina de carpintaria faz-nos notar a magreza e a secura física da generalidade dos empregados que fixam a câmara, assim como o aspeto gasto das suas roupas e sapatos. De igual forma, não podemos deixar de atentar na juventude de alguns deles, que parecem não ter ainda 15 anos, o que nos leva a refletir sobre o trabalho infantil – uma realidade nesta empresa como em tantas outras, em vários contextos geográficos, passados e presentes. Por fim, detemo-nos nestes rostos sérios, compenetrados, como exigia a fotografia ‘oficial’, parecendo descortinar em alguns semblantes mais carregados ou melancólicos o cansaço, a tristeza, a consciência dos constrangimentos e das limitações (até das expetativas) de uma vida em grande medida determinada à nascença.



Imagem n.º 54: Pessoal da oficina de carpintaria (1928)

(Fonte: Rego, 2004a: 60)

Por fim, a imagem de mulheres e crianças à beira da ribeira de Chança é também ilustrativa das condições de vida difíceis destas (e de tantas outras) populações. O elemento mais revelador e significativo desta fotografia é, sem dúvida, a imagem de uma criança (ou jovem) com um semblante triste, que carrega uma trouxa de roupa, e que não podemos deixar de comparar com a descrição que António Martins faz da lavagem das roupas neste local ermo e distante da povoação e do transporte em braços das volumosas trouxas de roupa pelas mulheres e filhas dos mineiros.



Imagem n.º 55: Margens da ribeira de Chança (c. 1910)

(Fonte: Rego, 2004a: 49)

Por fim, não podemos deixar de notar o modo como a representação fotográfica dos operários ao lado dos seus chefes e do administrador da empresa, bem como, nas exposições e no livro, a conjugação de fotografias dos operários, da população mineira, e das elites portuguesa e inglesa, em grande medida neutraliza e obscurece as tensões e os conflitos reais – descritos nos painéis textuais – que opuseram os operários e a administração ao longo de toda a vida da exploração mineira, assim como as profundas clivagens sociais que separavam (inclusivamente em termos espaciais) a população destas elites e especialmente da comunidade britânica. A neutralização destas tensões, oposições, clivagens e da segregação era também operada através de pequenos detalhes presentes na primeira exposição. Por exemplo, o programa da exposição evoca a banda filarmónica “que acompanhou dezenas de procissões na aldeia, coloriu tardes de domingo no coreto, animou festas e comemorações” (Rego, 2004b). É omitido o facto de o jardim da direção, onde o coreto se situa, não ter sido um local público, acessível à população em geral, durante grande parte do período da exploração mineira da Mason & Barry. Também não é mencionado o facto, notado por António Martins, de a banda filarmónica abrilhantar as sofisticadas festas no palácio, sendo, contudo, estrategicamente colocada num sítio onde não fosse vista nem pudesse ver os seletos convivas ingleses e portugueses. A banda filarmónica estava também simbolicamente representada na primeira exposição através da exibição do clarinete, da pauta e da estante. Como podemos ver na imagem abaixo, estes objetos encontram-se colocados junto a uma bola de *cricket* num expositor onde é representado o lazer da população da aldeia. Este aspeto é talvez um dos mais desconcertantes da exposição, e é talvez aquele que comprova a capacidade de

destabilização do cariz simbólico e complexo dos objetos, notada por vários autores anteriormente considerados. De facto, a bola de *cricket* atua, em nossa opinião, como um elemento desestabilizador da imagem dominante (e falsa) de estabilidade e de harmonia entre trabalhadores e administração, mineiros e elites, que as fotografias, em grande medida, constroem e transmitem.

No que concerne à exposição 'Do Rosto que Olha para a Terra', é forçoso também notar o modo como a narrativa principal da exposição, do ativismo político da comunidade mineira, da consciência e instituições de classe, e da sua luta política por melhores condições de trabalho e de vida, ser em grande medida neutralizada e contraposta no filme documentário de Filipe Verde, *Biografia de uma Mina*, exibido nesta exposição e que descrevemos acima com algum detalhe. A análise deste documentário à luz dos contributos teóricos e críticos considerados no capítulo anterior bem como da pesquisa e do estudo das fontes documentais primárias que realizámos no âmbito da presente investigação permite-nos retirar um conjunto de conclusões sobre este documentário. À semelhança das exposições comemorativas, o documentário descreve os principais momentos e as fases da vida do empreendimento industrial e mineiro, edificado por James Mason e gerido pela Mason & Barry Ltd. Da mesma forma, o documentário frisa o cariz pioneiro e a envergadura deste empreendimento industrial moderno no contexto da história industrial portuguesa, bem como o seu importante contributo para os processos de industrialização britânico e norte-europeu. Tal como a exposição 'Mina de São Domingos – 150 Anos de História', este documentário descreve o modo como o ritmo da exploração mineira (e o emprego da população mineira) dependeram, ao longo de toda a história do empreendimento, da situação política e económica britânica e internacional e de um mercado de metais cada vez mais internacional (ou global), volúvel e imprevisível.

A narrativa deste documentário assemelha-se igualmente à das exposições comemorativas na sua abordagem às condições difíceis de trabalho: o trabalho precário em regime de subcontratação e de empreitada, as longas horas de jornada, os acidentes, as doenças e os despedimentos que resultavam da descida do preço das pirites nos mercados internacionais ou da embirração do encarregado ou patrão. De igual forma, o filme relata as condições miseráveis em que viviam os mineiros e as suas famílias, contratando-o com o estilo de vida confortável da comunidade britânica, e que reproduzia os padrões de vida destas comunidades nas colónias imperiais.

Pelas suas características e pela sua organização, o filme descreve de uma forma mais explícita e mais eficaz não só a construção da aldeia de acordo com um padrão 'racional' previamente estabelecido pelo proprietário da empresa, James Mason, como também a rígida divisão e organização hierárquica social e profissional. Além disso, colmata uma das lacunas ou limitações que assinalámos nas exposições comemorativas, nomeadamente no que respeita à atenção dedicada à comunidade britânica. Parece-nos exagerada a ideia, afirmada no documentário, de que a comunidade britânica era "o elemento central da Mina de São Domingos", especialmente se tivermos em consideração a sua marginalidade numérica, bem como o facto de ser uma comunidade que permanecia em São Domingos apenas uma parte do ano (retirando-se para Inglaterra ou para o Algarve no verão) e que tendia, em geral, a permanecer pouco tempo em São Domingos.

Esta é a conclusão a que nos permitem chegar as (poucas) fontes primárias disponíveis, e que localizámos no âmbito da presente investigação. Por exemplo, os livros de correspondência de Gubian de Verdun, secretário pessoal bilingue de James Mason, e que esteve, entre 1863 e 1868, na Mina de São Domingos com um carácter quase permanente, reportando quase diariamente os mais diversos aspetos, constituem uma fonte de extrema importância, contendo muitos dados sobre a implementação e o desenvolvimento das operações industriais e mineiras, sobre a edificação da aldeia, sobre as relações e os problemas laborais, sobre a preparação da participação da Mason & Barry na Exposição Internacional do Porto (1865) e também sobre a composição e a vida da comunidade britânica em São Domingos. Por exemplo, Verdun dá-nos a conhecer as dificuldades que o clima agreste de São Domingos representava para os britânicos, especialmente para os homens provenientes do norte de Inglaterra e da Escócia, que permaneciam pouco tempo em São Domingos e partiam no final do contrato ou, em alguns casos, antes mesmo dessa data. Por exemplo, Verdun faz referência a William Browne, que em Outubro de 1864 abandonou a mina pouco tempo depois de ali ter chegado, o que levou James Mason a colocar um anúncio no periódico *Newcastle Daily Chronicle*, informando que a empresa o iria processar judicialmente, o que Mason esperava que tivesse um efeito pedagógico junto dos restantes funcionários: "You will do well in making the Englishmen out there acquainted with this ad – henceforth I intend to prosecute any one that maliciously breaks this contract." (Verdun, 1865: 314)

Verdun relata ainda os problemas decorrentes não só do clima como do facto de alguns funcionários estarem ali contrariados: a ingestão abusiva de álcool, mesmo no horário de trabalho, as discussões e rixas entre os funcionários britânicos, a forma rude e malcriada como

tratavam os operários, e que gerava uma grande animosidade no seio destes. Verdun refere ainda as doenças de que os ingleses e suas famílias eram vítimas, nomeadamente a malária, que assolava a região nos tórridos meses de verão. Esta situação agravou-se com a construção das represas em São Domingos, o que poderá ter causado as mortes de John Venner, em 1967, de David Aitken, em 1875, ou de Miriam Lamplugh, em 1880, para citar alguns membros da comunidade britânica que se encontram sepultados no cemitério inglês da localidade. A história de David Aitken, engenheiro mecânico escocês, é particularmente dramática: de acordo com a certidão de óbito, Aitken faleceu, com 42 anos, em Vila Real de Santo António, e na semana seguinte, a sua esposa, Isabel Duncan, morreu também, o que poderá ter sido apenas uma coincidência trágica ou um suicídio. Ambos se encontram sepultados no cemitério inglês da Mina de São Domingos, desconhecendo-se o que terá sucedido à filha do casal, Annie Gibson, nascida na Mina de São Domingos a 3 de março de 1871 (General Register Office, 2006a; General Register Office, 2006b).

Além disso, tanto as fontes consultadas como as fotografias presentes na exposição comemorativa e nos *Fotogramas da Memória* contrariam a separação clara e bem definida que é feita no documentário entre a comunidade britânica e uma elite nacional burguesa, ligada ao comércio e a profissões especializadas (como médicos ou professores). Na verdade, os quadros da administração/contabilidade da empresa (e na fase final da empresa, também técnicos) integravam diversos funcionários portugueses; tanto estes funcionários como a elite portuguesa ligada a outras profissões tinham ligações próximas de convívio e amizade com os ‘ingleses’, frequentando os mesmos espaços de sociabilidade.

As relações próximas entre a comunidade britânica e a “elite burguesa nacional” estão patentes, como vimos, em algumas fotografias antigas, e também no facto estranho de um português, Júlio Mascarenhas, estar sepultado no cemitério exclusivo dos ingleses. Contudo, e como demonstram os livros de correspondência de Verdun, Júlio Mascarenhas foi o responsável pelo setor administrativo/da contabilidade da empresa desde o início da exploração, pelo menos desde 1863, merecendo referências habituais não só na correspondência de Verdun como na de James Mason. Não podemos deixar ainda de destacar o facto de haver ligações familiares, nomeadamente de casamento, entre ingleses e portugueses, visíveis por exemplo na família de Joseph Abecasis, um britânico nascido em Gibraltar que se estabeleceu na Mina de São Domingos, por volta de 1864, como funcionário do setor da contabilidade (“guarda-livros”), juntamente com a sua esposa Rosalia Ribeiro Abecasis, natural de Vila Real de Santo António. Ali viveram o resto da sua vida, com os filhos

nascidos em São Domingos: Ana, Clara, Teresa, João, Francisco, António e Maria (ADB, 1888). Em resultado da sua competência, diplomacia e dedicação à empresa, Abecasis foi ascendendo na hierarquia profissional, tornando-se diretor do departamento de contabilidade e, mais tarde, administrador local da empresa. Em 1895, James Francis Mason transferiu para o seu nome 1000 ações da Mason & Barry, com a condição de que Abecasis não as vendesse sem a sua autorização e lhe pagasse metade dos dividendos subsequentemente auferidos (Abecasis, 1895a, 1895b).

O registo documental que talvez mais informações nos dá, em primeira mão, sobre o quotidiano da comunidade britânica de São Domingos é o diário (não publicado) de Victor Allan, cujo pai, Philip Allan, residiu e trabalhou em São Domingos entre 1908 e 1913 como engenheiro de minas. Victor Allan, cujo nome de batismo era na verdade Philip, foi apelidado de Victor, segundo o seu sobrinho John Measures, devido ao facto de ter nascido na altura do jubileu da rainha Vitória, em 1897⁵⁰. Victor estudava num colégio interno em Inglaterra mas nos períodos de férias escolares regressava à Mina para se juntar aos pais e aos irmãos mais novos, Josephine (Josie) e Hugh (Hughie). Em 1912, Victor, então com 15 anos, permaneceu na Mina de São Domingos entre janeiro e agosto e redigiu um diário, 'My Boyhood Diary at Mina de São Domingos, Mértola, Portugal 1912', que se encontra na posse do seu sobrinho John Measures e da esposa, Madge Measures. O diário dá-nos muitas informações não só da composição da comunidade britânica da altura como das suas rotinas diárias e das suas relações sociais⁵¹, e revela as estreitas ligações existentes entre os membros da comunidade britânica e a elite portuguesa residente na Mina. Ambas habitam no bairro da administração, localizado junto ao edifício da administração (o palácio), e em torno do jardim, onde passam uma parte considerável do seu tempo livre, e perto do lago, onde socializam, passeiam a pé ou em pequenas embarcações.

⁵⁰ Esta informação consta de um artigo da autoria de John Measures, provavelmente no início da década de 2000, publicado no jornal *Algarve Resident*, que não conseguimos localizar. Possuímos cópias dos textos redigidos por John Measures para este jornal, que nos foram facultados pelo próprio.

⁵¹ Analisámos o diário de Victor Allan, a par de outras narrativas pessoais ou autobiográficas sobre a Mina de São Domingos, no artigo 'Stories of the São Domingos Mine: English and Portuguese accounts of life at the mine', que apresentámos no âmbito da *I International Conference Landscapes of the Self*, realizada na Universidade de Évora em Novembro de 2010, e que se encontra no volume de anexos e apêndices do presente trabalho.



Imagem n.º 56: Membros da família de Joseph Abecasis no lago

(Fonte: Abecasis, 2011)

No diário, Victor descreve os seus companheiros de brincadeiras e aventuras: os irmãos, Josie e Hughie, Thelma Neville (filha do então diretor local da empresa, William Neville), Edward Rich (filho de Frederick Rich, engenheiro e chefe dos serviços de exploração), Peggy McBryde (filha de Anthony McBride, chefe das oficinas), Adelina e Maria Theresa (netas de Júlio Mascarenhas, chefe administrativo), Carmencita Brito (filha de D. Lucinda Brito), Fernando Vargas (filho do Dr. Vargas) e Fernando Abecasis, neto de Joseph Abecasis e do médico António Maurício Vargas⁵². Victor descreve também os hábitos de sociabilidade diários que juntavam as famílias destas crianças e jovens, bem como outros membros do *staff* britânico e habitantes portugueses: as visitas interdomiciliárias frequentes (para o chá, o jantar ou festas) e os passeios no jardim e no lago.

O diário de Victor Allan é igualmente revelador das clivagens – espaciais e sociais – existentes entre esta elite local, portuguesa e inglesa, e a população mineira. O relato da vida confortável e alegre desta elite contrasta vivamente com a descrição da vida da população mineira feita por António Martins e pelos residentes entrevistados por Miguel Rego e José Orta. Apesar de mencionar as idas ao mercado mensal (Pago) ou às festividades da aldeia (por exemplo às Festas de São João), Victor omite todo e qualquer contacto com a população mineira, com

⁵² Fruto da união de Teresa, filha de Abecasis, com o filho do médico António Maurício Vargas. No diário de Victor Allan encontra-se uma fotografia antiga de Fernando Abecasis junto ao lago. Os cargos ocupados por estes funcionários britânicos encontram-se indicados num documento elaborado por um residente da povoação, Zarcos Palma, intitulado 'Pessoal dirigente e administrativo das minas de S. Domingos em determinados períodos' e facultado por este a Richard Harvey, que no-lo mostrou.

exceção da descrição de duas ocasiões em que apanhou rapazes locais a roubar laranjas no jardim de sua casa, num passo que não podemos deixar de pôr em diálogo com o testemunho de Maria Rocha Martins, anteriormente considerado, que recorda como as crianças famintas comiam as laranjas podres, caídas no chão, que as senhoras inglesas lhes ofereciam.

14th February – This morning I found a native boy in our garden picking up oranges, and, as I thought, stealing them. I gave him a cuff and chased him off, and then was sorry, for it turned out to be a boy whom mother had given permission to pick up windfalls.

16th February – (...) This afternoon, I caught a boy stealing oranges and gave him a hiding. No mistake this time. (Allan, 1912)

Havia ali uns ingleses que moravam além no jardim. A senhora chamava a gente. Mas só dava as laranjas e as tangerinas que caíam no chão, picadas das moscas. Nós tínhamos fome e comíamos aquilo tudo. Foi uma sorte não haver doenças... epidemias. (Rego, 2006)

Tal como Verdun, também Victor Allan descreve algumas discussões entre membros do *staff* britânico, as dificuldades inerentes ao clima agreste, especialmente ao calor, bem como as doenças que vitimavam a comunidade britânica (bem como a população mineira em geral), nomeadamente a malária: “19th June – The heat is fearful tonight. Candles will not stand upright and butter and lard are liquid. (...) 30th June – weather blazing! Hughie, Josie, Mother and myself all down with malaria (...) 2nd July – mother has more fever and is very ill.” (Allan, 1912) Contudo, a doença do pai, Philip Allan, chefe dos serviços da contramina, é talvez o único aspeto negativo e recorrentemente referido por Victor no seu diário. Tal como o sobrinho de Victor, John Measures, refere num artigo escrito muitos anos mais tarde, o avô Philip Allan teve de deixar a Mina em 1913 devido à doença que o afligia, resultante da inalação dos gases sulfurosos no interior da Mina⁵³.

No que respeita ainda à comunidade britânica, não podemos deixar de referir as informações importantes obtidas através do cruzamento da correspondência de Verdun e de James Mason, e dos registos de residentes estrangeiros (recolhidos no âmbito da nossa pesquisa), com os documentos de família de Richard Harvey e os resultados da pesquisa genealógica realizada por este inglês, neto de Frederick Harvey, funcionário da Mason & Barry em São Domingos nas décadas desde 1870 até 1892⁵⁴. A pesquisa de Richard Harvey, e o cruzamento efetuado com os documentos que recolhemos fornece-nos dados muito importantes sobre o *staff* britânico

⁵³ Esta informação está contida no texto que nos foi cedido por John Measures e que terá sido publicado no jornal *Algarve Resident*.

⁵⁴ A este propósito veja-se o artigo de Richard Harvey sobre a história e ligações dos seus antepassados – avós, tios-avós e pai – à Mina de São Domingos e à Mason & Barry, que se encontra no volume de anexos e apêndices do presente trabalho.

que residiu (com um carácter permanente) na Mina de São Domingos ao longo das primeiras décadas da exploração, permitindo-nos concluir, por exemplo, que ele era maioritariamente composto por mineiros e encarregados de minas originários da Cornualha, e muitas vezes com ligações familiares entre si (Harvey, 2010; Silva, 2011). Permite-nos igualmente constatar que, não obstante a regra (supostamente estabelecida pela empresa) que proibia o contacto e as relações entre o *staff* e a população, esta era por vezes quebrada, como aconteceu com o avó e o tio-avó de Richard, nomeadamente Frederick e Louis Harvey. Estes casaram com raparigas locais: Louis casou com Felismina Coelho, em 1885, no consulado britânico em Lisboa. Deste casamento nasceram dois filhos, Henry, nascido na Mina de São Domingos, em 1886, e Isabel, em 1888. Fred Harvey deverá ter começado a viver maritalmente com Camilla Torres, filha de um comerciante nascido em Beja, mas de ascendência espanhola chamado Henrique Torres (falecido), em meados da década de 1880, dado que o filho primogénito, Richard Harvey, nasceu em Corte do Pinto, em abril de 1886. Camilla tinha apenas 18 anos e era órfã de pai e mãe. Em 1890, também em Corte do Pinto, nasce a segunda filha do casal, Mary Harvey.



Imagem n.º 57: Camilla Torres (c. 1886)

(Fonte: Richard Harvey)



Imagem n.º 58: Frederick Harvey e o filho Richard (Dick) (1886/1887)

(Fonte: Richard Harvey)

Fred, Camilla e os filhos saíram de São Domingos em 1892, altura em que Fred aceitou um novo trabalho na mina de ouro de Twin Lakes nos Estados Unidos da América (Colorado), e em que Camilla parece ter-se estabelecido em Inglaterra com os filhos. Fred Harvey faleceu em Londres em 1913, e a sua morte foi anunciada e lamentada num obituário publicado no jornal de minas britânico *The Mining World and Engineering Record* (1913). O filho, Richard (Dick) Harvey, engenheiro de minas, com uma longa experiência profissional em minas espanholas, chilenas, sul-africanas e birmanesas, regressou à Mina de São Domingos, em 1915, onde trabalhou para a Mason & Barry durante três anos. Entre 1918 e 1933 trabalhou em minas do México, Nigéria e Gana, regressando a Portugal em 1938 para trabalhar nas minas de Valongo⁵⁵.

Ainda no que respeita aos ingleses, e voltando à consideração do filme *Biografia de uma Mina* após este breve excurso, os autores do documentário evocam as “crónicas de alguns visitantes da mina”, nomeadamente do escritor Ferreira de Castro, que segundo eles “relataram (...) a forma fria, cortês e reservada como recebiam os visitantes” (Verde e Norte, 1997). Esta leitura

⁵⁵ Estas referências foram dadas pelo próprio no formulário de candidatura a um visto de visita para os Estados Unidos da América, na década de 1960, cuja cópia nos foi facultada pelo filho, Richard Harvey.

do texto de Ferreira de Castro, mencionada apenas uma única vez e a este propósito no documentário, afigura-se-nos não apenas estranha como principalmente incorreta e deturpadora do relato do autor, no qual ele exprime a antipatia profunda que experimentou em relação ao engenheiro inglês que o recebeu no palácio em substituição do administrador ausente, que o impediu de visitar a mina (o objetivo principal da sua visita), e que colocou um guarda da GNR no seu encalço durante toda a sua estada na povoação.

Ao contrário de Ferreira de Castro, que descreve com clareza a estrutura e organização sindical e operária que encontrou em São Domingos, os autores do documentário minorizam sistematicamente a consciência política e os movimentos operários de São Domingos. Apesar de enquadrarem as greves de 1907 e 1932 no movimento operário português e de estabelecerem ligações com ações de luta e de reivindicação congêneres das comunidades mineiras espanholas (particularmente de Rio Tinto), os autores do documentário classificam as ações de luta e de reivindicação levadas a cabo em São Domingos como “explosões individuais e localizadas de revolta”, “a reação espontânea e desesperada a estas condições sub-humanas de vida” e fruto da “retórica demagógica e populista” de alguns propagandistas revolucionários “a que chamam de socialistas e anarquistas” (Verde e Norte, 1997). Os operários são apelidados de “multidão mineira” inculta, desgastada e embrutecida pelo trabalho árduo e pelas dificuldades de sobrevivência, e cuja vida e ‘vistas’ se limitam ao “horizonte” da povoação. O narrador do documentário, com a sua pronúncia e tom neutros, próprios do documentário jornalístico e televisivo, descreve a “grande distância entre a massa proletária dos mineiros” e os “estratos letrados revolucionários que liam o *Germinal* de Émile Zola e onde se misturavam ideais marxistas e anarquistas” (Verde e Norte, 1997). De igual forma, consideram que estes ideais revolucionários, bem como a imprensa revolucionária “não chegava[m] a ecoar na excessiva pobreza do mundo mineiro que na sua esmagadora maioria permaneceu sempre afastado das organizações sindicais” (Verde e Norte, 1997). Neste contexto, os autores afirmam a incapacidade de ação política concertada destes trabalhadores embrutecidos, que só conseguiam expressar a sua revolta através de meios violentos: “E aí o conflito resolvia-se na mesma arena de sempre, da agressão pessoal ou da bomba com que um grupo radical fazia explodir uma máquina ou o telhado da casa do diretor da mina.” (Verde e Norte, 1997)

Através deste comentário curto e descontextualizado os autores fazem alusão a dois incidentes diferentes e que estão documentados: um deles consistiu numa explosão ocorrida em 1924 e que danificou o telhado da residência do administrador britânico, que na altura era

Frederick Rich; o outro diz respeito a uma série de danos causados a maquinaria da exploração mineira no final de 1932 e no início de 1933, no decurso da greve de 1932. No que respeita ao primeiro incidente, tratou-se de uma pequena explosão verificada na noite de 19 de Abril de 1924 que danificou o telhado da residência do diretor da empresa, Frederick Rich, na sequência da qual foram presos acusados Manuel Cândido, professor do ensino primário, a desempenhar funções na localidade, Valentim Adolfo João, empregado do laboratório químico da Mason & Barry, os trabalhadores José Colaço Martins e José Martins Monteiro (ou José Aldeano), e Manuel António Seno, antigo tesoureiro da empresa. O incidente deu lugar a um longo e aprofundado inquérito policial, que incluiu buscas às residências dos arguidos, a apreensão de objetos e de documentos pessoais, o seu interrogatório, e a audição de diversas 'autoridades' da povoação. Este inquérito ou processo-crime, com um total de 135 folhas, encontra-se depositado no arquivo nacional Torre do Tombo em Lisboa.

A análise deste inquérito, cuja conclusão foi de que não havia quaisquer provas de que os arguidos tivessem praticado o crime de que eram acusados é um documento histórico de grande importância, na medida em que corrobora aquilo que a documentação conhecida revela, que as exposições comemorativas representam, mas que o documentário de Filipe Verde pretende diminuir e desmentir: a importante organização operária existente na Mina de São Domingos, as ligações aos movimentos sindicalista e anarquista nacionais e o conhecimento da literatura e dos movimentos congêneres de outros países. O inquérito indicia desde logo o propósito político bem definido do atentado, nomeadamente o de impedir a constituição, em curso, do sindicato mineiro, através da descridibilização e do afastamento dos seus principais organizadores. No relatório inicial, enviado ao diretor da polícia de investigação criminal de Lisboa, os agentes policiais da Mina de São Domingos revelam desde logo os factos que indiciam a responsabilidade dos arguidos da prática do crime de que são acusados: Manuel Cândido, professor, era também diretor do jornal (subversivo) local *Voz da Verdade* (sediado em Santana de Cambas) e correspondente local do periódico (anarquista) *A Batalha*, editado pela Confederação Geral do Trabalho. Segundo os agentes, "o professor Manuel Cândido em exercício da sua profissão nestas Minas tem procurado por meio de escritos libertarios e conferencias, revoltar o operariado contra o seu Director, a ponto de, por esses motivos, ter conseguido que este gosse de poucas simpatias dos seus subordinados" (ANTT, 1924).

Quanto a Manuel Seno, que tinha sido despedido do cargo de tesoureiro da empresa por alegado furto, estava, segundo os relatores, "mancomonado com o já referido professor (...)

[e] tem procurado com este criar uma campanha de odios contra o seu ex-Director” (ANTT, 1924). Por fim, eram conhecidas “as ideias libertarias” dos restantes acusados, bem como as reuniões políticas que mantinham com Manuel Cândido. Os agentes declaravam ainda ter em seu poder os jornais *Voz da Verdade* e *A Batalha*, bem como um caderno intitulado ‘Ao Trabalhador Rural (Geórdicas)’ com o carimbo da União Anarquista Portuguesa⁵⁶. No âmbito dos interrogatórios a que foram sujeitos, todos negaram terem cometido o crime, manifestando o seu repúdio por este tipo de atos. Todos, à exceção de António Seno, admitiram o seu envolvimento na constituição da associação de classe dos mineiros, que consideravam legal e necessária. Manuel Cândido admitiu a autoria dos diversos artigos publicados no jornal *A Voz da Verdade* (com exceção de um redigido por Valentim Adolfo) de esclarecimento dos operários e de apelo à organização sindical, que declarou ser legal e não violar as regras da liberdade de imprensa. Entre os documentos apreendidos encontravam-se diversos textos de cariz político (da autoria de Manuel Cândido), jornais e livros anarquistas, nacionais e estrangeiros, documentos relativos ao sindicato mineiro, correspondência com a C.G.T. e com outros indivíduos e instituições, bem como estatutos de outras associações de classe nacionais, que provavelmente serviram de base à redação dos estatutos do sindicato local.

O inquérito não conseguiu provar a culpabilidade dos acusados, que foram devolvidos à liberdade e recebidos em São Domingos com grande ovação popular, como relata uma notícia publicada no jornal *O Século* em 8 de junho de 1924. Esta encontra-se incluída no referido processo (ANNT, 1924: 99), na sequência do protesto do diretor da mina, que solicitou junto da polícia local a retificação da afirmação do jornal de que se tinha provado “que aqueles indivíduos foram alvo d’uma vingança mesquinha, como estava no animo de todos os habitantes d’este concelho” (99). Apesar da sua inocência, os acusados foram alvo de perseguições políticas posteriores: o professor Manuel Cândido foi acusado de possuir postais ilustrados “imorais” na escola (de Serpa) onde lecionava em 1928, e que lhe tinham sido apreendidos por agentes da Polícia Internacional, acusações de que ele se defende em carta dirigida ao diretor da Polícia de Informação, inclusa no processo (105-106). Este professor viu também negado o seu pedido de transferência para a sua terra natal, Portalegre, levando a que o Governador Civil de Beja intercedesse em seu favor junto do Diretor da Polícia de Informação (104).

⁵⁶ Encontram-se apenas ao processo diversos recortes de artigos da autoria de Manuel Cândido (e um de Valentim Adolfo João), publicados nos jornais *A Voz da Verdade* e *A Batalha*.

Valentim Adolfo João foi despedido pela empresa e, apesar das suas diligências, não voltou a ser admitido. Voltou a ser preso em abril de 1927 devido ao seu ativismo político, particularmente no âmbito das suas funções de secretário-geral do Sindicato dos Operários da Indústria Mineira de São Domingos. No âmbito da sua prisão, e como consta do respetivo processo policial, foi feita uma busca à sede do sindicato mineiro e foram apreendidos cerca de 530 documentos, que se encontram inventariados no referido documento. Do processo consta ainda uma carta escrita por Valentim Adolfo no calabouço n.º 4 do Governo Civil de Lisboa e endereçada ao Diretor da Polícia de Informações do Ministério do Interior. Nesta carta Valentim declara a legalidade das suas ações sindicais e insurge-se contra a sua “injusta prisão que afecta sobremaneira um lar harmonioso, uma colectividade legal de carácter instrutivo e uma classe que sofre miseravelmente as afrontas da Empresa da Indústria Mineira de S. Domingos que mais grandemente se vinga na minha pessoa” (ANTT, 1927). No interrogatório a que foi sujeito, Valentim Adolfo João afirmou que nunca incitara os operários à violência, que tinha sido despedido injustamente pela empresa em face de um crime que não tinha cometido, que apesar de todos os seus esforços não tinha conseguido ser readmitido, e que a sua família era prejudicada por esse facto. Do processo consta ainda uma carta de Manuel Moura de Brito, funcionário da Mason & Barry, que relata as diligências realizadas com vista a readmissão de Valentim, até à data, infrutíferas.

No despacho do diretor interino da Polícia de Informações do Ministério do Interior, que ordena a libertação de Valentim, pode ler-se: “Que tratando-se de um individuo tuberculoso em estado adiantado, um extremo miserável, seja posto em liberdade, podendo descansar(?) na Mina de S. Domingos, onde terá família.” (ANTT, 1927) O elemento mais importante deste processo são sem dúvida as páginas soltas do jornal anarquista *Aurora!*, em que figura um artigo de Valentim Adolfo João, intitulado ‘A “patranha” de 19 de Abril de 1924 na Mina de S. Domingos’ (1.ª parte). Neste, o autor relata os acontecimentos que antecederam o alegado atentado dinamitista contra a residência do diretor. Valentim descreve a greve que se realizou entre 28 de Julho e 2 de Agosto de 1923, em que os operários protestaram contra o facto de a empresa ter respondido às suas reivindicações de aumento salarial com a concessão de um subsídio a pagar não em dinheiro mas em tecido.

Esta foi a principal motivação para a implementação da associação sindical, que contou desde logo, com uma adesão em massa dos operários: segundo Valentim Adolfo, no espaço de três semanas inscreveram-se mais de mil operários/sócios (ou seja, mais de metade dos trabalhadores da empresa). Neste longo artigo, Valentim Adolfo descreve ainda as reuniões

realizadas com o diretor da empresa, a oposição deste à constituição do sindicato e o seu receio do movimento anarquista e libertário e dos seus principais dirigentes, nomeadamente Gonçalves Correia. Em alguns passos recheados de humor, Valentim Adolfo descreve como ofereceu ao diretor o livro *A Felicidade de Todos os Seres na Sociedade Futura*, de Gonçalves Correia, e como, numa sessão cultural realizada no “Teatro da Empresa” em janeiro de 1924, e mediante a autorização prévia do próprio gerente para recitar um poema, Valentim tinha subido ao palco e recitado – perante a estupefação geral de um auditório repleto – ‘Mundo Agonizante’, um “poema social de Lirio de Rezende (poeta anarquista). Neste texto Valentim reconhece a animosidade que o diretor nutria por ele, já o tendo avisado de que à mínima razão o despediria, mas que o seu trabalho era considerado exemplar pelo seu chefe William Hardy, que Valentim descreve como “o único inglês simpático aos operários das minas”. Infelizmente, o artigo termina sem que seja abordado o atentado propriamente dito, apelidado de “a patranha” no título deste artigo, e cuja explicitação promete para um número posterior do jornal, que não se encontra no processo e não conseguimos localizar. Manuel Patrício, irmão de Valentim Adolfo, membro do sindicato mineiro e sindicalista e revolucionário destacado da vila mineira de Aljustrel, revela nas suas memórias (publicadas postumamente pela filha) a origem – e o verdadeiro autor – do atentado dinamitista: o próprio diretor, Frederick Rich:

Continuaram os trabalhos para a organização da Associação.
Foram aprovados os Estatutos e enviados ao Governo.
Logo de seguida a empresa mineira mandou-nos despejar o quarto.
Poucos dias depois rebentou um explosivo no telhado do Director, partindo meia dúzia de telhas, servindo de pretexto para prenderem o presidente do grupo (...) e mais quatro operários.
Só estiveram presos dezoito dias, em virtude da intervenção do deputado Sá Pereira.
No dia em que foram libertados obtivemos licença do Governador Civil de Beja para lançar foguetes ao entrarem na Mina de S. Domingos. Como era de esperar, o povo mineiro, e não só, foi em massa esperá-los à entrada da vila, frente à residência do director da mina e ali se lançaram foguetes e morteiros, indo alguns destes rebentar por cima do telhado do director.
Como entretanto constou (e se confirmou) que ele próprio tinha lançado 18 dias antes o petardo que destruiu meia dúzia de telhas do seu telhado, como pretexto para que os operários fossem presos, deixou a mina e foi para Inglaterra, tendo sido substituído por outro director. (Patrício, 2009: 90-91).

Através deste relato circunstanciado e assente em fontes históricas primárias da natureza do atentado forjado à residência do diretor da Mason & Barry, como também através do contexto social e político em que ele foi levado a cabo é-nos possível apreciar e, em última análise, desmentir a narrativa do documentário *Biografia de uma Mina*, que distorce a verdade

histórica e reproduz a versão oficial – mas falsa – da empresa exploradora. De igual forma, esta revisitação dos acontecimentos permite-nos igualmente constatar a consciência e a ação políticas da comunidade operária de São Domingos, que o filme menoriza e contesta, mas que as fontes históricas, os testemunhos dos residentes e as exposições comemorativas afirmam e comprovam. São esta consciência de classe e a luta concertada por melhores condições de vida e de trabalho que estão patentes nas 22 edições do jornal *A Voz do Mineiro*, que foi publicado, em tiragens mensais de 500 exemplares, entre fevereiro de 1930 e dezembro de 1932 (SOIM, 1931-1932; Patrício, 2009).

Como vimos, outra das acusações veladas e descontextualizadas que os autores do documentários fazem à ‘massa proletária’, embrutecida e despolitizada de São Domingos, é a destruição de máquinas por via de atentados bombistas. De facto, as fontes históricas disponíveis, nomeadamente a documentação existente no fundo do Ministério do Interior relativa à greve de 1932 em São Domingos, comprova que se verificaram vários incidentes deste tipo entre novembro de 1932 e maio de 1933. No entanto, como esta documentação revela, estes atos, que causaram danos pouco significativos em alguns carris da linha de caminho-de-ferro, num motor elétrico e num cilindro a vapor, têm de ser interpretados no contexto do insucesso completo e das consequências nefastas da greve que eclodiu em 13 de outubro de 1932 e que se arrastou, pelo menos de forma expressiva, durante mais de um mês. Dos relatórios policiais e do exército ressalta a disciplina e a conduta ordeira dos mais de 2.000 grevistas (na sua maioria sindicalizados), que impressionaram as chefias militares ali estacionadas. Os mesmos relatórios apontam os benefícios que esta greve trouxe à empresa que, em face da grave crise internacional que se atravessava na altura, aproveitou a ocasião para proceder ao despedimento de centenas de operários, especialmente dos mais reivindicativos, bem como dos dirigentes sindicais. Ao contrário do que é afirmado no documentário, a empresa não acedeu a nenhuma das reivindicações feitas pelos grevistas, aprovadas em reunião magna dos operários em 13 de outubro de 1932, e que incluíam um aumento salarial de 4\$00 diários a todo o pessoal, a fixação de 22 dias de trabalho mensal enquanto durasse a crise mundial, a readmissão dos operários despedidos desde junho de 1932, a garantia de que não haveria represálias, vingança ou perseguição dos grevistas e haveria o pagamento dos dias de greve (ANTT, 1932).

A documentação existente demonstra que nenhuma destas reivindicações foi acolhida pela administração da empresa, que de forma irredutível manteve até ao fim aquela que tinha sido a sua resposta inicial às reivindicações dos operários (“nem mais um vintém”),

incondicionalmente apoiada pelo estado português, que para ali enviou um forte contingente policial e militar. Neste contexto, um ofício do Ministro do Interior, datado de 19 de janeiro de 1933, transcreve o agradecimento formal endereçado pela Mason & Barry ao governo português pelas providências tomadas aquando da greve, as quais permitiram diminuir os prejuízos que aquela ação causou à empresa (ANTT, 1933a). Constatamos assim que os atentados bombistas, praticamente inofensivos, às infraestruturas e aos equipamentos da Mason & Barry constituíram a única forma de protesto possível e de manifestação da revolta dos operários perante a falência da ação reivindicativa concertada, pacífica e legal, e em face da situação desesperada em que muitos dos operários presos ou despedidos e as suas famílias se encontravam. Neste contexto, temos ainda de referir a onda de solidariedade nacional que a situação dos mineiros de São Domingos provocou: mais de uma dezena de associações operárias nacionais endereçaram ofícios ao governo pedindo-lhe que diligenciasse junto da empresa, que de forma injusta e desumana se recusava a readmitir cerca de 200 operários despedidos no decurso da greve, muitos deles ao serviço da empresa há mais de 20 anos (ANTT, 1932; 1933b). Na verdade, a certeza desta solidariedade, bem como a consciência de que a sua condição era partilhada por muitos outros, um pouco por todo o mundo, está bem patente num folheto clandestino distribuído pelos organizadores da greve, muitos deles já presos ou evadidos em Espanha, e incluso no processo policial⁵⁷, que transcrevemos:

MINEIROS -----EM PÉ

Altiva e cerenamente (sic) encaremos todos os obstáculos!

Não nos fíemos nas armadilhas que a Empresa projecta pôr em pratica para nos coagir, para nos vencer!

MULHERES, COMPANHEIRAS. – A fome, a miseria nunca nos foram estranhas, mas neste momento é a morte que se aproxima!

Pois bem: ANTES MORRER de fome do que render-mo-nos a um inimigo tão desumano!

CAMARADAS, COMPANHEIROS; Olhai bem o que é a crise da Empresa, e como ela se está portando!

– Só para nós nem um vintém mais!

– Nós diremos: Só para voltarmos à Mina com a satisfação dos seis pontos por nós defendidos.

NEM UM PONTO A MENOS! De contrario esta mina não mais voltará a ser mina e nós teremos a sorte dos 25 milhões de desempregados que vagueiam pelo mundo. Jamais esqueceremos a afronta que nos está sendo feita e temos a consciencia serena das nossas responsabilidades a qual manteremos pelo tempo que fôr necessario.

Confiemos na Solidariedade entre os trabalhadores a qual já está em actividade recusando os mineiros de outras minas, carregar os barcos fretados pela de S. Domingos.

– Os camponeses tambem não virão atraiçoar-nos nem os operarios doutras localidades!

PREÇOS, FAMINTOS, MAS NÃO VENCIDOS

Viva a Solidariedade Internacional

Escrito por nós, firmado por nós Mineiros de S. Domingos

(ANTT, 1932: 20)

⁵⁷ De acordo com o relatório policial, este folheto deverá ter sido impresso em Espanha (ANTT, 1932).

Em janeiro de 1933, perante a recusa da empresa de admitir 150 dos trabalhadores despedidos, um grupo de operários ligados ao sindicato, entre eles Sebastião Adolfo, enviaram também um apelo desesperado ao Ministro do Interior, para que o governo português intercedesse junto da empresa, no sentido de ela readmitir estes operários, cujas famílias estavam a viver uma “situação aflitiva”. Apesar de reafirmarem a justiça das suas reivindicações e da sua indignação perante a atitude “ríspida e sobranceira” e “humilhante” da empresa, reconhecem a sua incapacidade negocial face ao poder incontestado da empresa: “Embora tardiamente, reconhece o operariado da Indústria Mineira que a posição da Empresa é inabalável e que a sua força é superior aos justos pedidos e necessidades dos humildes assalariados.” (ANTT, 1933c)

O documentário descreve o período subsequente da exploração mineira como sendo marcado pelo declínio inexorável da empresa, pelo fim das lutas operárias de São Domingos e também do movimento operário português. Apesar de esta afirmação aludir e se inscrever na política de repressão por parte do Estado Novo das instituições operárias, bem como de todas as manifestações de cariz oposicional, instituídas ou informais, e das liberdades civis no seu geral, julgamos que ela não só é incorreta como constitui uma forma de silenciamento do movimento político, revolucionário e antifascista que se desenvolveu e operou clandestinamente desde a década de 1930 até à instauração da democracia em Abril de 1974, que se manifestou também em São Domingos. Este facto tinha já sido mencionado pelos residentes entrevistados por Miguel Rego e José Orta, assim como por António Martins.

A documentação existente confirma os seus testemunhos: um ofício confidencial da GNR, datado de 20 de março de 1933, dá conta de um “escrito subversivo (...) arrancado de uma parede do mercado da Mina de S. Domingos, por um praça do posto daquela localidade” onde se lê: “A resposta ao edital das Eleições: ABAIXO A DITADURA. VIVA AO COMUNISMO LIBERTÁRIO. ABAIXO AS ELEIÇÕES. VIVA Á REVOLUÇÃO SOCIAL. Viva el comunismo libertario. ABAIXO A CAMARILHA DOS GATUNOS.” (ANTT, 1933d) De igual forma, é conhecido (ainda que pouco tratado pela historiografia) o contributo dos mineiros de São Domingos para o único atentado contra a vida de Salazar, ocorrido em 4 de julho de 1937, através do fornecimento dos explosivos. Valentim Adolfo João foi acusado de ter fabricado a bomba, julgado à revelia em março de 1939 (encontrando-se então evadido em Espanha) e condenado a uma pena de “23 anos e 8 meses de degredo em posseção de 2.ª classe” (ANTT, 1949a). Foi preso em Novembro de 1949 pela PSP de Setúbal, permaneceu cerca de um ano na tenebrosa cadeia do Aljube, e foi depois transferido para o forte de Peniche, onde permaneceu até 1964, altura em

que foi libertado. Vários dos signatários da carta dirigida ao Ministro do Interior, acima mencionada, são denunciados em ofícios confidenciais da GNR dirigidos ao Ministério do Interior como “meneurs, agitadores ou propagandistas de ideias extremistas”, nomeadamente António Adolfo João (irmão de Valentim), José Alexandre, Manuel José Nunes e o próprio Valentim Adolfo (ANTT, 1939; 1940; 1941). Estes ofícios enumeram mais de uma dezena de operários da Mina de São Domingos, na sua maioria sem processo criminal, o que indicia o facto de, apesar de possivelmente terem sido presos na sequência das denúncias, as acusações não terem sido dadas como provadas.

Alguns dos indivíduos mencionados nestes ofícios possuem registos criminais e foram presos subsequentemente, como são os casos de Manuel Francisco Palma, José Vaz Rodrigues e Manuel José. Outros indivíduos referidos, tais como António Adolfo João, Jacinto Candeias e José Alexandre, foram presos em 1949, ano da candidatura eleitoral de Norton de Matos, sob a acusação de “atividades e organização da associação secreta e subversiva que denominam por “Partido Comunista Português”. Com eles foram também presos Augusto Bento Valadas Molarinho, José Luís Valadas, conhecido como “O Flores”, Domingos Nunes Paulino, Francisco da Graça Pedro e Joaquim Martins Damásio (ANTT, 1949b). Da análise das biografias prisionais concluímos que destes o mais castigado terá sido Augusto Bento Molarinho, que foi condenado a 18 meses de prisão e passou pelo Aljube, pela prisão de Caxias e pela Cadeia do Forte de Peniche (ANTT, 1949c). João Honrado, conhecido revolucionário alentejano, que passou pelos calabouços do Aljube, de Caxias e de Peniche, na mesma altura que Molarinho, lembra a sua figura frágil e debilitada, assim como a tortura a que Molarinho, tal como o próprio João Honrado e tantos outros presos, foram submetidos. Numa entrevista concedida ao jornalista Paulo Barriga em 1998, João Honrado descreve a exiguidade das celas do Aljube, onde os presos ficavam durante meses em regime de incomunicabilidade, assim como os interrogatórios policiais e as torturas, particularmente a da privação do sono:

Houve entretanto a tortura do sono. Estive oito dias sem dormir. (...) De três em três horas estão ao pé da gente. Se o gajo se deixa dormir batem com a régua ou jogam água para cima. É a chamada tortura do sono, que não há porrada, que não deixa vestígios nem marcas, mas é uma coisa brutal (...). Depois o preso tem alucinações. Vê um buraco e joga-se para sair e bate com a cabeça na parede e acorda...É uma coisa medonha. (...) Uma vez dei uma entrevista a um pido durante as alucinações. Apanhei um pido e julgava que era um jornalista e fomos passear. Mas é uma coisa curiosa: um gajo quando está com alucinações não diz nada daquilo que lhe interessa e depois, quando lhe passa a alucinação, lembra-se daquilo que disse.
(...)

Uma pessoa desinteressa-se da vida: se morrer, morre. Se não pensa assim está quilhado. Não pode fazer concessões ou ajeitar-se para não morrer...tem que estar disposto a morrer. (Honrado, 1999)

Tanto estes documentos, como os relatórios periódicos feitos pelo governador civil de Beja sobre a situação económica e social no distrito (disponíveis no fundo do Ministério do Interior) ao longo das décadas de 1930 a 1960 testemunham que a atividade política oposicional no distrito foi intensa e constante, particularmente em Baleizão, na margem esquerda do Guadiana e também em Aljustrel e São Domingos. Esta documentação, que aqui analisámos brevemente, contraria em absoluto a narrativa do documentário *Biografia de uma Mina*, que silencia e branqueia a luta que os indivíduos supramencionados desenvolveram em prol da democracia, num ambiente difícil e hostil, e com um elevado custo pessoal: despedimentos, prisões, tortura e a renúncia a uma vida pessoal e familiar ‘normal’ em prol de objetivos coletivos. Ao contrário do filme documentário exibido no Museu do Lousal, realizado na década de 1960 pela empresa exploradora, e em que o ponto de vista da narrativa é declaradamente o da empresa (e do Estado Novo), o documentário *Biografia de uma Mina* tem origem recente, académica, e apoia-se – quer visualmente quer no comentário – num conjunto de fontes documentais (imagens da imprensa, fotografias e filmes) que lhe conferem uma imagem de imparcialidade, cientificidade e rigor histórico, a qual é, porém, desmontada pelas evidências documentais e históricas. No entanto, foi esta a narrativa “oficial” e “credível” que foi transmitida aos visitantes da exposição em que o filme esteve patente, e que será transmitida a todos aqueles que o visionem noutro contexto.

O aspeto mais significativo que ressalta da análise deste filme é a ausência total de testemunhos orais diretos, nomeadamente dos residentes da aldeia, que figuram no documentário sem direito a nome (apenas mencionados na ficha técnica) e principalmente sem direito a voz. Os autores do filme reconhecem que estes habitantes idosos constituem as poucas testemunhas ainda vivas da história da aldeia e da população durante o período da exploração mineira – “Em breve morrerão os últimos testemunhos vivos desse passado e desse mundo. Nesse momento a Mina de São Domingos terá desaparecido para sempre.” (Verde e Norte, 1997) Esta constatação não deixa de ser infeliz, e algo irónica, uma vez que ao retratar a vida da população e ao filmar alguns dos seus representantes, privando-os do seu testemunho pessoal – o documentário perpetua o seu silenciamento. Não podemos, neste contexto, deixar de comparar este filme com o documentário recente sobre as Minas da Borralha, realizado por um grupo de alunos do Instituto Politécnico do Porto e exibido na

edição de 2011 do festival *DocLisboa*, que consiste integralmente nos testemunhos orais de membros da comunidade mineira (Oliveira, Brandão, Pinto e Afonso, 2011).

A ausência de testemunhos pessoais, particularmente dos antigos operários da Mason & Barry e dos habitantes locais a nível geral, é também um dos aspetos mais significativos que temos de apontar no que respeita às exposições comemorativas. Apesar de ambas as exposições representarem a vida desta população, exibirem os nomes de muitos operários e enfatizarem as grandes e múltiplas dificuldades que marcaram a vivência das populações ao longo de mais de um século, elas fazem-no de modo indireto, falando das populações e pelas populações em vez de as deixar transmitir, de forma autónoma e direta, a história e as vivências de que foram protagonistas. No caso destas exposições em particular, este facto torna-se ainda menos compreensível se tivermos em consideração as entrevistas que tinham sido realizadas aos residentes, e que foram posteriormente incluídas no CD-ROM interativo. A análise das entrevistas permite-nos constatar não só a sua relevância *per se* como também o papel importante que poderiam ter desempenhado quer na representação museológica da história desta comunidade mineira, quer na dignificação pública da sua memória, que constituiu afinal o objetivo principal e declarado de ambas as exposições.

Esta é, infelizmente, uma característica não só destas exposições como dos núcleos museológicos mineiros existentes na região: por exemplo, a exposição do Museu Mineiro do Lousal concentra-se na exibição de máquinas e de instrumentos industriais e não contém quaisquer testemunhos orais, apesar das recolhas existentes, feitas por Lucília Carmo e Maria do Céu Pinto (Carmo e Pinto, 2003) e por Paula Rodrigues (Rodrigues, 2005). Da mesma forma, o núcleo museológico Central de Compressores, que integra o Museu Municipal de Aljustrel, compõe-se na sua íntegra de máquinas e instrumentos ligados à atividade extrativa. Numa das paredes deste espaço museológico encontra-se um painel fotográfico de grandes dimensões com os rostos de vários mineiros de Aljustrel. Tal como no filme *Biografia de uma Mina*, de Filipe Verde, ou nas exposições comemorativas dos 150 anos da história da Mina de São Domingos, apenas nos é permitido ver estes mineiros, mas não ouvi-los, nem obter quaisquer informações sobre eles: permanecem silenciosos ou silenciados, e a sua história continua, em grande medida, por contar. No entanto, tanto no caso de São Domingos como no caso de Aljustrel, e além das fontes documentais, históricas e historiográficas disponíveis, existem vários textos autobiográficos (alguns deles de cariz literário e ficcional) que poderiam ser

aproveitados no âmbito das representações museológicas da história e da memória destas comunidades⁵⁸.

Um último aspeto, frisado por vários dos autores considerados no capítulo anterior, e que temos de assinalar no que respeita ao filme e às exposições comemorativas, é a ausência de ligações entre o presente e o passado, a separação que é feita entre o presente e o passado, e a representação da história da povoação como um capítulo que se encerrou com a falência da empresa (segundo as exposições) ou com a morte próxima dos últimos testemunhos da história da comunidade no período da exploração mineira. Apesar de referirem a vida difícil e de miséria da esmagadora maioria da população, a ideia que ressalta das exposições, dos textos de Pulido Valente e de Miguel Rego no livro *Fotogramas da Memória* e do filme *Biografia de Uma Mina*, é a da mitificação da história passada da aldeia e da comunidade: a Mina de São Domingos era um empreendimento industrial importante, em termos nacionais e internacionais; apesar das muitas dificuldades que marcavam a vida da população, São Domingos era uma aldeia populosa, vibrante e alegre, onde havia trabalho, muitas crianças e uma série de equipamentos sociais e culturais inexistentes na região. Por contraste, a povoação atual é apresentada como um sítio lúgubre, fantasmagórico, onde vagueiam uns poucos idosos tristes e sem perspetivas, que apenas aguardam o fim – esta ideia é particularmente enfatizada, de uma forma bastante aguda e perturbante, no filme *Biografia de uma Mina*.

Apesar de as exposições comemorarem os 150 anos de existência da povoação, a história que elas contam ou representam circunscreve-se, na verdade, ao período da exploração mineira, sendo que a história subsequente está completamente ausente. As consequências do fim da exploração, a experiência da emigração, e a vida dos habitantes que ali permaneceram ou que ali vivem hoje não foram objeto de tratamento nestas exposições. Da mesma forma, nem as exposições nem o filme problematizam a história da Mina de São Domingos no contexto histórico mais lato das sociedades capitalistas industriais. Apesar de a história da exploração mineira ser enquadrada na conjuntura internacional em que se inscreveu, dando conta dos vários ciclos económicos, da instabilidade permanente dos mercados internacionais de metais

⁵⁸ No caso de São Domingos, para além do livro de António Martins, já abordado, podemos referir os livros de Heitor Domingos, *Recordações – Da Mina ao Pomarão* (1995/2003), *Recordações – Velhos São os Trapos* (1996/1999) e *Alentejo – Margem Esquerda Esquecida*, e de Glória Viegas e José Bravo *Quando Começo a Sonhar Contigo...Mina de S. Domingos* (1998). No caso de Aljustrel, referimos a título exemplificativo *Contos da Mina*, de Nogueira Pardal (2005) e *Arquivo do Meu Pensamento – Recordações de um Mineiro*, de Manuel Patrício (2009).

e da crescente competição das minas de outros pontos do globo, o declínio do empreendimento é visto como o resultado previsível e inevitável do esgotamento dos depósitos minerais, e que é o destino comum e conhecido de todas as minas.

Nem as exposições nem o filme abordam a fuga da empresa às suas responsabilidades ambientais ou sociais, nomeadamente para com a população, que abandona à sua sorte. Nenhum deles aborda a convivência do estado para com esta situação e para com a manutenção do couto mineiro e do estatuto privado da povoação durante as décadas subsequentes. Como vimos, esta situação inqualificável é relatada e criticada por António Martins, pelos entrevistados, e pelos autores do documento *Mina de São Domingos: um profundo esquecimento*. Neste sentido, o livro de António Martins é particularmente importante, na medida em que nos dá a conhecer como foi a vida na Mina de São Domingos após o fecho da exploração mineira: uma vida igualmente difícil, em termos sociais e económicos, para os que ficaram, na sua maioria idosos ou doentes; muito melhor, contudo, para os que partiram e assim conseguiram atingir um nível de vida muito melhor, enchendo anualmente a povoação de gente e de alegria, nas suas visitas anuais, e ajudando à conservação de muitas das modestas habitações da aldeia, ainda que não lhe pertencessem.

Este é também um dos aspetos importantes da exposição ‘Olhares sobre um Lugar’, e em particular das fotografias de António Cunha, que nos proporcionam um retrato visual da vida da comunidade de São Domingos do período posterior ao encerramento da exploração. À semelhança do filme *Biografia de uma Mina*, também António Cunha fixa a sua câmara nos rostos e nos olhares dos residentes idosos da aldeia. Contudo, e ao contrário do que acontece no filme, estes residentes não primam pela imobilidade, pelo silêncio e pela tristeza. Os habitantes captados pelas objetivas de Cunha ‘falam’ para a câmara, mostram as suas casas humildes, estão envolvidos em tarefas laborais e quotidianas. Muito longe de estarem à espera da morte, como o comentário do filme indicia, os residentes captados por Cunha estão bem vivos e ocupados nos seus afazeres laborais e domésticos. Contudo, temos de notar o facto de as fotografias de Cunha (realizadas no final da década de 1980) se reportarem na íntegra a uma época passada, ainda que mais recente, da história da Mina de São Domingos. O presente da aldeia não é também objeto de tratamento nesta exposição.

Um outro aspeto importante do trabalho de António Cunha, presente na exposição, prende-se com as imagens do complexo mineiro em ruínas, e que transmitem uma imagem vívida, mesmo chocante, da completa espoliação que marcou o processo de encerramento e falência

da empresa. Neste contexto, não podemos deixar de atentar na imagem de um vagão abandonado no túnel que conduz ao interior da mina:



Imagem n.º 59: Vagão abandonado no túnel da mina

(Fonte: António Cunha)

Não podemos deixar de comparar esta imagem do vagão ferrugento, descarrilado e abandonado no meio do túnel escuro e tenebroso da mina, com um vagão semelhante, limpo e restaurado, exibido na exposição comemorativa dos 150 anos da aldeia (e que pode ser visto numa das imagens fotográficas da terceira sala da exposição). Esta comparação leva-nos a concordar com a opinião expressa por James Clifford (1997), o qual defende que a representação museológica da imagem fotográfica do objeto *in situ* é preferível, e mais eficaz, do que a exibição do objeto retirado do seu contexto original. Dada a importância que os objetos “reais” têm ao nível das representações museológicas, julgamos que a melhor abordagem fosse a de conjugar o objeto com a representação pictórica do mesmo objeto no seu contexto original. Não deixa de ser verdade que, apesar de esta conjugação não ter sido feita de forma explícita, diversas fotografias antigas na exposição comemorativa mostravam os vagões nos seus contextos de utilização originais.

Tal como nas exposições comemorativas, também os autores da exposição ‘Olhares sobre um Lugar’ pretenderam valorizar e dignificar a memória desta comunidade operária, chamando a atenção para a miséria e para o sofrimento que marcaram as suas vidas, bem como para a experiência laboral na mina ou nas fábricas de enxofre. Um aspeto interessante desta exposição conjunta, referido por Gisela Rosenthal no texto introdutório incluído no respetivo

catálogo, é a intenção de relançar a discussão acerca do futuro da povoação e de “reequaciona[r] um passado recente e um presente à deriva com a procura de um novo destino” (Cunha, Lousinha e Santos, 2006). Infelizmente, e tal como as exposições comemorativas, de cariz temporário, também esta exposição encerrou e foi desmantelada. A sua aquisição e instalação permanente como um polo museológico do museu de sítio da Mina de São Domingos que Miguel Rego idealizara não se concretizaram e provavelmente nunca terão sido sequer equacionadas pela autarquia.

Como referimos anteriormente, com a saída de Miguel Rego da autarquia e da coordenação do programa de requalificação da Mina de São Domingos, o seu projeto de constituição de um museu de sítio ou ecomuseu na Mina de São Domingos não teve continuidade. As exposições temporárias que se têm realizado esporadicamente no cineteatro têm consistido na exibição dos materiais/painéis das exposições comemorativas. A fotografia de António Cunha, acima reproduzida, do vagão abandonado e de uma réstia de luz que distinguimos ao fundo do túnel constitui por isso, a nosso ver, uma potente imagem simbólica da situação atual da aldeia.

Além das ruínas em constante decomposição das infraestruturas do complexo industrial e mineiro, e que são visitadas anualmente por muitos visitantes e turistas, o único núcleo museológico existente na povoação é a ‘Casa do Mineiro’. Como supramencionado, trata-se da reconstituição da habitação de um mineiro e da sua família, que consistia numa divisão única sem porta e sem janela. Este espaço constitui um elemento importante do processo de dignificação da memória da comunidade local e é motivo de orgulho e satisfação por parte dos residentes. Não podemos, no entanto, deixar de notar o facto de este espaço museológico não constituir uma representação fiel da realidade dos “quartos fétidos e de má memória” nas palavras de António Martins, e que também impressionaram Ferreira de Castro, aquando da sua deslocação à Mina em 1929. Vale a pena determo-nos na descrição vívida e pungente que o autor faz da sua visita a alguns destes “quartos”:

(...) saímos para eu ver, nessa noite dum luar avarento, que não conseguia emprestar sonho algum à realidade, as míseras quadras onde viviam os mineiros que me acompanhavam e os seus dois mil camaradas, com as mulheres e os filhos. Longas edificações térreas, em várias filas, muito baixas e compartimentadas, não apresentavam uma só janela. Tinham unicamente portas. Portas a seguir a portas. E se não igualavam inteiramente as cavalariças dos fidalgos de outrora, era apenas por serem bastante mais pobres e muito mais humildes. Cada porta correspondia a um quarto, cada quarto a uma família. Algumas encontravam-se ainda abertas àquela hora, outras abriam-se ao chamar discreto dos meus guias.

O quarto servia de cozinha, de sala e dormitório; e à noite, nessa promiscuidade absoluta de corpos e de frangalhos, os pais, se eram respeitadores, apagavam a luz ou voltavam as costas, quando as filhas já crescidas se despiam.

Todas as imposições da vida, as suas intimidades, os seus odores, as suas emergências, se desenrolavam entre estas quatro paredes. Aqui se procedia à sementeira de crianças, aqui elas nasciam, aqui a maioria delas falecia, por carência de higiene e de alimentação adequada aos seus corpitinhos tenros e indefesos. As sobreviventes gatinhavam no soalho encardido, sujas, babadas, entre farrapos avulsos, colchões estendidos no chão, cobertores amarfanhados sobre eles; e nos seus arrastares iam tombando as panelas sob a chaminé existente ao fundo ou fazendo tremer a pequena mesa onde a mãe preparava os alimentos para o lume e mais tarde a família os comeria.

(...)

Estas infelizes mulheres, produtoras dum heroísmo quotidiano, sem lugar nas memórias oficiais e nos livros escolares, onde se celebram apenas os heróis que o foram por matar copiosa gente, estão impedidas de igualar as suas outras irmãs alentejanas, que mantêm as casas populares mais asseadas e mais esteticamente ordenadas de todas as existentes em Portugal. Falta-lhes espaço. Não é numa tulha que a estética floresce, tão-pouco num velho depósito de trapos. (...) Eu olho esta frandulagem inevitável, estas crianças arrastando-se no chão com o seu quê de rãs na lama dum charco, estes homens saídos há pouco das veias da terra que eles próprios abriram e onde amanhã voltarão, estas mulheres estafadas, que ficam acanhadamente silenciosas enquanto eu olho – e sinto-me sufocado.

(...)

Do alto duma parede, na maioria destas quadras, a imagem de Cristo preside indiferentemente ao espectáculo. E vendo-a, vozes já antigas ressoam-me no cérebro, voltando a perguntar-me como tem sido possível aos donos do nosso planeta adorarem aquele homem revoltado e ao mesmo tempo aceitarem e fruïrem, ao longo de dois anos, sem problemas de consciência, uma sociedade que chancela tal desrespeito ao ser humano? Que os chancela não só aqui mas em incontáveis partes do Mundo, onde frequentemente ela mantém aspectos ainda mais sinistros, mais dramáticos ainda do que estes que tanto me ofendem, a começar pelos meus olhos. (Ferreira de Castro, 1974: 21-23)

Tal como afirma Kirshenblatt-Gimblett (1998), o património histórico-cultural mobiliza o passado com objetivos presentes: a Casa do Mineiro é um bom exemplo disso, contribuindo para a dignificação retrospectiva desta comunidade, algo que lhe tinha sido sistematicamente negado no passado. Neste contexto, a representação museológica da Casa do Mineiro, com os seus objetos e mobiliário antigos bem arrumados, limpos e polidos, desempenha decerto um papel importante no processo de reconciliação da população de São Domingos e dos seus descendentes com um passado difícil e traumático. Contudo, esta representação museológica contraria a realidade histórica e não revela ao visitante aquela que foi a experiência difícil e traumática de habitar num destes ‘quartos’, e que a narrativa pessoal e autobiográfica de António Martins expõe. Este espaço apresenta também uma imagem temporalmente descontextualizada daquilo que foram as habitações dos mineiros e das populações de São Domingos, e que não foram sempre as mesmas ao longo da história da povoação. Julgamos que este núcleo museológico devia ser objeto de revisão, com vista à representação das

vivências e experiências reais da habitação nestes espaços, por exemplo através de imagens antigas, que talvez existam, ou de painéis textuais, por exemplo, alusivos à descrição de Ferreira de Castro, ou ainda de recursos multimédia com testemunhos orais dos residentes. Este espaço deveria também representar as alterações que as habitações dos mineiros sofreram ao longo da história da povoação: desde as cabanas toscas dos primeiros anos da exploração mineira⁵⁹ até às casas recuperadas e arranjadas pelos habitantes nas décadas subsequentes ao encerramento da mina, que estão bem documentadas no trabalho de António Cunha.

A interpretação turística é também uma componente importante, muitas vezes descurada, dos processos de musealização e de valorização do património e da representação/comunicação da história e da memória. Na sua análise do museu mineiro de Rhondda, Bella Dicks (2000) refletiu sobre o papel fundamental que a interpretação turística desempenha na comunicação da história e da memória local aos visitantes e turistas, ajudando a colmatar as lacunas e a ultrapassar as limitações das representações museológicas. Tal como vários autores sublinham, os objetos *per se* não falam, e os seus significados produzem-se no ato da transmissão, no processo comunicativo. Na Mina de São Domingos, como no caso do património histórico-cultural em geral, e do património arqueológico (industrial) em particular, a interpretação turística assume um papel fulcral na comunicação da história e cultura locais aos seus muitos visitantes e turistas. Consideramos por isso que é imprescindível e urgente produzir materiais de informação turística (folhetos, brochuras) e sinalética relativos a alguns sítios de interesse, bem como aos circuitos já criados (circuito industrial, circuito urbano e rota do minério), que tanto quanto sabemos se encontram apenas disponíveis no sítio da internet da empresa turística municipal, Merturis. Além disso, afigura-se-nos igualmente importante produzir conteúdos ligados à interpretação turística, nomeadamente destinados às visitas guiadas, que deveriam ter um carácter permanente e estabelecido, pelo menos na época alta, e também à introdução de audioguias.

É por via da interpretação turística que nos detemos também no ‘Monumento ao Mineiro (Des)conhecido’, cuja conceção, edificação e inauguração abordámos com detalhe na secção anterior. Como vimos, o monumento foi encomendado pela autarquia com o objetivo de constituir um memorial permanente que homenageasse os mineiros de São Domingos, a sua vida e o seu labor, marcados pela exploração, pela insegurança, pela repressão, pelos

⁵⁹ No Museu Mineiro de Rio Tinto encontra-se uma fotografia de uma destas cabanas, proveniente de uma mina portuguesa que não é especificada.

acidentes, pela doença e pela morte, tantas vezes prematura. Foi também esta experiência que o escultor Jorge Castanho pretendeu comunicar, projetando uma escultura que engrandecia a figura do mineiro, conferindo-lhe uma dimensão e volumetria gigantes e sobre-humanas, muito diferentes do físico desgastado e franzino que observamos em muitas das fotografias a preto e branco dos *Fotogramas da Memória*. Como vimos, o autor inspirou-se igualmente nas ruínas das infraestruturas espoliadas e destruídas pelo abandono e pelos elementos para conceber a forma do monumento.

No texto que redigiu sobre a conceção deste memorial, Mar Villaespesa discorreu sobre as potencialidades de intervenção da arte pública, “de gerar pensamento crítico” e de contribuir para “a recuperação da memória e do património colectivo” (Villaespesa, 2004: 31) e de como elas foram equacionadas no caso concreto deste monumento, que pretende refletir sobre a exploração laboral levada a cabo por uma empresa capitalista e sobre a espoliação e o abandono determinado pelo “movimento de capitais” (Villaespesa, 2004: 52). Tal como comprovamos através da leitura do livro alusivo ao monumento (Castanho, 2004), todos os elementos que compõem o monumento, assim como a sua própria localização, foram cuidadosa e previamente pensados e possuem uma forte carga de significação, associada à história da comunidade.

A nossa experiência pessoal e o conhecimento informal que temos do modo como os residentes e os turistas em geral veem este monumento levam-nos a concluir que os significados de que foi investido ao nível da produção não são percecionados ao nível da receção. Mais uma vez constatamos que, tal como frisam alguns dos autores anteriormente considerados, o(s) significado(s) dos objetos não residem nos próprios objetos nem se transmitem através da sua simples contemplação: eles têm de ser codificados linguisticamente e constituem-se através do processo da comunicação. Assim, julgamos que este monumento tem de ser igualmente revisto, e os significados de que foi investido têm de ser comunicados e explicitados, quer através de painéis textuais, colocados junto do monumento, através de materiais de informação turística, de visitas guiadas ou da utilização de audioguias.

É também com a consideração do processo de receção de uma das iniciativas de musealização e de representação da história e da memória local levadas a cabo na Mina de São Domingos, anteriormente consideradas, que terminamos a nossa análise. Tendo prestado atenção, no capítulo anterior, a algumas análises da receção de representações museológicas ligadas à história industrial e/ou mineira, procedemos à consideração dos comentários constantes do

livro de visitantes da exposição comemorativa 'Mina de São Domingos – 150 Anos de História'. Este livro contém sessenta e sete páginas escritas e um total de seiscentos e dezassete comentários de visitantes, na sua maioria portugueses mas também alguns estrangeiros, que não deixam de representar apenas cerca de 5% do número total de visitantes que este evento mereceu. A generalidade dos visitantes que registaram neste livro a sua apreciação da exposição manifestaram a sua grande satisfação relativamente ao seu conteúdo e felicitaram os seus organizadores pela iniciativa. Algumas das conclusões de Alexander (2000) e de Cameron e Gatewood (2000) a propósito da receção de representações museológicas americanas, são confirmadas pela análise dos comentários dos visitantes da exposição da Mina de São Domingos: os comentários são na sua maioria inteligentes, articulados e elaborados. Os visitantes enaltecem a luta dos mineiros e expressam a sua concordância para com esta justa homenagem. Muitos deles manifestam a sua convicção de que esta exposição deveria ter um carácter permanente, e não meramente temporário, defendendo a pertinência – mesmo a necessidade – da constituição de um Museu Mineiro onde estivesse representada a história desta comunidade. Muitos dos visitantes estabelecem ligações entre a exposição – e a representação histórica nela patente – e as suas vidas pessoais e familiares, por vezes associadas a esta povoação. Além disso, desenvolvem a sua apreciação com base não só nas suas vivências como também nos conhecimentos que possuem, adquiridos de forma empírica ou através do estudo, por exemplo da história. Os visitantes estrangeiros manifestaram-se satisfeitos e positivamente surpreendidos com a exposição, tendo contudo, num dos casos, deixado sugestões à autarquia sobre algumas medidas que a sua consolidação e o seu desenvolvimento enquanto recurso turístico exigem. Alguns dos visitantes exprimem ainda a necessidade de dar a conhecer, por via do património e da sua musealização, a história e a memória locais. Verificamos que a maioria olha para esta história e memória como um capítulo importante, mas encerrado, da história. Contudo, uns poucos visitantes estabelecem ligações entre o presente e o passado e enquadram a história local no contexto mais lato das sociedades modernas, industriais e capitalistas.

Dos mais de seiscentos comentários analisados, transcrevemos treze que julgamos constituir uma amostra representativa da totalidade (e diversidade) das opiniões registadas.

Os meus parabéns e agradecimentos a todos aqueles que de uma maneira ou outra contribuíram para esta exposição, na qual nos mostra um pouco e faz-nos lembrar o sacrifício do povo mineiro. Mesmo vivendo no Canadá nunca esqueço o orgulho que tenho de ter nascido na Mina de S. Domingos. Agosto 2004. Manuel Rodrigues (Bito)

Parabéns pela magnífica exposição. Espero que este espaço e a sua envolvente possa ser devidamente aproveitado para preservação da memória coletiva e benefício para a região. 28 de Fevereiro de 2004. Joaquim Paulo Taveira de Sousa, Secretário de Estado do Ordenamento do Território.

Philip Allan was the grandfather of John Measures and was mining manager from 1907 to 1912 in Mina de São Domingos. Have lived in Portugal since 1968. 27 de Fevereiro 2004. Madge and John Measures, Cambridge, Inglaterra.

O Presidente

You must keep this very interesting museum open – many tourists will be able to learn of the history of the area. You can raise money to do this by:-

1. Charge a small entry fee.
2. Sell postcard pictures of the mine.
3. Open a small cafe at the museum.
4. Open a parking area for motor caravans at Mina / or use the barragem facilities when they are unoccupied out of the high tourist season.

We are enjoying our stay in the area very much! Roger & Pauline, Cowen

He quedado gratamente sorprendido del avance adquirido por este pueblo desde el año 2002 que por última vez visite la villa. Creo que debo nombrar a Miguel Rego por su labor tanto social como documentalista. Muy agradecido. Assinatura ilegível. Aroche (Espanña)

Parabéns a este museu que enaltece a vida árdua dos mineiros. Esta exposição é maravilhosa! Adorei. A Mina de S. Domingos já merecia um museu desta envergadura, digna de ser vista por todos os portugueses. Bem Haja! Raquel Guita⁶⁰

Parabéns para quem organizou esta “exposição”, que, em meu entender de natural da freguesia de Corte do Pinto e cidadão deste país, não pode ser apenas temporária, deve, antes, ser o início do MUSEU PERMANENTE DAS MINAS DE S. DOMINGOS. Exige-o a memória dos mineiros que durante mais de um século aqui labutaram como escravos duma sociedade e de um sistema económico que, assim espero, virá a desaparecer da face da terra = o que tem como base a exploração do Homem pelo homem.

A quem manda peço = Esta exposição tem de ser permanente, transformando-se em MUSEU PERMANENTE. Mina de S. Domingos, 11 de Abril de 2004. Bernardino Ruben Pires, nascido em Corte de Azinha, Corte do Pinto.

⁶⁰ Tem raízes familiares na povoação.

Com as minhas homenagens a todos quantos deram tudo por esta Mina, fazendo votos para que esta demonstração de não esquecer o passado identitário seja um grande êxito. Com os melhores votos do Jorge Sampaio, 15 de Abril 2004.

É sempre motivo de grande interesse a visita a uma exposição em que podemos apreciar a riqueza do subsolo e que muitas vezes é abandonada por interesses de grandes potências que não se importam de deixar sem trabalho os residentes. Gostei muito e acho que é uma excelente amostra do que foi o complexo mineiro de S. Domingos. Manuel Vilhena, 21 de Abril 2004.

Finalmente uma excelente iniciativa para valorizar o património histórico e cultural desta Terra!! Espero que este seja realmente apenas o primeiro passo na reconstituição do passado mineiro da zona porque, acredito, muito mais poderá ser realizado. Porque não começar por colocar toda a informação disponível também em inglês, já que esta terra é cada vez mais visitada por estrangeiros que aqui se deslocam para a visitar? Ou reconstituir a vivência mineira em filme ou microfilme a partir de fotos e documentos da época e realizar um documentário para exibir na sala 3 da exposição, tornando esta visita numa experiência multimédia e/ou interactiva? Ou ainda reconstruir a linha férrea até ao Pomarão, colocando uma pequena locomotiva e comboio antigos ao serviço dos turistas? Sendo uma portuguesa que já teve oportunidade de visitar um número razoável de países pelo mundo fora, congratulo-me por ver esta iniciativa no nosso país e sobretudo no meu muito amado Alentejo, mas lamento que seja sempre tão difícil e burocrático realizar alguma coisa em Portugal e conseguir meios financeiros para o fazer. Mas pelo menos o primeiro passo está dado e, como sabemos, esse é sempre o mais difícil! Teresa Bravo, Seixal.

Como Presidente da Associação Iberoamericana de Ensenho da Engenharia de Minas e Professor Catedrático da Escola de Minas de Madrid tenho o prazer de manifestar a profunda emoción da visita a exposição. Prof. Rafael Fernández Rubio, Dr. Engenheiro de Minas.

Parabéns! Impressionante! É raro ver no interior do país uma recolha histórica simultaneamente acessível e completa. 30/7/2004, Paula Valente.

Parabéns por esta exposição que mantém viva a experiência passada por um povo que lutou e sobreviveu ao isolamento e às dificuldades da vida como a falta de hospitais, escolas, condições de vida... era a vida da revolução industrial com as lutas do operariado por melhores condições de vida até aos anos de repressão e isolacionismo do Estado

Novo. A nossa memória, a nossa história deve permanecer viva e disponível às gerações vindouras por forma a tornar-lhes possível estabelecerem a ponte entre o passado, o presente e o futuro. Depois da saúde, o conhecimento é a maior riqueza individual e colectiva de um país e é esse mesmo conhecimento que se deve cultivar e expandir pois ele mesmo constituirá por si só o motor da evolução do país.

Pequena mas riquíssima, deverá o poder político e outros responsáveis manter esta exposição não com carácter temporário mas permanente, num espaço com a dignidade devida por forma a que todos os que visitarem esta localidade possam ficar a saber um pouco mais da Mina e de Portugal... e este Povo e esta Mina de S. Domingos, tal como o interior de Portugal fazem parte da nossa pátria... e porque Portugal não é só Lisboa! 4
Julho 2004, Honório Rodrigues, Lic. Direito.

5. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes

No âmbito do presente estudo, e tendo em conta a necessidade de considerar as opiniões dos principais intervenientes nos processos turísticos, foram elaborados e aplicados inquéritos por questionário aos residentes das aldeias Mina de São Domingos e Pomarão, bem como aos visitantes da Mina de São Domingos. Nesta secção serão descritos os objetivos dos inquéritos, a metodologia seguida para a sua aplicação e o seu tratamento, e apresentados os principais resultados e conclusões. O modelo dos inquéritos, assim como todos os resultados obtidos, apresentados graficamente através de tabelas e de gráficos de barras, encontram-se no volume de apêndices e anexos que integra o presente trabalho. Os dados de ambos os inquéritos foram tratados com recurso ao programa informático SPSS Statistics (Versão 17.0).

Este inquérito por questionário teve dois objetivos principais: inquirir a perceção que os residentes têm sobre a sua história e a da localidade, diretamente decorrentes da exploração da mina por uma empresa britânica durante cerca de 100 anos, e aferir o modo como a população local antecipa e se posiciona face à perspetiva do desenvolvimento turístico da região. No caso do Pomarão, e tendo em conta o número reduzido de habitantes, optou-se pelo universo total, tendo sido inquiridos todos os residentes que se encontravam na povoação, um total de 32 indivíduos (7 indivíduos entre os 15 e os 34 anos, 11 entre os 35 e os 54 anos, 4 entre os 55 e os 64 anos e 10 com idade superior a 65 anos). No que respeita à Mina de São Domingos, optou-se por uma amostra representativa de cerca de 37.5% da população total (665 indivíduos, de acordo com o Censos 2001, INE, 2004), tendo em consideração a sua

estratificação etária (amostra estratificada proporcional). Assim, foram inquiridos 44 indivíduos entre os 15 e os 34 anos, 50 indivíduos entre os 35 e os 54 anos, 40 indivíduos entre os 55 e os 64 anos e 116 indivíduos com idade superior a 65 anos. O inquérito elaborado foi validado através de um pré-teste realizado entre 8 e 10 de Junho de 2008 a uma amostra estratificada proporcional da população, num total de 30 indivíduos. Os inquéritos foram aplicados entre 28 de Junho e 20 de Julho de 2008. Dados os objetivos traçados para estes inquéritos, a análise contemplou as respostas dos inquiridos de ambas as povoações no seu conjunto.

O inquérito encontra-se estruturado em três partes. A primeira parte destina-se a traçar o perfil socioeconómico dos inquiridos, sendo composta pelos seguintes itens: sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, naturalidade, local de residência, tempo de residência na povoação, situação profissional atual e rendimento do agregado familiar. A segunda parte tem como objetivo aferir a perceção da população sobre o impacto socioeconómico da exploração mineira na vida da população local durante o período de lavra ativa e com o fim da atividade extrativa. Na terceira e última parte auscultam-se as expetativas da população relativamente ao potencial desenvolvimento turístico das povoações em causa.

No que respeita ao perfil socioeconómico dos inquiridos, verificamos que a maioria (54,6%) é do sexo feminino, casada (47,5%) ou viúva (23,4%), e que se trata de uma população envelhecida, sendo que 60% tem uma idade igual ou superior a 55 anos e 52,5% está já aposentada. É também uma população pouco escolarizada, sendo que 40,8% possui apenas o 1.º ciclo e 18,4% não tem escolaridade. Apenas 2% da população inquirida possui habilitações académicas superiores (licenciatura ou bacharelato). É uma população maioritariamente oriunda da região e que residiu na povoação a maioria da sua vida – cerca de 89% dos inquiridos são naturais do concelho de Mértola e 39% residem na povoação há mais de 50 anos (34% há mais de 21 anos). No que respeita à população ativa, verifica-se que a maior percentagem trabalha por conta própria (13,5%). Quanto ao rendimento mensal do agregado familiar, verificamos que se trata de uma população carenciada, sendo que quase 37% dos inquiridos declararam possuir um rendimento familiar mensal igual ou inferior a 400€ e 28% entre 400 € e 600€. Cerca de 21% dos inquiridos auferem um rendimento familiar mensal situado entre 601€ e 1000€.

Na segunda parte do inquérito pretendia-se aferir a perceção que a população local possui do impacto socioeconómico que a exploração mineira e o seu encerramento tiveram ao nível das

suas condições de vida. Na altura da aplicação do inquérito, foi-lhes explicado o que se entendia por “condições de vida”, nomeadamente a qualidade de vida das pessoas tendo em conta aspetos como a habitação, a alimentação e o vestuário, a educação, as oportunidades de emprego, os serviços sociais e de saúde, os transportes e as comunicações, e os equipamentos de lazer e cultura. Nesta segunda parte começou-se por solicitar aos inquiridos que se pronunciassem relativamente às condições de vida atuais da população local. Verificamos que a maioria dos respondentes (cerca de 43%) qualifica como “más” ou “muito más” as condições de vida atuais, sendo que um número quase equivalente (39,4%) as considera “razoáveis”.

Na segunda questão abordava a perceção do impacto da exploração da mina por parte da empresa Mason & Barry Ltd em várias vertentes, duas delas de carácter mais geral, nomeadamente em termos do desenvolvimento industrial do país e do desenvolvimento económico da região, e duas de carácter mais específico, nomeadamente no que concerne às condições de vida das populações locais e também dos proprietários/acionistas maioritários da empresa. De acordo com os resultados obtidos, verificamos que a esmagadora maioria dos inquiridos considera que a exploração mineira contribuiu de forma importante para o desenvolvimento económico da região – cerca de 76% afirmam que a mina teve um impacto “positivo” neste desenvolvimento. Apesar de cerca de 57% considerarem que o empreendimento contribuiu igualmente para o desenvolvimento industrial do país, é possível ler alguma dúvida no facto de 23,8% considerarem que o impacto da exploração não foi “nem negativo nem positivo” para o desenvolvimento industrial nacional, de cerca de 9% declararem não saber ou não responderem, e de 7,5 % o avaliarem como “negativo” ou “muito negativo”. No que respeita ao impacto da exploração mineira sobre as condições de vida das populações locais, a grande maioria dos inquiridos (70%) avalia-o como “positivo” ou “muito positivo”, sendo que 12% consideram que não foi “nem negativo nem positivo”, cerca de 12% consideram-no “negativo” ou “muito negativo”, e cerca de 6% não sabem ou não respondem. A esmagadora maioria dos inquiridos considera que a exploração mineira teve um impacto “positivo” (39,7%) ou “muito positivo” (44%) sobre as condições de vida dos proprietários da empresa.

Na questão n.º 3 desta segunda parte do inquérito indagava-se sobre a perceção que os residentes possuem das condições de vida da população local durante o período de exploração da mina comparativamente às das populações das outras povoações (maioritariamente rurais) do concelho, no que respeita aos seguintes aspetos: rendimento, habitação, saúde (qualidade do ar e higiene), cuidados de saúde (hospital, médicos), instalações e equipamentos de lazer e

segurança (policimento). Da análise dos resultados ressalta a ideia que a maioria dos inquiridos considera que as condições de vida da população local eram, em termos genéricos, melhores do que as das restantes populações do concelho. 82,3% reconhecem que, em termos de rendimento, as condições de vida da população local eram “melhores” do que as das restantes populações do concelho; cerca de 70% avaliam as condições de trabalho também como melhores; a esmagadora maioria dos inquiridos (93%) constata que, em termos de cuidados de saúde (médicos, hospital), as condições de vida locais eram superiores às das populações de outras localidades do concelho, o mesmo sucedendo no que concerne às instalações e aos equipamentos de desporto e lazer e à segurança/policimento (88% e 94%, respetivamente). No que respeita à habitação, as opiniões polarizam-se, sendo que 37,6% declaram que eram “iguais” às das restantes populações do concelho e 40,4% constataam que eram “melhores”, sendo que 16% acreditam que eram “piores”. Contudo, no que diz respeito à saúde – nomeadamente à qualidade do ar e à higiene, a maioria dos respondentes (61,4%) considera que as condições de vida da população local eram “piores” ou “muito piores” que as das restantes povoações do concelho, sendo que cerca de 21% as avaliam como “melhores”.

A questão seguinte reporta-se à forma como os residentes avaliam o impacto que o fecho da exploração mineira teve em termos regionais, nacionais (para o desenvolvimento industrial do país), e em termos das condições de vida das populações locais e dos proprietários ou principais acionistas da empresa. A grande maioria dos respondentes (93%) considera que o encerramento da mina teve um impacto “negativo” ou “muito negativo” em termos da economia regional. Cerca de 66% consideram que o fecho da exploração teve um impacto “negativo” ou “muito negativo” para o desenvolvimento industrial nacional, sendo que 25,2% declaram que não teve qualquer impacto e cerca de 7% não sabem ou não respondem. A grande maioria dos inquiridos (90%) declara que o fecho da mina teve um impacto “muito negativo” ou “negativo” nas condições de vida das populações locais. As opiniões dividem-se muito quanto à perceção do impacto da falência da empresa sobre as condições de vida dos seus proprietários/principais acionistas: 38,6% consideram-no “negativo” ou “muito negativo”, 31,5% “positivo” ou “muito positivo” e uma percentagem muito significativa (24,5%) não sabe ou não responde.

A última questão desta segunda parte do inquérito destinava-se a aferir a perceção da população relativamente às suas condições de vida atuais, comparadas com as condições das populações locais durante o período da exploração mineira. Os dados recolhidos revelam uma polarização vincada das opiniões, sendo que quase metade dos inquiridos (48,6%) declara que

as condições de vida atuais são “piores” ou “muito piores” do que nos tempos da exploração mineira, e cerca de 41% acreditam que são “melhores” ou “muito melhores”. Cerca de 8,2% consideram que são iguais.

A terceira e última parte do inquérito teve como principal objetivo aferir as expectativas da população da Mina de São Domingos e do Pomarão quanto ao desenvolvimento económico e social futuro das suas povoações e, em termos particulares, verificar como os residentes se posicionam face à perspectiva do desenvolvimento da atividade turística nestas aldeias. A primeira questão, de cariz deliberadamente genérico, indagava sobre a atividade ou atividades económicas de que o inquirido julga depender o desenvolvimento local futuro. A posição da maioria dos inquiridos é inequívoca: cerca de 73% (205 de 280 respondentes) apontam o turismo como a principal atividade económica a desenvolver nas povoações. Cerca de 20% consideram que o desenvolvimento deveria passar por uma conjugação das atividades referidas, nomeadamente a agricultura, o comércio, a indústria mineira e o turismo.

A segunda questão inquiriu de forma direta a posição dos residentes face à perspectiva do desenvolvimento turístico. Também aqui os dados apurados não deixam margem para dúvidas: 78,8% dos respondentes declaram ter uma opinião “positiva” em relação a esta perspectiva e 18,4% uma opinião mesmo “muito positiva”. Apenas cerca de 2% dos inquiridos se posicionam desfavoravelmente em relação ao desenvolvimento turístico local. No que respeita aos agentes da implementação do turismo na região, e apesar das opiniões variarem e de uma percentagem dos inquiridos não saber ou não responder, a maioria indica os organismos públicos/estatais como os responsáveis desejáveis pela implementação do turismo; cerca de 15% consideram que deverão ser empresas privadas (nacionais ou estrangeiras) a fazê-lo, e 6,4% indicam as empresas da região; cerca de 9% declaram que deverão ser os residentes a implementar e a gerir o turismo local; apenas uma percentagem marginal (5,7%) aponta a empresa turística La Sabina, detentora do hotel da Mina de São Domingos e da propriedade fundiária e infraestruturas pertencentes ao antigo couto mineiro, como a desejável responsável pelo desenvolvimento turístico local.

As últimas duas questões do inquérito pretenderam aferir a perceção que os residentes possuem dos potenciais benefícios e prejuízos do turismo. Neste contexto, enumeraram-se os principais aspetos positivos e negativos geralmente atribuídos à atividade turística, incluindo-se também a opção “nenhum”, e solicitou-se aos respondentes que escolhessem os três benefícios e três prejuízos que considerassem mais relevantes, colocando-os por ordem

decrecente de importância (de 1 a 3). No que concerne aos benefícios foram apresentadas as opções: criação de emprego, melhoria das estradas e dos transportes, aumento e melhoria do comércio local, preservação da história e da cultura locais, melhoria dos serviços de saúde e melhoria das atividades de lazer e cultura. Quanto aos prejuízos, foram indicados a criação de emprego precário e temporário/sazonal, a ameaça à calma e à tranquilidade da povoação, os distúrbios da ordem pública, a poluição, o prejuízo do comércio local e a degradação de instalações e equipamentos.

A criação de emprego é vista como o principal benefício que o turismo poderá trazer para a população residente, sendo apontada por 31,9% dos inquiridos; a melhoria dos serviços de saúde é também um dos aspetos mais favorecidos, sendo indicada por cerca de 22% dos respondentes, e seguida do aumento e melhoria do comércio local, referido por 19%. A melhoria das acessibilidades e dos transportes é também vista como um benefício importante que o turismo poderá trazer, merecendo a referência de 14% dos respondentes. Cerca de 14% não sabem ou não respondem. Apenas uma percentagem muito reduzida da população aponta a preservação da história e da cultura locais como um benefício importante do desenvolvimento turístico. Quase metade dos inquiridos (48%) considera que o turismo não traz quaisquer prejuízos para a povoação e para a população local. No que respeita aos prejuízos indicados, as opiniões dividem-se, sendo que o principal aspeto negativo apontado (por 14%) é a ameaça à calma e à tranquilidade da povoação, seguida da poluição (9,7%), dos distúrbios da ordem pública (9,4%), da criação de emprego precário e da degradação de instalações e equipamentos (8,7% em ambos os casos). Apenas 6% não sabem ou não respondem.

Conclusões sobre o inquérito aplicado aos residentes

A análise dos dados obtidos através dos inquéritos elaborados e aplicados à população da aldeia do Pomarão e a uma amostra representativa dos residentes da Mina de São Domingos permite-nos retirar algumas conclusões no que respeita ao perfil socioeconómico das populações, à perceção que elas têm do impacto da exploração mineira e do seu encerramento sobre as condições de vida da população, bem como do seu posicionamento relativamente ao potencial desenvolvimento turístico das povoações. Os dados apurados são consistentes com o perfil já conhecido destas populações e apresentado, por exemplo, no

capítulo 4 do ‘Plano geral de urbanização da Mina de São Domingos e do Pomarão – fase I levantamento’ (Câmara Municipal de Mértola, 1993), bem como no ‘Plano de pormenor de salvaguarda do núcleo histórico da Mina de S. Domingos – estudo prévio/diagnóstico’ (Câmara Municipal de Mértola, 2003). Trata-se de uma população na sua maioria envelhecida, pouco escolarizada e com muitas carências socioeconómicas. É uma população na sua maioria com raízes locais, que nasceu e viveu grande parte da sua vida na povoação em causa. A quase total ausência de tecido empresarial na região, uma das mais despovoadas e pobres do país e mesmo da União Europeia explicam decerto o facto de a maioria da população ativa trabalhar por conta própria, muito provavelmente em atividades ligadas à agricultura e ao comércio.

O baixo rendimento mensal da maioria dos agregados familiares das povoações, e em última análise as sérias carências económicas das populações, poderão explicar o facto de uma porção significativa dos inquiridos qualificarem de “más” ou “muito más” as suas condições de vida atuais. Contudo, outros fatores deverão contribuir para esta avaliação, nomeadamente a carência ao nível dos cuidados de saúde, das acessibilidades e dos transportes e dos equipamentos sociais. A Mina de São Domingos possui um posto médico onde se realizam consultas médicas três vezes por semana e são prestados serviços de enfermagem quatro vezes por semana. Quanto aos transportes públicos, as três carreiras diárias entre a povoação e a sede do concelho reduzem-se a apenas uma fora do período escolar, e a povoação não dispõe de lar de terceira idade nem de centro dia, existindo contudo serviços de apoio domiciliário. A estas carências juntam-se as débeis condições de habitação, referidas por exemplo no estudo de 2003 da Câmara Municipal de Mértola (relativo à Mina de São Domingos), segundo o qual “cerca de 3% dos alojamentos inquiridos não têm cozinha, 28% não têm sala, 36% só dispõe (sic) de um quarto; 12% não têm instalações sanitárias e 70% não tem (sic) hall. A esta descrição junte-se a circunstância de 53% dos fogos inquiridos terem uma área de construção inferior a 50m² e somente 13% terem uma área superior a 100m²” (Câmara Municipal de Mértola, 2003: 28). Apenas muito recentemente é que foi instalado o saneamento básico e foram feitos os arruamentos da povoação.

Perante este quadro, e tendo em consideração as infraestruturas e equipamentos sociais e culturais proporcionados pela empresa Mason & Barry durante o período de laboração da mina – hospital, pessoal médico e de enfermagem, cinema, clubes recreativos – bem como o facto de a empresa ser a principal empregadora da região, não admira que uma percentagem significativa dos inquiridos avalie positivamente as condições de vida da população local durante o período da exploração mineira e que quase metade afirme que as condições de vida

atuais são piores do que as da população local durante o período da atividade mineira. Não podemos esquecer que se trata de uma população idosa, que olha para o passado através de um processo de memória seletivo, que por vezes oblitera os aspetos negativos e exacerba os positivos. De um determinado ponto de vista, é compreensível que o processo de falência e encerramento de um empreendimento industrial que empregava diretamente milhares de pessoas e que influenciava indiretamente toda a economia local (como a maioria dos inquiridos reconhece), e a transformação de um núcleo populacional com uma dimensão significativa numa aldeia despovoada, sem nenhuma atividade económica de relevo, seja percecionado pelas pessoas como um processo de declínio. À semelhança de António Martins, cujo testemunho considerámos anteriormente, uma percentagem muito significativa dos inquiridos reconhece que as condições de vida atuais são melhores do que nos “tempos da mina”.

Ainda que a maioria dos inquiridos considere que a exploração mineira contribuiu de forma importante para o desenvolvimento industrial do país, alguns não têm essa perceção clara, o que poderá decorrer do facto de a mina ter sido explorada por uma empresa estrangeira, sendo os proventos do empreendimento canalizados para o exterior (neste caso para Inglaterra). Contudo, como também constatámos, a maior parte dos respondentes está convicta de que a exploração trouxe grandes benefícios económico-financeiros aos seus proprietários ou acionistas. Da análise dos dados apurados ressalta ainda o facto de os inquiridos terem a perceção de que as condições de vida nestas aldeias patronais eram, apesar de tudo, melhores do que as das populações do meio envolvente, predominantemente rural, principalmente em termos de cuidados de saúde e de instalações e equipamentos de lazer. De facto, e como vimos anteriormente, a Mina de São Domingos era conhecida e elogiada (por vezes pela própria população) pelo facto de possuir uma série de equipamentos e de atividades sociais e culturais inexistentes sem paralelo na região, tais como cinema, jardim, campo de jogos, hospital, clubes recreativos, espetáculos musicais (as atuações semanais da filarmónica), festas, entre outros.

O facto de a maioria dos inquiridos afirmar que as condições de trabalho eram também melhores do que as das populações das outras povoações do concelho pode causar alguma estranheza, em face dos testemunhos dos residentes, anteriormente considerados, que refletiam sobre as condições laborais difíceis, mesmo sub-humanas e de exploração a que os mineiros estiveram sujeitos. Não podemos esquecer as condições – igualmente más ou mesmo piores – que caracterizavam o trabalho rural na região. Além de igualmente duro – basta

evocarmos as jornadas das ceifas, de sol a sol e sob um calor abrasador –, o trabalho rural era sazonal, e os salários eram inferiores aos dos operários industriais e mineiros de São Domingos. Esta ideia é expressa, de forma perentória, pelo engenheiro inglês que, em representação da direção da Mason & Barry, recebeu Ferreira de Castro aquando sua visita à Mina em 1929:

– Acusam-nos também de pagar salários miseráveis. Não digo que sejam altos. Alguns mineiros ganham diariamente treze escudos, a maioria nove ou dez. É pouco, evidentemente. Mas em Portugal todos os salários são baixos. E no Inverno, quando os lavradores já não precisam de braços, muitos homens vêm aqui oferecer-se para trabalhar por vinte e cinco tostões apenas.

(...)

– Sim, tem razão, as casas onde eles vivem não são boas. Mas eu conheço Portugal inteiro e, nas Beiras e em Trás-os-Montes, há muitas piores ainda. E a realidade é que, apesar de tudo, alguns dos homens que saem daqui, em busca de melhores condições de vida, regressam meses ou anos depois e até choram para que os admitamos novamente ao nosso serviço.

Fiquei a olhar, muito calado, o inglês. E não posso esquecer o minuto nocturno, tão denso de problemas e de fumo, em que um grupo de mineiros me confirmou, mais tarde, no Sindicato, ser verdade o que ele me dissera, ser verdade que a miséria torna ilimitadas as humilhações dos explorados perante os que não prosperariam sem eles. (Ferreira de Castro, 1974: 28-29)

Verificamos que os inquiridos têm a consciência de que as suas condições de habitação não eram melhores do que as das povoações rurais circundantes e de que, em termos de higiene e da qualidade do ar, as condições de vida na Mina de São Domingos eram não só muito deficientes como piores do que as das populações rurais do concelho. No que respeita ao fim da exploração, e como seria de esperar dado o quadro de desemprego massivo decorrente, a maioria dos respondentes tem consciência de que o encerramento da atividade industrial e mineira teve repercussões muito negativas ao nível da economia local e regional, bem como das condições de vida das populações, conduzindo ao êxodo da maioria dos habitantes.

No que concerne às expectativas dos residentes do Pomarão e da Mina de São Domingos face ao futuro das povoações, os dados apurados indicam claramente que existe uma convicção generalizada de que o desenvolvimento local deverá passar maioritariamente pela atividade turística. Como os resultados permitem inferir, a quase totalidade dos inquiridos posiciona-se favoravelmente (ou mesmo muito favoravelmente) em relação à perspetiva do

desenvolvimento turístico local. Igualmente interessante é a opinião maioritária de que deverão ser as entidades estatais os agentes responsáveis pela implementação do desenvolvimento turístico, e não as empresas privadas. O facto de apenas uma minoria dos respondentes ter implicado os próprios residentes neste processo poderá indiciar a consciência da falta de meios – desde logo económicos/financeiros – para o fazer. Por fim, não deixa de ser significativo o facto de os inquiridos não se exprimirem favoravelmente relativamente ao envolvimento da La Sabina no desenvolvimento turístico. Julgamos que tal posição é compreensível, dado que apesar de a empresa estar presente na localidade desde o encerramento da exploração, há mais de três décadas, se ter apenas limitado a converter o edifício da administração numa unidade hoteleira, com o financiamento público/comunitário, não parecendo possuir capacidade financeira para levar a cabo outros projetos. O processo de venda das habitações aos residentes, que durante décadas tinham alimentado a esperança de que elas lhes fossem atribuídas gratuitamente, deverá igualmente ter fomentado algum ressentimento da população face a esta empresa.

No que respeita aos benefícios e prejuízos do turismo, não deixa de ser algo surpreendente constatar a atitude francamente otimista que a maioria dos inquiridos assume face ao desenvolvimento turístico local. Tal como vimos, há uma crença muito forte no potencial do turismo para melhorar as condições socioeconómicas da população, nomeadamente através da criação de emprego, do incremento do comércio local, da melhoria dos serviços de saúde (uma preocupação importante da população idosa), das acessibilidades e dos transportes, um aspeto relevante tendo em conta a localização periférica da povoação e as características geográficas da região. A maioria dos respondentes (quase 50%) não está consciente, ou não valoriza, os potenciais problemas ou prejuízos causados pela atividade turística. Verificamos que o aspeto negativo mais relevado, provavelmente tendo em conta a experiência de anos anteriores, é o bulício que, nos meses de verão, transforma a vida diária desta povoação e quebra a atmosfera de pacatez e tranquilidade que a caracteriza durante a maior parte do ano. Alguns dos residentes questionados revelam igualmente alguma perceção de outros potenciais aspetos negativos do turismo, tais como a poluição, a degradação de infraestruturas e equipamentos e a criação de emprego sazonal ou precário.

É interessante confrontar estes resultados com os dados obtidos através dos inquéritos realizados pela autarquia no início da década de 1990, no âmbito do estudo que conduziu à elaboração do plano de urbanização da Mina de São Domingos e do Pomarão (Câmara Municipal de Mértola, 1993). De acordo com os dados referidos, já nessa altura a população se

manifestava favorável ao incremento do turismo local, sendo que 63% dos inquiridos acreditavam que o turismo potenciaria o desenvolvimento económico da localidade (Câmara Municipal de Mértola, 1993: 4.6.17). Curiosamente, apenas 7,5% dos respondentes consideravam que o turismo promovia a criação de emprego, e apenas 7% acreditavam que esta atividade fomentaria a fixação populacional (4.6.17). No que concerne aos prejuízos, cerca de 87% dos inquiridos receavam que o turismo trouxesse um aumento do custo de vida; 9% indicavam o barulho e a ameaça ao sossego como um potencial prejuízo, seguido da degradação das “potencialidades naturais do local”, nomeadamente das represas (4.6.17).

6. Inquérito por questionário aplicados aos visitantes

Diversos autores frisam a relevância dos estudos da receção/do consumo turístico e de bens culturais. Partindo do reconhecimento de que é necessário e relevante prestar atenção às experiências e perceções dos turistas e visitantes da Mina de São Domingos, a elaboração deste inquérito por questionário obedeceu aos seguintes objetivos previamente definidos: (1) identificar o perfil ou perfis dos visitantes ou turistas da Mina de São Domingos; (2) identificar os tipos de turismo associados à povoação; (3) avaliar a importância do património industrial e mineiro como fator de atratividade; (4) avaliar a relevância da cultura britânica como fator de atratividade dos visitantes da Mina; (5) aferir as perceções dos visitantes sobre os recursos turísticos (primários, secundários e terciários) da Mina de São Domingos e da região envolvente.

Os inquéritos foram validados através de um pré-teste realizado na última semana de julho a 5 visitantes escolhidos aleatoriamente. O período escolhido para a aplicação dos inquéritos foi o mês de agosto por constituir inequivocamente a época alta do turismo na aldeia; é neste mês que regressam os familiares dos residentes estabelecidos noutras regiões ou noutros países, e que vêm de férias aqueles que, sendo naturais da povoação, mantêm aqui uma segunda residência. Sendo agosto o principal mês de férias dos portugueses (e não só), é também nesta altura que muitos visitantes e turistas nacionais e estrangeiros se deslocam à Mina de São Domingos. Neste contexto, os inquéritos estiveram disponíveis, em versão portuguesa e inglesa, entre 1 e 31 de agosto nos principais locais frequentados pelos visitantes e turistas: nas unidades de alojamento existentes, Hotel de São Domingos e Pensão S. Domingos, no cineteatro, onde estava patente uma exposição temporária, na Casa do Mineiro e no Espaço

Jovem/Espaço Internet. Dada a significativa afluência de visitantes e de turistas à praia fluvial, e não sendo possível aplicar os inquéritos no local com um cariz permanente como aconteceu nos outros espaços selecionados, escolheram-se dois dias de grande afluência turística – nomeadamente o fim de semana de 23 e 24 de agosto – para a aplicação dos inquéritos naquele local. Foi obtido um total de 161 inquéritos, distribuídos da seguinte forma: praia fluvial – 59; cineteatro – 41; Casa do Mineiro – 41; Estalagem de São Domingos – 15; Espaço Jovem/Internet – 5, Pensão S. Domingos – 0.

Observaram-se algumas dificuldades na aplicação dos inquéritos que importa notar: por um lado, o facto de muitos visitantes ou turistas se escusarem a participar, por outro, a deficiente colaboração por parte de algumas entidades/instituições, particularmente da Pensão S. Domingos, visível no inexistente número de inquéritos preenchidos, não obstante as elevadas taxas de ocupação registadas no mês em causa. Temos de reconhecer que os turistas e visitantes circulavam entre os vários espaços, acabando por participar, especialmente quando solicitados, em algum deles. Outro constrangimento tem a ver com o preenchimento incorreto do inquérito, verificando-se um número ainda que pouco significativo de respostas inválidas – por exemplo omissas/em branco ou a seleção de várias respostas a uma mesma questão. Apesar de os inquéritos estarem identificados por local de realização, entendeu-se analisá-los em conjunto, tendo em conta os objetivos traçados.

Este inquérito por questionário encontra-se organizado em três partes principais. Na primeira é traçado o perfil socioeconómico do visitante ou turista; na segunda parte é caracterizada a visita/estada; na terceira e última parte apura-se a avaliação dos turistas e visitantes das infraestruturas e das atividades turísticas (permanentes e sazonais) existentes, e tentam identificar-se algumas das infraestruturas e atividades que eles gostariam de ver introduzidas futuramente. No que diz respeito à caracterização socioeconómica, verificamos que mais mulheres que homens responderam ao inquérito (55,3% e 44,7% respetivamente). No que concerne à faixa etária, 42% dos respondentes tinham idades compreendidas entre 35 e 54 anos, 39% entre 15 e 34 anos, 15% entre 55 e 64 anos e apenas 4% tinham idade superior a 65 anos. Cerca de 60% dos inquiridos são casados, e 33% solteiros. No que concerne às habilitações académicas, 33,5% dos inquiridos declararam ter completado o ensino secundário, 28% afirmaram ser detentores de grau académico (bacharelato ou licenciatura), cerca de 17% possuem o ensino básico, 10% o 2º ciclo e cerca de 7% realizaram estudos pós-graduados (curso de mestrado ou doutoramento). Quanto à naturalidade, verifica-se que a esmagadora maioria dos visitantes e turistas da Mina de São Domingos (66%) não é natural da

região (Alentejo), sendo que 11% são naturais do concelho de Mértola e 6% são estrangeiros, de nacionalidade francesa (3), inglesa (2), canadiana (1), brasileira (1), moçambicana (1) e angolana (1). Destes, 4 declararam residir em Portugal.

No que concerne ao local de residência, verificamos que os visitantes e turistas da Mina de São Domingos provêm de todas as regiões do país e também do estrangeiro. Nesta questão, e por lapso, não foram incluídas as regiões do Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas, o que explicará decerto o facto de 12 inquiridos não terem respondido a esta questão. Contudo, 9 inquiridos indicaram a região de residência no espaço destinado à identificação do país de origem, o que levou à adição, no âmbito do tratamento dos inquéritos, das variáveis “Alentejo”, “Algarve” e “Regiões Autónomas”. Verificamos que a maioria dos inquiridos (43,5%) reside na área metropolitana de Lisboa ou na região envolvente (12,4% dos inquiridos residem na Estremadura), sendo que uma percentagem inferior reside no Minho (3,1%), em Trás-os-Montes (1,2%), no Porto (6,2%), na Beira Litoral (5,6%), na Beira Baixa (4,3%), no Ribatejo (4,3%), no Alentejo (2,5%), no Algarve (2,5%) e nas Regiões Autónomas (0,6%). Cerca de 6% dos inquiridos residem no estrangeiro, nomeadamente em França (3), Reino Unido (2), Noruega (1), Alemanha (1), Austrália (1) e Espanha (1). Destes, 4 têm nacionalidade portuguesa, sendo 2 naturais da região.

No que diz respeito à situação profissional, verificamos que uma percentagem significativa dos respondentes (29,5%) pertence a quadros técnicos da administração pública ou de empresas privadas e 19,3% trabalha por conta própria ou exerce uma profissão qualificada. Uma percentagem idêntica (10%) dos visitantes/turistas é estudante ou aposentada, seguindo-se os trabalhadores não qualificados (8%). Apenas 3% dos inquiridos declararam estar desempregados. Quanto ao rendimento do agregado familiar, cerca de 29% declararam possuir um rendimento mensal entre 1001 € e 1500€, 17,4% entre 1501€ e 2500€, 15,1% mais de 2500 €, 11, 2% entre 601 €e 1000€ e 6,2% até 600€. Cerca de 21% dos inquiridos não prestaram esta informação.

Como já referido, a segunda parte do inquérito destinava-se a colher informações relativas ao perfil do turista/visitante da Mina de São Domingos, inquirindo por exemplo acerca das motivações da visita, das atividades praticadas, da duração da estada, ou do tipo de alojamento. No que respeita aos motivos, optou-se por uma abordagem relativamente abrangente, enumerando um conjunto amplo de possíveis motivações (férias, visita a familiares/amigos, descanso, contacto com a natureza, contacto com a população, contacto

com a história e a cultura local, desejo de aventura, eventos socioculturais, desporto, visita de estudo), mas dando a possibilidade aos inquiridos de referirem outros motivos que não os contemplados. Dado o facto de a mina ter sido explorada por uma empresa britânica, de aqui ter residido uma comunidade britânica, e da traça arquitetónica da aldeia ser de inspiração britânica, esse foi um aspeto também contemplado, através da introdução da opção “cultura britânica na Mina de S. Domingos”. Considerando o facto de as pessoas poderem ter diversas motivações para a sua visita, deu-se igualmente a hipótese de os respondentes assinalarem até um máximo de três opções. À semelhança do que aconteceu com outras questões de resposta múltipla, verificou-se que um número muito significativo de inquiridos optou apenas por uma ou, em menor número, por duas opções.

Da análise dos dados obtidos, constatamos que a maioria dos inquiridos (34%) se deslocou à Mina de São Domingos para passar as suas férias. Uma percentagem igualmente significativa (19,1%) veio à aldeia com o intuito principal de visitar familiares e/ou amigos ou para descansar (19,1%). O contacto com a história e a cultura local constituiu o terceiro motivo indicado (8,8%), seguido do contacto com a natureza (8,2%) e do desejo de aventura (3,3%). Alguns dos inquiridos assinaram a opção “outros motivos”, ainda que nem todos os tenham especificado. Entre as respostas dadas, contam-se os motivos profissionais (“trabalho”), a ligação à povoação (“porque fui criada na mina”) e a “militância política”.

No que respeita à questão seguinte (n.º 2) desta segunda parte, 58% dos inquiridos declararam ter tido conhecimento da Mina de São Domingos através de familiares ou amigos e 24,8% através de visita anterior. Apenas uma percentagem marginal indicou ter tido conhecimento da povoação através de outros meios, tais como jornais e revistas (4,3%), brochuras turísticas (4,3%) ou da internet (3,7%). A maioria dos inquiridos deslocou-se à Mina com um grupo de 2 a 4 pessoas; um número igualmente significativo (21,1%) veio acompanhado de uma pessoa e 11,2% vieram com um grupo de entre 5 e 9 pessoas. Uma percentagem relativamente significativa de inquiridos (19,3%) não respondeu a esta questão, talvez por não a ter conseguido visualizar.

No que concerne ao alojamento, verificamos que cerca de metade dos inquiridos ficou alojado em casa de familiares e/ou amigos, cerca de 19% no Hotel de São Domingos e 5% na Pensão S. Domingos. Alguns turistas pernoveram igualmente nas suas autocaravanas (4,3%). 3,1% não responderam a esta questão, o que nos permite concluir que não tenham ficado alojados na povoação. Contudo, muitos dos respondentes declararam não ficar alojados na povoação, ou

indicaram outros alojamentos, no âmbito da opção “outros”. Assim, constatamos que cerca de 11,8% dos inquiridos são visitantes e não turistas, uma vez que não pernoitam na Mina, indicando em alguns casos o local do alojamento (por exemplo, Serpa, Cuba, Amareleja ou Vila Real de Santo António). Outros ficam alojados nas povoações próximas (Montes Altos, Corte do Pinto), em propriedades rurais (“montes”) ou em unidades de turismo rural da região (“ecoturismo”, “Serpa, turismo rural”). 3,7% dos inquiridos indicaram ainda (na categoria “outros”) ficar alojados na povoação em “casa própria”; um respondente indicou ainda estar alojado em “casa alugada”.

Da análise dos dados apurados, constatamos que uma grande percentagem dos inquiridos já visitou por diversas vezes a Mina de São Domingos: 41% referem que já o fizeram entre 2 e 4 vezes e 34% mais de 10 vezes. Contudo, para um número significativo de respondentes (21%), esta foi a primeira visita à povoação. Quanto à duração da estada, cerca de 30% afirmaram permanecer na Mina de São Domingos entre 3 e 5 dias e cerca de 20% mais de uma semana; um número igualmente assinalável de inquiridos (17%) permaneceu dois dias (talvez um fim de semana) e cerca de 19% eram visitantes e não pernoitaram na aldeia.

A questão seguinte destinava-se a identificar as atividades realizadas pelos turistas/visitantes na Mina de São Domingos. À semelhança do que se fez para a questão das motivações, enumerou-se um conjunto muito abrangente de possíveis atividades (16) e deu-se igualmente a possibilidade de os respondentes indicarem outras atividades realizadas durante a sua estada na povoação. Mais uma vez, e dado o número de respostas omissas, constatou-se que muitos dos inquiridos optaram por indicar apenas uma ou duas opções. Os dados obtidos permitem-nos concluir que os visitantes/turistas realizam diversas atividades durante a sua estada; contudo, as atividades claramente preferidas são o “descanso”, indicado por 26% dos respondentes, e as “atividades de lazer na praia fluvial”, mencionadas por 19,5%. Seguem-se as visitas ao complexo mineiro (11,9%) e a museus e exposições (11%). As atividades ligadas ao convívio e à restauração colhem também a preferência dos turistas e visitantes, sendo que a ida a restaurantes, cafés, bares, discotecas ou bailes perfaz (no seu conjunto) 17,8% das atividades indicadas. Outras atividades também assinaladas, ainda que por um número pouco significativo de visitantes/turistas incluem a caminhada, a participação em eventos culturais, o BTT/ciclismo, a caça, as atividades de lazer no hotel ou os desportos náuticos. Dois dos inquiridos indicam ainda outras atividades, nomeadamente “estar/conviver com amigos” e “atividade política”.

Na terceira e última parte do inquérito tentou aferir-se o modo como os turistas/visitantes da Mina de São Domingos avaliavam as infraestruturas e atividades turísticas existentes, assim como a sua opinião relativamente à necessidade ou interesse da introdução de um conjunto de infraestruturas ou atividades/eventos propostos. Na primeira questão solicitou-se aos respondentes que avaliassem diversas infraestruturas de apoio à atividade turística, numa escala de valor que ia do “muito mau” (1) ao “muito bom” (5), dando-lhes igualmente a possibilidade de não se pronunciarem sobre o assunto, se não tivessem condições de o fazer (através da opção “não sabe”/“não responde”). A grande maioria dos inquiridos considera que as acessibilidades à povoação são “boas” (39%) ou “razoáveis” (35%), sendo que 16% as avaliam como “más” ou “muito más”. Cerca de 60% não têm informação sobre os meios de transporte públicos existentes, sendo que 16,1% os avaliam como “razoáveis” e 22% como “maus” ou “muito maus”.

Quanto às condições de limpeza e saneamento, verificamos que cerca de 39% dos visitantes/turistas as avaliam como “razoáveis” e cerca de 40% como “boas” ou “muito boas”. Mais de metade dos respondentes declara-se “satisfeita” ou “muito satisfeita” com as condições de estacionamento e de segurança existentes. No que respeita às instalações e equipamentos de lazer e cultura, um número muito significativo de inquiridos qualifica-as como “boas” ou “muito boas” (39%) e 34% como “razoáveis”. Uma percentagem assinalável (19%) declara não saber responder. Verifica-se uma tendência semelhante no que concerne às instalações e aos equipamentos para a prática desportiva, sendo que 36% dos respondentes não sabem responder. O mesmo se verifica ao nível dos serviços de cuidados primários de saúde; mais de metade dos inquiridos declara não possuir informações que lhes permita responder. 21% dos que responderam consideram que estes serviços são “razoáveis” e 17% qualificam-nos de “maus” ou “muito maus”.

Na questão seguinte (n.º 2) solicitou-se aos inquiridos que se pronunciassem em termos qualitativos sobre um conjunto de infraestruturas e serviços turísticos existentes na povoação. A maioria dos visitantes/turistas avaliou como “boa” ou “muito boa” (41%) ou “razoável” (37%) a sinalização turística existente. No que respeita ao alojamento, cerca de 36% consideram o número de unidades existentes “razoável” e 28% “bom” ou “muito bom”. Apenas cerca de 11% o consideram “mau” ou “muito mau” e uma percentagem assinalável (26%) não sabe responder. No que concerne à qualidade do alojamento disponível, verifica-se que 40% dos inquiridos afirmam desconhecer este aspeto, enquanto cerca de 40% declaram que é “boa” ou “muito boa” e 17,4% a qualificam como “razoável”. A maioria dos inquiridos

qualifica como “boa” ou “muito boa” a oferta e a qualidade dos estabelecimentos de restauração existentes na aldeia (40% e 42% respetivamente), e uma percentagem igualmente significativa considera-as “razoáveis” (33% e 32% respetivamente).

Verificamos uma tendência semelhante no que concerne às infraestruturas e serviços ligados à informação turística. 33% qualificam as infraestruturas como “razoáveis” e 30% como “boas” ou “muito boas”, os serviços de informação turística são avaliados como “bons”/“muito bons” por 32% dos inquiridos e como “razoáveis” por uma percentagem idêntica de visitantes/turistas. No que respeita aos materiais de informação turística, 33% dos visitantes/turistas consideram que são “razoáveis” e 29% que são “bons”. Uma percentagem significativa dos inquiridos – entre 20% e 25% – admite não saber responder a estas questões. A esmagadora maioria dos inquiridos exprime uma opinião boa (57,1%) ou mesmo muito boa (21,1%) sobre a praia fluvial; da mesma forma, a maioria dos visitantes/turistas avalia positivamente (42,2%) ou muito positivamente (14,3%) o espaço museológico Casa do Mineiro. Verifica-se, porém, que um número bastante significativo (27,3%) não sabe responder. O complexo mineiro colhe igualmente o agrado de mais de metade dos visitantes/turistas da Mina de São Domingos (51%), sendo que 21% o consideram “razoável” e 22,4% admitem não saber responder. A exposição temporária que estava patente no cineteatro parece não ter sido alvo de visita por parte de 35,4% dos respondentes, que não a sabem avaliar. Mais de 40% consideram-na “boa” ou “muito boa” e 18,6% “razoável”. No que concerne ao jardim da administração, onde se localiza o Monumento ao Mineiro, não parece colher a preferência dos visitantes, sendo que 37% não se pronunciam sobre ele. 36% declaram-se agradados ou muito agradados com o espaço, e 18% avaliam-no como “razoável”. O Espaço Jovem/Internet parece ser igualmente um local frequentado apenas por uma minoria dos visitantes dos turistas/visitantes, dado que mais de metade não o sabe avaliar. Por outro lado, uma percentagem significativa dos respondentes qualifica-o como “bom” ou “muito bom” (35%).

A questão seguinte (n.º 3) tinha como objetivo aferir a adesão dos visitantes/turistas às atividades de verão que a autarquia promoveu durante o mês de agosto de 2008 e que mereceram destaque na imprensa regional, nomeadamente sessões de cinema ao ar livre, jogos aquáticos, animação musical e biblioteca de verão. Da análise dos dados obtidos verificamos que uma percentagem muito significativa (e mesmo maioritária) dos inquiridos não terá participado nestas atividades, uma vez que não se sabe pronunciar sobre elas, particularmente no que respeita aos jogos aquáticos (74%) e à biblioteca de verão (68%).

Contudo, um número considerável (superior a 40%) declara-se “satisfeito” ou mesmo “muito satisfeito” com as sessões de cinema ao ar livre e com os espetáculos musicais.

Como já referido, a última pergunta do inquérito tinha como intuito principal auscultar os visitantes/turistas acerca das infraestruturas, das atividades e dos serviços turísticos cuja potencial introdução consideravam desejável ou necessária. Para tal, foram enumeradas diversas infraestruturas, atividades e serviços existentes noutros sítios turísticos análogos, dando-se igualmente a possibilidade aos inquiridos de registarem outras sugestões/propostas. 88% dos respondentes consideraram “importante”, “muito importante” ou de “máxima importância” a constituição de um Museu Mineiro; 60% afirmaram que a edificação de uma Casa Inglesa era “importante” ou “muito importante”, apesar de 12% a considerarem desnecessária ou pouco necessária e de cerca de 29% não terem uma opinião sobre o assunto. A existência de um centro de exposições é considerada “necessária” ou “muito necessária” por 75% dos visitantes/turistas (20% não sabe responder).

A esmagadora maioria dos inquiridos (83%) manifesta a necessidade de um posto de informação turística na povoação, e cerca de 82% consideram necessária a introdução de um comboio turístico entre a Mina e o Pomarão (19,3% declaram que se reveste de “importância máxima”, 29,2% que é “muito necessário” e 31,7% que é “necessário”). A maioria dos respondentes manifesta igualmente muito interesse relativamente à edificação de um parque temático na povoação (76%). Pelo contrário, uma percentagem muito significativa dos inquiridos (41%) considera “pouco necessária” ou mesmo “desnecessária” a construção de um campo de golfe na aldeia, sendo que 30% não parece ter uma opinião sobre o assunto. No que respeita ao parque de campismo, ele é considerado “necessário” ou “muito necessário” por 69% dos visitantes/turistas, sendo que 23% declaram não saber responder. Alguns dos inquiridos utilizaram a opção “outra(s) – qual/quais?” para deixar sugestões de outras infraestruturas e serviços que consideram necessários, tais como saneamento, limpeza e arruamentos (2 respondentes), discoteca (2), “farmácias e mais dias de consulta para assistência à terceira idade” (1), Pousada da Juventude (1), “recinto de baile” (1) e “esplanada no jardim” (1).

Quanto às atividades e aos eventos turísticos hipoteticamente a introduzir, a maioria dos visitantes/turistas (80%) parece considerar relevante ou muito relevante a possibilidade de visita a uma mina ou galeria. De igual forma, 82% declaram a necessidade ou o interesse das visitas guiadas ao complexo mineiro, e uma percentagem maioritária manifesta a necessidade

de organizar percursos pedestres (79%), passeios pedestres (74%) e de BTT (73%). A oferta de desportos náuticos é também considerada “necessária” por cerca de 71% dos inquiridos. Os visitantes/turistas parecem ter igualmente um grande interesse em atividades de observação geológica, sendo que 36% as consideram “muito necessárias” e 15% de “necessidade máxima” (no total, 77% consideram estas atividades “necessárias”). A introdução de cruzeiros no rio Guadiana é também vista como “necessária” (ou “muito necessária”) por parte de 76% dos inquiridos. Em relação aos diversos eventos apresentados, os festivais gastronómicos e os espetáculos musicais parecem ser aqueles que despertam um maior interesse (76% e 74% respetivamente), seguidos dos concursos fotográficos (69%) e, com menor expressão, das conferências/congressos (57%). No que respeita à opção de “outras” atividades, as sugestões deixadas foram espetáculos de dança e teatro (1), touradas (1) e eventos em que fossem utilizados “os testemunhos dos mineiros” (1).

Conclusões dos inquéritos aplicados aos visitantes/turistas

A análise dos dados apurados nos inquéritos realizados aos visitantes e turistas da Mina de São Domingos permitem-nos retirar algumas conclusões no que concerne ao perfil socioeconómico dos visitantes/turistas, à caracterização da visita/estada, aos tipos de turismo associados à povoação, à avaliação das infraestruturas, dos equipamentos e serviços turísticos existentes, e ainda ao interesse da potencial introdução de determinadas infraestruturas e atividades. No que respeita ao perfil socioeconómico, os resultados obtidos levam-nos a concluir que a maioria dos visitantes/turistas da Mina de São Domingos são casais de meia-idade ou famílias com filhos, sendo igualmente assinalável a percentagem de visitantes/turistas jovens. Verificamos igualmente que a esmagadora maioria dos inquiridos possui habilitações académicas de nível secundário ou superior. A maioria não é natural da região e reside na área metropolitana de Lisboa ou na Estremadura, apesar de a Mina de São Domingos atrair visitantes/turistas de todas as regiões do país, das regiões autónomas e do estrangeiro. A povoação é igualmente visitada por emigrantes portugueses e por estrangeiros a residir em Portugal. Cerca de metade dos inquiridos desempenha uma profissão qualificada. Em termos de rendimento, verificamos que as possibilidades económicas dos inquiridos são muito variáveis, sendo que um terço dos respondentes declara um rendimento mensal do agregado familiar superior a 1500€, e quase 30% um rendimento entre 1001€ e 1500€. Constata-se assim a proporcionalidade existente entre o rendimento disponível e a atividade turística. O

facto de a maioria dos visitantes/turistas ficarem alojados em casa de familiares ou amigos diminui decerto o custo das férias na Mina de São Domingos, explicando a presença na povoação de visitantes/turistas com rendimentos mensais baixos (por exemplo, inferiores a 1000 € ou mesmo a 600€).

No que respeita aos motivos da estada/visita, constatamos que a maioria dos turistas/visitantes se desloca à Mina de São Domingos para passar as suas férias, muitas vezes com familiares e amigos residentes na povoação e com o propósito de descansar. O contacto com a cultura e história locais e com a natureza constitui uma motivação adicional para visitar a localidade. A importância das ligações familiares à Mina da São Domingos é igualmente confirmada pelo elevado número de respondentes que indica ter tido conhecimento da localidade através de familiares e amigos. Verificamos, todavia, que alguns visitantes/turistas tomaram conhecimento da aldeia através da imprensa, da internet e de materiais promocionais turísticos.

Os dados apurados revelam que a maioria dos visitantes/turistas fica alojada em casa de familiares ou amigos, sendo que aqueles que não possuem familiares ou amigos na povoação pernoitam nas unidades hoteleiras existentes. Constatamos ainda que alguns turistas ficam alojados em localidades, propriedades rurais ou unidades de turismo rural próximas. As ligações que os visitantes/turistas possuem à povoação manifestam-se igualmente no facto de uma percentagem muito significativa declarar que já visitou a Mina de São Domingos mais de dez vezes. Um número igualmente assinalável de inquiridos é visitante/turista frequente, já se tendo deslocado à aldeia entre duas e quatro vezes. Verifica-se uma diversidade de situações no que concerne à duração da estada, sendo que a maior percentagem permanece na povoação entre três e cinco dias, e uma proporção quase idêntica de turistas fica dois dias ou mais de uma semana. Contudo, verifica-se que a Mina de São Domingos atrai também um número assinalável (cerca de 20%) de visitantes, alguns dos quais provenientes da região ou alojados noutras localidades relativamente próximas (nomeadamente em Serpa).

No que diz respeito às atividades realizadas durante a estada, constatamos que a Mina de São Domingos é especialmente associada ao descanso, sendo igualmente conhecida e procurada pela prática banhar na praia fluvial. Verificamos que a visita ao complexo mineiro, à Casa do Mineiro e à exposição temporária disponível na altura constituem igualmente atividades complementares relevantes, procuradas por um número significativo de turistas/visitantes. Os dados obtidos revelam igualmente a importância atribuída às práticas de convivialidade

associadas à restauração e aos eventos de cariz cultural popular, tais como bailes e espetáculos de música ao vivo. Por fim, os dados confirmam que a estada na Mina de São Domingos possibilita a realização de diversas outras atividades desportivas e de contacto com a natureza, tais como desportos náuticos, passeios a pé e de bicicleta, ou a prática cinegética.

Em termos globais, os visitantes/turistas da Mina de São Domingos avaliam positivamente as infraestruturas e os serviços turísticos e de apoio à atividade turística, o que indicia a sua satisfação global com a estada/experiência turística. Constatase que a esmagadora maioria dos visitantes/turistas se desloca à povoação em viatura própria, não recorrendo aos transportes públicos e não tendo informação sobre eles. Uma percentagem significativa daqueles que têm conhecimento avalia-os negativamente.

Os inquiridos avaliam também positivamente a oferta hoteleira existente, sendo que uma parte significativa não se pronuncia sobre esta questão, uma vez que fica alojada em casa de familiares ou amigos ou não pernoita na povoação. É possível inferir que alguns respondentes consideram a oferta de alojamento deficitária, uma vez que, na última parte do inquérito, referem a necessidade ou o interesse da edificação de um parque de campismo e de uma Pousada da Juventude. Apesar da avaliação global positiva das infraestruturas existentes, a opinião expressa por alguns dos inquiridos na última questão do inquérito aponta para a necessidade de melhorar algumas das infraestruturas existentes, nomeadamente ao nível da limpeza, do saneamento básico, dos arruamentos e dos cuidados de saúde primários, bem como de introduzir outras infraestruturas, nomeadamente uma farmácia.

No que concerne às infraestruturas e os serviços turísticos, os resultados obtidos apontam também para a satisfação genérica dos visitantes/turistas, que os avaliam positivamente na sua generalidade, sendo contudo visível o particular apreço pela praia fluvial, pelo complexo mineiro e pelo núcleo museológico Casa do Mineiro. No que respeita à informação turística, não deixa de ser curioso o facto de os visitantes se declararem satisfeitos com os serviços de informação turística, dada a inexistência de um posto de turismo na localidade. Contudo, acreditamos que esta opinião se reporte à informação turística prestada na Casa do Mineiro, que apesar de não ter este propósito principal, acaba por funcionar como o único centro de acolhimento de visitantes, disponível na povoação. Como vimos, a esmagadora maioria dos inquiridos (83%) reconheceu a necessidade de constituir um posto de turismo na povoação. Apesar de as visitas ao complexo mineiro, à Casa do Mineiro e, em menor grau, à exposição temporária, constituírem atividades complementares relevantes da experiência turística,

constata-se que um número significativo de turistas não visita (e não conhece) estes espaços, concentrando-se principalmente na praia fluvial.

No que diz respeito à introdução de novas infraestruturas e de atividades turísticas na povoação, a análise dos dados obtidos permite-nos concluir que há um grande interesse e uma grande receptividade dos visitantes/turistas relativamente à quase totalidade das propostas formuladas. Se considerarmos conjuntamente as respostas “necessário”, “muito necessário” e “necessidade máxima”, verificamos que as infraestruturas ou equipamentos turísticos julgados mais necessários ou pertinentes (por uma percentagem superior a 80% dos visitantes e turistas) são o Museu Mineiro, o posto de informação turística e o comboio turístico entre a Mina de São Domingos e o Pomarão. De seguida, e por decrescente importância, vêm o parque temático, o centro de exposições, o parque de campismo e a Casa Inglesa. Das propostas apresentadas, aquela que é considerada menos relevante é o campo de golfe. Além disso, foi manifestado o interesse na edificação de infraestruturas ligadas à diversão e ao lazer noturnos, nomeadamente uma discoteca e um recinto de bailes/espetáculos.

Constatando que esta análise não permite em alguns casos identificar prioridades/preferências, dada a boa receptividade que as propostas mereceram genericamente, procedemos igualmente a uma análise comparativa baseada apenas nas respostas “muito necessário” ou “necessidade máxima”, o que conduziu a resultados ligeiramente diferentes: o posto de informação turística parece ser considerado prioritário, dado que 54,7% o avaliam como “muito necessário” ou de “necessidade máxima”. Seguem-se-lhe o Museu Mineiro (52,8%), o parque de campismo (50,9%), o comboio turístico (48,5%), o parque temático (39,2%), o centro de exposições (30,5%), a Casa Inglesa (18%) e o campo de golfe (13,7%).

No que respeita à introdução de atividades e eventos turísticos, os dados apurados apontam igualmente para uma boa receptividade e grande interesse face ao enriquecimento da oferta existente, sendo que a generalidade das propostas mereceu o acolhimento positivo e expressivo dos respondentes, sendo difícil identificar aquelas que os visitantes/turistas consideram preferenciais ou prioritárias. A consideração da percentagem de respostas “muito necessário” e “necessidade máxima” para cada uma das atividades ou para cada um dos eventos propostos poderá constituir um modo de aferir as preferências ou as prioridades dos turistas/visitantes.

Através desta análise verificamos que a realização de visitas guiadas ao complexo mineiro é apontada como muito necessária ou de necessidade máxima por cerca de 59% dos respondentes, seguida da observação geológica (51%) e da organização de passeios e de percursos pedestres (50% e 49% respetivamente). Com uma menor expressão, e com uma percentagem de respostas situada entre os 30% e os 40%, são consideradas como muito necessárias ou de necessidade máxima (por ordem decrescente) a visita a uma mina ou galeria (45,9%), os festivais musicais (40,4%) e gastronómicos (34,8%), os desportos náuticos (35,4%), os passeios de BTT (34,2%) e os cruzeiros no rio Guadiana (33%), seguidos (abaixo dos 30%) dos concursos fotográficos (29%) e, com uma percentagem muito menor, das conferências e dos congressos (16,7%). Alguns dos inquiridos sugeriram também a introdução de outras atividades ou eventos, tais como espetáculos de teatro e dança, eventos culturais que incluíssem os testemunhos de mineiros e a realização de touradas.

Consideramos que os dados obtidos através da aplicação destes inquéritos por questionário nos permitiram atingir os objetivos inicialmente propostos, fornecendo dados relevantes que ajudam a traçar o perfil dos visitantes/turistas da Mina de São Domingos e a identificar as suas motivações e atividades preferenciais. Neste contexto, os dados permitem-nos concluir que a maioria dos turistas e visitantes da Mina de São Domingos tem ligações familiares ou de amizade aos residentes e desloca-se à povoação para ali passar as suas férias e com o propósito principal de descansar e de conviver com os familiares e amigos. Frequenta maioritariamente a praia fluvial e também os cafés, os bares e os restaurantes da localidade, participando igualmente nos eventos socioculturais realizados, nomeadamente nos bailes e espetáculos musicais. O património industrial e mineiro, bem como o núcleo museológico existente, são infraestruturas importantes da aldeia, visitadas e apreciadas por muitos turistas e visitantes, mas têm um papel claramente complementar ou acessório ao do principal polo de atração turística, a praia fluvial.

Os resultados obtidos permitem-nos igualmente concluir que os visitantes/turistas da Mina de São Domingos fazem uma avaliação global positiva das infraestruturas, dos serviços e das atividades turísticos existentes e têm uma experiência turística globalmente satisfatória, que explica decerto o facto de elegerem a Mina de São Domingos como destino habitual de férias. Revelam, além disso, um grande interesse no enriquecimento da oferta turística através da introdução de novas infraestruturas, atividades ou eventos. Ao nível das infraestruturas destaca-se a criação de um posto de atendimento turístico, de um Museu Mineiro e de um comboio turístico Mina-Pomarão. No que respeita às atividades e/ou aos eventos, parecem ser

consideradas prioritárias a realização, com um carácter permanente, de visitas guiadas ao complexo mineiro, a criação de percursos pedestres, a organização de atividades de observação geológica, de passeios pedestres, de visita a uma mina ou galeria e de festivais musicais.

7. Práticas quotidianas e de sociabilidade nas experiências da Mina de São Domingos

Os resultados obtidos são igualmente reveladores do facto – apontado por vários autores anteriormente considerados – de as férias e de o turismo não se definirem e constituírem por oposição à “vida normal” mas integrarem, replicarem ou intensificarem as atividades quotidianas, especialmente as associadas ao lazer (McCabe, 2002; Debord, 2002). Além disso, constatamos que a experiência turística da maioria dos visitantes/turistas da Mina de São Domingos reproduz, em grande medida, as principais tendências do lazer dos portugueses, apuradas no estudo realizado pelo INE, anteriormente analisado (INE, 2001; Gomes, 2001; Neves, 2001), e que demonstrou a preponderância das práticas de sociabilidade, quer inter-domiciliárias quer em termos da frequência de cafés, bares, restaurantes e de bailes e espetáculos musicais (maioritariamente de cariz popular). Também no caso da Mina de São Domingos constatamos uma preferência vincada por atividades que envolvem convivialidade, informalidade, relaxamento e entretenimento.

A ideia, defendida por vários autores anteriormente considerados (por exemplo Smith, 2003; Richards, 2007), de que as férias consistem, para a maior parte das pessoas, numa combinação de diferentes experiências que incluem a educação/aquisição de conhecimentos (tradicionalmente identificadas como “cultura”) e o entretenimento, a prática de atividades culturais de cariz institucionalizado, a par de outras de cariz informal e popular (nem sempre consideradas como “culturais”), verifica-se também na Mina de São Domingos. Como vimos, também aqui os turistas e visitantes combinam a atividade balnear, as saídas comensais e as práticas de sociabilidade locais (para utilizar os termos empregues no estudo do INE) com as chamadas “práticas culturais” – por exemplo, a visita à Casa do Mineiro, ao complexo mineiro ou às exposições temporárias.

Estas constatações, decorrentes dos dados apurados através da análise destes inquéritos, são consubstanciadas pela análise de alguns vídeos realizados por visitantes e turistas de São Domingos aquando das suas férias na povoação e disponibilizados pelos próprios no sítio da

internet YouTube. Realizámos esta análise no contexto do artigo ‘Tourism is ordinary: motivations and activities of the São Domingos tourists’ , com o intuito de validar (ou não) os dados apurados nos inquéritos, e tendo em consideração as opiniões de alguns autores relativamente às limitações dos métodos de recolha estatística (McCabe, 2002; Highmore, 2002) e à importância de considerar os relatos individuais e diretos das experiências pessoais (Gray, 2003).

A análise dos vídeos mais representativos das experiências turísticas em São Domingos, que constituem também os mais acedidos e comentados, permite-nos concluir que eles são consistentes com os dados apurados nos inquéritos (azeitamos, 2007; billogos, 2008; miguelangelos, 2007; PortuguesaMSD, 2008; spigaatila, 2007). Ela permite-nos constatar que as memórias das férias passadas na Mina de São Domingos, que os turistas parecem valorizar e que decidem partilhar literalmente com o mundo, consistem em atividades quotidianas, de sociabilidade e convivialidade: o descanso e as atividades de lazer na praia fluvial, os passeios na zona do complexo mineiro ou na zona envolvente da localidade, os jantares com familiares e/ou amigos em casa ou nos restaurantes locais, o convívio nos bares e cafés, a ida a festas de karaoke ou a concertos e bailes. A análise dos vídeos confirma o carácter acessório que o património mineiro possui na escala de preferências dos turistas e visitantes da Mina de São Domingos, constatado através dos inquéritos.

O vídeo mais acedido e comentado, intitulado ‘olha a minaaaaaaaaa’, é particularmente interessante, do ponto de vista da análise cultural, e por isso digno de nota. O vídeo regista um espetáculo musical de Álvaro Fabião, um artista local que, à semelhança de muitos dos residentes da povoação (agora turistas?), teve de emigrar em busca de melhores condições de vida. Álvaro Fabião vive na Suíça, onde trabalha como cantor profissional, abrilhantando ao longo do ano muitas festas das comunidades emigrantes portuguesas residentes naquele país, ou nos países vizinhos. Contudo, e tal como muitos antigos residentes e seus familiares, Álvaro regressa à sua terra natal todos os verões para passar as férias anuais, participando em espetáculos musicais não só na Mina de São Domingos como em muitas das festas populares anuais que se realizam nas aldeias próximas. Como podemos ver no vídeo, o recinto do espetáculo, ao ar livre, encontra-se repleto de gente, que reage com entusiasmo e emoção ao tema interpretado pelo cantor, uma versão/apropriação portuguesa da música ‘Nights in White Satin’ da banda The Moody Blues, intitulada ‘Olha a Mina’, que exalta a aldeia, a sua história e os bons momentos nela vividos durante as férias de verão, e que constitui um verdadeiro hino local, popular entre residentes e turistas.

O aspeto principal que ressalta da consideração não só deste vídeo como dos restantes é, de facto, o cariz coletivo das práticas (comuns, quotidianas) dos turistas e visitantes de São Domingos, “a experiência coletiva da sociabilidade” (Silverstone, 2002: 356) que torna difícil distinguir os turistas dos residentes. De facto, a análise destes vídeos confirma um aspeto que os inquéritos também revelam, nomeadamente os laços – biográficos, familiares e de amizade – que ligam um número muito significativo de turistas à povoação, o que obscurece e em grande medida inviabiliza a tradicional separação entre turistas e residentes, colocada de resto em causa por vários autores anteriormente considerados. Além disso, estes vídeos mostram igualmente como os locais turísticos constituem, de facto, “zonas de contacto” (Clifford, 1997), e que a noção de comunidades “autênticas” ou “orgânicas” é difícil de sustentar, evidenciando o contacto e a convivialidade coletiva de residentes e de turistas no âmbito das práticas culturais, de cariz popular e informal, que compõem em grande medida as experiências turísticas vividas na Mina de São Domingos. Os vídeos, tal como os inquéritos, revelam aquela que foi a realidade social da Mina de São Domingos tanto durante o período da exploração mineira como depois: um espaço de coexistência e de encontro de culturas diferentes, patente na composição heterogénea da população mineira, nas relações que se estabeleciam com as populações da raia espanhola, com os membros da comunidade britânica, ou com os forasteiros (e estrangeiros) que por diversos motivos visitavam a Mina ou aqui se estabeleciam, e na experiência posterior da (e)migração e do turismo.

8. A cultura britânica e o enriquecimento da oferta cultural e turística da Mina de São Domingos

Tal como supramencionado, um dos objetivos traçados aquando da elaboração destes inquéritos consistiu na avaliação da relevância da cultura britânica como fator de atratividade da Mina de São Domingos enquanto destino turístico. Do nosso conhecimento pessoal, sabemos que um número (ainda que reduzido) de turistas/visitantes britânicos já visitou a povoação devido ao facto de os seus antepassados terem aqui residido e trabalhado. Contudo, os dados apurados demonstram que as ‘ligações britânicas’ da história da povoação são um fator muito marginal (quase nulo) de atratividade turística. Apenas um dos inquiridos refere “o contacto com cultura britânica” como um dos motivos da visita. De igual forma, a potencial edificação de uma Casa Inglesa, à semelhança da que existe nas minas de Rio Tinto, merece o

bom acolhimento dos visitantes/turistas mas não se encontra entre as suas principais preferências, sendo que muitos parecem não saber do que se trata.

Este facto não é de estranhar, uma vez que os únicos sinais da presença britânica consistem em pormenores dificilmente notados pelos visitantes/turistas: a traça arquitetónica da aldeia, as características do bairro da administração, os livros em língua inglesa que ainda existem na biblioteca do Hotel de São Domingos, algum do mobiliário antigo deste hotel, o busto em mármore de James Mason, presente na sala de jantar do hotel, o cemitério inglês, localizado na periferia da povoação, o nome do campo de futebol – ‘Campo de Jogos Cross Brown’ – em honra de um dos administradores da Mason & Barry (século XX), ou o relógio da igreja de São Domingos, de fabrico inglês. Como vimos, as ‘ligações britânicas’ da Mina de São Domingos foram abordadas, ainda com graus de profundidade diferentes, e sem dúvida de pontos de vista divergentes, nas exposições comemorativas dos 150 anos da povoação, no documentário de Filipe Verde, História de uma Mina, ou nos testemunhos incluídos no CD-ROM interativo, bem como no livro de António Martins. Porém, dada a ausência de um núcleo museológico permanente onde seja representada a história da povoação, estas ligações britânicas, assim como a própria história da aldeia e da(s) sua(s) comunidade(s) estão ausentes e não são transmitidas a não ser através das visitas guiadas que, tanto quanto sabemos, são pouco frequentes.

A componente britânica da história da Mina de São Domingos, patente na edificação da aldeia e do complexo industrial e mineiro por parte de James Mason e da Mason & Barry, no papel desempenhado pela exploração mineira no processo industrial britânico, na comunidade britânica que residiu e trabalhou na Mina e nas relações que estabeleceu com a população local, a fundação de instituições sociais, culturais e desportivas de feição britânica, entre muitos outros aspetos, são relevantes, fazem parte da especificidade da localidade e da sua história e poderiam ser mobilizados com vista ao enriquecimento da oferta cultural e turística, tal como acontece já na região espanhola vizinha da Andaluzia .

À semelhança da Mina de São Domingos, outras minas da província vizinha espanhola de Huelva, inseridas na chamada Faixa Piritosa Ibérica, foram exploradas por empresas britânicas concorrentes da Mason & Barry Ltd, nomeadamente a Tharsis Sulphur & Copper Company Ltd, e a Rio Tinto Company Ltd, detentoras das minas de Tharsis e de Rio Tinto, respetivamente. Num artigo apresentado anteriormente e já publicado, tivemos oportunidade de frisar as semelhanças existentes entre estas empresas e as povoações mineiras, nomeadamente no que

concerne à edificação de povoados mineiros de inspiração britânica, às características comuns das infraestruturas e dos equipamentos industriais, aos contactos e às relações existentes entre as empresas, o seu staff técnico e as comunidades mineiras, e a mobilidade do staff britânico e dos próprios operários entre as três minas (Silva, 2010b).

Neste artigo, frisámos igualmente os aspetos comuns destas três povoações mineiras no que respeita à cultura britânica, chamando a atenção para a configuração e para as características dos bairros ingleses de Rio Tinto e de São Domingos e para o modo de vida e as práticas sociais britânicas típicas do período áureo do império, transportados por estas comunidades para esta região sul da Península Ibérica. Neste âmbito destacámos as rotinas diárias da comunidade, as festas organizadas, a comemoração do aniversário da rainha Vitória em Rio Tinto, e as atividades de lazer: os piqueniques no lago (atual praia fluvial) em São Domingos, a prática do ténis e do cricket, a introdução do football nestas regiões, a atividade banhar em Punta Umbría (no caso espanhol) e nas praias junto a Vila Real de Santo António e nas termas de Monchique (no caso português). Salientámos igualmente outros aspetos comuns da história moderna destas comunidades indissociáveis da exploração mineira por empresas industriais, neste caso britânicas, e responsáveis por uma profunda ligação e afinidade entre as três localidades, nomeadamente o desenvolvimento de uma consciência de classe, a organização de instituições e de movimentos operários com ligações entre si, assim como os intercâmbios e ligações que, em termos mais genéricos, se estabeleceram entre as comunidades operárias destas minas.

Tal como constatámos nesse artigo, ao contrário do que acontece na Mina de São Domingos, existe em Huelva um reconhecimento da importância da presença britânica na região e do seu legado histórico-cultural. Esta consciência está patente, por exemplo, na recuperação e na classificação do património arquitetónico britânico (por exemplo, o antigo cais da empresa Rio Tinto Company no porto de Huelva ou a Casa Colón, sede da administração da empresa naquela localidade) e na criação de núcleos museológicos/recursos turísticos alusivos à presença britânica, tais como a Casa Inglesa em Rio Tinto, a Casa de los Ingleses em Punta Umbría e a Sala 2 do Centro de Interpretación Huelva Puerta del Atlántico, em Huelva. O reconhecimento da importância das ligações britânicas da história local encontra-se também visível na criação, na cidade de Huelva, da rota turística temática “El Legado Inglés” e ainda nas publicações e nos estudos académicos sobre esta temática (Caballero et al., 1999; Caballero et al., 2004; Domínguez, Vaz e Ulecia, 2008; Wilkins, 2006).

No contexto das inúmeras e profundas ligações existentes entre São Domingos, Tharsis e Rio Tinto, propusemos, no artigo supramencionado (Silva, 2010), a criação de uma rota temática transnacional, centrada na herança britânica comum, reconhecida e enfatizada, por exemplo, por Juan Caballero Oliver (Oliver, 2008: 141). Esta rota turística, pensada não só para os visitantes/turistas portugueses e espanhóis mas também para o mercado europeu, teria a duração de quatro dias e poderia ser complementada com estadas subsequentes em cidades costeiras da Andaluzia e do Algarve, ou em estâncias balneares destas regiões, que dispõem de um amplo leque de infraestruturas e serviços turísticos e de apoio à atividade turística. A rota iniciar-se-ia em Vila Real de Santo António, local de entrada, pesagem e saída dos navios que transportavam o mineral de São Domingos para os portos britânicos e norte-europeus; aqui se encontravam a alfândega, uma filial da Mason & Barry e um consulado britânico, onde eram registados os nascimentos e os óbitos dos membros da comunidade britânica de São Domingos. O percurso continuava até São Domingos, seguindo para Tharsis e Rio Tinto no segundo e terceiro dias e terminando na cidade de Huelva no quarto e último dia do passeio.

A constituição da rota teve por base o conhecimento pessoal e empírico das povoações ligadas a estas três explorações mineiras, adquirido através de várias visitas aos locais, realizadas nos últimos anos e no âmbito do presente trabalho, em que conjugando, como tantos turistas, o lazer e a educação, assumimos o duplo papel de turista e investigadora. A delineação da rota teve em conta aspetos como a dimensão das minas e dos respetivos empreendimentos industriais e mineiros, a sua cronologia de exploração e o número e a 'qualidade' dos recursos patrimoniais/museológicos e turísticos existentes, tendo em vista a criação de uma experiência turística satisfatória. Neste âmbito, verificamos que enquanto em São Domingos ou em Tharsis estes recursos são escassos e modestos, dado o estágio inicial em que se encontra o processo de valorização, musealização e dinamização turística do património industrial e mineiro, em Rio Tinto este processo encontra-se bastante desenvolvido.

O Parque Mineiro de Rio Tinto constitui uma atração turística importante e consolidada na região; é um museu de sítio ou ar livre muito bem conseguido, de elevada qualidade, que em nada fica a dever a alguns dos melhores museus mineiros que visitámos na Grã-Bretanha, nomeadamente os museus nacionais de minas de Inglaterra e do País de Gales, anteriormente referidos. Este museu polinuclear é composto por um museu principal (Museo Minero de Rio Tinto), onde é abordada a história das minas desde a pré-história até à atualidade, pelo núcleo museológico Casa Inglesa (ou Casa 21) (supramencionada), localizado no Bairro Inglés de Bellavista, uma visita guiada à corta da mina Peña de Hierro e um passeio/visita guiada em

comboio turístico (de cerca de 14 km), que atravessa a vasta área do complexo mineiro e acompanha o rio Tinto, fazendo o percurso original do transporte do mineral rumo ao porto de Huelva.

A decisão de terminar o itinerário em Huelva teve também a ver com a quantidade (e qualidade) dos recursos patrimoniais e turísticos existentes na cidade, associados não só à importância da história da exploração mineira na região – nomeadamente o Museu Provincial de Huelva, que possui um rico espólio da mineração pré-histórica e antiga, incluindo uma das rodas romanas de esgoto das Minas de Rio Tinto – como também, e principalmente, à presença britânica. Neste âmbito, podemos destacar o Bairro “Reina Victoria”, onde se alojava o staff britânico da Rio Tinto Company que trabalhava e residia em Huelva, a Casa Colón, que funcionava como hotel destinado aos membros dos quadros superiores da empresa e aos seus convidados, o cais ferroviário da empresa, no porto de Huelva, construído entre 1874 e 1876 e da autoria dos engenheiros britânicos Sir George Barclay Bruce e Thomas Gibson, e o cais da Tharsis Sulphur & Copper Company Ltd, concebido em 1871 pelo engenheiro escocês William Moore. Além deste património classificado, existem também dois pequenos núcleos museológicos especialmente dedicados ao legado britânico da cidade/região, nomeadamente a Casa de los Ingleses em Punta Umbría e a sala 2 do Centro de Interpretación Huelva Puerta del Atlántico, anteriormente referidas.

A proposta desta rota temática, que apenas se esboçou em traços genéricos e que teria necessariamente de ser alvo de estudo e de implementação por parte de uma equipa especializada e multidisciplinar, teve também por base a constatação das dificuldades de afirmação e viabilidade que os sítios museológicos e turísticos industriais e mineiros, pela sua especificidade e localização periférica, possuem, como sublinham alguns autores (Dicks, 2000; Wanhill, 2000; Smith, 2003), e da pertinência/relevância da constituição de “corredores de património” ou de rotas turísticas temáticas – salientada no Plano Estratégico de Turismo Nacional (Turismo de Portugal, 2007) – como uma possível estratégia de remediação deste problema, como defende Kirschenblatt-Gimblett (1998).

Conclusão

Many mines are transient things; men exhaust them so far as available skills allow; they pass on, leaving cavities that are forgotten and surface irregularities that to all but the informed eye are natural features of the landscape. But some have more than one life, repeatedly revived as man's technical control moves forward and his needs increase. The result is a story that involves two heroes: the ore bodies and the men who accept their challenge. The contest is in a sense discontinuous for there may be long periods in which it is abandoned. In another sense, however, it does not cease, for in the intervals in which the ore bodies are undisturbed man is continuously remaking his society so that both technically and economically the lodes may become relevant to his needs once more. Such is the story of some of the great pyrites deposits of Europe. (Checkland, 1967: 13)

Valuable assets fall out of use and lose their value. They lie fallow and dormant until capitalists possessed of liquidity choose to seize upon them and breathe new life into them. (Harvey, 2006: 155).

How did the mining industry become the raw material for a heritage museum? (...) Is heritage not the 'bad conscience' of economic restructuring, in that it takes the fact of people's decline as its necessary building blocks, whilst at the same time celebrating and displaying that same people's heroic traditions (and charging an entrance fee to see them? (Dicks, 2000: 5)

(...) 'heritage', that which is inherited from the past, can be inflected in a variety of different political directions. Thus, far from our future being *given* in our past, the past suggests a variety of different sources of action, including economic innovation that refuses the principles of the 'free' market. (Corner e Harvey, 1991a: 14)

O presente trabalho nasceu e desenvolveu-se a partir da convicção de que a história da Mina de São Domingos só pode ser devidamente perspectivada à luz da reflexão crítica cultural dos processos de constituição, desenvolvimento e transformação recente das sociedades modernas norte-europeias e norte-americanas. Muito cedo constatámos a inexistência, no contexto português, de um *corpus* teórico e analítico que nos permitisse analisar criticamente não só a história da povoação como a sua requalificação turística, por via da valorização do património histórico-cultural e da criação de recursos museológicos alusivos à história e à cultura locais. Impunha-se também indagar em que medida é que a história da Mina de São Domingos, analisada à luz literatura crítica relevante e de exemplos de sítios congéneres, pode contribuir para a compreensão de alguns aspetos das sociedades modernas norte-atlânticas contemporâneas. Este propósito decorre daquele que é um dos objetivos orientadores do projeto intelectual dos estudos culturais, em que o trabalho se inscreve.

Assim, além de estudar e de tentar compreender a história da exploração mineira da Mina de São Domingos por parte da empresa britânica Mason & Barry Ltd e a musealização da história da povoação à luz do desenvolvimento e de algumas das principais transformações das sociedades modernas industriais, o trabalho constituiu-se e desenvolveu-se com o objetivo de oferecer um contributo para a reflexão sobre o estado atual e as possibilidades futuras da valorização e dinamização turística do património histórico-cultural português, particularmente de cariz industrial e mineiro, mas também, e principalmente, da Mina de São Domingos, com vista ao desenvolvimento socioeconómico e cultural locais.

A reflexão desenvolvida no primeiro capítulo reveste-se de grande importância no âmbito dos objetivos traçados. Grossberg afirmou recentemente que “a responsabilidade política do intelectual se define em primeiro lugar pelo esforço de desnaturalizar o presente e de abrir o futuro” (2010: 100). Como vimos primeiro capítulo, o incremento do turismo e das chamadas indústrias culturais, bem como a conversão de complexos industriais e mineiros em património histórico-cultural e em recursos turísticos, têm sido apontados como exemplos paradigmáticos do fim das sociedades industriais. Da análise do debate intelectual sobre as chamadas “teses da transição” civilizacional e sobre as principais transformações globais verificadas nas últimas décadas ressalta a opinião de que estas transformações, ainda que vincadas e em alguns aspetos novas e diferentes, não indiciam o fim das sociedades industriais mas atestam o cariz dinâmico e permanentemente revolucionário do capitalismo.

Neste contexto, o processo de desindustrialização massiva que, desde a década de 1970 e até a atualidade, se tem verificado nos países industrializados norte-europeus e norte-americanos, tem de ser entendido não como o fim das sociedades industriais mas como o resultado das reconfigurações do capitalismo caracterizadas pela reorganização e flexibilização da produção e do comércio à escala global, com vista à maximização do lucro. Como vimos, esta reorganização tem sido facilitada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como por medidas políticas neoliberais, e tem-se manifestado em profundas reconfigurações espaço-temporais, em alterações nas estruturas institucionais e nas relações laborais e no desmantelamento das instituições e da organização social que caracterizavam o estado social.

É também no âmbito da reorganização da estrutura produtiva e económica dos países desindustrializados e da ‘regeneração’ económica, social e ambiental das áreas desindustrializadas que tem de ser perspectivado o surgimento e o desenvolvimento,

particularmente desde a década de 1980, do turismo e das chamadas indústrias culturais. No que respeita às indústrias culturais, atentámos não só no discurso e nas políticas governamentais que preconizam o incremento da produção cultural, como também o *corpus* teórico (ou discurso académico) que os apoiam e credibilizam. Neste contexto, analisámos também as principais críticas de que estas políticas e teorias têm sido alvo, tais como o cariz ideológico das teorias das indústrias culturais e criativas, que reforçam a tese das sociedades pós-industriais e pós-modernas e que parecem ter o objetivo primordial de fomentar a produção e a comercialização culturais. Através da consideração da história complexa e tortuosa do conceito de cultura e da produção cultural, constatámos igualmente que, apesar de a cultura ter sido definida – e ser ainda por vezes entendida – como uma esfera à margem ou acima da vida social e económica, a ‘industrialização’ da cultura está longe de ser um fenómeno recente, mas existe e desenvolveu-se desde o século XIX, no âmbito do sistema capitalista e da lógica comercial dominante. Neste contexto, a evolução das sociedades modernas industriais tem-se pautado por um crescimento e uma diversificação marcados da produção (comercial) e do consumo de bens culturais e por uma progressiva desvalorização das distinções tradicionais entre cultura erudita e popular.

Considerámos igualmente o desenvolvimento do turismo e a sua afirmação como fenómeno sociocultural e um setor económico, fomentados politicamente a nível quer nacional quer internacional. Constatámos que, à semelhança das indústrias culturais, o turismo não é um fenómeno recente, mas que se desenvolveu no século XIX em estreita ligação com os processos de industrialização, de constituição dos estados-nações e do desenvolvimento do sistema capitalista internacional. Nas últimas décadas verificou-se não só um incremento significativo da indústria turística como também uma diversificação das práticas que lhe estão associadas. Apesar deste facto, não podemos esquecer que o turismo, sendo uma forma de consumo, depende do rendimento disponível e, à semelhança do consumo de bens culturais, não está acessível a todos os grupos sociais, reproduzindo as clivagens socioeconómicas existentes.

Tanto no âmbito das indústrias culturais como do turismo verifica-se uma discrepância entre, por um lado, o discurso político que afirma a relevância económica e social destes setores e, por outro, a sua implementação em termos efetivos. Apesar da retórica política da importância da cultura, o financiamento público das instituições culturais públicas é diminuto, especialmente quando comparado com o de outros setores económicos, e tem vindo a ser objeto de cortes anuais sucessivos. Muitas das instituições culturais financiadas diretamente

pelo estado são claramente subsidiárias quando enquadradas nas práticas culturais e de lazer da maioria da população portuguesa.

Também verificamos que o reconhecimento estatal da relevância que o turismo possui para âmbito a economia nacional não se traduz em medidas concertadas que conduzam ao seu desenvolvimento efetivo. Quando observamos a realidade do turismo nacional, nomeadamente ao nível regional ou local, torna-se difícil perceber em que medida é que o estado tem implementado as estratégias concretas apresentadas no âmbito do PENT, que pretendiam “contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais” (através da criação de emprego e do apoio a pequenas e médias empresas), “preservar e potenciar o património histórico-cultural” (através do apoio à recuperação de museus e monumentos e da dinamização da “cultura e conteúdos locais”) e “assegurar a sustentabilidade económica do turismo” (minimizando a sazonalidade e os impactos ambientais negativos) (Turismo de Portugal, 2007: 33). Tal como no caso das indústrias culturais, o objetivo deste discurso parece ser tão só o de fomentar o investimento privado e o desenvolvimento do turismo no âmbito da lógica comercial dominante. Além disso, a integração global dos mercados veio aumentar a competição internacional entre destinos turísticos, colocando dificuldades acrescidas à sua afirmação e/ou viabilidade e agudizando a instabilidade que caracteriza o turismo, dada a sua elevada dependência de um conjunto diverso de fatores. Diversos autores chamam a atenção para a necessidade de modelos alternativos de desenvolvimento turístico, baseados em estratégias implementadas a nível local e que privilegiem o envolvimento e o benefício das populações locais.

Analisámos igualmente as relações existentes entre a cultura e o turismo, entre as chamadas indústrias culturais e o turismo. A musealização do património histórico-cultural, em geral, e do património industrial e mineiro, em particular, ilumina as relações indissociáveis existentes entre a produção cultural e o turismo, demonstrando que o turismo se define em grande medida pelo consumo cultural, sendo a cultura entendida como um conjunto de práticas sociais não só de natureza educativa e/ou formal mas também quotidianas, informais e comuns. O facto de o turismo assentar em grande medida no consumo de conteúdos culturais e as suas estreitas relações às indústrias culturais, nomeadamente no âmbito do turismo cultural, justificam amplamente que o turismo seja considerado uma indústria cultural e que estes setores sejam integrados ao nível da política e da gestão institucionais.

A análise da crescente atenção dedicada ao património histórico-cultural português, em geral, e de cariz industrial e mineiro, em particular, à luz das experiências anglo-saxónicas, permitiu-nos constatar o importante trabalho realizado a partir da década de 1980, com vista à recuperação, à musealização e à dinamização turística deste património. No entanto, constatámos que este trabalho não tem dado os frutos desejáveis devido à falta de apoio estatal e de medidas concretas e eficazes que fomentem a recuperação e a valorização (económica, social e cultural) deste património, que em muitos casos se tem vindo a degradar e a desaparecer. A musealização da história industrial portuguesa, pela qual muitos académicos e investigadores nacionais se têm batido, continua ainda, em grande medida, por fazer, ao contrário do que se passa noutros países. A inexistência de um museu nacional dedicado à industrialização portuguesa atesta esta realidade.

A musealização e a dinamização turística do património industrial e mineiro da Mina de São Domingos têm de ser perspectivados no âmbito da reflexão desenvolvida sobre o contexto político e institucional das indústrias culturais e do turismo, uma vez que é nele que a valorização recente do património histórico-cultural local se inscreve. É também neste contexto que podemos compreender os problemas e as limitações verificados no processo de requalificação turística da aldeia. Por um lado, é visível a falta de meios financeiros que permitam o desenvolvimento da Mina de São Domingos como um polo de turismo histórico e cultural, contemplado no Plano Geral da Urbanização que foi aprovado na década de 1990. Por outro lado, consideramos que a dependência deste desenvolvimento de equipas autárquicas cujas chefias, orientações e prioridades mudam, por vezes, a cada mandato, constitui um constrangimento adicional à implementação efetiva dos projetos previstos no Plano. A valorização do património industrial e mineiro da Mina de São Domingos exige vontade política, a definição do desenvolvimento turístico da localidade como um objetivo prioritário da política autárquica. Só este reconhecimento pode conduzir a uma estratégia de captação do financiamento necessário à implementação destes projetos. Além disso, a constituição de uma equipa multidisciplinar que assuma a coordenação e a implementação destes projetos no médio prazo é outro aspeto fundamental. O trabalho realizado por Miguel Rego, patente no êxito do programa de comemorações dos 150 anos da povoação, e no seu impacto em termos turísticos, mostrou que a vontade política e competência científica conseguem por vezes ultrapassar os constrangimentos financeiros existentes. A estagnação do projeto idealizado por Miguel Rego, que deveria conduzir à constituição de um museu de sítio ou ecomuseu na Mina de São Domingos, atesta igualmente a importância das equipas coordenadoras na prossecução e no êxito destes projetos.

Apesar dos constrangimentos que o poder autárquico possui, em termos de recursos financeiros e humanos, e da orientação privilegiada para um modelo de desenvolvimento turístico assente na iniciativa privada (patente na criação da empresa municipal Merturis), a verdade é que a conservação e valorização do património, bem como o desenvolvimento turístico, são competências e responsabilidades públicas declaradamente afirmadas – ainda que em grande medida por concretizar – em documentos e legislação governamental, de que são exemplos o PENT e as leis do património ou dos museus. Tal como revelam os inquéritos que realizámos aos residentes das aldeias de Mina de São Domingos e Pomarão, é aos organismos estatais que as populações atribuem a responsabilidade do desenvolvimento turístico (e socioeconómico) das povoações e da região.

Como constatámos no nosso trabalho, as iniciativas de requalificação das infraestruturas da povoação, a intervenção (ainda que modesta) feita pela EDM no complexo mineiro e as iniciativas de cariz museológico desenvolvidas, contribuíram de forma importante para a criação de uma imagem da Mina de São Domingos como potencial destino turístico e para a captação de turistas e visitantes, manifesta no aumento da procura turística ao longo dos últimos anos. Contudo, afigurava-se-nos necessário, por um lado, auscultar as opiniões dos residentes diretamente visados pela requalificação turística das aldeias de São Domingos e Pomarão e, por outro lado, identificar o perfil do turista/visitante da Mina de São Domingos e aferir as suas opiniões e expectativas, com vista à melhoria, diversificação ou reconstituição da oferta. Importava, igualmente, perceber qual era o papel desempenhado pelo património industrial e mineiro enquanto fator de atratividade da Mina de São Domingos.

Julgamos que os dados que apurámos são relevantes e poderão contribuir para a avaliação dos equipamentos e serviços existentes e para a conceção de iniciativas futuras de musealização da história e cultura locais e para a afirmação e consolidação da Mina de São Domingos como um destino de turismo cultural. Estes dados convergem com alguns dos aspetos considerados no âmbito da análise da literatura crítica bem como com algumas tendências do lazer e do consumo cultural reveladas pelos estudos realizados nas últimas décadas em Portugal. Assim, podemos destacar a conjugação de atividades lúdicas e educativas no âmbito do turismo e a importância que as práticas de sociabilidade informais assumem no âmbito do lazer e do turismo, e que as práticas turísticas na Mina de São Domingos exemplificam. A análise dos inquéritos e dos comentários deixados pelos visitantes da exposição comemorativa dos 150 anos de história da povoação revelam as ligações pessoais, biográficas e familiares que muitos dos visitantes/turistas têm à povoação e à sua história. Este é um aspeto importante que não é

exclusivo da Mina de São Domingos e que parece constituir uma característica dos museus/sítios industriais e mineiros. Os inquéritos revelam também a importância que o património histórico-cultural da Mina de São Domingos possui como fator complementar de atratividade turística da povoação, nomeadamente em relação às estruturas de lazer ligadas à atividade balnear, à restauração e à animação sociocultural.

A literatura crítica produzida particularmente no contexto anglo-saxónico, no âmbito do turismo, do turismo cultural e do turismo industrial e mineiro ajuda a perspetivar alguns problemas relativos à afirmação e à viabilidade socioeconómica destes sítios patrimoniais e turísticos. Este é um aspeto importante a ter em conta, especialmente dadas as elevadas expectativas que a população residente da Mina de São Domingos parece possuir em relação ao desenvolvimento turístico. De entre estes problemas destaca-se a dificuldade que estes sítios têm em afirmar-se, devido à sua localização geográfica periférica e/ou à baixa densidade de recursos turísticos existentes na região envolvente. Neste contexto, a experiência de sítios britânicos pioneiros e de referência, nomeadamente de Big Pit e de Rhondda, deverão constituir exemplos importantes e a ter em conta. Tal como o Big Pit revela, a classificação destes sítios como Património da Humanidade pode ser um fator determinante para a sua afirmação e consolidação. Neste contexto, julgamos que a agilização do processo de candidatura da Faixa Piritosa Ibérica constituiria um fator de grande importância para a afirmação turística não só da Mina de São Domingos como de outros sítios patrimoniais mineiros da região, nomeadamente Aljustrel e Lousal. Consideramos igualmente que o estabelecimento de parecerias efetivas e produtivas entre estes municípios, com vista à criação de sinergias, à consolidação dos respetivos sítios e ao seu desenvolvimento integrado, evitando a duplicação e competição de recursos semelhantes é não só desejável como urgente.

Também à luz da literatura crítica e das experiências congéneres existentes, pensamos que as ligações britânicas da história da Mina de São Domingos podem e devem ser mobilizadas com vista ao enriquecimento da oferta museológica e à sua afirmação e viabilização turísticas, nomeadamente através da criação de recursos e de itinerários turísticos, da elaboração de materiais informativos (a nível local) e da constituição de uma rota temática, em associação com os municípios de Tharsis, Rio Tinto e Huelva.

Foi também como possível contributo para a valorização do património histórico da Mina de São Domingos que considerámos criticamente as iniciativas de musealização levadas a cabo,

até à data, pelo município de Mértola. Constatámos a relevância destas iniciativas no que respeita à representação da história da localidade e à dignificação de uma comunidade vítima de um longo processo de espoliação e de silenciamento. Estas iniciativas, e em particular as exposições realizadas, desempenharam um papel social e cultural fundamental, cumprindo aquilo que Paul Ricoeur apelida do dever ético e político de memória, de lembrar as vítimas da história:

All that is left behind is lost. We need, therefore, a kind of parallel history of, let us say, victimisation, which would counter the history of success and victory. To memorialise the victims of history – the sufferers, the humiliated, the forgotten – should be a task for all of us at the end of the century. (Ricoeur, 1999a: 10-11)

No entanto, a literatura crítica considerada, a par da análise de outras representações, permitiu-nos identificar algumas das limitações das exposições comemorativas, nomeadamente a representação da história da aldeia relativa apenas ao período da exploração mineira e como um capítulo histórico encerrado, a ausência de relações claras entre esse passado e o presente e de problematização da história e a inexistência de testemunhos pessoais sobre as experiências retratadas nas exposições.

Analisámos também o filme *Biografia de uma Mina*, exibido numa das exposições comemorativas, à luz dos contributos teóricos e analíticos existentes, e de alguma documentação histórica que localizámos no âmbito da presente investigação. Da nossa análise, e do confronto da narrativa fílmica com as fontes documentais primárias, ressalta a manipulação e a distorção dos factos históricos e a reprodução do discurso dominante da empresa exploradora que, durante o período da exploração da mina, tentou silenciar a experiência da comunidade mineira de São Domingos, marcada pela repressão e pelo sofrimento, bem como a sua história de resistência e de luta organizada pela justiça laboral e por melhores condições de trabalho e de vida.

Não obstante a importância inequívoca das exposições comemorativas, julgamos que a análise das narrativas de António Martins e dos residentes entrevistados por Miguel Rego e José Orta, bem como dos testemunhos que as fontes históricas encerram, demonstram que a história da Mina de São Domingos, da sua comunidade operária, da comunidade britânica que aqui residiu e da Mason & Barry Ltd continuam, em grande medida, por revelar. De igual forma, a vida da Mina depois da mina, dos habitantes que ficaram, daqueles que partiram, daqueles

que ainda regressam e daqueles que entretanto aqui nasceram e cresceram, ou que aqui se fixaram está ainda por contar e é tão relevante e digna de representação cultural como a história da povoação durante o período da exploração mineira. Tal como Stuart Hall afirma, na sua reflexão sobre a definição e constituição (seletiva) do património nacional, não há razão para que o passado seja valorizado e representado (quase sempre) em detrimento das práticas sociais e culturais do presente (Hall, 2005: 23, 34).

Ricoeur lembra que é sempre possível narrar e lembrar de outras maneiras, de contar histórias diferentes e de permitir aos outros contar a sua história – este é para ele o aspeto ético importante das narrativas no processo de representação da história e da memória (Ricoeur, 1999a: 9). O autor defende ainda o confronto de narrativas e de interpretações diferentes e conflituantes – é através deste confronto que, a seu ver, se “abre o futuro” e se estabelecem ligações profícuas entre o passado e o futuro (Ricoeur, 1999b: 13). Carolyn Steedman também considera que a pesquisa histórica e a descoberta de novos factos ou a sua reorganização constituem um ato de “destabilização narrativa” e tornam a história “a mais transitória das formas escritas” (Steedman, 1992: 614).

No âmbito deste projeto de investigação, e do nosso encontro com a história da Mina de São Domingos, confrontámo-nos com a escassez da informação histórica existente. Ao contrário do que acontece com as minas de Tharsis e de Rio Tinto, integradas na Faixa Piritosa Ibérica, não há estudos históricos aprofundados sobre a Mina de São Domingos. Neste contexto, e dada a necessidade sentida de ter acesso aos factos históricos, desenvolvemos uma pesquisa que teve tanto de morosa e de difícil como de apaixonante, e que nos levou a diversas bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros e motivou contactos com residentes da Mina de São Domingos e com descendentes de membros do *staff* britânico da *Mason & Barry*.

Esta pesquisa proporcionou-nos um conhecimento muito aprofundado da história da Mina de São Domingos, que foi imprescindível para, por um lado, conseguirmos perspetivar a história da povoação e em particular o período da exploração mineira e, por outro lado, para podermos analisar criticamente as representações dessa história, nomeadamente as exposições comemorativas e o filme *Biografia de uma Mina*. Consideramos que a recolha e reunião destas fontes históricas, na sua grande maioria desconhecidas, dispersas por arquivos nacionais e estrangeiros e em fundos documentais não tratados arquivisticamente, constitui um contributo importante do trabalho *per se*. Este fundo documental reveste-se de grande importância para a historiografia da Mina de São Domingos, que permanece, em grande

medida, por fazer. Neste sentido, e recuperando uma reflexão de Carolyn Steedman, supracitada, não só a história e o passado da Mina não estão encerrados, como o presente trabalho permanece inacabado, uma vez que este fundo documental deverá fomentar a continuação da reflexão histórica, a formulação de novos objetivos, e a prossecução de novas linhas de investigação.

A história da Mina de São Domingos tem de ser enquadrada no processo histórico moderno, também ele inacabado, em curso. Ela tem de ser perspetivada à luz da constituição e do desenvolvimento das sociedades industriais e capitalistas modernas, que foi objeto de análise no primeiro capítulo. Vários dos aspetos que analisámos estão presentes na história da exploração mineira: a história da instalação deste complexo industrial moderno, pioneiro em Portugal; a construção da aldeia, à semelhança das aldeias-modelo britânicas; a conceção e configuração 'racional' do espaço e do tempo; a aplicação de um modelo panóptico à organização da produção e do trabalho industrial; o exercício de um poder disciplinar que permitiu a fixação e o controlo (quase) total da força laboral e a rentabilização máxima da capacidade produtiva humana e das receitas da exploração. Também a comunidade mineira que se estabeleceu e viveu em São Domingos exhibe as características de outras tantas comunidades congéneres: a experiência comum do trabalho, da exploração e da repressão; o nascimento e desenvolvimento de um sentimento de identificação, uma consciência de classe, que se materializou na luta coletiva, na formação de instituições políticas e de uma cultura política e oposicional característica destas comunidades.

A importância da detenção do espaço como uma forma de poder está igualmente patente na obsessão de James Mason de adquirir território (através da compra ou, quando tal não era possível, da expropriação (com o apoio estatal), acabando por possuir uma área de dezenas de quilómetros, e de milhares de hectares, localizada entre as povoações da Mina ao Pomarão. De igual forma, verificamos como as novas invenções tecnológicas que diminuíram as distâncias geográficas – nomeadamente os navios a vapor, o telefone e o telégrafo – permitiram a Mason organizar, gerir e rentabilizar este empreendimento transnacional, em grande medida, à distância.

James Mason é um exemplo paradigmático dos capitães da indústria britânicos: com raízes familiares modestas e que permanecem envoltas em mistério (segundo o seu neto, seria filho ilegítimo de um aristocrata bem conhecido), Mason terá estudado na Escola de Minas de Paris e depois de vários anos de trabalho árduo em diversas minas espanholas, como engenheiro e

gestor, conseguiu reunir o capital necessário, e um conjunto de sócios dispostos a apoiá-lo, na aquisição e exploração da concessão mineira de São Domingos (Mason, 1966). Em menos de 10 anos era um homem rico, como atesta o facto de, em 1866, ter adquirido a mansão senhorial, Eynsham Hall, e a propriedade rural onde esta se inseria, Eynsham park, no condado de Oxford, cujo valor de mercado era, na altura, de 54.000 libras esterlinas (MERL, 1866). James Mason projetou de forma ‘racional’ um empreendimento industrial moderno, pioneiro e exemplar, e patenteou inclusivamente um método inovador de tratamento das pirites cúpricas, com vista à sua máxima rentabilização (Verdun, 1865).

A Mina de São Domingos tornou-se não só um centro industrial sofisticado como uma atração turística, como comprovam os registos existentes de visitantes ilustres (*O Bejense*, 1860; Verdun, 1865). James Mason fez questão de mostrar ao mundo a sua obra, participando como expositor em diversas exposições internacionais, tal como a Exposição Internacional do Porto de 1865 (Mason, 1865). No âmbito desta exposição, encomendou um trabalho fotográfico a Antoine Claudet, o mais reputado daguerreotipista de Londres, que se terá deslocado à Mina de São Domingos para realizar as fotografias que foram posteriormente exibidas nas exposições internacionais (Verdun, 1865). A partir destas fotografias foi também elaborada uma tela, de grande dimensão, da autoria do pintor E. T. Parris, que também figurou nas exposições (Verdun, 1865; MERL, 1910). As suas realizações foram também reconhecidas pela monarquia portuguesa, que lhe atribuiu os títulos de barão e conde de Pomarão e de visconde de São Domingos. Além de sócio-gerente da Mason & Barry Ltd, constituída em 1878 em sociedade por quotas com um capital de 1 milhão e cinquenta mil libras (National Archives, 1878), Mason era ainda acionista de diversas empresas britânicas, especialmente ferroviárias e mineiras (MERL, 1883). A propriedade rural de Eynsham, com cerca de 1.000 hectares, está ainda hoje na posse dos descendentes de Mason. Eynsham Hall constitui mais um exemplo de algumas das transformações modernas que abordámos, dado que foi convertida, e funciona hoje, como hotel rural e centro de congressos.

A história de São Domingos ajuda igualmente a reperspetivar alguns dos aspetos das sociedades modernas industriais, apontados por alguns dos autores considerados no primeiro capítulo. Por um lado, constatamos que a solidez da fábrica fordista e a previsibilidade dos negócios e das vidas dos trabalhadores, contrastada com a mobilidade do capital e a instabilidade laboral do estágio mais recente do capitalismo neoliberal, tem sido talvez exacerbada. Tal como a história da Mina de São Domingos exemplifica, a instabilidade e a imprevisibilidade dos negócios, os ciclos sucessivos de crescimento e de crise, ditados pela

organização (e competição) internacional do mercado de minerais, foi uma constante ao longo da história do empreendimento, causando uma permanente instabilidade laboral. De igual forma, constatamos que o trabalho precário, que é hoje ainda uma realidade, constituiu também a experiência da esmagadora maioria dos operários de São Domingos.

A história da Mina de São Domingos contraria a noção da comunidade ‘tradicional’ orgânica, coesa, delimitada geográfica e com uma identidade local bem definida, comumente atribuída às comunidades operárias e enfatizada também em muitas representações turísticas. A comunidade de São Domingos definiu-se, desde o início, pelo seu cariz heterogéneo e multicultural, sendo constituída por operários oriundos de vários pontos do país e de vários países estrangeiros, tais como Espanha, Inglaterra, Escócia, Itália e França. Foi uma comunidade extremamente variável, caracterizada pela mobilidade constante, não só dos operários estrangeiros que por aqui passaram, num périplo laboral verdadeiramente internacional ou global, como também dos trabalhadores locais, que circulavam entre as diversas minas da região ou que daqui emigraram (particularmente a partir do final do século XIX) em busca de melhor sorte, num mundo cada vez mais integrado e global. A Mina de São Domingos é, por isso, e também um exemplo de como a mobilidade crescente, o contacto intercultural e a globalização progressiva são características das sociedades modernas e do próprio sistema capitalista.

Todos estes aspetos iluminam as continuidades importantes existentes entre aquilo a que a Bauman chama de modernidade sólida e modernidade líquida, demonstrando que muitas das características que alguns analistas das sociedades contemporâneas identificam como novas ou diferentes estão, na verdade, presentes nos estádios iniciais da modernidade. A história da Mina de São Domingos constitui, assim, um microcosmos do processo de constituição e desenvolvimento das sociedades modernas, industriais e capitalistas e das reconfigurações das estruturas sociais, económicas e espaciais inerentes à revolução incessante do capitalismo. É igualmente um exemplo paradigmático do funcionamento e da lógica deste sistema e modelo económico que consiste na exploração intensiva dos recursos humanos e naturais com vista ao objetivo primordial do lucro. Perante a exaustão dos recursos, a diminuição da rentabilidade ou o surgimento de oportunidades novas ou mais apetecíveis, as empresas ‘deslocalizam-se’, saem de cena, descartando-se de toda e qualquer responsabilidade social e ambiental, muitas vezes com a conivência, ou perante a incapacidade de atuação, das entidades governamentais nacionais.

A neoliberalização do capitalismo, fomentada como vimos desde a década de 1980, tem sido responsável pela deslocalização da globalização da produção industrial, pela desindustrialização massiva dos países norte-americanos e norte-europeus, pelo desemprego crescente, pela precarização do emprego, pela tentativa de dismantelamento das instituições sindicais e/ou pela rentabilização (ou exploração) máxima dos trabalhadores. Encontramos todas estas características na história da exploração mineira do século XIX, e em particular quando atentamos no facto de o empreendimento de São Domingos ter contribuído para o declínio das minas da Cornualha, que causou o desemprego e a emigração massiva dos operários daquela região de Inglaterra na segunda metade do século XIX.

Quando olhamos a história da Mina de São Domingos à luz da difícil conjuntura socioeconómica que se vive hoje em Portugal (por exemplo, o encerramento e a deslocalização contínua das empresas, os ataques às estruturas sindicais, a obliteração de direitos laborais conquistados a duras penas, a crescente exploração laboral em nome da produtividade, a erosão e/ou privatização dos sistemas públicos de saúde e educação) não podemos deixar de concluir que o passado da Mina de São Domingos possui muitas semelhanças com o nosso presente (e talvez também com o nosso futuro). A história passada, presente e futura da Mina de São Domingos tem, assim, de ser considerada à luz do processo histórico moderno, em grande medida determinado pelo modelo económico capitalista. A vida de sofrimento dos operários de São Domingos e a situação desesperada que enfrentaram aquando da falência da empresa não eram inevitáveis, “não tinha que ser assim”, como Sebastião Adolfo frisou (Rego, 2006).

O turismo, a par ou em estreita associação com as indústrias culturais, pode oferecer muitas possibilidades de desenvolvimento local ou regional e de regeneração socioeconómica (e ambiental) de áreas desindustrializadas. As evidências apresentadas neste trabalho são mistas e contraditórias mas revelam as dificuldades de afirmação e de viabilidade económica sentidas por vários sítios patrimoniais e turísticos de cariz industrial e mineiro. A organização e funcionamento da indústria turística segundo a lógica comercial e capitalista dominante traduz-se muitas vezes na reprodução de muitas das características dos empreendimentos industriais do passado – a exploração laboral, a degradação dos recursos naturais e culturais ou a expatriação de grande parte dos lucros gerados. Neste contexto, torna-se claro que para que o turismo possa beneficiar as populações locais e contribuir para o desenvolvimento regional têm de ser equacionados e desenvolvidos modelos alternativos.

A consideração da importância da valorização do património e da sua dinamização turística requerem uma conceção diferente não só de desenvolvimento como de sociedade, que coloque a indústria – seja ela mineira, cultural ou turística – ao serviço daquele que deverá ser o objetivo (social) orientador – o desenvolvimento socioeconómico e cultural comum. Como vimos, o património não é apenas um recurso económico mas também um recurso cultural. A valorização, musealização e dinamização turística do património histórico-cultural requerem o reconhecimento do papel que a cultura pública desempenha no desenvolvimento social individual e coletivo, o que implica igualmente uma constatação da função social dos museus. Neste âmbito, os museus industriais e mineiros oferecem muitas possibilidades de representação e de problematização da modernidade industrial capitalista global e de enquadramento das histórias locais num contexto temporal e espacial mais lato que ilumine as relações transnacionais ou internacionais que marcaram o desenvolvimento do capitalismo. Estes museus podem pôr em diálogo o passado e o presente, fomentando a compreensão não só do passado como do próprio presente e dos desafios do futuro. Esperamos que, com este trabalho, possamos ter contribuído para reverter a tendência dominante de separação do passado do presente e para estimular a (re)consideração das potencialidades (progressistas) que a musealização e a dinamização turística do património industrial e mineiro em geral, e da Mina de São Domingos em particular, oferecem.

In the late twentieth century, there are no more far-flung 'new worlds' for old empire-builders and their urban poor to conquer or inherit, only the work of patient and principled reconstruction of the lands where we live now. In this reconstruction of the vision of a world in which the free development of each is a condition for the free development of all, is not lost.

(...)

The determination to challenge established practices, the unlocking and mobilizing of histories of struggle for a better life, the ability and the confidence to take the initiative through the emergence of a newly democratic 'enterprising spirit' will be vital here. Memories of the past and a determination to innovate are key elements for this other agenda: a programme of economic and cultural development rooted in the principles of social justice. (Corner and Harvey, 1991a: 14-15).

Utopian projects (...) are about unkept promises of the historical past being re-projected, reanimated in terms of a better future which might realize such lost opportunities or unfulfilled, betrayed, possibilities. So here we have to connect the past and future in an exchange between memory and expectations. (Ricoeur, 1999b: 13)

Bibliografia

- Abecasis, B. (2011) 'Abecasis/Abecassis Family Site'. Disponível em linha em <http://www.abecasis.info/> (acedido em 28/11/2011).
- Abecasis, J. (1895a) 'Letter to James Francis Mason'. 23 de Junho. MERL. Eynsham Park Estate. OXF/22/2/335.
- Abecasis, J. (1895a) 'Letter to James Francis Mason'. 28 de Dezembro. MERL. Eynsham Park Estate. OXF/22/2/335.
- Abram, R. (2002) 'Harnessing the power of history', in R. Sandell (ed.), *Museums, Society, Inequality*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 125- 141.
- Abram, S. (1997) 'Performing for tourists in rural France', in S. Abram, J. Waldren e D. Macleod (eds.), *Tourists and Tourism: Identifying with people and places*. Oxford e Nova Iorque: Berg, pp. 29-49.
- Abram, S. e Waldren, J. (1997) 'Introduction – tourists and tourism: identifying with people and places', in S. Abram, J. Waldren e D. Macleod (eds.), *Tourists and Tourism: Identifying with people and places*. Oxford e Nova Iorque: Berg, pp. 1-11.
- ADB (1858a) 'Escriptura de confirmação, ractificação e de adição de contracto particular de arrendamento e obrigação', Fundos Notariais, Mértola, Notas do Tabelião Francisco Bernardo da Fonseca, cx 002/Lv 16 (Lv 17 Notas), fls 31-37v. [Contrato de arrendamento entre La Sabina e James Mason].
- ADB (1858a) 'Escriptura de Posse', Fundos Notariais, Mértola, Notas do Tabelião Francisco Bernardo da Fonseca, Cx 002/Lv 16 (Lv 17 Notas), fls 37v-38 [Tomada de posse da mina de S. Domingos por James Mason].
- ADB (1888) 'Ingleses residentes no concelho de Mértola'. Recenseamento de súbditos estrangeiros residentes no do distrito no último dia de 1887. Fundo do Governo Civil de Beja, Cx. 4, SSC: J/E, Sr. 8 – Recenseamento de Estrangeiros, Dt. 1883-1887.
- ADB (1964-1866) 'Processo da concessão de licença a James Mason, director da mina de S. Domingos, freguesia de Sant'Anna de Cambas, concelho de Mértola, para fundar, no sítio denominado Achada do Gamo, na mesma Freguesia, um estabelecimento metallurgico, comprehendido na 1ª classe das tabellas annexas ao Decreto de 21 de outubro de 1863'. Correspondência diversa relacionada com processos de minas diversas, Sr. 04, Dt: 1852-1932.
- Adler, J. (1985) 'Youth on the road: reflections on the history of tramping', *Annals of Tourism Research* 12: 335-354.
- Adorno, T. W. (1991) *The Culture Industry: Selected essays on mass culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Agricola, G. (1950) [1556] *De Re Metallica*. Herbert Clark Hoover e Lou Henry Hoover (trads.). Nova Iorque: Dover Publications.
- AHPH. (1855) 'Cecion de Minas D. Nicolas Biaba y D. Juan Malbouisson á favor de D. Ernesto Deligny', 3ª escribania pública de Huelva, cx 4813, fls 110-111v [Cessão dos direitos de descoberta das minas de S. Domingos, Aljustrel e Caveira].
- AHPS (1855) 'Sociedad de Minas – D.ⁿ Ernesto Deligny, D.ⁿ Luis Decazes Duque de Gluckbiery y D. Eugenio Duclerc', Notas del escribano público Miguel Villagran, cx 1412, fls. 1162-1165v [Escriptura de constituição da La Sabina].

- Alentejo Ilustrado* (2003) 'Mina de São Domingos, uma pérola da arqueologia industrial em Portugal', 21 de Fevereiro, pp. 7-10.
- Alentejo Ilustrado* (2004) 'Mais de 20 mil pessoas "exploraram" a história da Mina de S. Domingos', 21 de Fevereiro, pp. 5-7.
- Alentejo Popular* (2004) 'Mina de S. Domingos será Património Nacional'. 12 de Fevereiro, p. 13.
- Alexander, M. (2000) 'Do visitors get it? A sweatshop exhibit and visitor's comments', *The Public Historian*, vol. 22, nº 3 (Summer), pp. 85-94.
- Allan, V. (1912) 'My boyhood diary at Mina de São Domingos, Mértola, Portugal 1912'. Texto não publicado.
- Allcock, J. (1995) 'International tourism and the appropriation of history in the Balkans', in M. Lanfant, J. Allcock e E. Bruner (eds.), *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 100-112.
- Allen, J. (1992) 'Post-industrialism and post-fordism', in S. Hall, D.Held e T. McGrew (eds.), *Modernity and Its Futures*. Cambridge: Polity Press e The Open University Press.
- Altick, R. (1999) 'National monuments', in D. Boswell e J. Evans (eds.), *Representing the Nation: A Reader. Histories, heritage and museums*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 240-257.
- ALVA (2011) 'Visits made in 2010 to visitor attractions in membership with ALVA'. Disponível em linha em http://www.alva.org.uk/visitor_statistics (acedido em 09/09/2011).
- Alves, H. (1997) *Minas de S. Domingos: Génese, Formação Social e Identidade Mineira*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Anderson, B. (1991) [1983] *Imagined Communities*. Edição revista e aumentada. Londres e Nova Iorque: Verso.
- ANTT (1924) 'Processo nº 2238'. PIDE/DGS, Processo nº 2238, Nt. 4231 (Valentim Adolfo João e outros).
- ANTT (1927) 'Processo 3079/PSE'. PIDE/DGS, Processo nº 3079/PSE, Nt. 4237 (Valentim Adolfo João).
- ANTT (1932) 'Greve de 1932 na Mina de São Domingos'. MAI – Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, Maço 455, Pasta 14/7.
- ANTT (1933a) 'Agradecimento da Mason & Barry Limited ao governo português pela intervenção na greve de 1932'. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, Maço 458, Pasta 1/113.
- ANTT (1933b) 'Ofícios de associações operárias a pedir a readmissão dos mineiros de São Domingos'. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, Maço 463; Pasta 5/1.
- ANTT (1933c) 'Apelo dos mineiros desempregados de São Domingos para que o governo interceda junto da empresa com vista à sua readmissão'. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, Maço 460, Pasta 19/1.
- ANTT (1933d) 'Escrito subversivo na parede do mercado de S. Domingos'. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, Maço 458, Pasta 1/116.
- ANTT (1939) 'Meneurs, agitadores ou propagandistas de ideias extremistas'. Ministério do Interior, Correspondência recebida, Livro 3 PV/BJ nº1, Maço 503.

- ANTT (1940) 'Meneurs, agitadores ou propagandistas de ideias extremistas'. Ministério do Interior, Correspondência recebida, Livro 4 PV/BJ nº1, Maço 515.
- ANTT (1941) 'Meneurs, agitadores ou propagandistas de ideias extremistas'. Ministério do Interior, Correspondência recebida, Livro 5 PV/BJ nº3, Maço 522.
- ANTT (1949a) 'Valentim Adolfo João – Biografia prisional'. PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Processo nº 19578, Livro 98, pp.401-403.
- ANTT (1949b) 'Processo nº 1088/49'. PIDE/DGS, Nt 5030, 353 folhas.
- ANTT (1949c) 'Augusto Bento Valadas Molarinho – Biografia prisional'. PIDE/DGS, Processo nº 19344, Livro 97.
- APAI (1989) *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. I)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- APAI (1990a) *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- APAI (1990b) 'Conclusões do plenário nacional, *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*'. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 765-770.
- APAI (1990c) 'Seminário sobre arqueologia da indústria, arqueologia industrial e arqueologia mineira – Mértola, conclusões', *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 859-860.
- APAI (1998) *Arqueologia & Indústria*, nº1, Julho.
- APAI (1999/2000) *Arqueologia & Indústria*, nºs 2 e 3.
- Apostolopoulos, Y. (1996) 'Introduction: reinventing the sociology of tourism', in Y. Apostolopoulos, S. Leivadi e A. Yiannakis (eds.), *The Sociology of Tourism: Theoretical and empirical investigations*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 1-12.
- Appadurai, A. (1986) 'Introduction: commodities and the politics of value', in A. Appadurai (ed.) *The Social Life of Things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-63.
- APPI (1998a) *Património Industrial – Boletim informativo da Associação Portuguesa para o Património Industrial*, II Série, nº 1 (Janeiro-Junho).
- APPI (1998b) *Património Industrial – Boletim informativo da Associação Portuguesa para o Património Industrial*, II Série, nº 2 (Julho-Dezembro).
- APPI (1999) *Património Industrial – Boletim informativo da Associação Portuguesa para o Património Industrial*, II Série, nº 3 (Janeiro-Junho).
- Artsmagic (2004) *The Welsh Miner: The history of miners and mining in Wales*. DVD. Blaenau Gwent: Artsmagic.
- Ascherson, N. (1995) 'A society that falls back on mimicking the creation of its wealth is sick'. *The Independent*. 19 de Fevereiro. Disponível em linha em <http://www.independent.co.uk/opinion/a-society-that-falls-back-on-mimicking-the-creation-of-its-wealth-is-sick-1573890.html> (acedido em 07/10/2011).
- Ashworth, G., Graham, B. e Tunbridge, J. (2007) *Pluralising Pasts: Heritage, identity and place in multicultural societies*. Londres e Ann Harbor: Pluto Press.
- Assembleia da República (1985) 'Lei nº 13/85', *Diário da República*, 1ª Série, nº 153, 6 de Julho, pp. 1865-1874.

- Assembleia da República (2001) 'Lei nº 107/2001', *Diário da República*, 1ª Série – A, nº 209, 8 de Setembro, pp.5808-5829.
- Assembleia da República (2004) 'Lei nº 47/2004', *Diário da República*, I Série-A, nº195, 19 Agosto, pp. 5379-5394.
- Augé, M. (1995) *Non-Places: Introduction to an anthropology of supermodernity*. J. Howe (trad.). Londres e Nova Iorque: Verso.
- Avery, D. (1974) *Not on Queen Victoria's Birthday: The story of the Rio Tinto mines*. Londres: Collins.
- azeitamos (2007) 'Gang da Mina!!!'. Videoclipe. 5 de Setembro. Disponível em linha em <http://www.youtube.com/watch?v=zckHn5b8W6M> (acedido em 20/03/2010).
- Barblan, M. (1991) 'A exposição da Central Tejo: etapa importante na valorização do património industrial português e realização de alcance universal', in J. Custódio, L. Santos, I. Ribeiro e M. Barblan (eds.), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, pp. 105-108.
- Barroqueiro, M. (2005) *O Declínio dos Centros Mineiros Tradicionais no Contexto de uma Geografia Industrial em Mudança*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Barthes, R. (1993) [1964] 'The rhetoric of the image', in A. Gray e J. McGuigan (eds.), *Studying Culture: An introductory reader*. Londres, Nova Iorque, Melbourne e Auckland: Edward Arnold, pp. 15-27.
- Basílio, J. (1990) 'A história oral e o seu contributo para a investigação em arqueologia industrial', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, p. 203.
- Baudrillard, J. (1983) *Simulations*. P. Foss, P. Patton e P. Breitchman (trads.). Nova Iorque: Semiotexte.
- Baudrillard, J. (1994) [1981] *Simulacra and Simulation*. Sheila Glazer (trad.). Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Bauman, Z. (1996) 'From pilgrim to tourist – or a short history of identity', in S. Hall e P. du Gay (eds.), *Questions of Cultural Identity*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 18-36.
- Bauman, Z. (1998a) *Work, Consumerism and the New Poor*. Buckingham e Filadélfia: Open University Press.
- Bauman, Z. (1998b) *Globalization: The Human Consequences*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2000) *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2001) *Community: Seeking safety in an insecure world*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2004) *Wasted Lives: Modernity and its outcasts*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2005) *Liquid Life*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2007) *Consuming Life*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2011) *Culture in a Liquid Modern World*. Cambridge: Polity Press.
- Bazin, Claude-Marie (1995) 'Industrial heritage in the tourism process in France', in M. Lanfant, J. Allcock e E. Bruner (eds.), *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 113-126.
- Beck, U. (1992) [1986] *Risk Society: Towards a new modernity*. Londres: Sage.

- Bell, D. (1999) [1973] *The Coming of Post-Industrial Society*. Nova Iorque: Basic Books.
- Benjamin, W. (2008) [1936] *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction*. J.A. Underwood (trad.). London: Penguin.
- Bennett, T. (1988) 'Museums and 'the People'', in R. Lumley (ed.), *The Museum Time-Machine: Putting cultures on display*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 63-86.
- Bennett, T. (1995) *The Birth of the Museum: History, theory, politics*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bennett, T. (1999) 'Putting policy into cultural studies', in S. During (ed.), *The Cultural Studies Reader*. 2ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 479-491.
- Benton, T. (ed.) (2010) *Understanding Heritage and Memory*. Manchester: Manchester University Press.
- Berman, M. (1984) [1982] *All That Is Solid Melts Into Air: An experience of modernity*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Berman, M. (2011) 'Introduction: Tearing away the veils: *The Communist Manifesto*', in K. Marx e F. Engels *The Communist Manifesto*. Londres: Penguin, pp. 1-17.
- Bhabha, H. (1990) 'Introduction: narrating the nation', in H. Bhabha (ed.), *Nation and Narration*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- billogos (2008) 'mina de são domingos'. Videoclipe. 8 de Setembro. Disponível em linha em <http://www.youtube.com/watch?v=blAmH0WeGRw> (acedido em 20/03/2010).
- Boniface, B. e Cooper, C. (2001) *Worldwide Destinations: The geography of travel and tourism*. 3ª edição. Oxford, Auckland, Boston, Joanesburgo, Melbourne e Nova Deli: Butterworth Heinemann.
- Boniface, P. (1995) 'History and the public in the UK', *The Public Historian*, vol. 17, nº 2 (Spring), pp. 21-37.
- Boorstin, D. (1992) [1961] *The Image: A guide to pseudo-events in America*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Böröcz, J. (1996) *Leisure Migration: A sociological study of tourism*. Oxford, Nova Iorque e Tóquio: Pergamon/Elsevier.
- Bourdieu, P. (1984) *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. R. Nice (trad.). Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Bourdieu, P. (1989) 'Social space and symbolic power', *Sociological Theory*, vol. 7, nº 1 (Spring), pp. 14-25.
- Bourdieu, P. (1990) [1980] *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (1993) *The Field of Cultural Production: Essays on art and literature*. R. Johnson (ed. e introd.). Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1999) [1965] 'The social definition of photography', in J. Evans e S. Hall (eds.) *Visual Culture: the Reader*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 162-180.
- Bourdieu, P. (2003) [2001] *Firing Back: Against the tyranny of the market 2*. Loïc Wacquant (trad.). Nova Iorque: Nova Iorque e Londres: The New Press.
- Bourdieu, P. e Wacquant, L. (2001) 'NewLiberalSpeak: Notes on the new planetary vulgate', David Macey (trad.), *Radical Philosophy* 105, January/February, pp. 2-5. Disponível em linha em <http://www.radicalphilosophy.com/commentary/newliberalspeak> (acedido em 15/07/2011).

- Brandão, J. (1998a) (coord.) *Actas do Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.
- Brandão, J. (1998b) 'Património mineiro português: um filão a explorar', in J. Brandão (coord.), *Actas do Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, pp. 5-9.
- Brandão, J. (2002a) *A Problemática da Musealização de Espaços Mineiros. Um caso exemplar: proposta de instalação do museu das Minas de Argozelo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Brandão, J. (2002b) (coord.) *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.
- Brandão, J. (2004) 'Linhas gerais do desenvolvimento de um projecto de trabalho no âmbito da musealização de um espaço mineiro abandonado', *Geonovas*, nº 18, pp. 93-97.
- Brandão, J. e Rocha, N. (2007) 'Couto mineiro do Espadanal (Rio Maior): memória e património de um passado industrial', *Arqueologia Industrial*, IV Série, vol. III, nºs 1 e 2, pp. 5-19.
- Brilha et al. (2010) 'O inventário nacional do património geológico: abordagem e resultados', *e-Terra – Revista Electrónica de Ciências da Terra*, vol. 18, nº1. Disponível em linha em <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/1217/1/34358.pdf> (acedido em 09/09/2011).
- Britton, S. (1996) 'Tourism, dependency and development: a mode of analysis', in Y. Apostolopoulos, S. Leivadi e A. Yiannakis (eds.), *The Sociology of Tourism: Theoretical and empirical investigations*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 155-172.
- Buchanan, R.A. (1974) [1972] *Industrial Archaeology in Britain*. Londres: Allen Lane/Penguin.
- Buchanan, R. A. (1989) 'History and heritage: the development of industrial archaeology in Britain', *The Public Historian*, vol. 11, nº 1 (Winter), pp. 5-16.
- Buchli, V. (ed.) (2002a) *The Material Culture Reader*. Oxford e Nova Iorque: Berg.
- Buchli, V. (2002b) 'Introduction', in V. Buchli (ed.), *The Material Culture Reader*. Oxford e Nova Iorque: Berg, pp. 1-22.
- Buckley, A. (2007a) *The Story of Mining in Cornwall*. Fowey: Cornwall Editions.
- Buckley, A. (2007b) *Hazards & Heroes in Cornish Mines*. Redruth: Tor Mark.
- Buckley, J. A. (2002a) [1989] *Cornish Mining – Underground*. 2ª edição. Redruth: Tor Mark.
- Buckley, J. A. (2002b) [1992] *The Cornish Mining Industry: A brief history*. 2ª edição. Redruth: Tor Mark.
- Bürger, J. (dir.) (2000) *For Man Must Work or the End of Work*. DVD. Canadá: National Film Board of Canada.
- Buzard, J. (1993) *The Beaten Track: European tourism, literature, and the ways to 'culture' 1800-1918*. Oxford: Clarendon Press.
- Caballero, M. (1999) *Presencia Inglesa en Punta Umbría*. Punta Umbría: Ayuntamiento de Punta Umbría.
- Caballero, M. et al. (2004) *Presencia Inglesa en Huelva*. Punta Umbría: Ayuntamiento de Punta Umbría.
- Câmara Municipal de Aljustrel (2004) 'Municípios ponderam criar associação com fins específicos', *Boletim Municipal de Aljustrel*, nº 190 (Novembro), p. 2.

Câmara Municipal de Almodôvar (2010) 'Almodôvar recebe sessão oficial de assinatura do Convénio Transfronteiriço da Faixa Piritosa', *Boletim Municipal de Almodôvar*, Janeiro-Abril, p. 4.

Câmara Municipal de Mértola (2011) 'Centro de Documentação e Casa do Mineiro'. Disponível em linha em <http://www.cm-mertola.pt/visitar-mertola/mina-de-sao-domingos/centro-de-documentacao-da-mina-de-s-domingos-casa-do-mineiro> (acedido em 23/03/2011).

Cameira, I. (2008) *A Fábrica de Cerâmica Lusitânia*. Lisboa: Apenas Livros.

Cameron, C. e Gatewood, J. (2000) 'Excursions into the un-remembered past: what people want from visits to historical sites', *The Public Historian*, vol. 22, nº 3 (Summer), pp. 107-127.

Carmo, L. e Pinto, M. (2003) *Lousal... "Estórias" e "Vidas"*. Grândola: Casa do Povo de Azinheira de Barros.

Cartório Notarial de Almodôvar (2004) 'Escritura de fundação da Fundação Serrão Martins'. 23 de Novembro. Doc. Nº1, livro 114-C, fls. 3-14.

Casimiro, P. (2003) Concelho de Mértola: Geo-biografia das mudanças de solo'. Prova científica das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em linha em <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/pcasimiro/PDF/Provas.pdf> (acedido em 13/03/2011).

Castanho, J. (2004) *Monumento ao Mineiro (Des)conhecido*. Textos de Miguel Rego, Mar Villaespesa e Jorge Pulido Valente. Edição comemorativa 'Mina de São Domingos – 150 Anos de História'. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.

Castells, M. (1999) 'Flows, networks, and identities: a critical theory of the informational society', in M. Castells et al. (eds.), *Critical Education in the New Information Age*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 37-64.

Castells, M. (2000) [1996] *The Rise of the Network Society Volume I*. Malden e Oxford: Blackwell.

CDA (1948) *Copper through the Ages*. Londres: CDA.

Checkland, S. (1967) *The Mines of Tharsis: Roman, French and British enterprise in Spain*. Londres: George Allen & Unwin Ltd.

Clarke, A. (2001) 'The cultural tourism dynamic'. Artigo não publicado. Disponível em linha em <http://torc.linkbc.ca/torc/downs1/TheCulturalTourismDynamic.pdf> (acedido em 24/10/2011).

Clarke, J. e Critcher, C. (1985) *The Devil Makes Work: Leisure in capitalist Britain*. Basingstoke e Londres: Macmillan.

Claughton, P. e Mills, C. (2011) (eds.) *Mining Perspectives: The proceedings of the Eighth International Mining History Congress 2009*. Truro: Cornish Mining World Heritage e Sterling University Press.

Clifford, J. (1997) *Routes: Travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge (EUA) e Londres: Harvard University Press.

CNNMoney, (2011) 'Fortune 500'. 23 Maio. Disponível em linha em http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune500/2011/full_list/ (acedido em 17/08/2011).

Cohen, E. (1996a) 'The sociology of tourism: approaches, issues, and findings', in Y. Apostolopoulos, S. Leivadi e A. Yiannakis (eds.), *The Sociology of Tourism: Theoretical and empirical investigations*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 51-71.

Comissão Europeia (2010) 'Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions': Europe, the world's No.1 tourist destination – a new political framework for tourism in Europe', 30 de Junho, disponível em http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/documents/communications/commission-communication-2010/index_en.htm (descarregado em 01/08/2011).

Comissão Europeia (2011) 'Supporting European tourism', disponível em linha em http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/index_en.htm (acedido em 07/09/2011).

Conselho da Europa (1954) 'European Cultural Convention'. Disponível em linha em <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/018.htm> (acedido em 05/12/2011).

Conselho da Europa (1969) 'European Convention for the protection of the archaeological heritage'. Disponível em linha em <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/066.htm> (acedido em 05/12/2011).

Conselho da Europa (1985) 'Convention for the protection of the architectural heritage'. Disponível em linha em <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/121.htm> (acedido em 05/12/2011).

Conselho da Europa (1987) *The Industrial Heritage: What Policies?* Estrasburgo: Conselho da Europa. Disponível em linha em http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_06_en.pdf (acedido em 05/12/2011).

Conselho da Europa (1992) 'European Convention for the protection of the archaeological heritage (Revised)'. Disponível em linha em <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/143.htm> (acedido em 05/12/2011).

Conselho da Europa (2005) 'Convention on the value of cultural heritage for society'. Disponível em linha em <http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Treaties/Html/199.htm> (acedido em 05/12/2011).

Conselho da Europa (2011) 'European Cultural Convention'. Disponível em linha em <http://www.coe.int/lportal/web/coe-portal/what-we-do/culture-and-nature/european-cultural-convention?dynLink=true&layoutId=61&dlgroupId=10226&fromArticleId=> (acedido em 05/12/2011).

Cordeiro, J. (1998) 'Portugal: Relatório nacional 1994-1997, *TICCIH Informação*, nº 1. Suplemento da revista *Património Industrial*, II Série, nº 1 (Janeiro-Abril), pp. 4-8.

Cordeiro, J. (2006) 'National report to TICCIH congress 2006'. Disponível em linha em <http://www.mnactec.cat/ticcih/countries.php> (descarregado em 10/10/2011).

Corner J. e Harvey, S. (1991a) 'Introduction: Great Britain limited', in J. Corner e S. Harvey (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of national life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 1-20.

Corner J. e Harvey, S. (1991b) 'Mediating tradition and modernity: the heritage/enterprise couplet', in J. Corner e S. Harvey (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of national life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 45-75.

Cossons, N. (1980) 'The museum in the valley, Ironbridge Gorge', *Museum*, vol. XXXII, nº. 3, pp. 138-153.

Couldry, N. (2000) *Inside Culture: Re-imagining the method of cultural studies*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.

- Couldry, N. (2010) *Why Voice Matters: culture and politics after neoliberalism*. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura e Washington DC: Sage.
- Craik, J. (1997) 'The culture of tourism', in C. Rojek e J. Urry (eds.), *Touring Cultures: Transformations of travel and theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 113-136.
- Craik, J. (2001) 'Tourism, culture and national identity', in T. Bennett e D. Carter (eds.), *Culture in Australia: Policies, publics and programs*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 89-113.
- Crick, M. (1996) 'Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex sights, savings, and servility', in Y. Apostolopoulos, S. Leivadi e A. Yiannakis (eds.), *The Sociology of Tourism: Theoretical and empirical investigations*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 15-50.
- Crowden J. e Wright, G. (2000) *The Wheal of Hope: South Crofty and Cornish tin mining*. Bridport: Agre Books.
- Culler, J. (1981) 'The semiotics of tourism', *American Journal of Semiotics*, Vol. 1, No. 2, pp. 127-140.
- Cunha, A., Lousinha, H. e Santos, P. (2006) 'Mina de São Domingos – Olhares sobre um Lugar'. Catálogo da exposição. Direção artística do Museu Jorge Vieira (Beja) (coord.). Gisela Rosenthal (comissária da exposição).
- Cunha, F. (1990) 'O fomento industrial através do ensino (sécs. XVIII e XIX)', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 367-387.
- Cunningham, S. (2005) 'Creative enterprises', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 282-298.
- Curado, H. (2005) 'Cultural tourism in Portugal', in G. Richards (ed.), *Cultural Tourism in Europe*. Publicação eletrónica da ATLAS, pp. 181-194. Edição original da CABI. Disponível em linha em http://www.tram-research.com/cultural_tourism_in_europe.PDF (descarregado em 24/10/2011).
- Curran, J. e Morley, D. (2006) 'Editors' introduction', in J. Curran e D. Morley (eds.), *Media and Cultural Theory*. Oxon e Nova Iorque: Routledge, pp.1-13.
- Custódio, J. (1996a) 'Sistemas de lavra na Mina de S. Domingos (1854-1966)', in M. Rego (coord.) *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, pp. 174-185.
- Custódio, J. (1990a) 'Discurso de abertura do Plenário Nacional do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 29-34.
- Custódio, J. (1990b) 'O Património industrial e os trabalhadores: o caso do Vale do Chelas (Lisboa)', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 109-159.
- Custódio, J. (1991a) 'Introdução', in J. Custódio, L. Santos, I. Ribeiro e M. Barblan (eds.), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, pp. 3-5.
- Custódio, J. (1991b) 'Os Museus industriais e a arqueologia industrial', in J. Custódio, L. Santos, I. Ribeiro e M. Barblan (eds.), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, pp. 7-69.

- Custódio, J. (1991c) 'Projecto do Museu de Ferro de Moncorvo da Ferrominas E.P.', in J. Custódio, L. Santos, I. Ribeiro e M. Barblan (eds.), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, pp. 75-82.
- Custódio, J. (1991d) 'Museu da Electricidade ou electricidade no museu: notas circunstanciais a propósito de um projecto sem os contributos da arqueologia industrial', in J. Custódio, L. Santos, I. Ribeiro e M. Barblan (eds.), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, pp. 83-100.
- Custódio, J. (1991e) 'Projecto do Museu da Indústria do Vidro da Marinha Grande: Bases para a sua instalação', in J. Custódio, L. Santos, I. Ribeiro e M. Barblan (eds.), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, pp. 129-163.
- Custódio, J. (1994) *Empresariado Português: Uma abordagem às suas realizações*. Porto: Associação Industrial Portuense.
- Custódio, J. e Santos (1990) 'A Real Fábrica de Fiação de Tomar e a 1ª geração europeia e americana de fábricas hidráulicas', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 537-657.
- Custódio, J., Ribeiro, I. e Santos, L. (1991) 'Museu dos Lanifícios da Covilhã: Bases para a sua formação', in J. Custódio, L. Santos, I. Ribeiro e M. Barblan (eds.), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, pp. 109-117.
- Cutcliffe, S. e Lubar, S. (2000) 'The challenge of industrial history museums', *The Public Historian*, vol. 22, nº 3 (Summer), pp. 11-24.
- Dahles, H. (1996) 'The social construction of Mokum: tourism, and the quest for local identity in Amsterdam', in J. Boissevain (ed.), *Coping with Tourists: European reactions to mass tourism*. Providence (EUA) e Oxford: Berghahn Books, pp. 227-246.
- Dann, G. e Cohen, E. (1996) 'Sociology and tourism', in Y. Apostolopoulos, S. Leivadi e A. Yiannakis (eds.), *The Sociology of Tourism: Theoretical and empirical investigations*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 301-314.
- Davis, P. (1999) *Ecomuseums: a sense of place*. Leicester: Leicester University Press.
- Davis, P. (2007) 'Ecomuseums and sustainability in Italy, Japan and China: adaptation through implementation', in S. Knell, S. Macleod e S. Watson (eds), *Museum Revolutions: How museums change and are changed*. Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 198-214.
- Davison, P. (2005) 'Museums and the re-shaping of memory', in G. Corsane (ed.), *Heritage, Museums and Galleries: An introductory reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 184-194.
- DCMS (2001) 'Creative industries mapping document'. Disponível em linha em http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.culture.gov.uk/reference_library/publications/4632.aspx (acedido em 17/07/2011).
- DCMS (2010) 'Creative industries economic estimates (experimental statistics)'. Disponível em linha em <http://www.culture.gov.uk/publications/7634.aspx> (acedido em 17/07/2011).
- DCMS (2011a) 'Annual report and accounts 2010-11'. Disponível em linha em http://www.culture.gov.uk/images/publications/Annual_Report_and_Accounts_2010_11.pdf (acedido em 02/08/2011).

DCMS (2011b) 'UK World Heritage Sites'. Disponível em linha em http://www.culture.gov.uk/what_we_do/historic_environment/7373.aspx (acedido em 11/09/2011).

DCMS e Penrose, J. (2011) 'Government tourism policy'. Disponível em linha em http://www.culture.gov.uk/images/publications/Government2_Tourism_Policy_2011.pdf (descarregado em 01/07/2011).

de Certeau, M. (1984) *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.

de Varine, H. (1985) 'The word and beyond', *Museum* (edição inglesa), vol. XXXVII, nº 4, p. 185.

de Varine-Bohan (1973) 'A 'fragmented' museum: the Museum of Man and Industry, Le Creusot – Monceau-les-Mines', *Museum* (edição inglesa), vol. XXV, nº 4, pp. 242-249.

de Vidas, A. (1995) 'Textiles, memory and the souvenir industry in the Andes', in M. Lanfant, J. Allcock e E. Bruner (eds.), *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 67-83.

Debary, O. (2004) 'Deindustrialization and museumification: from exhibited memory to forgotten history', *Annals of American Academy of Political and Social Science*, vol. 595, 'Being Here and Being There: Fieldwork Encounters and Ethnographic Discoveries', pp. 122-133.

Debord, G. (2002) 'Perspectives for conscious alterations in everyday life', in B. Highmore (ed.), *The Everyday Life Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 237-245.

Delafons, J. (1997) *Politics and Preservation: A policy history of the built heritage 1882-1996*. Londres: E&FN Spon.

Deloitte e Oxford Economics (2010) 'The economic contribution of the visitor economy: UK and the nations'. Disponível em linha em http://www.visitbritain.org/Images/Economic%20case%20for%20the%20Visitor%20Economy%20-%20Phase%202%20-%202026%20July%202010%20-%20FINAL_tcm29-14561.pdf (acedido em 10/09/2011).

Dernoi, L. (1981) 'Towards a new style in north-south relations: the example of alternative tourism', *International Foundation for Development Alternatives (IFDA) Dossier 25*, pp. 68-72.

Desvallées, A. e Mairesse, F. (2010) (eds.) *Key Concepts in Museology*. Publicação eletrónica. Armand Colin e ICOM. Disponível em linha em http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Anglais_BD.pdf (descarregado em 02/12/2011).

DGEG e EDM (2011) 'Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal', disponível em linha em <http://www.roteirodeminas.pt> (acedido em 20/12/2011).

Diário de Notícias (2010) 'Sucateiros sem escrúpulos alimentam negócio de roubo de cobre'. 21 de Novembro. Disponível em linha em http://www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=1716437 (acedido em 16/03/2011).

Diário do Alentejo (2004a) 'Mina de São Domingos descoberta há 150 anos', 23 de Janeiro, p. 19.

Diário do Alentejo (2004b) 'Mina de São Domingos mostra espólio', 30 de Janeiro, p. 18.

Diário do Alentejo (2004c) 'Mina de São Domingos quer recuperar o esplendor', 30 de Janeiro, Caderno Dois, p. 1.

Diário do Alentejo (2008a) 'Nova praia fluvial na Mina poderá estar pronta em 2009', 27 de Junho, p. 9.

Diário do Alentejo (2008b) 'Turismo na praia fluvial enche Mina de S. Domingos', 22 de Agosto, pp. 10-11.

Diário do Alentejo (2009) 'Rota do Turismo Mineiro com pernas para andar', 31 de Julho, p. 8.

Diário Online Algarve (2005) "'Do rosto que olha para a terra" patente até ao final de Outubro'. 20 de Setembro. Disponível em linha em <http://www.diario-algarve.eu/noticias/imprimir.php?id=52985> (acedido em 18/06/2007).

Dicks, B. (2000) *Heritage, Place and Community*. Cardiff: University of Wales Press.

Domingos, H. (1999) [1996] *Recordações – Velhos São os Trapos*. 2ª edição. Edição do autor. Damaia: Printipo- Indústrias gráficas, Lda.

Domingos, H. (2000) *Alentejo – Margem Esquerda Esquecida*. Edição do autor. Damaia: Printipo- Indústrias gráficas, Lda.

Domingos, H. (2003) [1995] *Recordações – Da Mina ao Pomarão*. 3ª edição. Edição do autor. Damaia: Printipo- Indústrias gráficas, Lda.

Domínguez, E., Vaz, P., Ulecia, M. (eds.) (2008) *"A Real Civilization" El Legado Británico en la Provincia de Huelva*. Punta Umbría: Ayuntamiento de Punta Umbría.

Donnachie, I. (2004) 'Historic tourism to New Lanark and the Falls of Clyde 1795-1830. the evidence of contemporary visiting books and related sources', *Journal of Tourism and Cultural Change*, vol. 2, nº 3, pp. 145-162.

du Gay, P. (1997a) 'Introduction', in P. du Gay, S. Hall, L. Janes, H. MacKay e K. Negus (eds.), *Doing Cultural Studies: The story of the Sony Walkman*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage e The Open University, pp.1-7.

du Gay, P. (1997b) 'Introduction', in P. du Gay (ed.), *Production of Culture/Cultures of Production*. Milton Keynes: The Open University Press, pp.1-10.

du Gay, P. e Pryke, M. (2002) 'Cultural economy: an introduction', in P. du Gay e M. Pryke (eds.), *Cultural Economy*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 1-19.

Eagleton, T. (2000) *The Idea of Culture*. Oxford: Blackwell.

Eckley, S. e Jenkins, E. (2003) [1994] *Images of Wales: Rhondda*. Stroud: Tempus Publishing.

Eco, Umberto (1986) 'Travels in hyperreality', *Travels in Hyperreality: Essays*. William Weaver (trad.). San Diego, Nova Iorque e Londres: Harcourt Brace & Company, pp. 3-58.

EDM (2011) 'Estudo hidrogeológico e de estabilidade de barragens, projectos e obras na área mineira de São Domingos'. Disponível em linha em http://www.edm.pt/html/proj_saodomingos.htm (acedido em 27/03/2011).

Edson, G. (1997) *Museum Ethics*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Edwards, J. e Llurdés i Coit, J. (1996) 'Mines and quarries: industrial heritage tourism', *Annals of Tourism Research*, vol. 23, nº 2, pp. 341-362.

E-FAITH (2011) 'European Federation of Associations of Industrial and Technical Heritage'. Disponível em linha em <http://www.e-faith.org> (adecido em 06/12/2011)

Elliott, B. (2005) *Yorkshire Mining Veterans in their own Words*. Barnsley: Wharnccliffe Books.

Engels, Friedrich (1971) [1845] *The Condition of the Working Class in England*. W.O Henderson e W.H. Chaloner (trads.). Oxford: Basil Blackwell.

English Heritage (2011) 'Listed buildings'. Disponível em linha em <http://www.english-heritage.org.uk/caring/listing/listed-buildings/> (acedido em 05/12/2011)

- Engström, K. (1985) 'The ecomuseum concept is taking root in Sweden', *Museum* (edição inglesa), vol. XXXVII, nº4, pp. 206-210.
- ERIH (2011) 'European Route of Industrial Heritage'. Disponível em linha em <http://www.erih.net> (acedido em 12/12/2011)
- Eurostat (2011) 'Portrait of the regions: Portugal, Baixo Alentejo'. Disponível em linha em http://circa.europa.eu/irc/dsis/regportraits/info/data/pt184_geo.htm (acedido em 13/03/2011).
- Evans, E. J. (1996) *The Forging of the Modern State: Early industrial Britain 1873-1870*. 2ª edição. Londres e Nova Iorque: Longman.
- Evans, J. e Hall, S. (eds.) *Visual Culture: The Reader*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.
- Falconer, F. (2006) 'The industrial heritage in Britain –the first fifty years', *La Revue Pour L'Histoire du CNRS*, 14. Disponível em linha em <http://histoire-cnrs.revues.org/1778> (acedido em 19/12/2011)
- Featherstone, M. (1995) *Undoing Culture: Globalization, postmodernity and identity*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.
- Featherstone, M. (2007) *Consumer Culture and Postmodernism*. 2ª edição. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura e Washington DC: Sage.
- Feifer, M. (1985) *Going Places: the ways of the tourist from Imperial Rome to the Present Day*. Londres: Macmillan.
- Felgueiras, M. (1990) 'Trabalho, projecto e património industrial', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 335-360.
- Ferreira de Castro (1974?) *Os Fragmentos*. 2ª edição. Lisboa: Guimarães & Cª Editores.
- Flew, T. (2005) 'Creative economy', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 344-360.
- Florida, R. (2005) 'The experiential life', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 133-146.
- Florido, P. e Rábano, I. (2010) (eds.) *Una Visión Multidisciplinar del Patrimonio Geológico y Minero*. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España.
- Fonseca, I. (2007) *Trabalho, Identidade e Memórias de Aljustrel – “Levávamos a foice logo p'ra Mina”*. Castro Verde: 100 Luz.
- Foucault, M. (1980a) 'Questions on geography', *Power-Knowledge: Selected interviews and other writings*. C. Gordon (ed.). Nova Iorque: Prentice-Hall.
- Foucault, M. (1980b) 'The eye of power' (A conversation with Jean-Pierre Barou and Michelle Perrot), *Power-Knowledge: Selected interviews and other writings*. C. Gordon (ed.). Nova Iorque: Prentice-Hall.
- Foucault, M. (1980c) 'Truth and power', *Power-Knowledge: Selected Interviews and Other Writings*. C. Gordon (ed.). Nova Iorque: Prentice-Hall.
- Foucault, M. (1991) 'Space, knowledge and power', *The Foucault Reader*. P. Rabinow (ed.). Londres: Penguin.
- Freire, J. (1990) 'Sociologia, história e património industrial', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 195-201.

- Frisch, M. (1998) 'De-, re-, and post-industrialization: industrial heritage as contested memorial terrain', *Journal of Folklore Research*, vol. 35, nº 3 (September-December), pp. 241-249.
- Frith, S. (1993) 'Popular music and the local state', in T. Bennett, S. Frith, L. Grossberg, J. Shepherd e G. Turner (eds.), *Rock and Popular Music: Politics, policies, institutions*. Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 14-24.
- Fussell, P. (1980) *Abroad: British literary travelling between the Wars*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Garnham, N. (1993) 'Political economy and cultural studies', in S. During (ed.), *The Cultural Studies Reader*. 2ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 492-503.
- Garnham, N. (2005) 'From cultural to creative industries: an analysis of the implications of the "creative industries" approach to arts and media policy making in the United Kingdom', *International Journal of Cultural Policy*, vol. 11, nº 1: 15-29.
- General Register Office (2006a) 'Certified copy of an entry of birth. Annie Gibson. 3 Maio 1871. Consulado britânico de Lisboa.
- General Register Office (2006b) 'Certified copy of an entry of death. David Aiken. 20 Agosto 1875. Vice-consulado britânico de Vila Real de Santo António.
- Giddens, A. (1990) *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (2003) 'The globalizing of modernity', in D. Held e A. McGrew (eds.), *The Global Transformations Reader*. 2ª edição. Cambridge: Polity Press, pp. 60-66.
- Gomes, R. (2001) 'Práticas culturais dos portugueses (1): actividades de lazer'. *Folha OBS*, nº 2, Abril. Lisboa: OAC. Disponível em linha em <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm> (descarregado em 24/10/2011).
- Gomes, R. e Martinho, T. (2011) 'Compendium of cultural policies and trends in Europe – country profile Portugal', in Conselho da Europa/ERICarts, *Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe*. 12ª edição. Disponível em linha em <http://www.oac.pt/pdfs/CompendiumPT2011.pdf> (acedido em 10/09/2011).
- Goodman, D. (1999) 'Fear of circuses: founding the National Museum of Victoria', in D. Boswell e J. Evans (eds.), *Representing the Nation: A Reader. Histories, heritage and museums*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 258-272.
- Graburn, N. (1989) 'Tourism: the sacred journey', in V. Smith (ed.), *Hosts and Guests: An anthropology of tourism*. 2ª edição. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 21-36.
- Graham, B., Ashworth, G. e Tunbridge, J. (2000) *A Geography of Heritage: Power, culture and economy*. Londres: Arnold.
- Gramsci, A. (1971) *Selections from the Prison Notebooks*. Q. Hoare e G. N. Smith (eds. e trads.), Nova Iorque: International Publishers.
- Gray, A. (2003) *Research Practice for Cultural Studies*. London: Sage.
- Greenwood, D. (1989) 'Culture by the pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commoditization', in V. Smith (ed.), *Hosts and Guests: An anthropology of tourism*. 2ª edição. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 171-185.
- Grossberg, L. (1995) 'Cultural studies vs political economy: is anybody else bored with this debate?', *Critical Studies in Mass Communications*, 12 (1), pp. 72-81.
- Grossberg, L. (1997) *Bringing It All Back Home*. Durham: Duke University Press.

- Grossberg, L. (2010) *Cultural Studies in the Future Tense*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Grossberg, L., Nelson, C e Treichler, P. (eds.) (1992) *Cultural Studies*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Guedes, N. (2009) 'Elementos para a história da comissão portuguesa do ICOM'. Disponível em <http://www.icom-portugal.org/multimedia/Historia%20ICOM%201986-2001%20Guedes.pdf> (acedido em 19/12/2011)
- Guimarães, P. (1996) 'O Alentejo e o desenvolvimento mineiro durante a Regeneração', in M. Rego (coord.) *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, pp. 114-129.
- Guimarães, P. (2001) *Indústria e Conflito no Meio Rural: Os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Lisboa e Évora: Edições Colibri e CIDEHUS-UE.
- Guimarães, P. (2005) 'Recrutamento, mobilidade e demografia na mina de São Domingos, Alentejo (1860-1900)', *Revista de Demografia Histórica*, XXIII, I, pp. 21-70.
- Habermas, J. (2003) 'Towards a cosmopolitan Europe – making sense of the EU', *Journal of Democracy*, vol. 14, nº 4 (October), pp. 86-99.
- Hall, S, Howkins, A., Alexander, S. e Walsh, J. (1997) 'Raphael Samuel 1938-1996', *History Workshop Journal*, nº 43 (Spring), pp. iv-xi.
- Hall, S. (1992) 'Introduction', in S. Hall e B. Gieben (eds.), *Formations of Modernity*. Cambridge: Polity e The Open University Press, pp.1-16.
- Hall, S. (1996) 'Introduction: Who needs 'identity'', in S. Hall e P. du Gay (eds.), *Questions of Cultural Identity*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 1-17.
- Hall, S. (1997a) 'The work of representation', in S. Hall (ed.), *Representation: Cultural representations and signifying practices*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 13-74.
- Hall, S. (1997b) 'The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time', in K. Thompson (ed.), *Media and Cultural Regulation*. Londres: Sage, pp. 207-238.
- Hall, S. (1997c) 'Raphael Samuel 1934-1996', *New Left Review* I/221, pp. 119-127.
- Hall, S. (2005) 'Whose heritage? Un-settling 'the Heritage', re-imagining the post-nation', in J. Littler e R. Naidoo (eds.), *The Politics of Heritage: The legacies of Race*. Oxon e Nova Iorque: Routledge, pp. 23-35.
- Hall, S., Held, D. e McLennan, G. (1992) 'Introduction', in S. Hall, D. Held e T. McGrew (eds.), *Modernity and Its Futures*. Cambridge: Polity Press e The Open University, pp. 1-11.
- Hallam, E. (2000) 'Texts, objects and 'otherness'', in E. Hallam e B. Street (eds.), *Cultural Encounters: Representing 'Otherness'*. Nova Iorque e Londres: Routledge, pp. 260-283.
- Hamilton, P. (1997) 'Representing the social: France and Frenchness in post-war humanist photography', in S. Hall (ed.), *Representation: Cultural representations and signifying practices*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 75-150.
- Hannerz, U. (2000) 'Flows, boundaries and hybrids: keywords in transnational anthropology'. ESRC Transnational Communities Programme Working Paper (WPTC-2K-02). Disponível em linha em <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/hannerz.pdf> (acedido em 24/10/2011).
- Hardesty, D. (2001) 'Preserving toxic wastes as heritage sites', *The Public Historian*, vol. 23, nº 2 (spring), pp. 19-28.

- Harrison, R. (2010) *Understanding the Politics of Heritage*. Manchester: Manchester University Press.
- Hartley, J. (ed.) (2005a) *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell.
- Hartley, J. (2005b) 'Creative industries', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 1-40.
- Harvey, D. (1990) *The Condition of Postmodernity*. Cambridge e Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1999) [1982] *Limits to Capital*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Harvey, D. (2000) *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Harvey, D. (2005a) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, D. (2005b) [2003] *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, D. (2006) 'Neo-liberalism as creative destruction', *Geografiska Annaler*, Series B, 88: 145-158.
- Harvey, D. (2010) *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. Londres: Profile Books.
- Harvey, D.C. (2003) 'National' identities and the politics of ancient heritage: continuity and change at ancient monuments in Britain and Ireland, c. 1675-1850', *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 28, Issue 4, pp.473-487.
- Hein, H. (2000) *The Museum in Transition: a philosophical perspective*. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press.
- Held, D. (2004) *Global Covenant: The social democratic alternative to the Washington Consensus*. Cambridge: Polity Press.
- Held, D. e McGrew, A. (eds.) (2002) *Governing Globalization: Power, authority and global governance*. Cambridge: Polity Press.
- Held, D. e McGrew, A. (eds.) (2003) *The Global Transformations Reader*. 2ª edição. Cambridge: Polity.
- Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D. e Perraton, J. (1999) *Global Transformations: Politics, economics and culture*. Cambridge: Polity Press.
- HEREIN (2011) 'The European Route of Cultural Heritage (HEREIN) – presentation'. Disponível em linha em http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Herein/Default_en.asp (acedido em 05/12/2011).
- Hesmondhalgh, D. (2007) *The Cultural Industries*. 2ª edição. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura e Washington DC: Sage.
- Hesmondhalgh, D. e Pratt, A.C. (2005) 'Cultural industries and cultural policy', *International Journal of Cultural Policy*, 11 (1), pp. 1-14. Disponível em linha em <http://eprints.lse.ac.uk/15478/> (acedido em 15/06/2011).
- Hewison, R. (1987) *The Heritage Industry: Britain in a climate of decline*. Londres: Methuen.
- Hewison, R. (1991) 'Commerce and culture', in J. Corner e S. Harvey (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of national life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 162-177.
- Highmore, B. (2002) 'Introduction: Questioning everyday life' in B. Highmore (ed.), *The Everyday Life Reader*. London and New York: Routledge, pp. 1-34.
- Hoffmann, S. (2003) 'Clash of globalizations', in D. Held e A. McGrew (eds.), *The Global Transformations Reader*. 2ª edição. Cambridge: Polity Press, pp. 106-111.

- Honrado, J. (1999) *Falando Alentejo*. Beja: Associação de Municípios do Distrito de Beja.
- Hooper-Greenhill, E. (2000) *Museums and the Interpretation of Visual Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Horne, D. (1984) *The Great Museum: The re-presentation of history*. Londres e Sydney: Pluto Press.
- Hotel São Domingos (2011) 'Hotel São Domingos'. Disponível em linha em <http://www.hotelsaodomingos.com/> (acedido em 26/11/2011).
- Howkins, J. (2005) 'The mayor's commission on the creative industries', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 117-125.
- Hoyau, P. 'Heritage and 'the conserver society': the French case', in R. Lumley (ed.), *The Museum Time-Machine: Putting cultures on display*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 27-35.
- Hubert, F. (1985) 'Ecomuseums in France: contradictions and distortions', *Museum* (edição inglesa), vol. XXXVII, nº 4, pp. 186-190.
- Hudson, K. (1990) 'Preserving industrial monuments: what is possible and what is not', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 35-51.
- ICN (2006) 'Turismo de natureza – enquadramento estratégico. Parque Natural do Vale do Guadiana 2000-2006'. Disponível em linha em http://www.icn.pt/TurismoNatureza_anexos/PNVG.pdf (acedido em 13/03/2011).
- ICOHTEC (2011) 'International Committee for the History of Technology'. Disponível em linha em <http://www.icohtec.org> (acedido em 06/12/2011).
- ICOM (2005a) 'Development of the museum definition according to ICOM Statutes (1946-2001)'. Disponível em linha em http://www.museum.or.jp/icom/hist_def_eng.html (acedido em 05/12/2011).
- ICOM (2005b) [2000] 'Proposal for a charter of principles for museums and cultural tourism'. Disponível em linha em http://www.museum.or.jp/icom/prop_tou.html (acedido em 05/12/2011).
- ICOM (2011a) 'Museum definition'. Disponível em <http://icom.museum/who-we-are/the-vision/museum-definition/L/imd2011.html> (acedido em 05/12/2011).
- ICOM (2011b) 'The vision'. Disponível em <http://icom.museum/who-we-are/the-vision.html> (acedido em 05/12/2011).
- ICOMOS (1976) 'Charter of cultural tourism'. Disponível em linha em http://www.icomos.org/tourism/tourism_charter.html (acedido em 10/10/2011).
- ICOMOS (1978) 'ICOMOS Statutes'. Disponível em linha em http://www.international.icomos.org/publications/EN_Statuts_1978_20110301.pdf (acedido em 21/10/2011).
- ICOMOS (1999) 'International cultural tourism charter'. Disponível em linha em http://www.international.icomos.org/charters/tourism_e.htm (acedido em 10/10/2011).
- ICOMOS (2011a) [1931] 'The Athens Charter for the restoration of historic monuments'. Disponível em linha em <http://www.icomos.org/en/charters-and-texts?id=167:the-athens-charter-for-the-restoration-of-historic-monuments> (acedido em 21/10/2011).

- ICOMOS (2011b) [1964] 'International Charter for the conservation and restoration of monuments and sites (The Venice Charter 1964)'. Disponível em linha em http://www.international.icomos.org/charters/venice_e.pdf (acedido em 21/10/2011).
- ICSG (2007) 'Word Copper Factbook 2007'. Disponível em linha em <http://www.icsg.org> (acedido em 20/03/2011).
- ICSG (2010) 'Word Copper Factbook 2010'. Disponível em linha em <http://www.icsg.org> (acedido em 20/03/2011).
- IGESPAR (2010) 'Despacho nº 19338/2010', *Diário da República*, 2ª Série – nº 252 – 30 Dezembro, pp. 63320-63330.
- IGESPAR (2011) 'Património industrial'. Disponível em linha em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial1/> (acedido em 20/10/2011).
- IMC (2011) 'Instituto dos Museus e da Conservação'. Disponível em linha em <http://www.imc-ip.pt> (acedido em 07/11/2011).
- INE (2001) *Inquérito à Ocupação do Tempo – 1999*. Lisboa: INE. Disponível em linha em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE (descarregado em 24/11/2011).
- INE (2002) *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio – 2000*. Lisboa: INE. Disponível em linha em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE (descarregado em 24/10/2011).
- INE (2004) *O País em Números*. CD-ROM. Lisboa: INE.
- INE (2010a) *Estatísticas da Cultura – 2009*. Lisboa: INE. Disponível em linha em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE (descarregado em 24/10/2011).
- INE (2010b) 'Estatísticas da cultura 2009 – Destaque/Informação à comunicação social'. Disponível em linha em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE (descarregado em 24/10/2011).
- Inglis, F. (2000) *The Delicious History of the Holiday*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Jameson, F. (1991) *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*. Durnham: Duke University Press.
- Jones, C. e Munday, M (2001) 'Blaenavon and United Nations World Heritage Status: is conservation of industrial heritage a road to local economic development?', *Regional Studies*, vol. 35, Issue 6, pp. 585-590.
- Jones, G. (1996) 'Raphael Samuel'. *The Independent*. 11 Dezembro. Disponível em linha em <http://www.raphael-samuel.org.uk/archive/paperback-text.htm> (acedido em 13/12/2011).
- Jornal Alentejo* (2004) 'Mina de S. Domingos 150 Anos de História', 5 de Fevereiro, pp. 12-13.
- Jornal Público* (2004) 'Sampaio emocionado pede um país mais solidário', 16 de Abril. <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/sampaio-emocionado-pede-um-pais-mais-solidario-e-equitativo-1191292> (acedido em 23/10/2011).
- Karp, I e Lavine, S. (1991) *Exhibiting Cultures: The poetics and politics of museum display*. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press.
- Karp, I., Kratz, C., Szwaja, L. e Ybarra-Frausto, T. (eds.) (2006) *Museum Frictions: Public cultures/global transformations*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Karp, I., Kreamer, C. e Lavine, S. (eds.) (1992) *Museums and Communities: The politics of public culture*. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press.

- KEA European Affairs (2006) 'The economy of culture in Europe'. Disponível em linha em <http://www.keanet.eu/ecoculture/studynew.pdf> (acedido em 01/07/2011).
- Keat, R. (1991) 'Introduction: starship Britain or universal enterprise?', in Keat, R. e Abercrombie, N. (eds.), *Enterprise Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 1-20.
- Keat, R. e Abercrombie, N. (1991) *Enterprise Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Kirby, S. (1988) Policy and politics: charges, sponsorship, and bias', in R. Lumley (ed.), *The Museum Time-Machine: Putting cultures on display*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 89-101.
- Kirchenblatt-Gimblett, B. (1998) *Destination Culture: Tourism, museums, and heritage*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Knapp, A., Pigott, V. e Herbert, E. (1998) *Social Approaches to an Industrial Past: The archaeology and anthropology of mining*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Kopytoff, I. (1986) 'The cultural biography of things: commoditization in process', in A. Appadurai (ed.) *The Social Life of Things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 64-91.
- Krankenhagen, S. (ed.) (2011a) 'Thematic section: exhibiting culture', *Culture Unbound: Journal of Current Cultural Research*, vol. 3, Linköping University Electronic Press, pp. 269-400. Disponível em http://www.cultureunbound.ep.liu.se/v3/cu11v3-Exhibiting_Europe.pdf (descarregado em 24/10/2011).
- Krankenhagen, S. (2011b) 'Exhibiting Europe: The development of European Narratives in Museums, Collections, and Exhibitions', in S. Krankenhagen (ed.), 'Thematic Section: Exhibiting Culture', *Culture Unbound: Journal of Current Cultural Research*, vol. 3, Linköping University Electronic Press, pp. 269-278. Disponível em http://www.cultureunbound.ep.liu.se/v3/cu11v3-Exhibiting_Europe.pdf (descarregado em 24/10/2011).
- Kumar, K. (1995) *From Post-Industrial to Post-Modern Society: New theories of the contemporary world*. Oxford: Blackwell.
- Kusamitsu, T. (1980) 'Great Exhibitions before 1851', *History Workshop*, nº 9 (Spring), pp. 70-89.
- La Sabina (2011) 'La Sabina SA'. Disponível em linha em <http://www.lasabina-sa.com/> (acedido em 20/12/2011).
- Labadi, S. e Long, C. (eds.) *Heritage and Globalization*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Landry, C. (2005) 'London as a creative city', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 233-243.
- Lane, J. (1993) 'Oral history and industrial heritage museums', *The Journal of American History*, vol. 80, nº 2, pp. 607-618.
- Lanfant, M. (1995a) 'Introduction', in M. Lanfant, J. Allcock e E. Bruner (eds.), *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 1-23.
- Lanfant, M. (1995b) 'International tourism, internationalization and the challenge to identity', in M. Lanfant, J. Allcock e E. Bruner (eds.), *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 24-43.
- Lanfant, M. e Graburn, N. (1992) 'International tourism reconsidered: the principle of the alternative', in V. Smith e W. Eadington (eds.) *Tourism Alternatives: Potentials and problems in the development of tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 88-112.

- Lanfant, M., Allcock, J. e Bruner, E. (1995b) 'Preface', in M. Lanfant, J. Allcock e E. Bruner (eds.), *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. viii-x.
- Lanfant, M., Allcock, J. e Bruner, E. (eds.) (1995a) *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.
- Lash, S. (1990) *Sociology of Postmodernism*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Lash, S. e Urry, J. (1994) *Economies of Signs and Space*. Londres: Sage.
- Latouche, J. (Crawford, O.) (1875) *Travels in Portugal*. 2ª edição. Londres: Ward, Lock and Tyler.
- Law, J. (2002) 'Economics as interference', in P. du Gay e M. Pryke (eds.), *Cultural Economy*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 20-38.
- Leadbeater, C. (2005) 'Delia Smith not Adam Smith', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp.126-132.
- Leadbeater, C. e Oakley, K. (2005) 'Why cultural entrepreneurs matter', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 299-311.
- Leary, T. e Sholes, E. (2000) 'Authenticity of place and value: examples of industrial heritage preservation and interpretation in the U.S. and Europe', *The Public Historian*, vol. 22, nº 3 (Summer), pp. 49-66.
- Lemos, J. (2010) 'Por um "Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Geológico e Mineiro de Portugal"', in P. Florido e I. Rábano (eds.), *Una Visión Multidisciplinar del Patrimonio Geológico y Minero*. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España, pp. 417-424.
- Lidchi, H. (1997) 'The poetics and the politics of exhibiting other cultures', in S. Hall (ed.), *Representation: Cultural representations and signifying practices*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 151-222.
- Liebholt, P. (2000) 'Experiences from the front line: presenting a controversial exhibition during the culture wars', *The Public Historian*, vol. 22, nº 3 (Summer), pp. 67-84.
- Littler, J. (2005) 'Introduction: British heritage and the legacies of 'Race'', in J. Littler e R. Naidoo (eds.), *The Politics of Heritage: The Legacies of Race*. Oxon e Nova Iorque: Routledge, pp. 1-20.
- Littler, J. e Naidoo, R. (2005) *The Politics of Heritage: The legacies of Race*. Oxon e Nova Iorque: Routledge.
- Löfgren, O. (1999) *On Holiday: A history of vacationing*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.
- Lowenthal, D. (1981) 'Dilemmas of preservation', in D. Lowenthal e M. Binney (eds.), *Our Past Before Us: Why do we save it?* Londres: Temple Smith, pp. 213- 237.
- Lowenthal, D. (1985) *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lumley, R. (2005) 'The debate on heritage reviewed', in G. Corsane (ed.), *Heritage, Museums and Galleries: An introductory reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 15-25.
- Lyotard, J. (1984) [1979] *The Postmodern Condition: A report on knowledge*. G. Bennington e B. Massumi (trans.). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MacCannell, D. (1999) [1976] *The Tourist: A new theory of the leisure class*. Berkeley, California e Londres: University of California Press.

Macdonald, S. (1997) 'A People's story: heritage, identity and authenticity', in C. Rojek e J. Urry (eds.) *Touring Cultures: Transformations of travel and theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 155-175.

Macdonald, S. (1998a) (ed.) *The Politics of Display: Museums, science, culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Macdonald, S. (1998b) 'Exhibitions of power and powers of exhibition: an introduction to the politics of display', in S. Macdonald (ed.), *The Politics of Display: Museums, science, culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 1-24.

Malone, P. (1997) 'Butte: cultural treasure in a mining town', *Montana: The Magazine of Western History*, vol. 47, nº 4 (Winter), pp. 58-67.

Manchester University Press (2011) 'Understanding Global Heritage'. <http://www.manchesteruniversitypress.co.uk/catalogue/aseries.asp?id=75> (acedido em 21/01/2011).

Marx, K. e Engels, F. (1978)[1850] 'Review, May to October 1850'. 'Reviews from the *Neue Rheinische Zeitung – Politisch-Ökonomische Revue*'. *Collected Works Vol. 10: 1849-1851*. Londres, Lawrence & Wishart, pp. 490-532.

Marx, K. e Engels, F. (2011) [1872] *The Communist Manifesto*. M. Berman (introd.). Londres: Penguin.

Mason, J. (1865) *Catalogo dos Objectos Pertencentes á Mina de S. Domingos exhibidos na Exposição Internacional do Porto em 1865*. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa.

Mason, M. (1966) 'Biographical note of James Mason by his grandson Michael Mason'. MERL, OXF 22/15/31.

Massey, D. (1992) 'Politics and time/space'. *New Left Review* 196: 65-84.

Mateus, A. (2010a) 'O Sector cultural e criativo em Portugal: estudo para o Ministério da Cultura. Relatório final'. Disponível em linha em <http://www.portaldacultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/Imprensa/SCC.pdf> (acedido em 15/07/2011).

Mateus, A. (2010b) 'O sector cultural e criativo em Portugal: sumário executivo'. Disponível em linha em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/MC/Sector_Cult_Criativo_SumExec.pdf (acedido 15/07/2011).

Matos, A. (1990) 'A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (1772-1788)', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 659-679.

Matos, J. (2009) 'Ampliação e desenvolvimento da Rota da Pirite através da inclusão dos jardins geológicos de Algares e Lousal, Faixa Piritosa Ibérica, Portugal', in P. Carrión (ed.) *Rutas Minerales en el Proyecto RUMYS*. Guayaquil, Equador: RUMYS-CYTED, pp. 113-122. Disponível em linha em <http://www.rumys.espol.edu.ec/libros/Rutas%20Minerales%20en%20el%20Proyecto%20Rumys.pdf> (acedido em 08/09/2011).

Matos, J. e Martins, L. (2006) 'Reabilitação ambiental de áreas mineiras do sector português da Faixa Piritosa Ibérica: estado da arte e perspectivas futuras', *Boletín Geológico y Minero*, 117 (2), pp. 289-304.

Matos, J. et al. (2002) 'Património mineiro português: estado actual da herança cultural de um país mineiro', in J. Brandão (coord.), *Actas do Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, pp. 539-554.

Matos, J. et al. (2006) 'Rota da pirite no sector português da Faixa Piritosa Ibérica, desafios para um desenvolvimento sustentado do turismo geológico e mineiro', in P. Carrión (ed.). *Rutas Minerales en Iberoamérica*. Guayaquil, Equador: RUMYS-CYTED, pp. 135-156. Disponível em <http://www.rumys.espol.edu.ec/libros/Rutas%20Minerales%20de%20Iberoamerica.pdf> em <http://www.rumys.espol.edu.ec/libros/Rutas%20Minerales%20de%20Iberoamerica.pdf> (acedido em 08/09/2011).

Matos, J., Pereira, Z. e Oliveira, J. (2010) 'A Rota da Pirite, uma rede de sítios geológicos e mineiros dedicada ao património e história da Faixa Piritosa Ibérica', *e-Terra – Revista Electrónica de Ciências da Terra*, vol. 18, nº 18. Disponível em linha em <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/1305/1/34428.pdf> (acedido em 08/09/2011).

Matos, J., Soares, S. e Cardoso, C. (2006) 'Caracterização geológica-geotécnica da corta da mina de S. Domingos, FPI', *Actas do X Congresso Nacional de Geotecnia*, pp. 741-752. Disponível em linha em [http://geomuseu.ist.utl.pt/OG2009/Documentos%20Complementares/Congresso%20Geotecnia%20\(resumos\)/Congresso_Actas%20\(D\)/Volume%203/V3-10.pdf](http://geomuseu.ist.utl.pt/OG2009/Documentos%20Complementares/Congresso%20Geotecnia%20(resumos)/Congresso_Actas%20(D)/Volume%203/V3-10.pdf) (acedido em 13/03/2011).

May, J. e Thrift, N. (2001) *Timespace: Geographies of temporality*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

McCabe, S. (2002) 'The Tourist experience and everyday life', in G. Dann (ed.), *The Tourist as a Metaphor of the Social World*. Oxon e Nova Iorque: CABI Publishing, pp.61-75.

McGuigan, J. (1992) *Cultural Populism*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

McGuigan, J. (1996) *Culture and the Public Sphere*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

McGuigan, J. (2009) *Cool Capitalism*. Londres e Nova Iorque: Pluto Press.

McGuigan, J. (2010) *Cultural Analysis*. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura e Washington DC: Sage.

McIntosh, R. e Goeldner, C. (1986) *Tourism: Principles, Practices, Philosophies*. 5ª edição. Nova Iorque: Wiley.

McIntosh, R., Goeldner, C. e Ritchie, J. (1995) *Tourism: Principles, Practices, Philosophies*. 7ª edição. Nova Iorque: Wiley.

McKercher, B. (2001) 'Attitudes to a non-viable community-owned heritage tourist destination', *Journal of Sustainable Tourism*, Vol 9, nº 1, pp. 29-43.

McKercher, B. e Du Cros, H. (2002) *Cultural Tourism: The partnership between tourism and cultural heritage management*. Nova Iorque: The Haworth Press.

McRobbie, A. (1999) *In the Culture society: Art, fashion and popular music*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

McRobbie, A. (2005) 'Clubs to companies', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 375- 390.

Meethan, K. (2001) *Tourism in Global Society: Place, culture, consumption*. Basingstoke: Palgrave.

Meethan, K. (2001) *Tourism in Global Society: Place, culture, consumption*. Basingstoke: Palgrave.

- Mellor, A. (1991) 'Enterprise and heritage at the Dock', in J. Corner e S. Harvey (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of national life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 93-115.
- Mendes, J. (1989) 'Discurso de abertura da Sessão Preparatória de Coimbra do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. I)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 29-38.
- Mendes, J. (1990) 'O Património industrial e o ensino', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 325-334.
- MERL (1866) 'Report and valuation of freehold estate known as "Eynsham Hall" Oxfordshire'. OXF 22/13/1.
- MERL (1883) 'Share certificates' (1883-1887). OXF 22/2/335.
- MERL (1910) 'Schedule of pictures, arranged by their positions. March 1910'. OXF 22/13/3.
- Mértola AM/FM (2010) 'Praia fluvial da Mina de São Domingos cativa banhistas'. Disponível em linha em <http://mertolaamfm.blogspot.com/2010/08/prai-a-fluvial-da-mina-de-sao-domingos.html> (acedido em 23/03/2011).
- miguelangelos (2007) 'Festas da Mina'. Videoclipe. 4 de Setembro. Disponível em linha em <http://www.youtube.com/watch?v=kLm7rEv53Xc> (acedido em 20/03/2010).
- Miller, D. (1994) 'Things ain't what they used to be', in S. Pearce (ed.), *Interpreting Objects and Collections*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 13-18.
- Milner, A. (2002) *Re-Imagining Cultural Studies: The promise of cultural materialism*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.
- Ministério da Cultura (2009) 'Decreto-Lei nº 309/2009', *Diário da República*, 1ª Série – nº 206 – 23 Outubro, pp. 7975-7987.
- MINOM (2011a) [1972] 'Round table Santiago do Chile ICOM, 1972 – resolutions'. Disponível em linha em http://www.minom-icom.net/index.php?option=com_content&view=article&id=11:round-table-santiago-chile-en&catid=2:presentation&Itemid=2 (acedido em 19/12/2011).
- MINOM (2011b) [1984] 'Quebec Declaration – Basic principles of a new museology'. Disponível em linha em http://www.minom-icom.net/index.php?option=com_content&view=article&id=10:quebec-declaration-en&catid=2:presentation&Itemid=2 (acedido em 19/12/2011).
- MINOM (2011c) 'About us'. Disponível em linha em http://www.minom-icom.net/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=5&Itemid=16 (acedido em 19/12/2011).
- MINOM (2011d) 'The renewal of MINOM 2008-2009-2010'. Disponível em linha em http://www.minom-icom.net/index.php?option=com_content&view=article&id=15:the-renewal-of-minom-2008-2009-2010&catid=2:presentation&Itemid=2 (acedido em 19/12/2011).
- MINOM (2011e) 'Ecomuseums Conference 2012'. Disponível em linha em http://www.minom-icom.net/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=26&Itemid=3 (acedido em 19/12/2011).
- Mirzoeff, N. (2002) *The Visual Culture Reader*. 2ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge.

- Mitchell, J. e Ashley, C. (2009) 'Value chain analysis and poverty reduction at scale', *ODI (Overseas Development Institute) Brief Papers* 49 (Março). Disponível em linha em <http://www.odi.org.uk/resources/download/2675.pdf> (acedido em 15/08/2011).
- Modelski, G. (2003) 'Globalization', in D. Held e A. McGrew (eds.), *The Global Transformations Reader*. 2ª edição. Cambridge: Polity Press, pp. 51-54.
- Moore, K. (1994) 'Labour history in museums: development and direction', in S. Pearce (ed.), *Museums and the Appropriation of Culture*. Londres e Atlantic Highlands, Nova Jérsea: The Athlone Press, pp. 142-173.
- Moore, K. (2000) *Museums and Popular Culture*. Londres e Nova Iorque: Continuum.
- Morley, D. (2006) 'Globalisation and cultural imperialism reconsidered: old questions in new guises', in J. Curran e D. Morley (eds.) *Media and Cultural Theory*. Oxon e Nova Iorque: Routledge, pp. 19-29.
- Morley, D. e Robins, K. (2001) 'Introduction: the national culture in its new global context', in D. Morley e K. Robins (eds.), *British Cultural Studies: Geography, nationality, and identity*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-15.
- Morris, M. (1995) 'Life as a tourist object in Australia', in M. Lanfant, J. Allcock e E. Bruner (eds.), *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 177-191.
- Morris, M. (1997) 'A question of cultural studies', in A. McRobbie (ed.), *Back to Reality: social experience and cultural studies*. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press, pp. 36-57.
- Morris, P. (1991) 'Freeing the spirit of enterprise: the genesis and development of the concept of enterprise culture', in R. Keat e N. Abercrombie (eds.), *Enterprise Culture*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 21-37.
- Morris, W. (2009) [1877] 'Manifesto of the Society for the Protection of Ancient Buildings'. Disponível em linha em <http://www.spab.org.uk/what-is-spab/the-manifesto/> (acedido em 10/11/2011).
- Moutinho, M. (1990) 'A antropologia e a nova museologia', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 393-396.
- MPAT (1994) 'Portaria nº 581/94', *Diário da República*, 1ª Série – B, nº 160, 13 de Julho, pp. 3755-3763.
- Munns, J. e Rajan, G. (eds.) (1995) *A Cultural Studies Reader: History, Theory, Practice*. Londres e Nova Iorque: Longman.
- Munt, I. (1994) 'The 'other' postmodern tourism; culture, travel and the new middle classes', *Theory, Culture and Society*, 11 (3), pp. 101-123.
- Munt, S. (2000) 'Introduction', in S. Munt (ed.) *Cultural Studies and the Working Class: Subject to change*. Londres e Nova Iorque: Cassell.
- Murphy, P. (1985) *Tourism: A Community Approach*. Nova Iorque e Londres: Methuen.
- Nash, D. (1989) 'Tourism as a form of imperialism', in V. Smith (ed.), *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. 2ª edição. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 37-52.
- Nash, D. (1992) 'Epilogue: a research agenda on the variability of tourism', in V. Smith e W. Eadington (eds.), *Tourism Alternatives: Potentials and problems in the development of tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 216-112.

Nash, W. (1904) *The Rio Tinto Mine: its history and romance*. Londres: Simkin Marshall Hamilton Kent & Co Ltd.

Nationaal Contact Monumenten. Disponível em linha em <http://www.interarts.net/ca/index.php> (acedido em 15/08/2011).

National Archives (1878) 'Mason and Barry Limited. Memorandum and Articles of Association'. BT 31/2432/12323.

Negus, K. (1997) 'The production of culture', in du Gay, P. (ed.), *Production of Culture/Cultures of Production*. Milton Keynes e Londres: The Open University e Sage, pp. 67-104.

Negus, K. (2006) 'Rethinking creative production away from the cultural industries', in J. Curran e D. Morley (eds.), *Media and Cultural Theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 197-208.

Neves, J. (2001) 'Práticas culturais dos portugueses (2): espectáculos ao vivo', *Folha OBS*, nº 3, Junho. Lisboa: OAC. Disponível em linha em <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm> (descarregado em 24/10/2011).

Neves, J. e Santos, J. (2006) 'Aspectos da evolução dos museus em Portugal no Período 2000-2005', in *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, nº 21, Setembro. Disponível em linha em http://www.oac.pt/pdfs/Boletim_RPM_21.pdf (acedido em 25/10/2011).

Nora, P. (1989) 'Between memory and history: *les Lieux de Mémoire*', *Representations* 26 (Spring), pp. 7-24.

Nunes, M (1989) 'Turismo cultural com a componente do património industrial', in APAI (ed.), *Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. I)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 259-263.

Núñez, T. (1989) 'Touristic studies in anthropological perspective', in V. Smith (ed.) *Hosts and Guests: The anthropology of tourism*. 2ª edição. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 265-274.

Nye Jr, J. S. (2003) 'Globalization and american power', in D. Held e A. McGrew (eds.), *The Global Transformations Reader*. 2ª edição. Cambridge: Polity Press, pp. 112-115.

O Bejense (1860) 'Parte Oficial: Ministério dos Negócios do Reino', nº 35, 5 de Dezembro, p. 1. [Sobre a visita real à Mina de São Domingos; transcrição do texto publicado originalmente no *Diário de Lisboa* nº 257].

O Bejense (1862) 'Correspondências', nº 81, 12 de Julho, p. 3. [Sobre a inauguração da linha de caminho de ferro Mina de São Domingos-Pomarão; transcrição da carta original, da autoria de João Ferreira Braga, publicada no *Jornal do Commercio* de 30 de Junho].

O Setubalense (2011) 'Roubo de cobre em PT deixa ladrão "agarrado"'. 16 de Março. Disponível em linha em <http://www.asetubalense.pt/index.asp?idEdicao=603&id=20479&idSeccao=4469&Action=noticia> (acedido em 16/03/2011).

O'Donnell, B. (1996) 'Memory and hope: four local museums in the mill towns of the industrial West', *Technology and Culture*, vol. 37, nº 4, pp. 817-827.

OAC/GPEARI (2010) 'Estatísticas culturais 2000-2008'. Disponível em linha em http://www.oac.pt/pdfs/OAC_EstatisticasCulturaisMinCultura2008_v2.pdf (acedido em 24/19/2011).

Okita, S. (1997) 'Community, country, and commonwealth: the ethical responsibility of museums', in G. Edson (ed.), *Museum Ethics*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 131-139.

- Oliveira, A. (1990) 'As primeiras fábricas de curtumes em Braga (séc. XVIII-XIX)', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 449-469.
- Oliveira, F., Brandão, L., Pinto, T. e Afonso, T. (2011) *Minas da Borralha/Borralha's Mines*. Filme documentário. Trailer disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=9bKjAK0ka1s>
- Oliveira, T. e Oliveira, V. (1996) 'Síntese da geologia da faixa piritosa, em Portugal, e das principais mineralizações associadas', in M. Rego (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, pp. 8-27.
- Oliver, J. (2008) 'La presencia inglesa en la provincia de Huelva: una visión panorámica', in Domínguez, Vaz e Ulecia (eds.), *"A Real Civilization" El Legado Británico en la provincia de Huelva*. Punta Umbría: Ayuntamiento de Punta Umbría, pp. 137-166.
- OMT (Organização Mundial do Turismo) (2009) 'Statutes of the World Tourism Organization'. Disponível em linha em <http://unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtostatuteseng.pdf> (acedido em 07/09/2011).
- OMT (Organização Mundial do Turismo) (2011a) 'Historical perspective of world tourism'. Disponível em linha em <http://www.unwto.org/facts/eng/historical.htm> (acedido em 07/09/2011).
- OMT (2011b) 'Why tourism'. Disponível em linha em <http://www.unwto.org/eng/content/why-tourism> (acedido em 07/09/2011).
- OMT (2011c) *Tourism Highlights 2011 Edition*. Madrid: OMT. Disponível em linha em http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights11enhr_0.pdf (descarregado em 07/09/2011).
- Orwell, G. (1989) [1937] *The Road to Wigan Pier*. Londres, etc.: Penguin.
- Owen, D. (2002) *South Wales Collieries*. Stroud: Tempus Publishing.
- Pardal, N. (2005) *Contos da Mina*. Edição do autor. Almada: Irisgráfica.
- Parlamento Europeu (2000) *Lisbon European Council 23 and 24 March 2000 – Presidency Conclusions*. Disponível em linha em http://www.europarl.europa.eu/summits/lis1_en.htm#a (acedido em 17/05/2011).
- Patrício, M. (2009) *Arquivo do meu Pensamento: Recordações de um mineiro*. Setúbal: Edição de Ana Patrício.
- Payton, P. (2004) [1996] *Cornwall: A History*. 2ª edição revista. Fowey: Cornwall Editions.
- Payton, P. (2005) [1999] *The Cornish Overseas*. Fowey: Cornwall Editions.
- Pearce, D. (1992) 'Alternative tourism: concepts, classifications, and questions', in V. Smith e W. Eadington (eds.), *Tourism Alternatives: Potentials and problems in the development of tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 15-30.
- Pearce, M. (2000) 'Saving time: a review of the conservation movement in Britain in the 20th century', *The Building Conservation Directory 2000*. Disponível em linha em <http://www.buildingconservation.com/articles/time/time1.htm> (acedido em 14/12/2011).
- Pearce, S. (1994a) 'Introduction', in S. Pearce (ed.) *Interpreting Objects and Collections*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 1-11.
- Pearce, S. (1994b) 'Objects as meaning; or narrating the past', in S. Pearce (ed.) *Interpreting Objects and Collections*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 19-29.

- Pereira, F. (2001) 'Entrevista com Fernando António Baptista Pereira', *Arquivos da Memória; Revista semestral do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa*, 'Museologia e Património', nº 10/11, pp. 113-118.
- Petrella, R. (1997) 'The great war machine', *Le Monde Diplomatique* (edição inglesa). Maio. Disponível em linha em <http://mondediplo.com/1997/05/globalisation3160> (acedido em 10/05/2011).
- Picard, M. (1995) 'Cultural heritage and tourist capital: cultural tourism in Bali', in M. Lanfant, J. Allcock e E. Bruner (eds.), *International Tourism: Identity and Change*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 44-66.
- Pickering, M. (1997) *History, Experience and Cultural Studies*. Basingstoke e Londres: Macmillan Press.
- Pigram, J. (1992) 'Alternative tourism: tourism and sustainable resource management', in V. Smith and W. Eadington (eds.), *Tourism Alternatives: Potentials and problems in the development of tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 76-87.
- Pina, A. (2004) 'Culture, (the conduct of) Freedom and (the phobia of) Community', in C. Andreu e P. Gallardo (eds.), *Culture & Power: Phobias*. Tarragona: Silva Editorial, pp. 193-209.
- Pina, L. (1990) 'Crónica de um esforço filmado: apontamento sobre o filme industrial português', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 847-852.
- Pine II, J. e Gilmore, J. (1999) *The Experience Economy: Work is theatre & every business a stage*. Boston: Harvard Business Press.
- Pinkney, T. (1996) [1989] 'Editor's introduction: modernism and cultural theory', in R. Williams, *The Politics of Modernism*. Londres: Verso, pp. 1-29.
- Portes, A. (1997) 'Globalisation from below: The rise of transnational communities'. ESRC Transnational Communities Programme Working Paper (WPTC-98-01). Disponível em linha em <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/portes.pdf> (acedido em 24/10/2011).
- PortuguesaMSD (2008) 'Karaoke Praia fluvial Mina de sao Domingos'. Videoclipe. 31 de Agosto. Disponível em linha em <http://www.youtube.com/watch?v=2fOSymb5edY> (acedido em 20/03/2010).
- Preece, R. (1998) *Coal Mining and the Camera*. Overton: National Coal Mining Museum for England Publications.
- Presidência do Conselho de Ministros (2011) 'Decreto-Lei nº 115/2011', *Diário da República*, 2ª Série, nº 155, 19 de Março, p. 5206.
- Pressenda, P. e Sturani, m (2007) 'Open-air museums and ecomuseums as tools for landscape management: some Italian experience', in Z. Roca, T. Spek T. Terkenli, T. Plieninger e F. Höchtl (eds.), *European Landscapes and Lifestyles: The Mediterranean and beyond*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 331-344. Disponível em linha em <http://tercud/ulusofona.pt/publicacoes/Book/26.pdf> (acedido em 20/11/2011).
- Rábano, I. e Mata-Perelló, J. (2006) (eds.) *Patrimonio Geológico y Minero: Su caracterización y puesta en valor*. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España.
- Rábano, I., Manteca, I. e García, C. (2003) (eds.) *Patrimonio Geológico y Minero Y Desarrollo Regional*. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España.
- Reas, P. e Cosgrove, S. (1993) *Flogging a Dead Horse: Heritage culture and its role in post-industrial Britain*. Manchester: Cornerhouse Publications.

- Rees, R. (2000) *King Copper: South Wales and the copper trade 1584-1895*. Cardiff: University of Wales Press.
- Rego, M. (1996) (coord.) *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde.
- Rego, M. (2002) (coord.) *Mineração no Baixo Alentejo (Vol. II)*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde.
- Rego, M. (coord.) (2004a) *Fotogramas da Memória*. Edição comemorativa 'Mina de São Domingos 150 Anos de História'. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- Rego, M. (2004b) 'Mina de São Domingos: 150 Anos de História'. Programa da exposição. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- Rego, M. (2004c) 'Mineiro: Nome de Homem'. *Monumento ao Mineiro (Des)Conhecido*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola, pp. 9-26.
- Rego, M. (coord.) (2006) *Mina de São Domingos: 150 Anos de História*. CD-ROM. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- REHMINE (212) 'RHEMINE'. Disponível em linha em <http://pascal.iseg.utl.pt> (acedido em 05/02/2012).
- Reuters (2011) 'Metals – Copper hits record \$10,000 on supply concerns'. 11 de Fevereiro. Disponível em linha em <http://af.reuters.com/articlePrint?articleId=AFLDE71200A20110203> (acedido em 16/03/2011).
- Ribeiro, A. (1989) 'Património industrial. Acção do professor', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. I)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 245-248.
- Ribeiro, I. e Santos, L. (1990) 'A indústria do papel na perspectiva da arqueologia industrial', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 483-535.
- Ribeiro, I. e Santos, L. (1991) 'Reflexões para um projecto de Museu do Papel em Tomar', in J. Custódio, L. Santos, I. Ribeiro e M. Barblan (eds.), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, pp. 101-104.
- Richards, B. (2003) *Coal, Carpets and Choirs*. Bridgend, South Wales: Edição do autor.
- Richards, G. (2003) 'What is cultural tourism', in van Maaren, A. (ed.) *Erfgoed voor Toerisme*.
- Richards, G. (2005) [1996] 'The scope and significance of cultural tourism', in G. Richards (ed.), *Cultural Tourism in Europe*. Publicação eletrónica da ATLAS, pp. 21-38. Edição original da CABI. Disponível em linha em http://www.tram-research.com/cultural_tourism_in_europe.PDF (descarregado em 24/10/2011).
- Richards, G. (2007) 'Introduction: Global trends in cultural tourism', in G. Richards (ed.) *Cultural Tourism: Global and local perspectives*. Nova Iorque: The Haworth Hospitality Press.
- Ricoeur, P. (1999a) 'Memory and forgetting', in R. Kearney e Mark Dooley (eds.), *Questioning Ethics: contemporary debates in philosophy*. Londres: Routledge, pp. 5-11.
- Ricoeur, P. (1999b) 'Imagination, Testimony and Trust: A Dialogue with Paul Ricoeur', in Richard Kearney and Mark Dooley (eds), *Questioning Ethics: Contemporary Debates in Philosophy*. London: Routledge, pp.12-17.
- Rifkin, J. (2004) [1995] *The End of Work: The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. Nova Iorque: Jeremy P. Tarcher e Penguin.

- Rifkin, J. (2005) 'When markets give way to networks...everything is a service', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 361-374.
- Ritzer, G. e Liska, A. (1997) 'McDisneyization' and 'post-tourism': complementary perspectives on contemporary tourism', in C. Rojek e J. Urry (eds.), *Touring Cultures: Transformations of travel and theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp.96-109.
- Rivière, G. (1985) 'The ecomuseum – an evolutive definition', *Museum* (edição inglesa), vol. XXXVII, nº 4, pp. 182-183.
- Robertson, R. (1995) 'Glocalization: time – space and homogeneity – heterogeneity', in M. Featherstone, S. Lash e R. Robertson (eds.), *Global Modernities*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 25-44.
- Robins, K. (1991) 'Tradition and translation: national culture in its global context', in J. Corner e S. Harvey (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of national life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 21-44.
- Robins, K. (1997) 'What in the world's going on?', in P. du Gay (ed.), *Production of Culture/Cultures of Production*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 11-47.
- Robins, Kevin (1999) 'Tradition and cultural translation', in D. Boswell e J. Evans (eds.), *Representing the Nation: A Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge e The Open University.
- Rocha, N. (2010) *Couto Mineiro do Espadanal (Rio Maior). História, património, identidade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Roche, M. (1996) 'Mega-events and micro-modernization', in Y. Apostolopoulos, S. Leivadi e A. Yiannakis (eds.), *The Sociology of Tourism: Theoretical and empirical investigations*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 315-347.
- Rodrigues, P. (2005) *Vidas na Mina: Memória, percursos e identidades*. Oeiras: Celta Editora.
- Rojek, C. (1993) *Ways of Escape: Modern transformations in leisure and travel*. Basingstoke: Macmillan.
- Rojek, C. (1999) 'Fatal attractions', in D. Boswell e J. Evans (eds.), *Representing the Nation: A Reader. Histories, heritage and museums*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 185-207.
- Rojek, C. e Urry, J. (1997) 'Transformations of travel and theory', in C. Rojek e J. Urry (eds.) *Touring Cultures: Transformations of travel and theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 1-19.
- Roth, M. (2000) 'Face value: objects of industry and the visitor experience', *The Public Historian*, vol. 22, nº 3 (Summer), pp. 33-48.
- Rowlands, M. (2002) 'Heritage and cultural property', in V. Buchli (ed.), *The Material Culture Reader*. Oxford e Nova Iorque: Berg, pp. 105-114.
- Rudd, M. e Davis, J. (1998) 'Industrial heritage tourism at the Bingham Canyon Copper Mine. *Journal of Travel Research*, vol. 36 (Winter), pp. 85-89.
- Ruskin, J. (1852) [1849] *The Seven Lamps of Architecture*. Nova Iorque: John Wiley.
- Ruskin, J. (1986) [1854] 'The opening of the Crystal Palace considered in some of its relations to the prospects of art', in J. Golby (ed.), *Culture and Society in Britain 1850-1890*. Oxford: Oxford University Press and The Open University, pp.174-177.
- Said, E. (1993) *Culture and Imperialism*. Londres: Chatto & Windus.
- Samuel, R. (1994) *Theatres of Memory Volume 1: Past and present in contemporary culture*. Londres e Nova Iorque: Verso.

- Samuel, R. (1995) 'Theme parks – why not?'. *The Independent*. 12 de Fevereiro. Disponível em linha em <http://www.independent.co.uk/opinion/theme-parks--why-not-1572745.html> (acedido em 07/10/2011).
- Sandell, R. (ed.) (2002a) *Museums, Society, Inequality*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Sandell, R. (2002b) 'Preface', in R. Sandell (ed.), *Museums, Society, Inequality*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. xvii- xix.
- Sandell, R. (2002c) 'Museums and the combating of social inequality: roles, responsibilities, resistance', in R. Sandell (ed.), *Museums, Society, Inequality*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 3- 23.
- Santos, M. (2008) 'Curriculum vitae de Maria Luísa Ferreira Nunes dos Santos'. Disponível em linha em <http://www.cidehus.uevora.pt/memb/cv/cvluisasantos.pdf> (acedido em 06/12/2011).
- Schiller, H. (1997) 'Transnational media and national development', in J. Thompson (ed.) *Media and Cultural Regulation*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp.154-155.
- Schwarz, B. (1991) 'Where horses shit a hundred sparrows feed: Docklands and East London during the Thatcher years', in J. Corner e S. Harvey (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of national life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 76-92.
- Schwarz, B. (1996) 'Keeper of our shared memory'. *The Guardian*. 10 de Dezembro. Disponível em linha em <http://www.rafael-samuel.org.uk/archive/paperback-text.htm> (acedido em 13/12/2011).
- Schwarz, B. (2005) 'Heritage', in T. Bennett, L. Grossberg e M. Morris (eds.), *New Keywords: a revised vocabulary of culture and society*. Malden, Oxford e Victoria: Blackwell, pp. 154-156.
- Schwengel, H. (1991) 'British enterprise culture and German Kulturgesellschaft', in R. Keat e N. Abercrombie (eds.) *Enterprise Culture*. Londres: Routledge, pp.136-150.
- Seabrook, J. (1988) *The Leisure Society*. Oxford: Basil Blackwell.
- Sekula, A. (2003) 'Reading an archive: photography between labour and capital', in L. Wells (ed.) *The Photography Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 443-452.
- Sennett, R. (1998) *The Corrosion of Character*. Nova Iorque e Londres: W.W. Norton & Company.
- Sennett, R. (2006) *The Culture of the New Capitalism*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Shelton, A. (2000) 'Museum ethnography: an imperial science', in E. Hallam e B. Street (eds.), *Cultural Encounters: Representing 'Otherness'*. Nova Iorque e Londres: Routledge, pp. 155-193.
- Silva, A. (1989) 'Defesa e estudo dos arquivos empresariais – algumas notas para um plano de actuação urgente', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. I)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 321-330.
- Silva, A. (1990a) 'Arqueologia e património industriais: alguns contributos para a necessária renovação de conceitos e práticas', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 67-82.
- Silva, A. (1990b) 'Fotografia, arqueologia e património industriais', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 237-255.
- Silva, M. (2010a) 'A Faixa Piritosa Ibérica e a Revolução Industrial britânica: proposta de uma rota turística Rio Tinto – Tharsis – S. Domingos', in P. Florido e I. Rábano (eds.), *Una Visión*

Multidisciplinar del Patrimonio Geológico y Minero. Madrid: Instituto Geológico de España, pp. 499-510.

Silva, M. (2010b) 'Narrating personal and collective history in heritage tourism: conflicting representations of the São Domingos Mine and community', *Material Culture Review/Revue de la Culture Matérielle* 71 (Spring), pp. 24-38.

Silva, M. (2011) 'São Domingos Mine's English and Cornish Connections', in P. Claughton, P e C. Mills (eds.) *Mining Perspectives: The proceedings of the Eighth International Mining History Congress 2009*. Truro: Cornish Mining World Heritage e Sterling University Press, pp. 187-193.

Silverstone, R. (2002) 'Television, ontology and the transitional object: routines, rituals, traditions, myths', in T. Bennett and D. Watson (eds.), *Understanding Everyday Life*. Oxford: Blackwell and The Open University, pp.355-56.

Sinclair, T. (ed.) (1997) *Gender, Work and Tourism*. Londres: Routledge.

Sklair, L. (2001) *The Transnational Capitalist Class*. Malden, Oxford e Vitória: Blackwell.

Skramstad, H. (2000) 'The mission of the industrial museum in the postindustrial age', *The Public Historian*, vol. 22, nº 3 (Summer), pp. 25-32.

Slater, D. (2002) 'Capturing markets from the economists', in P. du Gay e M. Pryke (eds.), *Cultural Economy*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 59-77

Smith V. e Eadington, W. (eds.) (1992a) *Tourism Alternatives: Potentials and problems in the development of tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

Smith V. e Eadington, W. (1992b) 'Introduction: the emergence of alternative forms of tourism' in V. Smith e W. Eadington (eds.), *Tourism Alternatives: Potentials and problems in the development of tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 1-12.

Smith, A. (2003) 'Towards a global culture?', in D. Held e A. McGrew (eds.), *The Global Transformations Reader*. 2ª edição. Cambridge: Polity Press, pp. 278-286.

Smith, M. (2003) *Issues in Cultural Tourism Studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Smith, M. e Robinson, M. (2006) 'Politics, power and play: the shifting contexts of cultural tourism', in M. Smith e M. Robinson (eds.), *Cultural Tourism in a Changing World: Politics, participation and (re)presentation*. Clevedon, Nova Iorque e Ontario: Channel View Publications.

Smith, V. (1989) 'Introduction', in V. Smith (ed.), *Hosts and Guests: The anthropology of tourism*. 2ª edição. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 1-17.

Smith, W. (1965) *Six Centuries of Copper*. Londres: CDA.

Snow, C.P. (1993) [1959] *The Two Cultures*. Cambridge: Cambridge University Press.

SOIMSD (1929) *Rumores Subterraneos*. Porto (?): Agência Literária.

SOIMSD (1930-1931) *A Voz do Mineiro*. Lisboa: Casa dos Gráficos e Futurista Gráfica.

Soja, E. (1993) 'History: geography: modernity', in S. Dunning (ed.) *The Cultural Studies Reader*. 2ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 113-125.

Soja, E. (2009) 'The city and spatial justice', *Justice Spatiale/Spatial Justice*, nº 1 (edição inglesa). Disponível em linha em http://www.jssj.org/archives/01/media/spacial_justice.pdf (acedido em 09/06/2011).

Sousa, F. (1990) 'Iconografia do postal ilustrado no âmbito industrial', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 235-236.

- spigaatila (2007) 'olha a minaaaaaaaaa'. Videoclipe. 8 de Janeiro. Disponível em linha em <http://www.youtube.com/watch?v=pqckizM6y0k> (acedido em 20/03/2010).
- Stanton, M. (1989) 'The Polynesian cultural center: a multi-ethnic model of seven Pacific cultures', in V. Smith (ed.), *Hosts and Guests: The anthropology of tourism*. 2ª edição. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, pp. 247-262.
- Steedman, C. (1992) 'Culture, cultural studies and the historians', in L. Grossberg, C. Nelson e P. Treichler (eds.) *Cultural Studies*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Steedman, C. (1997) 'Raphael Samuel, 1934-1996', *Radical Philosophy* 82 (March/April), pp. 53-55.
- Steele, T. (1997) *The Emergence of Cultural Studies 1945-65*. Londres: Lawrence
- Stock Exchange (London) (1899) 'Mason and Barry Limited', *Stock Exchange Official Intelligence for 1899*. Vol. 17. Londres: Stock Exchange, p. 2199.
- Storey, J. (1993) *An Introductory Guide to Cultural Theory and Popular Culture*. Nova Iorque: Harvester Wheatsheaf.
- Storey, J. (2005) 'Postmodernism', in T. Bennett, L. Grossberg e M. Morris (eds.), *New Keywords: A revised vocabulary of culture and society*. Malden, Oxford e Vitória: Blackwell, pp. 269-272.
- Tay, J. (2005) 'Creative Cities', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 220-232.
- Taylor, F. W. (1919) [1911] *The Principles of Scientific Management*. Nova Iorque e Londres: Harper & Brothers Publishers.
- Taylor, J. (2011) 'Heritage protection: UK-wide summary', *The Building Conservation Directory 2011*. Disponível em linha em <http://www.buildingconservation.com/articles/heritage-summary/heritage-summary.htm> (acedido em 05/12/2011).
- Teixeira, D. (2005) *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Disponível em linha em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bistream/1822/6286/1/Tese.pdf> (acedida em 24/10/2011).
- The Economist* (1998) 'Refitting on the Clyde'. 20 de Agosto. Disponível em linha em <http://www.economist.com/node/162053> (acedido em 18/05/2011).
- The Mining World and Engineering Record* (1913) 'Death of Mr. F. O. Harvey', 25 de Outubro, p. 492.
- The National Archives (UK) (1878) 'Memorandum and Articles of Association of Mason and Barry Limited', BT 31/2432/12323.
- The Times* (1875) 'Travels in Portugal'. Reviews. 21 de Agosto, p.4.
- The Times* (1881) 'Money-Market and City Intelligence', 21 de Junho, p. 13.
- The Times* (1968) 'Hotels group wound up', 31 de Julho, p. 17.
- Thompson, E.P. (1980) [1963] *The Making of the English Working Class*. Londres: Penguin.
- Thompson, E.P. (1993) 'Time, work-discipline and industrial capitalism', *Customs in Common*. Nova Iorque: The New Press.
- Thompson, K. (1997) 'Regulation, de-regulation and re-regulation', in K. Thompson (ed.), *Media and Cultural Regulation*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 9- 68.

- TICCIH (2003) 'The Nizhny Tagil Charter for the industrial heritage'. Disponível em <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilCharter.pdf> (acedido em 06/12/2011).
- TICCIH (2011) 'The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage'. Disponível em linha em <http://www.ticcih.org> (acedido em 06/12/2011).
- Tilley, C. (1994) 'Interpreting material culture', in S. Pearce (ed.) *Interpreting Objects and Collections*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 67-75.
- Tomlinson, J. (1997) 'Internationalism, globalization and cultural imperialism', in K. Thompson (ed.), *Media and Cultural Regulation*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, pp. 117-153.
- Tomlinson, J. (1999) *Globalization and Culture*. Cambridge: Polity.
- Tomlinson, J. (2003) 'Globalization and cultural identity', in D. Held e A. McGrew (eds.), *The Global Transformations Reader*. 2ª edição. Cambridge: Polity Press, pp. 269-277.
- Tonkiss, F. (2007) 'Cultural studies and the economic turn'. Versão inglesa não publicada de Tonkiss, F. (2007) 'Kulturstudien und der "economic turn"', in K. Harrasser, S. Riedmann e A. Scott (eds.) *Die Politik der Cultural Studies/Cultural Studies der Politik*. Vienna: Turia & Kant, pp. 214-226. Disponível em linha em <http://www2.lse.ac.uk/sociology/pdf/TonkissCultStud07.pdf> (acedido em 20/07/2011).
- Touraine, A. (1974) [1969] *The Post-Industrial Society*. L. Mayhew (trad.). Londres: Wildwood House.
- Towner, J. (1985) 'The Grand Tour: a key phase in the history of tourism', *Annals of Tourism Research* 12: 297-333.
- Travers. N. (1968) 'Why the sun set on Mason and Barry', *The Times*, 17 de Agosto, p. 11.
- Tunbridge, J. e Ashworth, G. (1996) *Dissonant Heritage: the management of the past as a resource in conflict*. Chichester: John Wiley.
- Turismo de Portugal e THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.) (2006) *Touring Cultural e Paisagístico*. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/Documents/Touring%20Cultural%20e%20Paisagístico.pdf> (descarregado em 01/09/2011).
- Turismo de Portugal (2007) *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/Documents/Plano%20Estratégico%20Nacional%20Turismo.pdf> (descarregado em 25/08/2009).
- Turismo de Portugal, IP (2008) 'Conceitos estatísticos de turismo'. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estatísticas/conceitosenomenclaturas/Documents/Conceitos%20Estatísticos%20para%20Turismo.pdf> (descarregado em 25/10/2011).
- Turismo de Portugal, IP (2010) *Anuário das Estatísticas do Turismo 2009*. Disponível em linha em <http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estatísticas/análisesestatísticas/oturismoem/Anexos/Anuario%20das%20Estatísticas%20do%20Turismo%202009.pdf> (descarregado em 01/09/2011).
- Turismo de Portugal, IP (2011a) *O Turismo em 2009*. Disponível em linha em <http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estatísticas/análisesestatísticas/oturismoem/Anexos/O%20Turismo%20em%202009.pdf> (descarregado em 01/09/2011).
- Turismo de Portugal (2011b) *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Propostas para revisão no horizonte 2015 – versão 2.0*. Disponível em

http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/Documents/PENT_Revisão.pdf (descarregado em 11/09/2011).

Turner, L. e Ash, J. (1975) *The Golden Hordes: International tourism and the leisure periphery*. London: Constable.

UNESCO (1972) 'Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage'. Disponível em linha em <http://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf> (acedido em 21/10/2011).

UNESCO (1982) *Culture Industries: a challenge for the future of culture*. Paris: United Nations/Unesco. Disponível em linha em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000499/049972eo.pdf> (acedido em 01/07/2011).

UNESCO (2003) 'Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage'. Disponível em linha em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf> (acedido em 21/10/2011).

UNESCO (2011) 'World heritage list'. Disponível em linha em <http://whc.unesco.org/en/list> (acedido em 06/12/2011).

União Europeia (2010) *Consolidated Versions of the Treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union*. Disponível em linha em http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=QC3209190 (descarregado em 01/08/2011).

Uriely, N. (2005) 'The tourist experience: conceptual developments', *Annals of tourism Research*, Vol. 32, No. 1, pp. 199-216.

Urry, J. (2002) [1990] *The Tourist Gaze*. 2ª edição. Londres, Thousand Oaks, Nova Deli: Sage.

Urry, J. (2003) *Global Complexity*. Cambridge: Polity Press.

Valente, C. (1990) 'Escola e arqueologia industrial', in APAI (ed.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial – Actas e Comunicações (Vol. II)*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 361-366.

Veblen, T. (1994) [1899] *The Theory of the Leisure Class*. Nova Iorque: Dover Publications.

Venturelli, S. (2005) 'Culture and the creative economy in the information age', in J. Hartley (ed.), *Creative Industries*. Malden e Oxford: Blackwell, pp. 391-398.

Verde, F. e Norte, H. (dirs.) (1997) *Biography of a Mine*. DVD. Lisboa e Paris: Cobra Filmes, Lanterna Mágica e Dominant 7.

Verdun, G. (1865) 'Gubian de Verdun's outletters'. 1865-1866. MERL. Eynsham Park Estate. OXF 22/1/44.

Vernon, R. (2006) (ed.) *Mining Heritage Guide*. 4ª edição revista. Wakefield: NAHMO.

Viegas, G. e Bravo, J. (1998) *Quando Começo a Sonhar Contigo...Mina de S. Domingos*. Edição dos autores. Tipolinha, Lda.

Villaespesa, M. (2004) 'Ao Mineiro (Des)Conhecido'. *Monumento ao Mineiro (Des)Conhecido*. Miguel Rego (trad.). Mértola: Câmara Municipal de Mértola, pp. 29-64.

Virilio, P. (2005) *The Information Bomb*. Londres: Verso.

VisitBritain (2011) 'Inbound tourism facts – updated July 2011'. Disponível em linha em <http://www.visitbritain.org/insightsandstatistics/inboundtourismfacts/index.aspx> (acedido em 07/09/2011).

- Waddington, D., Critcher, C., Dicks, B. e Parry, D. (2001) *Out of the Ashes? The social impact of industrial contraction and regeneration in Britain's mining communities*. Londres: the Stationery Office.
- Wahab, S. e Pigram, J. (eds.) (1997a) *Tourism, Development and Growth: The challenge of sustainability*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Wahab, S. e Pigram, J. (1997b) 'The challenge of sustainable tourism growth', in S. Wahab e J. Pigram (eds.) *Tourism, Development and Growth: The challenge of sustainability*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 3-16.
- Wahab, S. e Pigram, J. (1997c) 'Sustainable tourism in a changing world', in S. Wahab e J. Pigram (eds.) *Tourism, Development and Growth: The challenge of sustainability*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 17-32.
- Waldren, J. (1997) 'We are not tourists, we live here', in A. Simone, J. Waldren e D. Macleod (eds.), *Tourists and Tourism: Identifying with people and places*. Oxford e Nova Iorque: Berg, pp. 51-70.
- Wales Video Gallery (2000) *Tools on the Bar: The end of an era*. DVD. Cardiff: Wales Video Gallery Project.
- Wall, G. (1997) 'Sustainable tourism – unsustainable development', in S. Wahab e J. Pigram (eds.) *Tourism, Development and Growth: The challenge of sustainability*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 33-49.
- Wallace, M. (1987) 'Industrial museums and the history of deindustrialization', *The Public Historian*, vol. 9, nº 1 (Winter), pp. 9-19.
- Walsh, K. (1992) *The Representation of the Past: Museums and heritage in the post-modern world*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Wang, N. (1990) 'Rethinking authenticity in tourism experience', *Annals of Tourism Research*, Vol 26, No. 2, pp. 349-370.
- Wanhill, S. (2000) 'Mines – a tourist attraction: coal mining in industrial South Wales', *Journal of Travel Research*, vol. 39, pp. 60-69.
- Watson, G. e Kopachevsky, J. (1996) 'Interpretations of tourism as a commodity', in Y. Apostolopoulos, S. Leivadi e A. Yiannakis (eds.), *The Sociology of Tourism: Theoretical and empirical investigations*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 281-297.
- Webb, J. (1958) 'Observations on the geology and origin of the San Domingos pyrite deposit, Portugal', *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo LXII, pp. 11-143.
- Weber, M. (1930) [1904-1905] *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. T. Parsons (trad.). R.H.Tawney (Prefácio). Nova Iorque e Londres: Charles Scribner's Sons e George Allen & Unwin Ltd.
- Wells, L. (2003) *The Photography Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- West, B. (1988) 'The making of the English working past: a critical view of the Ironbridge Gorge Museum', in R. Lumley (ed.), *The Museum Time-Machine: Putting cultures on display*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 36-62.
- West, S. (ed.) (2010) *Understanding Heritage in Practice*. Manchester: Manchester University Press.
- Wiener, M. (1981) *English Culture and the Decline of the Industrial Spirit 1850-1980*. Londres, etc.: Penguin.

- Wigan Council (2007) 'Wigan waves goodbye to The Way We Were'. Nota de Imprensa. Disponível em linha em <http://www.wigan.gov.uk/New/Arquive/December2007/PierClose.htm?Print=1> (acedido em 10/12/2011).
- Wilkins, J. (2006) [2005] *La Huelva Británica*. 2ª edição. Sevilha: Fundación José Manuel Lara.
- Williams, R. (1976) [1962] *Communications*. Harmondsworth: Penguin.
- Williams, R. (1977) *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press.
- Williams, R. (1978) *The Volunteers*. Londres: Eyre-Methuen.
- Williams, R. (1980) 'A Hundred years of *Culture and Anarchy*', *Problems in Materialism and Culture*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Williams, R. (1981) *Culture*. Londres: Fontana.
- Williams, R. (1983) [1976] *Keywords: A vocabulary of culture and society*. Londres: Fontana.
- Williams, R. (1985) [1983] *Towards 2000*. Harmondsworth: Penguin.
- Williams, R. (1989) *The Politics of Modernism*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Williams, R. (1992) [1961] *The Long Revolution*. Londres: Hogarth Press.
- Williams, R. (1992) [1961] *The Long Revolution*. Londres: Hogarth Press.
- Williams, R. (1993a) [1958] *Culture and Society*. Londres: Hogarth Press.
- Williams, R. (1993b) [1958] 'Culture is ordinary', in A. Gray e J. McGuigan (eds.), *Studying Culture: An introductory reader*. Londres: Edward Arnold, pp. 5-14.
- Woodward, I. (2007) *Understanding Material Culture*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.
- WORKLAB (2011) 'WORKLAB'. Disponível em linha em <http://www.worklab.dk> (acedido em 06/12/2011).
- Worpole, K. (1991) 'The age of leisure', in J. Corner e S. Harvey (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of national life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 137-150.
- Wright, P. (1995) 'On Raphael Samuel's *Theatres of Memory*' (Publicado como 'Heritage Clubs Slug it Out', *The Guardian*, 4 Fevereiro). Disponível em linha em <http://patrickwright.polimekanos.com/wp-content/uploads/pwright-samuels-theatres-of-memory.pdf> (acedido em 07/10/2011).
- Wright, P. (2009) [1985] *On Living in an Old Country: The national past in contemporary Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- Young, G. (1973) *Tourism: Blessing or Blight?* Harmondsworth: Penguin.